

**NUMUNCA
MAIS**

**Informe da Comissão Nacional
Sobre o Desaparecimento de Pessoas
na Argentina, presidida por**

ERNESTO SÁBATO

***30 mil mortos, 340 campos de concentração:
o saldo da repressão militar na Argentina***

2.^a edição

L&PM
EDITORES

Conhecido como
**RELATÓRIO
SABATO**

NUNCA MAIS

Este livro é o mais dramático e terrível depoimento produzido em nosso continente sobre as formas inconcebíveis de tortura, crueldade e selvageria a que pode chegar um Estado repressor.

Formado pelo governo democrático argentino para investigar os “desaparecidos” da ditadura militar que governou a Argentina de 1976 a 1983, a Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, comprovou em 50 mil páginas de depoimentos e investigações a existência de 9 mil casos de pessoas desaparecidas, num universo estimado em 30 mil mortos.

Os depoimentos selecionados neste livro — entre os milhares recolhidos pela CONADEP — constituem um quadro aterrorador, uma verdadeira “descida ao inferno”, que foi a repressão na Argentina, marcada pela impunidade e o total desrespeito pela dignidade humana.

Ao final da apresentação deste livro, a CONADEP conclui:

“As grandes calamidades sempre geram lições e, sem dúvida o drama mais terrível que a Nação sofreu em toda a sua história servirá para compreendermos que só a democracia é capaz de preservar o povo de tal iniquidade; que somente ela pode manter e salvar os sagrados e essenciais direitos da criatura humana. Só assim poderemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nossa pátria acontecerão os fatos que nos fizeram tragicamente famosos no mundo civilizado”.

Os Editores

12,00

~~NUNCA MAIS~~

**Informe da Comissão Nacional
Sobre o Desaparecimento de Pessoas
na Argentina, presidida por
ERNESTO SABATO**

L&PM
EDITORES

Tiragem desta edição: 6.000 exemplares

ISBN-85-254-0070-X

capa: Caulos

revisão: Beatriz Gross e Paulo Carlos Saldanha Fº

Tradutor: Roberto Mara

Impressão: Gráfica Editora Pallotti

© 1984 Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA)

Todos os direitos para a língua portuguesa (inclusive Portugal e África)
reservados à L&PM Editores Ltda.

Rua Nova Iorque, 306

Porto Alegre

Rio Grande do Sul

Impresso no Brasil

Índice

Prefácio	1
Advertência	5
Nota do tradutor	6
Cap. I — A Ação Repressiva	7
A. Introdução Geral	7
B. O seqüestro	8
C. Torturas	16
D. Centros Clandestinos de Detenção (C. C. D.)	41
E. Descrição dos Centros Clandestinos de Detenção	60
F. A morte como arma política. O extermínio	154
G. O compromisso de impunidade	175
H. Repressores e esquema repressivo	180
I. Sobre atitudes de alguns membros da Igreja	185
J. Questionários remetidos a ex-funcionários do governo “de facto”	188
K. A coordenação repressiva na América Latina	190
L. Documentação	197
M. Registro de prisioneiros desaparecidos	199
N. O lucro da repressão	204
Cap. II — Vítimas	214
A. Crianças desaparecidas e mulheres grávidas	215
B. Adolescentes	239
C. A família como vítima	245
D. A repressão não respeitou inválidos nem deficientes	254
E. Religiosos	259
F. Conscritos	270

G. Desaparecimento de jornalistas	276
H. Sindicalistas	280
Cap. III — O poder Judiciário durante o período em que se consumou o desaparecimento forçado de pessoas	295
A. O Habeas-corpus	303
B. Detidos à disposição do Poder Executivo Nacional	309
C. O desaparecimento de advogados	316
D. Invasão das sedes dos organismos defensores dos Direitos Humanos	323
E. A solidariedade internacional	327
Cap. IV — Criação e organização da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas	329
Cap. V — O respaldo doutrinário da repressão	341
Cap. VI — Recomendações	345
Conclusões	346

Prefácio

Durante a década de 70, a Argentina foi convulsionada por um terrorismo que provinha tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda, fenômeno acontecido em muitos outros países. Assim tem acontecido na Itália, que durante longos anos sofreu a desapiedada ação dos fascistas, das Brigadas Vermelhas e de grupos afins. Todavia, em momento algum essa nação abandonou os princípios do direito para combatê-lo, e o fez com absoluta eficiência, através dos tribunais ordinários, assegurando aos acusados todas as garantias de defesa em juízo; e por ocasião do seqüestro de Aldo Moro, quando um membro dos serviços de segurança propôs ao General Della Chiesa que torturasse um detento que muito parecia saber, este respondeu-lhe com palavras memoráveis: “A Itália pode dar-se ao luxo de perder Aldo Moro. Porém, não ao de implantar a tortura”.

Não aconteceu assim em nosso país: aos delitos dos terroristas, as Forças Armadas responderam com um terrorismo infinitamente pior do que aquele por elas combatido, pois, a partir de 24 de março de 1976, contaram com o poder e a impunidade do Estado absolutista, seqüestrando, torturando e assassinando milhares de seres humanos.

A nossa Comissão não foi instalada para julgar, pois isso é incumbência dos juízes constitucionais, e sim para indagar sob a sorte dos desaparecidos no decorrer destes anos infelizes da vida nacional. Mas, depois de ter recebido vários milhares de depoimentos e testemunhos; de haver verificado ou confirmado a existência de centenas de locais clandestinos de detenção; depois de juntar mais de cinquenta mil páginas de documentação, temos a certeza de que a ditadura militar gerou a maior tragédia da nossa história, e a mais selvagem. E, muito embora devamos aguardar a palavra definitiva vinda da justiça, não podemos calar frente ao que temos ouvido, lido e registrado; tudo quanto vai muito além do que possa

ser considerado delitivo, para atingir a tenebrosa categoria dos crimes de lesa-humanidade. Com a técnica dos desaparecimentos e suas conseqüências, todos os princípios éticos que as grandes religiões e as mais profundas filosofias defenderam ao longo de milênios de sofrimentos e calamidades foram pisoteados e barbaramente ignorados.

Inúmeros são os pronunciamentos sobre os sagrados direitos da pessoa ao longo da História e no nosso tempo, a partir dos que a Revolução Francesa consagrou até os consignados nas Cartas Universais dos Direitos Humanos e nas grandes Encíclicas deste século. Todas as nações civilizadas, incluída a nossa própria, estatuíram nas suas Constituições garantias que jamais podem ser suspensas, mesmo nos mais agudos casos de emergência: o direito à vida, o direito à integridade pessoal; o direito a ser processado; o direito a não sofrer inumanas condições de detenção; o direito à justiça e à não execução sumária.

Da enorme documentação que recolhemos, infere-se que os direitos humanos foram violados de forma orgânica e oficial pela repressão das Forças Armadas. E não esporadicamente, mas de maneira sistemática, sempre da mesma forma, com seqüestros semelhantes e idênticos tormentos em todos os recantos do Território Nacional. Como deixar de considerá-lo fruto do terror planejado pelos altos poderes? Como poderiam ter sido cometidos por perversos isolados agindo por conta própria sob um regime rigorosamente militar, com todos os poderes e os meios de informação que isso supõe? Como falar de "excessos individuais"? Da informação colhida, surge que tal tecnologia infernal foi utilizada por sádicos, porém arregimentados, executores. Se as nossas conclusões não forem o bastante, eis as palavras de despedida pronunciadas perante a Junta Interamericana de Defesa pelo chefe da delegação argentina, General Santiago Omar Riveros, a 24 de janeiro de 1980: "Fizemos a guerra com a doutrina na mão, com as ordens escritas dos Comandos Superiores". Assim, quando pelo clamor universal pelos desmandos perpetrados, integrantes da Junta Militar deploravam os "excessos da repressão, inevitáveis numa guerra suja", demonstravam uma hipócrita tentativa de descarregar sobre subalternos independentes as atrocidades planejadas.

As operações de seqüestro demonstravam a cuidada organização, às vezes nos locais de trabalho dos visados, outras em plena rua e à luz do dia, mediante procedimentos ostensivos das Forças de Segurança, que impunham "zona livre" às respectivas Delegacias de Polícia. Quando a vítima era procurada à noite na sua própria casa, Comandos armados cercavam o quarteirão e entravam à força, aterrorizavam pais e crianças, freqüentemente amordaçando-os e obrigando-os a assistir aos fatos; prendiam a pessoa procurada, espancavam-na brutalmente, encapuzavam-na para finalmente arrastá-la nos carros ou caminhões, enquanto o resto do Comando, na maioria das vezes, destruíam ou roubavam tudo quanto era transportável. De lá partiam rumo ao antro em cuja porta bem poderiam estar escritas as mesmas palavras que Dante leu nos portais do inferno: "Vós, que entráis, abandonai toda esperança".

Desta forma, em nome da Segurança Nacional, milhares e milhares de seres humanos, geralmente jovens e adolescentes até, passaram a integrar uma categoria tétrica e fantasmagórica: a dos desaparecidos. Palavra — triste privilégio argentino — que hoje se escreve em espanhol, em toda a imprensa do mundo.

Arrancados pela força, deixaram de ter presença civil. Quem, exatamente,

os tinha seqüestrado? Por quê? Onde estavam? Não havia resposta certa para tais perguntas: as autoridades não ouviram falar deles, as cadeias não os contavam entre os seus detidos, a justiça desconhecia-os e os Habeas-Corpus só eram respondidos com o silêncio. Em torno deles crescia um ominoso silêncio. Jamais um seqüestrador preso, jamais uma cadeia clandestina localizada, nunca uma sanção para os culpados de tais delitos. Transcorriam, assim, dias, semanas, meses, anos de incertezas e dores de pais, mães e filhos, todos na dependência de boatos, debatendo-se entre desesperadas expectativas; inúmeras e inúteis diligências; pedidos a “influentes”, a oficiais de alguma Arma recomendados por alguém, a bispos e capelães, a Delegados. A resposta era sempre negativa.

Paralelamente, na sociedade ia-se aprofundando o sentimento de desproteção, o medo incontrollável de que qualquer um, muito embora inocente, caísse nessa “caçada às bruxas”, apoderando-se de uns o medo doentio, e de outros uma tendência consciente ou inconsciente a justificar o horror: “Por alguma coisa estará acontecendo”, cochichava-se em voz baixa, como a acalmar os terríveis e inescrutáveis deuses, olhando para os filhos e os pais do desaparecido como se atacados por doença infecciosa. Sentimentos, contudo, variáveis, pois sabia-se de muitos que foram engolidos por aquele abismo sem fundo sem qualquer culpa; pois a luta contra os “subversivos”, com o espírito que envolve toda “caçada às bruxas” ou aos “possuídos”, havia-se convertido numa repressão doidamente generalizada, visto o epíteto de subversivo ter atingido um significado amplo e imprevisível. No delírio semântico, encabeçado por qualificativos como “marxismo-leninismo”, “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível; desde indivíduos que propiciavam uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas (“villas-miseria”) para ajudar os moradores. Todos caíam no “arrastão”: dirigentes sindicais que lutavam por uma simples melhoria de salários, garotos que foram membros de centros estudantis, jornalistas não favoráveis à ditadura; psicólogos e sociólogos, por pertencerem a profissões suspeitas; jovens pacifistas, freiras e padres que tinham levado os ensinamentos de Cristo a bairros miseráveis. E os amigos de qualquer um deles, e amigos desses amigos, gente denunciada por vingança pessoal e por seqüestrados sob torturas. Todos, na sua maioria inocentes de terrorismo ou de pertencer, sequer, aos quadros ativos das guerrilhas, pois esses lutavam e morriam nos enfrentamentos de verdade, ou suicidavam-se em vez de entregar-se; e poucos eram os que chegavam vivos às mãos dos repressores.

A partir do momento do seqüestro, a vítima perdia todos os direitos; privada de qualquer comunicação com o mundo exterior, confinada em locais desconhecidos, submetida a suplícios infernais, ignorando o seu destino mediato ou imediato, sujeita a ser atirada ao rio ou ao mar, amarrada a blocos de cimento, ou transformada em cinzas; seres que não eram “coisas” e sim pessoas na plenitude dos atributos humanos: sensibilidade frente ao tormento, a memória da mãe, do filho ou da esposa, a infinita vergonha da violação em público; seres não somente possuídos por essa infinita angústia e esse medo superior, e sim, talvez por isso mesmo, conservando em algum recanto da sua alma uma esperança aloucada.

Destes desamparados, muitos deles ainda adolescentes, destes abandonados pelo mundo, constatamos perto de nove mil. Porém, temos fundadas razões para supor que o número é bem maior, pois muitas famílias ficaram em dúvida, se de-

veriam ou não denunciar os seqüestros, por medo a represálias. E ainda continuam a duvidar, com medo de um retorno destas “forças do mal”.

Com dor e tristeza cumprimos a tarefa que nos fora encomendada, na época, pelo Presidente Constitucional da República. Trabalho árduo, pois fomos forçados a recompor um tétrico quebra-cabeças, muitos anos após os fatos, quando foram apagados os vestígios; quando toda documentação já queimada e até prédios foram demolidos. Assim, tivemos que nos basear nas denúncias dos familiares, em depoimentos dos que conseguiram escapar do inferno e, ainda, em testemunhos de repressores que por motivos obscuros chegaram-se a nós para dizer quanto sabiam.

Durante as investigações, fomos ofendidos e ameaçados pelos mesmos que cometeram os crimes e que, longe de demonstrar arrependimento, continuaram a repetir as velhas razões de “a guerra suja”, da salvação da Pátria e de seus valores ocidentais e cristãos, valores estes que eles arrastaram entre os muros ensangüentados dos antros de repressão. E acusam-nos de não promover a reconciliação nacional, de alimentar os ódios e os ressentimentos, de impedir o esquecimento. Mas não é isto. Não nos movem, nem o ressentimento nem o espírito de vingança; só pedimos a Verdade e a Justiça, da mesma forma que a têm pedido as Igrejas de diversas confissões, entendendo que só poderá existir reconciliação depois do arrependimento dos culpados e de uma Justiça fundamentada na Verdade. Pois, caso contrário, seria como querer demolir a transcendental missão do Poder Judiciário em toda comunidade civilizada. Verdade e Justiça — por outro lado — que permitirão aos integrantes inocentes das Forças Armadas viver com honra e que, se assim não for feito, ficarão permanentemente expostos a serem estigmatizados por uma incriminação global e injusta. Verdade e Justiça que permitirão a essas Forças sentirem-se autênticas herdeiras dos Exércitos que, com tanto heroísmo quanto probidade, levaram a liberdade a meio continente.

Fomos acusados, enfim, de denunciar somente uma parte dos fatos sangrentos que a Nação sofreu nos últimos tempos, silenciando os cometidos pelo terrorismo que antecedeu março de 1976, fazendo deles, de certa forma, duvidosa exaltação. Nada mais inverídico. A nossa Comissão sempre repudiou aquele terrorismo, e mais uma vez o ratificamos nestas páginas. A nossa missão não foi a de investigar os seus crimes, e sim, estritamente, a sorte sofrida pelos desaparecidos, quaisquer que fossem, vindos de um ou de outro lado da violência. Os familiares das vítimas do terrorismo anterior não o fizeram, sem dúvida, pois esse terrorismo produziu mortos e não desaparecidos. Por outro lado, o povo argentino ouviu e assistiu a quantidade de programas de televisão, leu inúmeros artigos em jornais e revistas, além de um livro completo publicado pelo governo militar, enumerando, descrevendo e condenando — minuciosamente — os fatos daquele terrorismo.

As grandes calamidades sempre geram lições e, sem dúvida, o drama mais terrível que a Nação sofreu em toda a sua história, durante o período em que durou a ditadura militar iniciada em março de 1976, servirá para que compreendamos que só a democracia é capaz de preservar um povo de tal iniquidade; que somente ela pode manter e salvar os sagrados e essenciais direitos da criatura humana. Só assim poderemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nossa pátria acontecerão os fatos que nos fizeram tragicamente famosos no mundo civilizado.

Advertência

Os casos mencionados neste Relatório originam-se dos depoimentos e da documentação recebida, tendo sido selecionados unicamente com a intenção de fundamentar e exemplificar a exposição, que por sua vez resulta do material colhido; noutras palavras, pela participação de testemunhas diretas desses fatos. Não se exclui a possibilidade de erros, nem a existência de muitos outros casos mais ilustrativos para o fim almejado.

Referente às pessoas mencionadas pelas funções exercidas, ou circunstancialmente incluídas na transcrição de testemunhos que as envolvem em fatos passíveis de delitos, esta Comissão Nacional não lhes imputa a responsabilidade que a referência poderia estar a sugerir, visto carecer de faculdades para tal, e reconhecendo que a mesma é privativa do Poder Judiciário, no ordenamento constitucional argentino.

Nota do Tradutor

Quem vive a transferir idéias e sentimentos contidos no pequeno-grande mundo das palavras, de uma língua para outra, amiúde encontra-se frente à opção, nem sempre fácil, de sacrificar o estilo, ou as idéias, ou os sentimentos, em prol da forma escolhida pelo seu criador.

O texto de NUNCA MAIS é um exemplo perfeito nesse sentido.

Os depoimentos vindos de diversas camadas sociais, muito embora todas agrilhoadas a uma mesma dor e às mais dramáticas lembranças, na maioria dos casos apresentam construções gramaticais altamente prejudicadas pela emoção dos testemunhos.

E, da mesma forma que os editores em Espanhol mantiveram a pureza da amargura, inclusive nesses mínimos detalhes, a tradução ora entregue ao leitor em Português visou a preservar idênticos perfis.

Assim, esclarecida a nossa opção, mais uma vez a expressão “traduttore / traditore” será inexistente, se aplicada a este trabalho.

Porto Alegre, janeiro/85

Roberto Mara

CAPÍTULO I

A Ação Repressiva

A. Introdução geral

Muitos dos episódios aqui relatados serão de difícil credibilidade.

Isto porque os homens e mulheres do nosso povo só tomaram conhecimento de horrores semelhantes através de notícias de outras latitudes.

A gravidade do acontecido, a transgressão dos princípios fundamentais da espécie, provocarão ainda aquele “será verdade?” com que alguns tentavam abstrair-se da dor e do espanto, mas também da responsabilidade que nasce do saber, do estar ciente, pois a isso segue, inexoravelmente, a questão: como evitar que isto se repita? E a angustiante inquietude de dar-se conta de que vítimas e agressores foram os nossos contemporâneos, de que a tragédia teve a nossa pátria por cenário e de que aqueles que afrontaram assim a nossa História não manifestam ainda atos ou palavras de confiável arrependimento.

Esta Comissão assume a tremenda e necessária responsabilidade de afirmar, concluídas as primeiras investigações, que tudo o quanto segue efetivamente aconteceu, além dos pormenores de alguns destes fatos individualmente considerados, de cuja existência só podem dar um testemunho fidedigno aqueles que foram seus protagonistas diretos.

No entanto, meses e meses ouvindo denúncias, testemunhos e confissões, examinando documentos, inspecionando locais e realizando o quanto esteve ao nosso alcance para lançar luz sobre tão estremeceadores acontecimentos autorizam-nos a asseverar que existiu uma metodologia repressiva concebida para produzir atos e situações como os que adiante serão relatados, cuja seqüência *seqüestro-desaparecimento-tortura*, será analisada nos capítulos seguintes.

Cada um dos testemunhos incluídos bem poderia ter sido selecionado ao acaso, entre os milhares de pastas que contêm relatos similares. Os incorporados a este Relatório são apenas uma ínfima parte do copioso material até agora reunido.

Qualquer um deles, por si só, permitiria formular a mesma condenação moral a que chega esta Comissão; porém, é a sua pródiga pluralidade em referências semelhantes e convergentes o que consolida a inatacável certeza da existência e da prática de tal metodologia repressiva.

Os casos transcritos não são os considerados "excessos", já que tais não existiram, se se entende por isso as ações isoladas, particularmente aberrantes. É que todo o sistema, toda a metodologia, desde sua concepção, constituiu-se num grande excesso; as aberrações foram prática comum e disseminada. Os atos "especialmente" atrozes contam-se aos milhares. São os "normais".

Reiteradamente têm sido dito que aqueles membros das Forças de Segurança que incorreram em "excessos" durante a luta anti-subversiva foram oportunamente julgados por iniciativa das autoridades de tais Forças.

Esta Comissão desmente taxativamente tal afirmativa, já que, das informações obtidas até o momento, não consta que membro algum das Forças de Segurança tenha sido processado por estar envolvido no desaparecimento de pessoas, ou por sevícias, ou pela morte de presos nos centros clandestinos de detenção.

As autoridades militares do Processo de Reorganização Nacional denominaram de "excessos" os delitos perpetrados por efetivos militares ou policiais com fins particulares, sem autorização de seus superiores, à margem da ação repressiva.

Como consignado mais adiante, homicídios, violações, torturas, extorsões, saques e outros graves delitos ficaram impunes, quando perpetrados no marco da perseguição política e ideológica desencadeada nesses anos.

B. O seqüestro

Mesmo constando nos arquivos da CONADEP denúncias de aproximadamente 600 seqüestros que teriam acontecido antes do golpe militar de 24 de março de 1976, é a partir desse dia que dezenas de milhares de pessoas, em todo o País, são privadas ilegítimamente de sua liberdade, 8.960 das quais continuam desaparecidas até esta data (20.11.84).

A metodologia empregada foi ensaiada mesmo antes de assumir o governo militar (Operativo "Independencia", em Tucumán). Diferencia-se das utilizadas em outros países pela total clandestinidade na qual era executada; a detenção de pessoas, seguida do desaparecimento, e a renitente negativa oficial em reconhecer a responsabilidade dos organismos participantes. Seu período de aplicação é prolongado, abrange a Nação toda e não se limita aos grandes centros urbanos. As estatísticas elaboradas com base nos testemunhos recebidos registraram as seguintes porcentagens:

Pessoas detidas diante de testemunhas que continuam na condição de desaparecidas:

Presos em sua casa, diante de testemunhas	62%
Presos na rua	24,6%
Presos em locais de trabalho	7%
Presos em locais de ensino	6%
Desaparecidos que foram seqüestrados em Dependências Militares, Penais ou Policiais, estando legalmente presos nesses estabelecimentos.	0,4%

Incursoão dos seqüestradores ou "patota" nos domicílios. "Noctambulismo". Anônimo.

Com a intempestiva invasão do grupo a cargo do seqüestro, começava o primeiro ato do drama que envolveria tanto as vítimas diretas como os familiares afetados. Destes e de outros milhares de testemunhos que estão nos arquivos da CONADEP, deduzimos que, dentro da metodologia do seqüestro como forma de detenção, as operações se realizavam a altas horas da noite ou da madrugada, geralmente em dias próximos ao fim-de-semana, assegurando-se assim um lapso de tempo antes que os familiares pudessem agir.

Geralmente irrompia no domicílio uma "patota" ou grupo integrado por cinco ou seis indivíduos. Às vezes intervinham vários grupos, reunindo até 50 pessoas em alguns casos especiais.

Os integrantes da "patota" estavam sempre munidos de um volumoso arsenal, absolutamente desproporcionado em relação à suposta periculosidade de suas vítimas. Com armas curtas e longas, amedrontavam tanto estas como seus familiares e vizinhos. Antes da chegada da "patota", costumava-se provocar um "black-out" ou corte do fornecimento elétrico na zona em que ia realizar-se a operação.

A quantidade de veículos que participavam da operação variava; em alguns casos, empregavam-se vários carros particulares (geralmente sem placas); em outros, contava-se com o apoio de forças regulares, que podiam estar uniformizadas, em caminhões ou camionetas identificáveis como pertencentes a alguma das três Forças e, em alguns casos, helicópteros que sobrevoavam a área do domicílio das vítimas.

A intimidação e o terror visavam não só a imobilizar a capacidade de resposta das vítimas frente à agressão, mas também a alcançar o mesmo objetivo na vizinhança. Assim, em muitos casos, interrompeu-se o trânsito, cortou-se o fornecimento elétrico, utilizaram-se megafones, refletores, bombas, granadas, em proporção com as necessidades da operação.

Na pasta N° 3860, consta a denúncia do desaparecimento de Alberto Santiago Burnichon, nas seguintes circunstâncias:

"No dia 24 de março de 1976, às 0h30min, entraram à força em nosso domicílio na Villa Rivera Indarte, província de Córdoba, pessoas uniformizadas, com armas longas, que se identificaram como do Exército, junto com pessoas jovens, vestidas com roupas esportivas. Nos ameaçaram com as armas e começaram a roubar livros, objetos de arte, vinhos, etc., que foram levados para fora por homens uniformizados. Não falavam entre eles, comunicando-se através de estalos dos dedos. O saque durou mais de duas horas; previamente foi provocado um "black-out" nas ruas próxi-

mas ao nosso domicílio. Meu esposo, que era sindicalista, meu filho David e eu fomos seqüestrados. Eu fui liberada no dia seguinte, em seguida foi meu filho, que esteve preso no Campo "La Ribera". Nossa casa ficou totalmente destruída. O cadáver do meu esposo foi encontrado com sete furos de bala na garganta."

Lucio Ramón Pérez, Temperley — Província de Buenos Aires (Pasta Nº 1919), relata da seguinte forma o seqüestro de seu irmão:

"Em 9 de novembro de 1976 foi seqüestrado meu irmão. Estava descansando em companhia de sua esposa e de seu filho de cinco anos quando, às duas da madrugada, foram acordados por uma forte explosão. Meu irmão levantou-se, abriu a porta e viu quatro sujeitos que pulavam a cerca.

Estavam à paisana, um com bigodes e turbante (pulôver enrolado na cabeça), e portavam armas longas. Três deles entraram no apartamento, obrigaram minha cunhada a cobrir os olhos e disseram ao garoto que fechasse os olhos. Os vizinhos dizem que meu irmão foi levantado pelos ombros por dois sujeitos e introduzido em um Ford Falcon. Essa é a última informação que tive sobre ele. Também dizem que havia vários carros e uma camioneta; muitos sujeitos estavam atrás das árvores, com armas longas. Haviam interrompido o trânsito e um helicóptero sobrevoava a casa."

As "patotas" executavam as operações de seqüestro sem disfarces. Na Capital Federal e em outros grandes centros urbanos, seu anonimato estava garantido pelos milhões de rostos da cidade.

Nas províncias, onde sua identificação era mais provável, visto que alguns dos seqüestradores podiam ser vizinhos da vítima, precisavam dissimular suas feições. Por isso, usavam gorros de montanhesees, capuzes, perucas, bigodes postiços, óculos, etc.

O único lugar onde esta regra não se cumpriu totalmente foi na província de Tucumán, local em que o aparelho repressor atuava com a maior impunidade, e a população achava-se mais indefesa e exposta à sua ação.

Maria Angélica Batallán, província de Tucumán (Pasta nº 5794), refere da seguinte maneira o seqüestro de seu filho, Juan de Dios Gomes:

"Em 10 de agosto de 1976, às 6 da tarde, um grupo de militares, a mando do Tenente Flores, que andavam em uma camioneta, prenderam meu filho no Engenho Santa Lucía, na venda onde trabalhava. Depois trouxeram-no para casa, aí ameaçaram-nos, a mim e ao pai. Revistaram tudo. Depois se foram com meu filho e não tivemos mais notícias dele".

Luz Verde (ou "Área Liberada")

Fica claro que, quando a "patota" ou "Grupo de Tarefas" devia realizar uma operação, tinha a autorização de "LUZ VERDE". Desta maneira, se algum vizinho ou zelador do edifício entrava em contato com a Delegacia de Polícia mais próxima ou com a rádio patrulha, pedindo sua intervenção, era informado de que estavam a par do que estava acontecendo, mas que não podiam intervir.

Para transpor uma jurisdição policial, as forças operantes deviam pedir a

“luz verde”, o que faziam mediante o uso do rádio-transmissor, ou estacionando por alguns minutos em frente à respectiva Delegacia, ou, inclusive, no próprio Departamento Central.

Adolfo T. Ocampo (Pasta n.º 1104) relata do seguinte modo o seqüestro de sua filha Selma Julia Ocampo:

“Às 2 da madrugada do dia 11 de agosto de 1976, penetraram no edifício e derrubaram a porta do apartamento de minha filha e introduziram-se nele. Outros homens ficaram vigiando o apartamento. Este episódio foi presenciado do apartamento em frente pelo Capitão de Navio Guillermo Andrew que, graças a um chamado telefônico, conseguiu que chegassem ao local dois caminhões do Exército. Os dois grupos travaram um intenso tiroteio (ainda hoje pode-se apreciar os impactos na fachada). O tiroteio cessou quando as forças recém-chegadas, e sob as ordens do citado Capitão, puderam ouvir os agressores gritar: “TEMOS ZONA LIBERADA”; em seguida retiram-se as forças, deixando os agressores agirem, os quais, depois de destruírem e roubarem, levaram Selma e uma amiga, Inés Nocetti, ambas desaparecidas até esta data...”

Seqüestros na frente de crianças

Quando havia crianças na família que era “chupada”, a repressão procedia de diferentes maneiras:

- 1) Crianças deixadas na casa de algum vizinho, para que se encarregasse delas até que chegasse algum familiar da vítima.
- 2) Crianças conduzidas a Institutos de Menores, que as entregavam a familiares ou cediam-nas em adoção.
- 3) Seqüestro das crianças para posterior adoção por algum repressor.
- 4) Entrega direta da criança a familiares da vítima, o que em muitos casos fez-se com o mesmo veículo que transportava a mãe.
- 5) Deixá-las abandonadas à sua sorte, no domicílio onde os pais eram presos ilegalmente.
- 6) Transportá-las ao mesmo Centro Clandestino de Detenção, onde presenciavam as torturas a que seus pais eram submetidos, ou elas próprias eram torturadas na presença destes. Muitas destas crianças figuram hoje como “desaparecidas” (ver capítulo respectivo).

Na denúncia do desaparecimento de Simón Antonio Riquelo (Pasta n.º 7143), a mãe relata do seguinte modo o seqüestro de seu filho:

“Em 13 de julho de 1976, entre as 23 e 23h30min, bateram fortemente na porta de meu domicílio, no Bairro de Belgrano, nesta Capital. Nesse momento, me encontrava terminando de dar de mamar a meu filho Simón. Forçaram a porta e entraram 10 a 15 pessoas à paisana, mas que se identificaram como membros do Exército Argentino e do Exército Uruguaio. Um dos oficiais se apresentou como o major Gavazzo, do Exército Uruguaio. Encontraram material escrito, do qual surgiu que eu trabalhava pela causa da liberdade no Uruguai; então começaram a torturar-me e a interrogar-me. Quando me tiraram de casa perguntei a eles o que ia acontecer com a criança. Me responderam que não devia preocupar-me, que a criança ia fi-

car com eles, e que esta guerra não era contra as crianças. Essa foi a última vez que vi Simón e que tive notícias dele”.

Reféns e “ratoeira”

Nos casos em que os Grupos de Operação não encontravam a vítima em sua casa, armava-se o que denominavam uma “ratoeira”, permanecendo em seu domicílio até que esta caísse na armadilha.

Em tais situações, a operação de seqüestro ou “chupada” durava várias horas ou dias, renovando-se a guarda. Em todos os casos, os familiares eram tomados como reféns, sendo submetidos a brutais pressões e afrontas. Os seqüestradores usavam tudo o que podiam para prover-se de comidas e bebidas, ao que somava-se naturalmente a revista do imóvel e o posterior e quase certo saque dos bens.

Caso acidentalmente alguém chegasse, também era retido na qualidade de refém. No caso em que a vítima principal não aparecesse, os seqüestradores podiam prender seu objetivo secundário (parentes ou moradores da casa).

Tal como aconteceu no lar da família Barroca, segundo o relato do chefe de família (Pasta N° 6256).

“Na sexta-feira 15 de julho de 1977, às 22h15min, encontrando-nos em nossa casa minha esposa, minha filha Mirta Viviana e eu, ouvimos que da rua nos dizem por um megafone que sabiam que eu era suboficial da Marinha e que devíamos sair com os braços levantados, pois haviam dinamitado a frente da casa. Assim fizemos, vendo que os ‘delinqüentes’ estavam à paisana; eram oito e estavam fortemente armados com armas automáticas, típicas das forças ‘paramilitares’. Depois, dentro de casa, começaram um interrogatório exaustivo sobre as atividades da família. Minha outra filha, Graciela Mabel, regressou à nossa casa às 23h, procedente da casa de uma companheira onde havia ido estudar, pois, que no dia seguinte tinha um exame na Faculdade de Ciências Exatas. Detiveram-na no corredor da casa e não sabemos o que fizeram com ela, já que minha outra filha era interrogada com os olhos vendados na sala de jantar e minha esposa, com os olhos também vendados, estava no quarto. À uma da manhã do sábado, 16 de julho de 1977, antes de dar por concluída a operação, aquele que parecia ser o subcomandante disse-me que levavam a Graciela para ser interrogada por um ‘capitão’; que dela nada tinham descoberto, a não ser que havia pertencido à JUP (Juventude Universitária Peronista) e nós sabíamos o que isso significava. Também sugeriu que rezássemos para que Graciela não tivesse nada e que, se assim fosse, seria liberada dentro de cinco ou seis dias. Quando fiz a denúncia na Delegacia de Villa Martelli, para denunciar o seqüestro da minha filha e a invasão do meu domicílio, me foi dito confidencialmente que não havia tal seqüestro, porque a haviam detido Forças do Exército e de Superintendência Federal”.

A operação que culminou com o seqüestro de Roque Núñez (Pasta n° 3081), teve conotações de pesadelo, como se depreende do depoimento de sua filha:

“No dia 21 de abril de 1976, às 4 da manhã, irromperam em minha casa vários homens à paisana, estavam fortemente armados e identificaram-se como pertencentes

à Marinha e à Polícia Federal e cujo chefe dizia ser o Inspetor Mayorga. Levaram meu papai, que nessa época tinha 65 anos. No dia seguinte, meu irmão Miguel apresentou um recurso de Habeas Corpus perante o Tribunal de San Isidro. Nesse mesmo dia, às 21 horas, voltaram à minha casa, prendendo minha mãe; encapuzaram-na e levaram-na por cinco dias a um lugar que não pôde identificar, onde a interrogaram com muita violência. Os integrantes das Forças Armadas permaneceram na casa a partir dessa detenção. No dia 23, ao entrar meu irmão Miguel no domicílio, também foi seqüestrado. Durante a operação, que durou quatro horas no dia 21 e trinta e seis a partir do dia 22, os responsáveis não permitiram que ninguém me ajudasse, já que sou paraplégica total (paralisa nos quatro membros) e tive que permanecer na mesma posição, sem comer nem ser atendida nas minhas necessidades fisiológicas, ameaçada continuamente para que chamasse pelo telefone minha irmã, Maria Del Carmen. Nessas circunstâncias o telefone caiu no chão, sendo trocado por outro aparelho, que ainda está em meu domicílio. Ao retirarem-se, os responsáveis por esta operação levaram um carro Ford Falcon que eu havia adquirido. Minha mãe foi posta em liberdade, com os olhos vendados, a duas quadras da minha casa. Meu pai e meu irmão permanecem desaparecidos. Posteriormente fui informada de que minha irmã Maria del Carmen Núñez, seu esposo Jorge Lizado e um irmão deste, Miguel Francisco Lizado, foram seqüestrados, sendo seu apartamento totalmente saqueado. Eles também continuam na condição de desaparecidos".

O botim de guerra

Os roubos perpetrados nos domicílios dos seqüestrados eram considerados pelas forças de operação como "BOTIM DE GUERRA".

Estes saques eram executados geralmente durante as operações de seqüestro mas amiúde faziam parte de uma operação posterior, na qual outra "patota" se encarregava dos bens das vítimas. Isto configurava um trabalho "em equipe", com divisão de tarefas sob um único comando.

"Meu esposo — Jorge Eduardo Alday — foi seqüestrado no dia 22 de agosto de 1977, entre as 11 e as 12 horas, quando saía da empresa Carlos Calvo S. R. L., onde fora receber seu salário", relata sua esposa na pasta nº 4512, e prossegue: "Foi um grupo de civis fortemente armados que, depois de golpeá-lo e desmaiá-lo, colocaram-no em um carro particular sem placas, partindo com rumo desconhecido. Na mesma data do desaparecimento do meu esposo, às 16 horas, foram invadidos meu domicílio e o de meus pais, ambos na localidade de Valentín Alsina, Província de Buenos Aires, com procedimentos similares, com maus tratos, grande aparato de pessoas armadas, violando domicílios vizinhos e cercando totalmente os quarteirões. Quando regresssei ao meu domicílio, fui detida na porta por essas pessoas, que tinham minha mãe como refém 'caso eu não chegasse'. Me vendaram os olhos e me manietaram. Fui levada a um lugar que não posso precisar, onde me submeteram a todo tipo de tormentos físicos e morais, além de me fazerem um interrogatório incoerente. Me libertaram às quatro horas, nas imediações da Villa Domínico. Quando me detiveram e tinham minha mãe como refém, vi como carregavam caminhões com todos os nossos móveis e pertences, sem deixar rastros de que alguém houvesse morado naquele lugar. Quando fomos fazer a denúncia correspondente na subdelegacia de Villa Diamante e na 3ª de Valentín Alsina,

informaram-nos que haviam atuado na operação as "Forças Conjuntas" e que estas haviam solicitado "ÁREA".

Também nestes casos a Delegacia de Polícia havia sido advertida para que não interferisse nem recebesse denúncias de seqüestro e roubo. Além do benefício econômico que o saque implicava para os integrantes da "patota" e seus superiores, outra das motivações era a de "castigar" os familiares dos desaparecidos, espalhando o terror.

Assim fizeram com os familiares de Rita Verónica Eroles Turucz, Pasta nº 3351:

"No dia 21 de maio de 1978, às 13h30min, no sítio que temos em Hornos, Província de Buenos Aires, chegaram uns sete ou oito veículos particulares e um furgão de produtos alimentícios. Desceram mais de 30 pessoas à paisana, se bem que usassem fardetas debaixo dos casacos. Iromperam pulando cercas e forçando janelas de nossa casa. Enquanto isto, haviam obrigado todos os habitantes do povoado a reunirem-se na estação de trens. Fizeram tudo isto usando a força. Colocaram-nos deitados de bruços, não permitindo-lhes olhar nem mover-se. O tratamento foi brutal. Quando se retiraram, levaram presos meus filhos Ronaldo e Verónica, o marido de minha filha, Daniel Bidón Chanal, e um empregado nosso de nacionalidade uruguaia, Luis Carvalho. Os quatro ainda continuam desaparecidos. Enquanto estiveram em nossa casa, destruíram montões de coisas e roubaram uma edição antiga do *Quijote de la Mancha*, uma *Bíblia* do ano de 1400 escrita em latim, restaurada, um dicionário bilíngüe de 7000 páginas, uma coleção de "Caras y Caretas" do século XIX, um chicote inglês antigo com adorno de prata trabalhada, um rifle Maüser da Guerra Argentino-Paraguaia, artigos de eletrônica, como rádios e gravadores e as molduras de prata de vários quadros".

Torturas no domicílio da vítima

Neste tipo de maratona criminal, registraram-se casos em que os interrogatórios das vítimas começavam no próprio domicílio, sem esperar o transporte ao centro clandestino de detenção, em presença dos familiares, vítimas também do feroz tratamento.

Carlos Alberto Campero (Pasta Nº 1806) registra esta inapagável lembrança:

"Minha mãe foi levada à loja e, sob ameaças de morte, a agrediram, usando métodos que não se aplicam nem mesmo aos animais selvagens. Na loja tínhamos um ventilador de pé, do qual cortaram o cabo que, ligado à tomada, utilizaram como 'picana'; porém, para que isto tivesse mais eficiência, abriam garrafas de água mineral para molhar minha mãe, a qual havia sido amarrada a uma cadeira; enquanto realizavam este ato de selvageria, outro batia-lhe com um cinto até ensangüentar-lhe o corpo e desfigurar-lhe seu rosto. Após haver transcorrido um período bastante prolongado, decidiram levar-nos todos, menos Viviana, de seis meses de idade, que junto com Griselda, minha irmã de 13 anos, ficaram na casa".
(.....)
"Em 10 de junho, fui seqüestrado em meu domicílio em Martín Coronado — decla-

ra Jorge César Casalli Urrutia (Pasta N° 3889). Entraram à força umas dez pessoas e, encostando-me um revólver na cabeça, começaram a destruir a casa, procurando armas. Em dado momento me atiraram ao chão e, com o fio de um artefato elétrico, começaram a torturar-me. Enquanto isto, minha esposa foi castigada e agredida em outro quarto. Depois de passar uma hora e meia em minha casa, vendaram-me os olhos e me puseram no chão de um carro; foram procurar um amigo”.

Conclusão da operação seqüestro

Com o transporte do seqüestrado ao CCD, finaliza a primeira etapa de uma tenebrosa viagem. Ameaçados e manietados, colocavam-nos deitados no chão do banco de trás do veículo ou no porta-malas, somando ao pânico a sensação de clausura e morte. Procurava-se, assim, não se espalhar o terror além da zona onde se desenvolvia a operação.

“Às 3 da madrugada do dia 3 de julho de 1976, fui ‘carregada’ por um grupo de 15 pessoas vestidas à paisana — declara Mirta Caravelli de Mansilla (Pasta N° 4073) — fortemente armadas. Me levaram vendada e com um pulôver na cara, amordaçada e algemada em um Renault 12, supostamente até La Perla (pelo tempo e o trajeto que realizaram)”.

As vítimas não foram só arrancadas de seus lares ou locais de trabalho, como ilustra a denúncia pelo desaparecimento de Juan Di Bernardo (Pasta N° 4500):

“Meu filho estava internado no Hospital Alvear, em conseqüência de ter sido atropelado por um automóvel. Estava programada uma intervenção cirúrgica para 15/5/78. Na noite de 12/5/78, apresentaram-se alguns sujeitos com guarda-pós brancos. Estavam armados. Obrigaram os pacientes internados na sala 14 da traumatologia a permanecerem em suas camas e taparem os rostos com os lençóis. Estes sujeitos removeram Juan para uma padiola, cobriram-no e levaram-no em uma ambulância”.

“Tabicamiento”

Na totalidade dos seqüestros, as vítimas eram privadas da visão. Na linguagem dos repressores, denominava-se “tabicamiento” à ação de colocar na vítima o “tabique”, o elemento para privar a visão.

Isto era feito geralmente no mesmo lugar onde se seqüestrava ou “chupava”. Os elementos empregados para tal fim eram vendas ou trapos que os próprio captores traziam consigo, ou peças de roupa das vítimas, tais como camisas, pulôveres, jaquetas, etc., ou lençóis, toalhas, etc.

“Eu estava trabalhando na empresa Pavón S.A. de Rosario, província de Santa Fe — declara Marcelo Daniel Vilchez (Pasta N° 7001) —, quando meu chefe, o Sr. Miguel Paván, chamou-me ao seu escritório. Me dirigiu para lá, onde estavam duas

pessoas vestidas à paisana, que se identificaram como da polícia. Me pegaram pelo pescoço e me levaram para fora, onde havia um terceiro homem. E, ameaçado de morte, me jogaram num Renault 12 Break. Dentro do automóvel me abaixaram a cabeça e a taparam com um pulôver. Dali me levaram à Chefatura, onde, entre gritos e pancadas, me tiraram o pulôver e me colocaram uma venda nos olhos...”

Com o posterior ingresso das vítimas nos Centros Clandestinos de Detenção, iniciava-se a etapa decisiva no processo de desaparecimento.

C. Torturas

“Se ao sair do cativeiro me tivessem perguntado: Te torturaram muito?, lhes teria respondido: Sim, os três meses sem parar.”

“Se essa pergunta me é formulada hoje posso lhes dizer que logo completo sete anos de tortura” (Miguel D’Agostino - Pasta N° 3901).

Na quase totalidade das denúncias recebidas por esta Comissão, mencionam-se atos de tortura. Não é casual. A tortura foi um elemento relevante na metodologia empregada. Os Centros Clandestinos de Detenção foram concebidos, entre outras coisas, para poder praticá-la impunemente.

A existência e generalização das práticas de tortura surpreendem pela imaginação posta em jogo, pela personalidade dos executores e daqueles que a avalizaram e empregaram como meio.

Ao redigir-se o Relatório, surgiram dúvidas quanto à adoção do sistema de exposição mais adequado, com o objetivo de evitar que este capítulo se convertesse numa enciclopédia de horror. No entanto, não encontramos a forma de evitar esta estrutura do relato. Porque, em última análise, o que, além de um imenso mostroário das mais graves e inqualificáveis perversões, foram estes atos, sobre os quais governos carentes de legitimidade basearam grande parte de seu domínio sobre toda uma nação?

Transcrevemos o primeiro dos casos em toda sua extensão, por ser prototípico; nele estão refletidos os terríveis sofrimentos físicos e psíquicos daqueles que atravessaram este périplo. Consta o relato do princípio ao fim, com todas suas implicações na personalidade da vítima que se queria destruir. No restante dos casos mencionados, extraímos apenas aquilo relacionado com a modalidade de tormento que foi aplicada.

Finalmente, não ignoramos — e nos condói — a arrasadora impressão que a crua exposição que aqui fazemos produzirá nas vítimas e seus familiares, por sua vez atingidos. Sabemos a dor que causa o pleno conhecimento desta barbárie.

O Dr. Norberto Liwsky (Pasta N° 7397) é médico, casado com Hilda Norma Ereñú e pai de duas filhas menores.

Em 1976, morava num Conjunto Habitacional do Distrito de La Matanza e trabalhava no consultório médico ali existente.

Por causa de protestos e reclamações de moradores de diferentes unidades pela regularização jurídica e de construção do Conjunto Habitacional, em 25 de

março de 1976, numa operação noturna, prendem a esposa do presidente da "Junta Vecinal". No dia seguinte, forças uniformizadas assaltaram vários domicílios, entre os quais o consultório do Dr. Liwsky, seqüestrando Mario Portela, delegado da "Junta Vecinal", que apareceu morto doze horas depois.

Dois anos mais tarde, ao realizar-se uma missa pela liberdade da Sra. Cirila Benítez, esposa do presidente da "Junta Vecinal", foram seqüestradas várias pessoas.

Em 5 de abril de 1978, aproximadamente às 22 horas, o Dr. Liwsky entrava em sua casa no bairro de Flores, na Capital Federal:

"Quando comecei a introduzir a chave na fechadura do meu apartamento, me dei conta do que estava acontecendo, porque puxaram bruscamente a porta para dentro e me fizeram cambalear.

"Saltei para trás, tentando escapar.

"Dois balaços (um em cada perna) fizeram abortar minha tentativa. No entanto, ainda resisti, violentamente e com todas as minhas forças, para evitar ser algemado e encapuzado, durante vários minutos. Ao mesmo tempo, gritava a plenos pulmões que isso era um seqüestro e exortava meus vizinhos para que avisassem minha família. E também para que impedissem que me levassem.

"Já subjugado e 'tabicado', aquele que parecia ser o chefe me informou que minha esposa e minhas duas filhas haviam sido capturadas e 'chupadas'.

"Quando, carregado pelas extremidades, porque não podia movimentar-me devido aos ferimentos nas pernas, atravessava a porta de entrada do edifício, consegui ver uma luz vermelha-intermitente que vinha da rua. Pelas vozes e ruídos das portas do carro, em meio aos gritos de protestos de meus vizinhos, poderia afirmar que se tratava de um carro-patrolha.

"Depois de alguns minutos e após uma discussão acalorada, o carro-patrolha se retirou.

"Então me levaram à força e me atiraram no chão de um carro, possivelmente um Ford Falcon, e começou a viagem.

"Me tiraram do carro da mesma forma com que tinham me colocado, entre quatro, e, caminhando um curto trecho (4 ou 5 metros) por um espaço que, pelo barulho, era um pátio de pedregulhos, me jogaram sobre uma mesa. Me amarraram os pés e as mãos aos quatro cantos.

"Já amarrado, a primeira voz que ouvi foi a de alguém que disse ser médico e me informou da gravidade das hemorragias nas pernas e que, por isso, não tentasse nenhuma resistência.

"Em seguida se apresentou outra voz. Disse ser O CORONEL. Manifestou que eles sabiam que minha atividade não se relacionava com o terrorismo ou a guerrilha, mas que iam me torturar por ser opositor. Porque: 'não havia entendido que no País não existia espaço político para opor-se ao governo do Processo de Reorganização Nacional'. Depois, acrescentou: 'Vais pagar caro...! Acabaram-se os paizinhos dos pobres!'

"Tudo foi vertiginoso. Do momento em que me tiraram do carro até que começou a primeira sessão de 'picana', passou-se menos tempo do que eu estou levando em contar. Durante dias fui submetido à 'picana elétrica' aplicada nas gengivas, mamilos, genitália, abdômen e ouvidos. Consegui, sem pretender, deixá-los irritados porque, não sei por que razão, usando a 'picana', ainda que me fizessem gritar, saltar e estremecer, não conseguiram que eu desmaiasse.

"Começaram então um espancamento sistemático e rítmico com varas de madeira

nas costas, nos glúteos, nas panturrilhas e nas plantas dos pés. No princípio, a dor era intensa. Depois, tornava-se insuportável. Por fim, desaparecia a sensação corporal e a zona espancada ficava totalmente insensível. A dor, incontrollável, reaparecia logo que cessava o castigo e aumentava ao me arrancarem a camisa que havia-se grudado às chagas, para levar-me a uma nova 'sessão'.

"Continuaram fazendo isto por vários dias, alternado com sessões de 'picana'. Em alguns casos, foi simultâneo.

"Esta combinação pode ser mortal porque, enquanto a 'picana' produz contrações musculares, o espancamento provoca relaxamento (para defender-se dos golpes) do músculo. Nem sempre o coração resiste ao tratamento.

"Nos intervalos entre sessões de tortura, deixavam-me pendurado pelos braços em ganchos fixos à parede do calabouço onde me atiravam.

"Algumas vezes me jogaram sobre a mesa de torturas e me esticaram, amarrando pés e mãos a algum instrumento que não posso descrever porque não vi, mas que me produzia a sensação de que iam arrancar-me partes do corpo. Em determinado momento, estando de bruços sobre a mesa de tortura, segurando-me a cabeça fixamente, me tiraram a venda dos olhos e me mostraram um trapo manchado de sangue. Perguntaram-me se o reconhecia e, sem esperar muito a resposta, que eu não tinha por ser irreconhecível (além de ter a visão muito afetada), me disseram que era uma calcinha de minha mulher. E nada mais. Para que eu sofresse... Voltaram a vendá-lo-me e continuaram me espancando.

"No décimo dia da chegada neste 'chupadero', levaram minha mulher, Hilda Nora Ereñú, até onde eu estava atirado. Eu a vi muito mal. Seu estado físico era deplorável. Só nos deixaram dois ou três minutos juntos. Em presença de um torturador. Quando a levaram, pensei (depois soube que ambos pensamos) que essa era a última vez que nos víamos. Que era o fim para ambos. Apesar de me informarem que ela havia sido liberada junto com outras pessoas, só voltei a saber dela quando, 'legalizado' na Delegacia de Gregorio de Laferrère, apresentou-se na primeira visita, junto com minhas filhas.

"Também me queimaram, em duas ou três oportunidades, com algum instrumento metálico. Não o vi, mas a sensação era de que me encostavam algo duro. Não um cigarro, que se amassa, mas sim algo parecido com um prego incandescente.

"Um dia me atiraram de bruços sobre a mesa, me amarraram (como sempre) e com toda a paciência começaram a esfolar-me as plantas dos pés. Suponho, não vi porque estava 'tabicado', que o faziam com uma lâmina de barbear ou um bisturi. Às vezes sentia como se tirassem a pele (borda da chaga) com uma pinça. Desta vez desmaiei. E daí em diante foi muito estranho, porque o desmaio se converteu em algo que me ocorria com espantosa facilidade. Inclusive na vez em que, mostrando-me outros trapos ensangüentados, me disseram que eram as calcinhas das minhas filhas. E me perguntaram se queria que as torturassem comigo ou em separado.

"Desde então, comeci a sentir que convivía com a morte.

"Quando não estava em sessão de tortura, me alucinava com elas. Às vezes acordado e outras em sonhos.

"Quando vinham buscar-me para uma nova 'sessão', faziam-no gritando e entravam na cela chutando a porta e golpeando o que encontravam. Violentemente.

"Por isso, antes que se aproximassem de mim, já sabia o que me esperava. Por isso, também, vivia na expectativa do momento em que iam aproximar-se para me buscar.

"De todo esse tempo, a lembrança mais vívida, mais aterrorizante, era essa de estar convivendo com a morte. Sentia que não podia pensar. Procurava, desesperadamente, um pensamento para poder convencer-me de que estava vivo. De que não

estava louco. E, ao mesmo tempo, desejava com todas as minhas forças que me matassem o quanto antes.

"A luta em meu cérebro era constante. Por um lado: 'recobrar a lucidez e que não me desestruturassem as idéias', e por outro: 'que acabassem comigo de uma vez'. "A sensação era de que girava no vácuo num grande cilindro viscoso, pelo qual deslizava sem poder agarrar-me a nada.

"A lembrança de todo esse tempo é tão concreta e ao mesmo tempo tão íntima que sinto como se fosse uma víscera que existe realmente.

"Em meio a todo este terror, não sei bem quando, um dia me levaram ao 'quirófano' e, novamente, como sempre, depois de amarrar-me, começaram a retorcer-me os testículos. Não sei se era manualmente ou por meio de algum aparelho. Nunca senti uma dor semelhante. Era como se me dilacerassem todo, desde a garganta e o cérebro até embaixo. Como se garganta, cérebro, estômago e testículos estivessem unidos por um fio de nylon e fossem puxados ao mesmo tempo em que era tudo amassado. O desejo era que conseguissem arrancar-me tudo, e ficar definitivamente vazio.

"E eu desmaiava.

"E, sem saber quando nem como, recuperava a consciência e já estavam me arrancando de novo. E novamente estava desmaiando.

"Nesta época, desde os quinze ou dezoito dias a partir do meu seqüestro, sofria de uma insuficiência renal com retenção de urina. Três meses e meio depois, preso na Penitenciária de Villa Devoto, os médicos da Cruz Vermelha Internacional diagnosticam uma insuficiência renal aguda grave de origem traumática, oriunda das surras.

"Aproximadamente 25 dias depois do meu seqüestro, pela primeira vez, depois do mais absoluto isolamento, me jogam num calabouço onde se encontra outra pessoa. Se tratava de um amigo meu, companheiro de trabalho no Consultório do Conjunto Habitacional: o Dr. Francisco García Fernández.

"Eu estava muito estropiado. Ele me fez os primeiros e precaríssimos curativos, porque eu, em todo este tempo, não tinha nem noção nem capacidade para tomar qualquer tipo de cuidado nem limpeza.

"Somente alguns dias depois, tirando o 'tabique' dos olhos, pude apreciar os danos que haviam me produzido. Antes não me foi possível, não porque não tivesse tentado 'destabicar-me' e olhar, mas sim porque até então tinha a visão muito deteriorada.

"Então pude ver meus testículos...

"Recordei que, quando estudava medicina, no livro texto, o famosíssimo Housay, havia uma fotografia na qual um homem, devido ao tamanho enorme que haviam adquirido seus testículos, carregava-os em um carrinho de mão. O tamanho dos meus era similar àquele e sua cor de um azul enegrecido intenso.

"Outro dia me levaram e, apesar do tamanho dos testículos, me deitaram mais uma vez de bruços. Me amarraram e, sem embaraço, machucando deliberadamente, me violaram, introduzindo-me no ânus um objeto metálico. Depois me aplicaram eletricidade por meio desse objeto, introduzido como estava. Não sei descrever a sensação de como me queimava tudo por dentro.

"A intensidade da tortura diminuiu. Isoladamente, duas ou três vezes por semana, me davam alguma surra. Porém, já não com instrumentos e sim, geralmente, socos e pontapés.

"Com este novo regime, comparativamente terapêutico, comeci a recuperar-me fisicamente. Havia perdido mais de 25 kg de peso e sofria da insuficiência renal já mencionada.

“Dois meses antes do seqüestro, isto é, por fevereiro desse ano, sofri uma recaída de uma antiga salmonelose (febre tifóide).

“Entre 20 e 25 de maio, isto é, uns 45 ou 50 dias depois do seqüestro, tive uma recaída da salmonelose associada à minha fraqueza física”.

À tortura física, aplicada desde o primeiro momento, acrescentava-se a psicológica (já mencionada em parte), que continuava durante todo o tempo de cativo, mesmo depois de cessados os interrogatórios e tormentos corporais. A isto somavam-se vexames e degradações ilimitadas.

“O trato habitual dos torturadores e guardas, conosco, era o de considerar-nos menos do que servos. Éramos como coisas. Além disso, coisas inúteis. E incômodas. Suas expressões: ‘você é merda’. ‘Desde que te ‘chupamos’ você não é nada’. ‘Além disso ninguém se lembra de você’. ‘Você não existe’. ‘Se alguém te procurasse (não procuram), acha que iam te encontrar aqui?’ ‘Nós somos tudo para ti’. ‘A justiça somos nós’. ‘Somos Deus.’

“Isto dito insistentemente. Por todos. Todo o tempo, muitas vezes acompanhado de uma bofetada, rasteira, encontrão ou pontapé. Ou ao molhar-nos a cela, o colchão e a roupa às 2 da madrugada. Era inverno. No entanto, com o decorrer das semanas, havia começado a identificar vozes, nomes (entre eles: Tiburón, Víbora, Rubio, Panza, Luz, Tete). Também movimentos, que foram me confirmando (juntamente com a dedução prévia, por causa da estrada que poderia assegurar que percorremos) a opinião de que o lugar de detenção tinha as características de uma dependência policial. Juntando os dados (aos quais podemos agregar a proximidade de uma delegacia, uma escola — ouviam-se cantos de meninas — também vizinha, a proximidade — sinos — de uma igreja), se pode inferir que tratou-se da Brigada de Investigaciones de San Justo.

“Entre as pessoas com as quais compartilhei o cativo — sei porque ouvi suas vozes e me disseram seus nomes, ainda que em celas separadas —, estavam: Aureliano Araujo, Olga Araujo, Abel de León, Amalia Marrone, Atilio Barberan, Jorge Heuman, Raúl Petruich, Norma Ereñú.

“No dia 1º de junho, dia do início do Mundial de Futebol, junto com outros seis presos-desaparecidos, fui transportado em um veículo tipo camioneta (empilhados como sacos, uns sobre os outros), com os olhos vendados, para a Delegacia de Gregorio de Laferrere.

“Participou do transporte um dos mais ativos torturadores. Também posso afirmar que foi ele que me baleou quando me seqüestraram.

“O trajeto e o tempo gasto corroboram a hipótese anterior com respeito ao Centro Clandestino.

“Um dado prévio, de suma importância, depois, é o da minha participação profissional, a partir de 1971, na Escuela Piloto de Integración Social de Niños Discapacitados, que havia sido criada em 1963. Funcionava em Hurlingham, distrito de Morón.

“Depois de permanecer dois meses na solitária dessa Delegacia (uma noite me fizeram assinar um papel — com os olhos vendados —, que depois utilizaram como primeira declaração diante do Consejo de Guerra Estable 1/1), em 18 de agosto me levaram ao Regimento de Palermo, onde o Juiz de Instrução me faz saber das acusações. Entre elas figurava a minha participação na Escuela Piloto de Hurlingham, mencionada anteriormente.

“Ali denunciei todas as violações, incluindo as torturas, o saque do meu lar e a assinatura da declaração sob coação e sem tê-la lido”.

O Dr. Norberto Liwsky foi conduzido ao Tribunal Militar — Consejo de Guerra Estable N° 1/1. — Este declarou-se incompetente, por não ter acusações a fazer-lhe. Transferidos os autos para a Justiça Federal, expede-se imediatamente a soltura definitiva. Todo o martírio relatado foi suportado por uma pessoa contra a qual ninguém formulou acusação nenhuma.

Com o senhor Oscar Martín Guidone, residente em Luján de Cuyo, Província de Mendoza, observaremos outra conseqüência dos tormentos. Declara que foi preso por uma patrulha do Exército e levado ao Regimento. E que lá, no dia 2 de junho de 1976, depois de uma semana:

“...amarram-lhe as mãos a uma parede, com os braços abertos, podendo apoiar somente a ponta dos pés no chão. Ameaçam-no e insultam-no permanentemente. Começam a bater-lhe com algo duro (tipo luvas de boxe), porém grande, que lhe atingia, cada vez que o golpeavam, mais da metade do abdômen. Isso durou três horas, aproximadamente. Interrogavam-no sobre nomes e pessoas. Isso se chamava 'sessão de amaciamento'.

“Levam-no à guarda numa situação muito ruim; tanto é que as pessoas presas no local começaram a bater nas grades, pedindo que fosse imediatamente atendido. É levado ao Hospital Militar de Mendoza, em um caminhão onde é atendido por médicos do hospital citado. Colocam guardas armados à porta. A ordem era de que, nesse lugar, não entrasse nem o presidente da República. Ao lado estava o ex-governador Martínez Baca.

“Depois se reúne uma junta médica, manifestando-lhe que sabiam que o depoente estudava medicina, dizendo-lhe que saberia o que era uma segunda eclosão de baço e sendo assim teriam que operá-lo. Operam-no no dia seguinte, fazendo-lhe uma 'laparotomia'.

(.....)

“Fizeram-lhe o tratamento estando enfaixado. Aos 20 dias, volta ao 8° Regimento (que fica ao lado do Hospital Militar). Até permitem-lhe continuar estudando os livros de medicina. O depoente, por seus conhecimentos, ajudava a outros presos que saíam das sessões de tortura. Em uma oportunidade, 45 dias depois de sua operação, amarram-lhe as mãos e vendam-lhe os olhos, transportando-o, em um caminhão, por um trajeto muito curto, a um lugar de torturas. Um daqueles que o levava tinha uma respiração muito agitada, como se estivesse drogado. Descem-no do caminhão e um deles lhe diz 'já começamos mal', já que o havia machucado. Interrogam-no sobre sua ideologia, ele responde que não tem, e a cada resposta negativa fazem-no tirar uma peça de roupa, até deixá-lo completamente nu.

“Logo depois disso, amarram-no a uma mesa, prendendo-o de costas com correntes. Estava com todos os membros em posição aberta. Começam a torturá-lo com picana elétrica, de intensidade variada, acusando-o pela demissão de dois companheiros que o haviam torturado antes, deixando-o com os problemas físicos que o levaram a operar-se. Davam tiros sobre o seu corpo e o ameaçavam constantemente de tirar-lhe a vida e eliminar sua família. Este tormento dura umas duas ou três horas. Na parte final da tortura, aplicam-lhe uma alta voltagem, o que faz com que seu corpo se contraia a tal ponto que cortou as correntes que o ligavam à mesa. Diziam-lhe que seus bigodes eram mais de fascista que de comunista, que ele havia se enganado de ideologia. As conseqüências desta sessão duram vários dias, com uma grande depressão e conseqüências físicas.

(.....)

“Em agosto de 1978 é liberado” (Pasta N° 6837).

O senhor Luis Alberto Urquiza, que era estudante de psicologia, ingressou na Escola de Suboficiais da Polícia da Província de Córdoba, no dia 1º de novembro de 1974.

Por causa de seus estudos universitários, foi repetidamente perseguido pelo Oficial instrutor.

Posteriormente, após longas aventuras minuciosamente narradas pelo denunciante e de haver trabalhado, já diplomado, em dependências relacionadas com a "inteligência", foi feito prisioneiro.

O depoimento do senhor Urquiza (Pasta Nº 3847) foi dado no dia 22 de março de 1984, em Copenhague, na Embaixada da República Argentina, na Dinamarca.

Sua prisão aconteceu em Córdoba, em 12 de novembro de 1976. Sofre torturas que serão detalhadas ao tratar-se do genericamente chamado "submarino" e simulação de fuzilamento.

"...então começam os golpes. No dia seguinte, sou novamente espancado por várias pessoas, reconheço a voz do Delegado Principal Roselli, que foi visitar o local devido à nossa prisão, e também consigo reconhecer a voz do assessor do Chefe de Polícia, um tenente coronel que também me espanca. Durante todo o dia sou espancado com socos e pontapés por pessoas que passavam pelo lugar. No terceiro dia, sou espancado durante a tarde por várias pessoas, entre elas uma me perguntou se o reconhecia, sendo o 'Oficial Ayudante, Dardo Rocha, ex-instrutor da Escola de Polícia e nesse momento exercendo funções no 'Comando Radioelétrico'. Sinto que tenho várias costelas quebradas, pela forte dor ao respirar, pedindo ao Oficial de guarda a assistência de um médico, que me é negada. No dia 15 de novembro, volto a ser espancado durante a noite, especialmente por um grupo de várias pessoas da Brigada de Informações. Consistia em estar no meio de um círculo de pessoas, e do interior era jogado com empurrões e pontapés até o grupo de pessoas, e de lá devolvido ao centro do círculo da mesma maneira. Cair significava ser pisoteado e levantado pelos cabelos.

(.....)

"Na madrugada do dia 16, sou conduzido ao banheiro pelo Oficial de guarda Francisco Gontero que, de uma distância de 4 ou 5 metros, carrega sua pistola calibre 45 e faz três disparos, um dos quais me atravessa a perna direita à altura do joelho. Me deixa parado sangrando, uns 20 minutos; a mesma pessoa me rasga a calça e me introduz um pedaço de pau na ferida, e, posteriormente, o dedo. Ao chegarem várias pessoas ao lugar, este mesmo oficial argumenta que eu havia tentado tirar-lhe a arma e fugir. Sou separado dos outros presos e posto numa peça escura, e me é negado ir ao banheiro, devendo fazer minhas necessidades fisiológicas nas próprias calças. Sou examinado por um médico, que me aplica uma injeção e me dá calmantes, mas não me fornece nenhum outro tipo de medicamento, e minha perna é enfaixada. Este médico era o médico forense de plantão da Policlínica Policial, naquela data.

"Durante o dia 16, sou espancado, sobretudo na perna ferida, passando dois dias no chão e não podendo lembrar mais nada devido às fortes dores e ao estado de semi-inconsciência em que me encontrava".

Luis Alberto Urquiza foi posto em liberdade, por falta de mérito, em agosto de 1978, permanecendo na Argentina até setembro de 1979.

A Dra. Teresita Hazurun (Pasta Nº 1127) argentina, advogada, foi seqüestrada no sábado, dia 20 de novembro de 1976, às 11 horas. Foi levada pelo pró-

prio Chefe de Polícia, sem fazer nenhuma tentativa de resistência, por acreditar que era requerida, dada sua profissão, para atender a algum caso.

A Dra. Hazurun foi submetida às torturas habituais (espancamento e “picana”), além de outros procedimentos inéditos, que ela vê serem aplicados a outras pessoas, como o “enterramento”, descrito em seu relato. Foi levada aos escritórios da SIDE na rua Belgrano, da própria cidade de Frías, Santiago del Estero:

“No dia 22 (segunda-feira), às 8 horas, chegaram duas pessoas que conduziram-na ao fundo dos escritórios, onde havia uma peça. Introduziram-na aí e começaram a dar-lhe pancadas no estômago e no rosto. Era interrogada por Mussa Assar (reconheceu-o pela voz).

“Perguntam-lhe sobre seu ex-noivo, Hugo Libaak, a que se dedicava ele, que atividades, com quem se reunia. Em seguida, não obtendo resposta, deitaram-na numa cama, onde lhe aplicaram a ‘picana’ em diversos locais do corpo.

(.....)
“Quando as pessoas chegavam ali, eram levadas a fossos que eram cavados na terra com antecedência; enterravam ali as pessoas até o pescoço, às vezes durante quatro dias ou mais, até que pediam que os tirassem, decididos a falar. Mantinham-nos sem água e sem comida, ao sol ou sob a chuva. Ao desenterrá-los (eram enterrados nus), tinham vergões das picadas de insetos e formigas. Dali, levavam-nos à sala de torturas (ao lado existia um quarto onde moravam os torturadores).

“Os presos-desaparecidos de lá diziam que o torturador era o Capitão da Companhia de Monte. Tinham um instrumento de tortura que era um telefone (‘picana’ simultânea nos dentes e nas orelhas)”.

Em meio a esta tragédia, o absurdo. Uma pessoa que não só foi levada até os limites, como também sequer entendia o que lhe perguntavam. Como poderia acontecer a qualquer um para quem o jargão utilizado pelos torturadores fosse desconhecido.

Por isso serão esclarecedores os fragmentos do depoimento de Antonio Horacio Miño Retamozo (Pasta N° 3721), seqüestrado em seu local de trabalho na Capital Federal, no dia 23 de agosto de 1976. O procedimento foi o habitual. Em primeiro lugar, levaram-no à Delegacia de Polícia N° 33. Assim ele nos diz:

“Na 33ª Delegacia, as coisas começaram normalmente.

“Fui interrogado primeiro sobre meu nome e sobrenome, ‘nome de guerra’ (e eu não sabia o que era), grau com que militava na ‘orga’ (e eu tampouco sabia do que se tratava) e em seguida me foi oferecido passaporte, passagem de avião e mil dólares para sair do País. Desconhecendo o que me perguntavam e negando-me a responder-lhes, terminou o diálogo e começou a ‘persuasão’. Fui vendado e começaram as pancadas.

“Rodeado por 3 ou 4 indivíduos, começaram a chover socos e pontapés em todas as partes e por todos os lados. Persistindo na minha atitude, fui ameaçado por métodos mais poderosos: garrotes e cassetetes de borracha; repetindo-se a seqüência interrogatório-pancadas até que perderam a paciência e, para serem mais eficazes, me levaram à Superintendência de Segurança Federal, Coordenação, enrolado em algo grosso, que bem poderia ser um tapete. Me puseram num carro de patrulha, no chão, na parte de trás. Dois ou três pisavam em mim para que não me movesse.

"Ali, fui levado diretamente à 'parrilla', amarrado ao elástico metálico de uma cama, ligado pelos pés e mãos com eletrodos e 'acariciado' pela 'picana' em todo o corpo, com especial crueldade e intensidade nos genitais.

(.....)

"Sobre a 'parrilla' a gente salta, na medida que permitem as ligaduras, se agita e trata de evitar o contato com os ferros em brasa. A 'picana' era manejada como um bisturi e o 'especialista' era orientado por um médico, que dizia se eu ainda podia agüentar mais. Depois de uma interminável sessão, me desamarraram e se reiniciaram os interrogatórios.

"Me pressionavam com perguntas sobre o 'cope del rim' e eu pensava o que podia ser 'cope del rim' e não entendia nada desta gíria. E em seguida estava de novo na 'parrilla' e repetiam-se os interrogatórios-'picana'-'parrilla'. Voltavam a repetir as mesmas perguntas, mudando o sentido e a formulação, a fim de encontrar respostas e contradições.

"Apenas no ano seguinte, e por confiança de um prisioneiro, soube que o 'cope del rim' se referia à ocupação do Regimento de Infantaria de Monte N° 29, de Formosa, ocorrido a 5 de outubro de 1975, cidade na qual eu vivi durante todo aquele ano.

"Depois os interrogatórios se fizeram mais curtos, mas a 'picana' era mais forte, perseguindo com obstinação os esfínteres, sendo verdadeiramente horrendo os eletrodos nos dentes, o que parece um trovão que faz a cabeça voar em pedaços, e um cordão fino com pequenas bolinhas que me introduziam na boca, e que é muito difícil de engolir porque provoca náuseas e vômitos, esfincificando-se, por isso, os castigos, até conseguir que a pessoa engula. Cada bolinha era um eletrodo, e quando funcionavam parecia que mil cristais se quebravam, se estilhaçavam no interior da gente e se deslocavam pelo corpo, ferindo-o todo. Eram tão enlouquecedores que a gente não podia nem gritar, nem gemer, nem mover-se. Um tremor convulsivo que, se a gente não estivesse amarrado, empurraria à posição fetal. Fica-se tremendo por várias horas, com todo o interior feito uma chaga e uma sede que não se pode agüentar, porém o medo do espasmo é maior e, por isso, por vários dias a pessoa não come nem bebe, apesar de que eles querem obrigá-la a que o faça.

"Todos os dias inventavam coisas diferentes para castigar-nos de forma coletiva. Uma vez foi bestial. Veio uma pessoa que se fazia chamar 'tenente' e disse a alguém que ele nos estava dando instrução militar, o que não era verdade, nós estávamos fortemente vendidos, não podíamos falar. Ali quase sempre havia guardas e sempre estavam entrando e saindo, levando e trazendo gente.

"Levaram-nos a um lugar que imagino fosse um salão grande, nos rodearam e começaram a golpear-nos em todas as partes, porém de preferência nos cotovelos e joelhos; nos chocávamos uns contra os outros; choviavam golpes de todas as partes; tropeçávamos e caíamos. E, quando estávamos todos 'destroçados', no chão, começavam a atirar-nos água gelada e, com 'picanas', nos levantavam e nos levavam de novo ao nosso antigo lugar. Nos deixavam todos apinhados, tremendo, molhados, tiritantes, aproximando-nos uns dos outros para dar-nos calor.

(.....)

"Escutavam-se vozes que abafavam o constante testemunho de alguém que era torturado, e indicavam que estavam jogando cartas. Quando terminavam a partida, se divertiam maltratando-nos.

"Quando nos levavam da 'leonerá' à sala de tortura-interrogatório-maus tratos, tinha-se que subir três degraus e descer dois, ou, vice-versa, subir dois e descer três e nos faziam dar voltas, para desorientar-nos.

"A noite de quarta-feira, 1° de setembro, foi noite de 'transporte', para alguns;

com ele, o medo e a insegurança, pois naqueles dias era coisa muito sabida que os presos eram eliminados nos 'traslados', forjando-se 'enfrentamentos'.

(.....)
"Fomos levados a um L. T., ou seja, um 'lugar transitório', de 'amaciamento', prévio à eliminação. Ali a tortura era tal que não tínhamos nome nem sobrenome, e sim número, correspondendo-me o 11.

"Aquilo parecia um porão, éramos 15 e, entre nós, reconheci a voz de Puértolas, devido a uma entonação aguda que ainda me segue como um cachorro.

(.....)
"O castigo era brutal, na quinta-feira me levaram duas vezes e na sexta me deram a surra mais bestial que jamais recebera. Havia alguém na 'parrilla'; parecia Puértolas, ainda que fosse muito difícil reconhecer a voz; estávamos muito machucados. Me atravessaram na cama sobre ele e quando me 'picaneavam' ele saltava sobre a cama. Com os pés eu tocava uma parede e, por tocá-la, por mover-me, por sujá-la, recebia pancadas nas pernas."

Depois de sucessivos maus tratos e ameaças de morte, Miño Retamozo foi levado ao Regimento de Infantaria de Monte 29.

"Cheguei com um cartaz maior do que estrela de cinema, pois para eles era eu quem havia planejado a ocupação do Regimento.

"Na segunda-feira, cedo, começaram a trabalhar, e faziam-no pela manhã, tarde e noite. Nos primeiros dias, entre uma sessão e outra, ficava nu, amarrado a uma cama, com um guarda ao lado e sem comer. À noite, era levado a um corredor e jogado junto aos outros prisioneiros, que não sabiam o que fazer, querendo afastar-se de mim por temor a serem confundidos e levados em meu lugar. À noite chegava 'a voz feminina', conhecido Oficial de 'Gendarmeria' que impostava a voz, e a primeira coisa que fazia era acariciar os testículos do prisioneiro, antecipando-se ao gozo do que haveria de ser seu trabalho.

"Assim durante três semanas, manhã, tarde e noite afogando-me com sacos de plástico ou enfiando-me a cabeça na água ou dilacerando-me com o 'capacete da morte' (horripilante aparelho cheio de eletrodos que se coloca na cabeça), que nem sequer permitia dizer não. Simplesmente o corpo se dilacera entre gritos de dor.

"Uma noite, se entretiveram com um garoto de Las Palmas (Chaco) e eu. Os soldados se entretinham ouvindo rádio; jogavam Patria, o time local, e Rosario Central. Durante toda a partida, aplicaram o capacete no garoto, que a partir desse momento ficou louco umas duas semanas. Depois voltou a ser a minha vez. Durante os interrogatórios, sempre havia alguém que, com uma madeirinha, arrebentava um dos nós dos dedos das mãos ou dos pés",

Sobre sua posterior remoção a Formosa, Miño Retamozo acrescenta:

"Sendo Formosa uma cidade de aproximadamente 100.000 habitantes, quase todos que ali estavam conheciam a identidade dos torturadores, como o Sargento ou Primeiro Sargento Eduardo Steinberg, o Segundo Comandante Domato; a 'morte com voz feminina', também Segundo Comandante de Gendarmeria.

(.....)
"Quando a guarda era um pouco condescendente, pedíamos um balde de água e podíamos banhar-nos. A primeira vez que me banhei quase morro. Quando levan-

tei a venda me pareceu impossível reconhecer-me. Estava cheio de marcas, como se tivesse me rolado sobre arame farpado, cheio de queimaduras, desde cigarros até o bisturi elétrico, era o mapa da miséria. O 'bisturi elétrico' corta, queima e cauteriza. Utilizaram-no pouco comigo, em relação ao que fizeram com Velázquez Ibarra e demais prisioneiros. De lá conservo marcas nas costas. Eletrodos ou bisturi? Enquanto as costas em carne viva, grudava-se à camisa; com o calor e a sujeira começou a se decompor e eu não me dava conta. Meus companheiros chamaram um soldado da enfermaria para que me desinfectasse a ferida.

(.....)

"Um dia conheci, por fim, qual havia sido a lógica do meu infortúnio, se é que pode-se falar de lógica nestes casos. Enquanto os presos políticos estavam de recreio, do calabouço da frente alguém me relatou que Mirta Infrán havia 'cantado'. Primeiro torturaram o marido até destroçá-lo. Depois eliminaram-no. Então começaram com ela. Em determinado momento se perdeu, tentou salvar-se ou tropeçou nas portas da demência e começou a 'cantar' coisas inverossímeis. Mandou à prisão, facilmente, mais de 50 pessoas e disse que eu havia planejado a ocupação do Regimento; que militava na organização 'Montoneros' e que eles haviam me oferecido apoio logístico.

(.....)

"No ano de 1975 eu conheci Mirta Infrán, ela tinha 19 anos, trabalhava em um Tribunal e freqüentava o mesmo Curso que eu, o primeiro ano de Engenharia Florestal, e havia entre nós uma amizade superficial.

"Fui colocado em liberdade a 6 de junho de 1977".

No caso que acabamos de transcrever, bastou um conhecimento fortuito, uma denúncia surgida do desvario durante a tortura infligida a Mirta Infrán, para levar Miño Retamozo a percorrer o calvário relatado.

Igualmente significativo é o testemunho do senhor Oscar Alberto Paillalef (Pasta Nº 6956), de General Roca (Rio Negro).

O senhor Paillalef foi intimado pela polícia local a apresentar-se ao Comando da VI Brigada de Neuquén. Como estava utilizando um automóvel da empresa para a qual trabalhava, permitiram-lhe que retornasse no mesmo. Disseram-lhe que devia voltar, porque teria que ser interrogado pelo Major Reinhold, da Inteligência. Voltou no dia 19 do mesmo mês.

"Fui levado a um lugar que aparentemente ficava ao lado do edifício em que me encontrava. Ali havia outra cama, onde fui colocado. Duas pessoas estavam na minha frente, uma interrogava e a outra supostamente era ajudante. À medida que me interrogavam, continuavam me espancando e me colocaram o que eles chamavam 'os fios', que era a 'picana elétrica', na parte interior dos braços e em seguida entre as vendas que tinha exatamente nas têmporas. Depois de estar um longo tempo assim, fui transportado ao meu lugar primitivo.

"Assim seguiram as coisas, havia guardas que espancavam, chutavam e apertavam as algemas até machucar os punhos. Os interrogatórios continuaram até o dia 29, mais ou menos, dia sim, dia não. Várias vezes fizeram um jogo macabro comigo: colocavam na minha cabeça o cano de uma arma e rindo-se apertavam o gatilho e o disparo não saía. À noite, quando havia mais tranqüilidade, se ouviam passar caminhões bastante perto, o que me fazia pensar que estávamos muito próximos da rodovia 22 e, na minha opinião, nos encontrávamos no Batalhão 181.

"Todas as vezes que me levaram aos interrogatórios, além da sessão de perguntas, era conduzido e retornava ao local sob pancadas. Uma noite, entre ameaças de que iam me arrebentar, enfiaram-me cinzas de cigarros entre a venda e os olhos para que, segundo diziam, 'te apodreçam os olhos!'"

Em alguns casos, como o do senhor José Antonio Giménez (Pasta N° 3035), de 53 anos de idade, que vive na localidade Centenario, Neuquén, preso a 10 de janeiro de 1977, em frente à sua casa, utilizou-se uma pequena variante:

"...vendado, e com algodões nos olhos para impedir-me de ver, o que não impediu que a dita venda se afrouxasse em algum momento e que pudesse observar que alguns dos guardas que se encontravam ali usavam botas do Exército. E, ainda mais, em uma oportunidade, em que pretenderam que assinasse uma declaração — que não assinei —, me tiraram as vendas e a pessoa que me falava, um homem jovem, o fazia vestido com uniforme militar e com uma máscara antiga colocada, que lhe cobria todo o rosto.

"Nesse lugar, fui submetido a torturas, que consistiam em ser pendurado pelos braços para trás numa parede, e pelas pernas, noutra; isto é, com o corpo suspenso, e com a aplicação de eletrodos nas têmporas, presos pela venda antes descrita, e com a aplicação de corrente mediante tais eletrodos. Isto se realizava em outro local, construído precariamente com chapas de zinco e armação de madeira, semelhante a algumas casinhas existentes em estações de trens. Estas 'sessões' repetiram-se várias vezes, sem que eu possa precisar quantas, com interrogatórios que se limitavam a ordenar-me que 'cantasse', isto é, que dissesse o que sabia, sem fazer-me nenhuma pergunta específica sobre nenhum fato, circunstância, lugar ou data, nem referente a qualquer pessoa em particular, a ponto de terem me exigido, finalmente, escrever de próprio punho uma descrição de meus atos na época imediatamente anterior ao meu seqüestro, coisa que comeci e fui interrompido sem me deixarem assinar o escrito, sem dúvida porque o mesmo não lhes servia".

No dia 20 de janeiro de 1976, à noite, enquanto jantava, seqüestraram Santos Aurelio Chaparro, da sua casa no "Ingenio La Florida", de Tucumán. Os seqüestradores deslocavam-se em três automóveis e vestiam fardetas. Alguns estavam à paisana. Reconheceu o lugar ao qual o levaram. Tratava-se da Chefatura de Polícia de Tucumán. Diz que obrigaram-no a permanecer numa sala com outros presos. E segue:

"...Que depois de permanecer dois dias preso ilegalmente nessas condições, duas pessoas, que não eram as que o seqüestraram, levam-no para outra sala menor, onde o despem e amarram a uma cama que é denominada 'parilla'. Colocam-lhe fios na cabeça e começam a torturá-lo com corrente elétrica. Que passam-lhe 'picana' por todo o corpo, preferentemente na zona genital, peitoral e na cabeça, boca, genívas, etc. Que torturam-no por duas horas, aproximadamente. Que em seguida o tiram dali, levando-o a outra sala do citado edifício, onde um grupo de pessoas o submete a uma brutal surra de socos e pontapés. Que isto se prolonga durante muitas horas. Que o depoente manifesta que perdeu a consciência. Que depois é levado à sala onde estava a princípio. Que esta forma de tortura acontecia todos os dias e por um período de 20 dias". (Pasta N° 5522).

O senhor Chaparro é levado a um campo de “recuperação”, para recompor-se de seu estado lamentável. Depois de 25 dias, retorna à Chefatura de Polícia, onde aplicam-lhe torturas de forma mais leve, por cinco dias. Prometem deixá-lo em liberdade, porém cancelam a ordem no momento de assiná-la. Isto ocorre na Escola de Educação Física, em 24 de março de 1976; e continua:

“Que depois deste período é novamente removido para uma salinha, onde novamente o torturam. Que nesta oportunidade, o depoente manifesta que fazem-no ingerir grande quantidade de água, enquanto é torturado com ‘picana’ elétrica. Que lhe colocam uma garrafa na boca, dizendo-lhe que iam fazê-lo tomar toda a água do rio Salí. Que toma duas garrafas de água. Que é repetidamente submetido à ‘picana’. Que em seguida é brutalmente espancado, voltando a ficar inconsciente e completamente ensangüentado. Que lhe saía água por diferentes orifícios do corpo. Que aparentemente se assustaram da condição do depoente, já que em seguida tratam de reabilitá-lo. Que permanece neste lugar durante uns 20 dias. Que logo o mudam para outro lugar, que não pode determinar precisamente.

“Que ali é torturado em uma mesa com ‘picana’ elétrica. Também é submetido ao ‘submarino’ no recipiente de 200 litros. Que quando se encontrava dentro deste batiam no recipiente e também lhe aplicaram eletricidade nessas condições.

(.....)

“Que é comunicado ao depoente que seria eliminado. Que o chamam por seu sobrenome e submetem-no a uma brutal sessão de tortura, que consistiu em ‘picana’ elétrica, e depois disso é obrigado a colocar-se contra uma parede. Um homem de gendarmeria (do qual havia visto um gorro militar) lhe dá um chute de ‘karatê’ nas costas, depois do qual o depoente diz que desmaiou.

“Que depois é brutalmente espancado com paus. Que presume que lhe quebram o esterno e lhe fraturam falanges dos dedos. Que devido aos golpes se rompem os grilhões que o prendiam. Que perde a consciência. Que fica com lesões permanentes, como zumbidos no ouvido esquerdo, insensibilidade dos dedos dos pés, etc. “Que depois foi removido à Penitenciária de La Plata, dando-lhe, em 23 de março de 1982, a liberdade vigiada”.

Para não estendermo-nos desnecessariamente, omitiremos os detalhes da operação de seqüestro do senhor Orlando Luis Stirnemann, de Río Gallegos, preso na Província de Santa Fé. Somente faremos menção à frase de um dos seqüestradores. No momento em que acontecia o fato, ao perguntar-se-lhe porque não o ‘tabicavam’, respondeu: “Não é necessário e ele o sabe. Já é cadáver.”

(.....)

“15 dias depois de ter sido levado a esse Centro de Detenção, fui transferido para outro, presumivelmente dentro da mesma jurisdição do Exército.

“Para interrogar os presos, utilizavam métodos de tortura, entre eles ‘picana’ elétrica, para a qual utilizavam um aparelho de alta potência que, quando era aplicado, provocava a contração da língua, de maneira que era impossível gritar durante a aplicação. Outro sistema era colocar um gato dentro da roupa do interrogado, ao qual aplicavam a ‘picana’, reagindo violentamente e machucando o interrogado” (Pasta N° 4337).

Com o depoimento apresentado pelo senhor Enrique Rodríguez Larreta (Pasta Nº 2539), nos encontraremos diante de novas formas de aplicar tormentos. Resumiremos suas declarações aos parágrafos indispensáveis:

(.....)

"Na noite seguinte, é a minha vez de ser conduzido ao pavimento superior, onde me interrogam sob tortura, como a todos nós, homens e mulheres que estivemos ali. Lá me despem completamente e, colocando-me os braços para trás, me penduram pelos punhos até uns 20 ou 30 cm do chão.

"Ao mesmo tempo, me colocam uma espécie de tanga, na qual há várias terminações elétricas. Quando é conectada, a vítima recebe eletricidade em vários pontos de uma só vez. Este aparelho, ao qual chamam 'máquina', é conectado enquanto se fazem as perguntas e se proferem ameaças e insultos, dando-se também pancadas nas partes mais sensíveis.

"O chão, debaixo do lugar onde se penduram os presos, está profusamente molhado e cheio de cristais de sal grosso, com o fim de multiplicar a tortura, caso a pessoa consiga apoiar os pés no piso.

"Várias das pessoas que estavam presas junto comigo se desprenderam do aparato de pendurar e bateram contra o chão, causando-se sérios ferimentos. Recordo em especial o caso de quem, depois soube, era Edelweiss Zahn de Andrés, que sofreu profundos cortes nas têmporas e nos tornozelos, que depois infeccionaram".

O senhor Antonio Cruz, argentino, casado, domiciliado na Capital Federal, foi membro da Gendarmaria Nacional desde 31 de dezembro de 1972 (data em que ingressou, segundo o Boletim Reservado 1460, separata 3-6), até o dia 31 de dezembro de 1977, em que deu baixa, segundo o M.M.C. (Mensagem Militar Conjunta-SD5289/77).

Do seu depoimento, transcreveremos as partes mais significativas:

"Aqui, devo passar a referir-me ao LRD (Lugar de Reunião de Detidos) denominado 'La Escuelita'. Estava situada em Famaillá, a umas duas ou três quadras dos trilhos da ferrovia que vai a San Miguel de Tucumán.

(.....)

"Neste local, no momento de nossa chegada, estava localizado o setor de cães de guerra.

"Passarei a descrever a Sala de Interrogatórios, que estava localizada na última sala de aula da Escola, encontrando-se, no seu interior, uma cama do tipo militar, de ferro, uma mesa e fotos dos presos... Também existia um telefone de campanha a pilhas que, ao girar a manivela, gerava corrente elétrica. De acordo com a velocidade com que se girava a mesma, variava o grau de voltagem que se imprimia. Os interrogadores tinham um cassetete de borracha parecido ao que é usado pela Polícia Federal, com o qual espancavam os presos para amaciá-los, máh haviam sido presos".

A seguir Cruz refere-se ao destino que teve um preso de cuja guarda foi encarregado:

"No dia seguinte, começou o interrogatório desta pessoa; primeiro, deitaram-no amarrado a uma cama, já que, por sua compleição física, não podia ser algemado, porque não existiam algemas suficientemente grandes para seus punhos. Foi duramente espancado com o cassete de borracha e, ao ver que não se obtinham resultados com o dito método de tortura, começaram a passar-lhe o fio do telefone; um dos fios era amarrado ao pé da cama e o outro era aplicado ao corpo, nas suas partes mais sensíveis, bem como ao peito e às costas. Como não puderam fazê-lo falar, recomeçaram a espancá-lo, até um dado momento em que o preso pediu para ir ao banheiro, no que foi atendido; fui encarregado de vigiá-lo pessoalmente, o que me provocou um grande temor. Nesse momento comprovei que o mesmo urinava sangue, ou seja, aparentava estar muito lesionado internamente. Quando o entreguei novamente, os interrogadores deram pouca importância ao fato. Nessa noite, antes de irem-se, os torturadores o deixaram amarrado a uma coluna ao ar livre, com a ordem escrita de que não o alimentasse e que só lhe desse água para beber. De madrugada deixou de existir, ali pendurado, pois havia sido tão duramente espancado que não resistiu ao castigo. Quando chegaram novamente para interrogá-lo, os torturadores foram informados do ocorrido e lamentaram não terem podido obter informação precisa.

"Da mesma forma se interrogavam as mulheres; para isso, eram despidas por completo, deitadas na cama e ali começava a sessão de tortura. Nas mulheres, o fio era introduzido na vagina, e em seguida o passavam pelos seios, o que provocava um grande sofrimento e, em algumas ocasiões, muitas delas menstruavam em plena tortura. Com elas só se utilizava o 'telefone', nenhum outro elemento.

(.....)

"Devo relatar que, em uma ocasião trouxeram um preso ferido. Um dia, por curiosidade, me aproximei da janela, já que estava sozinho e pelo vão se via para dentro. Ao aproximar-me dele vi que tinha a cabeça quebrada e, ao olhar suas mãos, vi que as mesmas tinham vermes. Esta situação me revoltou o estômago, porque o pobre sujeito estava apodrecendo" (Pasta N° 4676).

Com o depoimento de Carlos Hugo Basso, argentino (hoje exilado), voltamos às já tristemente conhecidas 'La Perla' e 'La Ribera'. Foi seqüestrado a 10 de novembro de 1976, no bairro Alto Alberti, da cidade de Córdoba. Depois do procedimento habitual, mistura de pancadas e viagem no chão de um automóvel, sob os pés dos captores, até chegar ao centro clandestino de detenção:

"...abriram uma porta, que pelo ruído podia ser de metal, um dos que me levava me advertiu que logo conheceria o 'Padre', que se encarregaria de 'confessar-me'. Esta pessoa à qual chamavam 'Padre' devia ser de porte bastante grande, já que, mal havia entrado, me agarrou pelos flancos e me suspendeu no ar...

"...posteriormente, me bateram com paus e um martelo que usavam para espancar os dedos quando as mãos se apoiavam no chão; me despiram e amarraram meus pés e mãos a um estrado de cama que chamavam 'parrilla'. Por um período de tempo que calculo como uma hora, me aplicaram descargas elétricas nos lugares mais sensíveis do corpo, órgãos genitais, quadris, joelhos, pescoço, gengivas... Para o pescoço e as gengivas utilizavam um instrumento pequeno com várias pontas, ligadas diretamente aos fios da instalação de 220 volts; por debaixo da venda pude observar que, cada vez que se produzia uma descarga, diminuía a luz de uma pequena lâmpada colocada sobre a 'parrilla'. Durante este tempo, ouvi que chamavam um dos

torturadores de 'gringo'. Depois deste espaço de tempo, alguém me colocou um estetoscópio no peito e me desamarraram; comprovei que não podia caminhar, me arrastaram uns vinte ou trinta metros até um colchonete colocado num salão grande, junto a uma parede, onde permaneci até o dia seguinte" (Pasta N.º 7225).

Teresa Celia Meschiati foi seqüestrada na cidade de Córdoba no dia 25 de setembro de 1976, e transferida para o Centro de La Perla (Pasta N.º 4279).

Nos diz:

"De minha chegada a 'La Perla' me levam imediatamente depois à 'sala de tortura' ou 'sala de terapia intensiva'. Me despem e amarram com cordas meus pés e mãos às travessas de uma cama, ficando suspensa no ar. Me põem um fio em um dedo do pé direito. A tortura foi aplicada de forma gradual, usando-se duas 'picanas' elétricas que tinham diferente intensidade: uma de 125 volts, que me produzia movimentos involuntários nos músculos e uma dor em todo o corpo, aplicada na cara, olhos, boca, braços, vagina e ânus. Outra, de 220 volts, chamada 'la margarita', que me deixou profundas ulcerações, que ainda tenho, e que produz uma violenta contração, como se arrancassem todos os membros de uma vez, especialmente nos rins, pernas, virilha e flancos do tronco. Também me colocam um pano molhado sobre o peito para aumentar a intensidade do choque.

"Tento suicidar-me tomando a água podre que havia no recipiente destinado a outro tipo de tortura chamada 'submarino', mas não consigo.

"Assim como foi gradual a intensidade das 'picanas', foi gradual o sadismo de meus torturadores, que foram cinco e cujos nomes são os seguintes: Guillero Barreiro, Luis Manzanelli, José López, Jorge Romero, Fermín de los Santos".

O senhor Nelson Eduardo Dean, uruguaio, casado, seqüestrado no bairro de Almagro, da Capital Federal, em 13 de julho de 1976, às 22 horas (Pasta N.º 7412), nos seus trechos essenciais nos diz:

"Nesse lugar, fomos colocados em diferentes locais, tendo as mãos algemadas para trás, vendados os olhos e sangrando abundantemente, começou uma nova descarga de golpes. Depois de meia hora de prisão, fui levado para um quarto do segundo piso. Ali me tiraram toda a roupa, voltaram a algemar minhas mãos para trás e começaram a jogar-me baldes de água. Ato contínuo, me colocaram fios em volta da cintura, tórax e tornozelos. Amarraram uma corda ou corrente às algemas e me levantaram os braços até onde estes podiam suportar sem desarticular-se. Fiquei nessa posição, literalmente pendurado e a uma distância de aproximadamente 30 centímetros do chão estive por um espaço de tempo que não é possível determinar em horas, mas sim em dor. Se perde, pelo grande sofrimento que esta tortura causa, toda a noção de tempo formal.

"Depois, os torturadores afrouxaram a corda uns 20 centímetros, o suficiente para poder com algum esforço tocar o chão e descansar um pouco os braços. Neste sentido, o que disse antes só acontece aparentemente, pois quando tentei tocar o chão e o consegui, comeci a receber choques elétricos. Na realidade, é muito difícil expressar com palavras todo o sofrimento que estes ocasionam. Penso que só é possível reproduzir uma caricatura trágica do que foram aqueles momentos. Talvez, a título de exemplo e para dar uma idéia, sirvam duas coisas, alguns fatos físicos concretos e

algumas sensações. Quanto aos fatos físicos, penso que há dois que lhes darão a medida do tormento:

“A) As plantas dos pés, depois da tortura, ficavam queimadas e se formavam camadas de pele dura que logo se desprendiam. Evidentemente, a pele queimava com os choques elétricos.

“B) Durante o tempo que se aplica a eletricidade, se perde todo controle dos sentidos, provocando esta tortura vômitos permanentes, defecação quase constante, etc.

“C) No que se refere às sensações, a eletricidade começa a subir pelo corpo, e todas as zonas em que foram colocados fios parecem arrancadas do corpo. Desta forma, a princípio são os pés que parecem arrancados do corpo, e logo as pernas, os testículos, o tórax, etc.

“Estas sessões de tormento se estenderam por um espaço de cinco dias aumentando de intensidade. Nos últimos dias repetiram todos os métodos mencionados e, além disso, me introduziram fios dentro do ânus, nos testículos e no pênis. Estas práticas aconteciam dentro de um quadro diabólico; os torturadores, uns bebendo, outros rindo, espancando e insultando, pretendiam arrancar-me nomes de uruguaios radicados na República Argentina e opositores ao atual regime imperante no meu país. “Nestes interrogatórios comprovei que participavam diretamente oficiais do Exército uruguaio. Alguns diziam pertencer a um grupo chamado OCOA (Organismo Coordinador de Operações Antisubversivas).”

O senhor Raúl Esteban Radonich (Pasta N° 6956) foi preso em Neuquén a 13 de janeiro de 1977 e posto em liberdade no dia 19 do mesmo mês, em Senillosa. Prenderam-no às oito e meia da manhã no escritório onde trabalhava. Conduziram-no, depois de muitas voltas para desorientá-lo,

“...a dependências do ‘Batallón de Ingenieros de Construcciones 161’, a um lugar denominado ‘La Escuelita’, que é na realidade um ‘chupadero’ que funciona na região. Ali sou algemado por ambas as mãos a uma cama, onde permaneço por algum tempo até ser transferido para outra dependência, fazendo-me caminhar sempre acororado, com o objetivo de não perceber as diferentes instalações do lugar. Novamente sou algemado, mas agora pelos pés e mãos, sobre o estrado de uma cama e me introduzem dois fios entre as vendas, à altura da frente. Me formulam uma série de perguntas sobre dados pessoais, que são batidos à máquina no que parecia ser uma ficha. Terminado isto, começa um interrogatório completamente diferente. A primeira pergunta que fazem é a cerca de qual era o meu posto e nome de guerra, ao que respondo que não tenho nenhuma destas características. Esse é o momento no qual recebo a primeira descarga de eletricidade. As perguntas giravam sobre a minha participação na política, desde minha função em alguma organização, até minha inclusão em chapas para eleições do Centro de Estudantes. Me perguntavam também se tenho idéia do lugar onde estou, o que os preocupava muito, já que o fazem de maneira insistente e isto se deve ao fato de que estive prestando o serviço militar nesta Unidade Militar no ano de 1976. Na medida em que vou respondendo negativamente, aumenta o ritmo, a duração e a intensidade das descargas elétricas, sempre na cabeça. Perco a noção do tempo, ainda que pareça transcorrer várias horas. Em meio às perguntas e aos gritos sucedem-se ameaças de todo tipo.

“Perco sangue pela boca, já que durante as descargas meus músculos se contraem e fecho as mandíbulas, ficando minha língua para fora, o que faz com que virtualmente a perfure com os dentes. Como meu estado se deteriora progressivamente, me jogam um balde de água para reanimar-me, até que suspendem a sessão. Me di-

zem que à tarde começaria de novo e que dependia de mim, em função das respostas, se continuariam ou não torturando-me. O interrogatório foi realizado pelo menos por três pessoas, encontrando-se presente o chefe do grupo que realizou a prisão. Este assume o papel de 'bondoso', pedindo-me que 'cante', já que não valia a pena me sacrificar por outros. Os outros, ao contrário, usam um tom ameaçador e autoritário."

No caso de Juan Matías Bianchi (Pasta N° 2669), houve uma dupla simulação: de incineração e de fuzilamento:

"...fazem-no cheirar um líquido, perguntando se sabia o que era aquilo que o faziam cheirar, ao que o depoente responde que sim, que se tratava de solvente. Perguntam-lhe se tem algo a dizer, que o faça, pois iam queimá-lo, enquanto o faziam ouvir barulho de papéis. Também fazem uma simulação de fuzilamento com uma arma na sua frente.

"Justamente no momento em que estavam fazendo a simulação de que iam queimá-lo vivo, ouve que chega um carro, se aproxima uma pessoa e diz: 'Olha, é melhor que renuncies ao cargo de delegado do sindicato e que não te faças mais de doente'. Em seguida a isto se fez silêncio, depois ouve que o veículo parte. O depoente permaneceu um momento sem mover-se, até que se dá conta de que não havia ninguém e que lhe haviam tirado as algemas".

Ao senhor Daniel Osvaldo Pina (Pasta N° 5186), também coube passar pela experiência alucinante de simulação de assassinato. Todo o contexto era incrível. Ele o relata assim:

"Desse lugar nos levaram a outros dois, onde continuamos sendo torturados e, no segundo deles, depois de torturar Arra, levaram Moriña; Koltes e eu ficamos na angustiante expectativa. Repentinamente, os gritos de Moriña cessaram e ouviram-se corridas e vozes pedindo um médico. Logo depois disso, vieram nos buscar e, sem interrogar-nos, puseram a Koltes e a mim num caminhão e nos levaram a outro lugar que, presumo, ficava na montanha. Moriña já não ia conosco.

"Nesse lugar passei dois ou três dias. Já passava cerca de um mês do seqüestro e, sempre vendado, me era difícil calcular. Num desses dias, ouvi que se aproximavam do local onde, pelo ouvido, sabia que estava Arra e, depois de chegarem batendo os saltos, lhe disseram, em tom imperativo: "Te levanta... Caminha..."

"Os passos arrastados se dirigiram até a saída e, depois de dois ou três minutos, ouviram-se quatro disparos. Logo se aproximaram de onde eu identificava que estava Koltes e aconteceu exatamente o mesmo. Quando chegou a minha vez, não disseram nada, senti o barulho da arma ao ser preparada e dispararam quatro tiros ao lado de minha cabeça.

"No dia seguinte, voltaram a me levar, mas sozinho, no que creio ser uma ambulância do Exército. Dali fui retirado numa camioneta, presumo que da Polícia de Mendoza, onde me levavam no chão e me chutavam e me cuspiam, além das contínuas ameaças de morte; até que chegamos à Penitenciária".

Há testemunhos de outros tipos de torturas, como pendurar o corpo do preso em uma árvore ou em uma viga. Como exemplo deste sistema, transcrevemos a parte referente da declaração de uma das vítimas, Enrique Igor Peczak (Pasta N° 6947).

"Fui preso em 15/10/76, por uma Unidade do Exército, os quais cercaram e invadiram a casa de minha mãe, com quem morava; comigo também foi preso Jorge Armando González; fomos amarrados e vendados; depois, com as mãos atrás, fui pendurado em uma árvore e, nessa posição, espancado desde o meio-dia até o entardecer, ouvindo repetidas vezes os gritos de minha mãe, que pedia que não me matassem; também ouvi socos, que eram desferidos contra González e que, em determinado momento, encheram um recipiente com água, penduraram-no pelos pés e mergulharam sua cabeça. Isso se repetiu várias vezes.

"Enquanto um deles me espancava, me disse que, se não tivessem esquecido a 'picana', já estaria falando e, de repente, com as duas mãos me golpeia os ouvidos, produzindo-me uma grande dor e um forte zumbido por vários meses.

"Ao entardecer, nos desamarraram e levaram ao que depois soube ser a Chefatura de Polícia da Província, onde nos separaram e voltaram a me espancar...

"... e a pendurar-me pela garganta, até que perdi a consciência; nesse lugar começo a perder a noção de tempo e as lembranças se confundem, sem saber com segurança o que aconteceu antes, mas estou quase certo de que nesse lugar me tiraram uma foto e em seguida me aplicaram 'picana' no chão...

"Me levaram a uma casa... Numa das dependências, me dependuraram pelas mãos, de tal maneira que só podia tocar o chão com a ponta dos pés. A sede neste momento era insuportável e pedi aos gritos um copo d'água; veio alguém e me pôs uma mordaca na boca. Como perdi a consciência, não posso calcular o tempo que estive 'pendurado'".

Daniel Eduardo Fernández (Pasta Nº 1131) tinha 18 anos quando foi seqüestrado. Era estudante de um colégio secundário. Com essa idade, conheceu todo o tipo de tormentos, socos, pontapés, ameaças de morte e o que costumava-se chamar "submarino", nas suas duas formas de aplicação, "seco" e "molhado".

"A idéia era deixar a vítima sem nenhum tipo de resistência psicológica, até deixá-la à mercê do torturador e obter assim qualquer tipo de resposta que este quisesse, por mais absurda que fosse. Se queriam que alguém respondesse que havia visto San Martín andando a cavalo no dia anterior, conseguiam-no e então diziam-nos que era um mentiroso, até que realmente assim se sentisse, e continuavam torturando-o.

(.....)

"... nos faziam estender as mãos e nos batiam na ponta dos dedos com uma espécie de cacete. Depois não podíamos mexer as mãos. A outros, castigavam até fazer sangrar sua boca ou os olhos.

"Chegaram até a enfiar-nos um saco de plástico na cabeça e amarrá-lo ao pescoço bem fortemente, até que se acabasse nosso ar e estivéssemos a ponto de desmaiar.

"Outra forma era amarrar-nos a uma mesa e colocar um recipiente cheio de água na extremidade. Mergulhava-se a cabeça da vítima e, até que soltasse a última bolbula de ar, não a tiravam, e logo que tomava uma golfada de ar voltavam a submergi-la".

(.....)

"No dia 13 de setembro de 1977, fui posto em liberdade, vendado, com o cabelo muito mal cortado, com um par de jeans e uma camiseta, num dia muito frio. Me abandonaram na avenida Vélez Sársfield, perto de uma barreira".

Na Pasta Nº 5604, a sra. Lidia Esther Biscarte relata seu seqüestro e posterior martírio. Nele se poderá ver a engenhosidade posta em prática pelos torturados para exercitar novos métodos de tortura com os elementos habituais do seu trabalho. Foi seqüestrada a 27 de março de 1976, em sua casa (Zárate, Província de Buenos Aires), durante a madrugada. Encapuzam-na com o mesmo lençol que estava usando e seqüestram-na descalça e de camisola.

"A depoente sabe que é a Polícia Marítima de Zárate o lugar para onde foi levada com as outras duas pessoas, já que esta morava a uma quadra e meia e, pela forma com que a barca atracava, ouviam-se os gritos do amarrador e a vibração da barca batendo contra o porto.

"Descem-nos numa barranca de pedra, no Arsenal de Zárate.

"Levam-nos dali e os deixam no campo. Chovia, o chão era de terra. Cravam estacas e os estaqueiam, deixando-os todo o dia ali, aplicando-lhes 'picana' elétrica. Ao cair da noite, colocam-nos num barco e algemam-nos uns aos outros, ou seja, o braço da depoente algemado a outro braço.

"No barco, penduram-na pelos pés e aplicam-lhe o 'submarino' diretamente no rio. Ali esteve com o senhor Iglesias; com Teresa Di Martino, com quem a depoente se encontra depois, na prisão; com Blanda Ruda; com a Dra. Marta e o esposo, sendo esta terrivelmente torturada e o marido violado pelos torturadores; com um rapaz chamado Fernández, que agora está no exterior, crê que na Suíça; com Tito Cono ou Aniconi — algo assim —, que agora está em liberdade.

"Nesse barco ficam uns dois dias, durante os quais torturam-nos e penduram-nos com uma grua.

(.....)

"... são carregados em "camburões"; levam-nos a um lugar que acredita ser o Tolueno, em Campana, sabendo-o pelo apito (assobio) da Esso. Ficam provavelmente dois ou três dias e os levam a uma balsa em que atravessam, provavelmente, o Tigre. A balsa era conduzida por militares, com uniformes verdes. Deixam-nos na embarcação, como se estivessem à beira de uma ilha. Tiram-na da balsa e a 'carregam' num caminhão do Exército. Havia muita gente. Levam-nos a uma casa de torturas, onde se ouviam ruídos de automóveis e aviões.

"Nessa casa há uma piscina vazia, onde os colocam e lhes apontam refletores de alta voltagem. Em seguida a introduzem na casa, onde a torturam. Era uma casa que tinha um banheiro e duas peças grandes. Na piscina estão centenas de mortos, havia muitos mortos na piscina. Ouviu um guarda, que dizia: 'estes já estão 'finados', estes ficam, passem-nos à peça um e à dois'. Chamavam-se entre si por nomes de animais: 'El Tigre', 'El Puma', 'El Vizcacha', 'El Yarárá'.

No testemunho de Juan Matías Bianchi (Pasta Nº 2669), domiciliado em Campana, Província de Buenos Aires, encontraremos uma nova variante sádica de perversão sexual:

"Em 4 de março de 1977, às 03h00min, fizeram-se presentes no domicílio do depoente... quatro sujeitos que disseram ser militares; tinham a cara coberta por meias pretas...

(.....)

"Num momento, sente que o levantam, levam-no por um corredor até outro lugar, onde lhe ordenam que se dispa, jogam-no sobre um catre e lhe dizem: 'Olha, eu sou

'O Alemão', enquanto o depoente ouvia mulheres que gritavam. 'O Alemão' trata de introduzir-lhe um tubo no ânus. Outra voz diz que o deixem e, dirigindo-se ao depoente, lhe diz: 'vês, eu sou 'O Galego' e te salvei de que este te rasgasse, enfiando-te o ferro".

Colocam-no nu, com os braços e pernas abertos, amarrados com couro.

'O Galego' lhe diz que fale, enquanto começa a aplicar-lhe uma descarga elétrica no tornozelo, queimando-lhe os músculos, do que ainda tem a marca. Também o interroga uma mulher. 'O Galego' também lhe aplica a 'picana' nas axilas, do que também conserva as marcas. Então sente que a mulher pega seu membro e introduz um líquido cáustico, motivo pelo qual tem dificuldade para urinar".

Nos depoimentos seguintes, dos quais transcreveremos fragmentos, aparecem, entre outras torturas, diversos tipos de violações. Em todos estes casos, conservaremos o anonimato.

C: G. F., argentina, casada (Pasta N° 7372), foi seqüestrada na porta de seu local de trabalho, no centro da Capital Federal, às 5 da tarde, seu horário habitual de saída, com o procedimento de sempre. Automóvel não identificável... olhos vendados... chegada em um lugar desconhecido... amarrada a uma cama...:

"...e cinco homens começaram a interrogar-me durante cerca de uma hora, com maus tratos e agressões verbais. Obtêm o endereço de meus sogros e decidem ir até lá, deixando-me só durante várias horas.

"Ao voltar da casa dos meus sogros, mostram-se furiosos, me amarram com as pernas e braços abertos, voltam a interrogar-me com piores tratos do que antes, agressões verbais e ameaças de que haviam trazido prisioneiro meu filho, de dois anos, a fim de que eu cooperasse com eles, coisa que desdisseram em seguida.

"Depois começaram a introduzir-me na vagina o que mais tarde soube ser um cassete da polícia. Depois me transferiram a outro recinto, onde me obrigaram a comer algemada a uma mesa. Diante da minha negativa, me levaram a outro quarto, me colocaram parada contra um canto do mesmo e voltaram a interrogar-me, golpeando-me com a cabeça e ameaçando-me introduzir o referido cassete no ânus.

(.....)

"Dentro do que se pode chamar de rotina diária, recordo: a porta da peça estava fechada por fora. Permanecíamos vestidas, mesmo para dormir. Ficava com os olhos descobertos no dormitório, nas idas ao banheiro e à cozinha. Faziam-nos vender os olhos — "tabicar-nos" —, todas ou algumas, quando haviam membros da força que não eram os guardas habituais. Nestes casos, era de praxe que nos intimidassem com suas armas, encostando-as no corpo, pescoço ou cabeça.

(.....)

Em duas oportunidades, me levaram vendada a outra peça, onde obrigaram-me a despir-me, junto a uma parede, e com muitos maus tratos e agressões verbais me deitaram num estrado metálico de cama, me amarraram com pernas e braços abertos e me 'picanearam" no baixo ventre e vulva, enquanto me interrogavam; na segunda oportunidade declararam que tinham com eles A. G. P., que também era funcionário na mesma repartição que eu e que era encarregado do escritório, e que havia sido seqüestrado em 28 de março de 1977, na porta da instituição.

"Depois destas 'sessões', faziam-me vestir e, com bons modos e palavras de consolo,

me levavam ao dormitório e diziam a outra prisioneira que se aproximasse e me consolasse. Isto também era feito quando traziam alguma das prisioneiras de suas respectivas 'sessões'. Por causa de tudo isto, recebo, a meu pedido, cuidados médicos e, devido à minha taquicardia, me medicaram.

(.....)

"Um dia, me levaram do quarto para outra dependência que reconheci como o lugar em que me 'picanearam'. Me fizeram tirar a venda dos olhos, ficando a sós com um homem que, oferecendo-me cigarros e com boas maneiras, me pediu que lhe contasse tudo o que me tinham feito nesse lugar.

"Ao relatar-lhe os fatos, lembrou-me um que eu havia esquecido, com o que demonstrou haver presenciado todos os interrogatórios e torturas ou, pelo menos, ter perfeito conhecimento deles e, ao mesmo tempo, tratou de inculcar-me que nada do que acontecera ali foi tão grave, nem as pancadas foram tão fortes como eu pensava, e me informou que me liberariam e que não tinha que contar a ninguém o que aconteceu neste período.

"Dali, novamente vendada, me levaram ao dormitório. No dia 14 de junho, às 24h00min, anunciaram que me deixariam livre e me devolveram parte dos meus objetos pessoais (relógio, corrente, dinheiro), que levava no momento do seqüestro. Me tiraram do edifício vendada, me puseram num carro no qual íamos sozinhos, a pessoa que dirigia o carro (que era a mesma que, amavelmente, tratou de mostrar-me que todo o ocorrido foi leve) e eu.

"Depois de rodar por uma zona de terra e esburacada, parou o motor. Disse-me que tinha ordens de matar-me, me fez apalpar as armas que levava no porta-luvas do carro, guiando-me com suas mãos enluvadas, e propôs salvar-me a vida se, em troca, admitisse ter relações sexuais com ele.

"Acedi à sua proposta, considerando a possibilidade de salvar minha vida e de que fosse tirada a venda dos olhos...

"Pôs o carro em marcha e, depois que entramos na zona asfaltada, me deu ordem de tirar a venda dos olhos. Conduziu o carro até um motel, me disse que estava se arriscando e que, se eu fizesse algo suspeito, me mataria imediatamente.

"Entramos no motel, mantivemos a relação exigida sob ameaça de morte, com a qual me senti e considero violada, saímos e me levou à casa dos meus sogros".

Uma adolescente de 17 anos, então estudante secundarista, refere seguidamente o ultraje de que foi vítima. A. N. (Pasta N° 6532) denuncia que foi seqüestrada em seu domicílio na Capital Federal, no dia 9 de maio de 1978.

Levaram-na a um centro clandestino de detenção, percorrendo uma auto-estrada.

O procedimento é o habitual; continua depois:

"... durante a madrugada, é conduzida a outra peça, na qual é amarrada a uma cama com estrado de madeira. Em torno desta se encontravam 'El Vasco', três ou quatro homens mais, subalternos deste, e uma mulher, cognominada "La Negra". É despojada de suas roupas e amarrada à cama mencionada, sendo interrogada aplicando-se 'picana' elétrica e pancadas no corpo.

"O interrogatório girou sobre seus companheiros de colégio (cursava o Carlos Pellegrini), particularmente sobre M. W. e J. C. M., que, soube posteriormente, já estavam presos neste Centro de Detenção e continuam até hoje desaparecidos.

"Foi interrogada também a respeito dos rapazes L. Z. e G. D. e da jovem M. G.,

sendo que todos eles também estiveram alojados nesse lugar e foram posteriormente liberados.

“Durante um tempo, que não se pode determinar, a depoente é levada a diferentes lugares do centro clandestino.

(.....)
Estando a depoente uma noite em sua cela, chega a esta um homem que a amarra e espanca; com ameaças, a estupra, proibindo-a de comentar o sucedido. Depois disso, a conduz a um banheiro a fim de lavar-se.

(.....)
“Como conseqüência do relatado, piora o quadro febril da depoente e começa a delirar, pedindo para não ser violentada, momento em que, para ouvi-la, se apresentam em sua cela ‘El Guarani’ e outros de maior hierarquia: ‘El Francés’ e ‘El Vasco’, interrogando-a e iniciando uma suposta investigação, já que, segundo disseram, no local estão ‘proibidas as violações’.

“Uma vez recuperada, é transferida para outra ‘casa’.

(.....)
“Antes da mudança, substituem as algemas e o capuz por vendas e lhe amarram as mãos.

É conduzida junto com os jovens C. N., S. Z. e G. D. até um automóvel, no qual iniciam o percurso, parando pouco depois. Estando neste, são advertidos de que não deveriam fazer nenhum movimento já que, neste caso, explodiria uma bomba.

“Pouco depois, pessoal uniformizado do Exército se aproxima do carro, tira os quatro presos, desamarra-os e leva-os ao Batalhão de Logística 101, de Villa Martelli.

(.....)
“A depoente declara que quando aconteceu o relatado tinha 17 anos, da mesma forma que seus três companheiros, todos estudantes da Escola Superior de Comércio Carlos Pellegrini.

“Uma vez no Batalhão, são examinados por um médico e alojados numa construção precária, em celas contíguas, uma delas sendo ocupada pela depoente e a outra pelos rapazes.

“Eram vigiados por recrutas, um cabo e um sargento. Depois de alguns dias nesse lugar, apresentou-se em sua cela o Coronel Hernán Teetzlaff, que trazia consigo uma declaração — que a depoente teve que assinar sob coação durante seu cativeiro no C.C.D., que hoje reconhece como o ‘Vesubio’ —, oportunidade em que obrigou-a a assinar uma declaração com base naquela citada.

“No dia 30 ou 31 de agosto de 1978, a depoente é levada à Penitenciária de Villa Devoto, junto com seus companheiros, a fim de ser julgada pelo ‘Consejo de Guerra Estable 1/1’.

“No mês de outubro, este Conselho se declara incompetente e são encaminhados ao Tribunal do Dr. Giletta, sendo liberados, por falta de mérito, aproximadamente no dia 30 de outubro, passando antes pela ‘Coordinación Federal’.

O depoimento que transcreveremos a seguir mostra o estado em que ficou M. de M. (Pasta Nº 2356), depois da sucessão de vexames a que foi submetida.

“Sequestrada em Buenos Aires, é transportada de camioneta, por um longo trajeto. Levam-na a um local, no campo, pelo ruído de grilos e outros indícios. Era como um acampamento, algo provisório, cheio de lonas, com toldos. Deixaram-na numa espécie de peça, onde sentiu terror e começou a gritar. Alertados, seus captores a

introduzem num tanque cheio de água. Doíam-lhe muito os seios, já que estava amamentando (...)

"Depois a amarraram pelos pés e mãos com fios e aplicaram-lhe corrente elétrica. A partir daí, teve convulsões; eles diziam que isso era o adestramento que necessitava para que confessasse. Em seguida, despiram e violaram-na.

(.....)

"Pedi para ir ao (...), levaram-na nua por uma galeria onde estavam os soldados; recorda que todos riam. Recorda também que pegaram um grupo de pessoas e colocaram dentro de um helicóptero e daí largaram-nos no vazio; amarraram-nos com uma corda e de cima puxavam-nos e baixavam; cada vez que a puxavam, interrogavam-na.

"Pedi-lhes que a mandassem à prisão, que assinava qualquer coisa, mas que ela não suportava mais, porque sentia uma pontada no estômago, doíam-lhe os ouvidos; desta forma, desmaiava continuamente e, quando a levavam de volta à cama onde a 'picaneavam', que era uma cama com estrado de metal, faziam-na tocar os fios e aplicavam corrente; quando isto ocorria, voltavam-lhe as convulsões. Com os mesmos fios com que lhe amarravam as mãos e os pés, aplicavam as descargas elétricas. Não tem marcas no corpo, já que não a tocaram com nada contundente. Através dos pés e das mãos, passavam-lhe corrente por todo o corpo.

"Como tinha estas convulsões, irritavam-se mais porque o seu corpo sacudia constantemente; vinha o médico e a examinava, mas passava o tempo, até que perdeu a noção do mesmo. Constantemente era igual, os mesmos gritos: depois, lhe disseram que haviam trazido seu filho até ali, faziam-na escutar uma gravação, mas ela tinha ficado muito indiferente, num estado de inconsciência, e já nada lhe importava.

"Diziam-lhe que a gravação era o choro do seu filho. Como lhe davam pílulas que a faziam dormir e que aparentemente eram para as convulsões, devido ao efeito daquelas não pode lembrar de tudo. O que recorda é que, em algum momento, aplicaram-lhe uma injeção, mas ela sabia que depois disso vinha o médico, que estava continuamente ali, enquanto a torturavam.

"Também recorda que a faziam passear nua pela galeria; que a violaram várias vezes; não se recorda se eram recrutas ou gendarmes; recorda que nessa época tinha muitas 'perdas' e ela se deixava morrer; que já não lhe importava nada; já nem chorava. Às vezes, sentia que a gratificavam, dando-lhe um cigarro; depois veio uma época que nem isso. Depois a puseram com uma garota que lhe disse o nome e sobrenome, mas ela não recorda nada.

"Um dia chamaram-na para falar e puseram-na frente a uma escrivanhinha e tomaram-lhe uma declaração por escrito, na qual lhe perguntavam o nome dos pais, dos irmãos, o que faziam, onde haviam nascido, etc.

(.....)

"Quando lhe tomaram essa declaração não podia ver bem, porque, depois de haver passado tanto tempo com os olhos vendados, a luz a irritava; sabe que a fizeram assinar 3 ou 4 papéis, nesse momento lhe tiraram as vendas para assinar, mas lhe disseram que não levantasse os olhos. Essa noite, meteram muita gente dentro desse caminhão, que constantemente parava para descerem pessoas; achava nesse momento que as matavam, não tem idéia de nada; sabe que ela ficou por último, mas não queria descer porque acreditava que iam matá-la; foi assim que o sujeito que estava à paisana, com uma jaqueta marrom de couro, moreno, lhe disse: 'Desce ou te mato'; ela pensava que ia matá-la, mas foi então que, forçando a venda, esta caiu e ela o viu. Ao vê-lo, sentiu um medo muito grande. O 'cara' tirou-a do caminhão e pôs a pistola em sua cabeça e lhe disse: 'Não te virá'. Foi ali que ela acreditou que

havia morrido, ficou muito tempo assim, tanto que nem se deu conta de que o sujeito se fora. Estava num estado de inconsciência, acreditava que tinha morrido.

(.....)
"Antes de falecerem seus pais, seu marido saiu da prisão. Também o haviam torturado, mas nunca se tocou no assunto. Ela, em especial, nunca contou tudo o que havia sofrido, porque sentia vergonha. Depois ele foi se inteirando, porque ela foi tendo delírios e tinha medo de ir a qualquer psiquiatra, mas agora começou um tratamento e está disposta a colaborar, se é que seu testemunho serve".

O depoimento da senhorita Mirtha Gladys Rosales (Pasta Nº 7186), pelo sadismo posto em jogo, apresenta características similares. Depreende-se dele que foi presa em 10 de março de 1976, em seu local de trabalho, na Dirección General de Institutes Penales. Foi conduzida à Delegacia da Polícia Federal:

"Ao chegar à Delegacia, encontrei-me com meu pai e um jovem de nome Ramos, ambos de Quines, e um rapaz chamado Mamondez e sua irmã, de Candelaria. Em seguida, soube que todos eles haviam sido selvagemmente espancados em Quines e posteriormente também na Delegacia. Nesse momento, apareceu um oficial de sobrenome Borsalino que, agarrando-me pelos cabelos e aos pontapés, me levou à parte de trás do edifício e na cozinha me submeteu a uma surra, enquanto me dizia: 'você é culpada de eu ter feito 'cagar' estes infelizes'. Depois disso, me leva ao escritório do Delegado, onde também encontravam-se o Subdelegado Cerisola, o Tenente Coronel Lualdi, o Comissário Visconti, da Polícia Provincial, e Borsalino. Ali me vendam e depois, entre insultos e ameaças de morte, me submetem a 'golpes' de corrente elétrica, algemada a uma cadeira, enquanto me interrogam sobre minhas atividades políticas.

"Depois desta 'sessão', fui espancada em várias oportunidades, pois me mantiveram na Delegacia por quase quatro meses, e em todos os casos a surra foi dada por Borsalino, em presença do Delegado De María.

"Em meados de junho, fui interna na Prisão de Mulheres, onde permaneci até 9 de setembro, quando fui tirada por pessoal de Informações da Polícia Provincial e trazida à Chefatura de Polícia.

(.....)
"No momento seguinte, tiraram todas as pessoas do lugar e apareceu o subchefe de Polícia, Capitão Pla, e o Chefe de Informações, Delegado Becerra, que começaram a interrogar-me entre socos e pontapés, que os dois me deram com a cara descoberta. Em seguida, o Capitão Pla me diz 'que me dará outro tratamento, pois eu não quero falar', e me levam a uma Delegacia que estava localizada na rua Justo Daract, a uma quadra da avenida Espanha. Ali, me conduzem por uma entrada de carros que ficava à direita e Becerra me introduz numa peça onde estava manietado Domingo Ildegardo Chacón, o qual, evidentemente, havia sido torturado; posteriormente vejo Raúl Lima, a quem estavam espancando, e Domingo Silva e um senhor Moyano, de Candelaria. Depois me conduzem ao fundo, onde estavam Hugo Velázquez, um motorista chamado Rubén Lucero e um agente ou suboficial chamado Olguin, que tempos depois se suicidou, durante um Processo na Justiça Provincial. Ali me espancaram ferozmente por um período de uma hora, aproximadamente, o que fizeram com total sadismo e crueldade, pois nem sequer me interrogavam; somente riam-se, às gargalhadas, e me insultavam. Depois me levam de volta

à Central e me deixam no escritório de Cuatrerismo, onde se encontravam o Capitão Rossi e um Tenente, Marcelo Eduardo González. O Oficial Lucero, que era quem me trazia, ao deixar-me disse-lhes 'já está amaciada' e se foi. O castigo começou de novo, por parte de Rossi e González, os quais começaram a me espancar, insultar e encostar-me cada um a sua arma na frente e perguntando-me 'quem tinha armas' e pressionando-me para que assinasse umas declarações que já estavam prontas. Enquanto isto, chegaram Pla, Becerra, Velázquez e Luis Mario Calderón, que era outro oficial, e começou uma das piores sessões de tortura que tive de suportar, pois me deixaram no meio e começaram a espancar-me de todas as partes, a puxar-me os cabelos, aplicando-me o 'telefone', o que significa: batidas com as duas mãos, nos ouvidos, ao mesmo tempo, a beliscar-me e retorcer os seios e outras barbaridades do tipo. Nessa noite me deram gelo para que desinchasse a cara e o pescoço, para poderem levar-me de volta à prisão, coisa que só fizeram depois de dois dias.

(.....)
"No dia doze ou treze de novembro, voltam a tirar-me e trazer-me à Informações, onde me espancam novamente, estando presentes ao castigo Franco, Pla, Becerra, Chavero, Ricarte, o escrivão Luis Alberto Orozco e outro, chamado Benítez. Me espancaram entre todos, me fizeram o 'telefone' e me chutaram; em um dado momento, Ricarte me mostrou uma foto dizendo-me 'diz o que sabes, porque senão vai te acontecer o que aconteceu a Ledesma; olha como ele ficou', e na foto se via Ledesma como se estivesse deitado de bruços em uma mesa ou no chão, com o queixo apoiado, devido ao que se podia ver sua cara de frente, os braços abertos em cruz, e da sua boca jorrava sangue; aparentemente estava morto.

(.....)
"Me levaram a um lugar ao qual, para chegar, passamos linhas de trem e atravessamos uma porteira. No acesso ao recinto ou local onde me torturaram, havia degraus. Me amarraram e me deitaram em algo metálico, ali me espancaram e me metiam a cabeça em um recipiente com água, até afogar-me. Em seguida começo a perder sangue (eu estava menstruada) e isso faz com que me tragam de volta à Informações. Nessa sessão de tortura estavam os mesmos que haviam me espancado horas antes, na Chefatura. De madrugada, decidem mandar-me para a prisão, coisa que concretizam no meio da manhã. Ao chegar, como meu estado era lamentável, pois estava desfigurada pelos hematomas e pela inchação, e meus antigos companheiros de trabalho haviam me visto, se arma um conchavo entre os que me levavam (Delegado Juan Carlos Pérez, Carlos Garro e Rubén Lucero, de motorista) e o pessoal da prisão.

D. Centros Clandestinos de Detenção (C.C.D.)

Considerações Gerais

Os Centros de Detenção, que em número aproximado de 340 existiram em toda a extensão do nosso território, constituíram a base material indispensável da política de desaparecimento de pessoas. Por ali passaram milhares de homens e mulheres, ilegitimamente privados de sua liberdade, em estadas que muitas vezes se estenderam por anos ou das quais nunca retornaram. Ali viveram seu "desaparecimento"; ali estavam quando as autoridades respondiam negativamente aos pedidos de informações nos recursos de Habeas-Corpus, ali passaram seus dias, à

mercê de outros homens, de mentes transtornadas pela prática da tortura e do extermínio, enquanto as autoridades militares que freqüentavam esses Centros respondiam à opinião pública nacional e internacional afirmando que os desaparecidos estavam no exterior, ou que haviam sido vítimas de ajustes de contas entre eles (manifestações deste teor encontram-se entre as respostas do Governo de Fato à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da O. E. A. — ver “Informe sobre a situação dos Direitos Humanos na Argentina” — 1980).

As características edilícias destes Centros, a vida cotidiana em seu interior, revelam que foram concebidos antes para submeter as vítimas a um minucioso e planejado despojo dos atributos próprios de qualquer ser humano que para sua supressão pura e simples.

Porque ingressar neles significou, em todos os casos, DEIXAR DE SER, para o que tentou-se desestruturar a identidade dos prisioneiros, se alteraram seus referenciais tempo-espaciais e se atormentaram seus corpos e espíritos, além do que se possa imaginar.

Estes Centros só foram clandestinos para a opinião pública e familiares ou achegados das vítimas porquanto as autoridades negavam sistematicamente toda informação sobre o destino dos seqüestrados, aos requerimentos judiciais e dos organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. Mas, fique claro que sua existência e funcionamento só foram possíveis devido ao emprego de recursos financeiros e humanos do Estado e que, desde as mais altas autoridades militares até cada um dos membros das Forças de Segurança que tomou parte deste esquema repressivo, fizeram destes Centros sua base fundamental de operações.

Esta realidade foi permanentemente negada, valendo-se o Governo Militar, também para isso, do controle abusivo que exercia sobre os meios de comunicação de massa, postos a serviço da confusão e desinformação da opinião pública.

Posteriormente, durante as incidências bélicas da guerra austral, se advertiria — já sem dúvida alguma — até que ponto a sonegação da verdade e a falsidade das informações eram essenciais aos atos mais transcendentais da gestão militar e governamental desenvolvida entre 1976 e 1983.

“Eu nego categoricamente que existam na Argentina campos de concentração ou presos em estabelecimentos militares, além do tempo indispensável para interrogar uma pessoa capturada numa ação e antes de passar a um estabelecimento carcerário”. (Jorge Rafael Videla, 22 de dezembro de 1977, revista “Gente”).

“Não existem presos políticos na República Argentina, exceto algumas pessoas que poderiam estar sujeitas aos Atos Institucionais, que realmente estão presas por sua atividade política. Não há presos por serem meramente políticos ou por não concordarem com as idéias que o Governo sustenta”. (Roberto Viola, 7 de setembro de 1978).

Desde as mais altas esferas do governo militar, tentava-se apresentar ao mundo uma situação de máxima legalidade. Desconhecendo todo limite normativo — não só obstante a excepcional legislação de fato —, a ditadura manteve uma estrutura clandestina e paralela. Negada categoricamente, a princípio; logo, diante do volume de evidências, produto de denúncias realizadas por familiares e teste-

munhos de seqüestrados que recuperaram a liberdade — teve que ser admitida, ainda que com argumentos mentirosos.

“...‘La Perla’ existiu? Sim, era um lugar de reunião de presos, não uma prisão clandestina... Os subversivos estavam lá mais por proteção contra seus pares...” (Luciano Benjamín Menéndez, 15 de março de 1984, Revista “Gente”)

Por sua vez, um grande número de denúncias e testemunhos recebidos por esta Comissão corroboram a presença de altos chefes militares nos centros de detenção:

“Fui presa em meu domicílio, na Cidade de Corrientes — denuncia Martha Alvarez de Repetto (Pasta Nº 007055) —, e levada a dependências da Polícia Federal dessa localidade. Ali fui ‘tabicada’ e torturada, para em seguida ser transferida ao Cassino de Oficiais do Regimento de Infantaria 9, onde se realizavam simulações de fuzilamento e também se torturava. Um dos visitantes a quem vi pessoalmente e inclusive fui interrogada por ele, foi o então Comandante da VII Brigada, General Cristino Nicolaides. Outro dos visitantes foi o então Comandante do II Corpo do Exército, General Leopoldo Fortunato Galtieri, que estive lá em meados de novembro de 1976”.

Por um lado, as prisões enchiam-se de presos políticos a quem se tentava mostrar como delinqüentes comuns, evitando reconhecer que a perseguição ideológica alcançava níveis inéditos até então em nosso país. Esta estrutura legal, não obstante, estava intimamente relacionada com a outra, a da obscuridade e da morte, onde milhares de desaparecidos sofriam sem a mínima possibilidade de proteção.

Deste modo, depois de transcorridos longos períodos em detenções clandestinas, muito liberados veriam oficializados seus seqüestros pelo ingresso em estabelecimentos públicos ou Delegacias.

Guillermo Horacio Dascal (Pasta Nº 6533) declara:

“Na madrugada do dia 11 de maio de 1978, fui acordado pelas ordens de dois ou três homens vestidos à paisana, que portavam armas pesadas, e se encontravam dentro da minha casa. Estes homens ordenaram que eu me vestisse e me colocaram uma fronha sobre a cabeça, como um capuz, conduzindo-me em seguida até o automóvel, onde fui introduzido no porta-malas. Este automóvel realizou um percurso que não posso determinar e, depois de atravessar um portão ou um local no qual tiveram que identificar-se, parou, sendo eu retirado ali. Recordo que no mesmo lugar havia mais pessoas, aproximadamente seis, nas mesmas condições que eu. Depois de algum tempo, que não posso precisar, fui conduzido até um recinto próximo, onde havia uma mesa ou maca, onde fui espancado por dois ou três homens, que me interrogavam para que identificasse outros ex-alunos do Colégio Carlos Pellegrini. Dentro desta “casa”, que agora reconheço como o chamado “Vesubio”, localizado na Auto-estrada Ricchieri, permaneci preso por cerca de 40 dias. Logo, com outros presos fui chamado pelo meu nome, e fomos separados em grupos de quatro pessoas, às quais os captores comunicaram que até este momento haviam estado presos à disposição do auto-denominado ‘CALA’ (Comando Anti-subversivo Libertadores da América) e que seriam entregues como prisioneiros a autoridades

do Exército. O grupo no qual fui incluído foi introduzido no banco de trás de um automóvel, a poucos metros do Batalhão de Logística 10, de Villa Martelli, sob ameaças dos captores de que, se tentássemos fugir, detonariam uma bomba que havia sido colocada no veículo. Depois de poucos minutos ouvi que uma das portas era aberta por um homem que nos tirou as vendas dos olhos, podendo ver então que se tratava de um homem com um fardete verde, que nos conduziu até dentro do Batalhão. Ali, fomos alojados em celas separadas, os homens e a mulher. Dentro do Batalhão, tivemos que assinar uma ratificação da declaração que, sob coerção, havíamos assinado dentro do Centro Clandestino de Detenção.

"Segundo a ocorrência (da segunda cópia) expedida pelo 'Consejo de Guerra Especial Estable 1/1', meu ingresso no Batalhão de Logística 10 ocorreu no dia 19 de junho de 1978, permanecendo ali até o dia 31 de agosto de 1978, quando nós, os quatro presos, fomos transferidos para a penitenciária de Villa Devoto, à disposição do citado Conselho de Guerra, até o dia 3 de outubro de 1978, quando fui absolvido, sendo liberado no dia 5 de outubro de 1978. Em que pese eu estar à disposição do Consejo de Guerra Especial Estable 1/1 a partir de 19.06.78, meus familiares só tomaram conhecimento de minha prisão no dia 1º de setembro de 1978".

Ao contrário, presos em estabelecimentos penais oficiais foram seqüestrados e muitos deles estão desaparecidos até hoje.

Outro foram reintegrados às prisões depois de alguns meses em estabelecimentos clandestinos.

"...Posteriormente, fui transferido para o lugar conhecido como 'Puesto Vasco'... Dali passo, creio que em setembro, ao Destacamento Arana... Em Arana pude ver Camps e o Comissário Miguel Etchecolatz, os quais iam até lá com freqüência. Em dezembro de 1977 reingressei na prisão de La Plata, Unidade 9, de onde saí em liberdade em 24 de julho de 1978".

Todos os lugares mencionados no precedente depoimento, do Dr. Juan Amadeo Gramano (Pasta Nº 3944), desde que é tirado da Prisão de La Plata, operaram como Centros Clandestinos, nos quais esteve preso por sete meses, até ser restituído ao estabelecimento oficial.

Ainda que a adaptação de estabelecimentos destinados a albergar clandestinamente presos tenha se intensificado a partir do golpe de Estado de 1976, existem antecedentes nesta Comissão, dos quais se constata que já no ano de 1975 funcionaram centros desta natureza, na jurisdição do III Corpo de Exército, em Tucumán e Santiago del Estero, que operaram como Centros-piloto durante o "Operativo Independencia".

Localização dos C. C. D.

Quanto à sua construção, foram em alguns casos dependências que já funcionavam como locais de detenção. Em outros, tratava-se de locais civis, dependências policiais e, inclusive, estabelecimentos das próprias Forças Armadas, acondicionados com o propósito de funcionar como C. C. D. Todos eles estavam subordinados à autoridade militar com jurisdição sobre cada área.

Dependências militares como a “Escuela de Mecánica de la Armada”, na Capital Federal; “La Perla”, em Córdoba; “Liceo Militar” de Mendoza e “Campo de Mayo”, são exemplos a este respeito.

Aqueles que com maior frequência foram utilizados como campos de concentração foram os Destacamentos e Delegacias. É o caso do I Corpo de Exército, visto que — apesar de existirem depoimentos de que por ali passaram algumas pessoas desaparecidas —, na maioria dos casos manteve, entre 1976 e 1979, seus presos em locais sob o controle da Polícia Federal e da Província de Buenos Aires. Referimo-nos a “COT I-Martinez”, “Puesto Vasco”, “Pozo de Bánfield”, “Pozo de Quilmes”, “Brigada de Investigaciones de La Plata”, “Arana”, “Atlético”, “Banco”, “Olimpo”, “Monte Pelone”, “El Vesubio” ou “Automotores Orletti”, todos dentro de sua área operacional. Entre as exceções, podemos mencionar a do Sr. Federico Vogelius, argentino, empresário e proprietário rural, que foi seqüestrado com fins extorsivos em setembro de 1977. O lugar do seqüestro: o Comando do Corpo de Exército I. Foi libertado depois de 25 meses de cativo em diversos C. C. D., e de haver sido condenado por um Conselho de Guerra.

Os denominados LT (Lugar Transitório de Detenção) pelas Forças Armadas e de Segurança foram Centros que serviam em primeira instância para interrogatórios, nos quais se decidia se o seqüestrado era libertado ou transferido a um LD (Local Definitivo).

Quando se tratava de dependências até então utilizadas para presos comuns, diante da brusca afluência de pessoas levadas pelas ‘patotas’, as condições de prisão se viram agravadas, transformando-se, assim, esses lugares em verdadeiros infernos.

“Dormíamos nas celas — testemunha a licenciada Adriana Calvo de Laborde (Pasta N° 2531) — em duas, três ou quantas fôssemos, sobre o piso de cimento e sem nenhum tipo de abrigo. Na Delegacia 5ª, de La Plata, as portas eram fechadas com cadeado e cada cela média aproximadamente 2m x 1,5m. Depois me transferiram ao ‘Pozo de Bánfield’.

(.....)

“... Ali, as condições de prisão não melhoraram, pelo contrário. O regime era muito mais estrito do que na 5ª. Só saíamos para comer uma vez a cada dois dias. Em cada cela havia três ou mais mulheres e o W. C. era uma garrafa de detergente cortada em cima”.

Condições de vida nos Centros de Detenção

O “desaparecimento” começava com o ingresso a estes Centros, mediante a supressão de toda ligação com o exterior. Daí a denominação de “poços” conferida a muitos destes antros na gíria repressiva.

Não se tratava apenas da privação da liberdade não comunicada oficialmente, mas de uma sinistra modalidade de cativo, que trasportava a vida cotidiana aos confins mais subterrâneos da crueldade e da loucura.

“Tabicamiento”

O seqüestrado chegava encapuzado — “tabicado” —, situação em que permaneceria durante toda a sua estada no lugar. Isso visava fazê-lo perder a noção de espaço, com o que não só se lhe cortava a relação com o mundo exterior ao “poço”, mas também com os limites exteriores mais próximos do seu próprio corpo.

A vítima podia ser agredida a qualquer momento, sem possibilidade alguma de defender-se. Tinha que aprender um novo código de sinais, ruídos ou cheiros, para adivinhar se estava em perigo ou se a situação se acalmava. Essa foi uma das cargas mais pesadas que tiveram que suportar, segundo os coincidentes depoimentos recebidos.

“A tortura psicológica do ‘capuz’ é tanto ou mais terrível do que a física, ainda que sejam duas coisas que não se pode comparar, já que uma procura chegar aos limites da dor. O encapuzamento procura o desespero, a angústia e a loucura.

(.....)
“Encapuzado, tenho plena consciência de que o contato com o mundo exterior não existe. Nada te protege, a solidão é total. Essa sensação de desproteção, isolamento e medo é muito difícil de descrever. O simples fato de não poder ver vai solapando o moral, diminuindo a resistência.

(.....)
“...o ‘capuz’ se fazia insuportável para mim, tanto é assim que, numa quarta-feira, dia de ‘traslado’, peço aos gritos que me ‘trasladem’.
‘Eu..., eu..., 571’ (o capuz tinha alcançado seu objetivo, já não era Lisandro Raúl Cubas, era um número)”. Depoimento de Lisandro Raúl Cubas (Pasta N° 6974).

O “traslado” era considerado sinônimo de extermínio.

Não menos alucinante é a lembrança de Liliana Callizo, que, na página 8 de sua Pasta N° 4413, expressa:

“É muito difícil contar o terror dos minutos, horas, dias, meses, anos, vividos ali...
(.....)

“Nos primeiros tempos, o seqüestrado não tem idéia do lugar que o cerca. Alguns de nós o imaginavam redondo; outros, como uma espécie de campo de futebol, com a guarda girando sobre as cabeças.

(.....)
“Não sabíamos em que sentido estavam nossos corpos, de que lado estava a cabeça e onde estavam os pés. Recordo de ter-me agarrado ao colchonete com todas as minhas forças para não cair, apesar de saber que estava no chão.

(.....)
“Ouvíamos ruídos, pisadas, ruídos de armas, e quando abriam as grades nos preparávamos para o fuzilamento. As botas militares giravam e giravam ao nosso redor”.

A reconstrução dos C. C. D. foi conseguida com base em centenas de depoimentos prestados por ex-prisioneiros que estiveram durante um tempo mais ou menos prolongado na condição de presos-desaparecidos.

A assombrosa semelhança entre as plantas que denunciantes esboçaram em suas pastas e aquelas definitivas, obtidas pelo levantamento do local, a cargo de arquitetos e equipes técnicas que trabalharam nas inspeções e reconhecimentos efetuados pela Comissão, explica-se pelo necessário processo de aguçamento dos outros sentidos e por todo um sistema de ritmos que a memória armazenou minuciosamente, a partir de seu apego à realidade e à vida. Nesses “ritmos”, eram essenciais as trocas de guarda, as passagens de aviões ou de trens, os horários habituais de tortura.

Quanto ao espaço, foi determinante a memória “corporal”: quantos degraus tinham que subir ou descer para ir à sala de tortura; depois de quantos passos devia-se dobrar para ir ao banheiro; solavancos, curvas, ou velocidade do veículo no qual os transportavam ao entrar ou sair do C. C. D., etc.

Os seqüestradores, que conheciam essas técnicas, em alguns casos conseguiram perturbar e ainda confundir as lembranças com diversos “truques”. Algumas vezes, davam voltas inúteis para chegar com o veículo a algum lugar. A técnica de levar prisioneiros encapuzados ao banheiro em fila indiana e em meio a pancadas constantes dificultava muitíssimo o reconhecimento do local. Outro tanto acontecia pela alteração permanente dos ritmos de sono.

Não obstante, muitos daqueles presos-desaparecidos conseguiram montar o quebra-cabeças. Em alguns casos, a partir de ruídos comuns, como o gotejar de um tanque de água, a limpeza de uma “fossa negra”, o murmúrio de gente comendo, o canto de pássaros ou o choque de barcaças contra o molhe.

Em muitos dos reconhecimentos realizados pela CONADEP nos C. C. D., as testemunhas colocaram um lenço ou uma venda, ou simplesmente fecharam fortemente os olhos para reviver esse tempo de terror e percorrer corretamente os caminhos da dor.

O “tabicamiento” costuma produzir lesões oculares, diz Enrique Núñez (Pasta N° 4846):

“...Me colocaram uma venda suja, extremamente apertada, que me afundava os olhos e me privava de circulação. Me prejudicou seriamente a visão, ficando cego por mais de trinta dias, depois que fui libertado do Centro de Guerrero, Jujuy...”

A lesão mais comum que esta tortura provocou foi a conjuntivite. Outra, menos freqüente, era a verminose das conjuntivas.

“No campo de Mayo, para onde fui levado a 28 de abril de 1977 — diz o depoente da Pasta N° 2819 —, o tratamento consistia em manter o prisioneiro encapuzado durante todo o tempo de sua permanência, sentado e sem falar ou mover-se, alojado em grandes pavilhões que teriam funcionado antes como cavalariças. Talvez esta frase não sirva para expressar o que isso significava em realidade, porque pode-se chegar a imaginar que, quando digo ‘todo o tempo sentado e encapuzado’, isto é força de expressão. Mas não é assim. Nós, prisioneiros, éramos obrigados a permanecer sentados no chão, sem encosto, isto é, sem apoiar-nos na parede, desde que levantávamos, às 6 da manhã, até quando nos deitávamos, às 20h. Passávamos 14 horas por dia nessa posição. E quando digo ‘sem falar e sem mover-se’ significa

exatamente isso. Não podíamos pronunciar palavra alguma e nem sequer girar a cabeça. Numa oportunidade, um companheiro deixou de figurar na lista dos interrogadores, e ficou esquecido. Assim se passaram seis meses, e só se deram conta porque um dos guardas achou estranho que não o chamassem para nada e sempre estivera na mesma situação, sem ser 'trasladado'. Comunicou o fato aos interrogadores e estes decidiram 'trasladá-lo' nessa semana, porque já não tinha interesse para eles. Este companheiro esteve sentado, encapuzado, sem falar e sem mover-se durante seis meses, esperando a morte. Assim permaneciam, presos a uma corrente por um cadeado, a qual podia ser individual ou coletiva. A individual era uma espécie de grilhão colocado nos pés e a coletiva consistia de uma corrente única, de uns 30 metros, suficientemente comprida para que pudesse ser fixada pelas pontas nas paredes anterior e posterior do pavilhão. A cada metro e meio, segundo as necessidades, se acorrentava um prisioneiro, ficando deste modo todos ligados entre si. Este sistema era permanente”.

Também é exemplar o depoimento de Enrique Cortelletti (Pasta N° 3523), que permaneceu na ESMA, depois de ser seqüestrado, no dia 22 de novembro de 1976:

“Me colocaram uma espécie de grilhão nos tornozelos e durante todo tempo estive algemado. Quando me levaram ao segundo piso, depois de ter passado algum tempo pela 'máquina', pude perceber que ali havia muita gente. Me colocaram entre duas paredes não muito altas. Ali havia uma espécie de colchonete, sobre o qual fui deitado. Por estar agrilhoadado, meu pé direito infeccionou e por isso trocaram-me o grilhão por outro, amarrado ao pé esquerdo e unido pelo outro extremo a uma bala de canhão...”

Para cada prisioneiro se designava um número

Nos C. C. D. utilizaram-se números para identificação dos prisioneiros, às vezes precedidos por letras, como outra forma de suprimir a identidade dos seqüestrados. Com respeito a isso se diz, na Pasta N° 2356:

“Ela se dá conta, nesse momento, de que os chamavam por número, não pelo nome e sobrenome. Ela recorda o seu número: 104. Recorda que quando a chamavam era que tinham que torturá-la...” (Depoimento de M. de M.).

Tão comovedor quanto o já visto depoimento do senhor Lisandro Cubas, quando disse: “...Eu...eu...571...”.

Era ordenado, nem bem chegavam, que recordassem essa numeração, porque por ela seriam chamados dali por diante, fosse para fazer uso do banheiro, para serem torturados ou para serem transferidos. Esta mecânica, além de ser uma forma a mais de fazer o seqüestrado perder sua identidade, obedecia à necessidade de que ninguém — mesmo guardas ou carcereiros — conhecesse a identidade do prisioneiro, para evitar que vazasse ao exterior o nome dos presos.

A tortura

Os C. C. D. foram antes de tudo, centros de tortura, contando para isso com pessoal “especializado” e locais condicionados para esse fim, chamados eufemisticamente de “salas de cirurgia”, e toda uma gama de implementos utilizados nas diferentes técnicas de tortura. Tudo isto será analisado pormenorizadamente em capítulo à parte, mas algumas referências são necessárias, já que esta terrível experiência fazia parte do cotidiano nos C.C.D.

As primeiras sessões de tortura tinham por objetivo o “amaciamento” do recém-chegado e estavam a cargo de pessoal indeterminado.

Uma vez estabelecido que o prisioneiro podia proporcionar alguma informação de interesse, começavam as sessões a cargo de interrogadores especiais.

Isto quer dizer que nem sequer se fazia uma avaliação prévia visando a estabelecer se a pessoa a ser seqüestrada possuía realmente elementos de alguma significação para seus captores.

Devido a esta metodologia indiscriminada, foram apreendidos e torturados tanto membros dos grupos armados, quanto seus familiares, amigos ou companheiros de estudo ou trabalho, militantes de partidos políticos, sacerdotes ou leigos comprometidos com os problemas dos humildes, ativistas estudantis, sindicalistas, líderes comunitários e — num insolitamente elevado número de casos — pessoas sem nenhum tipo de prática sindical ou política.

Bastava figurar numa agenda de telefones para passar imediatamente a “alvo” dos tristemente célebres “Grupos de Trabalho”.

Isso explica que muitos dos torturados acusassem a qualquer um, desde que isto fizesse cessar o suplício. Segundo informação prestada por um integrante do GT 2 (Pasta N° 7170), depois de 1977 não tiveram que realizar mais missões de investigação, já que era suficiente prender as pessoas mencionadas pelos próprios presos nas sessões de tortura.

Por isso, são inumeráveis os casos como o de Jorge Berstrin (Pasta N° 2803), que relata:

“...No dia 1° de março de 1977, encontrava-me na casa de uma colega de trabalho, na cidade de General Roca, Río Negro, quando irrompeu um grupo de homens armados, algemando-nos, encapuzando-nos e transportando-nos em vários automóveis até um centro de detenção, próximo à cidade de Neuquén.

Posteriormente, consegui saber por que havia sido preso; a sobrinha do chefe de pessoal de onde eu trabalhava, que vivia em Bahia Blanca, foi de visita a Roca e esteve no apartamento no qual fomos seqüestrados, já que por esses dias eu a havia apresentado à dona, minha companheira de trabalho. A senhora de Bahia Blanca, que tinha o endereço deste apartamento em sua caderneta, foi presa nessa cidade, aparecendo pouco depois ‘morta em enfrentamento’. Poucos dias depois de sua prisão, nós dois fomos seqüestrados; eu pela casualidade de estar lá. Ao se darem conta do equívoco, fomos liberados, primeiro eu e, depois de cinco dias, minha companheira de trabalho...”

Diante de tão absurdo quadro de perseguições, ter um sobrenome demasiadamente comum implicou também na possibilidade de ser vítima dessa caçada tão infame. Raúl Romero (Pasta N° 2590) denunciou:

“...no dia 21 de setembro de 1977, às 19h30min é preso com sua mulher em seu domicílio...”

Relata as terríveis condições em que ambos permaneceram no C. C. D., depois reconhecido por este como o “Pozo de Quilmes”, e as torturas aplicadas no lugar. É libertado no dia 4 de outubro do mesmo ano, ao notarem seus captores que não se tratava de Víctor Hugo Romero, ex-morador da casa do denunciante e que, desafortunadamente, tinha o mesmo sobrenome.

Além do “amacramento” e da obtenção de informações, os presos nos C. C. D. estavam sujeitos a sofrer torturas por razões fortuitas. Carlos Enrique Ghezan (Pasta N° 4151) denuncia:

“...Diante da mais insignificante transgressão a certas regras do campo de detenção, éramos espancados e torturados, o que pude observar em inúmeras oportunidades. Qualquer fato relacionado com a repressão fora do ‘poço’ — a morte de algum militar, acontecimentos de significação política, episódios ocorridos em outras partes do mundo, como avanço da revolução sandinista — se constituía em motivo ou pretexto para que a repressão se fizesse mais severa...”

Ghezan esteve preso em “El Banco” e no “Olimpo”.

Outros depoimentos darão conta de diversas razões de recrudescimento, às vezes pelo simples fato de estar preso no lugar, por negar-se a colaborar ou por fatos totalmente alheios ao prisioneiro.

Na Pasta N° 4152, Susana Leonor Caride nos diz, depois de relatar-nos um seqüestro habitual, que foi presa-seqüestrada em 26 de julho de 1978, às 23 horas, em seu domicílio, em Fragata Presidente Sarmiento n° 551, na Capital.

Fizeram uma simulação de fuzilamento com ela. Fizeram-lhe ouvir uma gravação com vozes de crianças, ao mesmo tempo em que diziam que sua mãe e seus filhos estavam ali:

“...se não lhes dissesse onde morava o Dr. Guillermo Díaz Lestrem, torturariam minha filha, que então tinha dez anos de idade, dizendo-me que ‘estava muito boa para a máquina’...”

(.....)

“Por volta do meio-dia, dou-lhes o telefone de Díaz Lestrem e, quando ligam, este já não estava, por isso voltam a espancar-me, interrogando-me sobre minhas atividades e nomes de pessoas que eu não conhecia.

(.....)

“...Quando cheguei, me deixaram atirada num pátio e em seguida me levaram à ‘máquina’, nome que se dá à ‘picana elétrica’, onde continuaram torturando-me, não recordando o tempo transcorrido, levando em consideração meu estado lastimável. Novamente me jogaram no pátio, permanecendo ali algum tempo, até que me levaram a uma peça pequena, onde um repressor, ao qual chamavam o ‘Turco Julián’, começou a espancar-me e dar-me correntadas e depois com um chicote, enquanto gritava e me insultava, atirando-me outra vez no mesmo pátio.

(.....)

“Ali pude sentir que me ardia todo o corpo e que me doía, acentuando-se porque me atiravam água com sal.

(.....)
"Não sei quanto tempo permaneci ali atirada até que, em algum momento, ouvi que alguém perguntava sobre o episódio ocorrido na Divisão de Planejamento da Polícia Federal, onde haviam colocado uma bomba, enquanto que outra pessoa respondia que 'havia sido um atentado político'. Diante dessa resposta, o chamado 'Turco Julián' começou a gritar e a insultar e a 'correntar' todos nós que estávamos ali. O fato foi dantesco, já que estávamos algemados e com olhos vendados, e não tínhamos noção de onde vinham os golpes. Caímos uns sobre os outros, ouvindo-se gritos de dor e de horror. Pude perceber que também outras pessoas nos espancavam e chutavam e nos levantavam pelos cabelos quando caíamos. Quando tudo ficou calmo ouviam-se gemidos e respirações entrecortadas. Em seguida, novamente alguém me jogou água com sal sobre o corpo, que estava todo queimado e era uma massa de carne, ouvindo que 'Julián' dizia que me levassem, porque senão ia me matar".

Outra circunstância externa, não mais a execução de um atentado terrorista, mas a interposição de um recurso judicial, acarretaria novas represálias contra a denunciante:

"...Por volta dos últimos dias de julho ou início de agosto, visto que tinha perdido totalmente a noção do tempo ali, fui retirada violentamente da cela e levada à 'sala de cirurgia', onde me insultaram e me disseram que o Dr. Días Lestrem tinha apresentado um Habeas-Corpus em meu favor.

(.....)
"Me espancaram e, quando iam levar-me à 'máquina', alguém muito forte me golpeou nas costelas e me faltou a respiração, e por isso me deixaram. (Saldo: duas costelas quebradas)".

Pessoal

Na maioria dos casos, os recruta eram mantidos à margem da atividade do C. C. D. Uma exceção eram os centros de Formosa e a Base Aérea El Palomar, onde se obrigou alguns deles a integrarem-se ao funcionamento do campo. Tampouco participava a totalidade do pessoal militar ou de segurança. A ordem foi manter os C. C. D. isolados, como uma estrutura secreta. O pessoal destinado a montar guarda em tais centros esteve composto por efetivos da Gendarmaria Nacional, do Sistema Penitenciário Federal ou da Polícia, sempre sob comando de oficiais das Forças Armadas. Este pessoal da guarda não era o que geralmente torturava nos interrogatórios sistemáticos destinados a obter informações. Foram colhidos depoimentos nos quais consta que alguns dos guardas que faziam a vigilância dos campos evidenciavam rasgos humanitários, ao se preocuparem com o estado calamitoso dos prisioneiros:

"...Eu estive seqüestrado no 'Poço de Quilmes', a partir de 12 de novembro de 1977. Em certa ocasião, quando não pôde chegar nossa ração diária, como era habitual, trazida de uma unidade próxima do Exército, o cabo da guarda, ao qual apelidavam 'Chupete', comprou com seu próprio dinheiro alimentos e cozinhou pessoal-

mente para nós. Também o cabo da guarda Juan Carlos, que parecia pertencer ao Exército, quando melhoraram as condições de prisão, nos presenteava com cigarros..." (Fernando Schell Pasta N° 2825).

No entanto, não é este o caso da maioria do pessoal ligado aos C. C. D., que, em geral, contribuía para com a destruição física e psíquica dos presos, aplicando-lhes castigos desnecessários e justificando-os caprichosamente.

A alimentação

A escassez e a qualidade dos alimentos constituíam outra forma de tormento. Os prisioneiros eram alimentados — segundo o lugar — uma ou duas vezes por dia. Em muitas ocasiões, passaram-se vários dias sem que se lhes desse alimento algum. Em outras, foram-lhes servidas água com farinha ou com vísceras cruas de animais. Geralmente, cada ração era apenas suficiente para uma pessoa, e quem pretendesse dar parte da sua para alguém em pior estado era severamente castigado. A solidariedade estava proibida.

Apesar disto, o momento de alimentar-se era esperado com ânsia, já que, não significava apenas comer, mas também a possibilidade de levantar o capuz e — eventualmente — entrar em contato com outra pessoa, ainda que a comunicação entre presos fosse penalizada com brutais castigos.

Na Pasta N° 1277, depoimento do senhor Héctor Mariano Ballent, podemos ler:

"...O tratamento no COT I, Martínez, era brutal, não só física como também psiquicamente, já que, quando alguém perguntava que horas eram, perguntavam-lhe se tinha que sair; se serviam sopa, era em prato raso e com garfo. Um dia, serviram um 'fervido de pobre'; a comida era em geral polenta, chá de mate e um pedaço de pão..."

No depoimento de todos os libertados, são assinaladas as péssimas condições de alimentação que, tenha-se em conta, mantinham-se invariáveis ao longo da reclusão, provocando a crescente debilitação física dos prisioneiros.

De acordo com a lembrança de Antonio Horacio Miño Retamozo (Pasta N° 3721):

"Os castigos nunca terminavam; tudo era cientificamente organizado, desde os castigos até as comidas. Pela manhã, traziam chá de mate sem açúcar. De vez em quando, um pedacinho de pão duro, que nos atiravam sobre a cabeça e às apalpadelas nos desesperávamos procurando. A comida não tinha carne nem gosto algum, muito salgada algumas vezes, sem sal em outras. Um dia traziam polenta, outro massas, e em seguida grão-de-bico em uma terrina de plástico. Cada preso devia comer um bocado e passar ao do lado, e assim até o final. Caso sobrasse, iniciava outra vez..."

Estado sanitário

O duríssimo sistema empregado agravava as doenças de que se sofriam antes da prisão e somava outras, como produto das queimaduras, hemorragias e infecções. Muitas mulheres sofreram a suspensão dos ciclos menstruais, em razão das condições de vida que lhes eram impostas com propósitos de destruir a individualidade dos seqüestrados, objetivo este que era essencial na metodologia que estamos analisando.

Os cuidados médicos, em muitos casos,

“...foram realizados por prisioneiros com algum conhecimento, coisa que não impediu que muita gente ‘ficasse na tortura’”. (Testemunho de Mario Villani, Pasta Nº 6821).

N. B. B. (Pasta Nº 1583), seqüestrada no Banco, junto com seu marido Jorge, foi violada repetidamente, o que lhe causou uma hemorragia. Foi levada à enfermaria do “poço” e liberada posteriormente:

“...depois de dois dias internada, me examinou um médico chamado Víctor, também seqüestrado havia um ano, que tinha sotaque cordobês e tratava duramente os presos. Me prescreveu tratamento com coagulantes. Soube de Víctor que, em que pese sua condição de prisioneiro, era levado a diferentes ‘poços’ para atender aos seqüestrados”.

A precariedade e a indigência sanitárias adquiriam seus tons mais dramáticos no caso das mulheres que deram à luz em cativeiro, como se verá no capítulo correspondente.

A higiene

As condições durante o período de prisão foram deploráveis. Os seqüestrados permaneciam amontoados sobre colchonetes sujos de sangue, urina, vômitos e transpiração. Em alguns casos, tinham que fazer suas necessidades fisiológicas em bacias, que depois eram retiradas. Em outros, nem sequer lhes davam recipientes, tinham que fazê-las no próprio local. Daniel Osvaldo Pina (Pasta Nº 5186), seqüestrado em Mendoza, diz:

“Num momento em que estava dormindo, me acordaram com um pontapé. Esclareço que dormíamos no chão, deitados sobre a urina”.

A promiscuidade e a falta de asseio agravavam-se nos momentos de superpopulação destes estabelecimentos, improvisados como C. C. D. Novamente, Héctor Mariano Ballent nos recorda que, no COT I, Martínez, “os ‘chupados’ tinham que limpar o galpão onde estavam, tiravam os andrajos que tinham e o único colchão, de solteiro, com que contavam os oito para dormir, quatro com o corpo em cima e quatro com o corpo embaixo”.

Os presos deviam solicitar permissão aos guardas para irem ao banheiro, e só eram atendidos quando muitos levantavam as mãos pedindo, nunca mais que duas vezes ao dia. Eram conduzidos em “trenzinho”, agarrados à cintura ou aos ombros, uns dos outros, já que não lhes tiravam os capuzes. Isto se repetiu em quase todos os campos com muita semelhança e era um dos momentos que os guardas aproveitavam para satisfazer impulsos sádicos, espancando indiscriminadamente os prisioneiros. Estes, fossem homens ou mulheres, deviam banhar-se ou satisfazer suas necessidades fisiológicas à vista dos carcereiros. Em alguns campos, os prisioneiros eram banhados em grupo com uma mangueira, sempre encapuzados.

A higiene dos banheiros e das celas dependia da boa ou má disposição dos responsáveis pela guarda. Houve casos em que se obrigaram mulheres a limpar à mão os mictórios dos banheiros para homens. Esta extrema carência de higiene trazia consigo o aparecimento de piolhos nos presos, que em algumas oportunidades foram borrifados com inseticidas, como se faz com o gado.

“Traslados”

Num grande número de centros de detenção, a palavra “traslado” era associada à idéia de morte. Os “traslados” eram vividos pelos prisioneiros com horror e esperança ao mesmo tempo. Dizia-se-lhes que seriam levados a outros centros ou “granjas de recuperação”, com a intenção de que não resistissem. Ignoravam para onde seriam conduzidos, se a outro estabelecimento ou à morte, o que gerava um medo contínuo e profundo. Para os “traslados”, os prisioneiros eram geralmente despojados de suas roupas e escassos pertences, que depois eram incinerados. Às vezes, eram submetidos a injeções para adormecer. Tentava-se serená-los, dando esperanças de uma remota possibilidade de vida, sentimento que aparecia com força inusitada pelo fato de estarem rodeados de morte e horror.

Foram colhidos numerosos depoimentos à cerca do tratamento especial que recebiam aqueles que logo seriam levados a aparecer como “mortos em enfrentamentos”.

Estes prisioneiros, dias antes de serem fuzilados, recebiam melhor alimentação, tinham que fazer a higiene e eram obrigados a banhar-se, porque teria sido difícil de explicar à opinião pública o aparecimento de “extremistas abatidos em enfrentamentos” com cadáveres magros, torturados, barbudos ou andrajosos.

Isto constituía uma crueldade sem qualificativos, já que estimulava as esperanças de vida do indivíduo, quando seu destino real era a morte.

Anti-semitismo

Em declarações à imprensa, feitas em outubro de 1981, o então Ministro do Interior, Albano Jorge Harguindeguy, negou que o governo da Junta Militar praticasse o anti-semitismo, embora tenha admitido que era “impossível controlar todo o pessoal (referindo-se às forças repressivas), entre o qual pode haver — como

em qualquer lugar do mundo — algum sádico ou doente mental” (“Crónica”, 10-01-1981).

Segundo o depoimento de R. Peregrino Fernández, oficial da Polícia Federal e membro do grupo de colaboradores do Ministro Harguindeguy, sabe-se que:

“Villar (Alberto, depois Chefe da Polícia Federal) e Veyra (Jorge Mario, Delegado Chefe da Polícia Federal) desempenhavam as funções de ideólogos: indicavam literatura e comentavam obras de Adolf Hitler e outros autores nazi-fascistas”.

Esta ideologia levou a uma especial brutalidade no tratamento dos prisioneiros de origem judaica. No C. C. D. “La Perla”, Lilita Callizo (Pasta N° 4413) “ouvia os gritos de Levin quando o espancavam e insultavam por ser judeu...”; Alejandra Ungaro (Pasta N° 2213) relata que, depois de ser espancada, sobretudo nas costas e na cabeça “me pintaram o corpo com suásticas, usando um marcador muito forte”. No C. C. D. “El Atlético”, “um repressor que se fazia chamar ‘o grande führer’ fazia os prisioneiros gritarem: ‘Heil Hitler!’, e durante a noite era normal ouvir gravações de seus discursos” (D. Barrera y Ferrando - Pasta N° 6904).

No reconhecimento realizado por esta Comissão em 24-05-84, no centro clandestino OLIMPO, a testemunha Mario Villami (Pasta N° 6821), indicou o lugar onde estava a sala “especial” e disse:

“Vi uma cruz suástica numa parede, feita em papel pintado”.

De outros depoimentos, surge também a admiração e a identificação com o nazismo.

“Quando nos espancavam, diziam: ‘somos a Gestapo!’” (Jorge Reyes - Pasta N° 2563, C. C. D. Regimento 1°, Patricios).

Esta admiração poderia ser uma causa para intensificar o castigo, como descreve Elena Alfaro (Pasta N° 3048), presa no Centro Clandestino de Detenção EL VESUBIO:

“Se a vida no campo era um pesadelo para qualquer preso, a situação se agravava para os judeus, que eram objeto de surras permanentes e outras agressões, a tal ponto que muitos preferiam ocultar sua origem, dizendo, por exemplo, que eram poloneses católicos”.

Ou, por outro lado, podia ser também motivo para aliviar os sofrimentos das vítimas, como ocorreu com Ruben Schell (Pasta N° 2825), que esteve preso no Centro Clandestino de Detenção “Pozo de Quilmes”, e, por sua ascendência alemã corroborada pela sua fisionomia, viu melhorado o seu tratamento. Depois de

uma longa sessão de tortura, “Coco” ou “O Coronel”, ao interrogá-lo, disse textualmente: “vem cá, Magro, o que fazes com esta corja de negros? Com essa ‘pinta’, terias que ser S. S. (fazendo referência aos serviços de inteligência do nazismo), e me mostra uma cruz suástica que tinha tatuada no braço”, ordenando que desse momento em diante lhe fizessem comer bem, como efetivamente aconteceu. “A partir de então, não fui mais torturado”, acrescenta Schell.

O anti-semitismo apresenta-se como contrapartida de uma deformação do “cristão” em particular e do “religioso” em geral. Isto não era senão uma forma de encobrir a perseguição política e ideológica.

A defesa de Deus e dos valores cristãos foi uma motivação ideológica simples, para que pudesse ser entendida pelos repressores, inclusive nos mais baixos níveis organizacionais e culturais. Esta necessária identificação se fazia para forjar em todo pessoal repressivo “uma moral de combate” e um objetivo tranquilizador de suas consciências, sem ter obrigação de aprofundar as causas e os fins reais pelos quais se perseguia e castigava, não só uma minoria terrorista, como também as diferentes expressões políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, com tão horrenda metodologia.

Na invasão realizada na casa de Eduardo Alberto Cora (Pasta N° 1955), seqüestrado junto com sua esposa, “depois de destruir tudo o que encontraram, os repressores escreveram na parede a legenda ‘Viva Cristo Rei’ e ‘Cristo Salva’”. Algumas invasões e operações se realizaram ao grito de “Por Deus e pela Pátria”.

Os repressores sentiam-se donos da vida e da morte de cada prisioneiro: “Quando as vítimas imploravam por Deus”, os guardas respondiam com um mesianismo irracional: “aqui Deus somos nós” (Jorge Reyes - Pasta N° 2535).

A prisioneira Nora Iadarola (Pasta N° 1471) foi obrigada a repetir quinhentas vezes “Viva Videla, Massera e Agosti: Deus, Pátria e Família!”

O anti-semitismo veio a ser mais uma manifestação dos grupos repressores, dentro de uma visão totalitária que o regime vigente tinha com respeito à sociedade. Nora Stejilevich (Pasta N° 2535) estava terminando de preparar sua bagagem para a viagem que devia empreender a Israel, quando um grupo de pessoas penetrou no seu domicílio procurando seu irmão Gerardo. Ela devia viajar em companhia de alguns profissionais para trabalhar num projeto de sua especialidade. Nesse dia, 16 de julho de 1977, depois de revistar toda a casa, seqüestrar alguns livros e papéis e comprovar a ausência da pessoa que tinham ido procurar, levaram Nora.

“Me ameaçaram por haver dito palavras em língua judia na rua (meu sobrenome) e por ser uma ‘moishe’ de merda, com que fariam sabão...”

(.....)

“Levaram-me diretamente à sala de torturas, onde me submeteram à ‘picana’ elétrica.

(.....)

“Perguntavam-me os nomes das pessoas que iam viajar comigo a Israel... o interrogatório foi centrado sobre questões judias. Um deles sabia hebraico, ou ao menos algumas palavras que colocava adequadamente na oração. Procurava saber se havia treinamento militar nos Kibutz (granjas comunitárias), pediam descrição física dos organizadores dos planos de estudos, como aquele em que eu estava (Sherut

Laam), descrição do edifício da Agência Judia (que conhecia com perfeição), etc. Me asseguraram que o 'problema da subversão' era o que mais os preocupava, porém o 'problema judeu' o seguia em importância e estavam arquivando informações.

(.....)
"Durante o interrogatório, pude ouvir os gritos do meu irmão e de sua namorada, Graciela Barroca, cujas vozes pude distinguir perfeitamente. Além disso, os torturadores se referiram a uma cicatriz que ambos — meu irmão e eu — temos nas costas, o que confirmou sua presença nesse lugar. Nunca mais tive notícias dele.

(.....)
"Dias mais tarde — conclui Nora — me fizeram saber que minha prisão havia sido um erro, mas que recordasse que eu havia estado ali".

Juan Ramón Nazar (Pasta N° 1557), ex-diretor do jornal "LA OPINIÓN", de Trenque Lauquen, declara sobre um dos interrogatórios a que foi submetido:

"Os indivíduos demonstravam uma atitude marcadamente anti-semita. Me perguntaram se conhecia o 'Plano Andina', pelo qual Israel ficaria com uma parte da Patagônia".

Miriam Lewin de García (Pasta N° 2365), que esteve detida clandestinamente em dependências da Força Aérea, relatou que:

"A atitude geral era de um profundo anti-semitismo. Numa oportunidade, me perguntaram se entendia iídiche, respondi que não, que só sabia poucas palavras. Não obstante, me fizeram ouvir um cassete obtido no grampeamento de um telefone. Os interlocutores eram, aparentemente, empresários argentinos de origem judia, que falavam iídiche. Meus captores estavam extremamente interessados em saber o significado da conversação.

(.....)
"Com as informações obtidas, faziam arquivos, onde incluíam nomes e endereços de cidadãos dessa origem, plantas de sinagogas, de clubes esportivos, de estabelecimentos comerciais, etc.

(.....)
"O único judeu bom é o judeu morto, diziam os guardas".

Daniel Eduardo Fernández (Pasta N° 1131) era um jovem de 19 anos em agosto de 1977 e tem o singular privilégio de ter saído vivo do Centro Clandestino de Detenção "Club Atlético". Desta inesquecível experiência, relata que, nos interrogatórios:

"Insistiam permanentemente comigo se conhecia pessoas judias, amigos, comerciantes, ou qualquer pessoa, bastando que fosse de religião judaica.

(.....)
"Ali havia um torturador que chamavam de Kung-Fu, que praticava arte marcial com três ou quatro pessoas de vez — sempre eram presos de origem judia —, nas quais dava socos e chutes.

(.....)
“Os judeus eram castigados só pelo fato de serem judeus, diziam-lhes que a subversão era subvencionada pela D. A. I. A. e pelo sionismo internacional, e a organização dos ‘poços’ (Centros Clandestinos de Detenção) era bancada pela ODESA (organização internacional para o apoio do nazismo).

(.....)
“Contra os judeus, era aplicado todo tipo de torturas, mas havia uma especialmente sádica e cruel: o ‘rectoscópio’, que consistia em um tubo que se introduzia no ânus da vítima, ou na vagina das mulheres, e dentro do tubo se largava um rato. O roedor procurava a saída e tratava de enfiar-se, mordendo os órgãos internos da vítima”.

Nesse mesmo lugar de tormento e extermínio, Pedro Miguel Vanrell (Pasta Nº 1132) confirma que obrigavam os judeus a levantar a mão e gritar “eu amo Hitler!”.

“Os repressores riam-se e tiravam a roupa dos prisioneiros e pintavam-lhes nas costas cruces suásticas com tinta spray. Depois, os demais presos os viam nas duchas, oportunidade em que os guardas — identificando-os — voltavam a espancá-los e maltratá-los”.

Vanrell recorda o caso de um judeu apelidado “Chango”, que o guarda tirava de seu calabouço e fazia sair ao pátio.

“o faziam mexer o traseiro, que latisse como um cachorro, que chupasse as botas. Era impressionante quão bem o fazia, imitava o cachorro como se realmente fosse um, porque, se não satisfizesse o guarda, este continuaria lhe batendo .

(.....)
“Depois mudou, e o fazia imitar um gato.

(.....)
“Neste lugar, ‘o turco Julián’ carregava sempre um chaveiro com a cruz suástica e uma cruz cristã no peito. Este invidúo tirava dinheiro dos familiares dos presos judeus”.

Colaboração de prisioneiros

Na maioria dos grandes Centros de Detenção, as autoridades conseguiram obter, mediante a tortura, diferentes formas de colaboração de alguns presos. Criaram com eles grupos que, atuando como corpos auxiliares, desempenharam atividades de manutenção e administração dos C. C. D., ou ainda, em muito menor grau, participaram em tarefas mais comprometidas com a repressão. Desta forma, muitos destes últimos saíam a “lanchar” — que na gíria repressiva significa percorrer a cidade com seus captores para identificar, na via pública, outros membros de seu grupo político —, tendo-se denunciado casos de integrantes de ditos grupos que chegaram a participar diretamente na aplicação de tortura a outros prisioneiros. O processo de destruição da personalidade, um dos grandes objetivos do sistema dos C. C. D., determinou que, em alguns estabelecimentos (p. ex. C. C. D. “Vesubio”), suas autoridades denominassem as dependências destina-

das ao alojamento dos pertencentes ao conselho de sala "Q", isto é, sala de "quebrados", os quais eram exibidos diante de seus superiores como verdadeiros troféus.

Ainda que estas vítimas, em geral, recebessem um melhor tratamento que o resto da população dos C. C. D., permitindo-se-lhes às vezes, visitarem seus familiares e, mantivessem contatos telefônicos, muitos deles engrossam, hoje, as nominações de pessoas desaparecidas.

O arquiteto Roberto Omar Ramírez (Pasta N° 3524), que fora seqüestrado em 27 de junho de 1978 no cinema Capitol, na Capital Federal, passou pelos C. C. D. "o Banco", "Olimpo" e ESMA o que lhe permitiu conhecer muito bem a estrutura e o funcionamento destes corpos, e explica o que é o "Conselho" ou "Staff":

"...O seqüestrado, uma vez ingressado no 'campo', recebia imediatamente a proposta de colaboração voluntária. Para as forças repressivas, significa uma possibilidade de ganhar tempo, porque toda resistência à tortura vem comprometer os planos de operação. Mediante a ação psicológica baseada no terror e no isolamento, os seqüestrados eram permanentemente submetidos à opção de melhorar as condições de permanência no 'campo', em troca de um certo nível de colaboração. É um processo que, em geral, se iniciava em níveis muito sutis — limpeza de corredores e banheiros —, porém em essência visava produzir nos seqüestrados a perda da referência ideológica. Quando a colaboração se traduzia no desejo de desempenhar a função de interrogar e até torturar outros seqüestrados, os repressores obtinham suas vitórias sobre pessoas predispostas a encontrar uma saída individual para a situação limite a que haviam sido levadas, a qualquer preço. Em geral, os militares orientavam esta ação psicológica sobre seqüestrados de certo nível de responsabilidade em uma organização política. Uma metodologia que registra antecedentes nos campos de concentração nazistas e em todas as experiências similares posteriores.

"A disciplina nos campos 'El Banco' e 'Olimpo', pelo fato de as necessidades de funcionamento serem atendidas pelos mesmos seqüestrados destinados a tarefas de serviço e/ou inteligência, apoiou-se em diferenciações. Todos os seqüestrados que deviam cumprir alguma tarefa de maneira estável (não eventuais, de limpeza, consertos, etc.) constituíam um grupo, denominado 'Conselho'. Este grupo estava integrado por todos aqueles seqüestrados habilitados, por sua capacidade, a fazer algo especial (fotografia, desenho, mecânica, eletrônica, etc.) ou para desempenhar alguma função (lavar, passar, cozinhar, costurar, lavar carros, etc.) O 'Conselho' também estava integrado pelos seqüestrados incorporados à 'inteligência do campo'.

(.....)

"A composição do 'Conselho' variava depois de cada transferência, se algum seqüestrado deixava o Campo por esta via. Os únicos estáveis eram os colaboradores integrantes da 'inteligência do campo' e os ligados a tarefas de médico e falsificação de documentos. As outras funções sofreram várias renovações.

(.....)

"Quando os seqüestrados chegavam à condição de realizar tarefas, melhorava-se substancialmente sua comida e, gradualmente, os lugares para dormir, com a retirada progressiva do capuz.

(.....)

"As liberdades eram outorgadas de maneira muito gradual. Em primeiro lugar, houve um período de comunicação telefônica, mais tarde o seqüestrado era levado diante da sua família, acompanhado por pessoal do campo. Passado algum tempo, o seqüestrado iniciava um período de 'folgas' para reunir-se com sua família. Em al-

gum momento, sem aviso prévio, era deixado em liberdade sob vigilância. O regime de controle consistia em encontros, primeiro semanais, depois quinzenais e finalmente mensais.

(.....)
"Alguns ex-sequestrados foram autorizados, depois de mais de um ano deste regime de liberdade, a radicar-se no exterior, em países previamente aprovados pelo Comando Militar. Houve sequestrados que passaram mais de três anos nesta condição de 'reféns' do campo. Eu passei dois anos, antes de correr o risco de gestionar o exílio".

Temos até aqui uma primeira aproximação às características principais da maioria dos centros clandestinos de detenção, obtida pela investigação desta Comissão.

Nas páginas seguintes, relata-se a descrição pormenorizada de alguns estabelecimentos em particular.

Também se informam os levantamentos efetuados pela CONADEP nos lugares onde estiveram localizados, com a concorrência de ex-prisioneiros que reconheceram as instalações, assinalando as modificações observáveis no presente.

Outros foram desmontados ou demolidos ante a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da O. E. A., em 1979.

De muitos deles, só têm-se até o momento, referências fragmentadas que dificultam sua localização, talvez por terem sido utilizados por espaços de tempo muito curtos.

Sua existência responde o principal enigma acerca do desaparecimento forçado de pessoas nos anos recentes: ali estiveram. Estes estabelecimentos tiveram autoridades; dependeram de áreas operacionais; faziam-se listas que registravam minuciosamente ingressos, transferências e saídas de prisioneiros. Eis aí a "materialidade" dos desaparecimentos.

E, por conseguinte, a possibilidade de obter resposta acerca do destino daqueles que um dia transpuseram os limites desta desonra que até hoje nos entristece.

E. Descrição dos Centros Clandestinos de Detenção

A partir dos depoimentos de pessoas que estiveram presas clandestinamente e que recuperaram sua liberdade, prestados diante desta Comissão, podem-se estabelecer duas grandes categorias de Centros Clandestinos de Detenção (C. C. D.).

Segundo a classificação utilizada pelas Forças Armadas, na maior parte das zonas do País, houve:

Lugar de Reunião de Detidos (LRD). Centros onde os presos eram mantidos, em geral, por longos períodos, até que se decidisse o seu destino definitivo.

Lugar transitório (LT). O tempo de detenção era — salvo exceções — curto. A estes lugares o preso chegava imediatamente depois do sequestro ou, se assim fosse determinado, no período prévio à sua libertação ou colocação à disposição do Poder Executivo Nacional.

“Olimpo” (LRD)

Localização: Rua Ramón Falcón y Olivera. Floresta, Capital Federal.

Descrição: Portão de aço, possivelmente vermelho. Um telhado de zinco de uns dez metros de altura cobria quase todas as dependências. Estas eram novas, de uns 3 metros de altura, com teto de cimento, onde estavam dois ou três sentinelas. Entrava-se pela guarda. As transferências eram feitas por uma porta de duas folhas; à esquerda desta havia uma imagem da Virgem. Um setor de “incomunicáveis”, com grandes janelas de arcos, tapadas com alvenaria, ficando livre somente uma parte superior. Salinha de torturas, latrinas. Do outro lado, outra sala de torturas, uma cela, um laboratório fotográfico e datiloscópico, um escritório de operações especiais. Uma cozinha e uma copa em frente. Uma enfermaria para curativos e outra para internações. Sala de arquivo e documentação; outra para raios X. Três corredores com celas; cada linha de celas tinha um banheiro com uma cortina como porta; na terceira linha havia uma lavanderia e duchas. Uma saleta de guarda, com janela para o estacionamento. Uma peça maior, que se usava para consertar artigos domésticos, elétricos e eletrônicos, roubados nas invasões de domicílios.

“La Perla” ou “La Universidad” (LRD)

Localização: Província de Córdoba, na rodovia nacional nº 20, aproximadamente a 12 km da capital da Província, no trecho que une esta com a cidade Villa Carlos Paz, nas imediações de Puente Nuevo, que conecta com a entrada a Malagueño. As suas instalações estão sobre uma ladeira à direita, em direção a Carlos Paz, e são visíveis desde a rodovia. Em frente, encontra-se a fábrica “Corcemar”.

Descrição: Constava de quatro prédios sem reboco, três deles comunicados entre si por uma galeria; destes, dois eram utilizados pelos oficiais e suboficiais como dormitórios e escritórios administrativos, o terceiro era o local onde se alojavam os presos; com os banheiros num extremo e, no oposto, quatro salas para interrogatórios e tortura e uma para enfermaria. O quarto prédio, independente dos anteriores, era utilizado como garagem.

“Escuela de Mecánica de la Armada” (ESMA)

Localização: Na Capital Federal, na Avenida del Libertador (oeste), rua Comodoro Rivadavia e Leopoldo Lugones (leste) e a rua Santiago Calzadilla, ao sul. Ao norte, faz limite com a escola industrial Raggio.

Descrição: O Cassino de Oficiais era o prédio destinado ao Grupo de Tarefas 3.3.2. Tinha três pisos, um porão e um grande sótão. Nestes dois últimos e no terceiro piso estavam alojados os prisioneiros.

Porão: Tinha um grande corredor central, sustentado por colunas de concreto. Entre estas colunas colocavam-se divisórias, dando lugar a uma grande porta verde de ferro, com guarda armada.

As divisórias eram fáceis de desmontar. Antes da entrada ao porão propriamente dito, passava-se por uma sala de armas onde havia um gerador pronto para emergências e vários armários de armamento. Lá ficava o guarda armado que recebia, pelo intercomunicador, a ordem de abrir a porta. Entrava-se no porão por uma escada descendente, que era vista ao entrar no “Dorado” e fazia parte da escada que comunicava a todo o prédio. A escada tinha dois lances.

Para este lugar eram levados os prisioneiros recém-trazidos; era o primeiro passo na obtenção de dados.

Ao fundo do porão, as peças para torturas: n.º 12, 13 e 14. À direita da porta verde, ficavam a enfermaria, o dormitório dos guardas e, junto a este, o banheiro.

Seguindo a linha da enfermaria, o laboratório fotográfico. Para ventilação havia pequenas vigias que davam ao pátio, colocadas a 20 cm do nível do solo.

Esta distribuição foi modificada em outubro de 1977. A segunda versão durou até dezembro de 1978, data na qual foi novamente modificada, como preparação à visita da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

“*Dorado*”: No térreo, encontravam-se as dependências onde funcionavam o serviço de “Inteligência” (onde se realizavam os planos das operações), refeitório de oficiais, o salão de conferências e a sala de reuniões.

Primeiro e segundo piso: os dormitórios dos oficiais, lugar ao qual os presos não tinham acesso.

“*Capucha*”: Ocupava a ala direita do edifício, recoberta de pedras cinzentas. Era um recinto em forma de “L”, interrompido, a intervalos, por vigas de ferro pintadas de cinza, que são o arcabouço exterior da fortaleza. Não tinha janelas, apenas vigias que davam para celas pequenas, denominadas “camarotes”. Construídas com divisões de alvenaria fechadas com painéis de madeira aglomerada com 2 m de altura e uma porta com uma vigia. Entre o final da madeira e o teto, havia uma tela metálica. À direita, diante das celas com 60 ou 70 cm, divisórias de madeira aglomerada; em cada espaço, um prisioneiro deitado sobre um colchonete.

Sem luz natural, esta era escassa; utilizavam-se dois exaustores de ar, que faziam muito barulho. O piso, de cimento alisado, foi pintado constantemente.

O acesso era por uma escada e, no último patamar, do lado da porta de entrada, encontrava-se um guarda armado junto a uma mesa com um livro onde anotava todos os movimentos e controlava a porta.

Os banheiros estavam localizados entre a “Capucha” e o “Pañol”, que ocupava a metade norte do sótão. Nesse lugar também havia três peças, uma delas destinada às prisioneiras grávidas.

“*El Pañol*”: Era o depósito do resultado do saque das casas dos seqüestrados. Encontrava-se ali, até fins de 1977, uma quantidade impressionante de mobiliário, utensílios, roupas, etc. Numa parte do que foi o “Pañol”, a ala mais ao norte do sótão, foi construída, em fins de 1977, o que se denominou “La Pecera”.

“*La Pecera*”: Era uma série de pequenos escritórios, unidos por um corredor central, ao qual chegava-se por uma porta controlada por um guarda munido de um registro de entradas e saídas. Lá permaneciam, parte do dia, alguns prisioneiros. Transferiram, do porão, o arquivo de imprensa e a biblioteca. Um circuito fecha-

do de televisão, instalado nos escritórios do térreo, permitia ter o controle de todos os movimentos.

Desde o sótão podia-se chegar a uma escada frente à porta de entrada, e a um segundo sótão chamado “Capuchita”.

“*Capuchita*”: Era um lugar onde, originariamente, estava a caixa d’água que abastecia todo o andar do cassino dos oficiais. Ali havia duas salas de tortura e um espaço onde eram mantidos os prisioneiros, da mesma forma que na “Capucha”. Constituíam-se de umas 15 ou 20 divisórias que separavam os seqüestrados entre si. As condições de vida eram piores que na “Capucha”.

Este lugar foi utilizado por membros do Serviço de Inteligência Naval para torturar e manter seus seqüestrados separados dos da ESMA.

A “Capuchita” era cedida à Força Aérea, ao Exército e ao SIN (Serviço de Inteligência Naval), para levarem seus presos até ali. O piso era de cor vermelha e tinha vigias sempre fechadas.

Em 1977, foram condicionados dois quartos para interrogatórios. Também foi usada pelo Grupo de Trabalho como anexo, quando a “Capucha” estava abarrotada.

“El Banco” (LRD)

Localização: Próximo ao cruzamento da Auto-estrada Ricchieri e “Camino de Cintura” (Rodovia Nacional N° 4), em “Puente 12”. Nas instalações, funciona atualmente a XI Brigada Feminina da Polícia da Província de Buenos Aires.

Descrição: O prédio reservado aos presos clandestinos estava cercado por outras construções antigas, pertencentes à Polícia da Província de Buenos Aires. A partir de um pátio de estacionamento, ingressava-se por um portão de aço de folha dupla, com grades na parte superior. À esquerda, um corredor para onde davam três salas de tortura, uma delas com um banheirinho anexo. Mais além, a enfermaria. À direita, os escritórios de Inteligência e o laboratório fotográfico, depois uma “leonera” ou cela coletiva, depois de transformada numa oficina eletrônica. Separados do setor anterior por uma circulação transversal, quase 50 calabouços ou “tubos”, muito estreitos, latrinas, banheiros, tanque, duchas, lavanderia e cozinha. Havia um pátio coberto e outro descoberto, cujas paredes estavam incrustadas com vidros.

“Logístico 10” (LRD)

Localização: Prédio do Exército entre a Avenida General Paz e Constituyentes, Zufriategui e Brasil, Villa Martelli, Distrito de San Martín, Província de Buenos Aires.

Ocupado pela Companhia de Arsenais 601 e o Batalhão de Artilharia Logística 10. Separado das instalações do Batalhão de Engenheiros por um paredão. Entrada de recrutas por Zufriategui. Portão principal com arco.

Descrição: Até o fundo do Batalhão, um pavilhão com celas estreitas e muito al-

tas, pintadas com cal; beliches superpostos ou estrados de madeira polida, portas de metal cor bege e uma clarabóia comunicando com o hall de circulação. Pequena enfermaria.

Próximo à Avenida General Paz, em linha reta com o “Autocine” e na mesma altura que o edifício da “Mayoría”, mas fora da zona a que tinham acesso os recrutas, uma velha construção de alvenaria de 5 por 4 metros aproximadamente, com uma parede frente à entrada, sem porta, e duas celas fechadas com grades em seu interior.

No terceiro piso havia uma peça de grandes dimensões, que também se usava para interrogatórios.

“Base Naval Mar del Plata” (LRD)

Localização: Mar del Plata, Província de Buenos Aires.

Descrição: As pessoas seqüestradas eram alojadas, em sua maioria, no edifício da Agrupação de Mergulhos Táticos, nas dependências correspondentes à atual seção de Arsenal, Adestramento e outros escritórios de uso não determinado.

O edifício da Agrupação é de dois pisos, localizado quase sobre a praia.

“Base aérea Mar del Plata”

Localização: Província de Buenos Aires, Rodovia Nacional Nº 2. Vizinha ao Aeroporto da cidade de Mar del Plata.

Descrição: O lugar utilizado como centro de detenção clandestino está a 600 metros dentro da base, a partir de sua entrada principal. É uma construção subterrânea, sobre a qual se encontra a torre de um velho radar. Atualmente, está reformada para ser utilizada como paiol auxiliar.

Exteriormente é um montículo de terra de forma trapezoidal, com uma entrada quase ao nível do solo; para ter acesso à construção, deve-se descer uns quinze degraus que desembocam num corredor, à direita do qual ficava a sala de máquinas, utilizada como sala de torturas, a cozinha e o banheiro. Do lado esquerdo havia seis recintos de diferentes dimensões, utilizados como celas. O acesso a dois deles era através de outros, já que não existiam portas diretas ao corredor.

“Brigada de Investigaciones de San Justo” (LRD)

Localização: Rua Salta, San Justo, Distrito de La Matanza, Província de Buenos Aires. Contígua à 1ª Delegacia.

Descrição: Ao descer do veículo, um pátio com pedregulhos. Edifício de dois andares. Acesso de prisioneiros por uma pequena cozinha, contígua a uma das celas de tortura. Várias celas com um banheiro, outras também com duchas. Uma maior, com ganchos na parede. Tinham vigias altas e gradeadas. Algumas davam para um pátio sem cobertura, mas com grades e tela de arame. O andar superior

era ocupado por escritórios. Um, com um diagrama na parede, usado para interrogatórios. Dois deles eram acarpetados e tinham camas de madeira.

“Brigada de Investigaciones de Las Flores” (LRD)

Localização: Avellaneda 705, Las Flores, Província de Buenos Aires.

Descrição: No fundo das dependências policiais. Ingressa-se por um local amplo com um fosso para conserto de automóveis. Havia ali um fogão branco, a querosene, e outro verde. Uma porta lateral com degrau comunicava a um corredor com piso de terra, ao qual davam nove celas, uma cozinha e um espaço com uma pia; de um lado, um local com chuveiro e W. C., sem porta. Uma das portas apresentava no teto um cano de cimento por onde caía água quando chovia. Paredes de reboco grosso. Em 1977 estavam construindo alguma coisa, pois se ouvia uma betoneira trabalhando.

“Brigada de Investigaciones de Resistencia” — Chaco (LRD)

Localização: Brigada de Investigações da Polícia da Província de Chaco, na rua Marcelo T. de Alvear, defronte à Praça 25 de Mayo, na cidade de Resistência.

Descrição: Lugar especialmente preparado para o seqüestro e a tortura, administrado por pessoal da polícia e com assistência diária de militares e funcionários governamentais.

Calabouços de máxima segurança, de acesso restrito; torturavam num porão acondicionado especialmente, localizado debaixo da sala de sessões da Brigada.

C. C. D. na VII Brigada Aérea de Morón (LRD)

Localização: Avenida Pierrestegui, entre A. Paché e Coronel Arena, Morón, Província de Buenos Aires.

Descrição: O C. C. D. estava instalado em um prédio com hall. A peça onde se realizavam os interrogatórios tinha um vão onde se colocava o recipiente para o “submarino”. O local de reclusão era uma grande sala com divisórias, à qual se tinha acesso por uma escada estreita com curvas e patamares. Perto, podia-se perceber uma pista de aviação.

“Pozo de Bánfield” (LRD)

Localização: Cruzamento das ruas Siciliano e Vernet, a duas quadras da Av. 10 de Setembro de 1861, chamado “Camino Negro”, Distrito de Lomas de Zamora, Província de Buenos Aires. Atualmente funciona nesse local a Brigada de Homicídios e, anteriormente, a Brigada de Segurança, Investigações e Inteligência.

Descrição: Acesso de pedestres pela rua Vernet e de veículos pela rua Siciliano, até

um pátio interno. Prédio de três andares, de uns 25 metros de frente por 20 de fundo. No térreo, o escritório do Chefe, sala de torturas e outras dependências. No primeiro andar, calabouços, escritórios, refeitório e sala de recreação do pessoal, cozinhas e banheiros. No segundo andar: calabouços e banheiros.

“Brigada de San Nicolás” (LRD)

Localização: San Nicolás, Província de Buenos Aires, perto da Rodovia Pan-americana.

Descrição: Construção de um piso, escada com 3 ou 4 degraus, um pátio e três celas pequenas. Uma peça grande, com camas e colchões de espuma.

“Pozo de Quilmes” ou “Chupadero Malvinas” (LRD)

Localização: Allison Bell s/n esquina Garibaldi, no centro da cidade de Quilmes, Distrito do mesmo nome, Província de Buenos Aires. Local da “Brigada de Investigaciones”.

Descrição: Acesso à garagem pela rua Garibaldi, atravessando um portão pesado, corrediço. Acesso principal pela rua Allison Bell. Prédio de cinco andares.

Térreo: guarda, escritórios, salas de torturas, despensã, cozinha e dependências.

Entrepiso: escritório, banheiro, grande depósito utilizado para o botim de guerra, e sacada coberta. Primeiro andar: calabouços, celas, área, auditório, refeitório, cozinha e banheiro. Segundo e terceiro andares: calabouços, cela, banheiros e área. Os calabouços mediam 2m x 1,80m. As celas eram maiores.

“Club Atlético” (LRD)

Localização: Paseo Colón e Juan de Garay.

Descrição: Primeiro nível: salão azulejado, portas de vidro, uma escrivaninha grande e outra pequena; nelas, cada preso era identificado e recebia um número. Portas de vidro. Acesso ao subsolo, camuflado.

Subsolo: Sem ventilação nem luz natural. Temperatura entre 40 e 45 graus, no verão. Muito frio no inverno. Muita umidade. As paredes e piso vertiam água continuamente. A escada conduzia a uma sala onde havia uma mesa de ping-pong que era usada pelos repressores. Ao lado, uma salinha de guarda. Duas celas de comunicáveis. Uma sala de torturas e outras para enfermaria. Cozinha, lavanderia e chuveiros, estes com abertura que dava à superfície, por onde os guardas observavam o ânus das mulheres. Outro setor para depósito de botim de guerra.

Cela chamada “leonera”, com divisórias baixas que separavam boxes de 1,60m x 0,60m. Num setor, 18 celas; noutro, 23. Todas de 2m x 1,60 e uma altura de 3 a 3,50m. Três salas de tortura, cada uma com uma pesada mesa metálica. Colchões de espuma pequenos, manchados de sangue e suor.

“Casa del Cilindro” (LRD)

Localização: Dentro do prédio da Companhia de Comunicações 601, localizado entre a rodovia 197, a rua Ing. Huergo e os trilhos do F. C. G. M. B., a 4 quadras da Estação “Los Polvorines”.

Descrição: Junto ao acesso, um posto de vigilância com cães. Na construção principal, os prisioneiros permaneciam deitados no chão, algemados. No centro havia um eixo cilíndrico, de onde partiam correntes em forma radial, às quais ficavam amarrados os prisioneiros.

“Meu Deus, ajudai-me”: a testemunha encontra a prece que gravou em sua cela de desaparecido.

“La Cacha” (LRD)

Localização: Antigas instalações da Radio Província de Buenos Aires, contíguas à prisão de Olmos, entre as ruas 191, 47, 196 e 52 (trilhos do F. C. General Belgrano), na localidade de Lisandro Olmos, Distrito de La Plata, a oeste da cidade de mesmo nome, Província de Buenos Aires.

Descrição: Prédio principal antigo e mal conservado, tinha três andares. Subsolo com capacidade para 12 prisioneiros. Térreo: salão amplo para o pessoal, salas de tortura, celas coletivas para uns 10 presos. Primeiro andar: sala grande dividida em boxes, por meio de separações com telas metálicas, com capacidade para uns 20 prisioneiros. Piso de ladrilhos e grades de ventilação. Ainda duas pequenas peças sem portas. O banheiro se localizava num “entrepiso”, descendo-se alguns poucos degraus. No exterior, uma antena de uns 70m e material da Rádio, em desuso.

“La Casona” (LRD)

Localização: Interior da I Brigada Aérea de Palomar, Distrito General Sarmiento, Província de Buenos Aires.

Descrição: Mansão antiga, construída em dois planos; acesso por uma rampa e uma escada curta que dá num corredor com piso de ladrilho antigo, imitando flores. Banheiros com mictórios, W. Cs. sem vaso e boxes para banhos com mangueiras. Torneira no corredor. Portas interiores de madeira e de vidro. Calabouços com porta de chapa e vigia tapada, piso e paredes de cimento.

“El Reformatorio” — Tucumán (LRD)

Localização: A poucos minutos da cidade de Tucumán e a duas quadras do rio ou arroio próximo dessa capital.

Descrição: Um prédio de dois andares cercado por uma parede de tijolos. Em frente havia um açougue e ao lado deste funcionava uma fábrica de “trailers”. Ao fundo — em construção — um lar de mães solteiras.

No térreo, as dependências para oficiais, suboficiais e soldados. Os prisioneiros eram alojados e interrogados no primeiro andar.

Fábrica de Armas de Rosario (LRD)

Localização: Rua Ovidio Lagos, 4800 (atualmente seria o 5220), Rosario - Província de Santa Fé.

Descrição: Entra-se por um portão que se abre por dentro. Por um degrau, chega-se a uma porta; alguns passos adiante desta, outros três (3) degraus levam a uma superfície plana (possivelmente um patamar) e em seguida 5 ou 6 degraus conduzem a uma dependência grande, a qual, por uma porta, leva à sala de torturas com piso de cimento, paredes de cor amarelo sujo, teto branco e uma janela que dá ao pátio, com persianas de plástico. Nesta peça havia quatro estrados ou “parrilas”. Uma mesa com comandos elétricos emitia música; sobre ela havia um refletor. Outra porta comunicava com um tanque de cimento com torneiras e ganchos para pendurar os prisioneiros. Uma porta metálica dava para um pátio interno. Três (3) das paredes deste pátio eram formadas por grades de uns 5 ou 6 metros de comprimento, para onde davam as celas, em número de 20 e 30, cada uma das quais com uma porta feita na grade, que levava um cadeado. As celas tinham aproximadamente 1,50m de comprimento por 0,80m de largura e 1,80m de altura. O piso era de cimento e as paredes de tijolos caiados. O piso do pátio central era de lajes sujas e desparelhas e tinha no centro quatro postes enterrados no solo, cada um com uma argola a um (1) metro de altura. O prédio onde se encontrava a sala de torturas tinha a forma de torre.

“C. O. T. I Martínez” (Centro de Operaciones Tácticas) (LRD)

Localização: Av. del Libertador, 14.237, Martínez, Distrito de San Isidro, Província de Buenos Aires.

Descrição: Acesso para pedestres até um pátio central de lajes. Pelo acesso principal, na Libertador, uma construção de duas peças, uma delas destinada às salas de tortura e interrogatório. Ao fundo do pátio, uma edificação entre meações, incluindo três celas individuais e uma maior, sala de estar, dormitório do pessoal e banheiros. Há uma guarita elevada. Entre o prédio descrito e a meação do fundo — cuja parede está revestida de chapas de metal —, encontra-se um pátio estreito de tijolos e terra, de onde vê-se um pinheiro de grande tamanho, numa casa ao lado.

Compañía de Comunicaciones de Montaña (LRD)

Localização: Quartéis situados no Boulogne Sur Mer, no interior da VIII Brigada de Infantaria de Montanha, nos arrabaldes de Mendoza.

Descrição: As instalações do C. C. D. foram parcialmente demolidas, segundo pô-

de constatar a CONADEP, durante o reconhecimento. Era uma construção retangular, com cobertura de duas águas, sustentada por cumeeiras. Num outro extremo do prédio ficavam os banheiros, onde havia chuveiros, tanque e um W. C. No outro extremo, quatro peças separadas — duas a duas — por um corredor central, onde os prisioneiros eram interrogados. Dispositivo para evitar fugas: portas e janelas trancadas e guarda permanente. Outras instalações do C. C. D. funcionavam em diferentes prédios da unidade militar.

“Delegacia de La Plata” (LRD)

Localização: Rua 24, entre Diagonal 74 e rua 63; La Plata, Província de Buenos Aires.

Descrição: Entra-se por um portão pela Diagonal 74. Ao fundo do prédio está a seção de prisioneiros, que se compõe de uma galeria, à direita da qual está a sala de guarda. Depois há uma porta de aço com grades, que dá para um corredor com uma pia, onde existem quatro celas pequenas e um banheiro. Na mesma galeria há uma cela comprida, outra de igual extensão, porém muito mais larga e um espaço com uma pia, onde convergem uma latrina e outra cela. As celas são escuras, frias e úmidas.

“El Motel” (LRD)

Localização: Na Província de Tucumán, na Rodovia N° 9, frente ao Arsenal N° 5 “Miguel de Azcuénaga”, a poucos quilômetros da capital da Província.

Descrição: Este Centro Clandestino de Detenção funcionava num motel em construção; sua entrada principal ficava em frente à guarda do Arsenal. Entrando à esquerda, havia um caminho de pedregulho por onde entravam os veículos com prisioneiros. No lugar que deveria ser destinado à recepção, encontrava-se a Guarda de Prevenção, atrás da qual havia uma construção quase por terminar e uma piscina. Separadas desta edificação, havia duas fileiras de casas pequenas. Nas duas primeiras do lado direito ficavam as pessoas seqüestradas. O piso era de pedregulhos, não tinham portas nem janelas. As três seguintes eram usadas como dormitórios dos soldados; tinham chapas de zinco que funcionavam como portas e janelas, e piso de cimento.

Na fileira da esquerda, a primeira casa estava vazia; a segunda era usada pelos oficiais, a seguinte funcionava como sala de torturas e interrogatórios, e a última era o dormitório de suboficiais. À direita destes prédios havia uma caixa d'água que se usava como posto de guarda noturna.

“El Embudo” (O Funil) (LRD)

Localização: Cidade de Carlos Paz, Província de Córdoba, a 200 metros do “verteador” do Dique San Roque.

Descrição: Era a residência do familiar de um seqüestrado. De uma das janelas vê-se o “vertedor” do Dique. Ali se jogaram cadáveres dos seqüestrados que haviam permanecido no Centro Clandestino de Detenção.

“Escuelita” — Bahía Blanca (LRD)

Localização: No caminho da Carrindanga (“Camino de Cintura”), atrás do V Corpo de Exército, Bahía Blanca, Província de Buenos Aires.

Descrição: Prédio antigo com dois quartos com beliches. Cobertura quebrada, pisos de madeira com buracos e paredes amareladas. Janelas altas com grades coloniais e postigos verde-escuros. Numa das paredes, a inscrição “AAA”; em frente um quadro-negro. Entre as duas peças, há um hall com piso de cerâmica, onde o guarda ficava. Ali também havia uma cama para um prisioneiro. Esta parte da casa estava isolada por uma grade. Havia um corredor que comunicava com a dependência dos guardas, seu banheiro e a cozinha. No pátio, achava-se a sala de torturas, a latrina para os presos e um poço d’água. Havia também um pequeno trailer, onde dormiam os guardas, e posteriormente foram colocados mais dois, para os prisioneiros.

Fábrica Militar de Armas “Domingo Matheu” (LRD)

Localização: Avenida Ovidio Lagos, Rosario.

Descrição: Entrada principal da fábrica pela Avenida. O C. C. D. está localizado no fundo do prédio; mais adiante há uma espécie de “play-ground”. Havia aberto um acesso direto ao Centro, da rua de chão batido ao longo do paredão sul. Havia um grande portão de ferro avermelhado. Ao deixar de funcionar, foi murado.

O C. C. D. era composto por várias construções quase antigas, ligadas entre si. Cozinha-refeitório, latrina, pequeno depósito e dois dormitórios para o pessoal. Os prisioneiros ficavam na antiga cavalaria, amarrados a argolas fixas na parede. O recinto estava dividido em dois e cada um deles tinha equipamentos para tortura.

“Escuelita de Famaillá” (LRD)

Localização: Na zona sul da Província de Tucumán, a 36 km da capital, na saída oeste da cidade de Famaillá, rumo ao Ingenio Fronterita.

Descrição: Foi uma escola rural desocupada; estava cercada por telas metálicas; entrando, à esquerda, havia uma sala de aula e dois escritórios administrativos. Mais adiante, à direita, estavam os banheiros e, à esquerda, oito salas de aulas. Em frente da última havia uma peça, que utilizava-se como sala de torturas.

“Los Conventillos de Fronterita” — “Os Cortiços da Fronteirita” — “Ingenio Fronterita” (LRD)

Localização: Uma construção situada aproximadamente a trezentos metros do Ingenio Fronterita, num caminho adjacente ao dito engenho, na localidade de mesmo nome.

Descrição: Construção localizada em frente ao caminho, que forma parte dos chamados “cortiços de Fronterita”. Esta construção era ocupada por pessoal do Exército; anteriormente, era utilizada como moradia por trabalhadores temporários do Engenho. Muito embora hoje em dia seja cercada por telas de arame, quando funcionava como Centro Clandestino estas não existiam.

A construção tem dois quartos pequenos, cada um com uma porta, de acesso independente. Num deles há uma bancada de cimento, localizada em frente à porta contra a parede, sobre a qual eram torturados os prisioneiros. Ao lado da porta, na parte superior da parede esquerda, havia também uma pequena janela de madeira.

“Guardia de Seguridad de Infantería” (LRD)

Localização: Rua 1, entre 59, 60 e 115, La Plata, Província de Buenos Aires.

Descrição: Vários galpões e velhas instalações transformadas em calabouços, muito úmidos e frios; um alojamento de grandes dimensões, dos que habitualmente se utiliza para alojar a tropa, ocupado por prisioneiros.

“GADA E 101” — Ciudadela (LRD)

Localização: Prédio do Exército, localizado entre as ruas Carlos Pellegrini, Yrigoyen, Comesaña e Reconquista, Ciudadela, Distrito de Três de Fevereiro, Província de Buenos Aires. Forma parte do Grupo de Artillería de Defensa Antiaérea (GADA) 101 — General Richieri e Grupo de Artillería Motorizada General Iriarte.

Descrição: Entrada por um grande portão à rua Reconquista; se percorrem uns 100 metros pela rua pavimentada interna. Várias construções, algumas com as janelas fechadas com tijolos. No corpo destinado à detenção, interrogatório e tortura, havia celas e escritórios. Também havia uma espécie de subsolo.

“Ingenio Nueva Baviera” (LRD)

Localização: A uns 400 metros da Rodovia Nacional N° 38. A entrada encontra-se em frente ao caminho que conduz à cidade Famaillá; para o Leste sai um caminho que, depois de atravessar um bairro de ex-empregados da fábrica açucareira, leva ao Engenho Nueva Baviera.

Descrição: Velho engenho de açúcar. Os portões de acesso eram permanentemen-

te vigiados pelos guardas. Existia um heliporto atrás do laboratório e havia uma grande quantidade de veículos para transporte de tropas.

A antiga sede dos escritórios da empresa, localizada ao fundo do estabelecimento, foi ocupada como moradia dos oficiais e sede do comando.

Nas instalações gerais do engenho, moravam os guardas e o pessoal subalterno.

O Centro de Detenção estava localizado no velho laboratório e nas suas instalações anexas, 30 metros ao sul do portão principal. Para chegar-se a ele, tinha-se que passar por um portão de tela de arame e por outro metálico, de 4 metros de largura, que comunicava com uma área de estacionamento coberta e outra porta que ligava — por um hall — todas as dependências do edifício. O lugar estava rodeado de cartazes que proibiam o acesso, por ser “zona restrita”. Só ingressavam nela oficiais do Exército e pessoal da Polícia Provincial.

No centro deste recinto, uma bancada de alvenaria coberta por azulejos, onde originariamente realizavam-se as análises químicas, e ao qual entrava-se por um pequeno hall que comunicava com o galpão-garagem. À esquerda, um escritório de arquivo de informações, onde havia duas mesas, uma máquina de escrever e várias cadeiras. Neste local figurava uma lista de grupo operativo. Comunicava-se com uma pequena sala de torturas com um estrado de cama e cadeiras, onde havia outro banheiro com um lavatório contra a parede.

“Ex Ingenio Lules” (LRD)

Localização: Na localidade de Lules, província de Tucumán, perto da estação ferroviária. Estrada de terra, paralela aos trilhos; tem-se acesso à propriedade através de uma porteira fechada por uma argola de arame.

Descrição: Antigo chalé pertencente ao ex-engenho Lules, que servia como moradia do administrador. Construção muito antiga, hoje abandonada e muito deteriorada, com dois pisos.

Entrada ampla na frente e com escadaria na parte de trás. Num dos lados, escada de acesso a uma velha carvoeira; o vão até a escada está atualmente descoberto, sem que exista porta alguma que obstrua seu acesso. Escada de tijolos, com 20 degraus; é necessário agachar-se para descer.

A carvoeira, onde alojavam os prisioneiros, era de tijolos, igual ao teto abobadado. Janelinha com grades e chaminé no chão. Vão no extremo da parede, ao lado da entrada, à esquerda.

No primeiro andar, sala de torturas, de onde se divisavam palmeiras e o telhado da propriedade vizinha.

“Monte Pelone” (LRD)

Localização: Na Rodovia 76, perto de Olavarría.

Descrição: Foi uma estância de construção antiga. Agora pertencente ao Exército, que utiliza os campos para manobras e como Área de Tiro. O prédio principal era

alargado, com um alpendre formado por trepadeira e uma calçada ao redor. Cobertura de duas águas, janelas gradeadas, piso de tijolos. Uma peça grande com uma cama e um sofá de couro. Sala de interrogatórios, uma peça num nível trinta centímetros mais alto que as outras e mais quatro peças, com camas de estrados de cintas de aço. Não viram banheiro.

Num lado encontra-se um prédio formado por um galpão, cozinha e várias peças, uma das quais era usada como sala de torturas, para a qual se descia por dois ou três degraus. Em frente a este local, uma moradia de caseiros. No pátio, entre ambos, duas barracas. Tanto estas como os talheres levavam a inscrição E. A. (Exército Argentino). Ouvia-se um gerador elétrico com motor a explosão.

“Comisaría IV” (IV Delegacia) — Mar del Plata (LRD)

Localização: Rua Chile esquina Alberti, Mar del Plata, Província de Buenos Aires.

Descrição: Dois acessos de pedestres pela rua Chile; um principal e outro secundário. Pelo principal, depois de atravessar um corredor e um pátio, chega-se a um setor de celas comuns e individuais, numeradas de 1 a 8. Frente à cela individual havia um banheiro. As portas das celas eram de ferro. As celas comuns eram várias vezes maiores que as individuais. Um pátio para cada cela comum e um banheiro para cada duas. Área de estacionamento com entrada pela rua Chile, que comunicava-se ao prédio por uma porta, onde atualmente foi erguida uma parede.

“Automotores Orletti” (LRD)

Localização: Rua Venancio Flores 3519/21, esquina Emilio Lamarca, Capital Federal.

Nível de dependência do C. C. D.: Forças Armadas e/ou Forças de Segurança: Exército Argentino em conexão com o Exército Uruguaio. A Superintendência da Polícia Federal dirigia os interrogatórios.

Descrição: Antiga oficina com um cartaz na frente: “Automotores Orletti”. Havia uma porta grande com cortina metálica, à esquerda, porta blindada com vigia que se abria mecanicamente; a senha emitida por rádio era “Operação Sésamo”.

Constava de dois andares. No térreo, um grande salão de 6 a 8 metros por 30 metros. Uma divisão baixa separava da latrina (uma para trinta pessoas) e da lavanderia. Dali saía uma escada com base de concreto e degraus de madeira. Piso de concreto, sujo de terra e graxa. Chassis de carros espalhados. Também automóveis seqüestrados. Caixa d’água grande com uma roldana em cima, onde eram pendurados os presos para fazer o “submarino”. Ventarola junto ao teto. No segundo piso, funcionavam uma sala de interrogatórios, outra de torturas e um terço onde se pendurava a roupa para secar. Os militares chamavam este centro de: “El Jardín”.

“Delegación Regional da la Policía Federal de Azul” - Delegacia Regional da Polícia Federal de Azul — (LT)

Localização: A duas quadras da estação do Ferrocarril General Roca, na cidade de Azul, Província de Buenos Aires.

Descrição: Celas de 1,50 x 1,50m com paredes de cimento alisado igual ao piso. Uma vigia a três metros do piso, sem vidros. Uma latrina, porta de ferro com uma vigia exterior pequena e pintada de cor verde inglês, esmaltado. Escada estreita até o primeiro piso onde estava a “câmara” de torturas, com soalho de madeira. Ainda uma mesa de madeira, onde o prisioneiro era deitado de costas para ser interrogado e torturado.

“Planta Transmisora Los Plátanos” (LRD)

Localização: A 100 metros da estação Los Plátanos, da Ferrovia General Roca, a lesta da Avenida Mitre, Distrito de Berazategui, Província de Buenos Aires.

Descrição: Acesso através de uma porteira, por um caminho de terra de uns 200 metros aproximadamente. No lado sul, o imóvel tinha um muro. Prédio sobre-elevado, com escada de pedra ou mármore. Teto de cimento, mal-acabado, parede sem reboco fino, piso de cimento alisado nas celas. À direita do corredor de entrada (12m por 1,20m), escritório, pátio, depósito e várias celas. Banheiro sem porta, com um orifício à guisa de latrina. À esquerda do corredor, sala de torturas, com piso de ladrilhos, pelas janelas via-se o campo e por uma vigia alargada do fundo do corredor, uma estrutura de metal que podia ser um moinho ou uma antena. Em seguida à sala de torturas, duas celas estreitas e depois de outras dependências.

“Puesto Vasco” (LRD)

Localização: Pilcomayo 59, próximo à estação Don Bosco, da Ferrovia Gen. Roca, Distrito de Quilmes, Província de Buenos Aires. Atualmente: XIV Brigada de Investigaciones de Quilmes. Ex-Delegacia de Don Bosco.

Descrição: Acesso de veículos por um portão de ferro que ocultava o pátio. Edifício de um só andar, com escritórios e calabouços pequenos e muito úmidos. A cozinha tinha sido adaptada como sala de torturas.

“Destacamento Batán” — Mar del Plata

Localização: Na rodovia n.º 88 (20 km antes de Mar del Plata). Atualmente funciona como Delegacia de Polícia da população de Batán.

Descrição: Prédio de apenas um piso, com várias dependências internas. Paredes de tijolos e teto de laje. Uma das peças funcionava como cela coletiva, com quatro lâmpadas fluorescentes colocadas em dois artefatos elétricos, localizados no teto.

Outra peça funcionava como sala de torturas. Estava localizada no final do corredor que une duas peças, cada uma de um lado do banheiro. Desnível no piso.

Banheiro com vaso sanitário; janela no extremo superior da parede, localizada em frente da porta de entrada. Perto passam trilhos de trem. Pedreiras próximas a estes.

“Comisaría de Trenque Lauquen” (LRD)

Localização: Imediações de Trenque Lauquen, Província de Buenos Aires.

Descrição: As instalações estavam compostas por: uma casa estilo colonial, à qual se acrescentaram dois salões grandes e várias celas individuais. Um dos salões era utilizado para interrogar e torturar, enquanto o outro funcionava como cela comum.

“La Ribera” (LRD)

Localização: Província de Córdoba, a 15 km da Capital. Sob jurisdição da 5ª Delegacia da Polícia de Córdoba; nas instalações da prisão militar de mesmo nome, ao lado do velho cemitério San Vicente.

Descrição: Quartel militar com várias edificações de estilo colonial. O local onde se alojavam os prisioneiros era de uns 50 metros de comprimento por 5 ou 6 de largura. As janelas eram aberturas gradeadas. Dentro deste local, separados por uma divisória, estavam os banheiros e os chuveiros. Saindo, um pátio; à direita, calabouços e, em continuação a estes, a cela para mulheres. Em frente à cela encontravam-se os escritórios de interrogatórios e torturas.

“Sheraton” (LRD)

Localização: Ruas Quintana e Tapalqué (quase Naciones Unidas), a 4 quadras da Av. Gen. Paz, Distrito de La Matanza, Província de Buenos Aires, no interior da Subdelegacia de Villa Insuperable.

Descrição: Entrava-se nos escritórios e outras dependências de atendimento ao público pela porta principal. Entrando pela garagem e subindo alguns degraus, chegava-se a um corredor largo, fechado com portas de grades, que dava para os calabouços. Um deles funcionando como depósito e arquivo. Cella central, maior que as restantes (4m por 4m, aproximadamente) que era utilizada como refeitório de pessoal e dormitório de algum deles. Banheiros, chuveiros e pia para lavar pratos.

No canto oposto à garagem, uma área descoberta, totalmente fechada, à qual se entrava por uma porta de grades. No piso superior, sala de torturas e outras dependências.

“Superintendência de Seguridad Federal” — (Superintendência de Segurança Federal) — (LRD)

Localização: Rua Moreno, 1417 — Capital Federal.

Descrição: Acesso para veículos pela rua Moreno, a uma área descoberta. Ali havia um escritório que comunicava internamente com outro. Um elevador antigo, vagaroso, de caixa com grades e telas de metal, levava ao terceiro andar, local de detenções. Neste andar havia duas partes. Numa estavam os sete escritórios, um quarto e um banheiro. Duas das salas tinham piso de cerâmica vermelha.

À outra parte chegava-se por uma porta metálica flexível, que dava a um corredor; seguia outro mais largo, separado por uma porta. À sua direita, uma porta gradeada dava para uma cela grande (“leonera”), coletiva; tinha um banheiro com duas pias, dois vasos sanitários e um chuveiro.

No mesmo corredor, sempre na parede da direita, uma porta levava ao recinto onde cinco “tubos” ficavam em frente a outros quatro, e um banheiro similar ao anteriormente descrito, com o acréscimo de dois mictórios.

Ao fundo, o corredor comunicante se alargava para a esquerda; ali, uma porta gradeada abria para um espaço vazio onde duas janelas compridas, altas, davam a um poço de ar.

Neste local, outros cinco “tubos” e um banheiro como os anteriores, que em lugar de duas pias, tinha uma banheira.

Os “tubos” são celas de 2m por 1m. O piso era cinzento; o teto alto, levava um ladrilho de vidro de 10 por 10cm. As paredes, verdes, com manchas de sangue e arranhões, porta metálica com ferrolho exterior. Sobre esta porta havia uma lamparina, que só era acesa quando se fazia a contagem dos prisioneiros. Portanto, o quarto permanecia às escuras continuamente.

“Departamento 2 de Inteligência” (Polícia de Mendoza) (LRD)

Localização: Rua Belgrano e Virgen del Carmen de Cuyo, Cidade de Mendoza.

Descrição: Pela rua Virgen del Carmen del Cuyo chega-se a uma área de estacionamento. Logo se tem acesso à Sala de Recepção ou Guarda de Prevenção, na qual havia um balcão onde eram identificados os prisioneiros. Ao lado da mesma, uma escada que conduzia ao entrepiso (D-2); ali abre-se uma porta que dá no meio do lado maior de um retângulo; este tem um corredor central estreito, no qual localizam-se frente a frente as duas fileiras de celas. No extremo destas, os chuveiros e a latrina. Por uma escada de dois lances chega-se do D-2 à central telefônica do edifício, a qual tinha ao lado a sala de torturas no primeiro subsolo. Ao segundo subsolo desce-se por elevador — entrada pela rua Belgrano. Ali se encontra o incinerador e ao seu lado a sala de torturas.

“Campo de Mayo” (LRD)

Localização: Dentro da Guarnição, perto da Praça de Tiro e das pistas do aero-

porto e do campo de pára-queda. O acesso ao local dá-se por um caminho perpendicular, à esquerda da rodovia.

Este caminho começa frente à entrada da Área de Tiro e, ao finalizar, chega a um local em que se vêem numerosas árvores e uma casinha de construção recente; à esquerda se observa o começo de uma estrada de terra, que desemboca ao lado das dependências da “Gendarmería Nacional”. No meio do local há um caminho de terra margeado por árvores. Neste lugar haviam estado localizadas as três construções utilizadas como Centro Clandestino de Detenção. Estas construções, dois galpões de zinco e um de material, foram demolidas, encontrando-se no local, atualmente, restos de materiais correspondentes às edificações. No levantamento realizado pela CONADEP, pôde-se observar uma depressão de uns 40cm, no local onde, segundo as testemunhas, achava-se o Pavilhão 1, de material.

Desse local visualizava-se a fachada da “Escuela de Artillería” e da “Escuela de Comunicaciones”.

Descrição: Entrando pelo caminho melhorado, antes do porão de acesso, há um posto de guarda; seguindo o caminho, em direção ao lado esquerdo, encontrava-se a primeira edificação, por onde passavam primeiramente os presos ao chegar no Campo; ali se encontravam duas salas de torturas, uma delas sob o controle do GT-2. Ao lado, outra dependência servia de enfermaria, utilizada normalmente para o atendimento dos prisioneiros durante a tortura. Na mesma construção, achava-se o escritório do Chefe de Campo, outra sala de interrogatórios do GT-1, um refeitório, um banheiro e uma cozinha para uso do pessoal.

Num lado deste prédio havia uma quinchá com uma cozinha, e mais para a esquerda outra quinchá. Outra construção, mais atrás, servia de dormitório para o pessoal da “Gendarmería”; era uma peça ampla, com banheiro anexo.

“Jefatura Central de Policía” — Tucumán (LRD)

Localização: No cruzamento da rua Salta e Avenida Sarmiento, na cidade de Tucumán. A entrada para o setor onde encontravam-se os presos-desaparecidos estava localizada na rua Santa Fe, em pleno centro da cidade.

Descrição: A parte destinada a servir como Centro Clandestino de Detenção constituía-se de duas zonas separadas entre si por uma área de estacionamento: uma delas era de interrogatórios e a outra, de calabouços. A área de interrogatórios era vizinha ao que atualmente é o Museu Policial, e que anteriormente foi a sede da Brigada de Investigações. Constava de um salão grande, utilizado para reunir os prisioneiros que poderiam ser libertados.

“Compañía de Arsenales Miguel de Azcuénaga” (LRD)

Localização: Na rodovia Nacional N° 9, Tucumán. O acesso se dá por uma rua de terra paralela à estrada, pela qual se transita uns 800 metros para chegar às instalações. Saindo-se da cidade de San Miguel de Tucumán em direção ao norte, entrava-se usando o portão principal da “Compañía de Arsenales”, sem penetrar

no recinto principal, mas continuando-se até a segunda entrada, onde havia um posto de guarda de pessoal de “Gendarmería”.

Descrição: A construção principal do Campo tinha uns 55 metros de lado, aproximadamente. Estava rodeada por uma cerca de arame farpado de 2,50m de altura e, paralela a esta, a uns 5m de distância, outra cerca de igual material e altura. Entre ambas havia guardas com cães. Num dos cantos do quadrado havia uma torre de controle, de madeira, para vigilância de todo o Centro. Em cada um dos cantos do prédio havia uma casa pré-fabricada, de madeira, de um só ambiente, com uma área de 16 metros quadrados. Eram utilizadas como salas de tortura; em seu interior havia um estrado de cama para amarrar os prisioneiros, uma mesa e duas ou três cadeiras.

No meio do quadrado, dois velhos paióis separados entre si por uns dez metros de distância. Eram duas construções de alvenaria, cujas superfícies interiores, paredes, tetos e pisos, estavam revestidas por piche. Cada um media aproximadamente 20m de comprimento, por 5m de largura e 3m de altura. Nestes paióis havia compartimentos estreitos de 1,20m de altura por 1,50m de profundidade e 1m de largura. No paiol mais ao norte, as divisões eram de madeira; no outro, onde se alojavam os presos, de alvenaria. No paiol localizado na direção sul, havia dois banheiros, uma cozinha e outra peça.

“Vesubio” (LRD)

Localização: Av. Ricchieri e “Camino de Cintura”, Distrito de La Matanza, Província de Buenos Aires. A nordeste do cruzamento de ambas as estradas, em frente à Agrupación Güemes e a poucos metros do Corpo de Cavalaria da Polícia de Buenos Aires. Prédio pertencente ao Serviço Penitenciário da Província de Buenos Aires, onde instalou-se a direção do C. C. D.

Descrição: Acesso por uma rua de terra que dava para a auto-estrada Ricchieri, através de uma porteira com uma instalação para a guarda. Havia outro acesso pela “Camino de Cintura”. Jardim com plantas ornamentais e árvores. Piscina.

As construções foram demolidas em 1980 e consistiam de três casas antigas, tipo colonial, com telhas vermelhas.

1 — “Enfermaria”: Hall central com três ou quatro celas de torturas, de pequenas dimensões, com divisórias de aglomerado, “decoradas com cruces suásticas”. Em cada uma delas havia uma cama de ferro sem colchão e um barril cheio de água. À direita do hall, uma sala maior com várias camas e um banheiro. Piso de ladrilhos brancos e vermelhos.

2 — Chefatura: Casa com três dormitórios, banheiro, sala de reuniões do pessoal. Uma cozinha instalada e, ao lado, outra improvisada. Telefone.

3 — “Cuchas” e “Sala Q”: Prédio onde os prisioneiros permaneciam deitados e algemados ao alicerce, separados uns dos outros por divisões de madeira de aproximadamente um metro de altura. O setor reservado às mulheres tinha piso de madeira e o dos homens, de tijolos. Cozinha e banheiro. A “Sala Q” era uma casa pré-fabricada, contígua, onde se alojavam os prisioneiros mais antigos.

“3ª Delegacia de Morón” (LRD)

Localização: Libertador General San Martín 654, Castelar, Distrito de Morón, Província de Buenos Aires.

Descrição: Construção retangular situada à direita da Delegacia, separada desta por um corredor largo e sem cobertura. Um paredão alto e um espaço grande entre o prédio e a rua. Porta de acesso gradeada, coberta por um toldo. Dividido em celas para várias pessoas e em calabouços individuais. Alguns com portas gradeadas e outros com portas de chapa. Duas celas maiores com porta gradeada. A maior delas chamada “leonera”. Todas as janelas tapadas com papéis opacos.

“Dique San Roque” (LRD)

Localização: Província de Córdoba, paragem Dique San Roque, numa baía às margens do Lago San Roque, em frente ao destacamento de Náutica, Caça e Pesca da Subsecretaria de Turismo da Província de Córdoba.

Descrição: Sobrado, cuja entrada principal levava a uma sala com lareira, a qual se utilizava como local de tortura e onde também permaneciam os repressores. À direita, a cozinha com porta para o exterior. A mesma sala comunicava com um hall, em cujos lados havia duas peças: a da direita com camas metálicas, tipo hospital. Entre os dois quartos, um banheiro completo, de cuja janela podia-se ver parte de uma serra e do lago San Roque. As dependências de serviço, com entrada independente, não se comunicavam com o resto da casa. A garagem parecia ser subterrânea.

“Hospital Posadas” (LRD)

Localização: Av. Martínez de Hoz, entre a Av. Marconi e Perdriel, Haedo Norte, Distrito de 3 de Febrero, Província de Buenos Aires. No fundo do prédio ocupado pela Policlínica Posadas, dependente do Ministério de Bem-estar Social da Nação, Secretaria da Saúde Pública.

Descrição: Sobrado de construção muito antiga, de dois pisos. No térreo: hall, escritório e living com lareira, copa e dependências de serviço, com piso de cerâmica vermelha com adornos. Segundo andar: três dormitórios, hall, banheiro e terraço. Sem eletricidade. Perto deste sobrado havia outro mais novo. Em 1976 ambos foram cercados com cercas de arame e um muro.

“La Huerta” — Tandil

Localização: Imediações de Tandil — (Província de Buenos Aires).

Descrição: Chegava-se por uma porteira com guarda uniformizada. Ao redor do edifício, pátio de ladrilhos cerâmicos moldos. Hall com piso de mosaicos, estufa de ferro tipo salamandra, cofre antigo de cor verde-oliva. Esta dependência tem

comunicação com um banheiro e três celas de piso de cimento, cada uma com camas deste material fixadas no piso. Os móveis de tipo militar levavam a inscrição: Bn. Log. 2 (Batalhão Logístico 2, de Tandil).

A pouca distância ficava uma casa pequena, onde se torturava.

“Hospital Militar Campo de Mayo” (LRD)

Localização: Campo de Mayo — (Província de Buenos Aires).

Descrição: Parece um quartel. À entrada, há uma rampa. As camas são como as dos hospitais: possuem uma manivela para subir ou baixar. O banheiro está provido de banheira. Os talheres levam a inscrição “Exército Argentino”.

“Comando Radioelétrico” (LT)

Localização: Rua Laprida, nº 100, Cidade de San Miguel de Tucumán.

Descrição: As celas estavam dentro de uma grande dependência que tinha subdivisões. À entrada, dois ou três banheiros, outras divisões e uma peça que tinha uma janela grande que devia dar para a rua; ouvia-se passar gente caminhando e ruído de veículos.

“La Escuelita” — Neuquén (LRD)

Localização: Batalhão de Construções 181, à saída da capital Neuquén, pela Rodovia nº 22, quatro quilômetros antes do aeroporto; abre-se à esquerda um caminho de terra, de aproximadamente 300 metros.

Descrição: Dois prédios separados por 10 metros, aproximadamente. Uma casa velha servia para o alojamento dos prisioneiros. Paredes caídas, piso de cimento, teto com chapas de zinco, beliches superpostos em cada quarto.

Entre a parede e a chapa do teto, havia um espaço por onde circulava ar. Vão no teto para torre de vigilância, atualmente tapado.

Banheiro com lavatório pequeno, latrina e chuveiro. Porta de acesso de cor marrom, com visor. O outro prédio, atualmente demolido, era um galpão de zinco, teto meio arco, porta corrediça cor vermelho-anti-ferrugem, piso de tijolos. Havia uma comunicação de pedestres com o Batalhão. O acesso principal era através de uma porteira, controlada pelo Posto de Guarda nº 5.

“Regimiento N° 29 de Infantería de Monte” (Formosa) (LRD)

Localização: Bairro San Agustín, Província de Formosa, em frente ao Bairro Militar e ao Bairro de Suboficiais. Perto passa o riacho Formosa e as linhas da Ferrovia Gen. Bartolomé Mitre.

Descrição: Entra-se ao local pela rodovia, cruzando uma barreira onde se encon-

tra o Posto de Guarda. Em direção à esquerda, em frente à Guarda, há dependências. A Praça de Armas e as barracas estão margeadas por cerca verde, devendo-se circundar lateralmente este prédio até uma área de grama e terra com árvores, em frente da qual encontravam-se as celas e os calabouços.

Os calabouços encontravam-se numa construção fechada, com portas de madeira com vigias e grades; paredes rebocadas até a metade com cimento alisado; piso de cimento e colunas de madeira; uma galeria e um tanque de cimento. Alguns metros afastada deste prédio ficava a sala de torturas, que tinha em frente algumas pias ao nível do solo, um tanque e uma alameda.

“Batallón 121” — Província de Santa Fe (LRD)

Localização: Bairro Saladillo, ao sul da cidade de Rosario, Província de Santa Fe.

Descrição: Ingressa-se ao Batalhão através de uma barreira, com prévia autorização da guarda. Depois de um trecho, há outra barreira controlada.

Ao Centro Clandestino de Detenção propriamente dito entra-se por uma porta que dá a um recinto, dentro do qual outra porta de vidro comunica a um corredor de uns 30 ou 40 passos de comprimento. Em cada lado deste corredor há umas 14 ou 15 celas. No início do mesmo, um banheiro com uma porta cortada na parte de cima e na de baixo. Dentro do banheiro, um barrote encostado à parede, ao qual se unia um dos aros das algemas dos prisioneiros. As celas medem uns 5 passos de largura por 10 de comprimento. O teto é muito alto. A separação entre celas é por paredes de uns 2 m de altura. A porta de cada uma delas era de madeira maciça com fechadura. À direita desta, uma janela grande com postigos antigos, amarrados desde o exterior com arames. Estas aberturas davam a um pátio interior que tinha o mesmo comprimento do corredor.

Pisos de ladrilhos grandes e catre de metal pintado de cor laranja.

“Quinta de Seré” (LRD)

Localização: Rua Bías Parera, n.º 48, no limite entre Castelar e Ituzaingó, Distrito de Morón, Província de Buenos Aires.

Descrição: Casa antiga, de dois pisos, rodeada de árvores; nos cantos, portas e janelas altas, com venezianas sempre fechadas. No primeiro piso, cozinha, com luz natural, banheiro com banheira e várias dependências mais. Atualmente abandonada e semi-destruída.

“Brigada N.º 2 de Investigaciones de Lanús” (LRD)

Localização: 12 de Outubro, n.º 234, Distrito de Avellaneda, Província de Buenos Aires.

Descrição: Acesso principal subindo-se quatro degraus. Acesso para prisioneiros por uma garagem, com portão metálico. À direita de um corredor de uns dois me-

tros de largura, uma sala de torturas relativamente ampla. Pátio com um cercado de barrotes à altura do teto. Ao fundo, cinco celas com portas sem aberturas; à esquerda, três banheiros. Em cima das celas havia uma passarela para a guarda e provavelmente outras dependências. Atualmente há um segundo piso, com janelas e sacada para a rua. Tem porão.

“Guerrero” — Província de Jujuy (LRD)

Localização: Próximo à Rodovia 9 e ao caminho de acesso a Termas de Reyes, na localidade de Guerrero. Há três prédios num terreno acidentado, com carrapichos, curral de pedra, “corral de pircas” e com açudes. O mais próximo à rodovia é sede da Escola de Polícia General Manuel Belgrano. O mais distante do caminho e das moradias da localidade foi usado como Centro Clandestino de Detenção.

Descrição: Em frente ao pórtico de entrada, uma escada desemboca em um pátio e deste tem-se acesso, por dois degraus, a um velho prédio de dois andares. Uma dependência grande, dependências pequenas (celas individuais), uma sala de torturas, um escritório e um banheiro.

“Escuela de Educación Física de la Universidad de Tucumán” (LRD)

Localização: Rua Benjamín Aráoz, nº 900, em frente ao parque 9 de Julho, cidade de Tucumán.

Descrição: Local fechado, semelhante a uma quadra de basquete, com duas janelas grandes e piso de tacos. Havia uma piscina aberta.

“El Refugio” — Província de Mendoza (LRD)

Localização: Refugio de Montaña, na zona de Campo de los Andes.

Descrição: Construção de paredes rebocadas e pintadas de branco, sujas e rachadas. Cobertura de telhas de fibrocimento, com caixa d’água que sobressai do teto. A estrutura do telhado é de madeira. Havia um galpão para caminhões.

“El Chalecito” — Província de Mendoza (LRD)

Localização: Panquegua, Departamento de Las Heras, Província de Mendoza, a poucos minutos de uma passagem de nível.

Descrição: Prédio isolado. Construção antiga, úmida no seu interior e deteriorada, com ambientes distribuídos num só piso e um corredor fechado que leva a diferentes dependências. O banheiro — em mau estado — encontra-se junto ao corredor.

“Hípico” — Goya — Província de Corrientes (LRD)

Localização: Av. Sarmiento, em frente ao Batalhão de Engenheiros 7 e Comunicações 12.

Descrição: Galpão de colunas que sustentavam uma cobertura de arame coberta com palha. A alguns passos deste, outro prédio com pátio, rodeado de varandas, piso de lajotas brancas e pretas. Cozinha, sala de torturas e uma peça onde dormiam os prisioneiros.

“Destacamento policial de la Capilla de San Antonio” (LT)

Localização: Paragem da Capela de San Antonio, a poucos quilômetros da capital da Província, no caminho para Clorinda, Província de Formosa.

Descrição: O Centro de Detenção funcionava no “Destacamento Policial de la División Cuatrерismo”, em Capela San Antonio. É uma construção do tipo rural, de cinco ambientes, banheiro e cozinha, com uma quincha no fundo e um poço d’água no pátio.

Centro Clandestino de Detenção na Escuela Superior de Mecánica de la Armada

A ESMA não era só um Centro Clandestino de Detenção onde se aplicavam torturas, mas também funcionava como eixo de operações de uma complexa organização que, inclusive, possivelmente, pretendeu ocultar, com o extermínio de suas vítimas, os delitos que cometia. Tanto é assim que operou como um grande Centro, que projetou e organizou uma extensa variedade de atividades delituosas clandestinas. Ainda que tenham sido executadas por um grupo especial, não se tratavam de atividades independentes da estrutura hierárquica, mas sim que dependiam das instâncias de comando normais da Marinha.

No dia 9 de março de 1984, esta Comissão realizou uma inspeção e reconhecimento em suas instalações, com o objetivo de constatar se em dito local funcionou o Centro Clandestino de Detenção ao qual se referiam os denunciante. O trabalho foi encabeçado pela Sra. Magdalena Ruiz Guiñazú, o Dr. Eduardo Rabossi e o Deputado Santiago López; participaram do mesmo seis testemunhas, bem como pessoal técnico da Comissão.

O itinerário a ser seguido ficou a cargo da livre indicação das testemunhas, iniciando o percurso com a participação de Alejandro Hugo López e Carlos Muñoz. Conduzidos pelo diretor da ESMA, mal haviam começado o trajeto as testemunhas manifestaram que o caminho tomado era incorreto e propuseram realizar meia volta, chegando a um setor assinalado como “área restrita”, onde reconheceram o salão “Dorado” (lugar onde planejavam-se todas as operações e que, diferentemente de como se apresenta hoje, estava totalmente desocupado na ocasião em que eles estavam presos); depois seguem o itinerário que tiveram que percorrer

quando do seu cativeiro, até chegar ao porão onde realizavam-se os interrogatórios, as torturas, confeccionavam-se os documentos, etc.

Posteriormente, reconhece-se a “Capucha”, onde a testemunha Muñoz identifica o lugar exato de sua reclusão e López faz o mesmo. Antecipadamente descrevem-se outros lugares, como a existência de uma escada estreita de cimento e uma caixa d’água; o “Almoxarifado” (lugar onde eram depositados os roubos das casas dos seqüestrados) e a “pecera” (lugar onde, como se verá, os prisioneiros realizavam diferentes tarefas).

O Grupo de Tarefas 3.3/2

“O apoio dos altos comandos da Marinha ao GT foi explícito. Massera assistiu à sua formação e fez uma conferência inaugural aos oficiais designados, concluindo com uma exortação aos mesmos de ‘responder ao inimigo com a máxima violência, sem hesitar quanto aos meios’. O mesmo Massera participou nas primeiras operações clandestinas do GT, com o nome de guerra de ‘Negro’ ou ‘Cero’, para demonstrar seu compromisso com a missão designada a seus oficiais. Este grupo era integrado originalmente por uma dúzia de oficiais. Sua atividade foi aumentando paulatinamente, e no breve período de sete meses aconteceu simultaneamente o crescimento numérico do pessoal do GT e o choque e rompimento com o Serviço de Inteligência Naval (SIN), conseguindo uma autonomia de atuação, ao passar a depender diretamente do Comandante-em-Chefe da Arma, através do Diretor da ESMA, o então Capitão-de-Navio — depois promovido a contra-almirante — Rubén Jacinto Chamorro (alcunha) ‘Delfin’ ou ‘Máximo’” (Lisandro Raúl Cubas — Pasta N° 6974).

Estrutura do Grupo de Tarefas

Segundo o depoimento do mesmo Lisandro Raúl Cubas, com o qual coincidem os de outros libertados, como Andrés Ramón Castillo (Pasta N° 7839), Nilda Noemí Actis Goretta (Pasta N° 6321), Carlos Muñoz (Pasta N° 704) e Beatriz Daleo (Pasta N° 4816), a estrutura do Grupo de Tarefas da ESMA tinha três setores: a) Inteligência, b) Operações e c) Logística.

a) Inteligência:

Era formado por oficiais da Armada, secundados por suboficiais da Marinha, pessoal da Polícia Marítima e do Serviço Penitenciário. Os ajudantes eram denominados “Los Gustavos”. Tinham a seu cargo o controle da informação que arrancavam dos prisioneiros sob tortura e o estudo dos documentos que estes portavam no momento de sua prisão. Os oficiais decidiam os seqüestros a realizar e se encarregavam dos interrogatórios; participavam na decisão sobre as “transferências” e na decisão de quais prisioneiros passariam pelo chamado “processo de recuperação”.

b) Operações:

Era formado pelo pessoal anteriormente citado, ao qual se juntavam membros da Polícia Federal e oficiais e suboficiais destacados da Marinha e do Exérci-

to. Este grupo encarregava-se da execução dos seqüestros. O planejamento das operações era feito no “Salão Dorado”, situado no térreo do “Cassino dos Oficiais” da ESMA.

Deslocavam-se em automóveis não identificados como da Arma, e alguns camuflados como pertencentes a entidades estatais ou privadas. Todos estes veículos haviam sido previamente roubados e suas placas trocadas. Eram também eles que saqueavam as casas que invadiam e destruíam tudo que houvesse ali e que não lhes interessasse.

O produto do saque era levado, em alguns casos, à ESMA e depositado num “almoxarifado”. Este mobiliário era distribuído, em seguida, entre os membros do GT, como “botim de guerra”.

c) *Logística:*

Este grupo, formado por oficiais e suboficiais da Marinha, tinha a seu cargo a manutenção e reparo das instalações do GT e a administração das finanças. Esta última atividade cresce de importância porque, à administração dos fundos que o comando militar destina ao GT, soma-se o produto obtido pelos saques e o roubo ou defraudações, mediante a falsificação ou assinatura sob pressão de títulos de propriedade dos presos-desaparecidos. Em fins de 1978 e início de 1979 funda-se uma “imobiliária”.

Guardas

Eram suboficiais jovens da Infantaria da Marinha. Devido à cor de seus uniformes, eram chamados “os verdes”.

Estes guardas eram os encarregados de conduzir os prisioneiros entre a “capucha” e o porão, de trazer comida, de conduzir algemados os prisioneiros ao banheiro, encapuçados e com grilhões. Participariam depois das “transferências” maciças.

“Estes, por serem muito jovens e por terem entrado para a Marinha para realizar tarefas muito diferentes das quais exerciam, desequilibravam-se e enlouqueciam. De um lugar muito diferente do nosso, a eles também chegava a loucura do ‘capuz’ ” (Norma Susana Burgos — Pasta N° 1293).

A atividade do Centro Clandestino

“Tendo sido colega de primário de Berenice Chamorro, filha menor do então Capitão Rubén Jacinto Chamorro, com a qual eu mantinha uma estreita relação de amizade, fui convidada numa oportunidade a visitar a ESMA, para almoçar com seu pai. Encontrando-me numa sala de jogos onde havia uma mesa de bilhar, pude ver através da janela uma mulher encapuzada e acorrentada pelos pés e mãos, que era retirada de um Ford Falcon. Estava acompanhada por dois homens; não posso recordar como estavam vestidos, creio que à paisana. Lembro, sim, que estavam armados. Diante desta experiência desconhecida, perguntei a minha amiga Berenice

o que estavam fazendo, e ela me respondeu com algo muito pouco concreto: 'que se perseguiram as pessoas em patrulhas' " (Andrea Krichmar — Pasta Nº 5012).

"Neste lugar pude ver, por uma janela ao nível do chão, que dentro do 'Salão Dorado' havia uma grande quantidade de prisioneiros com grilhões nas mãos e nos pés, sentados no chão e encapuzados. De onde me encontrava, ouvia-se música estridente durante toda a noite.

(.....)
"Lembro também que na praça de armas, situada no centro da Escola, desciam helicópteros trazendo ou levando prisioneiros. Nestes casos os 'grupos de operação' fechavam a dita praça em todos os acessos e montavam um grande aparato de pessoal, geralmente à paisana, ostentando armamento" (Jorge Carlos Torres — Pasta Nº 7115).

"No final de 1975 e começo de 1976, começou-se a viver na ESMA um clima especial, reflexo da situação imperante no País; esse clima foi tornando-se mais consistente à medida que se aproxima o dia 24 de março. Eu tive a sensação de ser deixado de lado, porquanto percebia que não era incluído nas gestões que eram levadas a cabo pela Direção, às vésperas do golpe militar. Apenas no último momento me foi designada a missão de ocupar militarmente a Comissão Nacional de Energia Atômica, o que cumpri por um breve período, já que imediatamente encarregou-se dela o Almirante Castro Madero. Ao regressar à ESMA, tive a oportunidade de protagonizar a prisão do Dr. Pedro Eladio Vázquez, a qual efetuei durante o dia e dando-me a conhecer francamente à sua esposa. Por este fato fui severamente reprimido pelo então subdiretor Capitão Menéndez, que me advertiu que essas operações deviam ser feitas sem revelar-se os nomes reais do pessoal participante. Devido a isto conversei com o Capitão Chamorro, manifestando-lhe a conveniência de se fazerem julgamentos sumários e inclusive execuções — se fosse necessário — mas dando-se conhecimento público do fato. Em consequência deste fato, fui marginalizado de todas as operações anti-subversivas da ESMA.

(.....)
"Como consequência da minha intervenção no Serviço de Guarda de Chefes de Permanência, gozava, como a maioria dos Oficiais, chefes do Instituto, da possibilidade de utilizar durante a noite a maioria das poucas linhas telefônicas da Escola. Nessas ocasiões, tive que retransmitir os pedidos ordenados a partir do 'Dorado', pedidos de 'área livre', que se transmitiam diretamente à delegacia com jurisdição no local onde se ia operar, e que mais tarde se dirigiam ao Primeiro Corpo do Exército. A presença de sentinelas e outras restrições à circulação no prédio da Casa de Chefes e Oficiais tampouco deixava dúvidas de que, no momento, haviam se designado locais para as operações anti-subversivas.

(.....)
"...afirmo não ter dúvida alguma de que no Instituto desenvolviam-se múltiplas atividades de luta anti-subversiva, de forma por demais oculta e em total desacordo com as mais elementares normas de ética e moral.

(.....)
"Afirmo que, em que pese não estar envolvido nestas operações, não me sinto isento da responsabilidade do que aconteceu.

(.....)
"Me impulsiona a denunciar estes fatos o desejo de comprometer-me cada vez mais com a defesa da democracia, que acredito profundamente ser a única saída que pode possibilitar o crescimento do País e nossa realização como seres humanos" (Capitão-de-Fragata (RE) Jorge Félix Busico — Pasta Nº 5013).

"A área geográfica de operações do GT 3.3.2 foi, desde seu começo, a zona norte da

Grande Buenos Aires e da Capital Federal, ainda que ocasionalmente tenham operado em outros lugares do País, e inclusive no exterior. Os veículos usados nas operações estavam equipados com transmissores que lhes permitiam comunicar-se entre si e com a base do GT, identificada como 'Selenio'. Antes de ingressar na ESMA, informavam a 'Selenio', com códigos combinados, o resultado da operação, e punha-se em funcionamento todo o aparato interno para 'receber' a vítima.

(.....)
"Concluída uma sessão de tortura, que nunca se sabia quanto tempo podia durar, o prisioneiro era conduzido à 'Capucha' ou 'Capuchita' " (Nilda Noemí Goretta — Pasta Nº 6321).

"Depois sou conduzido a uma sala, chamada pelos que me prenderam 'sala da felicidade', ou algo assim; nesta sala, ouvia constantemente a marcha de San Lorenzo.

(.....)
"Durante o primeiro interrogatório a que fui submetido, ouvi os interrogadores dizerem entre si 'te disse que este é um trouxa, o outro é que deveríamos ter deixado mais tempo' (isto era dito por alguém a um tal 'Dante'). Nesse momento, relacionei o que tinha ouvido com o desaparecimento de meu amigo Luis Lucero" (Enrique Horacio Cortelletti — Pasta Nº 3523).

O chamado "Processo de Recuperação"

"À noite, bem tarde, fui acordada por um tal de 'Pedro', que me comunicou que 'Mariano' (Tenente Schilling ou Schelling ou Scheller alcunha 'Pingüim' ou 'Miranda'), queria falar comigo. Levou-me ao extremo do andar (o terceiro 'Cassino dos Oficiais'), à 'Pecera' (série de escritórios onde durante o dia trabalhava parte dos prisioneiros). Ali me esperava o oficial, que explicou que me encontrava num 'campo de recuperação', de onde futuramente sairia em liberdade e me reintegraria como parte útil da sociedade. Depois insistiu que essa não era a filosofia do conjunto das Forças Armadas e nem sequer do conjunto da Marinha, já que a tônica geral era a de não deixar ninguém livre.

(.....)
"Durante minha permanência na ESMA, trabalhei um curto período no porão, no laboratório de audiovisuais, e logo fui designada ao escritório de imprensa da 'pecera'. Ali se faziam traduções de artigos sobre a Argentina, fornecidos pelo Gabinete de Imprensa do Ministério de Relações Exteriores, onde trabalhava gente estreitamente ligada ao G. T. (ex-prisioneiros e oficiais), e produziam-se notas para difusão pelo Canal 13 (algumas vezes estas notas constituíam os editoriais dos noticiários) e Radiodifusão Argentina ao Exterior (R. A. E.). Em fins de 1978, com o Massera já fora do serviço ativo, começou-se a preparar uma sinopse de imprensa, que se enviava aos seus escritórios da rua Cerrito, antes das 8 da manhã.

(.....)
"Nós, os prisioneiros que trabalhávamos, gozávamos de privilégios que os 'não eleitos' não desfrutavam: melhor comida, vestimenta, contato com a família através do telefone e visitas periódicas acompanhados por algum oficial ou suboficial" (Miriam Lewin de García — Pasta Nº 2365).

“Mini- Staff” e “Staff”

A partir deste “processo de recuperação”, ficam claramente delimitados três grandes grupos de prisioneiros, segundo o destino que lhes era designado na ESMA:

1) os que seguiam o destino seqüestro-tortura-permanência encapuzada-transferência. Este grupo era a imensa maioria.

2) uma ínfima minoria dos seqüestrados que foram selecionados e aceitaram, convertendo-se praticamente em “força própria” do grupo de tarefas. Colaboraram diretamente na repressão e foram chamados “mini-staff”. Converteram-se numa elite de grande confiança do G. T.

3) outra insignificante parcela em relação ao total de seqüestrados — por sua história política, capacidade pessoal ou nível intelectual — desempenhou funções de diversa utilidade para o G. T. (compilação de recortes de jornais, elaboração de sínteses informativas, etc., que realizavam-se na “pecera”; a classificação e manutenção dos objetos roubados nas operações, que se encontravam depositados no “almoxarifado”; diferentes funções de manutenção do campo; eletricidade, futilaria, carpintaria, etc.).

A situação das mulheres grávidas: um capítulo à parte

“As mulheres que eram presas grávidas ou chegavam de outros centros para dar à luz na ESMA representam um dos maiores quadros de horror, de maior crueldade que pode planejar e levar a cabo um indivíduo; o choro de bebês misturado com gritos de tortura.

(.....)
“...tirados de suas mães aos dois ou três dias de idade, com a promessa de que seriam entregues a seus familiares, e que no entanto continuam desaparecidos até hoje” (Nilda Noemí Actis Goretta - Pasta N° 6321).

Não nos estendemos aqui sobre este trágico tema porque é tratado detalhadamente no capítulo “Grávidas”.

Seqüestro de familiares na Igreja de Santa Cruz

Alguns casos adquiriram grande transcendência, como o seqüestro das religiosas francesas Leonie Renée Duquet e Alice Domon, mencionado no Capítulo II deste relatório.

Por diferentes depoimentos e informações, se conhecem hoje os detalhes destes fatos. Uma das pessoas que participou dos mesmos, na qualidade de presa-desaparecida, presta, sem dúvida alguma, um dos depoimentos mais diretos e qualificados.

“O Oficial Alfredo Astiz (alcunha) ‘Angel’ ou ‘Rubio’ ou ‘Cuervo’ ou ‘Eduardo Escudero’, então Tenente-de-fragata, possuía uma relativa experiência em trabalhos

de infiltração em organizações de direitos humanos. Talvez por isso lhe solicitam esta tarefa, no final de 1977. Entre os meses de outubro e novembro de 1977, Astiz começou a assistir missas, atos e reuniões de caráter público, que nessa época eram promovidos pelos familiares das vítimas, utilizando a identidade de Gustavo Niño. Simulava ser irmão de um verdadeiro desaparecido. Do grupo de Inteligência que comandava as atividades do G. T., surgiu a idéia de que Astiz começasse a ser acompanhado em algumas ocasiões por uma seqüestrada, para aumentar a credibilidade do seu trabalho. Surgiu então a necessidade de que fosse todas as quintas-feiras à Plaza de Mayo, onde reuniam-se os familiares de pessoas desaparecidas. Numas destas ocasiões, a Polícia Federal interveio e perturbou o desenvolvimento normal da passeata, o que fez com que Astiz os enfrentasse em defesa das Mães. O fato serviu para fazer-se conhecer pelos familiares. Em seguida, a seqüestrada que acompanhava Astiz (Niño) foi substituída por mim...

(.....)
"Esta escolha deveu-se ao fato de que tinha o aspecto físico e a idade apropriada para passar-me por irmã menor de Astiz e porque a outra pessoa era esposa de um conhecido dirigente político e poderia ser identificada. Eu, por minha vez, não oferecia este risco. Fui com Astiz uma vez à Plaza de Mayo e a duas ou três reuniões na Igreja de Santa Cruz. A quarta e última vez que participei, num domicílio particular do bairro de La Boca, havia-se decidido previamente que os participantes seriam seqüestrados. Esta operação era parte de outras quatro, que seriam executadas entre os dias 8 e 10 de dezembro. Estas eram: o seqüestro de um grupo reunido na Igreja de Santa Cruz; o dos participantes de um encontro marcado para um bar da esquina da Av. Belgrano e Paseo Colón; o posterior seqüestro da Sra. Azucena Villafior de Vicenti, fundadora do grupo 'Mães da Plaza de Mayo', à saída de sua casa, e por último o seqüestro de uma das freiras, Leonie Duquet, no mesmo domicílio que compartilhava com Alice Domon, seqüestrada anteriormente no bairro de La Boca" (Silvia Labayru - Pasta N° 6838).

Nem todos os seqüestrados eram familiares de desaparecidos; vários deles eram apenas pessoas solidárias com este drama que estava se estendendo como um grande manto de silêncio e morte por todo o País. Estavam juntando dinheiro para publicar um "A Pedido" nos jornais, por motivo das festas de Natal, exigindo informações sobre os presos-desaparecidos.

"Horas antes de ser levada por Astiz à dita reunião em La Boca, soube que ia ser submetida a uma simulação de seqüestro. Também me preveniram que iam produzir outros seqüestros entre o grupo que se reunia na Igreja de Santa Cruz. Entre o pessoal do grupo que participou em La Boca, encontravam-se o oficial de operações do G. T. Tenente-de-fragata (alcunha) 'Pantera'; o Major-de-Exército Juan Carlos Coronel (alcunha) 'Maco' e o Tenente-de-Navio (alcunha) Norberto. As doze pessoas finalmente seqüestradas foram alojadas com 'capuz' durante bem poucos dias; logo foram transferidas. Durante esse tempo, foram conduzidas ao porão, onde o Cap. Acosta, Antonio Pernia, o Major-Coronel, o Ten. Schelling ou Scheller (alcunha) 'Pingüim' e o Suboficial (alcunha) 'Selva' as interrogavam e torturavam" (Silvia Labayru - Pasta N° 6838).

“A transferência”

Hoje são conhecidos vários métodos para fazer desaparecer definitivamente os prisioneiros da ESMA.

Primeiro comentava-se que os transferidos eram levados a prisões, onde permaneciam presos legalmente, ainda que os oficiais de Inteligência afirmassem, em várias oportunidades, que só viveriam aqueles “escolhidos para o processo de recuperação”.

Com o tempo, os seqüestrados foram deduzindo e conhecendo o significado da palavra “transferência”. Uma das sobreviventes da ESMA relata os preparativos de um caso que ratifica o que já se presumia:

“Numa transferência que se realizou em fevereiro-março de 1977, levaram um homem chamado ‘Tincho’. Descem-no ao porão, aplicam-lhe a ‘vacina’ e um instante depois começa a sentir-se mareado e sem forças. Ouve como os demais vomitam e inclusive desmaiam e são tirados de arrasto. Uma vez, depois de uma transferência de algumas companheiras, chamou-lhes a atenção encontrar no piso do porão marcas de sapatos de borracha arrastados (evidentemente nesse dia não haviam realizado bem a habitual limpeza). Tiraram Tincho com os demais por uma porta à direita da entrada principal do porão. Embarcaram-no em um caminhão e levaram-no a um lugar que supõe que possa ser o Aeroparque da cidade de Buenos Aires. Obrigaram-no a subir as escadas de um avião e em cima perguntaram-lhe seu nome e seu número e, evidentemente, ao ter se enganado de pessoa, desceram-no e levaram de volta ao terceiro andar da ESMA” (Norma Susana Burgos — Pasta N° 1293). “O sistema que usavam para assassinar as pessoas seqüestradas, nós nunca pudemos comprovar cabalmente. Sabíamos, no entanto, que os embarcavam inconscientes em um avião e os atiravam ao mar. Inclusive na seção de documentação descobri um livro onde — muito sugestivo — desenvolvia-se todo o processo pelo qual passava um cadáver quando se decompunha no fundo do mar” (Carlos Muñoz — Pasta N° 704).

Esta comissão recebeu vários outros depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, tomaram conhecimento do que acontecia com os prisioneiros da ESMA. Entre eles, o de Jorge Carlos Torres (Pasta N° 7115) — já citado — que, na sua condição de Cabo-Segundo, serviu na ESMA e confirma as suspeitas de alguns seqüestrados:

“Eu tive conhecimento de que se transportavam corpos de prisioneiros mortos da ESMA, em camionetas verdes, ao campo de esportes que se encontra nos fundos da Escola, do outro lado da Av. Lugones, na costa. Iam duas pessoas a cargo de cada camioneta e, numa oportunidade, ouvi que diziam ao suboficial responsável pela guarda, que estavam ‘chegando de um churrasquinho’, forma de manifestar a operação de queima dos cadáveres. À noite, podiam ser vistas as fogueiras das queimas dos corpos. Era freqüente também que durante o dia se fizesse o enchimento desta zona, ampliando com terra a área do campo de esportes. Suponho que se fazia assim a cobertura dos restos das fogueiras. Nesse mesmo campo encontrei um saco plástico azul e ao abrir vi que havia dentro um feto com certa quantidade de líquido

do. Encontravam-se comigo alguns companheiros — lembro, entre outros, de um chamado Rolando e outro de sobrenome Amarillo — que, como eu, eram Cabos-Segundos maquinistas, e com quem costumava ir ao campo de esportes”.

Em meados de 1979, chegou ao País a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (O. E. A.).

Nesta época já havia abundantes provas do funcionamento, na ESMA, do Centro Clandestino de Detenção e Extermínio.

Diante destas evidências, pretendeu-se burlar a presença da Comissão nas instalações da ESMA, transferindo a maioria dos seqüestrados para uma casa de campo na zona norte da Grande Buenos Aires (Lázaro Jaime Gladstein — Pasta N° 4912) e a uma ilha do rio Tigre. Os poucos prisioneiros que permaneceram na ESMA foram vestidos com as fardetas do pessoal incorporado.

Da grande quantidade de depoimentos analisados, evidencia-se que transportaram os prisioneiros levados ao Delta em diferentes viagens a bordo de uma lancha da Polícia Marítima. Toda a operação foi conduzida pessoalmente pelo Capitão (alcunha) “Abdala” — novo chefe do G. T. — (Pastas N° 704 e 4687).

Alguns prisioneiros realizaram o trajeto sem capuz, o que permite hoje conhecer com grande fidelidade as características destes itinerários e a permanência na ilha durante pouco mais de um mês. O local estava situado a uns 800m aproximadamente do rio Paraná Miní. Tratava-se de uma grande propriedade, muito pantanosa, de uns 40ha, que tinha um cartaz com o nome “Del Descanso”. Não existia nenhuma particularidade, nem posto de guarda que a identificasse como uma instalação militar.

Foram para a ilha, ao todo, uns 60 prisioneiros.

Desta forma, levou-se adiante outra das fraudes mais indignas concebidas para burlar um Organismo internacional, com o agravante de que aqueles que autorizaram a presença da CIDH no País, e receberam pessoalmente os seus membros, não deixaram de manifestar-lhes “o mais amplo oferecimento de cooperação”, segundo consta na página 3 do Relatório feito pela CIDH.

Várias das pessoas que permaneceram “destabizadas” na ilha, e das que posam dar fé os sobreviventes, não voltaram a aparecer depois de seu regresso à ESMA, como foi o caso de vários integrantes da família Villaflor e de Irene ou Mariana Wolfson (Pasta N° 760).

Outra pessoa que estava na ilha, a Sra. Thelma Jara de Cabezas (Pasta N° 6505), secretária da “Comissão de Familiares de Desaparecidos e Presos por Motivos Políticos”, que havia sido seqüestrada em 30 de abril de 1979, foi “trabalhada” para realizar uma série de notas jornalísticas para diferentes meios de comunicação, nacionais e estrangeiros. A Marinha tratava, assim, de fazer oposição à campanha que se havia iniciado, exigindo-se do governo o seu aparecimento com vida. Fizeram-lhe redigir cartas dirigidas ao Papa Paulo VI, ao General Videla, aos cardeais Primatesta e Aramburu, e também à sua família, todas remetidas do Uruguai, nas quais a declarante anunciava a falsidade do seu desaparecimento, explicando que havia tido que fugir para o país vizinho, por temor a uma organização armada.

No mês de agosto é tirada da ESMA e levada a uma confeitaria na rua Pam-

pa e Figueroa Alcorta onde, acompanhada por membros do G. T. (alcunha) "Abdala", "Marcelo", "Pochi" ou "Julia" e "Juan"), é entrevistada por um repórter da revista "Para tí" e um fotógrafo. Então, seguindo instruções de seus seqüestradores, dá entrevista que, com chamada de capa, apareceu no número de setembro de 1979 da referida publicação, tratando desta forma de desvirtuar as investigações e a veracidade das denúncias que a CIDH recebia.

Estando seqüestrada na ilha do Tigre, a senhora Jara de Cabezas é conduzida ao Uruguai em três oportunidades, em vôos de carreira das Aerolíneas Argentinas e Austral, onde repete a mesma farsa para diferentes jornalistas e veículos de comunicação estrangeiros.

Registros de Seqüestrados e Arquivo de Documentação

Na ESMA funcionou um organizado sistema de processamento e arquivo de toda a informação referente aos prisioneiros, aos seus familiares, às pessoas vinculadas com as vítimas, reforçado pelo cuidadoso registro fotográfico de cada preso. Os seqüestros eram numerados de 001 a 999, e quando chegava-se a este número volta-se a iniciar do 001. Até março de 1978 a quantidade de pessoas que passaram por este centro superava a cifra de 4.700 (Norma Susana Burgos - Pasta N.º 1293).

"Havia um arquivo com umas cinco mil fichas de papel que agrupavam por alcunhas ou nome e sobrenome. No mesmo escritório, existia também um livro, onde se registravam todas as pessoas que passaram pela ESMA; onde além dos dados pessoais constava uma coluna com data de ingresso e saída, e outra onde se podia ler 'L' e 'D'. Ali se fazia uma anotação segundo o destino de cada caso, que podia ser 'desaparecimento' ou 'fuzilamento', 'liberação' ou 'cativeiro atual' (Lazáro Jaime Gladstein - Pasta N.º 4912)

Com o nome de "Caso 1000" se coletava informações sob um mesmo item de personalidades políticas, religiosas ou sindicais consideradas "inimigas" ou "perigosas", por sua atividade ou por suas idéias. Em 1980 havia mais de 800 destas pastas. Os seqüestros destas pessoas esperavam condições políticas favoráveis para serem levados a cabo.

Carlos Muñoz (Pasta N.º 704) relata:

"Todos os casos eram arquivados em microfímes, descrevendo, desde o procedimento, o local da operação, o nome de guerra de seu chefe e demais integrantes do grupo; todos os antecedentes da vítima e a sentença. Neste item havia duas opções 'Transferência-Liberdade'. Tive contato pessoalmente com estes microfímes..."

Falsificação de documentos

No porão do Cassino dos Oficiais funcionava uma gráfica, uma sala de dia-

gramação, um laboratório fotográfico e escritório de documentação, onde se produzia toda a documentação falsa com que se movimentavam os integrantes dos Grupos de Tarefa: passaportes, carteiras de identidade, títulos de propriedade, carteiras de motorista, credenciais da Polícia Federal, títulos universitários, etc.

Victor Melchor Basterra (Pasta N° 5011) diz que:

“Se um determinado integrante do Grupo de Tarefas necessitava um documento que não fosse autêntico, consultava-se a lista de ‘sósias’ e se escolhia o que mais semelhanças pudesse ter com ele. Então se fazia todo um jogo de documentos falsos, segundo as necessidades, mas sempre de acordo com os dados do outro. Os ‘sósias’ eram obtidos entre aqueles que se ofereciam para realizar diferentes tarefas nos anúncios de jornal, além daqueles que viajavam ao exterior e cujas listas de embarque se obtinham no ‘Aeroparque’ ou eram remetidas diretamente do porto ao Grupo de Tarefas. Um dos passaportes que me tocou confeccionar foi o de Licio Gelli...”.

Neste escritório de documentação, confeccionavam-se os títulos de todos os bens registrados, roubados às vítimas ou transferidos à força aos membros do G. T., que logo eram vendidos por diversos meios. Entre eles figurava uma “imobiliária” para alienar os imóveis subtraídos aos seqüestrados.

“À testa desse escritório se encontrava um suboficial reformado, de sobrenome Radizzi” (Nilda Noemi Actis Goretta - Pasta N° 6321).

Com isto coincide o testemunho de Miriam Lewin de García (Pasta N° 2365), ao assinalar que um tal Barletta, primo de Radizzi:

“Administrava para Massera certas empresas e propriedades roubadas aos seqüestrados”.

Além disso, segundo a testemunha, quando Massera deixou de ser o Comandante toda a documentação, materiais, instrumentos e informações que estavam no “aquário”, foram para um imóvel na rua Zapiola, propriedade dos pais de Radizzi.

Centro Piloto de Paris

As referências que se recolhem nos testemunhos de Andrés Castillo (Pasta N° 7389), Enrique Mario Fukman (Pasta N° 4687), Beatriz Daleo (Pasta N° 4816), Lisandro Raúl Cubas (Pasta N° 6974), Miriam Lewin de García (Pasta N° 2365), permitem acreditar que na época em que o Almirante Massera era Comandante foi criado o chamado “Centro Piloto de Paris”, com o objetivo de influir no melhoramento da imagem argentina no exterior, com respeito aos direitos humanos. Segundo consta, altos oficiais da Armada tinham conhecimento da existência

e funcionamento do Centro Piloto, entre cujas atividades se encontrava a publicação de solicitações, a falsificação de cartas de supostas mães de desaparecidos na Argentina e a infiltração em grupos de exilados nesses países. Enrique Mario Fukman, durante seu cativeiro na ESMA, tomou conhecimento das comunicações telefônicas “desgravadas” entre o Tenente-de-Fragata (alcunha) “Marcelo”, com o Centro Piloto de Paris.

Também na Venezuela, segundo o testemunho de Lisandro Raúl Cubas, atuou um grupo de oficiais da Marinha:

“Entre meados de fevereiro e princípios de março de 1977, com o propósito de seqüestrar e trazer ao País algumas personalidades argentinas que se encontravam ali, entre elas Julio Broner.

(.....)
“Este Comando, dirigido pelo Tenente-de-Navio Pernía, também era integrado pelo Tenente-de-Navio Juan Rolón, o Major-de-Exército Juan Carlos Coronel e mais seis ou sete pessoas. Segundo os comentários quando do regresso, não haviam podido cumprir os objetivos”.

Segundo o testemunho de Amalia Larralde (Pasta Nº 3673):

“Em fevereiro/março de 1979, o G. T. da ESMA organiza um ‘Curso de Luta Anti-subversiva’, para o qual foram convidados agentes repressores de diferentes países da América Latina. Este Curso teve lugar na Escola de Guerra Naval, que fica dentro do prédio ocupado pela ESMA. A este Curso vão torturadores do Uruguai, Paraguai, Bolívia, Nicarágua e, se não me falha a memória, do Brasil e Guatemala. Cada um dos países fez uma exposição, que foi gravada. Esta exposição consistia em uma apresentação de seu país e uma explicação das características e métodos da sua ação repressiva. O G. T. da ESMA preparou vários informes. Um deles sobre a história da guerrilha na Argentina. Outro sobre a organização e criação dos G. T. Outro informe sobre os métodos mais efetivos de tortura, com suas diferentes etapas, torturas físicas (diagramando os pontos mais vulneráveis), tortura psicológica, isolamento, etc. Prepararam também um dossiê com fotos, descrição e histórico de pessoas procuradas, que foi distribuído entre os participantes. O Curso foi aberto com uma exposição do Capitão Acosta. Entre os que expuseram se encontrava o Capitão Perren, Tenente Pernía e Tenente González, e participaram todos os tenentes e capitães do G. T. (ou seja, todos os oficiais)”.

Centros Clandestinos de Detenção dependentes da Força Aérea

Numerosas denúncias registradas na Comissão assinalam a existência de vários Centros Clandestinos de Detenção dependentes da Força Aérea, localizados na zona oeste da grande Buenos Aires.

As referências aos Centros de igual natureza que teriam funcionado nas Bases de Palomar (I Brigada Aérea) e de Morón (VII Brigada Aérea) não puderam ser precisadas com relação à sua exata localização, já que não se realizaram inspeções

no interior das mesmas. No entanto, os depoentes coincidem em afirmar que o controle era feito por pessoal pertencente à Aeronáutica. Também é coincidente a descrição das áreas internas dos lugares de cativo clandestinos, bem como o tratamento sofrido pelas vítimas, que em nada difere do aplicado em Centros de Detenção dependentes das outras Forças.

Orlando Llano (Pasta N° 1786), seqüestrado em 26 de abril de 1978, proporciona elementos sobre este Campo:

"Me tiraram do automóvel, me arrastaram por uma rampa ascendente, entramos em um recinto onde me fizeram despir e começaram a golpear-me. Os torturadores vestiam fardas azul-acinzentadas. Após três semanas, durante as quais fui torturado, me introduziram no porta-malas de um automóvel, e a outra pessoa no assento traseiro. Nos conduziram à Delegacia de Haedo, onde permaneci vendado mais três dias, em uma cela de dois metros por um. Só me deram água. Me informaram, por intermédio de uma pessoa que se apresentou como integrante do I Corpo do Exército, que estava à disposição do PEN e que ia se formar um Conselho de Guerra. No dia 7 de julho fui transportado à prisão de Villa Devoto. Minha causa passou à Justiça Federal, que ordenou a minha liberdade..."

Arnoldo Bondar (Pasta N° 756) foi funcionário civil da Base de Palomar:

"Em reiteradas oportunidades vi chegar caminhões de Polícia da Província de Buenos Aires, carregados de jovens de ambos os sexos, que eram posteriormente embarcados em aviões, geralmente da Armada. Desconheço o destino dos mesmos. Esta operação realizava-se ao lado da pista principal e quase sempre chegavam antes alguns patrulheiros para montar guarda ao redor do avião".

A relação da Força Aérea com o C. C. D. "El Vesubio" surge no testemunho de Luis Pereyra (Pasta N° 4591):

"Me detiveram no dia 16 de setembro de 1976; permaneci primeiro dois dias na VII Brigada Aérea de Morón, onde fui torturado. Depois passei à Delegacia de Castellar, onde fiquei cinco dias. Daí me tiraram para levar-me a um lugar que não posso precisar, onde permaneci uma tarde; depois a outro, onde havia 30 ou 40 pessoas, em uma sala de madeira. Mais tarde soube que era 'El Vesubio' .
...Em fins de março desse ano fui conduzido à Penitenciária de Devoto, e uma semana depois à penitenciária de La Plata. Me deixaram em liberdade vigiada em 1° de fevereiro de 1979, e fui controlado pela VII Brigada Aérea de Morón, até a minha liberdade total".

Alicia Carriquiriborde e Graciela Dellatorre (Pasta N° 4535) trazem mais alguns dados sobre as conexões da repressão dentro desse circuito, assim como também sobre as rivalidades entre os diversos Grupos de Tarefas:

"Na madrugada do dia 19 de maio de 1976, fui retirada da minha casa em La Plata. Me levaram a um lugar onde me despiram e me torturaram com 'picana' elétrica

ca. Depois soube que se tratava do Campo Clandestino 'El Vesubio'. Um dos guardas me disse que a Aeronáutica nos havia levado ali, que eu 'era deles' mas que os outros companheiros 'eram atendidos pelo Exército e Marinha, segundo a Organização que os vincularam'. Em julho, eu, Graciela Dellatorre e Analía Magliaro, seqüestradas juntas no mesmo dia, fomos retiradas dali. Me deixaram na 28ª Delegacia da rua Caseros, onde permaneci até que me trouxeram à superfície, na Penitenciária de Devoto. Ali reencontrei Graciela Dellatorre; em pouco tempo ambas sabemos que haviam matado Analía Magliaro, em um 'enfrentamento".

Graciela Dellatorre, por seu lado, relata:

"Nesse lugar — El Vesubio — haviam separado os detidos do setor onde eu estava, em três grupos. Cada um pertencia a um determinado Grupo de Tarefas. Em uma oportunidade uma garota foi interrogada pela 'patota' encarregada de outro Grupo. Quando os que a tinham a seu encargo souberam, houve um grande mal-estar e inclusive advertiram à jovem que, se repetisse algo semelhante, 'não lhes respondesse".

Brigada Aérea de Morón

Mary Rosa Rodríguez de Ibarrola (Pasta Nº 3736) testemunha:

"Fui detida junto com Oscar Moyano, Ubaldo Alvarez, Liliana Conti, um senhor chamado Antonio, e o esposo da senhora Graif. A operação foi realizada por pessoal da VII Brigada Aérea de Morón. Nos levaram à Delegacia de Morón, e dali fui conduzida à Penitenciária de Olmos, junto com outras mulheres, em um ônibus da linha 136. Isto aconteceu no dia 30 de março de 1976".

Ubaldo Alvarez, do mesmo grupo de trabalhadores do Hospital Posadas (Pasta Nº 4715), concorda com o afirmado pela senhora de Ibarrola:

"Trabalhava no Posadas, no setor Alimentação. No dia 28 de março de 1976 estive doente, por essa razão não fui trabalhar. Meus companheiros me informaram que nesse dia o Hospital esteve ocupado por forças militares, que começaram a prender grande número de empregados. Minha presença tinha sido requerida pelo novo diretor da Intervenção, Coronel Julio Ricardo Estévez. Esta pessoa chamou o meu Chefe e pediu que lhe dissesse onde eu estava. Como ele não pudesse responder-lhe, Estévez exclamou: 'Onde eu o encontro, o fuzilo'. Diante destes acontecimentos, eu e outros companheiros de sindicato decidimos apresentar-nos em alguma repartição militar. Fomos ao Destacamento da VII Brigada Aérea de Morón, de onde nos levaram, presos, à Delegacia de Morón; ali nos interrogaram violentamente, com golpes. Logo nos transportaram a prisão de Devoto e posteriormente à de La Plata, de onde saí em liberdade por falta de antecedentes".

No testemunho de Luis Pereyra (Pasta Nº 4591), citado em item anterior,

também podemos comprovar sua detenção na VII Brigada de Morón. Ali foi torturado durante dois dias, antes de ser levado à Delegacia de Castelar.

A senhora Carmen Zelada (Pasta N° 4550) foi detida em seu domicílio, em Morón, por pessoal da Força Aérea. Luis Pereyra, em seu testemunho, denuncia tê-la visto no C. C. D. "El Vesúbio".

Outro testemunho relacionado com a VII Brigada é o de Ricardo Brondo (Pasta N° 4437):

"Na madrugada do dia 7 de outubro de 1976, entraram na sua casa dezesseis pessoas jovens, à paisana, portando armas, cobrindo-lhe a cabeça com uma toalha; algemam-no e o fazem subir a uma camioneta onde o cobrem com lonas. O Sr. Brondo percebeu que destroçaram a sua casa e que levaram utensílios domésticos... Mais tarde transferiram o Sr. Brondo a outro lugar (sempre vendado), que ele supõe tenha sido a Delegacia de Castelar, de acordo com os comentários de outros presos que estavam no mesmo lugar... Na Delegacia de Castelar permaneceu mais ou menos dois meses (dos quais onze dias foram de tortura contínua), até que foi levado à VII Brigada Aérea, de onde foi liberado no dia 19 de dezembro de 1976.

Hospital Posadas

Na Policlínica Alejandro Posadas, da localidade de Haedo, funcionou um C. C. D. que atuava coordenadamente com as Delegacias de Castelar e Morón, com a Superintendência de Segurança Federal e com o Grupo de Tarefas da Aeronáutica.

Os fatos aconteceram à vista, tanto dos empregados como das pessoas que acorriam ao estabelecimento, ocasionando um generalizado terror que provocou o silêncio em todos. As vítimas eram, na maioria dos casos, funcionários do Hospital. Os repressores que atuaram ali pertenciam, segundo as circunstâncias, ao Exército, à Aeronáutica, à Polícia Federal e à Polícia da Província de Buenos Aires. Além disso, uma parte desse grupo provinha do Ministério do Bem-estar Social — Secretaria de Estado da Saúde Pública —, contratado especialmente pelas autoridades do citado Hospital. Esta "patota" se havia denominado "SWAT".

A operação mencionada em testemunhos anteriores, realizada no dia 28 de março de 1976, e dirigida pelo general Bignone ("La Razón", 30-3-76), culminou, como se disse, com a detenção de um grupo de quarenta pessoas. A partir desse momento, ficou como interventor da Policlínica o Coronel Médico Abatino Di Benedetto, que colocou em disponibilidade todo o pessoal e "o mandou para casa", com proibição de "aparecer sem ser chamado". Posteriormente foi designado Diretor interino o Coronel Médico (RE) Julio Ricardo Estévez. A partir destas designações começaram a encadear-se as detenções de um grande número de pessoas.

O filho de María Teresa de Cuello (Pasta N° 1172) denuncia:

"No dia 26 de novembro de 1976, de madrugada, invadiram nossa casa numerosas pessoas armadas, algumas com uniforme. Perguntaram quem era Teresa. Devo di-

zer que o único lugar em que chamavam assim a minha mãe era no Hospital Posadas, onde trabalhou como técnica em esterilização. Seqüestraram-na e, nessa mesma madrugada, levaram também o Sr. Chester, que vivia perto da nossa casa. Quando o meu hoje falecido pai tentou opor-se, quebraram-lhe a cabeça com uma coronhada. Reconheci, entre os seqüestradores, Nicastro" (pastas N° 1172-3877).

Gladys Cuervo (Pasta N° 1537) traz maiores informações sobre o funcionamento deste C. C. D.:

"No dia 25 de novembro de 1976, Estévez me chamou à direção. Ali me ameaçaram com armas e colocaram meus braços nas costas. Pela noitinha me levaram numa camioneta, e depois de dar várias voltas me disseram que estava em Campo de Mayo. No entanto notei que estávamos na parte de trás da Policlínica. Me despiram e bateram, interrogando-me sobre uns panfletos que eu não havia visto. Depois vieram outras pessoas, que me torturaram com a 'picana'. Durante vários dias continuaram me torturando. De Chester soube, pelos comentários que me fez o chamado 'Juan', que era frouxo e não agüentava a 'picana'; ao passar pude ver o médico Jorge Roitman, que estava num charco de urina e sangue. Tempos depois me enrolaram numa manta e me atiraram no chão da parte de trás de um carro. Me levaram a uma tapera, onde me ataram os pés e mãos a uma cama. Permaneci uns cinqüenta dias ali, onde me deram medicamentos e me alimentaram melhor. Utilizei pratos e talheres com a inscrição da Aeronáutica. No dia 22 de janeiro de 1977, me levaram para minha casa. Havia perdido 14 quilos. Entre os meus torturadores reconheci Nicastro, Luis Muiña, Victorino Acosta, Cecilio Abdennur, Hugo Oscar Delpech e Oscar Raúl Tevez".

O caso de Osvaldo Fraga (Pasta N° 237), relacionado com o desaparecimento de Rubén Galucci, adquire relevância para completar uma definição sobre a relação da Policlínica Posadas com os demais campos dependentes da Força Aérea. Testemunha Galucci:

"Fui detido no dia 2 de dezembro de 1976, na Policlínica Posadas, onde desempenhava tarefas administrativas, junto com o enfermeiro Osvaldo Fraga, na presença de pessoal e de pacientes. Fomos levados em carros separados à Delegacia de Castelar. Os interrogatórios se realizaram no andar superior e os responsáveis pelos mesmos eram membros da Força Aérea de Morón. Nenhum de nós foi acusado, em momento algum, de fatos concretos e só nos pediam informação sobre médicos, enfermeiros e empregados da Policlínica, que houvessem realizado atividades políticas ou sindicais. Nos torturaram com a 'picana' e nos mantiveram sempre vendados. No setor da Delegacia onde estávamos, só podiam entrar os da Aeronáutica e os cabos de guarda que traziam a comida, da base de Morón. Em meados de dezembro me colocaram numa cela, junto com outros presos. Em ambas as vezes nos encontramos sem vendas nos olhos, completamente despídos e com o corpo arrebentado, cobertos de feridas, em uma sala onde nos reuniam para dar-nos de comer. Posteriormente me levaram a Haedo, depois novamente para Castelar, até maio de 1977, quando me 'legalizaram'. O Ministério do Interior informou à minha família que eu estava à disposição do PEN, sem causa judicial, e que a área que ordenou minha detenção foi a Aeronáutica de Morón".

No dia 24 de maio de 1984, a CONADEP realizou uma vistoria no “Hospital Professor Alejandro Posadas”. O C. C. D. estava localizado nos fundos, em um chalé de dois andares. Gladys Cuervo, que junto com outras testemunhas assistiu à vistoria, reconheceu sem duvidar diversas dependências, em especial o armário de parede no qual havia estado longos dias fechada, e reconheceu a sala onde a mantiveram junto com o doutor Roitman, a quem viu agonizando.

Solar Seré

Está localizado na localidade bonaerense de Castelar. Tratava-se de uma antiga construção, velho sobrado da estância da família Seré. Funcionou como um Centro Clandestino dependente da VII Brigada Aérea de Morón e da Base Aérea de Palomar. Um testemunho importante para a identificação deste C. C. D., é o pai de Guillermo Fernández, sobre a prisão de seu filho e a posterior evasão (Pasta N° 950).

“Guillermo foi detido no dia 21 de outubro de 1977, em nossa casa. Apresentou-se um grupo de 17 pessoas, à paisana, fortemente armadas, dizendo que eram da polícia e que estavam efetuando um rastreamento. Ordenaram aos homens que nos pusessemos contra a parede, com as mãos para o alto. Depois de revistar tudo e não encontrar absolutamente nada, pediram a Guillermo que os acompanhasse numa averiguação de antecedentes. Algemaram-no nas costas e o levaram. Para minha esposa, disseram que conferisse tudo para ver se não faltava alguma coisa, porque se depois fizéssemos alguma denúncia, iam voltar para dinamitar a casa. A mim pediram que os acompanhasse até o meu escritório, na localidade de Morón. No caminho perguntei ao que parecia o Chefe por que prendiam o meu filho. Me respondeu que se encontrava comprometido pela sua atuação no colégio secundário Mariano Moreno, da Capital Federal. Ao chegar ao escritório, verifiquei que a porta havia sido arrombada e que no interior se encontravam várias pessoas armadas. Ali me fizeram assinar um documento onde constava que se haviam realizado vistorias na minha casa e em meu escritório e que nada ficara faltando. No dia seguinte apresentei recurso de Habeas-corpus pelo meu filho, com resultados negativos. Em uma oportunidade, minha esposa e meu outro filho puderam ver, na Base El Palomar, algumas pessoas que haviam participado na operação de seqüestro. A sorte quis que, em 1978, meu filho pudesse escapar do casarão ‘Quinta Seré’, onde estava seqüestrado, junto com outros presos. Guillermo pôde escapar em um dia de chuva. Despidos e algemados deslizaram do primeiro andar utilizando roupas atadas. A partir de então iniciamos uma longa e triste peregrinação até que conseguimos retirá-lo do País. Pelas comunicações telefônicas escutadas no Campo de Detenção, meu filho soube que esse lugar era apelidado de ‘Atila’.

Pilar Calveira de Campiglia (Pasta N° 4482) testemunha:

“O seqüestro se realizou no dia 7 de maio de 1977, pela manhã, próximo da minha casa, localizada em San Antonio de Padua... Chegamos a um lugar onde, para entrar, tivemos que atravessar uma área de campo... Afrouxei a venda com os joelhos e espiei pelas ranhuras de uma gelosia. Pude ver a estação Ituzaingó, sobre a parte

larga da avenida Rivadavia. A casa ficava no desvio para Libertad, a uns cinquenta metros da Rivadavia, separada da rua pelo parque mencionado. No casarão havia um equipamento de rádio. Nesse fim de semana só estiveram os guardas. Na segunda-feira chegou a 'patota' que realizava os seqüestros. Me levaram ao quarto de torturas, onde usaram a 'picana' sobre um elástico metálico. Era uma espécie de cerimônia onde participava uma grande quantidade de gente muito excitada, todos gritando ao mesmo tempo. Falavam de Deus e diziam que os seqüestrados eram inimigos de Deus. No amanhecer da terça-feira, dia 10, pedi que me levassem ao banheiro; a janela estava aberta e saltei por ela para tentar escapar. Ao cair, quebrei o braço, o calcanhar esquerdo, duas ou três vértebras e algumas costelas. Também me bati na cabeça, que inchou muito. Os guardas se deram conta pelo barulho que fiz ao bater contra o piso. Me capturaram e me fizeram subir a pontapés. Eu não podia caminhar nem ficar em pé... Na quinta-feira voltaram a me levar à sala de torturas, nos braços, porque eu não podia me mexer. Foi a última vez que me aplicaram a 'picana'. Até fins de maio permaneci sem atenção médica, atirada em um canto do quarto, e depois sobre a cama que havia sido da minha filha, roubada da minha casa. Me levavam ao banheiro nos braços. Nos últimos dias de maio me levaram de noite, em uma camioneta, suja e vendada, até um hospital, onde me engessaram o braço, a perna e o tórax. Para retirar o gesso me levaram ao mesmo local sem venda, e pude reconhecer o Hospital Central da Aeronáutica. Na casa de Ituzaingó, os Grupos de Operação faziam referências constantes à Base Aérea del Palomar. A comida era trazida em grandes painéis de fora da casa, por jovens uniformizados. Falavam depreciativamente do Exército e da Marinha; em torno do dia 8 de junho de 1977, quatro dos seqüestrados que estávamos ali fomos levados à Delegacia de Castelar, em um camburão. Depois passei por outros Centros Clandestinos, inclusive a ESMA, até a minha posterior liberação".

Superintendência de Segurança Federal

A Ex-Coordenação Federal (hoje Superintendência do Interior) da Polícia Federal Argentina, em fins de 1975, se constituiu na sede do GT2, que funcionou no 3º e 4º andares (Salão Matos) do seu edifício na rua Moreno 1417, Capital, sob a supervisão operacional do Comando de Corpo do Exército I. Por sua vez, destinava pessoal a outros Grupos de Tarefas que intervinham na repressão, como, por exemplo, o que operava nas dependências da Escola de Mecânica da Armada (GT3.2).

Posteriormente, outros andares do edifício: 5º, 6º, 7º, etc. foram utilizados como Centros de Detenção ilegal, permanecendo os detidos na condição "RAF" (no ar), quer dizer, sem registro em nenhum livro (Pasta N° 7531).

Foi utilizado para interrogatórios e alojamento de presos em trânsito (LT) e detenção prévia dos que passaram posteriormente à disposição do PEN.

Existiram, no entanto, muitos casos nos quais se deu aos prisioneiros "o transporte final", como o que aconteceu com os detidos na noite do 2 de julho de 1976, e dias sucessivos, que foram retirados dali depois de serem injetados, como represália por um atentado cometido contra o edifício dessa Repartição (Pasta N° 7531). Desses prisioneiros-desaparecidos, objeto de uma selvagem represália, o testemunho brutal é o livro de entradas da Morgue Judicial da Capital Federal, onde se eleva bruscamente o número de N. N. assentados ali. Durante anos, um a

dois a cada dia, entre 3 e 7 de julho desse ano, 46 cadáveres, quase todos com o seguinte diagnóstico do Corpo Profissional deste organismo: "Feridas de bala no crânio, tórax, abdômem e pélvis; hemorragia interna".

E os que apareceram eliminados em grupo: "Achado junto com outros sete cadáveres no interior de uma área de estacionamento em Chacabuco 639, Capital".

Também registra-se o caso dos corpos achados na localidade de Pilar, onde apareceram 30 cadáveres dinamitados com explosivos, no dia 20 de agosto de 1976 (Pastas N° 2521, 6976 e 7531).

"Os castigos não terminavam nunca, tudo estava organizado cientificamente, desde os castigos até a comida... se escutavam vozes que afogavam o constante testemunho de alguém que era torturado" (Pasta N° 3721).

Os presos permaneciam algemados, com os olhos vendados com algodões e esparadrapo. As mulheres eram obrigadas a tomar banho diante dos guardas e eram constantemente submetidas a manuseios e violações.

"Nós três estávamos vendadas e algemadas; fomos manuseadas durante todo o trajeto e quase durante toda a viagem...; a mesma pessoa volta a aparecer com alguém que se diz médico e quer me revisar, diante do qual fui novamente manuseada sem nenhum tipo de revisão médica séria... Estando meio adormecida, não sei quanto tempo depois, ouvi que a porta da cela se abria e fui violada por um dos guardas. No domingo seguinte, essa mesma pessoa, estando de guarda, aproximou-se de mim e, pedindo desculpas, me disse que era um caipira que queria estar com uma mulher loira, e que não sabia que eu não era guerrilheira. Ao entrar, essa pessoa, no dia da violação me disse: 'se não ficas quieta te mando para a máquina' e me pôs a bota na cara, proferindo ameaças. Na manhã seguinte, quando serviram mate cozido, essa mesma pessoa me trouxe açúcar, dizendo: 'pelos serviços prestados'. Durante essa mesma manhã entrou outro homem na cela gritando, dando ordens: 'fique parada, tire a roupa', empurrando-me contra a parede e novamente me violentando... No domingo de noite, o homem que havia me violado esteve de guarda, obrigando-me a jogar cartas com ele e nessa mesma noite voltou a entrar na cela, violentando-me pela segunda vez..." (D. N. C. Pasta N° 1808).

As torturas consistiam em despir os prisioneiros, sujeitando-os a uma superfície, com os braços e pernas estendidos. Utilizavam-se duas "picanas" simultaneamente, combinando esta tortura com golpes e também com a prática do "submarino seco". A "picana" era aplicada na vagina, boca, axilas e, por baixo da venda, nos olhos. Os interrogatórios eram acompanhados de ameaças contínuas aos familiares. Era freqüente que nas prisioneiras introduzissem objetos no ânus. Os prisioneiros eram espancados com cassetetes de borracha, por qualquer motivo. Os guardas se divertiam obrigando-os a todo tipo de "jogos", desde apoiar um dedo no chão girando cada vez mais rápido ("buscando petróleo") e batendo no que caía, até fazê-los dançar aos pares durante longo tempo para depois espancá-los brutalmente. Eram freqüentes também os simulacros de fuzilamento. Atirados no chão, amiúde eram espancados, cuspidos e urinados.

Patrick Rice, sacerdote católico irlandês que esteve detido ali e que foi torturado, viu que entre as prisioneiras havia mulheres grávidas; uma delas, María del Socorro Alonso, foi torturada, o que lhe provocou hemorragias, imobilidade nas pernas e paradas cardíacas, pelo que lhe deram uma injeção, ocasionando tudo isto a perda da criança.

“Me puseram numa cela onde havia uns 6 presos; no mesmo corredor, em outros calabouços, outros 4 rapazes em uma cela grande e outras tantas mulheres em outra cela grande. Havia uma cruz suástica pintada na parede do fundo (com a lâmina do “fingerprint”)... A comida na Coordenação Federal consistia em mate cozido sem leite nem açúcar, com um pouco de pão pela manhã, macarrão fervido, às vezes sem sal, e pão ao meio-dia, e polenta também sem sal, à noite. Havia duas mulheres grávidas que pediram licença para ir ao banheiro. Segundo me comentaram, alguns guardas abusavam das mulheres ali. Havia dois tipos de presos, legais e ilegais. Um ilegal, Guillermo López, estudante de medicina que morava à oeste da Capital Federal, foi retirado uma manhã, quando fomos transferidos — um grupo grande para Villa Devoto, e não chegou ali jamais. Alguns haviam estado presos uns oitenta dias (na Superintendência), e um dizia que antes separavam presos para matá-los. Inclusive um me testemunhou que, na noite anterior ao achado de 30 cadáveres em Pilar, haviam retirado 30 presos da Coordenação Federal” (Pasta N° 6976).

Campo Clandestino de Detenção “El Atlético” ou “O Clube” ou “O Clube Atlético”

Este Centro Clandestino de Detenção funcionou de meados de 1976 até dezembro de 1977. Foi demolido pouco tempo depois, mas, do relato de algumas testemunhas e outros informes obtidos pela CONADEP, pôde-se estabelecer que estava instalado em um prédio localizado entre as ruas Paseo Colón, San Juan, Cochabamba e Azopardo.

As pessoas alojadas no dito centro chegavam em veículos particulares, severamente “tabicadas”. Ao chegar ao local eram retiradas dos automóveis e transportadas violentamente — quase suspensas — por uma escada pequena, a um lugar subterrâneo, sem ventilação.

Assim consta dos depoimentos de Carlos Pacheco (Pasta N° 423), Pedro Miguel Antonio Vanrell (Pasta N° 1132), Daniel Eduardo Fernández (Pasta N° 1310), José Angel Ulivarri (Pasta N° 2515) e outros, coincidindo quase todos em que ao chegar se abria um portão. Eram despídos, sem exceção, homens, mulheres, jovens e velhos e revisados, enquanto eram empurrados e maltratados. Retiravam todos os seus artigos pessoais, que jamais lhes foram devolvidos. “Teu nome de agora em diante será K 35, já que para os de fora estás desaparecido...”, relata Miguel D’Agostino.

Dali eram levados ao “quirófano” ou sala de torturas e o medo havia se transformado em terror e desespero.

“Durante o interrogatório pude escutar os gritos do meu irmão e da sua namorada, cujas vozes pude distinguir perfeitamente” (Nora Strejilevich - Pasta N° 2535).

Uma vez finda a primeira sessão de “amolecimento”, alguns eram quase que arrastados à “enfermaria” e depois à “leonera”, ou diretamente aos “tubos”. Nos tornozelos lhes colocavam correntes fechadas com cadeados, de cuja numeração era imprescindível lembrarem-se, já que, se esquecessem, corriam o risco de, ao serem levados ao banheiro, não obterem as chaves correspondentes que os abrissem. Entre o “tabique”, que impedia quase 100% da visão, os grillhões nos pés, e no rosto e nas partes mais visíveis do corpo hematomas, contusões e feridas abertas — além da roupa que se designava a cada um — a imagem destes seres submetidos a condições sub-humanas é uma lembrança lacerante para cada um dos escasos sobreviventes.

“Alguns passavam pela ‘leonera’, permaneciam dois ou três dias e saíam em liberdade; os chamavam de ‘trouxas’... eram aqueles que ‘chupavam’ e que não lhes serviam para nada” (Miguel Angel D’Agostino — Pasta N° 3901).

“Depois de passados os primeiros dias, me levaram a uma cela e pude ir me adaptando pouco a pouco a essa vida, aprendendo como tinha que viver, o que podia fazer e o que não podia. Apesar de que permanecia sempre ‘tabicada’ e de que me levassem ao banheiro três vezes por dia, pude fazer uma idéia geral de como era o lugar onde ‘vivía’ (...)

“O ‘campo’, que se achava em um subsolo, tinha duas seções de celas, que estavam frente a frente, em um corredor muito estreito: de um lado os pares e do outro os ímpares. Para levar-nos ao banheiro abriam as portas uma por uma — cada um de nós tinha que estar de pé quando se abria a porta — e em seguida, da ponta do corredor, o guarda gritava onúmero das celas; ali nós nos virávamos e cada um tomava os ombros do que estava pela frente, formando um ‘trem’, que era conduzido por um guarda” (Ana Maria Careaga, Pasta N° 5139).

O “campo” tinha lugar para umas duzentas pessoas, e segundo relatam os liberados, durante o seu funcionamento teria alojado mais de 1500 pessoas. Este dado se deduz das letras que precediam o N°; cada letra encabeçava uma centena. Pelos testemunhos assentados na CONADEP, chegou-se até a letra X, em novembro de 1977.

Os grupos de tarefas com base neste C. C. D. operavam fundamentalmente na Capital e Grande Buenos Aires, “mas a impunidade que possuíam lhes permitia ir além desses limites, como no seqüestro de Juan Marcos Hermann, trazido de San Carlos de Bariloche ao Atlético” (Conferência de imprensa de 22-8-84).

O pessoal integrado pelas forças de segurança atuava de acordo com outros C. C. D., como a ESMA e Campo de Mayo.

A média de seqüestros era de 6 a 7 por dia, mas houve oportunidades em que ingressavam até 20. A intervalos regulares, um grupo significativo de presos partia com destino desconhecido. Diz D’Agostino:

“Nos ‘tubos’ o silêncio era total. Nas vésperas dos ‘transportes por atacado’, nos quais se levavam ao redor de vinte pessoas, esse silêncio se acentuava...

(.....)

“Às vezes ‘falávamos’, dando pequenas batidas na parede intermediária que dividia os ‘tubos’, ou ao tocar no ombro do companheiro que ia na nossa frente no ‘trenzi-

nho'. Todos esperavam quietos e em silêncio que os chamassem; queriam sair dali; ainda restava alguma esperança. A mudança, mais que medo, encerrava certa expectativa...".

"El Banco"

Nos dias 31 de março e 2 de junho de 1984, esta Comissão realizou visitas de constatação na atual Brigada Feminina XIV, da Polícia da Província de Buenos Aires, a uns duzentos metros da intersecção da Autopista General Ricchieri e o Caminho de Cintura (Puente 12), Distrito de La Matanza, Província de Buenos Aires.

O objetivo era verificar se esse edifício havia sido efetivamente utilizado para o funcionamento de um C. C. D., como afirmavam numerosas denúncias registradas nesta Comissão.

Diz a Sra. Fernández Meijide, em um relato sobre a primeira destas visitas:

"Viajávamos junto com as testemunhas Susana Caride, Norma Leto e Nora Bernal e, no momento de chegar, o automóvel desviou e tomou um caminho que conduzia diretamente à direita e subiu um pequeno aterro que está ao lado do caminho. O mesmo fizeram os outros automóveis, que nos seguiam com os demais funcionários da CONADEP e as restantes testemunhas. Em unísono, Caride, Leto e Bernal expressaram que o mesmo movimento que haviam feito agora, no carro, o haviam sentido na ocasião em que foram transportadas imediatamente depois de seu sequestro, quando viajavam, já 'tabicadas', no piso do automóvel que as conduzia desde o 'Clube Atlético' até o novo campo".

"...este é o lugar, por aqui é por onde passávamos aos calabouços" (Benítez, Miguel Angel, Pasta N° 436).

"...o pátio de ladrilhos brancos e pretos é o mesmo onde nos despiam e revisavam, só que agora está dividido por terem levantado duas ou três paredes, mas não me resta nenhuma dúvida de que este é o lugar onde estive detida em duas oportunidades" (Nora Bernal, Pasta N° 1583).

"...este é o corredor que conduz ao último 'tubo' do lado direito, onde estive presa..." (Elsa Lombardo, Pasta N° 3890).

A tensão e o nervosismo foram evidentes quando o grupo ingressou no local onde, entre fins de 1977 e meados de 1978, havia funcionado "El Banco". O grupo iniciou o reconhecimento de maneira ordenada, mas muito rapidamente as testemunhas se dispersaram e com verdadeira excitação corriam a reconhecer os diferentes lugares, a cozinha, os "quirófanos", a enfermaria, os corredores, os 'tubos', os banheiros, etc., onde haviam vivido no meio da "selvageria e terror que imperavam, já que o grito dos companheiros torturados e espancados era constante, dia e noite" (Norma Leto, Pasta N° 3764).

Tanto o arquiteto como o fotógrafo da Comissão eram requeridos constantemente pelos ex-prisioneiros, a fim de registrar os detalhes e elementos de impor-

tância que provassem que ali haviam permanecido em cativeiro, elas e muitas pessoas mais.

“As portas são as mesmas, com a diferença que a pequena vigia que havia antes foi soldada e agora há uma maior... este é o 'tubo' onde estive prisioneira com Elsa Lombardo... aqui estava a cozinha onde nos vacinaram contra a hepatite... não tenho nenhuma dúvida de que este é o lugar onde estive seqüestrada e onde fui torturada e presa, primeiro em uma cela que estava permanentemente cheia de água, e depois transferida a outra cela que se encontra do lado direito do setor 2” (Susana Caride, Pasta N° 4152).

Por sua vez, a testemunha Casalli Urrutia reconhece o lugar localizado no setor 1, ao fundo do corredor, onde esteve atirado no chão durante oito dias com mais dez pessoas, e acrescenta que nesta época — junho de 1978 — a capacidade do “campo” estava totalmente preenchida, já que havia entre três e quatro pessoas por ‘tubo’.

E Marina Patrícia Arcondo manifesta, enquanto percorre o lugar com funcionários da Comissão:

“Existem coisas que nos orientavam e os indícios de então se repetem agora, idênticos aos que percebíamos por baixo da venda. Nesta peça estava o arquiteto Hernán Ramírez; na do lado o meu marido Rafael Arnaldo Tello e seu irmão, ambos desaparecidos. Me sentaram em um lugar próximo aos escritórios que faziam de 'quirófano' e pude ouvir os gritos das pessoas que estavam sendo torturadas, inclusive os de meu marido”.

Acrescenta que a levaram a uma sala onde lhe disseram que tudo quando haviam subtraído dos domicílios dos seqüestrados era um donativo para a Repartição. Por outro lado, toda a mobília do “Banco” estava marcada com a inscrição “DIPA” (Direção de Inteligência da Polícia Federal).

Quando as obras da Autopista tornaram necessária a demolição do “Clube Atlético”, os oficiais e suboficiais que operavam ali se transferiram junto com parte dos prisioneiros ao novo Centro Clandestino.

Outros testemunhos assinalam a presença, no “Banco”, do General Suárez Mason (Pastas N° 2529, 4124 e 4151).

Como no caso do “Clube”, operavam neste centro Clandestino de Detenção várias forças: Inteligência da Polícia Federal, GT1, GT2, GT3, GT4 e FTE.

Ao concluir a visita, e tendo o arquiteto da Comissão confeccionado os desenhos, pôde-se constatar a total semelhança com os croquis que já estavam em poder da CONADEP. Havia sido desenhados pelas próprias testemunhas, a partir de suas recordações mais dolorosas, e já figuravam nas pastas dos sobreviventes.

“El Olimpo”

O Centro Clandestino de Detenção “El Olimpo” funcionou na Divisão de Auto-

motores da Polícia Federal, localizada na rua Lacarra e Ramón L. Falcon, da Capital Federal. Começou sua atividade clandestina como C. C. D. a partir de 16 de agosto de 1978, data em que numerosos prisioneiros foram conduzidos do “El Banco” até esse “campo”:

“Fui seqüestrada no dia 28 de julho de 1978, junto com meu filho Nahuel, de dois meses de idade, e levada ao ‘Banco’. Ali me obrigaram a chamar o meu marido, ameaçando meu filho com uma arma. No dia 16 de agosto, tivemos que enrolar nossos colchões e esperar junto à porta da nossa cela, quase todo dia. À noitinha, nos acorrentaram dois a dois e nos carregaram em um caminhão com nossos pertences, o qual tinha uma caixa de madeira tapada com lona. Assim chegamos a um local recentemente construído, cheio de pó, onde o frio era insuportável” (Isabel Fernandez de Ghezan, Pasta N° 4124).

“Calculo que se realizaram duas ou três viagens com o mesmo caminhão, no qual iriam aproximadamente trinta pessoas. Junto conosco passaram ao novo alojamento os mesmos repressores do ‘Banco’. O novo lugar estava recém construído e adaptado para manter os prisioneiros mais controlados” (Elsa Lombardo, Pasta N° 3890).

“Chegamos ao ‘Olimpo’, assim chamado porque era o ‘lugar dos deuses’...” (Gracielia Trotta, Pasta N° 6068).

Por seu lado, Isabel Cerrutti (Pasta N° 5848), seqüestrada no dia 12 de julho de 1978 e alojada sucessivamente no “Banco” e no “Olimpo”, até janeiro de 1979, nos proporciona elementos para reconstruir a disposição interna do “campo”:

“Era um centro clandestino construído sobre um grande estacionamento. Tinha três ou quatro salas de tortura, chamadas ‘quirófano’ e à esquerda das mesmas estavam os escritórios do GT2. No setor de incommunicáveis, as janelas estavam fechadas com tijolos. No exterior havia uma construção que era utilizada como alojamento dos oficiais. O ‘poço’ propriamente dito era uma construção nova, desmantelada em 1979”.

Se desconhecem os motivos dessa transferência massiva, ainda que se possa supor que o tenha sido porque o “Olimpo” estava localizado mais próximo do Centro de Operações.

Como no “Banco”, as forças estavam divididas nos grupos de tarefas GT1, GT2 e GT3. A diferença com o outro “campo” foi uma maior organização e uma aparente flexibilidade no trato aos seqüestrados, situação que logo se transforma em um tratamento endurecido e desapiedado. Segundo o testemunho de Isabel Cerrutti, esta mudança obedeceu a problemas entre os mesmos repressores, que lutavam entre si pela hegemonia do “campo” e por obter uma maior fatia no “botim de guerra”. As forças que operavam na rua não estavam em contato com os prisioneiros, salvo em casos excepcionais. A vigilância era feita por pessoal da Gendarmaria.

As forças intervenientes estavam sob o controle e supervisão da Chefatura do I Corpo do Exército, com sede em Palermo, Capital Federal.

Os diversos testemunhos que relacionam o funcionamento do C. C. D. com o

I Corpo do Exército foram confirmados pelo gendarme Omar Eduardo Torres (Pasta N° 7077):

"Eu servia no destacamento de Campo de Mayo — Móvel I —, que era um esquadrão dependente do I Corpo do Exército, cujo chefe, no ano de 1978, era o General Suárez Mason .

(.....)

"Quando terminou o Mundial de futebol, uns trinta de nós que havíamos vigiado o estádio fomos destinados a Campo de Mayo, onde recebemos instruções do segundo comandante, cujo 'nome de guerra' era Cortez, sobre uma missão especial, pela qual fomos receber uma gratificação. Devíamos deixar o cabelo comprido e barba e utilizar cognomes. Posteriormente, ordenou que nos apresentássemos em Lacarra e Falcón, nos primeiros dias de julho de 1978. Quando entramos, vimos que o pessoal do Serviço Penitenciário Federal estava terminando a construção, destinada a alugar os prisioneiros. Muitas vezes pude ver os encarregados dos seqüestros, ou seja 'a patota', levar em seus automóveis, utensílios domésticos roubados das casas invadidas. Também havia um depósito destinado a guardar 'o botim de guerra'. Nós estávamos encarregados da segurança interna do 'campo' e não podíamos ter contato com os prisioneiros, embora às vezes os cuidássemos para ir ao banheiro. O interior do 'campo El Olimpo' era como uma prisão. Tinha uma entrada que dava à guarda, onde havia um livro no qual se anotava a entrada e saída dos detidos, o calabouço que lhe designavam e o número e a letra que lhe atribuíam, substituindo seu nome e sobrenome. Também colocavam a causa da sua detenção .

(.....)

"Os presos eram conduzidos à Base Aérea El Palomar, onde chegavam outros caminhões com detidos, e todos eram embarcados em aviões. Pelo que comentavam, logo os atiravam no mar. Às vezes tive que realizar outras tarefas além da guarda, como ir buscar comida no Regimento de Ciudadela ou, em uma oportunidade, ir ao Hospital Militar, para custodiar um prisioneiro do 'Olimpo' que havia sido muito torturado, apesar do que estava algemado de pés e mãos. Também participei dos grupos de tarefas, saindo para fazer algumas operações, para a qual pedíamos zona liberada à Delegacia do lugar onde devíamos atuar. Os grupos em que participei foram o GT1 e GT2. Também havia oficiais do Exército, do Serviço Penitenciário Federal e da Polícia Federal".

Principais Centros Clandestinos de Detenção do circuito Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires

Dependendo da Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires, sob o comando do então Coronel Ramón Camps, e da Direção Geral de Investigações, a cargo de Miguel Etchecolatz, operou um Circuito de Campos Clandestinos de Detenção, dentro da Área 113 (Pastas N° 2818 - 2820 - 2821 - 2822 - 2852 - 2857 - 683 - 3944 - 2846 - 4839 - 7169 - 4635).

O circuito compreendia funcionalmente os seguintes "campos", localizados em um raio geográfico relativamente extenso:

COT I Martínez: Av. Libertador N° 14.237/3, de Martínez.

Pozo de Quilmes: Allison Bell esquina Garibaldi, de Quilmes.

Pozo de Bánfield: Vernet esquina Siciliano, de Bánfield.

Posto Vasco: Don Bosco, Distrito de Quilmes.
Arana: Rua 137, esquina rua 640, de La Plata.
Brigada de Investigações de La Plata: Rua 55, N° 930.

Não se tratava, no entanto, de um sistema inteiramente fechado, e os mesmos Centros, caso necessário, podiam estar vinculados também por razões operacionais com outros dependentes do CRI (Central de Reunião da Inteligência), correspondente ao Regimento 3 de Infantaria de La Tablada, como o caso de algumas delegacias da zona oeste da grande Buenos Aires.

O COT I Martínez se revestiu dentro do circuito de algumas características especiais, tais como abrigar entre seus detidos numerosas personalidades de atuação pública, como os jornalistas Rafael Perrotta e Jacobo Timerman, e dirigentes políticos e ex-funcionários de hierarquia durante o governo constitucional deposto a 24 de março de 1976: tais eram os casos do Ramón Miralles, Juan Gramano, Juan Ramón Nazar, Alberto Líberman, Héctor Ballent, etc.

Outra das características peculiares deste Centro foi a de não ocultar ao bairro as atividades que ali se desenvolviam, atitude cuja intenção conjuntural última era semear o terror na vizinhança. Na ocasião da verificação "in situ" realizada pela CONADEP no dia 20 de janeiro de 1984, com a presença dos ex-detidos, um vizinho da zona declarou.

"Vivo aqui com a minha família desde 1973. Quando chegamos, esse imóvel lindo estava desocupado. Em fins de 76 começaram a fazer modificações. Levantaram ali uma gigantesca parede mediana e puseram arame farpado, colocando grades nas janelas. Se escutava permanentemente o ir e vir das pessoas. De noite, os focos da torre iluminavam por todos os lados. Ouviam-se tiros da manhã à noite, como se praticassem tiro ou experimentassem armas. Também se ouviam gritos lancinantes, o que fazia supor que as pessoas que ali estavam eram submetidas a torturas. Com frequência retiravam dali caixões ou fêretros. Inclusive restos mutilados em bolsas de polietileno. Vivíamos em constante tensão, como se nós também fôssemos prisioneiros; sem poder receber a ninguém, tal era o terror que nos arrebatava, e sem poder conciliar o sono durante noites inteiras".

A relação deste Centro Clandestino de Detenção com outros deste circuito está evidenciada pela presença do mesmo pessoal em uns e outros. Tal é o caso do Delegado Valentín Milton Pretti, "Saracho", também mencionado nos testemunhos N° 4635, 1277, 3988, referentes ao "Poço de Quilmes"; o sub-delegado Amílcar Tarela, "Trimarco", mencionado por sua atuação no "Poço de Bánfield" (Pasta N° 3757); e o médico Jorge Antonio Bergez, na Brigada de Investigações da cidade de La Plata (Pastas N° 1277, 683 e 3944).

Quanto aos prisioneiros, alguns dos quais foram objeto de extorsões, eram freqüentemente transferidos de um a outro Centro, tal como surge do testemunho de pessoas que, hoje liberadas, declaram haver percorrido vários Centros Clandestinos de Detenção do mesmo circuito.

"Após prender-me em meu domicílio na Capital Federal, me levaram à Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires, onde Camps e Etchecolatz me interroga-

ram; dali me transferiram a Campo de Mayo, onde me fizeram assinar uma declaração. Depois me deixaram em Posto Vasco, onde fui torturado, para levar-me novamente ao Departamento Central de Polícia, onde, depois de vinte e cinco dias, pude ter contato com minha família. Dali me levaram ao COT I Martínez, para ser novamente torturado; depois outra vez ao Departamento Central da Polícia Federal e, por último, me 'legalizaram' definitivamente na Penitenciária de Magdalena" (Jacobo Timerman, Pasta N° 4635).

Tanto o ex-Chefe de Polícia da Província, Ramón J. Camps, quanto o Delegado Geral, Miguel Etchecolatz, são mencionados também pelas testemunhas Julio Alberto Emmed (Pasta N° 683), Carlos Alberto Hours (Pasta N° 7169), Héctor María Ballent (Pasta N° 1277), Ramón Miralles (Pasta N° 3757), Eduardo Schaposnik (Pasta N° 3769), Juan Amadeo Gramano (Pasta N° 4206).

Embora o Posto Vasco fosse um Centro de capacidade reduzida em relação à quantidade de prisioneiros, recebia a visita freqüente de altos chefes militares e policiais, fato a indicar que as tarefas da inteligência ali realizadas revestiam-se de particular importância.

"Fui entrevistado pelo general Camps — tesmunha o Dr. Gustavo Caraballo, advogado, 40 anos, Pasta N° 4206 —, que pessoalmente ordenou fosse eu submetido a coações ilegais nesse Centro".

O C. C. D. a que faz referência o Dr. Caraballo e que pôde reconhecer nas fotografias tiradas durante a inspeção da CONADEP é precisamente a Subdelegacia de Dom Bosco, que operou no circuito clandestino com o nome de "Posto Vasco".

Dentro do mesmo circuito funcionaram dois Centros com uma característica especial: estavam designados não só para ações repressivas dentro do esquema do I Corpo do Exército, mas também a outras, dirigidas contra cidadãos uruguaios residentes na Argentina, a partir de um convênio de coordenação repressiva, estabelecido entre os que parecem ser grupos de operação de ambos os países. Participavam dessas ações — tanto no plano da condução como do aproveitamento do "botim de guerra" — funcionários da OCOA (Organismo Coordenador de Operações Anti-subversivas do Uruguai), cujos oficiais, muitos dos quais já haviam atuado com seus pares da Polícia Federal Argentina no Centro Clandestino "Orletti", aparecem mencionados por prisioneiros dos "pozos" de Quilmes e Bánfield.

"Na madrugada do dia 21 de abril de 1978, irromperam no meu domicílio de Lanús Oeste vinte e cinco pessoas à paisana, fortemente armadas. Meu esposo e eu fomos encapuzados, algemados e depois introduzidos em uma camioneta. Sabemos, por muitos indícios, que estivemos no porão da Brigada de Investigações conhecido como 'Poço de Quilmes'. Ali fomos interrogados a respeito da nossa atividade no Uruguai — de onde viemos — e na Argentina. Neste 'campo' pudemos ver numerosos uruguaios, alguns deles em muito mau estado, devido à tortura. Cinco dias depois nos deixaram em liberdade, com o acordo prévio de que devíamos entregar uma grande soma em dinheiro. Tanto a extorsão como o seqüestro e o interrogatório foram dirigidos por um indivíduo que se fazia chamar de 'Saracho'. Fomos leva-

dos até nossa residência, onde tivemos que entregar uma elevada soma de dinheiro, produto de uma indenização por acidente, percebida por minha sogra dias antes” (Beatriz Bermúdez - Pasta N° 3634).

Outro uruguaio, Washington Rodríguez (Pasta N° 4985), declara que em princípios de abril de 1978 compartilhou a sua detenção no Centro com vinte e dois compatriotas, que lhe relataram haver estado recolhidos ao ‘Pozo de Bánfield’, onde foram torturados por oficiais da OCOA. Tanto o tema dos interrogatórios como os métodos de tortura, põem em evidência que os mesmos atuavam também em Quilmes.

O reconhecimento do “Pozo de Quilmes”, atualmente ocupado em parte pela Brigada Feminina da Polícia Provincial, foi realizado pela CONADEP no dia 18 de maio de 1984, junto com uma dezena de testemunhas, que identificaram com precisão os locais onde haviam estado detidas, pois alguns guardas lhes permitiam baixar as vendas dos olhos.

A sra. María Kubik de Marcoff assinalou o lugar onde havia visto pela última vez sua filha, dizendo-lhe num sussurro:

“Me disseram que se não falasse, levariam a ti e ao avô.”

Rubén Shell recordou:

“Os calabouços não estavam pintados por dentro como agora; eram simplesmente de cimento cinza. Eu fiz uma inscrição no meu, que ainda está ali. Inclusive reconheço outras inscrições que agora vejo nas paredes.”

Também Alfredo Maly descobre, raspando a pintura nova da parede de sua cela, as marcas que ele havia feito durante o seu cativeiro.

Todas as testemunhas reconhecem a entrada pela qual se ingressava no Centro pela garagem, embora o portão esteja atualmente modificado, sem que hajam desaparecido as marcas dos trilhos por onde antes corria. Oculta atualmente por uma parede de cimento, está ainda a escada tipo caracol, que comunicava a garagem, a sala de admissão e o ‘quirófano’ com o resto das instalações.

Um mês antes, no dia 18 de abril de 1984, a Comissão efetuou uma inspeção na atual Brigada de Homicídios de Bánfield, verificando que ali funcionou o antigo Centro Clandestino chamado “Pozo de Bánfield”.

Uma das funções do “Pozo de Bánfield” foi a de abrigar prisioneiras durante os últimos meses de gravidez, dispondo-se logo dos recém-nascidos, que eram separados de suas mães.

Com relação à Brigada de Investigações, conhecida no jargão dos repressores como a “casinha”, não somente se constituiu numa instância de admissão, tortura e detenção temporária para um grande número de desaparecidos, mas também serviu para levar a cabo uma “experiência piloto”, com prisioneiros que permaneceram ali ao longo de um ano sob um regime especial, em razão da colaboração que podiam prestar à atividade repressiva dentro da área 113. Tudo parece indicar, no entanto, que esta experiência, limitada a sete pessoas, terminou em fra-

casso e que o destino experimentado pelo grupo selecionado não diferiu do sofrido pela imensa maioria dos desaparecidos, cuja vida ficou definitivamente à mercê de seus captores.

A experiência se inicia aos poucos meses do seqüestro — na cidade de La Plata — de sete estudantes universitários ou jovens formados (Pastas N° 2582 - 2835 - 2820 e 2818).

Seus familiares foram informados pelo Delegado Nogara, que estavam presos na Brigada de Investigações (Pastas N° 2818 - 2821 - 2822 - 2852 e 2853), e inclusive autorizados a visitá-los, sempre com a recomendação de guardar estrito sigilo. Depois de um ano, quando a experiência estava próxima a culminar, se solicitou aos respectivos pais uma soma em dinheiro para que, ao serem liberados clandestinamente, os prisioneiros pudessem viajar ao exterior. Inclusive um deles foi levado diante de um escrivão para autorizar a saída do País do seu filho e de um automóvel de sua propriedade. Atuou como intermediário destas tramitações o padre Cristian Von Wernich (Pastas N° 6893 - 683 - 1277 - 3944 - 2818 - 2820 - 2821 - 2822 e 2852), capelão da Polícia provincial, que visitava assiduamente os jovens e batizou o filho de uma prisioneira, nascido no Centro Clandestino, antes de entregá-lo a seus avós. Estes jovens continuam desaparecidos, presumindo-se que tenham sido assassinados em uma simulação montada por seus captores, que forjaram a sua falsa saída ao exterior.

Outro dos “Campos” pertencentes a este circuito funcionava na localidade de Lisandro Olmos, próximo da cidade de La Plata, na antiga sede transmissora da Rádio Província. Era conhecido como o “Casco” e também como “La Cacha”, em alusão a um personagem televisivo, “A bruxa Cachavacha”, que fazia as pessoas desaparecerem.

· É um edifício de três andares, que podia abrigar uns cinqüenta prisioneiros.

No dia 20 de julho de 1984, membros da CONADEP, acompanhados de várias testemunhas, realizaram uma inspeção ocular. Puderam constatar a demolição do edifício principal, mas que se mantém em pé o lugar destinado aos interrogatórios. As senhoras Nelva Méndez de Falcone (Pasta N° 3021) e Ana María Caracoche (Pasta N° 6392) descobriram, depois de remover levemente um montículo visível a poucos metros de distância, vários jarros pequenos com o selo do Regimento 7, nos quais lhes davam a comida, assim como alguns carretéis de porcelana com fio de cobre enrolado, que tinham visto durante sua prisão em “La Cacha”. Também foram reconhecidas umas estruturas de ferro com arame, que serviam de “boxes”, para evitar a comunicação entre os presos.

Cerca de cem metros mais adiante, pode-se constatar a existência de duas cavidades de aproximadamente cinco metros por três e de um metro e vinte de profundidade cada uma, que coincidem com o lugar onde estiverem os porões do edifício. Ali também encontra-se um ladrilho esbranquiçado, com desenhos vermelhos, que conduzia ao banheiro e à cozinha; por último, um cartaz com a legenda “Área restrita”.

Outros depoimentos registrados na CONADEP indicam que o funcionamento do C. C. D. estava a cargo de integrantes das diversas forças de segurança que operavam na área 113, isto é, Exército, Marinha, Serviço Penitenciário e SIDE, e, é claro, Polícia da Província de Buenos Aires.

A transferência daí para outros Centros era contínua e as “legalizações” se operavam frequentemente através das Delegacias de La Plata, mas outras vezes os presos eram alojados muito mais longe, em Delegacias policiais de Avellaneda, Lanús ou do conurbano oeste.

O circuito da área 113 se completou com o “Poço de Arana”.

“Quando cheguei ali, achei que era a entrada do inferno. Os guardas me empurravam de um lado a outro, como se estivessem jogando pingue-pongue; escutava os gritos lancinantes dos torturados e via constantemente passar gente a caminho da máquina”. (Pedro Augusto Goin, Pasta N° 2846).

Durante o reconhecimento efetuado pela Comissão no dia 24 de fevereiro de 1984, as testemunhas indicaram perfeitamente tanto a localização física, nas proximidades das ferrovias, como cada um dos detalhes do edifício, atualmente ocupado pelo Destacamento Policial de Arana, dependente da 5ª Delegacia de La Plata. Esta conexão também existiu enquanto funcionava como C. C. D., segundo se depreende de vários depoimentos:

“Tivemos conhecimento de que o Dr. Fanjul Mahía — dizem seus familiares — esteve seqüestrado na Brigada de Investigações de La Plata; dali foi levado à 5ª Delegacia, onde permaneceu vários meses. Posteriormente foi visto em Arana, na Brigada de Investigações, e de novo em Arana, onde se perde o seu rastro” (Pasta N° 2680).

Pela localização do Centro numa área descampada, o mesmo parece ter sido utilizado de forma habitual para execuções. Existem depoimentos que assinalam o ruído freqüente de disparos, e um ex-prisioneiro que teve oportunidade de percorrer o lugar assinalou a presença de impactos de bala em algumas paredes.

“Fui seqüestrado à uma da manhã, na residência dos meus pais, por pessoal militar a mando do Capitão Bermúdez. Me levaram a Arana, para ser interrogado e torturado. Nesse lugar passava grande quantidade de pessoas, especialmente durante a noite. Eram freqüentes os comentários dos guardas: — ‘Esse é candidato ao buraco’ (Néstor Busso — Pasta N° 2095).

É precisamente a partir de depoimentos oferecidos por dois ex-agentes da Polícia da Província de Buenos Aires que se pode reconstruir o procedimento que empregavam para fazer desaparecerem os restos dos prisioneiros que eram assassinados no próprio campo:

“Eram enterrados em uma fossa existente nos fundos do Destacamento, sempre de noite. Ali se colocavam os corpos para serem queimados, dissimulando o odor característico da queima de carne humana incinerando pneus simultaneamente (...)” (Pasta N° 1028).

Por sua vez, Juan Carlos Urquiza, que atuava como motorista do Delegado

Verdún, declarou ante a Comissão que, ainda que não possa considerar o “Pozo de Arana” especificamente como Campo de “eliminação final”, ele tem elementos para assegurar — graças ao conhecimento do funcionamento do Campo que lhe proporcionava sua posição a serviço de um dos responsáveis do circuito — que ali se realizavam freqüentes execuções, além das mortes ocorridas durante as sessões de tortura:

“A fossa era apelidada de ‘capacha’ e, em outros campos, pude ver outras similares. Eram poços retangulares de dois metros de comprimento por sessenta centímetros de profundidade. Ali colocavam os corpos, borrifavam-nos com diesel e os queimavam” (Pasta N° 719).

“El Vesubio”

Este Centro Clandestino estava localizado em La Tablada, província de Buenos Aires, próximo da intersecção do “Camino de Cintura” com a autoestrada Ricchieri, em um prédio do Serviço Penitenciário Federal. Constituíam-se de três construções, uma delas com porão e uma piscina de natação adjacente. Seu nome-chave para as forças que ali operavam foi “Empresa El Vesubio”; o “grupo de tarefas” estava munido de credenciais que certificavam sua vinculação à dita “empresa”. Sua existência como Centro de Detenção ilegal poderia remontar ao ano de 1975, ainda que então fosse denominado “La Ponderosa” (Pasta N° 7170).

Em 1976 teria funcionado sob a jurisdição do I Corpo do Exército, cujo chefe era o General Guillermo Suárez Mason (Pastas N° 3048, 3524, 3382, 6769, 7170, 2529, 4124, 4151 e 7077), dependendo diretamente da Central de Reunião da Inteligência (CRI), que funcionava no Hospital do Regimento 3 de La Tablada e cujo chefe era o então Coronel Federico Minicucci (Pastas N° 7169, 2262, 98 e 1310).

O depoimento de Elena Alfaro (Pasta N° 3048) resume com precisão as informações principais deste C. C. D., coincidindo outros ex-prisioneiros com tais descrições:

“O General Suárez Mason visitava periodicamente o Campo. No dia da minha soltura fui interrogada por ele a respeito do conhecimento por parte dos meus familiares da minha gravidez e sobre meus planos de vida para quando saísse. O Major Durán Sáenz (corroborado pelas Pastas N° 3048, 3382 e 7170), responsável pelo Campo, vivia ali de segunda a sexta-feira e nos fins de semana viajava para sua casa, em Azul .

“O responsável pelos guardas era o suboficial penitenciário Hinschfeld (confirmado nas Pastas N° 7170 e 3048).

“Também a segurança estava a cargo do pessoal do Serviço Penitenciário Federal, seis suboficiais no total, que montavam guarda nas ‘chuchas’ (espécies de nichos onde estavam os prisioneiros). Essas pessoas eram de importância fundamental para a manutenção do clima de terror imperante no Campo. Deles dependiam os prisioneiros para comer, ir ao banheiro ou fazer a higiene .

“Em junho de 1977, tomou a Chefatura do Campo um grupo de oficiais da Infantaria do Exército, proveniente do Regimento 6 da Infantaria de Mercedes. Todos os integrantes do FTE (Forças de Tarefas Especiais), sob o comando de Suárez Mason, foram promovidos em fins de 1977, como prêmio pelo trabalho realizado. Grupos de Tarefas pertencentes a outras Forças utilizaram as instalações do Campo em diferentes oportunidades, como no caso do meu seqüestro e o do meu marido, Luis Fabri, que foi executado pelo GT 4, da Aeronáutica de Córdoba .

“O regime de terror imperante, a falta de referências, a perda da identidade ao ser designado com um número, a incerteza e as vexações permanentes constituíam uma constante tortura psíquica. Muitas vezes fomos ameaçados com presenciar a tortura de familiares, e em algumas oportunidades assim foi. No meu caso, tive que ver como torturavam meu marido. Outra detida, Irma Beatriz Márquez, foi obrigada a presenciar a tortura de seu filho Pablo, de doze anos”.

De acordo com o que consta nos depoimentos operados nesta Comissão, 34 das pessoas que estavam detidas clandestinamente no “El Vesubio”, em setembro de 1978, foram divididas em grupos. Os prisioneiros, com os olhos vendados e com as mãos atadas nas costas, foram deixadas na proximidade de unidades militares, em veículos fechados. Poucos minutos depois, em todos os casos eram “descobertos” por pessoal militar que conduziu os prisioneiros a diferentes Regimentos ou Delegacias da Província de Buenos Aires.

Já “legalizados”, foram postos à disposição do Conselho de Guerra Especial Permanente, presidido pelo Coronel Bazilis, que se declarou incompetente, passando as causas à Justiça Federal. Num prazo muito breve, o Tribunal Federal, a cargo do Dr. Rívarola, Secretarias de Curutchet e Ganziroli, sustou as causas por falta de provas. Em meados de 1979, as vítimas de todo este processo foram deixadas em liberdade das penitenciárias em que cada um estava. Haviam ficado, no entanto, registradas nos autos as denúncias de algumas das dramáticas situações por eles vividas.

Hoje, continuam nas gavetas da Justiça processos movidos por alguns dos que estiveram detidos no “El Vesubio” (Pastas N° 5235, 5233, 5234 e 5232).

Os edifícios onde funcionavam a “enfermaria”, a “chefatura”, as “cuchas” e o “quirófano” (com sua inscrição “se sabe canta, se não, agüenta”), não existem mais. Foram demolidos ante a iminente visita da Comissão de Direitos Humanos da OEA. No entanto, em fins do ano passado, o Juiz Dr. Ruiz Paz, e este ano a CONADEP, acompanhados por testemunhas, encontraram entre os escombros as lajotas características descritas pelos ex-prisioneiros, também restos das “cuchetas” de cimento armado, e puderam determinar sobre o terreno o local de cada dependência descrita (Pasta N° 3048).

“Sheraton” (ou “Embudo”)

Trata-se de um Centro Clandestino de Detenção que funcionou na Delegacia da Villa Insuperable, localizada na esquina das ruas Tapalqué e Quintana, no distrito de La Matanza. No organograma da repressão, dependia do I Corpo do Exército através do Grupo de Artilharia de Ciudadela.

Um grupo de prisioneiros que lá esteve tomou contanto, através de cartas ou pessoalmente, com seus familiares.

Ana Maria Caruso de Carri e seu esposo, Roberto Eugenio Carri (Pastas N^{os} 1761 e 1771), foram detidos na sua residência em Hurlingham. Suas três filhas foram retiradas, por familiares, da Delegacia de Villa Tesei. Isto aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1977 e dez dias depois Ana María telefonou pela primeira vez para a casa de seus pais. Houve outras chamadas e, em uma ocasião, os dois puderam encontrar-se com suas filhas na praça de San Justo. A partir do mês de julho do mesmo ano, se estabelece um intercâmbio de correspondência entre os seqüestrados e a família. Tanto por ocasião do encontro como para a entrega das cartas, quem atuou como intermediário foi um homem que era chamado "Negro" ou "Raúl".

Este mesmo personagem aparece ante a família de Adela Esther Candela de Lanzillotti (Pasta N^o 5003), intermediando para que esta, que havia sido detida em Ramos Mejía no dia 24 de janeiro de 1977, pudesse visitar a casa de sua irmã ou falar com ela pelo telefone. Como no caso do casal Carri, o último contato se produziu nos últimos dias do mês de dezembro de 1977.

Pablo Bernardo Szir (Pasta N^o 3420) foi detido no dia 30 de outubro de 1976, também em Ramos Mejía. Em novembro desse mesmo ano telefona pela primeira vez para sua família e desde então telefonou e escreveu, até que se encontrou com suas filhas, em junho de 1977. Quem arranjou o encontro foi um homem que se fazia chamar de "Raúl" e dizia pertencer à Polícia da Província de Buenos Aires.

"Me encontrei com meu pai em uma confeitaria de Ramos Mejía. Tinha marcas de torturas, as mãos queimadas por cigarros; faltavam-lhe dentes e estava muito mais magro".

Em agosto e novembro, Pablo Szir volta a encontrar-se com suas filhas e conta que primeiro havia estado na Delegacia de Ramos Mejía e nesse momento estava na de Villa Insuperable, onde também estavam Roberto Carri e a esposa, Adela Candela e Héctor Germán Oestergheld. Além disso, acrescenta que de tempos em tempos eram todos levados ao quartel de Ciudadela, onde lhes faziam escrever um trabalho.

Ana María Caruso de Carri, em uma carta, conta a suas filhas:

"Agora está conosco 'El Viejo' que é autor de 'El Eternauta' e o 'Sargento Kird'. Lembra-se? O pobre velho passa o dia escrevendo histórias em quadrinhos que até agora ninguém tem intenções de publicar."

Juan Marcelo Solar e Graciela Moreno de Rial (Pastas N^{os} 3522 e 1756) tinham sido detidos no dia 29 de abril de 1977 na sua residência em Temperley. Viviam juntos com dois filhos do primeiro casamento de Graciela e outro que era de ambos. Suas famílias também receberam correspondência e chamadas telefônicas de Graciela até dezembro do mesmo ano. Uma vez mais aparece mencionado nas cartas o chamado "Negro" ou "Raúl".

Ana María Caruso de Carri diz, referindo-se ao casal:

“Aqui conosco, faz uns dias, está um rapaz que foi padre durante dez anos e abandonou porque teve problema com o bispo. Depois se casou e tem uma menina de três anos. A mulher também está aqui”.

Confrontando depoimentos, cartas e datas, pode-se determinar que, efetivamente, o ex-padre a que se referia Ana María era Juan Marcelo Soler e das cartas que ambos fizeram chegar à família e a seus filhos surge a evidência de que estavam no mesmo lugar.

Por outro lado, Luisa Fernanda Candela, irmã de Alicia Esther (Pasta N° 5003), relata:

“Quando fui ao Quartel de Ciudadela, vi estacionado nesse lugar o automóvel em que vinham ‘Raúl’ e minha irmã. Era um Citroën cinza. Pedi para falar com o Tenente Coronel Fichero, que nesse momento era autoridade no dito organismo, e me atendeu uma pessoa que se identificou como seu assessor, o Capitão Caino, a quem perguntei por Adela. Me disse que voltasse a vê-lo, que ele ia averiguar. Depois de várias idas e vindas ao Quartel nunca mais me atendeu. Em uma das oportunidades em que depois vi minha irmã, me comentou que haviam dito a ela que minha tia e eu havíamos estado perguntando por ela no Quartel”.

A que se propunham aqueles que tinham detido ilegalmente um grupo de pessoas às quais permitiam manter contato com seus familiares?

Não podemos responder a esta obstinada pergunta.

Transcrevemos dois parágrafos de cartas de Ana María Caruso de Carri:

“...nesse escritório vamos trabalhar quase todos os dias. No outro dia vieram de visita (ao escritório) seis generais, entre eles Vaquero, Sasiain, Jáuregui e Martínez... Os que estávamos ali não éramos todos, mas sim uma seleção de quatro somente, entre os quais estávamos papai e eu”.

“...de toda maneira, existem algumas coisas que nos preocupam. Em primeiro lugar, não sei como vai terminar o nosso caso. Este fim de ano, antes que se concretizassem as licenças, estiveram falando para ver o que faziam conosco; suponho que a discussão deve ter sido na Brigada. Ali houve três posições: uns diziam que a guerra já estava quase terminada e nós já não tínhamos nenhuma utilidade, portanto teriam que matar-nos; outros diziam que já não éramos úteis e que deveriam colocarnos à disposição do P. E. N. e outros diziam que continuávamos sendo úteis e que íamos ser por um longo tempo e portanto não podíamos seguir vivendo nesta situação por tanto tempo. Como não houve acordo, adiou-se a discussão, o que é favorável, creio eu, porque à medida que passa o tempo a coisa acalma e é mais difícil matar-nos” (Pasta N° 1761 e 1771).

Nenhum dos prisioneiros desaparecidos citados acima voltou a ter contato com a família desde esse dezembro de 1977. Seus captores por fim haviam tomado a decisão.

Campo de Mayo

A partir de depoimentos e denúncias que concordavam quanto à descrição de locais, ruídos característicos e desenhos do lugar, realizaram-se duas diligências na guarnição, através das quais se puderam constatar dois lugares que foram reconhecidos pelas testemunhas: um localizado na Plaza de Tiro, próximo ao campo de pára-quedismo e ao aeródromo militar, e o outro pertencente à Inteligência, localizado sobre a estrada B, em frente à Escola de Suboficiais Sargento Cabral.

O primeiro foi o que alojou o maior número de detidos-desaparecidos e era conhecido como o “Campito” ou “Los Tordos”. O acesso dá-se por um caminho que começa ao lado das dependências da Gendarmeria Nacional, que é de terra, e por outro caminho, atualmente asfaltado, que começa em frente ao polígono de tiro em forma perpendicular, à esquerda da estrada que une a estrada 8 com Don Torcuato, por dentro da guarnição.

Os mapas confeccionados com os dados dos ex-prisioneiros coincidem com a carta topográfica do lugar, correspondente ao ano de 1975, obtida no Instituto Geográfico Militar, quanto à existência de três construções grandes e um galpão, nenhum dos quais existe atualmente, notando-se que no lugar correspondente existem pequenas depressões no terreno, e durante a visita as testemunhas reconhecem também escombros pertencentes às antigas construções e detalhes nas árvores e zonas do terreno. Na área as testemunhas localizaram os lugares onde se encontravam os edifícios e galpões que serviram de lugar de cativeiro, pelo qual ficou suficientemente provado, tanto para a Comissão como para as testemunhas, que esse era o lugar onde existiu o C. C. D.

Quando os prisioneiros chegavam ao “Campito”, eram despojados de todos os seus objetos pessoais e lhes era designado um número como única identidade; ali dentro passavam a perder toda condição humana e estariam, daí em diante, DESAPARECIDOS para o mundo.

Javier Alvarez (Pasta N° 7332) lembra:

“A primeira coisa que me disseram foi que me esquecesse de quem eu era; que a partir desse momento teria um número com o qual me manejaria, que para mim o mundo terminava ali”.

Beatriz Castiglioni (Pasta N° 6295), por sua vez, afirma:

“Um sujeito nos disse que estavam em guerra; que eu e meu marido estávamos em averiguação de antecedentes; que seríamos um número; que estávamos ilegais e que ninguém saberia do nosso paradeiro, por mais que os nossos familiares nos procurassem”.

Depois os atiravam em algum dos galpões onde permaneciam acorrentados, encapuzados e proibidos de falar e se mexer; somente eram retirados para serem levados à sala de tortura, situada em um dos edifícios de material.

Juan Carlos Scarpatti (Pasta N° 2819) conta:

“Quando me detiveram, fui ferido com nove balaços. Primeiro me levaram a um lugar que chamavam — segundo soube depois — ‘La Casita’, que era uma dependência da Inteligência. Depois de umas horas, me levaram ao ‘Campito’, onde permaneci sem mais atenção que a de uma prisioneira ginecologista, que me administrou soro e antibióticos na ‘enfermaria’ localizada no mesmo edifício onde se torturava. Nesse lugar não se poupava a tortura a terceiros, e inclusive a morte, para pressionar os prisioneiros a fazer com que falassem. A duração da tortura dependia do convencimento do interrogador, já que o limite era a morte, que para o prisioneiro significava a libertação”.

A senhora Iris Pereyra de Avellaneda (Pasta N.º 6493 e 1639) declara:

“Fui detida junto com meu filho Floreal, de 14 anos, no dia 15 de abril de 1976. Procuravam o meu marido, mas como ele não estava nos levaram à Delegacia de Vilal Martelli. Dali me conduziram encapuzada a Campo de Mayo. Ali me colocaram em um galpão onde estavam outras pessoas. Em um momento escutei que um dos seqüestrados havia sido mordido pelos cachorros que estavam ali. Outra noite escutei gritos lancinantes e logo o silêncio. No dia seguinte os guardas comentaram que com um dos operários da Swift ‘tinham passado das medidas e ele havia morrido’. Sai desse campo com destino à penitenciária de Olmos. O cadáver do meu filho apareceu, junto com outros sete corpos, nas costas do Uruguai. Tinha as mãos e pés amarrados, estava com o pescoço quebrado e mostrava sinais de haver sofrido horribes torturas”.

No dia 22 de abril de 1976, o Comando de Institutos Militares solicita, através de nota, a colocação à disposição do Poder Executivo Nacional de Iris de Avellaneda; nesta nota se especifica a dependência na qual havia estado presa: o Comando de Institutos Militares.

Hugo Ernesto Carballo (Pasta N.º 6279) foi preso no Colégio Militar da Nação, onde prestava seu serviço militar, no dia 12 de agosto de 1976:

“Primeiro me levaram à enfermaria do Colégio, onde me vendaram e amordaçaram. Dali me transportaram numa viatura a um Centro Clandestino, onde me colocaram num galpão grande. Acorrentaram um só pé, porque o outro estava engessado. Havia muitos presos aí e continuamente se ouviam gritos, latidos de cachorros e motores de helicópteros. Permaneci vários dias nesse local, até que me conduziram novamente ao Colégio, junto com dois companheiros. Durante o trajeto fomos espancados até que chegamos e nos deixaram atirados numa peça. Em seguida chegaram vários oficiais, entre eles o General Bignone, que nos disse que na guerra suja havia inocentes que pagavam pelos culpados e nos licenciou até a baixa. Durante meu cativeiro no Campo de Mayo fui interrogado num recinto por um sujeito que se fazia chamar o ‘doutor’. Ao sair dali fizeram com que um grupo de cachorros me atacasse”.

Beatriz Castiglione de Covarrubias, que foi detida junto com seu esposo e estava grávida de 8 meses, declara:

“Levaram meu esposo a um galpão grande. Eu fui conduzida primeiro a um galpão pequeno onde estavam outras pessoas e depois a uma sala de outro edifício. Ai também havia mais prisioneiros. Quando me interrogavam, ameaçavam-me dizendo que tinham todo o tempo pela frente e que depois de ter a criança ‘iam me rebentar’. No dia 3 de maio de 1977, nos comunicaram que iam nos soltar. Nos pediram desculpas porque haviam se enganado. Na viagem, nos disseram que se contássemos alguma coisa do que havia acontecido, nos pegariam de volta e ‘nos rebentariam’, após o que nos deixaram na Zona de Tigre”.

Serafin Barreira (Pasta N° 5462) esteve preso no “El Campito” na mesma época, junto com sua esposa, que também estava grávida e recorda:

“...no lugar, ao qual entramos pela porta 4, tinha muita gente que vinha de diferentes Centros Clandestinos do País. Enquanto estive ali, houve dois partos em outro galpão de material próximo dali. As crianças nascidas eram levadas imediatamente”.

Até meados de 1977, os partos se realizavam nos galpões; nessa data, Scarpati relata que veio ao lugar um médico de Campo de Mayo, que opinou que nesse lugar não havia condições mínimas para atender aos partos, a partir do que as parturientes eram levadas ao Hospital de Campo de Mayo, onde lhes faziam indução e cesarianas no término da gravidez.

O C. C. D. estava praticamente dirigido pelos “interrogadores”, que eram os que tinham a seu cargo as decisões sobre tortura, libertação ou transferência. A guarda era feita por pessoal da Gendarmaria Nacional e o local estava sob a dependência do Comando de Institutos Militares.

Este C. C. D. havia sido preparado para o mês de março de 1976 e, segundo declara diante da CONADEP um membro do GT2 (Oscar Edgardo Rodríguez Pasta N° 7171), foi lhe encomendada a resolução dos problemas logísticos da instalação do campo, a pedido do Chefe da Inteligência de Institutos Militares, Coronel Ezequiel Verplaetsen, para garantir um início de funcionamento rápido e eficaz do C. C. D.

O local constava de três edifícios grandes de material, os banheiros e outras dependências, todos de construção antiga, e dois galpões de zinco.

Esta Comissão, mediante a análise de pastas, dos dados oferecidos pelo Centro de Computação e a exibição de fotografias a testemunhas, conseguiu estabelecer a identidade de um bom número de pessoas das quais não se havia tido notícia alguma desde o seu desaparecimento e que em algum momento passaram pelos galpões deste C. C. D.

Diante destes depoimentos e correlações e das investigações realizadas, chega-se a desvendar o modo de operar deste C. C. D. em que pese a destruição de provas e rastros.

Os detidos que ali estiveram, depois de um tempo, eram transferidos para um destino desconhecido, sendo carregados em caminhões, que em geral se dirigiam até uma das cabeceiras das pistas de aviação próximas.

“As transferências não se realizavam em dias fixos e a angústia adquiria graus desconhecidos para a maioria dos prisioneiros. Dava-se uma rara mistura de medo e alívio, já que se temia e também se desejava a mudança, já que se por um lado significava seguramente a morte, por outro era o fim da tortura e da angústia. Sentia-se alívio por saber que tudo isso terminava e o medo da morte, mas não era o medo a qualquer morte — já que a maioria a teria enfrentado com dignidade —, mas sim essa morte que era como morrer sem desaparecer, ou desaparecer sem morrer. Uma morte na qual quem ia morrer não tinha nenhuma participação; era como morrer sem lutar, como morrer estando morto ou como não morrer nunca”. (Pasta N° 2819).

O outro lugar dentro desta guarnição que serviu como local de interrogatório e de detenção clandestino é o pertencente à Inteligência, conhecido como “La Casita” ou “Las Casitas”, que também foi reconhecido por esta Comissão, com testemunhas.

Mario Luiz Perretti (Pasta N° 3821), conta:

“Me detiveram no dia 7 de junho de 1977, a meia quadra da minha residência, na localidade de San Miguel. Me levaram encapuzado a um lugar onde, ao descerem, me fazem subir uma lomba muito acentuada, como de cimento, introduzindo-me a um lugar que eles chamavam ‘La Parrilla’. Me ameaçaram dizendo que iam trazer minha esposa e meu filho. Lembro que quatro ou cinco dias antes do 20 de junho escutava vozes de comando para fazer marchar os soldados e tambores, e pela noite e nos fins-de semana ouvia que fechavam um caminho de acesso, pelo qual durante o dia passavam veículos.”

Ao efetuar a inspeção ocular, reconhece o aterro existente no local, como a lomba de cimento que o fizeram subir ao chegar.

Também existem denúncias que localizam outro C. C. D. na prisão militar existente em Campo de Mayo (Aldo Rodríguez, Pasta N° 100; Jorge Pampani Pasta N° 4016).

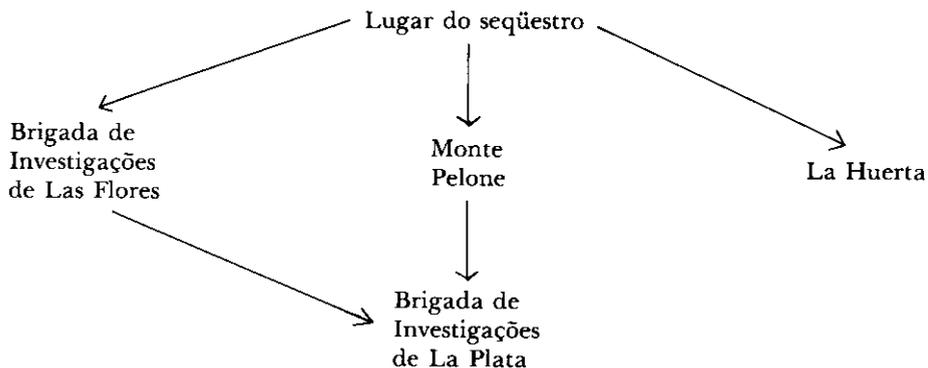
Centros Clandestinos de Detenção de Las Flores, Monte Pelone e Olavarría

Os distritos de Tandil, Azul, Las Flores e Olavarría foram severamente castigados pela repressão. Na sua marcação territorial se seqüestrou, torturou e se manteve a homens e mulheres ilegítimamente privados de sua liberdade, muitos dos quais ainda hoje continuam desaparecidos.

Tal como se depreende do narrado pelas testemunhas, existiu uma estreita vinculação entre estes Campos, localizados na área de Segurança 124, cujo Chefe, no momento dos feitos denunciados, era o então Tenente Coronel Ignacio Aníbal Verdura, por sua vez chefe do Regimento 2 de Atiradores Blindados de Olavarría. Algumas das vítimas apareceram no Regime 2 de Atiradores Blindados de Olavarría. Algumas das vítimas apareceram no Regimento 10 de Tandil, ou na Pri-

são de Azul, correspondente à Subzona de Segurança 12, enquanto que outros continuaram o seu cativeiro clandestino na Brigada de Investigações de La Plata, já na jurisdição da Subzona 11, sob dependência do I Corpo do Exército.

Do material examinado, pode-se concluir que o itinerário mais freqüente imposto aos prisioneiros era o seguinte:



Conta Francisco Nicolás Gutiérrez (Pasta N° 2319):

“...que é seqüestrado de sua casa na cidade de Tandil no dia 13 de setembro de 1977. Perguntam-lhe pela residência de sua filha. É conduzido a Olavarría e depois a Las Flores.

(.....)
“Ao chegar à Brigada de Las Flores e ao não oferecer dados sobre sua filha, é levado assim encapuzado e algemado à máquina, onde lhe aplicam a picana .

(.....)
“Logo o levam a um calabouço; por três dias não lhe dão de comer e escuta a voz de suas duas filhas. No quarto dia, é conduzido a La Plata junto com sua filha Isabel e seu esposo. Na Brigada de Investigações desta cidade, depois que sua filha e o marido foram levados à Arana, para serem interrogados, alojam os três juntos em uma cela”.

Por seu lado, Ricardo Alberto Cassano (Pasta N° 2643) denuncia haver estado seqüestrado no Regimento de Olavarría, em Serras Bayas e em Las Flores pelo espaço de quase dois meses; Carlos Leonardo Genson (Pasta N° 2646) no Regimento de Olavarría; Osvaldo Raúl Ticera (Pasta N° 2644) também; Juan José Castelucci (Pasta N° 2642) relata haver estado em Monte Pelone, onde diz haver visto Jorge Oscar Fernández e explica que para aplicar-lhe a picana elétrica botavam em marcha um gerador, agregando que ali o fotografaram; e Osvaldo Roberto Fernández (Pasta N° 2645), que é levado a Monte Pelone.

Mario Méndez, solto de um Centro Clandestino de Detenção de Tandil, traz à CONADEP um anel com manchas de sangue, que achou no interior de um abrigo que lhe fora entregue enquanto estava prisioneiro. Quando foi exibido à senhora Lidia Gutiérrez, esta o reconhece como o anel de casamento da sua irmã Isabel

(Pasta N° 2320), que permanece desaparecida, assim como seu esposo Juan Carlos Ledesma.

Na diligência realizada pela CONADEP no dia 29 de fevereiro de 1984, as testemunhas Cassano, Genson, Fernández e Lúdia A. Gutiérrez reconhecem o acampamento de Sierras Bayas ou Monte Pelone como o C. C. D. onde estiveram prisioneiros. Genson diz que da barraca onde dormia viu o escudo nacional, na frente de um edifício. Que também os pratos tinham a inscrição do Exército Argentino. Fernández reconhece o desnível da entrada e o piso de madeira de uma das salas e o lugar onde esteve com Genson e Castelucci. Lúdia Gutiérrez reconhece a cozinha e declara que nos pratos dizia "Ejército Argentino". Individualiza um lugar onde estava a guarda.

Tem especial relevância o depoimento de Lidia Araceli de Gutiérrez (Pasta N° 1949), que é seqüestrada no dia 16 de setembro de 1977 de sua casa, na cidade de Olavarría:

"...que um grupo armado foi à sua casa, perguntando pela sua irmã... que no dia seguinte é seqüestrada junto com seu esposo. Sua irmã também foi seqüestrada com seu esposo, Juan Carlos Ledesma, e uma filhinha de ambos, de cinco dias, que não estava ainda registrada; foi abandonada em uma cesta na porta da Delegacia de Cacharí...

(.....)
"Que durante a viagem iam empilhando um corpo sobre o outro, das pessoas que iam seqüestrando...

"Que os levaram à Brigada de Investigações de Las Flores, e relata que viu vários seqüestrados mais, dando seus nomes.

(.....)
"Soube, por sua mãe, que no dito local também havia estado prisioneiro e torturado o seu pai... Também encontra no banheiro roupa e uma bolsa de sua irmã... Que um grupo vai a Monte Pelone e outro à Brigada de Investigações de La Plata,... Que em Monte Pelone, por baixo da venda, pode observar um soldado com uniforme militar fazendo guarda e muita gente com fardetas... Que nesse primeiro dia vinham de tempos em tempos a espancá-los e a ajustar as algemas até que sangrassem os pulsos... Que os que torturavam vinham de fora em um Fiat 1500... Que a comida era pouca e ruim e a higiene nula... Que ao Alfredo Maccarini de Olavarría o torturaram muito e na mesma noite que o trouxeram o levaram... Que não pode garantir que o coronel Verdura torturasse, mas sim que era o responsável por Monte Pelone... Desse lugar, os que saíram foi com esse resultado: Oscar Fernández, morto, estava são; Alfredo Maccarini, desaparecido; Pasucci, mentalmente alterado e Jorge Toledo, que passou a prisioneiro legal e se suicidou na Penitenciária de Caseros..."

Centros Clandestinos de Detenção em Mar del Plata

Tal como aconteceu em outros lugares do País, o trabalho da Delegacia local da CONADEP realizou uma perseverante e minuciosa tarefa de investigação que lhe permitiu estabelecer a existência de seis C. C. D. perfeitamente localizados através das denúncias de um grupo importante de pessoas que haviam estado deti-

das ali entre os anos de 1976 e 1978. Os lugares individualizados, todos objeto de uma inspeção por parte da Comissão Nacional, foram:

- Escola de Suboficiais de Infantaria da Marinha (ESIM)
- Base Naval da Armada
- Base Aérea Militar
- Quartel Central de Bombeiros
- Destacamento Policial de Batán

Estabeleceu-se aqui também a estreita coordenação entre as três Forças, assim como a conexão com outras áreas repressivas. Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento prestado pela Sra. Marta García de Caneloro (Pasta N.º 7305), psicóloga, que foi detida junto com seu marido — advogado —, no dia 7 de junho de 1977 em Neuquén, Capital. Depois de passarem incomunicáveis oito dias, na Delegacia da Polícia Federal, mas com o conhecimento dos seus familiares, que haviam viajado desde Mar del Plata, o casal é transferido para esta cidade, passando antes por uma curta etapa no C. C. D. “La Escuelita”, de Bahía Blanca.

Segundo manifestações do Chefe da Inteligência da VI Brigada de Neuquén a membros da A. P. D. H. dessa cidade, tinham conhecimento da transferência do Dr. Caneloro, e sua informação também chegou ao conhecimento de Marta García de Caneloro, que no último dia de sua detenção em Neuquén, conta como um dos guardas chamava ao GADA 601, “comunicando que já tinham o prisioneiro e perguntando o que faziam com sua mulher...” No entanto, toda informação com respeito aos prisioneiros foi negada por essa repartição militar, assim como por qualquer outra dependência das Forças de Segurança consultada pelos familiares.

Enquanto isso, os prisioneiros eram alojados clandestinamente na Base Aérea de Mar del Plata, onde chegaram com os olhos vendados. O tipo de procedimento utilizado com o casal Caneloro não difere dos utilizados no seqüestro de outras pessoas da zona.

“O avião nos conduziu a Mar del Plata, ao que mais tarde soube ser a Base Aérea. Ao chegar, ouviu-se um grande movimento de gente. Ao descer pelas escadarias do avião, um dos homens disse ao outro: ‘como olham esses otários’. Introduziram-me no porta-malas de um automóvel e fiz nele, por terra, um trajeto muito curto. Desceram-me entre dois e se ouviu um grande movimento de gente que, ao que parece, saía a receber-nos (a meu esposo e a mim). Desci ao redor de 20 a 30 degraus; ouviram-se fechar grandes portas de ferro, supus que o lugar estava debaixo da terra; era grande, já que as vozes ecoavam e os aviões carreteavam por cima ou muito perto. O barulho era enlouquecedor... Um dos homens me disse: ‘Quer dizer que és psicóloga? Puta, como todas as psicólogas. Aqui vais saber o que é bom’, e começou a me dar socos no estômago... O inferno havia começado. Estava no Centro de Detenção ilegal chamado ‘A Cova’, instalação localizada na Base Aeronáutica de Mar del Plata, que havia sido uma velha estação de radar, que já não funcionava como tal. Dirigida por um Conselho pertencente às três Armas, o lugar, com exceção dos momentos de interrogatórios, controles, preparação de operações ou transferências, estava a cargo de pessoas que montavam guarda desde as sete ou oito da manhã até o outro dia à mesma hora. Ao que parece, um deles era o responsável e de maior graduação, pertencente à Aeronáutica, o outro pertencente ao Exército”.

“A última vez que ouvi meu esposo foi no dia 28 de junho. Sempre o levavam pri-

meiro (à sala de torturas) e depois a mim. Esta vez foi o contrário. No meio do interrogatório trouxeram o meu marido, lhe disseram que, se não falasse, iam matar-me. Começaram a aplicar-me a 'picana' para que ele ouvisse meus gemidos e ele me falou gritando: 'Querida, te amo. Nunca pensei que poderiam te meter nisto'. Estas palavras os enfureceram; as últimas frases eram entrecortadas, estavam lhe aplicando a 'picana'; me desataram e me atiraram na minha cela.

"Estavam irritados com ele; seu interrogatório não terminava nunca. De repente se ouviu um grito lancinante, penetrante, ainda o conservo nos meus ouvidos; nunca poderei esquecê-lo. Foi seu último grito; e, de repente, o silêncio. Meu esposo morreu nesse dia, 28 de junho, vítima de torturas". (Pasta Nº 7305).

No entanto, ainda depois da soltura de Marta Candeloro, os familiares continuaram realizando gestões em busca do paradeiro do advogado desaparecido. Em fins de 1979 sua esposa tomou conhecimento de uma comunicação expedida pelo Exército, em resposta a um Habeas-corpus interposto em 1977, na qual se informava que o Dr. Candeloro havia sido abatido em uma transferência, ao tentar escapar, precisamente no dia 28 de junho de 1977. A comunicação havia ficado retida no despacho do Juiz Hoff.

Tal atitude de indiferença ao drama que se viveu, por parte do Poder Judicial de Mar del Plata, lamentavelmente não foi de caráter excepcional. Em troca, muitos advogados do fórum local, em vez de incorrer no desinteresse ou esquecimento como forma de renunciar a suas responsabilidades, realizaram as gestões que lhes foram requeridas, tanto a favor do Dr. Candeloro como também de outros advogados prestigiosos seqüestrados em fins de julho, os Drs. Arestin, Centeno, Alais e Fresneda, cujo destino pode-se esclarecer a partir do depoimento já mencionado:

"Essa noite de espanto e horror, que compartilhei com Mercedes, foi chamada pelos repressores 'a noite das gravatas', já que a quase totalidade dos prisioneiros ingressados era de advogados... Tem muito barulho e música em grande volume; por momentos, os gemidos e gritos dos torturados superam a música... Quando os torturadores se foram, tive a sensação que havia ficado como um toldo de moribundos... O Dr. Centeno se queixava continuamente. Num momento me retiraram da minha cela para que lhe desse água... Estava atirado no chão. Somente pude levantar o meu capuz à altura dos olhos. Pedi que me tirassem as algemas. Não lhe dei de beber com o jarro de alumínio que me alcançaram. Já me haviam avisado. Com uma mão levantei um pouco a sua cabeça, molhei meu vestido e lhe umedeci os lábios. Não sei se foi precisamente no dia seguinte, mas haviam passado várias horas. Os interrogadores voltaram, disseram: 'Tragam Centeno'. Voltaram a torturá-lo nesse estado. Pensamos (com Mercedes, sua companheira de cela) que não ia suportar. E assim foi.

"Assassinaram-no. Arrastaram seu corpo, e devem tê-lo deixado contra nossa porta. Ouviu-se uma batida contra a madeira".

Depois de um tempo, Marta Candeloro foi transferida à Delegacia IV de Mar del Plata, de onde foi liberada meses depois. Junto com outras testemunhas participou da inspeção a esse local, que se mantém sem modificações. Ao contrário, tanto na Base Naval como na Base Aérea as reformas efetuadas são consideráveis,

mas contrariamente às expectativas de quem as ordenou, não impediram o reconhecimento por parte dos denunciantes, que no caso da visita realizada na “Cova”, puderam constatar que todo o local subterrâneo onde funcionou o C. C. D. estava a ponto de ficar dissimulado.

Outro tanto ocorreu com as instalações do C. C. D. localizado na Escola de Suboficiais de Infantaria da Marinha (ESIM), onde um dos alunos, Oscar Horácio Pérez, declarou à CONADEP (Pasta N° 6756):

“Que em 1978, presume que pode ser julho ou agosto, pôde observar, enquanto montava guarda no Farol, uma ambulância de cor branca, colocada com a traseira para umas construções que se encontravam justamente em frente ao paiol e dissimuladas por uma duna. Nessas circunstâncias, vê que retiram das construções mencionadas uma padiola e uma bolsa branca de dimensões regulares, ambos elementos os introduzem na ambulância... Diante desta situação, comunica-se com a guarda central, que lhe responde que deixasse de olhar e se mantivesse no seu posto, caso contrário lhe aplicariam uma sanção. Também quer declarar... que no ano de 79, nos últimos dias de fevereiro, se aproxima do lugar mencionado e junto com um grupo de aspirantes, lhes ordenam destruir essas construções, podendo constatar que eram celas de construção precária e de dimensões muito reduzidas” (Pasta N° 6756).

Por sua vez, um ex-cabo aspirante da ESIM, que declarou por ocasião da ida da Comissão a essa repartição, expõe:

“O posto de guarda, onde lhe tocou montar guarda repetidas vezes, localizado sobre a praia, hoje não existe, com exceção de umas chapas que ficaram na areia. Que à sua esquerda está o Paiol, local no qual se atiravam os prisioneiros... Que era do conhecimento, entre o pessoal, que o recinto localizado à direita, logo descendo a escada, era utilizado como sala de torturas. O mesmo estava recoberto por fibra de vidro... Que o declarante tinha ordem expressa de custodiar os prisioneiros; que de noite não entravam, só de dia, e eram levados encapuzados. Que numa oportunidade viu um grupo de seis ou sete pessoas de ambos os sexos sem capuz, vigiadas por pessoal armado. Que noutra oportunidade viu que uma jovem era arrastada pelos cabelos rumo ao Paiol, pelo caminho que então era de terra, e que isto aconteceu no verão de 1978”. (Ata do dia 27 de junho de 1984).

Centros Clandestinos de Detenção na jurisdição do II Corpo do Exército

Chaco

Dependente da VII Brigada de Infantaria com sede na cidade de Corrientes as operações repressivas se coordenaram através da Brigada de Investigações de Resistência onde, segundo denúncias recebidas, já se haviam verificado casos de seqüestros e torturas durante o ano de 1975.

Quando este método se institucionalizou, organizou-se um circuito de lugares para serem utilizados como centros ilegais de detenção e tortura.

“Fui detida no dia 29 de abril de 1976, junto com meu filho de 8 meses de idade, na cidade de Resistência. O pessoal que participou era da Brigada de Investigações do Chaco. Imediatamente me trasladaram à dita Brigada, que se encontra localizada a poucos metros da Casa do Governo .

(.....)
“Nesse lugar me despiram e me submeteram a torturas constantes na ‘picana’ e pancadas, pelo espaço de 48 horas, na presença do meu filho.

(.....)
“Mesmo assim, fui violentada e espancada na planta dos pés com um martelo, durante três horas. No sexto dia me levaram aos calabouços de recuperação, onde fui visitada, interrogada e ameaçada de morte pelo Coronel Larrateguy — Chefe do Regimento do Chaco. Nesse lugar permaneci presa junto com vários fuzilados no dia 13 de dezembro em Margarita Belén.

(.....)
“Depois me levaram à Prefeitura. Várias vezes mais se repetiram essas transferências com torturas e ameaças.

(.....)
No dia 23 de abril de 1977, em San Miguel de Tucumán, foram seqüestrados, por pessoal uniformizado e à paisana, minha sogra N. D. V., de 62 anos, e meu filho, de um ano e oito meses. Meu menino foi entregue na Sede Central da Polícia Provincial, depois de 48 horas. Minha sogra ainda permanece desaparecida.

“Me submeteram ao Conselho de Guerra e a condenação que me aplicaram — 24 anos e 11 meses de reclusão — foi deixada sem efeito pela Corte Suprema de Justiça no dia 5 de dezembro de 1983 (5 dias antes de assumirem as autoridades democráticas)” (G. de V. Pasta N° 3102).

Goya

Em meados de maio de 1977, começou a funcionar na cidade de Goya um C. C. D. dependente do Batalhão de Comunicações 121.

“Fornos levados em uma camioneta até o Hípico, que fica na Av. Sarmiento, em frente ao Batalhão de Comunicações” (Coronel — Pasta N° 5677).

A maioria dos seqüestrados, nesse lugar, eram agricultores e membros das Ligas Agrárias Correntinas. Em quase todos os casos, o pessoal encarregado dos seqüestros atuava com o rosto descoberto, razão pela qual os prisioneiros puderam identificar quase todo o grupo. Além disso, muitos deles se conheciam entre si, por se tratar de uma população relativamente pequena.

Entre os ali detidos estiveram Pedro Crisoldo Murel — seqüestrado em Claypole, Província de Buenos Aires — e Abel Arce, hoje desaparecidos, que foram transferidos deste Centro de Detenção até a Prefeitura de Resistencia.

Os prisioneiros que não foram levados à Resistencia passaram do “Hípico” ao Batalhão 121, de onde comunicou-se a seus familiares que estavam detidos e à disposição do Poder Executivo Nacional. Não foi o caso do sacerdote Victor Arroyo, da diocese de Goya, que foi liberado diretamente do Centro Clandestino, depois de cinco dias de detenção.

Formosa

Os C. C. D. que funcionaram na Província de Formosa foram o RIM 29 (Regimento de Infantaria de Monte N° 29), com sede em Formosa, e a "Escolinha" de San Antonio, instalada na Divisão de Abigeato da Polícia Provincial. Sua chefia, instalada no mencionado Regimento, dependia da VII Brigada de Infantaria de Corrientes, sob o comando do General Cristino Nicolaides, durante o primeiro ano do "Processo".

"Fui detido no dia 5 de agosto de 1976, recém passada a meia-noite, por um grupo de umas doze ou quinze pessoas, entre militares e civis. Procuravam minha filha, que não se encontrava ali.

(.....)
"Me transferiram, sem vendas, ao Regimento de Infantaria de Monte N° 29, onde permaneci num corredor até as 18 horas desse mesmo dia. A essa hora me levaram a um recinto por trás da Guarda, onde pude observar um grande número de pessoas vendadas e algemadas, que se encontravam em compartimentos separados como se fossem cavaliárias.

(.....)
"Permaneci no Regimento 29 mais 90 dias, podendo ver várias pessoas que hoje continuam desaparecidas, entre elas Zulma Cena, com quem fui acreado" (Osiris L. Ayala — Pasta N° 6364).

Carlos Rolando Genés foi visto por Ismael Rojas (Pasta N° 6363), no RIM 29. Carlos era recruta e aluno da Escola Nacional de Comércio, de Formosa, e portabandeira do turno da noite. Foi seqüestrado na mesma escola.

"No Regimento me informaram que se formaria um Tribunal militar para determinar o grau de culpabilidade do meu irmão, por se encontrar servindo à Pátria. Acusavam-no de ter dançado em um festa com uma extremista e estava comprometido. No domingo 19 de setembro de 1976, às 13 horas, um oficial se apresentou na minha casa e me ordenou que o acompanhasse ao Regimento. Ali deu-me a notícia de que meu irmão havia falecido em consequência de um auto-estrangulamento com uma camisa, e que ao cair havia sofrido uma batida na coluna, falecendo por falta de atendimento. Esse militar me pediu que não contasse a verdade a minha mãe, porque era muito triste" (Teotista Genés de Ortiz - Pasta N° 6957).

"A Escolinha"

"Fui detido na minha casa, na localidade de Ibarreta, Formosa, por pessoal da Polícia Provincial. Não me registraram no livro de entradas. Depois de 24 horas fui transferido, por pessoal à paisana, para o Regimento de Infantaria de Monte N° 29. Ali me despiram, me vendaram e despojaram dos meus pertences. Num caminhão, nos levaram a um lugar que logo reconheci como 'A Escolinha' ou 'San Antonio', onde me torturaram, assim como aos outros prisioneiros. Pude conversar com o Dr. Fausto Carrillo, advogado paraguaio exilado em Formosa, hoje desaparecido, que se encontrava muito mal por causa das torturas. Havia perdido as unhas. Du-

rante as sessões de tortura, me fizeram assinar vários papéis, cujo conteúdo eu desconhecia, mas que foram usados contra mim no Conselho de Guerra ” (Ismael Rojas - Pasta N° 6363).

Por ser Formosa uma província limítrofe, registraram-se casos de coordenação repressiva entre os Serviços de Inteligência de ambos os países, o que permitiu a troca ilegal de prisioneiros. Tal é o caso do Dr. Carrillo, citado por Rojas, cuja esposa, de nacionalidade argentina, foi seqüestrada em Assunção, onde se encontrava visitando seus sogros; o advogado paraguaio se encontrava preso na “Escolinha” de Formosa (Dr. Francisco Javier Diaz de Vivar- Pasta N.1739).

“Em uma oportunidade, me levaram a um lugar distante 30 minutos do RIM 29. Ali, um guarda, na língua guarani, disse: ‘Aqui tem um que não é paraguaio. Digam ao capitão que não queremos levar gente que não seja paraguaia’. Levaram 14 prisioneiros e a mim me reintegraram ao Centro Clandestino” (Osiris L. Ayla - Pasta N° 6364).

Misiones

Os C. C. D. de Misiones registrados na Comissão Nacional, são: O Esquadrão 8 “Alto Uruguay”, da Gendarmaria Nacional, a “Casinha”, próxima ao Rowing Club de Posadas, o Serviço de Informações da Polícia Provincial, a 1ª Delegacia de Polícia da Província e a Delegação da Polícia Federal. Algumas destas repartições só foram utilizadas como lugares transitórios para prisioneiros clandestinos. Os Centros de Misiones estavam intimamente conectados com outros, instalados em províncias vizinhas, e sobretudo com a Brigada de Investigações do Chaco, todos sob jurisdição do II Corpo de Exército, com sede em Rosário. Se bem que não foram grandes ‘campos’, da mesma maneira que outros instalados em zonas mais densamente povoadas do nosso País, se identificam com eles pela crueldade dos métodos empregados, já que a tortura indiscriminada foi o denominador comum.

“Sendo delegado da Federação Argentina de Trabalhadores Rurais e Estivadores, em Apóstolos, fui detido em 8-12-75 e levado a dependências do Regimento 30 de Infantaria de Monte, de onde me levaram ao Distrito Militar Misiones. Fui interrogado por uns oficiais que, ao não obterem resposta de minha parte, me levaram a uma casa ‘operacional’, onde fui torturado durante dois dias. Me levaram logo ao Esquadrão I Alto Uruguay, da Gendarmaria. Voltaram a torturar-me e fui obrigado a assinar declarações” (Raúl Tomás Giménez - Pasta N° 6947).

“Fui detido à saída do meu trabalho, em Posadas, no dia 5 de outubro de 1976, por pessoal à paisana pertencente ao Serviço de Informações da Polícia da província... Fui introduzido no porta-malas de um carro e conduzido a uma casa fora da cidade de Posadas, localizada nas vizinhanças do Club Rowing. Esse lugar era utilizado para interrogatórios, onde além das torturas habituais com ‘picanas’, pancadas, simulacros de fuzilamentos e queimaduras, dependurava-se os prisioneiros pelos braços ou pés. Sofri todas essas torturas. Estando às bordas do delírio por causa da sede, um dos guardas esvaziou um pacote de pimenta na minha boca. Depois fui novamente levado à Informações, sendo torturado com ‘picana’ para obrigar-me a assi-

nar uma declaração, coisa que não pude fazer, já que tinha os dois braços paralizados de forma total. Ameaçaram levar-me de novo à 'casinha', ou 'escolinha para mudos' como a chamavam entre eles. Isto aconteceu dois dias antes que me transferissem à Prisão de Resistencia" (Ricardo Cáceres - Pasta N° 7698).

"Fui seqüestrado no dia 20 de outubro de 1976. Os seqüestradores, estando eu meio vestido e atando minhas mãos com meu próprio cinto, meteram-me em uma camioneta e me encapuzaram. Levaram-me a um lugar que não pude reconhecer, onde havia uma grande quantidade de pessoas. Ali fui 'picaneado'. Antes de ser levado à Informações da Polícia Provincial, estive alojado em um lugar que posteriormente pude reconhecer como a Delegacia da Polícia Federal, em Posadas. Ali fui submetido a outra sessão de torturas com pancadas e 'picanas'. Nessa oportunidade perdi uma unha do polegar do pé direito, em circunstância que não posso recordar" (Aníbal Rigoberto Velázquez - Pasta N° 7699).

Centros Clandestinos de Detenção em Santa Fe

A partir das denúncias registradas na Comissão, pode-se estabelecer a existência de quatro C. C. D. que funcionaram como circuito dentro da repressão clandestina. Todos eles — sob a jurisdição do II Corpo do Exército — correspondem à Área de Segurança 212, cujo chefe era, em 1976, o Coronel Rolón (Pasta N° 7503), enquanto que o Coronel José María González (Pasta N° 7503), do Grupo de Artilharia 121, durante esse ano e o seguinte, era o Chefe de Polícia da Província de Santa Fe. E era precisamente a Brigada de Investigações, situada na Obispo Gelabert e San Martín, o lugar de recepção de prisioneiros, tanto da capital como dos arredores. Depois de um curto processo de "amolecimento", eram conduzidos à 4ª Delegacia, o Centro de Reunião de Informação (CRI) da área. Quando o número de prisioneiros assim o requeria, alguns eram desviados a um local da U. D. A. (União de Docentes Argentinos), que não era ocupado pelo sindicato e se converteu em uma espécie de "agüentadouro" para detidos clandestinos.

O final do circuito era a Guarda de Infantaria Reforçada, de onde geralmente eram "legalizados" e remetidos a uma prisão legal, ou liberados. E cabe assinalar que o aspecto particular desta área é sem dúvida a proporção considerável de pessoas que reapareceram de uma ou outra forma, depois de padecer todo tipo de penúrias no circuito clandestino. O resto da metodologia, incluindo o roubo e saque, não oferece diferenças com as denúncias registradas em outras zonas do País.

A Sra. Mónica Martínez (Pasta N° 7509) é seqüestrada em Reconquista (Santa Fe), no dia 19 de outubro de 1976. Doze horas depois, é levada à cidade de Santa Fe, às dependências policiais localizadas em *Obispo Gelabert* e *San Martín*. É espancada e torturada com "picana" durante vários dias. Em fins de novembro, é conduzida "a uma casa desocupada", junto com outras cinco pessoas, localizada na rua San Martín, em frente ao Convento de San Francisco. Nas paredes pode ver cartazes pertencentes à "UDA". Ali permanece 10 dias, para ser depois levada à 4ª Delegacia, onde permanece dois meses. No dia 1º de fevereiro de 1977, é levada à Guarda de Infantaria Reforçada, ficando ali até o dia 2 de maio de 1977, quando é legalizada e conduzida a Devoto.

Brigada de Investigações

Era um lugar de torturas e “amolecimento”. Torturava-se na “sobreloja”, quer dizer, debaixo da casa do Chefe da Polícia Provincial, localizada no andar de cima. Os seqüestrados recém-chegados, geralmente, eram ali recebidos, não só da cidade, mas também de outros pontos da província.

“Nessa mesma noite, fomos levados de Reconquista a Santa Fe, em um microônibus da Força Aérea, junto com outros onze detidos. Fomos alojados na ‘Obispo Gelabert e San Martín’, onde nos vendaram os olhos e nos algemaram” (Depoimento de Alejandro Faustino Córdoba - Pasta N° 7518).

Guarda de Infantaria Reforçada

Trata-se de um Centro de Detenção que recebia detidos-desaparecidos e que os “repassava”. “Repassá-los” significava “legalizá-los”, passando-os às unidades carcerárias da zona.

Stella Maris Vallejo (Pasta N° 7505) e Patricia Traba (Pasta N° 7505/1) foram “repassadas” da Delegacia em que estavam à Guarda de Infantaria Reforçada. A operação estava a cargo do Delegado Perizotti (Pasta N° 7474 e 7505). Permaneceram durante um ano nesse lugar.

“Durante os primeiros meses fomos constantemente interrogadas nesse lugar, encauzadas e sob ameaças, por pessoas que não se identificavam. A transferência do quarto onde estávamos, até o lugar do interrogatório, era efetuada por pessoal da Guarda de Infantaria Reforçada”. Posteriormente foram ‘legalizadas’.

4.ª Delegacia

Apesar de tratar-se de um “local legal de detenção”, recebiam constantemente “detidos não reconhecidos”. Evidentemente, considerando que quase todos os depoimentos que foram recolhidos pela CONADEP, Delegação Santa Fe, assinalam que em alguma oportunidade passaram por este lugar, concluímos que se tratava de um Centro de Informação. A tortura e os maus tratos eram o método de interrogatório.

“Nesse lugar éramos 26 ou 27 pessoas detidas. Enquanto nos torturavam, ligavam um motor para evitar que se escutassem os gritos lá fora” (Alejandro F. Córdoba, Pasta N° 7518).

Outras denúncias assinalam que foram levados presos detidos na prisão de Coronda para serem torturados e interrogados na 4.ª Delegacia (Efren I. Venturini, Pasta N° 7508 e Roberto Cepeda, Pasta N° 7474).

Em novembro de 1977, Ruben Viola (Pasta N° 7519) é retirado da Penintem-

ciária de Coronda e levado à 4.ª Delegacia. Ali é novamente torturado e assina uma declaração. Após várias sessões de tortura, é interrogado pelo Secretário do Tribunal Federal, Dr. Brusa (Pasta N.º 7474 e N.º 7519), na própria Delegacia; quando o declarante mencionou ao magistrado as ilegalidades que havia sofrido, este riu-se e aconselhou-o para que não insistisse com isso, porque poderiam tratá-lo pior ainda. E voltaram a levá-lo a Coronda.

Do mesmo modo, Ruben Maulin (Pasta N.º 7525) e Juan Carlos Pratto (Pasta N.º 7526) dizem, em seu depoimento, que:

“Quando nos tomam as declarações indagatórias na 4.ª Delegacia, na presença do Juiz Federal Mántaras (Pasta N.º 7474 e N.º 7518) e dos Secretários Monti (Pasta N.º 7474) e Brusa (Pasta N.º 7474 e 7519), estávamos descalços, molhados e com sinais de ter recebido torturas de todo tipo; e, como ignorando o nosso estado, perguntavam-nos se havíamos sido objeto de maus tratos, e diante de nossa resposta afirmativa responderam: ‘isso foi carinhoso, vocês é que são uns frouxos...!’”.

Centros Clandestinos de Detenção em Rosario

Esta parte importante do País encontrou-se sujeita à ação do II Corpo do Exército, cujo comando tem sede em Rosario e no qual se sucederam os generais Genaro Díaz Bessone, Leopoldo Fortunato Galtieri e Arturo Jáuregui, durante os anos da repressão.

Na área em referência, o número de desaparecimentos foi menor em comparação com outras zonas do País, mas com a mesma cota de ilegalidade nas detenções, torturas e crueldades, que muitas vezes culminaram em assassinatos.

As características de funcionamento dos Grupos de Operação no sul da província de Santa Fe variam segundo as zonas. Villa Constitución mostra algumas particularidades trágicas, já que nessa localidade o terror espalhou-se na população como um todo. A repressão nesta populosa zona fabril começou antes do dia 24 de março de 1976, com o acionar das “3 A” e outros grupos parapoliciais:

“Vivia com meu pai, minha mãe e dois irmãos. O grupo que irrompeu na minha casa estava à paisana retiraram-nos do quarto e o chefe nos passou um papel para que assinalássemos se conhecíamos algumas pessoas. Havia três nomes, os de Andino, Ruescas e Tonso... Meu pai chamava-se Pedro Antonio Reche e trabalhava em Acindar. Levaram-no, e pela manhã um homem encontrou seu cadáver e os de Tonso e Andino no caminho ‘La Blanca’”.

(Depoimento de Rubén Pedro Reche).

O depoente anexa uma revista, onde reconhece o chefe da operação: Aníbal Gordon (“Gente”, 12 de fevereiro de 1984).

Os trabalhadores de Acindar foram objeto de constantes represálias, e dos diversos depoimentos recolhidos surge a participação combinada de organismos de segurança com um grupo não governamental denominado “Los Pumas” (Os Pumas).

A esse respeito, é válida a descrição do Delegado inspetor Carlos Roberto Rampoldi, que exercera o cargo de Chefe do Serviço de Informações de Villa Constitución; no seu depoimento:

"...nesse momento, o grupo 'Los Pumas' já estava acantonado na fábrica Acindar, cumprindo tarefas. Este grupo tinha sua 'base' perto de Vera e nesse momento havia na Villa uma Força de Tarefa composta por uns 40 homens... Ficavam um mês e renovavam-nos por novo contingente; eram dirigidos por pessoal de baixa categoria... com respeito ao caso de Jorge Sklate... Nessa época estavam 'Los Pumas' e a Forças de Tarefas. Eu lhes peço verbalmente notícias, mas declaram que não sabiam que iam averiguar".

A partir de 1976, os detidos começam a ser conduzidos a dependências do Exército, como se depreende do depoimento de José Américo Giusti perante a CONADEP, Seção Rosario:

"No dia 1º de outubro de 1976, fui detido pelo Exército na minha oficina em Villa Constitución. Levaram-me em um caminhão militar até meu domicílio particular, para que eu trocasse de roupa. Ao sair da minha casa, vendaram-me os olhos, cobriram-me com uns cobertores e, depois de dar umas voltas, deixaram-me em um galpão do Exército".

Os seqüestrados nas localidades próximas a Rosário, em grande parte, confluíam ao C. C. D. do Serviço de Informações da Chefatura de Polícia Provincial, que centralizava a ação repressiva. Por ali passaram centenas de seqüestrados. O Centro era dirigido pelo Chefe de Polícia, Comandante da Gendarmaria Agustín Feced, que, de acordo com os depoimentos recebidos, seqüestrava e torturava pessoalmente:

"Feced me falou que iam levar minha filha à Chefatura e que ela me seria entregue. Disse-me que me entretivesse olhando as fotos de uns álbuns de grande tamanho. Não pude ver mais do que duas páginas. Eram fotos a cores, de corpos destroçados, de ambos os sexos, banhados em sangue. Feced me disse que o que estava vendo era só uma amostra, que ele era o homem-chave que ia varrer com a subversão" (Depoimento de Teresa Angela Gatti, nos autos rotulados "Agustín Feced e outros").

Relata o agente de polícia Héctor Julio Roldán:

"...Por ordem do Comandante, foram levados para a rua. Fizeram-nos sentar dentro do carro, que era um Fiat 128 azul-celeste, e o Comandante Feced, de outro carro, disparou neles à queima-roupa, com uma metralhadora portátil".

Depõe no mesmo sentido o agente Carlos Pedro Dawydowyz, da Seção Manutenção dos veículos empregados pelo Serviço de Informações, de 1976 a 1978:

“...no ano de 1977, aproximadamente, foram retiradas 7 pessoas do Serviço de Informações... levadas até Ibarlucea (localidade próxima a Rosario), sob pretexto de que seriam transferidas a Coronda. Estes indivíduos não eram ‘legais’, estavam ‘seqüestrados’; não estavam registrados em Livro de Entradas nenhum, nem nada semelhante; haviam sido detidos dois ou três dias antes. Em Ibarlucea, fazem-nos descer próximo à Delegacia, mais ou menos 150 metros antes, e crivam-nos de balas. Nessa oportunidade estava Feced, que comandava tudo e gritava aos funcionários que estavam dentro da Delegacia, ele mesmo atira com uma metralhadora contra a frente do edifício, a fim de parecer que era uma tentativa de invasão da Delegacia. Eu estava presente nessa oportunidade e pude ver tudo o que se passou...”

Em outras oportunidades, em vez de levá-los ao Serviço de Informações, os seqüestrados eram encaminhados a algum dos tantos Campos de Detenção que existiram nessa zona. Entre eles podemos citar a Fábrica Militar de Armas Portáteis, localizada na Av. Ovidio Lagos, nº 500, da cidade de Rosario.

“Em fins de junho visita o local Galtieri. Nesse dia nos deram mate cozido com açúcar e nos fizeram tomar banho. O Comandante entrevistou cada um pessoalmente. A mim perguntou se sabia quem ele era; disse-me que era a única pessoa que podia decidir sobre a minha vida” (Depoimento de Adriana Arce).

“Disseram-nos que tínhamos um número e que quando chegasse a pessoa que viria ver-nos, e nos chamassem por esse número, tínhamos que responder. Nessa noite veio o Segundo Comandante Jáuregui” (do mesmo depoimento anterior).

No caso de serem “legalizados”, os seqüestrados eram remetidos à Prisão de Coronda — no caso dos homens — e à Penitenciária de Villa Devoto, da Capital Federal — quando se tratava de mulheres —, geralmente “à disposição do PEN”. Quando cessava sua condição de preso, na maioria dos casos eram remetidos novamente a Rosario, em especial à sede do Comando do II Corpo do Exército. Ali era-lhes dirigido um discurso antes de deixá-los em liberdade.

“Galtieri nos perguntou os nomes, um por um. Quando chegou a minha vez, me fez uma peroração sobre sua satisfação em dar-me a liberdade em nome do Presidente dos argentinos, o Gen. Videla. Aconselhou-me a lembrar sempre as cores da nossa bandeira, ‘que cobrem o céu de nossa Pátria’. Que fosse à minha casa, que ajudasse minha nora a cuidar de suas filhas e, cúmulo da ironia, me pediu que esquecesse tudo que havia passado e que não odiasse o Exército. Eu quero responsabilizar Galtieri pela destruição da minha família. (Depoimento de Juana Elba Ferraro de Betanin, que, além da sua prisão e tortura, sofreu a perda de seus três filhos).

Fábrica Militar de Armas Portáteis “Domingo Matheu”

A 13 de setembro de 1984, membros da Comissão Nacional, junto com a Delegação Rosario, estiveram na Fábrica Militar “Domingo Matheu”.

Procederam ao reconhecimento das instalações, segundo as descrições feitas por quatro testemunhas que entrevistaram no reconhecimento, pedindo sigilo sobre

seus nomes. Estas testemunhas identificaram claramente a parte do prédio da Fábrica Militar que estava reservada ao alojamento de prisioneiros: a que dá para a rua sem nome, mais conhecida como Paredão Sul. Ali, por uma porta construída em fins de 1976, ingressavam os veículos que transportavam os prisioneiros, que eram temporariamente alojados em uma cozinha, que também foi reconhecida de imediato pelas testemunhas no decorrer da "visita". Da cozinha as testemunhas puderam localizar a sala de torturas contígua. Os presos, algemados e vendados, aguardavam na cozinha sua vez de passar à sala de torturas. Um pouco mais adiante, encontra-se uma velha cavalaria, onde eram alojados os prisioneiros, que ali ficavam amontoados, em péssimas condições de salubridade, todos sofrendo as conseqüências dos tormentos e sem tratamento médico algum.

Os detidos ilegalmente na antiga cavalaria, nas mencionadas condições, eram visitados periodicamente por pessoal militar.

Centros Clandestinos de Detenção na Província de Córdoba

Na Província de Córdoba, os de principal atividade ilegal foram os denominados: "La Ribera", "La Perla", "La Perla Chica", "Hidráulica" e a Divisão de Informações da Polícia Provincial. Conectados com estes Centros funcionaram a Delegacia de Unquillo, a Subdelegacia de Salsipuedes e o Destacamento Rodoviário da localidade de Pilar.

Constituíram um verdadeiro sistema que se completava com a Unidade Penitenciária N° 1, de Córdoba, destinada a alojar em condições sub-humanas prisioneiros "legalizados" que — depois de passar por alguns dos Campos — eram submetidos a Tribunais Militares ou postos à disposição do PEN.

A guarda dos Campos sob dependência militar e da UP 1 esteve a cargo da Gendarmaria Nacional, através do Destacamento Móvel N° 3, com sede na cidade de Jesús María.

"La Ribera"

A Prisão Militar de Ajuizados "Campo de la Ribera" transformou-se em C. C. D. a partir de 1975. A investigação realizada permitiu corroborar tal funcionamento.

"Nos enviavam a 'La Ribera' por períodos de vinte dias aproximadamente, sempre acompanhados por oficiais de Gendarmaria... Estive ali seis vezes e pude observar uns trinta presos, homens e mulheres, alojados em uma sala. Todos os dias vinham membros da Inteligência do Batalhão 141. Quando o faziam pela noite, geralmente traziam 'pacotes', como eram chamados os prisioneiros. Quando os levavam para interrogar, às vezes nos ordenavam que os 'amolecêssemos', o que consistia em submetê-los a duros castigos em um terreno localizado nas proximidades do rio" (Depoimento do Gendarme Carlos Beltrán, Pasta N° 4213).

"Existia uma sala para os interrogatórios. Ali pude ver como se torturaram os prisioneiros, submergindo-os em um tonel com água. Entre os interrogadores, lembro

do 'H. B.', 'Gino', 'Vargas' e 'Fogo' (Gendarme José María Domínguez - Pasta N° 4213).

Pode-se afirmar com precisão, a partir da declaração do Ten. Cel. Juan Carlos Lona, prestada ante o Tribunal Federal N° 2, em 27 de junho de 1984, bem como de outros registros que corroboram, que a retirada, no mês de dezembro de 1975, do pessoal ordinário que cumpria funções na dita prisão militar, significou a sua transformação em prisão clandestina.

"Exerci, entre 1971 e 1977, o cargo de Chefe da Prisão Militar de Ajuizados de Córdoba. Em dezembro de 1975, em cumprimento a ordens emanadas do Comando do III Corpo do Exército, transferiu-se todo o pessoal à Guarnição de La Calera. A responsabilidade direta sobre os civis que pudessem estar alojados ali passou ao mencionado Comando".

A denúncia apresentada por esta Comissão à Justiça, sobre o caso de Amelia Névida Inzaurrealde — que foi retirada da prisão de Buen Pastor e transferida à La Ribera, onde faleceu em consequência das torturas — motivou o processo do Gen. Juan Bautista Sasaiñ. O Juiz da causa, Dr. Gustavo Becerra Ferrer, é eloquente no respaldo do exposto, quando diz textualmente, nos considerandos de sua resolução:

"Em consequência, atento ao cargo que detinha o declarante (o qual permite ter suas declarações como uma fundamentada e autorizada versão), está claro que o responsável imediato pela Prisão Militar era o processado Sasaiñ, e, num posto hierárquico superior, o Comandante do Corpo, o General Luciano Benjamin Menéndez.

(.....)

"Que de acordo com o determinado retro, pode-se observar claramente que o local de detenção 'Campo de la Ribera' não era uma 'Prisão Militar', mas sim um estabelecimento de Detenção de Civis que conservou, no entanto, esta última denominação, que não é discutível como tal, mas sim em razão de sua finalidade em tal sentido; conforme o organograma confeccionado por Sasaiñ na pg. 93, a responsabilidade funcional máxima correspondia ao titular da área 311".

"La Perla"

Foi o C. C. D. mais importante de Córdoba, localizado na rodovia nacional n° 20, que leva a Carlos Paz, onde funciona atualmente o Esquadrão de Exploração de Cavalaria Aerotransportada N° 4.

Por seu volume, natureza e capacidade de operação, é somente comparável ao Campo de Mayo ou à ESMA. Foi incorporado à rede de C. C. D., a partir do golpe militar.

Estima-se que por esse campo tenham passado mais de 2.200 pessoas, entre essa data e fins de 1979.

De "La Perla" se coordenou a atividade repressiva ilegal em todo o território

da Província. Desaparecimentos ocorridos a centenas de quilômetros foram planejados e dirigidos dali; também se manejavam as conexões com os Centros Clandestinos do centro do País.

Esta Comissão realizou verificações em “La Perla”, com a participação das testemunhas que reconheceram todos e cada um dos lugares onde viveram dias de horror.

O gendarme Beltrán também cumpriu funções de guarda em “La Perla”, as quais tinham as mesmas características que em “La Ribera”:

“Em ‘La Perla’, montávamos guarda externa nas guaritas de vigilância e interna no edifício. Nós, gendarmes, éramos encarregados de levar os prisioneiros a uma sala onde havia um cartaz que dizia: ‘Sala de terapia intensiva — não se admitem doentes’. Ali presenciei torturas a presos. Mencionava-se insistentemente que o chamado ‘Yanqui’ era um delinqüente comum que havia sido retirado da prisão por ordem expressa do Gen. Menéndez, para cumprir com todas as tarefas específicas relacionadas com os automóveis. Lembro-me de ter visto em três oportunidades o Comandante do III Corpo. Uma foi em alguma data patriótica e as outras duas foram inspeções à sala de interrogatórios, de dormitório dos prisioneiros e de uma sala onde se guardavam os elementos subtraídos das invasões e seqüestros” (Gendarme Carlos Beltrán, Pasta N° 4213).

“Em uma oportunidade, pude observar, na sala de torturas, a morte de um dos prisioneiros. O corpo foi logo retirado da sala e colocado no interior do abrigo do gás, lugar onde se empilhavam os cadáveres para depois levá-los em um caminhão, com rumo que desconheço” (Gendarme José María Domínguez, Pasta N° 4213).

Além de constituir um Centro de privação ilegítima da liberdade e aplicação de tormentos, “La Perla” foi um Campo onde se praticavam execuções sumárias, dentro de uma política de extermínio.

Como anexo deste Campo, funcionou outro C. C. D., situado nos terrenos ao lado, que recebeu o nome de “Perla Chica” ou “Malagueño”. Com dimensões muito mais reduzidas que o anterior, este C. C. D. foi reconhecido nas investigações realizadas por esta Comissão. O seguinte depoimento fornece detalhes sobre sua existência e características:

“Estávamos detidos na prisão de ajuizados de Villa María, na época do mundial de futebol, quando numa madrugada nos carregaram em um caminhão, vendados e amarrados. Fizemos uma breve parada em Córdoba e logo prosseguimos a viagem até chegar a um lugar. Primeiro estivemos em um quarto e depois nos levaram a uma sala grande. Pouco depois nos devolveram à peça pequena. Já sabíamos que se tratava do Campo chamado ‘Malagueño’. Nesta cela nos deixaram uma semana de pé, vendados e com os pés e mãos amarrados com arames, sem comer e bebendo, de vez em quando, água salgada. Ali tínhamos que fazer nossas necessidades, isso era um verdadeiro chiqueiro. No que caía vencido pelo sono ou cansaço, batiam com raiva. Um por um passamos pela tortura para ser interrogados. Em uma oportunidade, notei a presença de alguém muito importante. Ouvei entre os guardas — que estavam muito nervosos — o nome de Maradona, 2° Comandante do III Corpo” (Pujol, Pasta N° 4080).

Casa da Direção-Geral da Hidráulica do Dique San Roque

Na casa da Direção Provincial da Hidráulica, localizada próxima ao paredão do dique San Roque, em Carlos Paz, funcionou um C. C. D., cuja incorporação ao circuito data de 1976, segundo consta num relatório dessa Direção, entregue à CONADEP:

“A casa designada à presidência foi entregue à Polícia de Córdoba com o objetivo de custodiar a obra do dique San Roque, no período que vai do ano de 1976 a 1979, durante o qual não pudemos inspecioná-la”.

A CONADEP efetuou investigações com a participação de testemunhas, o que permitiu verificar, sem sombra de dúvidas, o funcionamento nesse local de um Centro Clandestino de Detenção, utilizado para diferentes fins: como lugar de trânsito ou de tortura para prisioneiros de outros campos, ou como centro de desmontagem de veículos utilizados na repressão ou roubados na via pública para os mesmos fins. Prova disso é o depoimento do senhor J. C. (Pasta N° 6139):

“Pude observar, no pátio da casa, veículos que eram desmontados ou virtualmente desmantelados. Lembro de um Renault 12, entre outros. Os veículos devem ter sido atirados no dique, porque pude ver uma vez diversos chassis, quando as águas baixaram”.

Isto foi corroborado pela CONADEP, já que nesse local, com o auxílio de mergulhadores, foram resgatados automóveis, entre eles o R. 12 mencionado.

No dia 9 de julho de 1978, encontrou-se o cadáver de um homem jovem, manietado, apresentando marcas de pancadas, queimaduras e com as extremidades fraturadas, enterrado numa vala próxima ao chalé da Hidráulica. Tal achado e a participação da polícia de Carlos Paz ficaram registrados no “Livro de Tarefas e Novidades do Destacamento de Náutica, Caça, Pesca” e no livro de ocorrências da polícia local, com data de julho de 1978. O Juiz atuante foi o de Instrução, que encaminhou os autos à Divisão de Inteligência UR 3. Esta Comissão comprovou que, nem na Justiça nem na D. I. UR 3, foram registradas essas ocorrências.

Unidade Penitenciária N° 1

As remoções de prisioneiros entre diferentes Centros incluíram pessoas “legalizadas” que se encontravam alojadas nas unidades penitenciárias de “El Buen Pastor”, “Cárcel de Encausados” e “Unidad Penitenciaria Provincial N° 1”, que em diversas oportunidades foram retirados para serem levados aos C. C. D. Sobre esta atividade, obtiveram-se fichas onde constam os locais de procedência e destino.

A UP 1 se reveste de particular importância dentro do esquema da repressão clandestina em Córdoba, já que foi virtualmente ocupada por forças do Exército, de 2 de abril de 1976 até novembro do mesmo ano.

Os depoimentos recolhidos permitem presumir que as pessoas detidas encontravam-se sujeitas a uma total incerteza sobre o seu destino.

“Estive com Gustavo De Breuil e Jorge Osear García, na mesma cela. Como se sabe, ambos foram mortos por forças militares, que argumentaram no boletim entregue à imprensa que se tratou de uma ‘tentativa de fuga’. Esse assassinato foi presenciado por Jorge De Breuil, já que o obrigaram a assistir à execução do grupo onde se encontrava seu irmão, dizendo-lhe que nos contasse depois como havia sido, já que nos ia acontecer o mesmo. Do mesmo modo, diante de todos nós, foi executado o prisioneiro Bauduco, no dia 5 de julho de 1976. Um suboficial do Exército o golpeou na cabeça e, como não podia levantar-se, ameaçou matá-lo. Sacou uma pistola e lhe disparou na cabeça. No dia 14 de julho desse ano, pude ver da janela da cela quando era estaqueado no pátio o prisioneiro René Moukarzel, sobre quem jogavam água fria e davam pancadas. Morreu durante a madrugada. O Tenente Alsina teve participação ativa neste episódio. Até dezembro de 1976, registraram-se 28 presos políticos mortos em diferentes circunstâncias, devido ao regime que imperava nessa prisão” (José María Nitzschman, Pasta Nº 7597).

Em algumas oportunidades, recorreu-se à prática de manter os prisioneiros como reféns:

“Em junho de 1977, fui transferido como refém da Unidade 9, de La Plata, para Córdoba, junto com outras 23 pessoas. Nos levaram a ‘La Perla’, onde um oficial nos transmitiu uma mensagem pessoal do Gen. Menéndez. Este oficial nos disse que ‘A Hiena’ — assim gostava de ser chamado Menéndez — havia decidido que, se durante a viagem que o presidente Videla faria ao norte sucedesse algum atentado terrorista, seríamos nós que pagaríamos por culpas alheias. A lista era curiosa: se morresse um soldado, alguém do público ou algum trabalhador, então morreriam quatro de nós; se a vítima, por outro lado, fosse um suboficial, a equivalência aumentava, e assim, à medida em que a escala subia, chegávamos, como é lógico, à figura de Videla. Nesse caso, sem vacilar, passariam ‘fogo’ em todos nós” (Jorge Bonardel, Pasta Nº 5782).

“Em fins de fevereiro de 1978, trouxeram quinze dos reféns que haviam estado anteriormente em ‘La Perla’. Os transferiram da penitenciária de Rawson, dizendo-lhes que se acontecasse alguma coisa durante o mundial de futebol seriam assassinados. Em abril desse ano, quando pela primeira vez a Cruz Vermelha Internacional pôde entrar no III Corpo para visitar os presos políticos, aconteceram quatro fatos. Primeiro, os quinze reféns citados, mais outros prisioneiros que não estavam à disposição do PEN, foram escondidos em outro pavilhão.

“Em segundo lugar, alguns ‘colaboradores’ de ‘La Perla’, que estavam sob o regime de liberdade vigiada, foram levados a ‘La Ribera’ para serem entrevistados pelo organismo internacional, o que constituiu uma farsa.

“Terceiro, outros presos desaparecidos, como Porta e Carlos Massera — que depois me conta —, foram retirados desse Campo para evitar que os visitantes os vissem. “Por último, treze dos prisioneiros legais da UP 1, entre os quais eu me encontrava, fomos também levados a ‘La Ribera’ por umas horas, e ali o Capitão Barreiro ameaçou matar-nos a todos, se disséssemos alguma coisa durante a visita da Cruz Vermelha à penitenciária” (Guillermo Puerta, Pasta Nº 4834).

Divisão de Informações da Polícia Provincial (D2)

Este departamento da Polícia Provincial foi um importante Centro de Operações. Nos diferentes recursos encaminhados à Justiça Federal, temos assinalado a relação existente entre a denominada “D2” e os C. C. D. “La Ribera” e “La Perla”. Também surge das fichas do serviço penitenciário obtidas, que as pessoas alojadas nas Unidades Penais eram levadas a esta Divisão de Informações para serem submetidas a novos interrogatórios.

Com o fim de precisar as funções que cumpriu a “D2”, transcrevemos o depoimento de Horacio Zamame (Pasta Nº 7595).

“Fui detido por pessoal da Polícia Provincial no dia 12 de novembro de 1976, no meu local de trabalho. Conduziram-me ao Departamento de Informações, sediado na época na Chefatura. Ali, fui revistado para ver se tinha armas e despojado dos meus pertences. Depois me vendaram e algemaram. Permaneci nesse lugar durante cinco dias, submetido a coações ilegais de diferentes tipos”.

A CONADEP em Córdoba

“La Perla”: no dia 3 de maio de 1984, com a participação de dezesseis testemunhas, procedeu-se a um reconhecimento do quartel do Esquadrão de Cavalaria Aerotransportada Nº 4, onde funcionou o C. C. D. “La Perla”. As testemunhas reconheceram imediatamente as lajotas de concreto e o mastro do pátio de entrada, onde algumas delas eram levadas para tomar sol.

Perelmuter (Pasta Nº 3950) identificou o hall de entrada e os cinco escritórios. Disse reconhecer a parede da direita, onde o submeteram a um simulacro de fuzilamento. Também Ana María Mohamed (Pasta Nº 4306) localizou-se perfeitamente no hall, que já havia descrito em sua denúncia:

“É aqui, entrando à esquerda, na segunda e terceira salas, onde fui torturada por Luis Manzanelli”.

No alojamento tudo permanece da mesma forma, com exceção dos enxergões onde permaneceram os prisioneiros, às vezes separados por biombos, e que foram trocados por beliches para conscritos. O grupo de ex-prisioneiros reconheceu unanimemente os banheiros, latrinas e mictórios. O conjunto de torneiras era o mesmo.

Do lado de fora, reconheceram a porta de metal de um galpão: “Este é o lugar onde torturavam”, disse Contemponi (Pasta Nº 4077). Também identificaram o lugar onde estiveram localizados os aparelhos de tortura, associando cada local com as pessoas que ali viram:

“A parede em frente à porta de entrada, no corredor, representa para mim um marco, quase uma lápide — disse Estela Berastegui —; ali vi meu irmão, com vida,

pela última vez. Queixava-se de dor, afrouxavam-se-lhe as pernas, mostrava sinais de torturas e pedia para ser atendido por um médico" (Pasta N° 3319).

Igualmente patética foi a declaração de Elmer Fessia (Pasta N° 4075): "Nesse primeiro escritório que dá para o hall havia um estrado igual ao que está agora. Ali estava estendido o Dr. Eduardo Valverde, que era espancado por um grupo que não identifiquei, enquanto a mim me interrogava um capitão. Queixou-se durante toda a noite e depois deixei de ouvi-lo".

Tudo isto constitui uma mínima parte das situações vividas durante o reconhecimento de "La Perla". A coincidência e unanimidade dos dados recolhidos nos depoimentos foi corroborada "in situ", ponto por ponto, devido às poucas modificações produzidas na construção.

"Malagueño":

Após a inspeção de "La Perla", procedeu-se ao reconhecimento do Centro denominado "La Perla Chica", localizado na entrada da localidade de Malagueño. Este lugar corresponde à Seção de Exploração do III Corpo. As testemunhas Pujol (Pasta N° 4080), Rata Liendo (Pasta N° 4081), Acuña (Pasta N° 4082), Casas (Pasta N° 4831), Mohamed (Pasta N° 4306) e Basi de Rodríguez (Pasta N° 4083) constataram que o acesso à unidade, assim como às construções existentes à direita da entrada, mantém-se igual. Também foi coincidente o reconhecimento da construção principal, onde se localizam os escritórios, e o alojamento dos soldados, usado para cela coletiva dos prisioneiros.

A construção adjacente foi identificada como alojamento dos gendarmes. A testemunha Rata Liendo descreveu o interior da construção, tudo sendo confirmado na inspeção. Também foram corroborados uma infinidade de detalhes referendando a veracidade das descrições anteriormente feitas pelas testemunhas, sobre o lugar. A coincidência que manifestaram em todas as suas apreciações permite afirmar, sem sombra de dúvidas, que ali funcionou o C. C. D.

"La Ribera":

O quartel da Prisão Militar de Ajuizados de Córdoba encontra-se a oeste da cidade, no bairro San Vicente. Suas instalações ocupam um vasto prédio, próximo ao cemitério.

Mohamed reconheceu o local onde a haviam levado para recuperar-se das feridas provocadas pela tortura a que foi submetida em "La Perla". Luis Ludueña (Pasta N° 5229) reconheceu o alojamento onde esteve preso. Guillermo Puerta (Pasta N° 4834) descreveu os locais antes de entrar nos mesmos, reconhecendo no ato a modificação que se havia produzido no hall de entrada. Tudo se confirmou à medida que se percorrida cada um dos locais descritos. Olindo Durelli (Pasta N° 4300) e Arturo Ruffa (Pasta N° 4244) confirmaram imediatamente alguns detalhes que tinham podido ver durante seu cativeiro. Também Ludueña e Wilfredo Meloni (Pasta N° 4208) trouxeram novos elementos probatórios.

Marta Aguirre (Pasta N° 4211), além das instalações, reconheceu como dado particular “os bancos onde me deixaram sentada e o caminho estreito de material que termina em uma canaleta, onde comíamos em pratos com o escudo do Exército Argentino”.

Casa de Hidráulica:

No dia 21 de junho de 1984, procedeu-se ao reconhecimento do imóvel pertencente à Direção Provincial de Hidráulica, no Dique San Roque, com a participação de três testemunhas: Juan José López (Pasta N° 6133), Raúl Aybar (Pasta N° 6136) e Carlos Vadillo (Pasta N° 6134), que reconheceram unanimemente a localização e o aspecto geral da casa: a escada de lajes da entrada e a galeria de ladrilhos vermelhos e brancos. Antes de entrar, deram a localização do banheiro e a de uma janela, de onde se podia ver uma pequena parte do lago. Também previamente ao ingresso, descreveram a localização da garagem e das escadas que saem dali, tudo o que foi constatado ao entrar-se na casa. Já no seu interior, foram dizendo os lugares onde se encontravam os móveis e os locais onde permaneceram durante o período de sua detenção. As coincidências, a unanimidade e a espontaneidade que revelaram as três testemunhas, não deixam a menor dúvida de que se tratava do imóvel onde estiveram detidos ilegalmente.

Centros Clandestinos de Detenção na Província de Mendoza

Por ocasião das duas visitas da CONADEP a Mendoza, mais de meia centena de pessoas que estiveram detidas-desaparecidas durante períodos de tempo mais ou menos prolongados compareceram à Câmara de Deputados da Província, onde esta Comissão havia se estabelecido, trazendo o depoimento dos fatos por elas vividos durante seu cativeiro. Além disso, receberam-se 150 denúncias de outros tantos desaparecimentos.

A falta de depoimentos que contribuam com dados sobre esses últimos nos faz pensar nas seguintes hipóteses:

1. Que alguns desaparecidos tenham sido levados a outra área do III Corpo.
2. Que as forças que operaram tivessem procedido à eliminação rápida de muitos prisioneiros, fazendo desaparecer seus corpos em algum dos múltiplos lugares que a geografia da província enseja.

Vejamos o quadro geral oferecido explicitamente pela declaração das testemunhas, no que se refere à indicação dos locais secretos de detenção.

Liceu Militar General Espejo

“No dia 26 de março de 1976, seqüestrado de minha residência, encapuzado e manietado, fui levado ao Liceu Militar General Espejo, onde me mantiveram pelo espaço de 15 dias. Durante esse tempo, por aí passaram cerca de 500 prisioneiros” (Enrique Carmelo Durán — Pasta N° 5188).

"Fui seqüestrado, junto com toda minha família, no dia 29 de março de 1976. Levaram-nos à 25ª Delegacia de Guaymallén, onde ficamos toda a noite, para sermos transferidos no dia seguinte para o Palácio da Polícia, onde permanecemos por 10 dias na seção D-2. Dali nos separaram. Eu fui para o Liceu Militar General Espejo. Nesse lugar estavam presas várias personalidades do governo constitucional destituído, jornalistas, sindicalistas, etc.. O tratamento era correto, mas quando nos levavam para interrogar éramos encapuzados e nos ameaçavam com uma baioneta no pescoço" (José Vicente Nardi, Pasta N° 6834).

VIII Brigada de Infantaria de Montaña

"Fui seqüestrado no dia 2 de junho de 1976 por uma patrulha militar que penetrou na minha residência às três da madrugada. Revistaram tudo, procurando um suposto mimeógrafo. Depois de me manietar e vendar meus olhos, me levaram em um caminho com rumo desconhecido, até que chegamos a um lugar que eles chamavam 'R. D.' (Reunião de Detidos). O local onde estávamos era o VIII Comando de Comunicações, dentro da VIII Brigada de Infantaria de Montaña" (Oscar Martín Guidonde, Pasta N° 6637).

Campo "Los Andes"

"Depois de ser seqüestrado, vendado e manietado, fui levado para o Campo 'Los Andes'. Ali estávamos presas cinco pessoas. Lá permaneci de fins de setembro de 1976 até 28 de dezembro do mesmo ano; quando meus familiares souberam que estava nessa Unidade Militar, aí compareceram e lhes comunicam que 'estavam fazendo uma experiência' com os prisioneiros e que logo sairíamos em liberdade. Durante nossa estadia, fomos torturados psicologicamente mediante ameaças de morte. Diziam-nos que em qualquer momento fomos ser fuzilados. Levavam-nos ao banheiro duas vezes ao dia. Os recreios eram de meia hora por semana. Em consequência da tensão produzida pelas ameaças contínuas, um dos prisioneiros sofreu de amnésia parcial, com desmaios diários durante quase uma semana, e insônia por igual período. Depois nos levaram à Penitenciária" (Oscar Armando Bustamente, Pasta N° 6831).

As Delegacias

Na investigação dos desaparecimentos ocorridos em Mendoza, ocupam um lugar muito importante, já que, mesmo sendo lugares de trânsito, consta que são muitas as pessoas que ali estiveram detidas e foram submetidas a cruéis tormentos.

"Fui seqüestrado na minha residência no dia 15 de outubro de 1976. Após ser vendado e manietado, introduziram-me em um veículo e me levaram para o D-2, onde me torturaram com 'telefone' e também me espancaram com uma arma. Durante o dia que passei nesse local, não me deram água nem comida. No dia seguinte, me levaram à 7ª Delegacia de Godoy Cruz. Ali me tiraram as vendas. Na segunda-feira, dia 18, pela noite, retiraram-me do calabouço junto com outros prisioneiros e me

aplicaram 'picana elétrica' e 'submarino'. Estas sessões duravam uma hora e meia, durante a qual nos colocavam vendas nos olhos" (Francisco Amaya, Pasta Nº 6833).

"No dia 15 de outubro de 1976, o pessoal da Polícia Provincial me deteve na rodoviária de Mendoza. Sem vender-me nem manietar-me, levaram-me à 7ª Delegacia de Godoy Cruz, onde me alojaram em um calabouço. Ali fui interrogado com a aplicação de 'picana elétrica', durante três dias seguidos. No dia 21 de outubro, levaram-me a outra parte da Delegacia, onde me mostraram Juan Humberto Rubén Bravo (atualmente desaparecido), que estava custodiado por dois guardas. Cinco dias depois, fui transferido para a Penitenciária de Mendoza, onde me legalizaram" (Pablo Rafael Seydell, Pasta Nº 6918).

"Fui detido por pessoal da Polícia da Província de Mendoza, no dia 15 de outubro de 1976, na via pública. Vendado e manietado, levaram-me à 25ª Delegacia de Guaymallén, também conhecida como 'Grupo Motorizado'. Nesse lugar havia muitos prisioneiros. Durante o dia que permaneci ali, fui brutalmente torturado e espancado. Todos os que estavam detidos fomos espancados de maneira semelhante. Nesse mesmo dia, vendado e manietado, introduziram-me na parte traseira de um carro-patrolha, inclinado para frente, e me levaram à 7ª Delegacia de Godoy Cruz. Me dei conta que era esse lugar pela iluminação da praça que está em frente, pelos ruídos do trânsito e porque escutei a música do órgão da Igreja. Ali pude ver que havia vários prisioneiros, todos com vendas que lhes cobriam a vista. Todos haviam estado presos no D-2 da Polícia da Província" (Luis Matías Moretti, Pasta Nº 6843).

Palácio Policial (D-2)

A passagem pelas Delegacias era parte da rota que seguiram, em numerosas oportunidades, os presos-desaparecidos, a maioria dos quais foram posteriormente "legalizados" na Chefatura de Polícia ou na Penitenciária de Mendoza.

Nesta rota encontrava-se também o Palácio Policial, com seu tristemente célebre "Departamento Dois".

"No dia 14 de maio de 1976, à 1h30min da madrugada, detiveram-me na minha residência. Manietado e com os olhos vendados, me levaram ao D-2. Em hora próxima ao meio-dia, me levaram ao subsolo do dito edifício, a uma sala que tinha no seu interior um banco de madeira. Ali me despiram e me amarraram ao banco e, com a aplicação de 'picana elétrica', interrogaram-me pelo espaço de duas horas. Permaneci na condição de desaparecido até o dia 31 de maio, data em que, por uma autorização do Comando da VIII Brigada de Infantaria, minha família soube da minha condição" (Raúl Aquaviva, Pasta Nº 6842).

"Fui detida no dia 9 de fevereiro de 1976, em meu domicílio, junto com um companheiro da associação onde eu era delegada e com meu pequeno filho de 4 anos. Para entrar, derrubaram a porta. Fomos brutalmente espancados, depois nos manietaram e vendaram os olhos. Levaram-nos, com meu filho, a um lugar que de início não reconheci. Aí me tiraram o menino, em uma cena espantosa, porque nós dois gritávamos que não nos separassem e ele pedia que não matassem sua mãe. Nesse lugar permaneci durante mais ou menos 18 dias. Sofri todo tipo de torturas, desde a ameaça constante de que matariam meu filho, até todo tipo de violações individuais, de vários, comigo somente; ou de vários com as três mulheres que éramos. O lugar era muito pequeno e ouvíamos falar, queixar-se e chorar, a todos. Me espan-

caram com o punho, com correntes e aplicações de 'pícnica elétrica' nas regiões mais delicadas. Fiquei extenuada e esfarrapada, a tal ponto que, quando me levaram perante o Juiz, deram-me o vestido de outra mulher, para que ficasse mais 'decente'. Cabe acrescentar que posteriormente reconheci o lugar de detenção desses 18 dias: era o D-2. Eu estava em uma cela ao lado da entrada dos guardas. Havia um comprido corredor que terminava nos banheiros, onde faziam as mulheres tomar banho despidas, todas juntas, com água fria, com os olhos vendados e com os guardas festejando o fato. No outro extremo havia uma cela maior que as demais, onde faziam as torturas de grupo; pirâmides humanas, por exemplo. Numa delas ficou debaixo de todos Miguel Angel Gil, e saiu tão alquebrado que não pôde se recuperar, morrendo dias mais tarde. O Juiz que me atendeu foi o Dr. Carrizo, na Chefatura de Polícia. Previamente havia sido ameaçada: 'se abres o bico, teu filho vai pagar', e me mostraram uma jaqueta sua. O Juiz teve uma atitude totalmente passiva, embora eu estivesse totalmente acabada. Tinha que me apoiar entre dois guardas para poder caminhar e tinha o rosto desfigurado (na Prisão, graças à Cruz Vermelha Internacional, fui operada do nariz, que me haviam fraturado naquele momento). O Juiz Guzzo parece que tomou partido pelos métodos empregados, pois, em que pese o que relatei, condenou-me. Algum dia esses juizes terão que explicar por que tomavam declarações de seres completamente descompostos e em dependências policiais" (Susana O., Pasta N° 6891).

"Fui seqüestrado no dia 9 de fevereiro de 1976. Imediatamente me levaram ao Palácio Policial, lugar que reconheci por haver participado no projeto e na inspeção do edifício. Durante o tempo em que estive preso, fui espancado constantemente; me submeteram à 'pícnica elétrica' pelo espaço de cinco ou seis horas seguidas e, numa oportunidade, me atiraram água fervente. Lembro de ter visto, pela janelinha da cela, Estela F., que era uma garota cordobesa. Pude ver que estava com o rosto muito machucado. Vi como a levavam várias vezes para violentá-la. Depois de violentá-la mais de vinte vezes, lhe colocaram um pedaço de pau na vagina. Hoje está desaparecida... Estela F. e Silvia O. estavam grávidas quando as prenderam; em consequência das torturas e das reiteradas violações, perdeu seu bebê... Outro prisioneiro muito torturado foi Marcos Ibañez, que morreu na Penitenciária de La Plata um ano depois... Olga Z. havia sido seqüestrada em um hospital, onde lhe haviam extraído o útero. No D-2, alguém que se disse médico retirou-lhe os pontos. Depois disto foi violentada... Na última oportunidade em que me aplicaram a 'pícnica', me acordei enquanto me davam pancadas no peito. O médico me informou que eu havia morrido e que me haviam revivido. Depois disto, não voltaram a torturar-me. Mais tarde, retiraram as vendas dos olhos, em frente ao Juiz Carrizo" (Fernando Rule Castro, Pasta N° 6827).

A Penitenciária

A Penitenciária de Mendoza, dependência utilizada para a legalização de alguns presos-desaparecidos, funcionou em numerosas oportunidades como Centro Clandestino de Detenção, especialmente quando o Delegado Naman García se encarregou desta penitenciária.

"Fui levada para a Penitenciária provincial, onde um médico me examinou superficialmente. Apesar dos meus pedidos, de todas as feridas e de minha 'deterioração'

geral, fez um relatório mentiroso e me deu aspirinas 'para passar o mau pedaço, esquecer o ocorrido e olhar para o futuro'. Esses meses de permanência na Penitenciária foram duros, isolados, com regime militar, ameaças periódicas de fuzilamentos, interrogatórios com vendas nos olhos e, em numerosos casos, torturas físicas. Esse foi o regime de Naman García" (Susana O., Pasta N° 6891).

"No dia 24 de março de 1976, compareceu à Penitenciária o Primeiro-tenente Ledesma, com um grupo de soldados. Interrogaram-nos várias vezes, mas somente através das grades. Ledesma dizia aos soldados que tinham que nos 'matar a todos, porque são subversivos e apátridas'. Junto a mim encontrava-se Santiago Illa. Em agosto, quando pela primeira vez nossos familiares puderam nos visitar, soubemos que Illa havia desaparecido... No dia 24 de julho de 1976, assumiu como Diretor da Penitenciária o Delegado José Naman García, e de imediato deram-nos uma surra que se fez extensiva aos presos comuns. Consistiu em levar-nos ao pátio, em grupos de 20, onde nos fizeram despir e pretenderam fazer-nos gritar 'vivas' ao Regime. Tudo isso acompanhado de pancadas com pedaços de pau, socos e pontapés, incluídas as ameaças de morte. Os que nos espancavam eram do Exército e do Serviço Penitenciário" (Pedro Victor Coria, Pasta N° 6917).

"A partir do momento em que Naman García se encarregou da Penitenciária, esta se converteu em um Centro de Interrogatórios. Éramos torturados com 'picana elétrica' e pancadas. Também, em numerosas oportunidades, fomos levados à Companhia de Comunicações e ao Comando de Serviços. Do mesmo modo, a partir de outubro de 1976, foram retirados prisioneiros para o Campo 'Los Andes', em grupos de três" (Guillermo Martínez, Pasta N° 6892).

"Na oportunidade de uma visita que fez o Presidente Videla às províncias andinas, no mês de outubro de 1976, retiraram do pavilhão onde nos encontrávamos três companheiros. Os isolaram do resto. Nessa tarde o subtenente, chefe da Guarda, nos reuniu a todos no pátio e informou que, caso acontecesse alguma coisa ao Presidente Videla na sua viagem, se tomariam represálias contra os prisioneiros. Explicou que era por ordem expressa do Comandante do Terceiro Corpo de Exército, Gen. Luciano Benjamin Menéndez. O oficial estava tão nervoso e atemorizado por ter que comunicar essa ordem, que nem sequer assumiu a responsabilidade do que dizia, já que textualmente terminou afirmando: 'isto eles mandam dizer-lhes, os do Comando!' " (Manuel Armando Alfonso, Pasta N° 7133).

Centros Clandestinos de Detenção na Província de Tucumán

À Província de Tucumán coube o sinistro privilégio de haver inaugurado a "instituição" Centro Clandestino de Detenção, como uma das ferramentas fundamentais do sistema de repressão montado na Argentina.

A "*Escuelita*" de Famaillá foi o primeiro desses locais de tortura e extermínio cujo funcionamento a CONADEP pôde constatar. Tratava-se de uma pequena escola de campanha que, em 1975, encontrava-se em construção. Tinha capacidade para trinta ou quarenta prisioneiros. Um dos depoimentos recolhidos (Pasta N° 4636) relata que:

"A 'picana elétrica' consistia em um telefone de campanha a pilha que, ao se dar a volta na sua manivela, gerava corrente elétrica. De acordo com a velocidade com que era girada, aumentava ou diminuía a voltagem produzida pela fonte".

A precariedade de suas instalações demonstra — em contraste com a dimensão que depois chegaram a ter estes Centros de Detenção — que em 1975 havia começado a desenvolver-se, de forma embrionária, a modalidade clandestina da metodologia repressiva. O rápido crescimento das estruturas de operação, encarado a partir de então, teve por objetivo melhorar a eficiência dos métodos utilizados, colocando a seu serviço todos os recursos do aparato estatal. Em Tucumán, a partir da experiência da “Escuelita” de Famaillá, estabeleceram-se pelo menos outros dez C. C. D.: a Chefatura Central de Polícia, o Comando Radioelétrico, o Quartel de Bombeiros e a Escola de Educação Física, todos eles localizados na capital da Província; a Companhia de Arsenais “Miguel de Azcuénaga”, “O Reformatório” e “O Motel”, nas proximidades da mesma; “Nueva Baviera”, “Lules” e “Fronterita”, em diversas localidades do interior.

Quer dizer que, tal como ocorreu em outras zonas do País, os Centros foram passando de pequenas casas ou porões muito bem dissimulados a grandes instalações — em alguns casos unidades militares, preparadas para tal finalidade — providas de todos os elementos que as assemelham às versões conhecidas da Alemanha Nazista: dupla cerca de arame farpado, guardas com cães, heliportos, torres de vigilância, etc. Um exemplo deste tipo de Centro foi precisamente o instalado na Companhia de Arsenais “Miguel de Azcuénaga”.

Não obstante, não são estes os casos mais comuns já que, em Tucumán, o Exército encontrava-se em “zona de operações” contra a guerrilha, existindo especial cuidado em evitar a vinculação fática entre os grupos clandestinos que atuavam nos C. C. D. e a face oficial das Forças Armadas.

Os prisioneiros que passaram por estes locais, fizeram-no, na maioria das vezes, por curtos períodos, sendo depois transferidos. Existe a séria presunção de que, em muitos casos, a transferência culminava com o assassinato dos prisioneiros.

“Os presos eram trazidos à ‘Escuelita’ em carros particulares, dentro do portamalas, no assento traseiro ou deitados no chão. Da mesma maneira eram levados e, pelo pouco que se sabia, quando isso acontecia, a maioria ia ser executada. Se algum prisioneiro morria, esperava-se a chegada da noite e, após envolvê-lo em um cobertor do Exército, introduziam-no em um dos carros particulares, que partia com rumo desconhecido” (do depoimento do ex-gendarme Antonio Cruz — Pasta N° 4636).

“Nos condenados à morte colocavam uma fita vermelha no pescoço. Todas as noites um caminhão recolhia os sentenciados para levá-los ao campo de extermínio ” (do depoimento de Fermín Nuñez — Pasta N° 3185).

“Não lembro bem se foi no dia 16 de maio ou junho de 1977 que o segundo-chefe da Companhia de Comunicações 5, subordinada à V Brigada de Infantaria, me disse que voltasse cedo, que tinha que ‘passar’ alguns prisioneiros. Era para o aniversário da morte de um militar de sobrenome Toledo Pimentel. Quando voltei, à noite, me disse: ‘volta para tua casa porque já está tudo feito’. No outro dia, quando voltei à ‘Escolinha’, vindo da minha casa, os presos já não se encontravam ali, nem as outras duas garotas detidas, pelo que não me resta mais nenhuma dúvida de que todos foram mortos durante esse tempo” (depoimento do Cabo 1° Juan Carlos Ortiz — Pasta N° 1252).

Em função do desenvolvimento das operações, o Comando da área rural se deslocou, a partir de abril de 1976, da “Escolinha” para o C. C. D. “Ingenio Nueva Baviera”, que até agosto de 1977 se constituiu na sede principal da repressão clandestina na dita área. Nele operavam efetivos chegados de todas as partes do País. Havia um heliporto e grande quantidade de veículos para transporte de tropas; o Campo concentrava um número elevado de prisioneiros capturados em toda a Província. No ex-engenho “Lules” funcionou outro C. C. D. Tratava-se de uma sítio antiqüíssimo, considerado lugar histórico, já que nele havia estado o Gen. San Martín. O “chupadeiro” funcionava no porão do antigo depósito de carvão; a sala de torturas ficava no primeiro andar.

Na zona rural também funcionaram, pelo menos transitoriamente, C. C. D. na Delegacia de Monteros, no engenho Bella Vista e nos “Conventillos de Fronte-rita”, construções precárias que haviam servido de alojamento para trabalhadores do engenho dessa localidade. A repressão exerceu-se precisamente contra eles, já que as detenções se realizavam ao se iniciar o horário de trabalho, na própria entrada do engenho. Durante um reconhecimento, a CONADEP pôde verificar o relatado nas denúncias.

Em pleno centro da cidade de San Miguel, a *Chefatura Central de Policía*, que já funcionava como local de torturas, transformou-se — mediante reparos internos — em Centro Clandestino de Detenção. Nessa época, era Chefe de Policía de Tucumán o Tenente-Coronel Mario Albino Zimmermann (Pastas N° 1252 e 440). Secundavam-no o Delegado Inspetor Roberto Heriberto Albornoz (Pastas N° 5570 - 3753 - 5840 - 5846 - 3482 - 2493 - 5597) e os delegados José Bulacio (Pastas N° 5837 - 5570 e 4892) e David Ferro (Pastas N° 5837 - 5570 - 6301 - 440 e 5425).

O Exército se reservava o controle deste lugar, através de um supervisor militar. O responsável pela Área de Segurança 321, Tenente-Coronel Antonio Arrechea, pertencente à V Brigada, visitava o Centro e assistia às sessões de tortura (Pastas N° 440 - 1744 - 1446 - 5763 - 2493).

O *Comando Radioelétrico*, na rua Laprida número 1000, era outro local onde se alojavam prisioneiros clandestinamente. Era utilizado como lugar de trânsito e como ponto de “amolecimento” dos seqüestrados recentes. Não se lhes dava água nem comida, a fim de prepará-los para a aplicação da “picana”, submetendo-os, além disso, a pesados castigos.

Atravessando a rua, estava localizado outro C. C. D., o *Quartel de Bombeiros*, ao qual eram conduzidos os prisioneiros, encapuzados e numerados, com um papalão pendurado no pescoço, à espera de novas transferências.

Com uma capacidade para alojar 250 prisioneiros, funcionava outro C. C. D. nas instalações pertencentes à *Escola de Educação Física*, da Universidade Nacional de Tucumán. Para levar os seqüestrados, utilizava-se um ônibus (Julio Cesar Heredia — Pasta N° 5838). A vizinhança escutava as queixas e clamores das vítimas e, com freqüência, rajadas de tiros que correspondiam a simulacros de fuzilamentos ou, simplesmente, a fuzilamentos.

Já saindo da cidade, encontrava-se “O Motel”, que, ainda em plena construção, era utilizado como C. C. D. Atualmente se chama “La Posta de los Arrieros”. Nesse lugar se torturava. O alojamento dos prisioneiros era uma série de cinco pe-

quenas construções, junto a um caminho de pedregulho. O lugar destinado à confeitaria era utilizado pela guarda de Prevenção. À direita havia um grande tanque de água, usado como posto de guarda noturno.

Outros Centros funcionaram por um curto período: *O Reformatório e a Escola República do Peru*, no bairro do Palomar.

Na *Prisão de Villa Urquiza* funcionou um pavilhão destinado a prisioneiros clandestinos. Eram alojados na Seção "E". Um preso comum, que cumpria sua sentença nessa penitenciária, declara haver conversado com alguns dos que hoje figuram na lista de pessoas desaparecidas (Juan Antonio Molina, Pasta N° 3377).

O C. C. D. mais importante da periferia de San Miguel foi o que se instalou dentro da *Companhia de Arsenais "Miguel de Azcuénaga"*, subordinada diretamente à V Brigada de Infantaria. A guarda era efetuada por pessoal da Gendarmeria Nacional. Entre os meses de março e abril de 1976, foi enviado a esse local um contingente de 40 homens do Esquadrão Móvel N° 1, de Campo de Mayo. Precisamente um membro desse grupo declara perante a CONADEP como era a vida — ou a morte — nesse Campo de extermínio, onde um dos responsáveis era o Tenente-Coronel Cafarena (Pasta N° 4636).

"Uma vez vi como um prisioneiro despido era enterrado vivo, somente com a cabeça fora do poço, sendo a terra pisoteada, depois de molhada para compactá-la; isto durava 48 horas. Causava câimbras muito dolorosas e infecções na pele. Em duas oportunidades presenciei fuzilamentos neste Campo; quem efetuava o primeiro disparo era o General Antonio Bussi. Depois fazia participar do mesmo todos os oficiais de menor hierarquia. O lugar das execuções estava localizado a uns 300 ou 400 metros da Companhia de Arsenais, monte adentro. Estendia-se um cordão de segurança a uns 20 metros e outro a uns 100 metros do lugar. Os tiros se faziam com pistolas calibres 9mm ou 11,25mm, sempre entre as 23 e 23h30min. A cada quinze dias se assassinavam entre 15 ou 20 pessoas" (do depoimento de Omar Eduardo Torres — Pasta N° 6667).

Centros Clandestinos de Detenção na Província de Jujuy

Os principais Centros Clandestinos de Detenção na Província de Jujuy foram o conhecido como "Guerreiro" e a Chefatura de Polícia da Província. O primeiro deles esteve localizado na localidade homônima, nas vizinhanças do Engenho Ledesma, e a Chefatura no centro da capital, San Salvador de Jujuy.

"No dia 1° de agosto de 1976, me apresentei espontaneamente no Departamento Central de Polícia de Jujuy, solicitando uma entrevista com o Delegado geral Haig, que conversou comigo, já que eu havia estado sob suas ordens. Acusou-me de ser o chefe do grupo guerrilheiro de Calilegua, razão pela qual me mandou prender. Após, este Delegado e o Subdelegado Viltes me interrogam e, ao negar-lhes as acusações que me faziam, me levaram em um automóvel, sem venda e sem estar amarrado, até a localidade de Guerrero. Quando chegamos a um dos edifícios do complexo, fui introduzido em uma ala, onde observei grande quantidade de prisioneiros que estavam com vendas nos olhos e que se encontravam detidos em péssimas condições físicas. Neste momento fui vendado e manietado como o resto. No dia se-

guinte me levaram a um quarto com outros dois rapazes, Miguel Garnica e G3rman C3rdoba, ambos desaparecidos. Nessa mesma tarde fui levado ao primeiro andar, onde me torturaram brutalmente com golpes e 'submarino', participando pessoalmente Haig e Viltés. Depois disto fui levado ao 'sal3o dos sentenciados', onde estavam as pessoas que n3o iam mais sair. Havia nesse lugar 18 prisioneiros. Todas as noites chamavam-nos pelo n3mero e 3ramos torturados diariamente, todos os que est3vamos ali. As torturas consistiam principalmente em atirar 3gua fervente no 3nus e entre as pernas, arames incandescentes nas n3degas e golpes com t3buas nas costas e pernas, at3 o desfalecimento. Como comida nos davam um pedaço de cebola ou um repolho cru para repartir entre v3rios. Todas as noites escut3vamos tiros e permanentemente 3ramos ameaçados de morte. Durante a noite encarregava-se do Campo a Gendarmaria Nacional; pela manh3o o Ex3rcito e pela tarde a Pol3cia. Dos que est3vamos ali, lembro do meu tio, Salvador Cruz, Rom3n Riveros, Domingo Reales, M3guel Garnica e seu irm3o menor, Germ3n C3rdoba, os irm3os D3as, Manzu e o Dr. Aredes. Todos eles da localidade de Calilegua e da cidade Libertador General San Mart3n, encontram-se desaparecidos. Nesse momento estavam em muito m3s condiç3es f3sicas e mentais, j3 que apresentavam sintomas de gangrena nos olhos, m3os e pernas. V3rios deles deliravam. Em uma oportunidade em que me levaram 3 tortura, escutei que Haig dizia que tinha que fazer-nos confessar, e na realidade se referia a uma confiss3o que me foi solicitada pelo monsenhor Medina, dizendo-me que em troca dela receberia perd3o e um ju3zo. Manifestei-lhe que n3o tinha nada que confessar. Acusou-me de teimoso e as pessoas que estavam ao seu lado começaram a espancar-me. Apesar de tudo isto, em pouco tempo me transferiram para a Chefatura de Pol3cia de Jujuy, onde me legalizaram " (Humberto Campos, Pasta N3 2545).

Os desaparecidos que o Senhor Campos menciona foram seq3estrados de suas resid3ncias no dia 27 de julho de 1976 e quase todos eram trabalhadores da empresa Ledesma. Em meio a um "black-out" geral, irromperam forças uniformizadas nas suas respectivas casas, detendo nessa oportunidade mais de 200 pessoas, em ambas as localidades. Todos foram levados ao C. C. D. de Guerrero, onde sofreram as brutais torturas antes mencionadas. Posteriormente, parte deste grupo foi levado 3 Chefatura de Pol3cia, saindo dela diretamente liberados ou postos 3 disposiç3o do PEN. Os que haviam ficado muito mal por causa da tortura foram abandonados nas proximidades do Hospital de Jujuy, local onde foram recebidos telefonemas an3nimos para que os fossem buscar. Da totalidade de presos, mais de 70 pessoas permanecem desaparecidas at3 o dia de hoje. O depoimento de Humberto Campos 3 avalizado por dezenas de den3ncias no mesmo sentido.

Circuito Sul. V Corpo do Ex3rcito

A Zona de Segurança, sob controle do V Corpo do Ex3rcito, abrangia os distritos bonaerenses de Tres Arroyos, Coronel Dorrego e Carmen de Patagones, bem como a cidade de Bah3a Blanca, sede do Comando do Corpo, com exceç3o da 3rea sob jurisdiç3o da Armada (Base de Puerto Belgrano), e, mais al3m, as Prov3ncias de Neuqu3n, Rio Negro, Chubut e Santa Cruz.

A repress3o clandestina operou neste vasto territ3rio apoiando-se em locais transit3rios de detenç3o (Quart3is, Delegaç3es das Pol3cias Estadual e Federal,

etc.), de onde os prisioneiros eram levados a dois Centros permanentes, localizados na cidade de Bahía Blanca: um nas proximidades do Comando do V Corpo do Exército e outro dentro de suas próprias instalações.

A única variante conhecida foi o esquema aplicado no Alto Valle del Rio Negro e Neuquén, onde se instalou um Campo Clandestino permanente, para prisioneiros da subzona 52, cuja chefatura ocupou, a partir de abril de 1976 e até fins do ano seguinte, o General José Luis Sexton, Comandante da VI Brigada de Infantaria de Montaña, com sede em Neuquén.

Nos dias anteriores ao golpe, um número importante de militantes políticos e sindicais, de legisladores, de professores universitários e de funcionários do governo deposto foram presos em operações aparentemente legais, para depois serem levados, à medida que se dispunha de lugar, a instalações do Comando do V Corpo, onde muitos deles passaram a constar na categoria de desaparecidos. Alguns deles haviam sido rastreados com grande celeridade em outras regiões do País e postos à disposição da Zona de Segurança N° 5.

O ex-deputado por Santa Cruz Orlando Stirnemann (Pasta N° 4337) declarou:

“Em princípios de abril de 1976, fui detido em Malabrigo, Província de Santa Fe. Três dias depois me levaram de Reconquista em um avião Guarani, prefixo Y 116, com destino ao Aeroparque, e dali, em outro avião, prefixo AE 106, à Base Comandante Espora. Pude ver tudo isto porque não estava vendado, já que diziam que eu era ‘candidato a presunto’. Inicialmente estive dentro de um Centro Clandestino instalado em um grande galpão pertencente ao Batalhão de Comunicações. Quinze dias após ter sido preso neste C. C. D., sou transferido a outro C. C. D., presumivelmente dentro da mesma jurisdição do Exército...”.

Francisco Tropeano, preso legalmente no Comando da VI Brigada de Neuquén no dia 28 de março de 1976, teve que esperar a sua vez na prisão da dita cidade, até que foi levado à Base Comandante Espora e entregue ali ao V Corpo, sendo alojado, no mesmo galpão que Stirnemann. Durante o período de sua detenção clandestina, o Coronel Swaiter (Pasta N° 6956), Chefe de Inteligência dessa Zona, negou à sra. de Tropeano a presença de seu esposo como detido na sua jurisdição, até que, várias semanas depois, foi “legalizado” na Penitenciária de Villa Floresta.

Ali pôde constatar que o mencionado oficial era o mesmo que havia inspecionado em várias oportunidades o C. C. D. onde ele estivera alojado em companhia de outras pessoas que permanecem desaparecidas:

“Todos ouvíamos quando algum era retirado do galpão principal para ser torturado com ‘picana elétrica’. Presumo que havia um médico indicando quando deviam parar. Em duas oportunidades, ouvi, enquanto estavam torturando, alguma coisa assim, se cortou... se cortou. Também me pareceu que aplicavam injeções. Durante a noite se faziam presentes chefes militares, que davam instruções aos encarregados do galpão sobre o comportamento a seguir com os prisioneiros, durante as operações. Também davam ‘aulas’ doutrinárias. Um dos chefes que veio várias vezes foi o Coronel Swaiter.

(.....)

“Lembro muitas cenas de terror, mas não posso deixar de mencionar uma em particular: era de noite, os guardas começaram a gritar que os montoneros vinham resgatar os presos e começaram a disparar suas armas, enquanto gritavam: ‘É preciso matar a todos’. O tiroteio era dentro, do nosso lado, mas também lá fora. Os guardas corriam, às vezes paravam em uma cama e começavam a golpear um prisioneiro amarrado e vendado. Se bem que estas surras ocorriam freqüentemente, essa noite nosso terror era maior, por causa dos tiros. Penso que nessa noite fuzilaram fora do galpão alguns prisioneiros e o comportamento dos guardas era para que tudo isto passasse despercebido para nós que estávamos lá dentro” (Francisco Tropeano, Pasta N° 6956).

Dada a envergadura das operações repressivas realizadas na própria cidade de Bahía Blanca e em sua zona adjacente, novas instalações se fizeram indispensáveis, motivo pelo qual se habilitou “A Escolinha”, velha construção composta de várias salas, situada a uns 100 metros do galpão. Quando o número de prisioneiros ultrapassava a capacidade, alguns eram desviados transitoriamente a outro edifício, localizado na Base Naval ou em suas imediações, onde os vigiava pessoal da Marinha. Esta, por seu lado, contava com outro Centro de Detenção Clandestino utilizado para idêntico fim nos momentos em que a repressão foi mais intensa.

Pedro Maidana (Pasta N° 6956), detido em meados de junho de 1976, enquanto assistia à aula na Escola de Educação Técnica de Cutralcó, é levado junto com outras pessoas de Neuquén até a “Escolinha” de Bahía Blanca, onde o interrogaram e depois ficou 14 dias em cativeiro, precisamente nesse “outro edifício, ao qual se tem acesso por um caminho empoçado que cheira a mar”. Por fim, o levaram à Penitenciária de Neuquén, à disposição da Área 521, cujo chefe de Inteligência era o Major Reinhold.

A “Escolinha”, instalada em uma construção pré-existente, nos fundos do Batalhão 181 de Neuquén Capital, foi reformada e adaptada a seu novo destino — antes era uma cavalaria — pelas Companhias A e C de Construções. As companhias de Comando e Serviços, e de Combate, asseguravam o apoio logístico, as guardas externas e o pessoal de rua para as operações de rastreamento. O Chefe do Batalhão, Tenente-Coronel Braulio Enrique Olea, desviava ao Comando da VI Brigada todas as gestões de familiares de desaparecidos, inclusive quando, como no caso do recruta José Delineo Méndez, a vítima se achava presa clandestinamente nos calabouços do próprio quartel (Pasta N° 2287).

Na VI Brigada, os familiares eram habitualmente atendidos pelo Major Farias, responsável administrativo da “Escolinha”, que, de acordo com suas declarações, era o encarregado da lista de prisioneiros no Centro Clandestino. Com freqüência também se ocupava da transferência, a partir de estabelecimentos carcerários, de prisioneiros que passariam dias ou semanas na qualidade de desaparecidos, enquanto eram torturados, à espera de que, do Comando da Zona, definissem seu destino.

Um deles, ex-Oficial da Polícia preso no local (Pasta N° 6956), reconheceu seu torturador, em que pese estivesse vendado. Trata-se do Tenente-Coronel Gómez Arena, apelidado “o Verdugo”, Chefe do Departamento de Inteligência da

VII Brigada, que o declarante conhecia por haver freqüentado assiduamente a "comunidade informativa" da Área 521, que funcionava no dito Destacamento muito antes do 24 de março de 1976.

Em Viedma, onde não há guarnição militar, a "comunidade informativa" funcionava em dependências do S. I. E., de onde se coordenaram, até fins de 1976, uma série de seqüestros, nos quais participaram funcionários da Delegação Viedma da Polícia Federal:

"No dia 15 de dezembro me embarcaram em um veículo. Iam comigo o Delegado Forchetti (Pastas N.ºs 475 - 480 - 473 - 476) e o Oficial González (Pastas N.ºs 478 - 480), da Polícia Federal. Na metade do caminho até o Aeroporto me vendaram e encapuzaram. Fui levado ao Comando do V Corpo do Exército, a cargo do general René Azpitarte (Pastas N.ºs 473 - 475). O encarregado da repressão era o Coronel Páez. No dia seguinte, me levaram à 'Escolinha'. Ali me torturaram terrivelmente; ainda conservo seqüelas do tratamento recebido. Ali pude saber que também estava preso Darío Rossi — de Viedma —, a quem fizeram aparecer posteriormente como morto num enfrentamento" (Eduardo Cironi, Pasta N.º 473).

De sua parte, Oscar Bermúdez (Pasta N.º 476), seqüestrado em Viedma no dia 7 de janeiro de 1977 pelo mesmo Delegado Forchetti, declara:

"Em um veículo me levaram à 'Escuelita'. Depois de passar um tempo deitado no chão, muito espancado, pude estabelecer contato com um velho amigo meu, Darío Rossi, que me perguntou desesperado por sua mulher e filha. Depois de ser legalizado na prisão de Villa Floresta, li no jornal que uma pessoa tinha sido baleada em um enfrentamento. Era Darío Rossi. Este era o destino para alguns dos seqüestrados neste Centro Clandestino".

O depoimento de Jorge Abel coincide com o anterior, quanto ao caso Rossi, e acrescenta mais dados sobre execuções sumárias de prisioneiros (Pastas N.ºs 477 - 480):

"Outro dos fuzilados foi Fernando Jara. Também ingressaram na 'Escolinha' dezesseis garotos da UES, ao redor de 17 anos, que foram torturados para que assumissem a responsabilidade de um atentado à Agência Ford de Bahía Blanca, ocorrido em meados de dezembro de 1976. Destes garotos, ficaram somente dois conosco, que apareceram mortos em 'um enfrentamento' próximo a La Plata. Dias antes do fuzilamento de Jara, havia inspecionado o local o General Acdel Vilas" (Pastas N.ºs 477 e 4636).

Foi sua visita de despedida, antes de passar à reforma e ser substituído no posto de 2.º Comandante pelo General Abel Catuzzi. Mas nada mudaria no funcionamento da "Escolinha" (Pastas N.ºs 473 e 475). No dia 12 de janeiro de 1977, Alcia Partnoy foi seqüestrada em Bahía Blanca e levada em um caminhão do Exército até o Comando do V Corpo, onde a vendaram e encapuzaram, logo após terem-lhe tomado sua declaração. Conduziram-na em um veículo até uma casa

onde ouviu, durante toda a primeira noite, os gritos de seu marido sendo torturado (Pasta N° 2266).

“Pouco a pouco fui me localizando. A velha casa aonde estávamos encontrava-se atrás do Comando do V Corpo, a quinze quadras de um motel, no caminho de ‘La Carrindanga’. O local era chamado pelos militares ‘Sicofe’. Está muito próximo dos trilhos da ferrovia e podíamos ouvir a passagem dos trens, os tiros de prática do Comando de Exército e o mugido das vacas. A sala de tortura, a cozinha, o banheiro, as celas e a sala de guarda estavam dentro do mesmo prédio. Para fazer nossas necessidades, devíamos sair até uma latrina localizada no pátio. Ali havia um ‘trailler’ onde dormiam os guardas e um poço com água que utilizavam para torturar os prisioneiros, pendurando-os durante horas no seu interior”.

Este foi precisamente o tormento sofrido por Servio Voitzuk (Pasta N° 3077), que, junto com outras testemunhas, acompanhou uma Delegação desta Comissão na visita de inspeção realizada no dia 11 de julho do corrente ano. Todos eles reconheceram, a uns 2.000 metros da sede do Comando, em um lugar conhecido como “o velho tambo”, no caminho de “La Carrindanga”, o lugar onde se erguia a “Escolinha”, hoje demolida, rodeada por um arvoredo ainda em pé, que o tornou inconfundível.

Desse modo, depois de um minucioso rastreamento, as testemunhas reconheceram restos da construção (fragmentos de alvenaria com pintura original, ladrilhos e restos de instalações sanitárias), elementos estes que em todos os casos coincidiam com os depoimentos previamente apresentados perante a Comissão. Por outro lado, em um processo iniciado perante o Juiz Federal de Bahía Blanca, Dr. Suter, o Comandante do V Corpo reconheceu a existência das construções a que fazem referência as testemunhas e sua posterior demolição durante umas manobras militares, no ano de 1978.

Se bem que muitos dos prisioneiros, entre os quais constavam os doutores Hipólito Solari Yrigoyen e Marco Amaya, foram logo legalizados, outros saíram do Centro rumo à morte.

A Delegação da CONADEP em Bahía Blanca pôde estabelecer uma lista de pessoas eliminadas em supostos enfrentamentos, várias das quais haviam sido vistas, com vida, na “Escolinha”:

“No dia 12 de abril de 1977, obrigaram a banharem-se Zulma Izurieta e Maria Elena Romero, e também a seus companheiros. Depois veio um médico ou um enfermeiro e lhes aplicou uma injeção. Ouvei como se divertiam os guardas, depois que os injetaram. Os enrolaram em cobertores e os retiraram dali. No dia seguinte, os dois casais apareceram como mortos num enfrentamento, em uma localidade próxima a Bahía Blanca. Poucos dias depois, nasceu um filho de Graciela, irmã de Maria Elena Metz, que havia sido seqüestrada em Neuquén, junto com seu marido, Raúl Metz. Foi um gurizinho que veio ao mundo sem atenção médica, na casinha (de madeira) dos torturadores. Um deles o retirou da sua mãe, que poucos dias depois foi levada com destino desconhecido” (Alicia Partnoy — Pasta N° 2266).

F. A morte como arma política. O extermínio

No curso de nossa atividade temos nos defrontado com o tema da morte. A morte em conseqüência da tortura, do choque elétrico (“picana elétrica”), da imersão, da asfixia e também a morte massiva, coletiva ou individual, premeditada, por lançamento ao mar e por fuzilamento.

É um tema que, por suas características, fere profundamente nossa consciência. Não é só pela tremenda magnitude da cifra; mas também pelas circunstâncias que rodeiam tais mortes, que afetam o suporte ético e jurídico que nos define como sociedade civilizada.

Tem sido tradicional no nosso País a exclusão sistemática da pena de morte, do direito positivo. Durante o governo militar, isto foi deixado de lado e foi incorporada à legislação penal. Argumentou-se que era necessário para prevenir os delitos mais graves da subversão.

Ainda assim, subsistiu uma instintiva repulsa à sua aplicação. Acreditou-se que com sua inclusão preconizava-se dissuadir indivíduos anti-sociais da consumação dos mais graves delitos, ou que o juízo prévio dos Tribunais Militares reservaria a sua aplicação para casos de exceção. Nenhum Conselho de Guerra processou formalmente ninguém que merecesse tão terrível castigo.

Todavia, a realidade foi outra. Houve milhares de mortos. Nenhum dos casos fatais teve sua definição por via judicial ordinária ou militar; nenhum deles foi a derivação de uma sentença. Tecnicamente falando, são homicídios qualificados. Homicídios a respeito dos quais nunca se levou a cabo uma investigação profunda e jamais se soube de sanção alguma aplicada aos responsáveis.

Em conclusão, o regime que considerou indispensável alterar nossa tradição jurídica, implantando na legislação a pena capital, nunca a utilizou como tal. Ao invés disso, organizou o crime coletivo, um verdadeiro extermínio massivo, patenteado hoje no mórbido achado de centenas de cadáveres sem nome, e no testemunho dos sobreviventes dando conta dos que morreram em atrozes suplícios.

Não foi um excesso na ação repressiva, não foi um erro. Foi a execução de uma fria decisão. Os exemplos, as comprovações, multiplicam-se sem deixar a menor dúvida sobre esta conclusão.

Fuzilamentos em massa

O “Pozo” na “Loma del Torito”

Assim que começaram os trabalhos da Comissão, foram chegando inúmeras denúncias sobre o desaparecimento de pessoas em Córdoba, convergindo o destino das mesmas ao Centro Clandestino de Detenção “La Perla”.

As violações mais profundas dos direitos humanos foram cometidas neste lugar. Também houve mortes por fuzilamento em massa.

Os depoimentos dos sobreviventes falam do temor às “transferências” que periodicamente se realizavam em um tétrico “Mercedes Benz”, que em pouco tempo regressava sem o seu carregamento humano, associando-o com as repetidas ameaças de seus carcereiros de que seriam enviados “ao buraco”.

Tal referência, é doloroso dizer, fazia menção ao extermínio de muitos prisioneiros por meio do fuzilamento na borda de um poço, previamente cavado para o enterro dos corpos. O lugar está localizado na zona denominada “Loma del Torito”, dentro do campo “La Perla”, na jurisdição militar onde tem sua sede o Esquadrão de Exploração de Cavalaria Aerotransportada N.º 4, em Córdoba.

Esta Comissão requereu judicialmente a escavação do terreno, procedimento que se realizou no dia 22 de março de 1984, conduzindo a diligência a um resultado negativo. No entanto, a comprovação pela testemunha — agricultor de muitos anos na zona — de que a terra havia sido removida, junto com outros depoimentos coincidentes e com aqueles que assinalam a realização de trabalhos de exumação de restos humanos ali, nos indicam que o temor dos prisioneiros por sua própria vida estava plenamente fundamentado. Vejamos algumas das declarações que creditam tal fato.

1) Depoimento de Gustavo Adolfo Ernesto Contemponi e Patricia Astelarra - Pasta N.º 4452

“Os seqüestrados, após serem fuzilados, eram atirados em um poço previamente cavado. Com os pés e mãos amarrados, amordaçados e vendados, eram sentados na borda do mesmo e simultaneamente se lhes dava um tiro. Muitos de nós, prisioneiros, recebemos este depoimento de diversos militares e, inclusive, em ocasiões pudemos ver pessoas retiradas nestas condições. Eram retirados de ‘La Perla’ geralmente na hora da sesta; a quantidade e freqüência das retiradas foi variável. Eram levados da cela coletiva pela guarda da gendarmaria, às vezes chamando-os por seus números em voz alta; outras se aproximavam do sentenciado, dizendo-lhe alguma coisa em voz baixa e o levando. Todos escutávamos o ruído do caminhão. Assim, quando depois de várias horas seus colchonetes permaneciam vazios, tínhamos a certeza que haviam sido levados no mesmo. Durante o ano de 76, até princípios de 77, quase todos os seqüestrados éramos informados de que nosso destino seria o ‘buraco’ e eram comuns as ameaças a respeito. Eu e outro prisioneiro pudemos observar, espiando pela janela de um escritório, como era carregado ao caminhão um grupo de condenados. Os prisioneiros, com os pés e mãos completamente amarrados, vendados e amordaçados, haviam sido levados horas antes ao galpão e depois pudemos observar como foram carregados pelos interrogadores e pessoal fardado, em um caminhão Mercedes Benz, atirando-os à carroceria como sacos de batata. Presenciando isto estava o Gen. Centeno e uns cinco oficiais de alta graduação, que partiram atrás do caminhão em uma camioneta Ford, do Exército”.

2) Depoimento de José Julian Solanille — Pasta N.º 1568

“Como ‘boia-fria’ na roça, depois do golpe de março de 1976, passou a trabalhar em um local contíguo ao campo ‘La Perla’, denominado ‘Loma del Torito’. Aproximadamente em maio do mesmo ano observou um buraco de cerca de 4 metros por 4 e 2 metros de profundidade. Um domingo, observou a entrada de dez a quinze automóveis, entre eles dois Ford Falcon de cor branca, num dos quais identificou como ocupante o Comandante do III Corpo do Exército, General Menéndez, a quem reconheceu por havê-lo visto em numerosas ocasiões anteriores; e dois caminhões do Exército com a carroceria coberta com lonas militares, um com uma cruz branca

pintada. Momentos depois, saiu ao campo, 'tocando' o gado; e no trajeto encontrou-se com um vizinho chamado Giuntoli, que explorava um campo vizinho, que lhe disse que queria constatar se eram certos os comentários que havia escutado sobre a existência de fossas no lugar, onde se enterrava gente. Concordeu em acompanhá-lo, cedendo-lhe um cavalo e ele montando outro, ambos de sua propriedade. Ao aproximar-se do lugar onde estava essa fossa grande antes descrita — aproximadamente a 100 metros de distância — observou que estavam os veículos cuja chegada haviam presenciado anteriormente. Então avisou o seu acompanhante Giuntolo: 'Vamos embora, que pode dar galho...', e por tal motivo se retiraram, mas no mesmo instante começaram a ouvir fortes disparos de armas de fogo. Faz notar que quando viram os automóveis junto à fossa, na sua borda havia um grupo numeroso de pessoas que pareciam estar com as mãos amarradas às costas e os olhos vendados ou com óculos com as lentes pintadas de preto. No dia seguinte, retornou ao lugar e observou que o poço estava tapado, e sobrava terra abundantemente. Estima que o número de pessoas que teriam sido fuziladas nessa ocasião supera os 50".

3) *Processo de escavação na "Loma del Torito" — Pasta N° 1568*

Os trechos mais relevantes da ata de constatação são os seguintes:

"...começando as tarefas que são motivo da presente, para cujo fim se pratica a escavação no local assinalado... chegando-se aproximadamente aos dois metros e vinte centímetros de profundidade. Diante do resultado negativo da mencionada escavação, Solanille expressa que, não obstante a sua certeza, é desnecessário continuar no dito lugar. Em seguida vai ao lugar no qual a testemunha se refere como 'a tumba pequena', onde haveria restos humanos. Feito o que, inicia a cavar de forma manual no lugar indicado. Na tarefa participou voluntariamente a testemunha Solanille, trás o que estimou que se tornava desnecessário cavar em maior profundidade já que, no seu entender, *a terra se achava removida desde a oportunidade em que ele havia observado restos humanos*".

4) *Depoimento de Julio César Pereyra — Pasta N° 3801*

"...prestou o serviço militar na Companhia de Apoios de Equipamentos Aero transportados N° 4 — III Corpo do Exército — Província de Córdoba, de fevereiro de 1976 até 5/9/77. Durante o mês de junho de 1976, estando com um companheiro em La Mezquita, dirigiram-se à área denominada 'Loma del Torito', detectaram uma fossa pela terra removida e, ao escavar, acharam, quase na superfície, restos humanos (uma mandíbula) e um suéter azul de lã que também continha restos ósseos... Também acharam cartuchos detonados de Itaka..."

5) *Depoimento de Ernesto Facundo Urien — Pasta N° 4612*

"No ano de 1978 exercia o cargo de Chefe da Companhia B do Liceu Militar de General Paz. Por se saber da chegada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Tenente de Cavalaria Gustavo Gelfi recebeu uma ordem, sem que lhe fosse

transmitida através do declarante, que consistia em cumprir uma atividade alheia ao Instituto aonde estava destinado. Posteriormente, o dito oficial confiou ao depoente em que consistia a atividade que tinha que cumprir, declarando-lhe que era secreta. Essa atividade consistia em desenterrar corpos em uma zona pertencente ao campo de instrução do Comando do Terceiro Corpo do Exército, utilizando retroscavadeiras que eles mesmos deveriam operar. Os corpos já desenterrados (que mostravam evidências de não terem sido enterrados nem em caixão nem em saco nenhum disseminados pela área, alguns com documentos) eram introduzidos em tonéis; em alguns colocando cal viva, para após serem levados com destino incerto”.

6) Depoimento de José María Domínguez

“No ano de 1976 ingressei na Gendarmaria Nacional; em novembro ou dezembro desse ano me destinam a cumprir tarefas em diferentes lugares, tais como a U. P. 1, ‘La Perla’, ‘La Perla Chica’ e ‘La Ribera’... No lugar ‘La Perla’, tive oportunidade de cumprir vários objetivos... Em duas oportunidades pude ver como em horas da madrugada entravam caminhões do Exército e começavam a carregar prisioneiros da cela coletiva. Uma vez levaram 5 pessoas, enquanto que em outra oportunidade foram onze os transferidos. Os caminhões não regressavam ao local e comentava-se que as vítimas eram levadas para fuzilá-las em ‘El Pozo’...”

7) Depoimento de Carlos Beltrán — Pasta N.º 4213

“Eu pertenci à Gendarmaria Nacional de 1971 a 1980, ano em que fui demitido. Em 1977 ou 1978 me informaram que havia sido destinado a cumprir objetivos, consistindo em realizar tarefas de segurança na U. P. 1, e nos Locais de Reunião de Detidos conhecidos como ‘La Perla’, ‘La Perla Chica’ e ‘La Ribera’ (...) Os veículos esperavam no pátio. Uma vez fora da cela, os prisioneiros que haviam sido obrigados a acompanhar os interrogadores eram embarcados, sempre manietados e vendados, fazendo-os deitar no piso do mesmo... então partiam... Após uma ou duas horas de terem partido os veículos, regressavam já sem os prisioneiros. Uma vez perguntei ao ‘Gino’ aonde levavam os prisioneiros e ele me respondeu: ‘Os levamos a um e oitenta...’. Em uma oportunidade, o ‘Capitão’ me ordenou que o acompanhasse junto com outros gendarmes ao interior da cela coletiva. Estando ali, ordenou a quatro prisioneiros: um homem jovem de sobrenome Castro; um homem bem mais alto, de uns 36 anos de idade, creio que vendia sorvetes na Villa Carlos Paz (em ‘La Perla’ ficou a sua bicicleta); outro homem de 28 anos e uma mulher grávida que vestia um avental de plástico, dos utilizados para lavar roupa, e calçava botas de borracha (a mulher deveria ter uns 25 anos e estava em adiantado estado de gravidez), que ficassem em pé e o acompanhassem. Os prisioneiros foram embarcados no caminhão; iamos junto com um gendarme e quatro suboficiais do Exército, enquanto que na cabine viajavam um Sargento como chofer, acompanhado de um oficial jovem, talvez um Primeiro Tenente, de baixa estatura, um pouco gordo, de uns 36 anos, usava bigodes. Partiu o caminhão, seguido do automóvel marca Torino que conduzia habitualmente o ‘Capitão’, que ‘Gino’ acompanhava. Os veículos seguiram por um caminho de terra, transpondo a cerca de arame que rodeia o edifício de ‘La Perla’. Após percorrer uns três quilômetros, param num caminho rural localizado entre uma área com sorgo e outra semeada com amendoim. Mais adiante, só havia vegetação de capoeira (gramíneas, espadanas e árvores pequenas), onde todos descemos dos veículos e percorremos uns cinquenta metros de terreno sem se-

meiar, com muito inço. Uma vez ali, o 'Capitão' ordenou que desamarrassem o prisioneiro mais novo e lhe entregassem uma das pás trazidas pelos suboficiais, ordenando à vítima que começasse a cavar uma cova, de 1,80 metros de profundidade, três metros de comprimento e 1,20 metros de largura. Os outros três prisioneiros eram vigiados por dois militares cada um. Eu e outro oficial estávamos junto ao mais velho dos quatro prisioneiros; pude notar, então, que enquanto rezava muito devagar começou a chorar. Ninguém falava, reinava um profundo silêncio quando o 'Capitão' fez subir à borda da cova o prisioneiro que estava cavando e fez colocar os três restantes junto da vítima, um junto ao outro, atrás da fossa. Depois de um sinal do 'Capitão' e antes de ter-me dito textualmente: 'estes, temos que mandá-los a 1,80', ao qual eu manifestei que não ia fazer, 'Gino', os quatro suboficiais e o Primeiro Tenente começaram a disparar sobre os prisioneiros; também acionou a sua arma de fogo o gendarme. Enquanto que os três homens ficaram imóveis, depois dos disparos, a mulher, que havia caído, pôde se recuperar e caminhar uns passos na direção oposta à cova; nesse momento o 'Capitão' puxou a pistola e lhe descerrou um balaço na cabeça. Os quatro corpos foram atirados à fossa, borrifados com cinco litros da gasolina. Depois se fabricou uma tocha com um pedaço de pau, o qual, uma vez aceso, foi atirado ao interior da fossa, o que provocou uma forte explosão. Durante uns vinte minutos manteve-se o fogo, momento em que se começou a perceber um odor muito desagradável, seguramente resultado da combustão de corpos e roupas. Quando começaram a tapar a cova, me aproximei e pude observar dois dos corpos calcinados, como se tivessem reduzido o seu tamanho normal 70 ou 80 centímetros. Depois de cobrir a cova e pressioná-la com os pés, todos atiraram 'santa-fé' e ramos na superfície, para cobri-la. Eu tive uma forte discussão com o 'Capitão', por ter desobedecido a ordem, ordenando-me que me retirasse da missão, pois não servia para militar; que era um inútil e um covarde".

Fuzilamento em Quilmes

À medida que fomos registrando o acontecido em outros lugares do País, ver-se-á que o acontecido em "La Perla" não foi um fenômeno isolado.

Inclusive, tudo parece indicar que somente conhecemos uma parte da realidade. O tempo revelará a extensão desse drama. Em data recente, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Deliberativo de Quilmes teria confirmado a veracidade de uma denúncia, segundo a qual, em fins de 1977, dezoito pessoas foram fuziladas e depois sepultadas, sem identificação, em um cemitério local.

No início não se obtiveram dados sobre o caso, até que, em 29 de junho do ano passado, a Comissão ouviu Edgardo Poleri, ex-capataz geral da necrópole, que fez saber que naquela época recebeu ordem de fechamento temporário da dependência municipal e que se desse licença ao pessoal sobre o pretexto de uma desinfecção; só continuaram em seus postos o porteiro da entrada principal e o declarante.

Foi então que ingressou no cemitério um caminhão semelhante aos que transportam carne e o senhor Poleri ouviu murmúrios que provinham do interior do veículo, que se dirigiu, custodiado por guardas uniformizados armados, ao setor onde estavam sendo construídos os nichos da Federação de Empregados do Comércio.

Uns 10 minutos depois, ouviu uma rajada de metralhadora, distante uns 50 metros do local.

No dia 2 de julho de 1984, este depoimento é ratificado pelo senhor Héctor Alanis, outro ex-empregado do cemitério, que acrescenta que, no dia em que ocorreu esse episódio, não viu se retirarem os coveiros, como era habitual.

Mortos em “confronto armado”

Foi outra das técnicas utilizadas para mascarar a morte ilegal de prisioneiros. Aqueles que no momento do golpe militar estavam detidos nos cárceres oficiais, à disposição do Poder Executivo Nacional, não podiam ser eliminados sem que se alegassem “motivos”. O mesmo acontecia com os que, por alguma circunstância fortuita, não ingressavam nas trevas do desaparecimento. Se o destino que tinham designado era a morte, caíam crivados numa “tentativa de fuga” ou apareciam abatidos em um “confronto armado”.

Não nos referimos àqueles supostos casos em que as mortes aparentemente se produziam na oportunidade em que as forças de segurança eram repelidas pelos ocupantes das casas invadidas. Trata-se, ao contrário, dos que, estando presos e sob o absoluto controle da autoridade, apareciam posteriormente mortos “em combate” ou pela aplicação da chamada “lei de fuga”.

Neste sentido, é por demais eloqüente a fundada resolução ditada pelo senhor Juiz Federal de Salta, Dr. José Javier Cornejo, descartando a versão oficial sobre a morte de dez reclusos e a fuga de outros dois, quando eram transferidos da “Guarnição Salta”, do Exército, para a cidade de Córdoba. Diz o senhor Juiz na citada resolução:

“Salta, 29 de fevereiro de 1984. AUTOS E VISTOS E CONSIDERANDO: Que ...do que consta na causa surgiria que o pessoal militar que foi retirar os internos da unidade carcerária se comportou com evidente clandestinidade na transferência, já que teriam pedido o escurecimento e a retirada dos oficiais de baixa graduação e suboficiais penitenciários dos locais onde iam atuar (...) assim como também o fato de que seus uniformes não tinham distinção de posto e que entre eles se teriam dispensado o tratamento que não se coaduna com o que têm os membros das Forças Armadas (...) Também coincide com a versão dos fatos narrados pelos denunciante a situação particular em que se teria proibido os prisioneiros de levarem seus pertences imprescindíveis (...) É de notar que estas circunstâncias peculiares de transferências não aconteciam em outros casos, tanto anteriores quanto posteriores. Do mesmo modo, corroboraria o relato dos fatos que sustentam os denunciante a situação de que os supostos agressores do comboio militar não contariam na fuga com a colaboração, ainda que somente passiva, dos prisioneiros, pois estes ignorariam a intenção de libertá-los, tal como surgiria da declaração de fls. 252/255, congruente com a do Diretor dos Institutos Penais de Salta, Braulio Pérez (...) Não se oporia à versão do fato que se denuncia a circunstância de que — prima facie — alguns dos presos morreram, supostamente, em locais diferentes dos que, de acordo com a autoridade militar, foi atacado o comboio, pois no caso do casal Usinger e Oglietti, acontecido em Jujuy, o pessoal da polícia que interveio, por um lado, não teria feito o registro (...) e, por outro, segundo o relatório do funcionário da morgue do Hospital Pablo Soria, (...) teria tratado, sem motivo que o

justificasse, de que os cadáveres destes não fossem vistos, já que, sub-repticiamente, os fariam ingressar às 6 da manhã do dia 7 de julho de 1976, para retirá-los às 24 horas desse mesmo dia, permanecendo durante esse tempo com custódia policial. Esta situação, do mesmo modo que as que cercaram a entrega dos corpos de María del Carmen Alonso de Fernández, Pablo Eliseo Outes, Benjamin Leonardo Avila, Celia Raquel Leonard de Avila, José Victor Povolo, reforçam os argumentos para considerar - prima facie - que o fato teria ocorrido tal como se denunciara a fls. 5/6, bem como que dos autos não surgiria que, além dos presos por infração à Lei 20.840 e à disposição do P. E. N., na Prisão local, morrera algum integrante do grupo de terroristas que teria atacado o comboio militar, na localidade de Pichana, Distrito de General Güemes, pois Jorge Ernesto Turk Llapur, que seria o único que não era interno da Penitenciária de Villa Las Rosas, teria estado, aparentemente, à disposição das autoridades militares de Jujuy (...), as quais, ainda que não surja agora de forma clara a causa principal, o teriam transferido à Província de Salta, antes que acontecesse o fato denunciado, situação que permitira que ele fosse um integrante do grupo agressor. Além disto, reforçaria o registro dos denunciantes a fls. 5/6, de que, tanto no veículo Mendilaharsu quanto no chão e na zona contígua à cerca beirando o caminho, havia um grande número de poças de sangue (...), o que, em princípio, não harmonizaria com as comunicações do Chefe da Guarnição Militar, uma vez que, de acordo com a nota de fls. 190, teriam matado somente três pessoas no local do confronto, número que pareceria pequeno, considerando a descrição que do local fazem os policiais de General Güemes, sem prejuízo de assinalar que a testemunha Nazario Giménez, residente a 4km de onde supostamente foi agredido o pessoa militar, não teria ouvido as explosões das armas (...) Assim, desprezada — prima facie — a possibilidade de que os presos tivessem morrido em um confronto, os motivos da investigação seriam esclarecer a circunstância em que morreram 9 internos da Penitenciária de Villa Las Rosas, o desaparecimento de dois e a morte de Jorge Ernesto Turk Llapur”.

Outro caso extremamente revelador da existência destes procedimentos é o que se refere ao desaparecimento de Mario José Miani, em cuja Pasta N° 6257 se acha anexada a denúncia de sua mãe, cujo texto é o seguinte:

“No dia 9 de agosto de 1978, meu filho se retirou de sua casa quando eram 17 horas, a fim de realizar algumas compras. Ficou de regressar próximo das 22 horas; no entanto, não o fez, fato que nos alarmou. No dia seguinte, às 2 horas, recebi chamada telefônica de um familiar dizendo-me que meu filho, ferido em uma perna, estava sofrendo uma intervenção cirúrgica no Hospital Municipal de San Isidro. Dirigi-me com meu esposo até ali e, ao chegar, soubemos que meu filho ainda se encontrava na sala de cirurgia. Na manhã do dia 10 de agosto de 1978, meu filho, em nossa presença e na do médico e do pessoal do hospital, foi retirado e colocado na ambulância militar... Ao perguntar aonde o levavam, um soldado me conduziu até um militar (sem insígnias nem outras identificações) de mais idade, que me disse que meu filho seria conduzido ao Hospital Militar de Campo de Mayo. Quando nesse mesmo dia fui com meu esposo ao Hospital Militar de Campo de Mayo, nos disseram que meu filho não havia ingressado nesse hospital. Alarmada diante dos fatos, escrevi ao General Suárez Mason, naquele momento Comandante do Primeiro Corpo com sede em Palermo, que me respondeu com uma singular carta, escrita a próprio punho e letra, dizendo: ‘Sra. María Elena B. De Miani, Buenos Aires, 14 de agosto de 1978: Acuso recebimento de sua carta de 10 de agosto, referente ao caso

de seu filho José. *Segundo nossa informação corrobora-se o que a sra. diz.* Sugiro-lhe dirigir-se ao Comandante dos Institutos Militares (Campo de Mayo), a fim de complementar informações sobre este caso. Atenciosamente'. Com essa carta, obtive uma entrevista com o Comandante dos Institutos Militares, General Santiago Omar Riveros, que negou que tivesse detido meu filho. No dia 8 de fevereiro de 1979, ao ir perguntar sobre o meu filho no Ministério do Interior, como o fazia frequentemente, me disseram que 'havia morrido em um confronto acontecido em Chapadmalal, Mar del Plata, no dia 19 de dezembro de 1978'.

Como veremos mais adiante, não tem sido alheia a este ocultamento premeditado de verdadeiras execuções sumárias a forma irregular com que se faziam os sepultamentos, com o propósito evidente de evitar a identificação dos cadáveres e com isto impedir que fosse creditado o assassinato de detidos em suas residências ou diante de testemunhas às Forças Conjuntas.

Para tanto, os fatos revelados pela investigação realizada na Prefeitura de Quilmes (Pasta N° 6531), em razão do sepultamento de cadáveres mediante ordem policial e sem que se expedissem as licenças de praxe, servem de exemplo.

No dia 24 de junho de 1977, em um confronto com forças policiais da Província de Buenos Aires e militares do Batalhão Depósito de Arsenais "Domingo Viejobueno", são mortos cinco subversivos.

Não existiu qualquer relatório referente à morte violenta das cinco pessoas, nem houve interrogação de qualquer Juiz de Direito, federal ou militar.

Isto é corroborado pelo então Chefe de Polícia da Província de Buenos Aires, General Fernando Exequiel Verplaetsen, que informa na lauda 81 do Processo que:

"Não existe nesta data registro nos Livros da Guarda ou entrada e saída de sumária... de ter-se instruído autuações judiciais pelo fato em pauta, nem há qualquer constância nos arquivos de Informações Diversas, a juízes, livros de correspondência, etc., por terem sido os mesmos incinerados, nem que as autuações sumárias 'estivessem a cargo da Área Militar do local dos fatos'.

Por sua vez, o Comando em Chefe do Exército, por telegrama constante na folha 118 do mesmo Processo, indica "que, segundo Relatório do Comando do I Corpo do Exército, na área dessa Unidade não se registraram antecedentes nesse particular".

O depoimento do médico de Polícia que interveio no caso indica que não foram feitas autópsias, mas simplesmente reconhecimentos profissionais para efeitos da expedição dos certificados médicos de óbito.

Observando a forma como são enterrados: nus e numerados no peito, com tinta amarela e de "1" ao "5", tem-se a impressão de que aos mortos é dado o tratamento de simples pacotes, coisas ou animais ou dejetos que se atiram numa lixeira.

Têm sido deixadas de lado todas as normas estipuladas nas Leis de Processos Penais determinando o que deve ser feito nessas circunstâncias.

Onde estão as roupas dos mortos? Por que foram enterrados nus? Por que não foram tiradas fotografias dos cadáveres, para posterior identificação?

Estes métodos permitem presumir tratar-se de uma estratégia geral de não identificar os mortos para evitar a diferenciação entre os que morriam em confrontos e os que eram mortos estando prisioneiros.

Desaparecimento e morte de Ricardo Adrián Pérez e Maria G. Esther Cubas de Pérez - Pasta N.º 32

“Sou pai de Ricardo Adrián Pérez, argentino, nascido no dia 31 de agosto de 1950, radicado com sua esposa em Santo Tomé, Província de Santa Fe. No dia 23 de abril de 1977, recebo um chamado telefônico de um tio de Ricardo...

(.....)

“Meu filho e sua esposa haviam sido detidos por Serviços de Inteligência da Província de Buenos Aires, com apoio de pessoal militar com uniforme, do Corpo de Artilharia 121 - Área 212, Cidade de Santa Fe.

“Apresento um recurso de Habeas-corpus; por razões de jurisdição, o transferem ao Juiz Federal de Santa Fe, Dr. Mantaras. No dia 30 de agosto de 1977, me apresento no Tribunal, onde tomo conhecimento da resposta enviada pelas autoridades do Corpo 121, que diz: ‘Santa Fe, 10 de agosto de 1977. Ao Juiz Federal da Cidade de Santa Fe: Nos autos rotulados Pérez, Ricardo Adrián, sobre recurso de Habeas-corpus (Exped. N.º 483/77), levo ao conhecimento de V. S.ª que a detenção do nomeado anteriormente se efetuou por requerimento da autoridade militar (Área La Plata - Prov. de Buenos Aires), por presumíveis vinculações com atividades subversivas. Sua transferência foi realizada por pessoal de investigações da cidade de La Plata, pertencente à Polícia da Província de Buenos Aires’.

“No dia 21 de dezembro de 1978, recebo um chamado telefônico da Polícia Federal (Sec. Identificações), perguntando se Ricardo A. Pérez vivia em minha casa; lhe respondo que sim e que sou o pai. Notificam-me que havia sofrido um acidente na Rodovia Provincial N.º 12, da Província de La Pampa, a 20km de C. Baron, com um automóvel Fiat 125 totalmente incendiado, com restos humanos de duas pessoas, uma masculina e outra feminina, impossíveis de identificar pela ação do fogo.

“Dirijo-me ao local do acidente. Fizemos comentários com os policiais do lugar e para eles tudo era suspeito, já que a cédula de identidade havia sido atirada a um lado do automóvel para que não se incendiasse e que tudo levava a imaginar que tivesse sido incendiado intencionalmente pelos supostos assassinos, dado a hora: 6h30min da manhã. Os restos foram depositados no morgue de Gen. Pico, como N. N”.

Dos registros oficiais constantes nesta Comissão, surge que Ricardo Adrián Pérez e Marta G. Esther Cubas de Pérez foram detidos por pessoal militar, no dia 21 de abril de 1977, e entregues à Divisão Investigações da Polícia de Buenos Aires, no dia 26 de abril de 1977.

A denúncia destes fatos foi levada à Justiça Federal no dia 1.º de agosto de 1984, ficando radicada no Tribunal N.º 2, da Capital Federal.

Mortos em “tentativa de fuga” - Pasta N.º 6131

O relato dos fatos efetuados pelos familiares das vítimas dos trágicos episódios ocorridos na localidade de Margarita Belén, Província do Chaco, é o seguinte:

“Nas horas da madrugada do dia 13 de dezembro de 1976, uma comissão do Exército, com apoio de pessoal da Polícia da Província, transfere de dependências da Alcadia da Polícia da Província um grupo de presos, com destino provável da penitenciária da cidade de Formosa. Fato inexplicável, porque a prisão de Resistência é uma das mais seguras do País e a de Formosa oferece muito poucas garantias.

“Tendo a comissão percorrido aproximadamente 30km, nas proximidades da localidade de Margarita Belén e na Rodovia N° 11, produz-se a morte por ‘ferimento a bala’ de todos os presos”.

A versão oficial é que se tratou de um ataque de delinqüentes subversivos, com a aparente intenção de liberar ou eliminar os presos, para evitar “declarações comprometedoras”.

Nunca foi conhecido o nome de todos os mortos, mas sim que os únicos que morreram foram os prisioneiros em transferência. Não houve baixas, nem entre os presumíveis atacantes, nem entre os defensores.

Alguns dos presos vítimas da ação provinham da Unidade Regional 7, de Resistência, onde estiveram internados até o dia 12 de dezembro, data em que são conduzidos à Prefeitura e são amontoados com outros presos políticos, sendo objeto de graves torturas, que se prolongam até as primeiras horas do dia 13. Os demais presos ouviam os gritos dos torturados, que pouco tempo depois voltavam às celas com evidentes sinais de sofrimento.

Na madrugada do dia 13 chega uma comitiva militar, que autoriza uma ordem de transferência de um número determinado de presos, que são entregues com um registro formal nos livros e recibo escrito da ordem de transferência e entrega. No entanto, hoje não mais existem; foram destruídos.

Dois dias antes do fato, autoridades militares sobrevoam, no helicóptero da Província, a área onde se produziria a tragédia. Nos planos de vôo da Casa de Governo do Chaco e no Aeroporto de Resistencia, pode-se verificar a trajetória.

Durante a manhã do dia 13, o então prefeito de Resistencia ordena à autoridade do Cemitério Municipal a abertura de um número considerável de covas e, nesse mesmo dia à tarde, comparecem tropas do Exército e Polícia que, depois de desocupar as dependências, procedem ao sepultamento de dez cadáveres, cinco dos quais como “N. N.”. Foram identificados somente os corpos de: Manuel Parodi Ocampo; Patricio B. Tierno; Luis Alberto Díaz; Carlos Alberto Duarte, porque, muito tempo antes de vencer o prazo determinado pelas leis municipais vigentes, os restos foram levados ao ossário comum. Os cadáveres que puderam ser exumados estavam completamente nus.

Até esta data, as investigações realizadas não produziram resposta às seguintes questões: 1º) Quantos presos foram retirados da Penitenciária U. 7 em 12 de dezembro, para sua transferência à Prefeitura? 2º) Quantos presos, e quais, foram levados à Prefeitura e vindos de outros locais? 3º) Quantos e quais eram os presos retirados da Prefeitura na madrugada do dia 13? 4º) Quais foram, exatamente, as vítimas da tragédia de Margarita Belén?

Durante a visita que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da O. E. A., fez à Argentina, recebeu a denúncia da morte, nesta ações, do estudante Patricio Blás Tierno. Após as gestões informativas que realizou perante o Governo

Argentino daquela época, e de acordo com as prescrições do Regulamento da Comissão, resolveu:

1. Presumir como verdadeiros os fatos denunciados na comunicação do mês de setembro de 1979, relativos às circunstâncias irregulares em que morreu o senhor Patricio Blás Tierno.
2. Declarar que o Governo da Argentina violou o direito à vida, à liberdade, à segurança e integridade da pessoa (Artigo I, da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem).

A denúncia destes atos foi levada à Justiça, ficando radicada no Tribunal Federal de Resistencia, Chaco.

Lançamento de prisioneiros ao mar

É difícil acreditar. No entanto, existem numerosas declarações que fazem menção a isto. Alguns por terem ouvido, outros por referências diretas de seus captores; e também existem os corpos que as correntes marinhas devolveram à costa. É difícil acreditar, mas, no contexto geral desta selvagem repressão, é lícito pensar que para seus autores não foi outra coisa que um método a mais dos tantos utilizados com a mesma finalidade.

Em uma apresentação de três ex-prisioneiras da Escola Superior de Mecânica da Armada da Argentina, perante a Assembléia Nacional Francesa, relata-se o seguinte:

"No dia da transferência reinava um clima muito tenso. Não sabíamos se esse dia era a nossa vez ou não.

"...começava-se a chamar os prisioneiros pelo número...

"Eram levados à enfermaria do porão, onde os esperava o enfermeiro que lhes aplicava uma injeção para adormecê-los, mas que não os matava. Assim, vivos, eram retirados pela porta lateral do porão e introduzidos em um caminhão. 'Drogados', eram levados ao Aeroparque, embarcados em um avião que voava para o Sul, mar adentro, onde eram atirados vivos.

"De início, o Capitão Acosta proibiu toda referência ao tema 'transferências'. Em momentos de histeria, fez afirmações como a seguinte: 'Aqui, quem incomoda leva um 'Pentho-naval', e se vai para cima" (Pastas N° 4442 e 5307).

A denúncia de Norma Susana Burgos (Pasta N° 1293) corrobora o afirmado anteriormente. Da mesma maneira que o depoimento de Lisandro Cubas (Pasta N° 6974), que diz:

"Em geral, no concernente ao destino dos 'transferidos', os oficiais evitavam tocar no tema e inclusive proibiam expressamente fazê-lo. Segundo nossa experiência, a partir do comentado por alguns oficiais do G. T., nos prisioneiros 'transferidos' era aplicada uma injeção de "pentotal" e, depois de carregados dopados num avião, eram atirados ao mar. Diziam que, antes, os métodos consistiam em fuzilamentos e

incineração nos fornos da ESMA ou o sepultamento em fossas comuns de cemitérios da Província de Buenos Aires”.

Também o depoimento de Jorge Luis Eposto (Pasta N° 6514), expõe uma metodologia semelhante, que era opinião corrente em outra dependência militar:

“Todas as noites saía um avião de transporte Hércules, da base de Campo de Mayo; o reconheci por ser um tipo de avião muito conhecido e inconfundível, que se dirigia para o mesmo rumo sul-este. A hora de saída era entre as 23 ou 24 horas; ou, mais precisamente, entre as 23h30min e 24 horas, regressando aproximadamente entre a 1h00 e 1h30min da madrugada, em um vôo que não excedia uma hora de duração. O vôo diário do avião, que excepcionalmente deixava-se de ver ou escutar, era objeto de comentários entre o pessoal do Hospital do Campo de Mayo, dizendo-se que levava gente que era atirada ao mar”.

Tudo se coaduna com informação que aparecia no jornal “Clarín” do dia 30 de dezembro do ano passado, recolhendo a denúncia efetuada pela Prefeitura do General Lavalle, perante o Tribunal N° 1 do Departamento Judicial de Dolores: “37 cadáveres N. N. foram descobertos no cemitério localizado a 38km ao sudoeste de Santa Teresita, Província de Buenos Aires”. Os mortos teriam aparecido a partir de meados de 1976, em diferentes praias. O mar, que na zona do golfo tem correntes muito irregulares, atirou-os à areia muito desfigurados. Em alguns corpos se observavam inequívocos sinais de violência; a água salobra e a voracidade dos peixes tinham desfigurado quase todos. Os cadáveres eram recolhidos por bombeiros voluntários de Santa Teresita, com intervenção da Polícia Provincial. Um médico municipal emitiu os correspondentes certificados de óbito, sempre em nome de N. N. Todos vieram de alto-mar. Poderiam ter caído de alguma embarcação ou foram atirados de aviões, opinou um especialista.

Outras técnicas de eliminação de cadáveres: a incineração e a imersão

A prática da queima de corpos: que haverá de mais diabólico e mais simples? Não restariam nem os ossos. Depois, em cada lugar voltaria a crescer o mato e ninguém estaria em condições de dizer que em tal ou qual lugar se haviam feito “grelha” e “churrascos”.

Diz o agente de Polícia Provincial, Juan Carlos Urquiza (Pasta N° 719):

“Ali em San Justo — referindo-se à antiga ‘División de Cuatrismo’ que funcionou como Centro Clandestino de Detenção com o nome de ‘El Banco’, se faziam o que chamavam ‘capachas’, que eram buracos retangulares que teriam 50 a 60 centímetros de profundidade, por 2 metros de comprimento. Vi esses buracos feitos ao tamanho de uma pessoa. Estas mesmas ‘grelhas’ existiam no quartel da Gendarmaria, à beira do caminho a Ezeiza, na Avenida Ricchieri. Eu sei, porque uma noite fui ali e vimos os fogos. No interior destes poços metiam corpos humanos, os borrifavam com óleo diesel que traziam dos tanques e calcinavam os corpos”.

Pedro Augusto Goin (Pasta N° 4826) confirma a implementação desta forma de eliminação dos cadáveres, ao relatar sua passagem pelo “Pozó de Arana”, declarando:

“...Estive sem venda ali por aproximadamente 30 dias, vi que retiravam das camionetas pneus usados. Isto me chamou a atenção. O mesmo que as latas de gasolina que vi colocadas num canto do pátio. Ali não se podia perguntar nada, mas, depois, por uma inconfidência de um dos guardas, quase no último dia de minha permanência em Arana, soube que se usavam para queimar corpos”.

Fazendo referência também a Arana, o agente de guarda Luis Vera (Pasta N° 1028), testemunha:

“...em muitas oportunidades também ingressavam prisioneiros feridos ou mortos em confrontos, que, da mesma maneira que algum torturado que houvesse falecido durante a aplicação dos tormentos, eram enterrados em uma fossa existente nos fundos da Brigada.

“No que se refere ao sepultamento dos corpos dos prisioneiros falecidos, devo dizer que uma vez colocados na fossa, se acendia o fogo ao mesmo tempo em que se dissimulava o dito sepultamento ou cremação, queimando-se pneus; com isto, se dissimulava o odor e a fumaça característicos de uma cremação. Posso afirmar, por tê-lo visto, que na fossa podiam-se observar claros indícios e evidências de corpos calcinados”.

Alejandro Hugo López (Pasta N° 2740) declara:

“No mês de maio de 1976, fui incorporado ao Serviço Militar, com tarefas na Escola de Mecânica da Armada. Ali se faziam alguns trabalhos que se chamavam ‘operações’ e se construiu o que chamavam ‘grelha’, que consistia em uma bandeja de aço com um tubo para introduzir óleo diesel, onde se colocavam corpos para incinerá-los. Eu tinha conhecimento disto por trabalhar no escritório de compras... à noite, costumavam vir buscar um tanque com diesel, que todo mundo ali sabia que era para a ‘grelha’ onde se incineravam corpos; que era usada no Campo de Esportes. Com frequência também chegava o helicóptero que levava corpos. Essas eram duas formas usadas, para fazer desaparecer os prisioneiros”.

O senhor Fernando Aguilera (Pasta N° 5848), que trabalhava como agente da Polícia da Província de Buenos Aires e, nessas condições, no dia 1° de agosto de 1978, passa a exercer suas funções no CRI (Centro de Reunião de Inteligência) do Regimento 3 de La Tablada, que controlava a atividade relativa ao Centro de Detenção chamado “Vesubio”, declara que:

“...viu aplicar a ‘picana’ nos prisioneiros; que lhes batiam com um ferro ‘de 8’ nos joelhos, o ‘submarino’; aplicados de sacos de plásticos na cabeça, fechado à altura do pescoço, para provocar asfixia. Consta-lhe que morreu um prisioneiro, sentindo-se o declarante horrorizado ao ver que o corpo foi depositado em um tanque de 200

litros para destruir com toda a evidência, no qual atiravam borrachas de revestimentos ou câmaras, querosene, procedimento que se observou durante três dias, até que lhe manifestaram que já se havia obtido a incineração total do corpo”.

O senhor Antonio Cruz (Pasta N.º 4636), foi membro da Gendarmaria Nacional, tendo prestado serviço de guarda em locais sob controle das Forças Conjuntas, na Província de Tucumán. Relacionado com a sua passagem pelo Centro Clandestino de Detenção localizado no Arsenal N.º 5 “Miguel de Azcuénaga”, relata o seguinte:

“Essa noite chegou um carro de civil e retiraram dele três prisioneiros. Pelo que pude ouvir, dois deles eram pai e filho. Os prisioneiros foram levados à borda do poço e lhe disseram que não gritassem, pois os soltariam. Ato contínuo, se pararam por trás deles e, retirando seus revólveres, começaram a disparar à queima-roupa. Os três prisioneiros caíram dentro do poço, dois morreram no ato, mas o homem mais velho ficou vivo. Quando lhes estavam atirando a lenha lhes pedi que o rematassem, por um ato de caridade, já que iam queimá-lo vivo, mas, não dando-me importância, continuaram; procedeu-se da mesma maneira que o relatado anteriormente e, depois de um tempo, fomos ver a queima”.

*O Cemitério de “La Chacarita”: números que merecem uma análise —
Pasta N.º 6983*

Frente a esse quadro geral, que revela, no período que vai de 1976 a 1978, um aumento inusitado das sepulturas “N. N.” em diversas dependências municipais do País, assim como a prática de cremações executadas à margem de toda norma legal e ética, temos considerado de interesse consignar certos algarismos referentes a tais atividades levadas a cabo no cemitério metropolitano de “La Chacarita”.

Ao contrário do que se poderia esperar, no período crucial da repressão anti-terrorista — anos de 1976/78 —, decaiu de maneira drástica o número de pessoas não identificadas cujos restos mortais ingressavam nesta repartição municipal. Observando as cifras referentes aos anos sucessivos do período 1974/80, verifica-se esta situação: no ano de 1974, se recebem 70 corpos “N. N.”; em 1975, são 66; em 1976, é somente um; em 1977, são 8; em 1978, nenhum, em 1979, são 16; e, em 1980, são 15 os corpos recebidos.

Com respeito ao sepultamento de cadáveres por morte violenta, repete-se o percentual estatístico anterior. Considerando igualmente o período que vai de 1974 a 1980, encontramos as seguintes quantidades: no ano de 1974, são 270 os corpos que ingressaram com tais características; em 1975, são 232; em 1976, são 9; em 1977, são 26; em 1978, são 2; em 1979, são 50 e em 1980, se aumenta para 93.

Mas, com relação às cremações realizadas durante o lapso de tempo em análise, a relação percentual se inverte, experimentando essas operações um ostensivo aumento: em 1974, foram 13.120; em 1975, 15.405; em 1976, 20.500; e, 1977,

32.683; em 1978, 30.094; em 1979, 31.461; e, em 1980, baixa novamente para 21.381 cremações.

Sem fazer um juízo definitivo sobre o significado e alcance dos números anotados, não seria arbitrário presumir que a diminuição de entrada de “N. N.” e de mortos por causas violentas durante o período crítico, com a contrapartida da decisão de aumentar a atividade do forno crematório, bem poderia dever-se que, por regra geral, os “mortos em confrontos” ingressavam e eram cremados à margem de todo registro.

Por isso parece-nos significativo o depoimento do Sr. Fernando López (Pasta N° 3926), que realizou trabalhos na prefeitura para oficializar o transporte de féretros em seu caminhão. No ano de 1977, o veículo ingressou na zona do crematório, em um lugar onde os empregados eram proibidos de entrar, e desceu do mesmo com a intenção de ver como funcionava o forno. Viu dois “containers” semelhantes aos que se utilizavam para os caminhões, de 2m x 4m por 3m de altura; como um desses “containers” estava aberto, verificou que estava cheio de cadáveres de gente jovem de ambos os sexos, que ainda não se achava em estado de decomposição, chamando-lhe a atenção o fato de que se encontravam despidos e na maioria “empilhados”. O pessoal da guarda o descobriu, motivo pelo qual colocou-o contra a parede e o interrogou sobre quais os operários que o aguardavam lá fora, depois do que o liberou, não sem antes ser ameaçado.

Desaparecimento e morte de Jacobo Chester - Pasta N° 1333

Os cruéis episódios vividos pelos funcionários do Hospital Nacional “Professor Alejandro Posadas”, da localidade de Haedo — Província de Buenos Aires — lançam a comprovação de uma técnica para o desaparecimento do corpo da vítima: seu lançamento às águas do Rio da Prata.

No dia 26 de novembro de 1976, o senhor Jacobo Chester, funcionário do Departamento de Estatísticas e Registros Hospitalares do mencionado nosocômio foi seqüestrado e sua residência saqueada por um grupo armado que, entre vozes de comando, decidia que destino dar a cada pertence roubado. Não chegaram a estuprar a filha, uma menina de doze anos, só por razões de tempo. Em meio do terrível maltrato, atinou perguntar: “Onde vou procurar meu papai?”, ao que lhe responderam: “Nas sarjetas, ali tens que ir”.

De acordo com os registros constantes na Pasta N° 1537, Gladys E. Cuervo denuncia seu próprio seqüestro e privação de liberdade em um setor do mesmo hospital; ali, foi espancada por dois homens simultaneamente, aplicaram-lhe o “submarino”, quebraram-lhe o esterno e várias costelas e queimaram-lhe diferentes partes do corpo com cigarros. No local, soube que haviam estado várias pessoas ainda desaparecidas; inclusive, viu o Dr. Jorge Mario Roitman “em uma poça de sangue e urina”, e acrescenta:

“Sobre Chester, soube também, pelos comentários que me fez o mencionado Juan (encarregado de torturar os prisioneiros), de que ‘era frouxo e não aguentava a picana.’”

Um ano depois do seqüestro, um Tribunal da Capital Federal convocou a Sra. de Chester, para informá-la que o corpo sem vida do seu marido, havia aparecido nas águas do Rio da Prata, no dia 2 de dezembro de 1976, ou seja, seis dias depois de seu desaparecimento, tendo passado nessa data pelo Morgue Judicial.

A certidão do Registro Civil inclui como causa do óbito: asfixia por submersão e politraumatismo.

Desaparecimento e morte de Floreal Edgardo Avellaneda — Pasta N° 1639

No dia 15 de abril de 1976, aproximadamente às 2 horas, foi invadido o domicílio da família Avellaneda; o pessoal que interveio, ostensivamente disfarçado, iniciou a busca do Sr. Avellaneda e, por não encontrá-lo, deteve, na qualidade de reféns, sua esposa Iris Etelvina Pereyra de Avellaneda e seu filho Floreal Edgardo, de 14 anos de idade.

As duas pessoas, vendadas e encapuzadas, foram levadas à Delegacia de Villa Martelli, onde foram torturadas com “picana” elétrica, ao mesmo tempo que eram interrogadas sobre o paradeiro do Sr. Avellaneda.

Tempo depois, a senhora foi conduzida à Prisão de Olmos, procedente do Comando de Institutos Militares, sem que se saiba mais nada sobre o paradeiro do seu filho.

No dia 16 de maio de 1976, o jornal argentino “Ultima Hora”, sob o título “Cadáveres no Uruguai”, publica uma notícia na qual se afirma que apareceram flutuando em águas uruguaias 8 cadáveres.

Segundo a versão jornalística, “um comunicado oficial da Prefeitura Nacional Naval” relatava que o último cadáver achado era de cútis trigueira, cabelo castanho-escuro e 1,70m de estatura e tinha um sinal característico, que consistia numa tatuagem em forma de coração com as iniciais “F” e “A”.

Deferindo uma petição efetuada perante o Tribunal Federal N° 1, de San Martín, requereu-se por precatória diplomática ao Uruguai os dados sobre o cadáver encontrado com a referida tatuagem e, depois de uma longa tramitação, receberam-se as fotografias e fichas datiloscópicas respectivas.

As fotografias mostravam o menino com suas mãos e pernas amarradas, com o pescoço quebrado, com sinais de ter sofrido graves torturas.

Achado em San Pedro, Província de Buenos Aires — Pasta N° 1296

O relatório do Chefe da Área Cemitério da Prefeitura de San Pedro, a respeito dos sepultamentos rotulados “N. N.”, destaca o caso de dois cadáveres introduzidos nesse cemitério nos dias 28 de setembro e 2 de outubro de 1976 dizendo o seguinte:

“...ambos foram resgatados das águas do Rio Paraná, jurisdição de San Pedro, encontrando-se os dois corpos com os olhos vendados, amordaçados e com as mãos amarradas às costas, com arames. Além disso, à primeira vista podia-se observar

que haviam sido vítimas de evidentes maus tratos. Considero que estes e demais dados constarão seguramente nos inquéritos abertos na oportunidade, visto que o médico forense atuante fez as autópsias de praxe, precisamente as realizou dentro desse cemitério, levando a cabo uma minuciosa revisão dos cadáveres (me consta); observe-se que em ambos os atentados diz "morte por sufocação", apesar de terem sido resgatados do Rio Paraná; isto estaria a indicar que ambos os corpos teriam sido atirados às águas já sem vida; se assim não fosse, registrar-se-ia 'morte por imersão'".

"Os cadáveres não se entregam..."

O pai de Elena Arce Sahores (Pasta N.º 4272) faz um relato doloroso, mas patético, sobre o desaparecimento de sua filha. Os dados que traz e os registros existentes confirmam plenamente que foi seqüestrada pelo Grupo de Operações 113 e retida durante 10 dias na Delegacia 8ª, de La Plata.

Todas as gestões para recuperar sua filha foram inúteis. Finalmente, graças à relação com um casal amigo, consegue entrevistar-se com um Coronel do Exército, que lhe promete interessar-se por seu caso.

"Efetivamente isto aconteceu, confirmando-se a detenção em uma operação anti-subversiva, não me esclarecendo maiores detalhes e terminando com uma frase que me ficou gravada a fogo: 'Não procure mais Elena, já deixou de sofrer, oxalá esteja no céu'. Explicou-me a parte técnica deste tipo de operação, aos que chamou 'em branco' ou 'em preto', segundo o pessoal participante usasse ou não uniforme. Enfim, o relato foi truculento. Dias depois, feito deste choque, voltei a entrar em contato com sua residência e lhe reclamei o cadáver de minha filha, ao qual respondeu: 'Os cadáveres não se entregam'..."

Devia ser verdade. O País foi semeado de corpos de pessoas não identificadas, sepultadas individual ou coletivamente, de forma ilegal e clandestina. Estão nos cemitérios, nos descampados, nos rios, nos diques e como já temos visto, também no mar.

Esta constatação alcança, atualmente, uma dimensão inimaginável até poucos anos atrás, quando algumas comprovações isoladas alimentaram a ilusão de que semelhante quadro não podia ser indício de uma prática generalizada. No entanto, a evidência já se instalou entre nós, alcançando nos últimos meses a difusão quase cotidiana de depoimentos, autuações judiciais e notas jornalísticas que deram conta dos achados.

Denúncia sobre sepultamentos clandestinos em La Plata

"No Tribunal Penal do Departamento Judicial de La Plata, a cargo do Dr. Pedro Luiz Soris (h), realizou-se uma denúncia e um pedido de investigação para identificar cadáveres e determinar circunstâncias que cercaram seu sepultamento no cemitério desta cidade. Declara-se que à noite se levavam os cadáveres e eram enterrados, sem permitir a intervenção das autoridades do cemitério.

O chefe comunal confirmou ao Juiz a existência de 295 covas 'N. N.', e lhe entregou a documentação correspondente" (jornal "La Prensa" dos dias 29 e 30 de outubro de 1983).

Denúncia sobre a existência de sepulturas "N. N." em Moreno

"Integrantes da Comissão de Direitos e Garantias da Câmara de Deputados da Província de Buenos Aires dirigiram-se, no dia 22 de dezembro de 1983, ao Cemitério de Moreno, a oeste da Grande Buenos Aires, para iniciar uma investigação em torno do sepultamento irregular de 23 cadáveres 'N. N.' nesse cemitério, entre os quais existiriam vários pertencentes a menores de idade." (jornal "Tiempo Argentino", do dia 23 de dezembro de 1983).

Exumação de cadáveres "N. N.", no cemitério de Rafael Calzada

"Uma denúncia formulada pela Prefeitura de Almirante Brown perante o Tribunal Penal de Lomas de Zamora deu como resultado a descoberta de 15 cadáveres sepultados clandestinamente entre 1976 e 1978, em covas do cemitério bonaerense de Rafael Calzada. Encontrou-se essa quantidade de crânios, dois deles com marcas de perfurações provocadas por tiros e a maioria dos corpos apresentavam as mãos decepadas" (jornal "La Prensa", do dia 28 de dezembro de 1983).

Denúncias sobre enterros clandestinos no Cemitério de San Martín

"O senador provincial bonaerense Sirio Augusto Gómez apresentou-se como denunciante e testemunha perante o Tribunal Federal N° 4, assinalando que, no mês de maio de 1976, foram sepultados no cemitério de San Martín, em fossas comuns, cadáveres não identificados. A denúncia foi corroborada por vários funcionários do cemitério, perante o Juiz responsável. Os atestados de óbito — diz o Senador Gómez — determinavam como causa mortis, doenças cardíacas; mas, ao se abrirem os caixões, encontraram-se restos de homens jovens, mulheres grávidas e adolescentes com ferimentos de balas" (jornal "La Razón", do dia 30 de dezembro de 1983).

Exumam cadáveres no Cemitério de Grand Bourg

"Uns trezentos cadáveres registrados nos livros desse cemitério como 'N. N.' foram sepultados ali durante os anos da luta antiterrorista, segundo uma denúncia em poder do Juiz Federal Hugo Gándara, que ordenou os trabalhos de exumação. Encontraram-se umas noventa covas, onde se comprovou o sepultamento de três e até cinco cadáveres em cada uma, pelo que se presume que o número de corpos enterrados ilegalmente poderia superar a quantidade mencionada" (jornal "Clarín" do dia 13 de janeiro de 1984).

Sepultamentos irregulares realizados no Cemitério de Avellaneda — Pasta N.º 7316

A Prefeitura Municipal de Avellaneda resolveu, a 19 de janeiro de 1983, abrir inquérito administrativo para determinar a existência de ilegalidade no sepultamento de cadáveres não identificados, no cemitério dessa cidade.

Do levantamento de sepulturas com cadáveres não identificados, depreende-se que até o mês de maio de 1976, o número de “N. N.” era pequeno e correspondia a pessoas de idade avançada. Comparativamente, produz-se um crescimento abrupto a partir dessa data, ressaltando que a partir desse momento, a idade média das pessoas falecidas é muito inferior, aproximadamente 25 anos. Esta situação subsiste até princípios de 1978, quando volta a decrescer, retornando à normalidade, inclusive com respeito à idade avançada das pessoas mortas. Do mesmo modo, o próprio Diretor do Cemitério declara que não pode assegurar que todos os sepultamentos realizados nas fossas comuns do setor da Morgue fossem registrados no livro correspondente, e o explica em razão de que a Morgue esteve sob um controle policial absoluto, com entrada exclusiva e pessoal próprio; a área funcionava como uma unidade autônoma, com relação às autoridades do Cemitério.

Covas comuns no Cemitério San Vicente — Pasta N.º 1420

Como se pode ver, não foi um procedimento isolado, nem tampouco desconhecido pelas mais altas autoridades do governo militar.

No dia 30 de junho de 1980, em uma petição administrativa dirigida à Presidência da Nação por pessoal da Morgue da cidade de Córdoba, lêem-se estes parágrafos inacreditáveis:

“É impossível, Sr. Presidente, descrever-lhe uma imagem real do que nos coube viver ao abrir as portas das salas onde se encontravam os cadáveres, já que alguns haviam ficado mais de 30 dias no depósito, sem qualquer tipo de refrigeração; uma nuvem de moscas e o chão coberto por uma camada de aproximadamente dez centímetros e meio de vermes e larvas, os quais retirávamos em baldes, carregando-os com pás. Nossa única indumentária era calça comprida, guarda-pó, botas e luvas para alguns; outros tiveram que realizar este trabalho com roupas comuns; as máscaras e toucas foram fornecidas pela Direção do Hospital, por atenção do senhor Subdiretor, já que carecíamos dos mesmos. Apesar de tudo isto, não tivemos qualquer tipo de reparos em realizar a tarefa ordenada; é de se fazer notar que a maioria destes cadáveres era de delinquentes subversivos. Empregados da Morgue e Ajudantes Técnicos de Autópsia estavam no caminhão junto com os cadáveres, vigiados por duas viaturas da Polícia da Província, correspondentes a uma operação montada para tal fim; assim nos dirigimos ao Cemitério de San Vicente. É indescritível o espetáculo que apresentava o cemitério; as viaturas da Polícia iluminavam a fossa comum, onde foram depositados os cadáveres identificados por números e tendo como ponto de referência os pilares da parede próxima, detrás da qual, e inclusive nos telhados, os vizinhos do cemitério observavam a macabra tarefa realizada”.

E mais incrível, ainda, que não tenha motivado a mínima intervenção do destinatário.

Um dos remetentes da petição (que referia as condições de extrema insalubridade em que desempenhavam seu trabalho), o Sr. Francisco Rubén Bossio, narra da seguinte maneira os fatos dos quais foi testemunha:

“Eu noto que começamos a receber cadáveres que algumas vezes vinham com ‘guia’, mas que na maioria das vezes vinham sem nada. Isto se verifica no ano de 76. A maioria das vezes, remetia os cadáveres pessoal da polícia e outras vezes a Gendarmaria, o Exército ou em conjunto entre os grupos das Forças de Segurança. Os funcionários que iam entregando eram tenentes ou subtenentes, cujos nomes não lembro. Às vezes vinham com grupos de dez ou doze soldados, mas eu não prestava atenção. Estes cadáveres tinham as seguintes características: vinham feridos a bala, alguns com muitas perfurações; em algum caso, até oitenta; em outro, dezessete, por exemplo. Vinham todos com os dedos pintados e com marcas evidentes de torturas. Tinham marcas nos punhos, como se tivessem sido amarrados com cabos. Esporadicamente apareciam alguns destroçados, muito abertos.

“Depois dos primeiros grupos, chegam outros de cinco, oito, e outro de sete. Devo esclarecer que as autópsias se realizavam nos cadáveres da justiça ordinária ou federal, mas que, com respeito aos subversivos, não se lhes fazia autópsia, limitando-se a entregar a ordem do juiz militar e o atestado de óbito que já vinha do III Corpo ou do médico da Polícia.

“Ordenou-se a evacuação dos cadáveres do hospital, coisa que se fez como a descrevemos na apresentação ao então senhor Presidente da República, General Videla, com data de 30 de junho de 1980. O fizemos nas duas camionetas, duas viagens no mesmo caminhão com trinta cadáveres em cada uma, que se colocam em uma fossa no cemitério San Vicente. Quero esclarecer que essa fossa era nova, a inauguramos nós. Suas medidas aproximadas eram de uns trinta e seis ou quarenta metros de comprimento por oito de largura e seis ou sete metros de profundidade. A Municipalidade tinha feito essa fossa; quando fomos estava inclusive a máquina. Nunca na minha vida vi uma fossa tão grande. Depois do Hospital Córdoba, em dezembro de 76, retornamos à Morgue do Hospital San Roque e, por volta de março de 77, retornamos à fossa grande — não lembro quantos levamos. Eu fui dois ou três dias antes e vi a fossa quase cheia, dando-me a impressão de que haviam colocado mais cadáveres. Concretamente, não lembro o número que transportamos a esse lugar. Mas me lembro claramente que faltava só um metro e meio para completar a fossa”.

A seguir e perante os mesmos funcionários, comparece o Sr. José Adolfo Caro, que declara:

“Trabalhava junto com o Sr. Bossio, no mesmo serviço. Que tendo lido em todas as suas partes a declaração produzida por este, a ratifica em seus termos e deseja acrescentar o seguinte: que recorda que havia uma garota judia que veio amarrada com arames. Viu-a e a desamarraram no Morgue. Sabe que é judia porque, em uma oportunidade que entraram para reconhecer, teve gente que a viu e a reconheceu, mas não pode determinar os detalhes, já que não lembra, e só vendo os livros poderia precisar. Ratifica que houve mulheres grávidas; uma delas estava com oito meses e outra com seis. O número de aproximadamente duzentos e setenta desapareci-

dos sepultados sai do livro da Morgue, do único que existia; tem que estar ali e onde todos os de serviço efetuavam as anotações”.

A denúncia destes fatos foi levada à Justiça, ficando radicada no Tribunal Federal Nº 3, da cidade de Córdoba.

Por que o desaparecimento dos cadáveres

É muito difícil para nós, depois da dura e complexa tarefa realizada em busca dos detidos-desaparecidos vivos, aceitar que muitos deles estão mortos e que seus corpos tenham sido disseminados ou destruídos em cumprimento de uma política planificada endereçada também ao seu desaparecimento.

Necessariamente, esta constatação nos induz a perguntar-nos o porquê de tão diabólica direção. Por que a destruição do corpo? Enquadra-se por acaso na mesma suposição do crime individual, no qual se procura apagar as pistas do ato? Não nos parece suficiente esta explicação.

Existe algo mais, que tem a ver com a metodologia do desaparecimento: primeiro, foram as pessoas; o “não esta” alimentando a esperança de o seqüestrado ser posto em liberdade, e haveria de retornar; depois, a sonegação e a destruição da documentação — que sem dúvida existiu com relação a cada caso —, prolongando a incerteza sobre o que acontecera; e, finalmente, os cadáveres sem nome, sem identidade, impelindo à psicose de ignorar o destino que coube ao ente querido. Foi como assomar-se, a cada instante, ao abismo de um horror sem limites.

Por isso pensamos que estes mortos sem nome enquadram-se na mesma lógica que decidiu o desaparecimento forçado de pessoas; ao apagar a identidade dos cadáveres, se acrescentava a mesma sombra que ocultava a milhares de desaparecidos, cuja pista perdeu-se a partir das detenções e seqüestros.

Foi outra maneira de paralisar a reclamação pública, de garantir por um tempo o silêncio dos familiares. Exatamente estimulando neles a esperança de que seu ente querido estava com vida. Mantendo-lhe a imprecisa qualidade de pessoa desaparecida, criou-se uma ambigüidade que obrigou ao isolamento do familiar; a não fazer coisa alguma que pudesse irritar o Governo; atemorizado pela única idéia de que fosse sua própria conduta o fator determinante de que seu filho, seu pai ou irmão passasse a constar na lista das pessoas mortas.

Também pretendeu-se, com isto, bloquear os caminhos da investigação dos fatos concretos, diluindo na ocultação das ações a atribuição individual de responsabilidades; assim, conseguia-se estender o cone da suspeita a uma grande parte de militares — com exceção da quase impossível prova de fato negativo —, sobre a sua participação pessoal na direção ou execução das ações ilegais.

E, por último, o que foi o miolo desta política de desaparecimento total: impedir, por todos os meios, que se manifestasse a solidariedade da população e, com isto, os conseqüentes protestos e reclamações que gerariam no País e no exterior o conhecimento de que por trás do alegado objetivo de combater a minoria terrorista, consumou-se um verdadeiro genocídio.

G. O compromisso de impunidade

Invariavelmente toda sociedade tem se inquietado ante a possibilidade de que alguns crimes ficassem impunes. No entanto, a inquietude se transforma em gravíssimo alarme quando a impunidade passa a converter-se em um elemento previsto para a execução do delito, incorporada como couraça dos fatos e formando parte do “modus operandi” de uma conduta ilegal sistematizada.

É o caso do terrorismo do Estado. Já protestava Hobbes, em seu “Leviathan”, que não existe crime maior que aquele que se perpetra com consciência de sua impunidade. Por isso mesmo, a subversão institucional inerente a tal situação prejudica seriamente e por um tempo dificilmente mensurável a virtude ética que têm de conter os atos governamentais. É o caso do governo do chamado “Processo de Reorganização Nacional”.

Aproveitar a impotência das vítimas diz absolutamente tudo a respeito da personalidade dos agressores. Mas este fenômeno assume outra dimensão, quando quem exerce o poder se auto-atribui faculdades extraordinárias e planeja, desde o início de sua gestão, um sistema completo de ilegalidades. A esse respeito, tem sido clara a conceituação feita pelo titular do Poder Executivo Constitucional, na exposição de motivos de seu Decreto 158/83, pelo qual ordena o processo dos responsáveis pela condução das ilegalidades, quando declarava: “A Junta Militar que usurpou o governo, concebeu e aparelhou um plano de operações... baseados em métodos manifestamente ilegais”.

Ao considerar este juízo presidencial, os atos criminosos protagonizados distam inteiramente daquilo que se poderia considerar como “excessos” ou resultados aleatórios, não desejados por seus autores. Pelo contrário — ao estar a definição transcrita —, foi cunhado desde a origem um complexo de delitos que por sua entidade não registra precedente histórico no País e que fundamentalmente se baseia na presunção de que somente ficaria por conta da própria consciência daqueles que elaboraram e executaram sem cair no devido controle jurisdicional ou judicial das condutas.

Lamentavelmente, a assertiva definição presidencial tem sido plenamente corroborada pela investigação realizada por esta Comissão.

O contexto de impunidade que serviu de base para que se deixasse à margem o devido julgamento dos responsáveis adquire maior claridade em certos casos de definição arbitrária de “detenção-desaparecimento” e/ou do assassinato de personalidades notórias na sociedade argentina e no âmbito internacional. Nos referimos a homens e mulheres de relevante posição na vida do País, por seus papéis ou especiais qualidades científicas, diplomáticas, religiosas, políticas, empresariais, sindicais, literárias, etc., nas quais simbolizou-se a convicção dos executores do terrorismo de Estado de que jamais seriam convocados para prestar contas dos seus atos.

Este segmento social, particularmente tão representativo, que sempre tem tido acesso a fontes de poder e decisão, ocorreu também esta vez a esses mesmos setores, sem achar remédio para o seqüestro clandestino, nem à imputação irresponsável de que foram vítimas; seus familiares recorreram imediatamente a quanto fator de poder — especialmente às próprias Forças Armadas — achava-se ao

seu alcance normal. E, em que pese isto, não conseguiram reverter a injustiça, às vezes transformada em tragédia. Além destes casos, tão especiais pela sua destacada figuração na opinião comunitária, cabe acrescentar outros que, embora não integrassem aquele setor social, as traumáticas situações a que foram reduzidos foram altamente difundidas e ganharam perfis destacados na opinião pública, razão pela qual determinadas personalidades ou entidades — diplomáticas, políticas, etc. — se preocuparam ativamente em tentar protegê-los e retirá-los da incerteza, escuridão e horror, também sem resultados positivos.

Pelo conhecimento deste ataque seletivo, sem sanção nem reparação possível, pela comprovação da total ineficácia dos recursos clássicos, jurídicos ou sociais, de proteção pessoal, procurou-se que a população em seu conjunto se sentisse impotente face a um poder exercido sem restrições. Porque pode resultar altamente rentável, com o objetivo de executar uma política repressiva terrorista, o convencimento geral de que nada nem ninguém poderá mudar o curso dos acontecimentos pré-fixados.

A seguir, faremos uma menção muito limitada de casos de desaparecimento, tortura e morte de pessoas cuja detenção, por circunstâncias muito diversas, mobilizou a intervenção de instituições de muito alta consideração e reconhecimento social, sem poder abalar o marco de absoluta impunidade com que a repressão ilegal atuou. Ainda quando, sem dúvida, a maior evidência disto são os milhares de desaparecidos pelos quais não se tem dado resposta, apesar de sua inestimável condição de seres humanos.

Seqüestros dos Drs. Hipólito Solari Irigoyen e Mario A. Amaya

Entre os “detidos à disposição do Poder Executivo Nacional”, podemos citar dois casos extremos, marcados pela mais absoluta arbitrariedade, nos quais o decreto colocando-os em tal situação foi precedido pelo seqüestro e desaparecimento dos prisioneiros e continuou com a morte de um deles.

Os legisladores nacionais, Drs. Hipólito Solari Irigoyen e Mario Abel Amaya haviam deixado os seus cargos ao se produzir o golpe de Estado de 24 de março de 1976, porém mantinham a sua alta representatividade política e investiam a qualidade de advogados de defesa com ampla tradição no âmbito dos presos políticos. O Dr. Solari Irigoyen havia sido professor universitário e tomou a seu cargo frequentes denúncias no seio do Parlamento sobre casos de arbitrariedade policial e tormentos aos prisioneiros, antecedentes estes semelhantes ao do Dr. Amaya. Ambos foram seqüestrados no dia 17 de agosto de 1976 e alojados no Regimento 181 de Comunicações de Bahia Blanca, onde lhes aplicaram cruéis torturas. No dia 30 de agosto de 1976, depois de um pedido formulado ao Governo argentino pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, são levados até a cidade de Viedma, onde os atiram às margens do caminho. Ali recolhe seus corpos, imediatamente, um veículo policial.

Curiosamente, o Governo publicou uma versão de que o veículo policial protagonizou um intenso intercâmbio de disparos com o “automóvel seqüestrador”, conseguindo por fim a recuperação das vítimas. Os Drs. Solari Irigoyen e Amaya declararam a seguir que não escutaram jamais detonação alguma de disparos.

A partir desse momento, passam a receber o caráter de “prisioneiros legais” e, para legitimar todo o sinistro procedimento, se os acusa de “vinculações a atividades subversivas” e são deixados detidos à disposição do Poder Executivo, por Decreto N° 1831/76. São levados no dia 11/6/76, à Penitenciária de Rawson e, ao ingressar na mesma, recebem uma tremenda surra, que afeta irreversivelmente ao Dr. Amaya, num grau tal que, face à sua drástica piora, se resolve poucos dias depois levá-lo ao Hospital Penitenciário Central — Prisão de Devoto, Capital Federal —, onde vem a falecer no dia 19 de outubro de 1976. O Dr. Solari Irigoyen ficou encarcerado em Rawson, até que, ao fim de nove meses, é autorizado a abandonar o território argentino — virtual expulsão —, segundo Decreto presidencial N° 1098/77.

Calvário do Dr. Rafael Perrota

Destacado advogado e empresário, dono de um jornal de grande importância — “El Cronista Comercial” —, foi seqüestrado em pleno centro da cidade de Buenos Aires. A seus familiares foi requerida uma grande soma em dinheiro para consentir na sua libertação. A vítima estava alojada, segundo testemunhas, no Campo Clandestino-COT-I Martínez.

Seus familiares recorreram a Chefes Militares e Policiais, que designaram “pessoal” de alta qualidade e confiança para assessorar a família no trâmite do resgate. No final, depois de entregue uma soma muito vultosa, a hipótese mais veemente é que imediatamente Perrota foi assassinado por seus captores. Além disso, informações recentes obtidas por esta Comissão, da Chefatura de Polícia, relatam que os supostos “especialistas” que cumpriram o papel de assessores da família nunca estiveram oficialmente nas filas da polícia, em que pese o fato de que exibiam credenciais e que foram destinados para a tarefa por funcionários de alta graduação que a família denunciante nomeia em suas exposições.

O jornalista Jacobo Timmerman

Diretor e fundador do jornal “La Opinión”, é seqüestrado no dia 15 de abril de 1977 e, segundo suas próprias expressões, os responsáveis foram pessoas armadas com fuzis, que saquearam seus pertences de maior valor.

Conduzido aos Centros Clandestinos “Puerto Vasco” e COT-I Martínez, aplicaram-lhe freqüentes descargas elétricas sobre seu corpo despido e o interrogaram durante um mês. Depois o “legalizaram”; a certa altura de sua detenção, lhe designaram uma prisão domiciliar e posteriormente o expulsaram do País com privação da cidadania argentina.

Contudo, foi o único Habeas-corpus que prosperou durante o Processo Militar, tendo sido seu advogado de defesa o Dr. Genaro Carrió, atual Presidente da Corte Suprema de Justiça da Nação.

A jovem Adriana Landaburu

Filha única do ex-Ministro da Aeronáutica de um governo de fato — o Brigadeiro Major Jorge Landaburu —, desde o primeiro momento de sua detenção intervieram para obter sua liberdade as mais altas hierarquias sociais e militares ao alcance de uma família cujos antecedentes tornavam natural aderir a estes níveis.

Foi presa na via pública, no dia 7 de junho de 1976, no trajeto entre as localidades de Vicente Lopez e San Isidro, Província de Buenos Aires. A família conseguiu obter notícias que revelavam o alojamento da jovem na Delegacia de San Isidro e posteriormente na Escola Superior de Mecânica da Armada. O pai entrevistou-se quase que em seguida com o Presidente da Nação, Gen. Jorge Rafael Videla, que, na sua presença, se comunicou com os Comandantes-em-chefe das três armas, instruindo-os para investigação e comunicação imediata ao Brigadeiro Landaburu sobre os resultados. Conseqüentemente, no dia seguinte telefonou à casa da família o Almirante Emilio E. Massera, para informar que sua Força não havia intervindo no episódio; nesse momento, lhe perguntou se a jovem não estaria na ESMA, ao que ele respondeu terminantemente: “Na Escola não houve nem há prisioneiros” (?) Tal a declaração da mãe da vítima.

Por fim, a família recebeu informações de que a jovem, depois de estar alojada na ESMA, foi atirada ao mar.

A diplomata Elena Holmberg e o publicitário Marcelo Dupont

Elena Holmberg, pertencente a uma tradicional família argentina, trabalhava como funcionária de alto nível na Embaixada Argentina, em Paris.

Tendo-se levantado diferenças de critérios entre o pessoal do “Centro Piloto de Informação”, instalado em Paris e a carga de oficiais da inteligência de nossa Força Naval, e a diplomata de carreira, foi convocada a Buenos Aires para informar a seus superiores, sendo seqüestrada nessa cidade, no dia 20 de dezembro de 1978, diante de testemunhas, ao sair do Ministério de Relações Exteriores e quando se dirigia para um encontro com jornalistas franceses.

Pessoas liberadas da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) declararam que, nessa época, certos oficiais da mesma fizeram alusões à sua participação no desaparecimento de Elena Holmberg.

No dia 11 de janeiro de 1979, seu cadáver decomposto foi encontrado no rio Luján, localidade de Tigre, Província de Buenos Aires.

Cinco anos depois do assassinato, em março de 1984, os quatro irmãos da diplomata compareceram a um programa de televisão e falaram sobre o curso da investigação sobre a morte de Elena. Ante a pergunta do jornalista, sobre se sabiam quem havia intervindo no crime, Ernesto Holmberg respondeu: “O supomos, mas não estamos em condições de prová-lo. Isso é o que procuramos. E também queremos saber o que é que ela sabia. Quatro dias antes do desaparecimento, falando de coisas triviais, minha mulher perguntou a Elena: ‘Você tem medo?’ Ela respondeu com um gesto. Eu lhe perguntei então: ‘Mas muito medo?’ Tinha medo. E existem companheiros de trabalho que sabem muito bem qual o problema que tinha Elena. Dupont foi quem falou. E, assim, está pagando”.

O caso do homicídio do publicitário Marcelo Dupont, irmão do diplomata Gregorio Dupont, amigo de Elena Holmberg, lobrou permanente notoriedade, pela devida dimensão que a imprensa conferiu aos episódios de sua investigação, já nos últimos tempos do regime de fato, e tudo indica a íntima relação existente entre a sua morte e o conhecimento que ele, ou seu irmão, pudessem ter sobre os móveis do assassinato de Elena Holmberg.

Os políticos uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz

Héctor Gutiérrez Ruiz era o Presidente da Câmara de Representantes do Uruguai quando, por causa do golpe de Estado no País oriental, teve que asilar-se no nosso País. No dia 18 de maio de 1976, foi privado da liberdade por um numeroso grupo armado, que inclusive exibiu credenciais ante um agente policial que montava guarda em um edifício vizinho. Horas depois, foi seqüestrado quem exerceu o cargo de Ministro da Educação do Uruguai, Zelmar Michelini, no Hotel "Liberty", em pleno centro da cidade de Buenos Aires. Ambas as vítimas eram jornalistas em nosso País. Na mesma data e em circunstâncias semelhantes, foram seqüestrados outros dois compatriotas de Michelini e Gutiérrez Ruiz.

No dia 21 de maio de 1976, apareceram os cadáveres dos quatro, dentro de um automóvel, manietados e baleados.

O Professor Alfredo Bravo

Notório no âmbito sindical, era Secretário-Geral da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), um dos sindicatos mais representativos no País e Copresidente da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos.

Apreendido ilegalmente na escola onde se encontrava ministrando aulas, no dia 8 de setembro de 1977, a partir desse momento foi reiteradamente espancado e variadamente torturado, para que respondesse a perguntas sobre cada uma das organizações que dirigia. Posteriormente "legalizado", foi encarcerado como submetido ao regime de Estado de Sítio, que mais tarde continuou sob a forma de liberdade vigiada, depois do dia 16 de junho de 1978; durante esse período perdeu 25 quilos de peso.

No dia 2 de fevereiro de 1984, o Professor Alfredo Bravo compareceu ante o Conselho Supremo das Forças Armadas. Algumas das declarações proferidas na dita oportunidade revelam o seguinte:

"Também lembro que, na conversação mantida com o dito senhor (Cel. Campos), este manifestou-me que pesavam sobre minha pessoa graves cargos, que me encontrava muito comprometido, que nas próximas horas iria ter contato com meus familiares e, se lhes contasse o que me tinha acontecido, iria me suicidar na cela... Respondi-lhe então que eu não pensava suicidar-me, o que lhe incomodou e lançou uma série de ameaças e impropérios para terminar reiterando-me aquilo do suicídio... Às sessões de tortura chegava despido, com os olhos 'tabicados' e com a cara-çuca".

Em uma nota emitida pelo governo argentino, com data do dia 21 de dezembro de 1978, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, expressa-se entre outras coisas: "O Governo argentino nega que a atividade seguida com o Sr. Alfredo Bravo configure violação alguma dos direitos humanos, sendo que se acha enquadrada dentro dos procedimentos legais vigentes".

H. Repressores e esquema repressivo

A Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas recebeu, em diversas oportunidades, denúncias e depoimentos de pessoas que reconheceram sua participação em Grupos de Tarefas e outras formas de operação no aparato repressivo. Estas denúncias têm estado vinculadas, tanto ao conhecimento que tinham da metologia repressiva como a fatos referentes ao seqüestro, tortura e eliminação de pessoas.

Essa colaboração espontânea partiu, em vários casos, de repressores a quem, antes de 10 de dezembro de 1983, as mesmas Forças Armadas e de Segurança sancionaram por diferentes infrações à margem da luta anti-subversiva, quer dizer, como móveis individuais. Estes delitos dos que participavam da totalidade do aparato repressivo ficavam impunes quando eram parte da operação planejada para seu acionar.

Em tais casos, o depoimento teve não tanto uma sustentação ética (arrependimento, sanção moral, honra militar, etc.), mas sim a convicção de "ter sido abandonado por seus próprios chefes", depois de "ter contribuído para a guerra anti-subversiva, perdendo em alguns casos a carreira ou arriscando a própria vida, enquanto contemplava o enriquecimento dos chefes, a corrupção generalizada nas próprias filas e a perda dos objetivos que se haviam assinalado como motivações para a luta" (Depoimentos N.ºs 3675, 683 e 1901).

Em alguns influiu o conhecimento que possuíam da eliminação física de muitos companheiros de armas, "porque já não serviam aos chefes ou porque sabiam demasiado" (Depoimento 683). Só excepcionalmente alguns deles deram sinais de arrependimento ou de uma valoração ética da realidade vivida.

Em alguns casos (Depoimentos N.ºs 3675 e 3157), os denunciantes manifestaram ressentimento contra seus chefes, "por terem-nos usado", envolvendo-os em um projeto político e econômico que finalmente traiçou os "ideais nacionalistas", pelos quais teriam inicialmente ingressado no Exército, à Polícia ou aos "grupos" paramilitares.

Talvez somente em dois ou três casos se fizeram presente sentimentos de culpa, de sentir-se farto pela "loucura de tudo isto", de vontade de denunciar as atrocidades de que foram testemunhas ou responsáveis, para que "isto não volte a acontecer", para que "meus filhos não tenham que viver algo semelhante" (Depoimento N.º 3675).

Todo sinal de discrepância dentro das Forças Armadas e de Segurança com os métodos utilizados para a detenção e eliminação de pessoas foi sancionado de maneira brutal. Oferecer alguma informação aos familiares de detidos-desaparecidos, sobre sua localização, estado físico ou destino, era equivalente à

morte. Estavam proibidos, inclusive, os comentários entre as próprias filas sobre as operações realizadas, punindo-se com o maior rigor qualquer sinal de humanidade que pudesse ter com o prisioneiro:

“Meu esposo exercia o cargo de Oficial Inspetor da Polícia Federal, no Departamento de Assuntos Políticos da Superintendência de Segurança Federal. Era um idealista dentro da Polícia, estava contra a tortura e tudo o que pudesse ser negociada ou ‘desvio’. Sua folha de serviços era impecável e, aos 25 anos, já era Inspetor. Seu único erro consistiu em dar informações aos familiares sobre o desaparecimento de prisioneiros. Apenas transcorridos dois dias desde o desaparecimento de Carlos Maria... a esposa de um Suboficial de Polícia... me fez saber que ‘não o procure mais porque já o mataram’ ” (Monica De Napoli de Aristegui — Pasta N° 2448).

Qualquer tentativa de escapar da estrutura repressiva, ao que seus membros chamavam o “pacto de sangue”, podia implicar na sua perseguição e eliminação.

“Em um apartamento que estava em frente à estação de Berisso, havia duas mulheres e um homem. Todos foram mortos. A última mulher, que descia as escadas com um braço quebrado e que estava agonizando, foi ‘sacrificada’ pelo Delegado General Etchecolatz. Depois desse ‘confronto’, me entregam as credenciais e as roupas. Segundo o Código Penal Militar, quando se usam roupas ou credenciais falsas para se cometer um delito, corresponde o máximo das penas. No entanto, a mim me as proporciona o próprio Delegado General e sobre esta base é que depois me acusa e me dá a pena máxima” (Pasta N° 683).

“Em outra oportunidade vi um grupo de mulheres jovens, despidas, na zona de piscina, que foram levadas depois à sala de torturas. Por freqüentar esse lugar, vi que ali se torturava sobre uma cama metálica, empregando-se a ‘aranha’, que é um dispositivo de forma retangular, ligado a uma tomada, que tem movimento próprio ao ser posto sobre o corpo da vítima. As coações eram aplicadas sem exceção a todos os prisioneiros. ‘Picana elétrica’ manual e socos. Eu pedi mudança de local por não compartilhar da metodologia e por entender que isto excedia à minha função de polícia, já que toda a minha trajetória tem sido em Delegacias. Mas o fato que vai determinar minha baixa foi que o Principal Pozzi me convoca aparentemente para uma operação. Nos dirigimos a Carlos Pellegrini e, ao ver um automóvel Peugeot 504, verde, assaltamos o motorista (o que era habitual para se obter automóveis para as operações). Mas, mais tarde, descobri que o Oficial Pozzi destinou esse auto para seu uso pessoal, com troca da placa, e que esse veículo jamais foi integrado à dotação de automóveis de operação. Comuniquei o fato ao Delegado Adorísio, manifestando-lhe que não estava disposto a efetuar roubos em benefício pessoal de um funcionário, pedindo no ato para ser transferido da dotação. A partir desse momento, as relações com o ‘Grupo’ são tensas, agravando-se com o posterior furto de um outro automóvel particular, para uso pessoal do Delegado. Dirigi-me então ao Chefe da Área de Segurança Federal, de quem dependia Adorísio, para denunciar o fato, respondendo-me o Chefe que ‘compreendesse que estávamos em guerra’. Quando fui receber meu ordenado (maio ou junho de 1978), me notificaram 20 dias de detenção, sem especificar causas, não obtendo explicação de meus superiores. Ao interpor um recurso, me impõem nova detenção, baixam a minha qualifi-

cação de 9 para 4 pontos e, por último, me dão o retiro obrigatório, em novembro de 1981" (Pasta Nº 5612).

"Numa dessas noites (nas que queimavam corpos de prisioneiros), começaram a pressionar-me para que tomasse parte mais ativa dizendo-me 'este está muito limpinho...'

"Também, em uma oportunidade, durante o ano de 1976, cinco policiais apareceram pendurados em ganchos por negarem-se a colaborar. Era comentário geral na Chefatura que não haviam sido mortos pela subversão, como se havia publicado, e sim por seus próprios companheiros. Quanto aos irmãos Voguel, que trabalhavam como Oficial e Suboficial da Direção de Investigações da Polícia da Província de Buenos Aires, apareceram mortos. Nos disseram que um tinha se enforcado na cela da 4ª Delegacia e que o outro se suicidou atirando-se do 3º andar da Chefatura de Polícia. O certo é que tinham sido acusados de ter colaborado com a subversão... Quando quis solicitar a baixa com alguns companheiros, apareceu um suboficial que nos disse: 'Não assinem a baixa, agüentem-se aonde os mandem, porque como civis, não dou nem cinco centavos por vocês.' " (Pasta Nº 719).

"Em um C. C. D. (Centro Clandestino de Detenção) chamado 'A Nova Baviera' (Tucumán), ocorreu um incidente porque as prisioneiras, Pitarra e Ana, mandavam cartas para lavar, dentro da roupa para lavar, aproveitando a cumplicidade de vários gendarmes. Um dos que levavam as cartas era o Gendarme Paiva, que pertencia ao Grupo Móvel de Buenos Aires. Em um momento, Pitarra confessou o que acontecia. E Paiva desapareceu. Outro gendarme, Rios, que também estava neste tipo de coisa 'foi demitido em 24 horas', segundo disseram, coisa que era rara. Já em Campo de Mayo — de onde provínhamos — sua esposa foi reclamar várias vezes, porque o dito gendarme jamais voltou a sua casa. Uma noite, em Campo de Mayo, 'levantaram' o Suboficial Maldonado e o levaram. Era cordobês, alto, magro e morava no mesmo quarto que o Suboficial Montes. Jamais se soube nada dele" (Pasta Nº 683).

"Eu comeci a tomar consciência do que acontecia quando prenderam o meu amigo Jorge H. Velázquez, agente da Polícia de San Luis (...) Tanto ele quanto eu e outro membro da Polícia, Roberto Jesus Arce, havíamos descoberto que uma Empresa de Investigações de San Luis dedicava-se, com a conivência de funcionários policiais e do Exército, a seqüestros extorsivos, que acabavam em detenções à disposição do P. E. N., de gente totalmente inocente. Nós três participamos de 'grupos' de luta anti-subversiva. Éramos nacionalistas e acreditávamos no que estávamos fazendo. Denunciamos os fatos ante o Exército e ante o Subchefe da Polícia de San Luis. Nos levaram os três ao quartel do Grupo de Artilharia Antiaérea 141, dependente do III Corpo, a cargo do Gen. Luciano B. Menéndez, onde fomos brutalmente torturados. Estivemos todo o tempo 'tabicados', com os olhos cobertos com uma venda. A mim aplicaram a 'picana' em sessões sucessivas e depois me colocavam a cabeça dentro de recipientes com água. Ao Velázquez espancaram até fazê-lo perder a dentadura e ao Arce também o espancaram brutalmente. Os torturadores, conosco, atuavam com o rosto descoberto" (Pasta Nº 3846).

Os depoimentos que antecedem dão uma mostra clara do modo de atuação dos denominados "Grupos de Tarefas", de seu total desprezo pelas normas éticas

que regem o uso da força por parte do Estado. As regras do jogo dos Grupos de Tarefas foram semelhantes à dos grupos de “gangsters”, e seus objetivos não foram diferentes. Mas, diferentes daqueles, que vêem sua ação restringida pela possível repressão das Forças da Ordem, os grupos de tarefas gerados do poder eram, paradoxalmente, as mesmas “Forças da Ordem”.

Esta Comissão entende que se torna absolutamente indispensável a investigação judicial da integração dos Grupos de Tarefas na estrutura repressiva. Entende, também, que a possibilidade de determinar definitivamente a sorte de milhares de desaparecidos passa necessariamente pela identificação dos componentes dos Grupos de Tarefas, dos seus responsáveis e de sua dependência orgânica das Forças Armadas. Existem provas suficientes para avaliar a existência de tais Grupos e sua localização “legítima” na estrutura formal das Forças Armadas.

A investigação relativa aos Centros Clandestinos de Detenção demonstra que estes funcionavam dentro do organograma militar concebido para a luta anti-subversiva. Este esquema está contido nas “Diretrizes Reservadas”, “Ordens de Combate” e diversos instrumentos que reestruturaram jurisdições e introduziram modificações orgânicas para a ação clandestina de repressão.

Os Centros de Detenção, nos quais se confinava os “desaparecidos”, responderam por uma dupla condução: por um lado, o manejo real e de fato, que estava a cargo, geralmente, da Força à que pertencia o estabelecimento no qual funcionava e, por outro lado, uma dependência orgânica dos Comandos de Corpo às mais altas chefaturas da zona na qual estivessem localizados.

No seu funcionamento conjunto, as diferentes Forças constituíram os chamados Grupos de Tarefas (GT), estruturas medulares da repressão clandestina.

“Os Grupos de Tarefas estavam formados com pessoal das diversas Forças Armadas e de Segurança. Se bem que se achassem alojados em determinadas dependências militares ou de Segurança, que cediam sua infra-estrutura, e em alguns casos tomavam conta das Chefaturas, os GT não dependiam diretamente desses lugares, mas sim da Força na qual tinham sua sede: GT1 e GT2 dependiam do Exército (com os esclarecimentos formulados mais adiante), com sede na CENTRAL DE REUNIÃO do Batalhão 601, de Inteligência do Exército (Callao e Viamonte, Capital Federal). O GT3 dependia do Serviço de Inteligência Naval (SIN), da Marinha de Guerra. O GT4, do Serviço de Inteligência Aérea (SIA), da Aeronáutica, e o GT5, da SIDE” (Depoimento Pasta N° 7170 de um ex-integrante desses grupos).

A estrutura estabelecida integrava, portanto, os Corpos orgânicos das diferentes Armas, com a estrutura de Inteligência das mesmas, de que dependiam diretamente as Forças ou Grupos de Tarefas; estrutura secreta por sua própria natureza e dependente de forma direta dos respectivos Comandos-em-Chefe.

Esta Comissão dispõe de informação fidedigna e inegável, segundo a qual tais grupos, denominados também Força de Tarefas ou Equipes de Combate, formavam-se, praticamente, de maneira anônima, em lugares de encontro pré-determinados, onde se comunicava a missão, e com pessoal de diferentes elementos que — em muitos casos — nem sequer se conheciam. Uma vez cumprida a missão, o referido pessoal se reintegrava a seus elementos de origem (conforme à informação oficial corrente, em poder desta Comissão).

Um oficial da Polícia da Província de Buenos Aires explica em seu depoimento (Pasta Nº 7316) o “modus operandi” de um Grupo de Tarefas:

“...conhecido um ‘objetivo’ ou ‘branco’ (elemento subversivo), ou suspeito de ser, era detido, levado a um local de interrogatório e se lhe dava a ‘máquina’ (tortura com ‘picana’), extraindo-lhe informação de outros suspeitos, os quais se prendiam, e assim, até ter todo um ‘mosaico’ ou corrente de pessoas. Em alguns casos, essa corrente se rompia quando algum prisioneiro ‘ficava no caminho’ (morria na tortura). Só então é que um grupo de pessoas investigadas ou um certo número de informações era levado ao Superior, tanto na Chefatura de Polícia como na Chefatura da Área Militar. Essa informação ia codificada e partia do mesmo GRUPO DE TAREFAS. Nas Delegacias se fazia um ‘relatório confidencial’ (onde se colocava a verdade do processo) e uma *Ata 20840* (onde se consignavam os dados que serviam para a cobertura de ‘legalidade’, como por exemplo, no caso dos prisioneiros aos quais se ‘cortava’ (matava), fazendo constar que haviam morrido em um ‘confronto’)”

No depoimento da Pasta Nº 7170, se obtém esta versão a respeito de alguns aspectos do GT2. Nos C. C. D. entrevistaram diversos Grupos de Tarefas, através de seus delegados. Estes podiam interrogar os prisioneiros que o seu Grupo de Tarefas tivesse ordenado a prisão, ou tivesse sido seqüestrado pelo Grupo de Operações do GT, ficando à disposição do GT a pessoa presa. Houve, por isso, delegados de um determinado GT que visitavam diversos Centros Clandestinos de Detenção, para ver se havia alguma pessoa seqüestrada que pudesse oferecer-lhes informação sobre as tarefas de inteligência próprias desse GT.

A operação do GT2, prévia às detenções, era a seguinte: cada caso se abria por uma Informação Base, que tinha uma Origem e um Valor.

A origem podia ser por meios próprios ou por denúncias, traições, interrogatórios, contra-inteligência. O valor vai de acordo com a confiabilidade que se tem da fonte de informação. A partir da chamada Segunda Fase (1977), a origem fundamental da informação provinha da obtida nos interrogatórios sob tortura. A essa Informação Base incorporavam-se os antecedentes que tivessem e se faziam Ordens de Busca ou de Reunião, para que investigassem. Esta investigação consistia em averiguar o domicílio do investigado, tipo de casa e local, entradas e saídas, vias de aproximação, vias de fuga, delegacia da zona, conceito da vizinhança e todo outro dado de interesse. Utilizava-se nos Grupos de Tarefas o termo “ovejear” ou “fazer-lhe a ovelha” a alguém (pelas iniciais da Ordem de Busca). A síntese de toda essa informação atualizada, conhecia-se como Cronologia do Caso. Se fosse necessário, se realizavam Penetrações Técnicas, com coberturas “apropriadas” (operário da ENTEL, inspetor de Migrações, Inspetor da Municipalidade de Buenos Aires, etc). Com tudo isto, se confeccionava uma pasta conhecida como CASO, numerada, com nome real ou de “fantasia”. Também se confeccionava uma Ficha de Antecedentes (dados de filiação, descrição física, anexos com observações de interesse). Estas FICHAS eram enviadas à Seção Registro e Arquivo do Batalhão 601, depois conhecido como Seção de Antecedentes, que procedia à classificação por ordem alfabética e numérica — número de documentos de identidade —, previa a confecção de slides e suas respectivas cópias (plaquetas), que continham todo o material microfilmado da informação reunida. Obtinham-se foto-

grafias dos suspeitos dos mais diversos modos, entre outros: através da informação reunida pelos “inspetores de migrações” ou outros com coberturas, sobre a filiação da pessoa com o qual se solicitava à Polícia Federal e a toda a comunidade da informação, o prontuário da dita pessoa, onde constavam as fotos.

O número da Pasta ou CASO se anotava em um livro que era manipulado pelo Chefe da Equipe do GT. Quando a informação obtida justificava um processo, emitia-se uma Ordem de Branco. Essa ordem era levada aos grupos ou brigadas de operação do Grupo de Tarefas, que se encarregavam de capturar a pessoa — já que, virtualmente, a Ordem de Branco era uma ordem de detenção ou de invadir o lugar determinado (conforme declarações de testemunhas — Pastas N^{os}, 7170, 7171 e 5884).

I. Sobre atitudes de alguns membros da Igreja

O Episcopado Argentino condenou reiteradamente a modalidade repressiva que esta Comissão investigou. Não haviam transcorrido dois meses do golpe de 24 de março de 1976 quando a Conferência Episcopal, em Assembléia Geral, qualificou de “pecado” os métodos empregados. Em maio de 1977 publicou, no mesmo sentido, um severo documento precedido de comunicações aos membros da Junta Militar.

Lamentavelmente, houve membros do clero que cometeram ou avalizaram, com sua presença, com seu silêncio e até com palavras justificatórias, estes mesmos fatos que haviam sido condenados pelo Episcopado.

Na continuação, citam-se depoimentos nos quais se mencionam religiosos:

“No ano de 1977, trabalhava como agente da Polícia da Província de Buenos Aires. Em fins de 77 ou princípio de 78, chamam-me ao escritório do Delegado General, na presença do padre Christian Von Wernich... e me perguntam se com um golpe de judô eu era capaz de fazer dormir uma pessoa no pequeno espaço da parte traseira de um veículo... Em outra ocasião, nos explicam que iam retirar da Brigada de La Plata três subversivos ‘quebrados’, os quais haviam colaborado com a repressão, para serem conduzidos ao exterior, segundo lhes haviam prometido... Já lhes tinham fabricado documentos de identidade, mas, se bem que os mesmos estivessem com os nomes dos subversivos, as fotos correspondiam a membros da polícia... Na primeira viagem, com estes documentos, viajaram o primeiro Cabo Cossani e duas oficiais da polícia feminina, deixando estabelecidos os lugares onde presumivelmente teriam de se hospedar os ex-subversivos. É assim que se começa a realizar a primeira operação. Saímos da Chefatura com três veículos. Na Brigada de Investigações de La Plata, nos esperava o padre Christian Von Wernich, que havia falado e abençoado aos ex-subversivos e lhes havia feito uma despedida na mesma Brigada. A família (que tinha que esperá-los no Brasil) lhes havia mandado flores. Os três ex-subversivos — duas mulheres e um homem — saem em liberdade de ação, sem algemas; para eles, nós eramos simples guardas que tínhamos que levá-los ao Aeroporto e embarcá-los. Haviam nos dado instruções expressas para que não portássemos armas, mas, por temor que se simulasse um “confronto” e nos liquidassem, decidimos levar as armas da repartição e uma arma pessoal. No automóvel onde eu ia — o móvel N^o 3 — encontrava-se o padre Christian Von Wernich.

(.....)
"o N. N. era um jovem de 22 anos, aproximadamente; cútis branca, cabelo castanho, que tinha vivido nos arredores de La Plata, no caminho General Belgrano

(.....)
"iam pedir as condições de cada móvel por "handly", e isto significaria o sinal. Ao chegar ao "Móvel três", eu deveria aplicar o golpe que adormeceria a pessoa. Dou o golpe perto da mandíbula, mas não consigo adormecer o jovem. Giménez retira a pistola regulamentar. Quando o N. N. vê a arma, precipita-se contra ela e se trava uma luta, o que me obriga a pegá-lo pelo pescoço e lhe descarrego vários golpes na cabeça, com a coronha da minha arma, o que lhe produz várias feridas e sangra abundantemente; tanto que o padre, o motorista e os dois que estávamos ao lado ficamos manchados... Os três veículos entram por uma rua lateral de terra, até uma paragem arborizada; ali estava o oficial médico, Dr. Bergé.

(.....)
Se descarregam os três corpos dos ex-subversivos, que nesse momento estavam vivos. Atiram os três sobre o capim, o médico lhes aplica duas injeções em cada um, diretamente no coração, com um líquido avermelhado que era veneno. Dois morrem, mas o médico dá os três como mortos. São carregados em uma camioneta da Brigada e levados a Avellaneda. Fomos nos lavar e trocar de roupa, porque estávamos manchados de sangue. O padre Von Wernich retirou-se em outro veículo. Imediatamente fomos à Chefatura de Polícia, onde nos esperavam o Delegado General Etchecolatz, o padre Christian Von Wernich e todos os integrantes dos grupos que haviam participado na operação. Ali, o padre Von Wernich me fala de modo especial, pela impressão que me tinha causado o acontecido; me disse que o que havíamos feito era necessário, que era um ato patriótico e que Deus sabia que era para o bem do País. Estas foram suas palavras textuais..." (Depoimento de Julio Alberto Emmed, Pasta N° 683).

"...Nunca saímos da cidade (La Plata), e chegamos ao lugar que os captores denominaram 'La Casita'. Ali estava a Central de Operações do Grupo que havia nos seqüestrado (...) Depois da primeira sessão de tortura, aproximou-se de mim um sacerdote; soube mais tarde que era Christian Von Wernich.

(.....)
"...o sacerdote voltou várias vezes; numa oportunidade, me ordenou que tirasse a venda dos olhos, me neguei a fazê-lo, ele mesmo a retirou, me disse que tinha a paróquia em '9 de julio', na Província de Buenos Aires. Uma vez, ouvi quando Christian Von Wernich dizia a um prisioneiro que pedia para não morrer que 'a vida dos homens depende de Deus e da tua colaboração'. Noutra oportunidade, dirigiu-se a mim tocando-me os pêlos do peito e dizendo sorridente 'te queimaram os pelinhos'... Também ouvi-o defender e justificar as torturas, reconhecendo que às vezes tinha-as presenciado. Quando se referia a alguma operação, dizia: 'Quando fizemos tal operação'... (Depoimento de Luis Velasco, Pasta N° 6949)

Von Wernich é citado também nas seguintes pastas: N° 2852 (denúncia o desaparecimento de María Magdalena Mainer e Pablo Joaquín Mainer); 2818 (denúncia o desaparecimento de Cecilia Luján Idiart); 2820 (denúncia o desaparecimento de Domingo Hector Moncalvillo); 2821 (denúncia o desaparecimento de Liliana Amalia Galarza); 2822 (denúncia o desaparecimento de María del Carmem Morettini); 6982 (depoimento de Luis Larralde).

“...visitei Monsenhor Grasseli no Vicariato Castrense, e ele consultou um fichário metálico e me disse que era melhor que ficássemos tranqüilos e não fizéssemos muito barulho...”

(.....)
“Lembro que quando lhe disse que era Daniel Grigón, que havia recuperado a liberdade, pegou uma lapiseira e na ficha correspondente ao meu irmão riscou o nome de Daniel, lembro também que na ficha havia uma letra ‘M’, de cor vermelha...” (Denúncia apresentada pelo desaparecimento do jornalista Enrique Raab, Pasta Nº 2776).

“...Entre abril e maio de 1977, eu, junto com meu marido, entrevistamos a Monsenhor Grasseli, então secretário do Vicariato Castrense. Na segunda entrevista nos informou que tanto María Adelia, nossa filha, bem como Rubén, seu esposo, haviam sido prisioneiros até abril, que depois desta data não havia mais registros, devido ao que presumia que havia acontecido o pior... Quanto a nosso outro filho, Arturo Martín, nunca havia figurado nas listas como prisioneiro...”

(.....)
“Monsenhor Grasseli atendia num escritório que se encontrava na Paróquia de Stella Maris, próxima a Retiro, onde para entrar tinha-se que passar por um grande escritório com uma grande quantidade de empregados e onde era colocado em cada pessoa um número que equivalia a um ‘passe’, para poder circular e ingressar à sala de Grasseli...” (Denúncia apresentada por María Teresa Penedo de Garín, Pasta Nº 431).

“...O padre Amador manda-nos a Monsenhor Grasseli, que nos diz que os jovens estão numa operação de reabilitação, em ‘casas’ que se montaram para esse fim, que são bem tratados...”

(.....)
“Manifesta que Videla foi a alma caridosa que elaborou este plano para não perder as inteligências... diz que os jovens são atendidos por psicólogos e sociólogos, que há equipes médicas para a saúde e que, aos irrecuperáveis, é possível que alguém piedoso lhe dê uma injeção e o irrecuperável adormece para sempre...” (Denúncia apresentada pelo desaparecimento de Carlos Oscar Lorenzo, Pasta Nº 1560).

“Depois de 40 dias do desaparecimento, fomos ver Monsenhor Grasseli, que nos disse que voltássemos depois de oito dias. Transcorrido este tempo, voltamos a vê-lo e Grasseli mostrou-nos uma lista com muitos nomes e disse-nos que nos fixássemos no nome de nosso filho; aqueles que tinham uma cruz queria dizer que estavam mortos, se não, que estavam vivos. Segundo isto, a vítima estava com vida...” (Denúncia de Adelina Burgos de Di Spalatro, Pasta Nº 1526).

“O encarregado de dar informações na Capela de Stella Maris era um sacerdote (Monsenhor Grasseli), que disse que assistia espiritualmente a ‘grupos de trabalho’. Grasseli descreveu Enrique fisicamente, comentando que tinha o apelido de ‘Pinguino’, e outros dados que evidenciavam conhecimento acerca do paradeiro das vítimas; concluiu que Enrique havia sido fuzilado...” (Denúncia apresentada por Jorge Alfredo Barry, Pasta Nº 270).

“...Na prisão de Caseros, por volta de março de 1980, fui submetido a sessões de tortura pelo Chefe de Inspeção, em companhia do Chefe Interno e em presença do sacerdote Cacabello, por negar-me a colaborar com eles...”

(.....)
“Deixo claro que, em todo o tempo de minha prisão, em momento algum me foi

feita qualquer acusação e que estive à disposição do P. E. N.” (Depoimento de Eusebio Héctor Tejada, Pasta N° 6482).

“...aos domingos me visitava brevemente o capelão Pelanda López, mantendo um curto diálogo no calabouço; chegava a justificar a tortura. Numa oportunidade, um dos prisioneiros lhe disse: ‘Padre, estão me torturando terrivelmente nos interrogatórios e lhe rogo que intervenha para que não me torturem mais’. Ao que Pelanda López respondeu: ‘Bem, meu filhinho, mas o que você quer, se não colabora com as autoridades que te interrogam. Em outra oportunidade, manifestei ao capelão que não era possível que continuassem me torturando como vinham fazendo, ao que Pelanda López respondeu: ‘Vocês não têm autoridade para queixar-se da tortura’ ” (Depoimento do sindicalista Plutarco Antonio Schaller — Pasta N° 4952).

“...recordo que durante minha permanência na penitenciária (Penal de Villa Gorriti — Jujuy) o Bispo de Jujuy, Monsenhor Medina, rezou uma missa, e no sermão nos disse que sabia que o que estava acontecendo, mas que tudo isto ocorria para o bem da Pátria e que os militares estavam trabalhando bem e que devíamos revelar tudo o que sabíamos, para o que ele se oferecia para receber confissões...” (Depoimento de Ernesto Reynaldo Saman, Pasta N° 4841).

“...encontrei Pedro Eduardo Torres nos primeiros dias de junho de 1976, na prisão (Penal de Villa Gorriti - Jujuy), onde pude falar com ele; me disse que haviam prometido matá-lo ... Monsenhor Medina, que visitava freqüentemente a prisão, me falou sobre essa ‘transferência’ ” (Depoimento de Mario Heriberto Rubén López, Pasta N° 4866).

“...quando cheguei na prisão de Villa Gorriti, estava sozinha numa cela, incomunicável; quando veio ver-me Monsenhor Medina, que me disse que eu devia dizer tudo o que sabia; lhe respondi que não sabia o que devia dizer-lhe; e só o que eu queria era saber onde estavam meus filhos, ao que Medina respondeu: ‘em alguma coisa deviam estar envolvidos, para que eu não soubesse onde estavam; insisti que eu devia falar e dizer tudo, e então ia saber onde encontravam-se meus filhos...” (Depoimento de Eulogia Cordero de Garnica, Pasta N° 4859).

Monsenhor Miguel Medina é citado também, entre outras pessoas, por Emma Elena Giménez de Giribaldí (Pasta N° 2459) e Gustavo Rafael Larratorres (Pasta N° 4859).

J. Questionários remetidos a ex-funcionários do governo “de facto”.

Já avançado o trabalho desta Comissão Nacional, e com clara noção de seus membros quanto à dificultosa localização do paradeiro das pessoas desaparecidas, o desconhecimento do critério de execução prática com o qual o comando das Forças Conjuntas interpretou as expressões “neutralizar e/ou aniquilar a ação dos elementos subversivos”, contidas nos Decretos N° 261/76 e 2772/75, bem como as normas que fundaram a alegada legitimidade dos métodos utilizados na chamada luta anti-subversiva, quanto aos os critérios objetivos utilizados para determinar quem deveria ser preso; à lista completa dos lugares onde foram presos os mesmos,

e das autoridades encarregadas de sua administração e vigilância, às disposições especiais sobre enterro dos restos dos que foram mortos e a individualização da jurisdição judicial que teve intervenção sobre os respectivos casos, quanto à determinação da forma e destino da documentação referente às ordens, execução e resultado das operações, bem como do centro de computação que processou os dados correspondentes; quanto às medidas tomadas para a investigação de milhares de denúncias de desaparecimento de pessoas, e, enfim, para obtenção de qualquer informação vinculada com o esclarecimento exigido pela missão que nos foi confiada, decidiu-se enviar questionários a cada ex-funcionário do Estado que, pelos cargos que exerceram no Comando das Forças Armadas ou de Segurança, na condução do Governo “de facto” ou na execução de operações, deveriam dispor de informações para esclarecer tais questões.

Neste sentido, requereu-se resposta, através do Ministério de Defesa e do Ministério do Interior, nos termos do Decreto Nº 2107/84, aos seguintes integrantes das Juntas Militares e Presidência da Nação, Ministros do Interior e Chefes de Estados-Maiores das três Armas, Comandantes dos Corpos de Exército, Chefes dos Serviços de Inteligência, Chefes da Polícia Federal Argentina, da Gendarmaria Nacional, da Prefeitura Naval Argentina e outros:

- Tenente-General Jorge R. Videla
- Almirante Emilio E. Massera
- Brigadeiro General Orlando R. Agosti
- Tenente-General Roberto E. Viola
- Almirante Armando Lambruschini
- Brigadeiro General Omar D. Graffigna
- Tenente-General Leopoldo F. Galtieri
- Almirante Jorge I. Anaya
- Brigadeiro General Basilio A. I. Lami Dozo
- Tenente-General Cristino Nicolaidis
- Almirante Rubén O. Franco
- Brigadeiro General Augusto H. Hughes
- Tenente General Reynaldo B. Bignone
- General de Brigada Alberto A. Valin
- General de Brigada Alfredo Sotera
- General de Brigada Eduardo R. Ojeda
- General de Divisão Juan B. Sasaiñ
- General de Divisão Luis S. Martella
- Contra-almirante Pedro A. Santamaría
- Contra-almirante José M. Suppicich
- Contra-almirante Salvio O. Menéndez
- General de Brigada Carlos E. Laidlaw
- General de Brigada Carlos A. Dalla Tea
- General de Brigada Humberto F. Santiago
- General de Divisão Antonio D. Bussi
- General de Brigada Juan M. Bayon
- General de Divisão Osvaldo J. García
- General de Brigada Raúl J. Ortiz
- General de Divisão Mario A. Piotti

- General de Brigada Julio C. Ruiz
- Coronel Roberto Roualdes
- Vice-almirante Rubén J. Chamorro
- Contra-almirante Horacio Zaratiegui
- Coronel Mohamed A. Seineldin
- Tenente de Navio Alfredo Astiz
- Capitão Jorge Perren
- General Santiago O. Riveros
- General Ramón J. Camps
- General Fernando Vertplaetsen
- General Jorge Carlos Olivera Rovere
- General Ibérico Saint Jean
- General Acdel Vilas
- General Ernesto Trotz
- General Federico Minicucci

Com exceção de poucos casos em que não se obtiveram respostas, nenhuma das declarações recebidas por esta Comissão Nacional serviu para esclarecer os fatos relacionados com os desaparecimentos de pessoas ocorridos no País, nem para averiguar alguma circunstância relacionada com sua efetiva localização.

K. A coordenação repressiva na América Latina

Juntamente com a atividade repressiva ilegal realizada dentro dos limites do território nacional, deve-se destacar que as atividades de perseguição não conheceram limitação de fronteiras geográficas, contando para isso com a colaboração dos organismos de Segurança de países limítrofes que, com características de reciprocidade, efetuavam prisão de pessoas sem respeitar qualquer ordem legal, numa violação patente de tratados e convenções internacionais assinados por nosso país sobre o direito de asilo e refúgio político. Inclusive agentes repressores estrangeiros dentro de nosso território, prendendo cidadãos uruguaios, paraguaios, bolivianos e de outras nacionalidades.

Estes habitantes estrangeiros foram seqüestrados dentro da maior clandestinidade e impunidade e entregues às autoridades dos seus países de origem.

Algumas pessoas estavam na condição de refugiados; alguns com a sua radicação legalizada e outros sob o amparo do Alto Comissionado das Nações Unidas.

Tê-los privado de tal condição demonstra uma clara transgressão de direitos internacionalmente reconhecidos, constituindo um evidente desconhecimento da tradição histórica em matéria de asilo político.

A metodologia empregada consistiu, basicamente, na inter-relação dos grupos ilegais de repressão que, definitivamente, atuaram como se se tratasse de uma mesma e única força, constituindo tal atividade, devido à citada clandestinidade, uma clara violação da soberania nacional.

Lamentavelmente, o que ocorreu demonstra a existência de um aparato repressivo tipicamente “multinacional”. Sob seu amparo, as forças de repressão estrangeiras passaram a integrar os chamados “Grupos de Tarefa”, dedicando-se a

seqüestrar, interrogar sob tortura, assassinar ou a transferir seus compatriotas aos Centros Clandestinos de Detenção em seus próprios países.

Ainda que o maior número de estrangeiros tenha sido de nacionalidade uruguaia, não se podem deixar de lado os casos de asilados paraguaios, bolivianos e chilenos que, de forma semelhante, tiveram que padecer as conseqüências desta íntima afinidade de modelos políticos autoritários, que castigou esta parte do continente.

Vejamos alguns exemplos:

Depoimento de Osiris Irineo Ayala — Pasta N.º 6364

“Numa dessas oportunidades, estive com um grupo de pessoas e um guarda falando idioma guarani disse: ‘Tem um que não é paraguaio; diga ao Capitão Espada que nós não queremos levar gente que não seja paraguaia’.

Deve-se destacar que, no lugar a quem o Sr. Ayala se refere, apenas ele ficou, das catorze pessoas que se encontravam presas.

Depoimento de Matilde Artes Company, mãe e avó das desaparecidas Graciela Antonia Rutilo Artes e Carla Graciela Rutilo Artes — Pastas N.ºs 6333 e 7243

“No dia 2 de abril de 1976, foram presas por Forças de Segurança, na cidade de Oruro (Bolívia), minha filha Graciela Antonia Rutilo Artes, juntamente com minha neta Carla Graciela Rutilo Artes.

“Posteriormente, são conduzidas à cidade de La Paz, onde separaram mãe e filha. Graciela foi levada a diferentes dependências do Ministério do Interior boliviano, onde foi torturada...

“Carlita é internada no orfanato ‘Lar Carlos Villegas’, onde permanece com o nome falso de Norah Nentala e com a recomendação de ser muito vigiada.

“Carlita foi várias vezes levada às sessões de tortura de sua mãe, onde a pequena foi maltratada (mantinham-na nuazinha, presa pelos pés e de cabeça para baixo), com o fim de dobrar Graciela.

“Em virtude das denúncias que fiz na Cruz Vermelha Internacional, minha filha, cujo paradeiro desconhecia, foi localizada no seu local de detenção, onde recebeu a visita do Sr. Isler, Delegado do organismo citado, que iniciou gestões junto às autoridades competentes para que a pequena Carla fosse levada à sua mãe.

“...a menina foi transferida para o orfanato de Villa Fátima (La Paz), onde foi possível registrá-la com seu nome verdadeiro. Ali permaneceu até as 13h20min do dia 25 de agosto de 1976, de onde foi retirada a força (pelo fato de as assistentes sociais se negarem a entregá-la) por quatro agentes do Ministério do Interior boliviano, os quais, cumprindo ordens do Coronel Ernesto Cadina Valdivia, alegaram que a menina devia viajar imediatamente com a mãe. Por sua vez, minha filha é obrigada a assinar um documento onde consta ‘haver recebido a criança em perfeito estado de saúde’. Este fato aconteceu no dia 25 de agosto de 1976, às 15h. Também por fontes dignas de crédito, soube que minha filha foi horripelmente torturada por uma comissão da Polícia Federal Argentina, que se fez presente em meados do mês de agosto de 1976.

“Finalmente, minha filha Graciela e minha neta Carlita foram entregues, em 29 de agosto de 1976, às 10h15min, na fronteira de Villazón La Quiaca, às autoridades argentinas. Anexo a prova do radiograma oficial (acompanha fotocópia do mesmo). Cabe assinalar que minha filha Graciela residiu desde os 9 anos de idade na Bolívia, onde eu me estabeleci com minha família, e que, afora algumas rápidas visitas à Argentina, nunca viveu neste país. Portanto, além da flagrante ilegalidade de sua transferência, fica claro que o governo argentino não tinha motivo algum para reclamá-la.

“A partir da comunicação, a Cruz Vermelha Internacional é o único organismo que: 1. Viu minha filha com vida; 2. Recebeu comunicação oficial do governo boliviano sobre a entrega de ambas à Argentina e 3. Gestionou junto ao governo argentino o aparecimento de duas cidadãs que, de alguma maneira, estavam sob sua tutela, persistindo a Junta Militar em afirmar que ‘não existem registros de sua localização e que não se encontram prisioneiras’ ”.

Desaparecimento de Claudio Ernesto Logares, Mónica Sofía Grispon de Logares e Paula Eva Logares — Pastas N.º 1982, 1983 e 1984

Trata-se do caso de uma família argentina radicada na cidade de Montevideu, Uruguai, que foi seqüestrada nessa Capital.

No dia 18 de maio de 1978, Claudio Ernesto Logares, argentino, sua esposa Mónica Sofía Grispon de Logares e a menor Paula Eva Logares foram presos, às 15h30min, na Av. Fernández Crespo, em frente ao n.º 1757, em Montevideu, por um grupo de civis fortemente armados, que se deslocavam em três automóveis. O casal foi separado, conduzindo-se o Sr. Logares num dos veículos e sua esposa e a filhinha noutro.

Foram feitos esforços, tanto no Uruguai quanto em nosso país, visando conseguir informações sobre o paradeiro desta família, sem que nenhum deles tivesse êxito.

É de suma importância ressaltar o fato de que a menor Paula Eva Logares pôde ser localizada por intermédio das Avós da Plaza de Mayo. A filhinha do casal Logares encontrava-se em poder de um ex-Delegado de Polícia da Província de Buenos Aires, que a havia registrado como filha própria. Naquela data, efetuada a denúncia pertinente diante do Tribunal Federal n.º 1 da Capital Federal, o magistrado encarregado enunciou auto de prisão preventiva contra Rubén Luis Lavallén, Raquel Teresa Leyro e o médico Jorge Héctor Vidal, por encontrarem-se incursos, “prima facie”, no delito de alteração do estado civil de um menor de 10 anos, corroborado por falsidade ideológica em instrumento público (Certidão de Nascimento).

O aparecimento da criança em nosso País e, ainda, em poder de um integrante das forças policiais, não deixa dúvida alguma que no seqüestro da família Logares utilizou-se a estreita colaboração existente entre os grupos de pressão ilegal, os quais também se valeram dessa inter-relação para proceder à subtração e troca de identidade da pequena Paula Eva Logares.

Desaparecimento de Aída Celia Sanz Fernández e Elsa Fernández de Sanz — Pastas N.º 7162 e 7227

Aída Celia Sanz Fernández, de nacionalidade uruguaia, estava radicada em nosso país desde o mês de maio de 1974. Trabalhava como enfermeira na unidade de terapia intensiva da Associação Espanhola de Buenos Aires. No momento de sua prisão — 23 de dezembro de 1977 —, encontrava-se em adiantado estado de gravidez. Sua mãe, Elsa Fernández de Sanz, viajou especialmente do Uruguai para estar presente no próximo parto de sua filha.

Ambas foram presas no domicílio de Aída Celia, situado na localidade de San Antonio de Pádua, Província de Buenos Aires. Através de referências constantes nas pastas citadas, pôde-se estabelecer que a filha foi vista no Centro Clandestino de Detenção “Pozo de Quilmes”, segundo consta no depoimento de Washington Rodríguez, que participa das ações.

Diz Washington Rodríguez:

“No dia 1º de abril de 1978, fui seqüestrado na cidade de Buenos Aires e conduzido a um Centro Clandestino de Detenção situado nas imediações de Quilmes. Neste lugar, vi três uruguaios, entre os quais se encontrava Aída Sanz, que havia sido presa em 23 de dezembro e dado à luz uma menina, em 27 de dezembro, a qual foi-lhe tirada de imediato, sem jamais saber-se algo mais sobre ela...”

Denúncia de Enrique Rodríguez Larreta Piera — Pasta N.º 2539

Além das situações relatadas nos casos anteriormente citados, há registros nesta Comissão da denúncia que o cidadão uruguaio Enrique Rodríguez Larreta Piera formulou sobre os fatos tragicamente vividos por ele; é de interesse, principalmente, transcrever literalmente seus parágrafos mais pertinentes:

“Na data de 1º de julho de 1976, fui informado por minha nora, Raquel Nogueira Paullier, do desaparecimento de meu filho Enrique Rodríguez Larreta Martínez, uruguaio, casado, de 26 anos de idade, pai de um menino de 5 anos, jornalista e com residência legal na República Argentina, desde o ano de 1973. Imediatamente nos colocamos em contato com um advogado e, com seu assessoramento, apresentamos um recurso de ‘Habeas-corpus...’ Vários dias depois fui informado que o recurso seria arquivado, já que as autoridades haviam informado que não havia registro de pedido de captura contra meu filho e que tampouco se encontrava preso. Na noite de 13 para 14 de julho, um grupo de 8 a 12 pessoas armadas, depois de entrar no edifício de apartamentos em que moravam meu filho e minha nora, derrubou a porta do apartamento e irrompeu nele sem exibir qualquer autorização. Minha nora e eu fomos tirados da casa e nos colocaram numa camioneta fechada. O veículo em que viajamos dirigiu-se a outra casa; depois de alguns minutos estacionados foi embarcado um casal conosco, depois do que, fomos conduzidos a um local que para entrar foi necessário levantar uma ruidosa cortina metálica. Pude perceber de imediato que nesse local se achava um número elevado de pessoas nas mesmas condições que eu. Entre eles identifiquei meu filho, por sua voz e porque haviam utilizado, para encapuzar-me, um saco de açúcar de trama não muito fechada, o que me permitia ver as silhuetas. Posteriormente um guarda percebe que posso distinguir algo; por isso, me bate e me venda fortemente os olhos com um trapo. Pude reconhecer também, entre as pessoas que ali estavam, Margarita Michelini — filha do meu

amigo, o Senador Zelmar Michelini, assassinado pouco tempo antes, e León Duarte, dirigente trabalhista uruguaio, de relevante atuação no movimento sindical em meu país. Enquanto sou torturado, me formulam perguntas sobre as atividades políticas de meu filho e sobre minha participação no Partido pela Vitória do Povo, ao qual, segundo eles, pertencia meu filho. É neste quarto que posso ver, num momento em que, devido à copiosa transpiração, a venda escorrega um pouco, que na parede há dependurado um retrato de Adolf Hitler, de tamanho médio. Depois de sofrer este tratamento, fui levado ao andar térreo e permaneci ali até o dia em que fui transferido para o Uruguai. Reconheço claramente a voz de Gerardo Gatti Antuña, a quem conheço há muito tempo como dirigente sindical dos trabalhadores gráficos do Uruguai. Através de comentários de outros seqüestrados — em momentos de descuido dos guardas podíamos trocar algumas palavras em voz baixa —, fico sabendo que outra das vozes ouvidas no térreo é a de Hugo Méndez, outro sindicalista uruguaio, que havia sido seqüestrado em Buenos Aires, no mês de junho. Com o passar dos dias, vou me dando conta — pelo conteúdo das conversações e pelos modismos que empregam — que a grande maioria dos que participaram na operação de seqüestro e todos que nos vigiam, são argentinos. Alguns militares uruguaio pertenciam a um grupo chamado OCOA (Organismo Coordenador de Operações Anti-subversivas), integrado por militares e policiais uruguaio que se diferenciam no trato entre eles, com o nome de 'Oscar', seguido de um número ordinal. No dia 26 de julho dizem-nos que nos preparássemos para serem transferidos. Já o haviam dito três dias antes, mas nessa oportunidade, segundo comentários da guarda, o avião em que devíamos viajar não chegou, por causa da forte tormenta, devido ao que se postergou a operação. Nos colocar a fita adesiva nos olhos e na boca... Nos fizeram subir num caminhão e sentar no chão... Finalmente partimos da casa em que havíamos permanecido seqüestrados. Nesse momento ficaram nela Gerardo Gatti, León Duarte e Hugo Méndez, cujo destino ignoro. O caminhão em que éramos transportados ia fortemente escoltado, a julgar pelo barulho de numerosas motos e automóveis ao nosso redor, que tocavam sirenes nos cruzamentos, para interromper o trânsito. Nos conduziram à Base Militar contígua ao Aeroparque da cidade de Buenos Aires. Pude dar-me conta disso ao descer, já que, com a transpiração produzida por estar encerrado e o chuvisco que estava caindo nesse momento, a fita adesiva havia desprendido um pouco, deixando certa visibilidade. Uma vez tendo descido do caminhão, fizeram-nos subir em um avião 'Fairchild', dos que utiliza a Força Aérea Uruguaia e que estão vinculados aos serviços TAMU (Transporte Aéreo Militar Uruguaio) e PLUNA (Primeira Linha Nacional de Aeronavegação). Algumas das pessoas que viajavam comigo puderam ver o distintivo PLUNA em sacos plásticos colocados nos bolsos dos assentos. Viajamos sentados e o vôo durou cerca de uma hora, segundo minha estimativa. Ao aterrisar e descer, pude perceber que estávamos na Base Aérea Militar N° 1, contígua ao Aeroporto Nacional de Carrasco, nas cercanias de Montevideu. Na noite do dia 14 de agosto fomos tirados apressadamente desse local. Realizamos uma viagem de 20 a 30 minutos até nosso novo destino. Ao chegar, fazem-nos descer ao subsolo da casa, onde somos introduzidos numa grande peça, com piso de madeira, onde nos dividiram em dois grupos, um contra cada parede. Nesse lugar, o Major Gavazzo dirigiu-nos um discurso, inteirando-nos de que estávamos em mãos do que chamou de 'Forças Especiais de Segurança' da República Oriental do Uruguai, e que estávamos submetidos a uma rigorosa disciplina, em que qualquer falta seria severamente castigada. Depois de alguns dias nesta casa são retirados da peça que servia de cela comum, Félix Dias Berdayes (15 de agosto) e Laura Anzalone (20 de agosto), companheira dele, de quem estava grávida. No dia 26 de agosto — recorro com precisão por tratar-se do

dia seguinte a uma importante data histórica do Uruguai, e vários guardas fizeram comentários sobre a parada militar que se realizou — voltou o Major Gavazzo, nos fez ficar em pé e nos disse o seguinte: que eles — as Forças Especiais de Segurança do Uruguai — tinham nos salvado a vida ao resgatar-nos dos assassinos argentinos, 'que queriam nos mandar para cima, tocar a Harpa com São Pedro'. Que, portanto, devíamos contribuir para que se justificasse nossa presença no Uruguai, para o que devíamos prestar a simular uma tentativa de invasão por um grupo guerrilheiro que havia ingressado clandestinamente à altura do Rio Negro, onde seria 'surpreendido' por tropas uruguaias... Para pressionar-nos, insisti em lembrar que apesar de nos terem salvo a vida, estávamos exclusivamente em suas mãos, e ninguém conhecia nosso paradeiro... A totalidade dos seqüestrados rechaçou esta proposta. Em caso de negativa, disse que não restava outro remédio senão devolver-nos à Argentina, para que nos assassinassem. Não tenho antecedentes penais de espécie alguma e se me seqüestraram e enviaram ao Uruguai, é só pelo fato de estar em Buenos Aires procurando meu filho desaparecido, com todos os meus documentos em ordem e dando os passos que a Lei e a Constituição me permitiam. Quero frisar que em meados de setembro foi trazido de Buenos Aires quem, depois soube, era Alvaro Nores Montedónico, irmão de María Pilar Nores Montedónico, refugiada uruguaia também seqüestrada em Buenos Aires e que havia viajado conosco, porém em condições diferentes. No dia 22 de dezembro me deixam em liberdade, sendo conduzido até meu domicílio. A casa onde fui seqüestrado é propriedade de minha nora Raquel Nogueira Paullier. Quando já libertado, viajei a Buenos Aires e visitei a mesma, a qual havia sido saqueada. Posteriormente fui informado que, depois do seqüestro, foi fechada com uma faixa que dizia 'EXÉRCITO ARGENTINO'. O porteiro foi testemunha ocular dos fatos ocorridos. Reitero que o imóvel está situado na rua Víctor Martínez, 1480, da Capital Federal. Quando decidi sair do Uruguai para dar este depoimento, viajei à cidade de Buenos Aires. Ali, em contato com a colônia uruguaia de refugiados, soube que minha descrição correspondia com a que havia feito um casal argentino, que tempo antes havia conseguido fugir da casa em que os retinham ilegalmente e que localizaram na rua Venancio Flores esquina Emilio Lamarca. Fui ao local e efetivamente é onde estivemos presos. É uma antiga oficina que tem na frente um cartaz que diz 'Automotores Orletti'. Ao ser libertado, soube que no mês de setembro de 1976 havia sido denunciado o desaparecimento de várias dezenas de refugiados uruguaios em Buenos Aires, incluindo três crianças de pouca idade, seqüestrados junto com seus pais. Tudo quanto foi dito implica numa clara denúncia de intervenção em um país estrangeiro, ao mesmo tempo que uma violação da Declaração dos Direitos do Homem, da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, e da Convenção de Genebra de 1951, sobre o refugiado político".

Denúncia de Alberto Illarzen e sua cónjuge - Pasta N.º 4086

Este casal foi seqüestrado na localidade de Lanús — Província de Buenos Aires —, em 21-4-78, e liberado em 18-5-78. Durante seu cativeiro, puderam perceber que se encontravam no chamado "Pozo de Quilmes", onde foram estupidamente tratados. Explicam as impressões do local específico onde foram mantidos nestes termos:

"No momento em que chegamos havia 32 seqüestrados, todos uruguaios, brutalmente torturados, inclusive uma menor de 16 anos. Os nomes que recordamos são:

Aída Sanz, Andrés da Fontoura, Gabriel Corch Lavigna, Guillermo Manuel Sobrino... Ari Cebero e sua esposa Beatriz, Carlos Cebero, Jorge Martínez e sua esposa Marta Beatriz Cebero e outros. Sem dúvida alguma havia tanto oficiais argentinos como uruguaios, e também pessoal militar de menor hierarquia entre os uruguaios. O oficial de mais alto posto entre os uruguaios se fazia chamar 'Capitão Saruchu', o qual desempenhou funções, como advertiu Sobrino, no mesmo lugar onde este havia estado preso na cidade de Montevidéu. A uma militar uruguaia que atuava no Pozo de Quilmes chamavam 'Sargento Piters', um dia um militar uruguaio a chamou 'Cristina', que poderia ser seu verdadeiro nome; ela era a encarregada de realizar os interrogatórios durante as torturas.

Denúncia de Washington Rodríguez - Pasta N.º 4085

"No dia 1.4.78, fui preso na Província de Buenos Aires, quando caminhava com meu filho de 15 anos. Indivíduos fortemente armados, em número aproximado de 15, nos algemaram e conduziram à minha casa, distante 150 metros, à vista de todos os vizinhos; esta, onde se encontravam meus outros 4 filhos, havia sido invadida por outras 15 pessoas, depois de introduzirem-se em quatro imóveis vizinhos. Saquearam os pertences do meu domicílio. Me introduzem numa camioneta, me encapuzam e ao cabo de uma hora me descem no 'Pozo de Quilmes', onde me aplicam a 'picana' elétrica. Ali vejo um grupo de 22 uruguaios presos. Os interrogadores eram uruguaios, oficiais pertencentes à OCOA., o interrogatório girava em torno de atividades no Uruguai. Os próprios guardas nos disseram que os uruguaios estavam a cargo do pessoal militar dessa nacionalidade".

Conclusão sobre o encadeamento internacional repressivo

Torna-se necessário mencionar o ruidoso caso do delinqüente norte-americano Michael Townley, que declarou pormenorizadamente a autoria de crimes contra personalidades do Chile e da Bolívia, diante dos tribunais dos Estados Unidos.

Com efeito, confessou sua intervenção como protagonista, no atentado que aconteceu na cidade de Washington — EUA — contra o ex-chanceler chileno Dr. Orlando Letelier e sua secretária, por ordem da famosa "DINA", polícia política chilena, devido ao qual a Justiça norte-americana solicitou a extradição dos mais altos chefes deste serviço chileno, para serem processados nos EUA.

Além disso, como se sabe por informações jornalísticas, também confessou-se autor dos assassinatos, em território argentino, do General chileno Carlos Prats, Comandante-em-Chefe do Exército, e sua esposa, e também do General boliviano Juan José Torres (ex-Presidente da Nação, em seu país), igualmente na cidade de Buenos Aires. Com base nestas declarações, o Poder Judiciário argentino solicitou a extradição de Townley, para processá-lo aqui.

Em virtude de todas estas conexões manifestas, por sua vez esta Comissão incluiu, em sua denúncia perante o Tribunal Penal N.º 1 da cidade de La Plata, em razão dos Centros Clandestinos destinados à tortura, interrogatórios, alojamento e transferências de presos políticos, localizados na Província de Buenos Aires, o seguinte:

“Finalmente, deve-se destacar, por sua importância institucional, a afirmação de inúmeras testemunhas acerca de um fato extremamente grave: a presença de funcionários uruguaios exercendo a repressão ilegal em território argentino. Para descrever isto, deve-se advertir, antes de tudo, que foi vista em cativeiro no ‘Pozo de Quilmes’, uma grande quantidade de pessoas de ambos os sexos, de nacionalidade uruguaia. A partir do que, adquirem um alto grau de credibilidade as declarações de Illarzen, no sentido de que um dos prisioneiros, de sobrenome Sobrino, explicou-lhe que aquele que em Quilmes aparecia como oficial uruguaio repressor de maior hierarquia, de nome Ariel Pretel — ou Prete —, havia sido funcionário em um estabelecimento Penal da cidade Montevidéu, onde Sobrino havia estado como detento, pelo que o conhecia pessoalmente”.

Estas evidências devem merecer, da autoridade constitucional argentina, o maior cuidado, com a intenção impostergável de garantir o exercício pleno da soberania da Nação, no controle exaustivo sobre as eventuais vinculações ilegítimas de pessoal de nosso país com funcionários estrangeiros.

L. Documentação

O Decreto 187/83, criando a CONADEP dispõe, em seu artigo 2º, inciso “d”, que o organismo deve:

“Denunciar à Justiça qualquer tentativa de ocultação, subtração de elementos comprobatórios relacionados com os fatos que se pretendem esclarecer.”

Pelo trabalho realizado durante o funcionamento da Comissão, pôde-se determinar que existiu um acúmulo importante de documentação que se destruiu, ou que é mantida oculta pelos autores da ação repressiva.

Todo o imenso e complexo dispositivo montado para levar a cabo a atividade repressiva clandestina, a gigantesca infra-estrutura que ele requereu, foi produto de ordens, disposições, comunicações, atas, que ineludivelmente tiveram que ser escritos e registrados.

Dispôs-se de imensos recursos, mobilizou-se pessoal, fizeram-se grandes construções e se reformaram prédios inteiros para adequá-los como Centros Clandestinos de Detenção. Isso supõe a existência da documentação imprescindível para empreender semelhante tarefa.

Todos os seqüestrados eram identificados; confeccionavam-se expedientes completos relativos a cada um deles, com cópias que eram distribuídas entre os diferentes Organismos de Segurança e Inteligência.

Onde está hoje o grande acervo de material escrito que, necessariamente, tiveram em suas mãos aqueles que puseram em funcionamento tão vasto e sinistro mecanismo?

Apenas uma mínima parte de tal documentação pôde ser localizada na árdua tarefa de investigação; e é com tal base que reconstruímos parte do quebra-cabeças do terror que reinou no país.

Diferentes meios jornalísticos publicaram recentemente informação divulgada pelo Ministério do Interior, indicando que havia-se conseguido individualizar ordem emitidas por autoridades do governo militar, visando destruir a totalidade da documentação secreta relacionada com o aparato repressivo.

O próprio ex-Presidente "de facto", Gen. Reynaldo Benito Bignone, por Decreto Nº 2726/83 — de caráter "reservado" — distribuiu as ordens a fim de que fosse "desativada" toda documentação existente sobre as pessoas que estiveram detidas à disposição de Poder Executivo Nacional, em virtude da aplicação do "estado de sítio".

As limitações enfrentadas por esta Comissão, em sua investigação, foram oportunamente denunciadas ao Sr. Presidente da Nação, Dr. Raúl Alfonsín, em nota de 3 de maio de 1984, na qual expressava-se:

"... É indubitável que o Governo das ex-Juntas Militares — através do controle absoluto estabelecido para garantir o monopólio do exercício da força pelo Estado — recebeu, registrou e arquivou a informação pormenorizada dessa situação. Por outro lado, a legitimidade formal que tiveram os métodos utilizados na chamada luta anti-subversiva — pressuposto no qual invariavelmente se colocam os senhores ex-Comandantes, altos chefes e oficiais que aparecem envolvidos — torna indesmentível a existência de um mínimo de requisitos documentais que derivam, por outro lado, do caráter institucional que assumiu a repressão. No mínimo, a instrução de sumários que antecedam as decisões de culpa ou inocência, o registro do nome das pessoas presas ou mortas, dos lugares onde foram encarceradas ou enterradas, etc. No entanto, pouca coisa a este respeito nos foi possível obter até o momento. Ao renitente silêncio assumido por aqueles que, sabendo-se responsáveis, colocam suas ações no anonimato sob o recurso do "segredo militar", soma-se a incompleta, tardia ou nula resposta aos nossos requerimentos.

Isto é, a principal função encomendada a esta Comissão — a determinação do paradeiro das pessoas desaparecidas — tropeça numa falta essencial de informação documentária acerca das ordens de operação específicas da ação repressiva, a individualização das pessoas detidas, processadas, sentenciadas, libertadas ou executadas, e os lugares onde elas foram presas ou enterradas civilizadamente .

"...Não escapará a seu elevado critério, Senhor Presidente, que o relatório com o qual há de culminar nosso trabalho deverá explicitar com clareza — dos fins de delimitar responsabilidades perante a opinião pública — as fontes de informação que constituirão seu fundamento, bem como os canais que se fecharam às nossas gestões..."

Foi conseguido de fato, pela destruição ou ocultação de documentação, inverter a carga da prova sobre os gravíssimos fatos cometidos durante o governo "de facto", transferindo a esta Comissão, ao Poder Judiciário e aos cidadãos em geral, a dificultosa tarefa de reconstruir o ocorrido com a escassa documentação encontrada. Não obstante, com base nas declarações obtidas de ex-prisioneiros, familiares de desaparecidos, efetivos das Forças de Segurança, e contando com os poucos documentos achados, conseguiu-se apurar o fundamental da ação repressiva ilegal desenvolvida.

M. Registro de prisioneiros desaparecidos

As pessoas presas e coduzidas a um Centro Clandestino de Detenção eram interrogadas, na maioria das vezes sob pressões ilegais, sobre seus dados de filiação e acerca das atividades políticas, sindicais ou estudantis que desenvolviam.

Em todos os casos eram elaboradas “fichas” para cada prisioneiro, designando-lhes um número pelo qual seriam identificados durante o cativo. Em muitos Centros de Detenção, fotografavam-se as pessoas, chegando-se a gravar as declarações obtidas.

Destacamos que depoimentos de ex-prisioneiros de diferentes Centros do País, nos mais diversos pontos do Território, são coincidentes sobre este particular.

a) Sobre o “esquema” na Escuela de Mecánica da Armada (E. S. M. A.), relata Carlos Muñoz (Pasta N° 704):

“... em janeiro conduzem os sessenta (refere-se aos prisioneiros que estão com ele) ao porão e tiram fotografias de todos. Em fevereiro, propõem ao depoente trabalhar em fotografia, já que sabia fazer este trabalho, pelo que é transferido ao Laboratório.

“... Todos os casos estão arquivados em microfilmes, descrevendo desde a operação, antecedentes e sentenças. Junto aos dados da operação, havia dois itens finais: transferência-liberdade...”

b) Depoimento de Lázaro Gladstein (Pasta N° 4912).

“... Recorda que as pastas dos alvos a conseguir eram chamadas ‘caso 1000...’ Que esses casos eram individuais e se reunia informações sob um mesmo item... Que pôde ver umas 800 dessas pastas. Que o arquivo de fichas de papel — umas 5000 — que se agrupavam por alcunhas ou por nome e sobrenome estava separada. Que no mesmo escritório havia um livro onde se registravam todos os casos que passavam pela ESMA. Que ali constava nome, sobrenome e alcunha, se o tivesse, data de ingresso e saída, e uma coluna na qual se podia ver ‘(L)’ ou ‘(D)’, ou que simplesmente estava em branco, e que a seu juízo indicava ‘liberação’, ‘desaparecimento ou fuzilamento’ e ‘cativo atual’, respectivamente. Que a ordem no livro citado era por número de caso e que este era designado por ordem de ‘chegada’.

Sobre o acontecido em “La Cacha”, os depoentes da Pasta N° 1830 — Gatica Caracoche e outros nos dizem:

“...Sou novamente interrogada em várias oportunidades”. “...Estes interrogatórios foram gravados...” “...Existia um registro de detentos que incluía pastas, fichas e fitas magnéticas dos prisioneiros...”

Em La Perla utilizava-se um método similar em relação à classificação e fichamento dos prisioneiros.

Isso pode-se observar no depoimento de Graciela Geuna — Pasta N° 764:

“...Depois dos primeiros interrogatórios, mostrava-se aos prisioneiros fotos, contidas em diversas pastas, de estudantes de diferentes Faculdades que as autoridades das faculdades entregavam; fotos de cada fábrica, entregues pelos patrões ao Destacamento. Os dados assim obtidos serviam, ou para seqüestrar imediatamente ou para ir formando uma ficha com os antecedentes de cada um”.

“...A primeira declaração escrita chamava-se ‘prévia’ e referia-se à profissão e aos dados de filiação; às vezes eles mesmos escreviam, às vezes o próprio prisioneiro era forçado a isto; às vezes, outro prisioneiro o fazia. Todos os dias, ao terminar a jornada, faziam uma lista de prisioneiros que se encontravam nesse dia em La Perla. A esta lista acrescentavam-se, por ordem de tempo, os seqüestrados do dia, e não se mencionavam as transferências desse dia. Esta lista tinha o seguinte cabeçalho: ‘Lista de prisioneiros na Universidade’. A Universidade era La Perla... Embaixo colocavam o nome de cada seqüestrado que estava nesse dia em La Perla, seu cognome, se o tivesse, e a filiação política, real ou imaginária... O último era o número de entrada. Estas listas eram feitas em três vias. A primeira ficava em La Perla; a segunda era levada a cada fim de tarde, ao finalizar a jornada, ao Destacamento; a terceira era levada diariamente ao Comando do III Corpo de Exército. Além deste trabalho diário, eram tomadas declarações em duas vias, de cada prisioneiro, e eram feitas pastas...”

“...Em 1977 começaram a fazer microfilmes das pastas de todos os seqüestrados. Somente ‘ganhavam’ pastas e eram incorporados às listas, os prisioneiros que chegavam vivos a La Perla”... “O responsável pelas microfilmagens era o então Primeiro-Tenente Cecchi, cognome ‘Villegas’ ”.

Foi possível apurar que os dados obtidos nos Centros de Detenção eram enviados aos diferentes Serviços de Inteligência das diferentes Forças ou Comandos Conjuntos. Ilustra este aspecto o depoimento prestado por um ex-integrante de um Grupo de Tarefas, onde se lê:

“DOCUMENTOS POSTERIORES À DETENÇÃO: RELATÓRIO DE INTERROGATÓRIO DE ROTINA: podia haver ampliação do mesmo, podiam surgir avos derivados, etc., as listas de prisioneiros eram encaminhadas ao Comando de Exército ou Chefatura de zona ou sub-zona participantes, como também à área operacional de que se dependia. Isto era obrigatório para os Locais de Detenção. Era uma lista nominal de prisioneiros que ingressavam, contendo seus dados pessoais e letra e número que lhes foram designados na qualidade de prisioneiros de ditos Centros. Cabe assinalar que os relatórios de interrogatórios extraordinários ou de rotina eram encaminhados via estafeta sob a denominação de PERTENCENTE à letra e ao número do prisioneiro, sem conter absolutamente nenhum dado de identidade do mesmo, em papel sem timbre, de tal maneira que em caso de extravio não pudesse ser relacionado com nenhuma pessoa desaparecida. Somente os Comandos Operacionais – as Chefaturas – sabiam de que pessoas se tratava, em virtude da Lista de Prisioneiros. **INFORME DE OCORRÊNCIAS NOS LOCAIS DE REUNIÃO DE PRISIONEIROS:** contendo, sob denominação alfabético-numérica, todas as ocorrências referentes a ingressos, saídas e transferências, com a expressa menção da autoridade interventora. Ordem de liberdade; Ordem de transferência; Ordem de colocação à disposição do Poder Executivo Nacional; Ordem de deliberação final” ...“Ficha Final de Antecedentes: era obrigação do encarregado de cada CASO, e era encaminhada, com a prévia verificação da Chefia do Grupo de Tarefas, aos ARQUIVOS das dependências de Inteligência, Registro de

Arquivos, segundo a metodologia de cada serviço. No caso de já existir FICHA do prisioneiro, acrescentava-se a nova informação. Costumava-se relacionar por ordem numérica de documento de identidade, e por nomes tanto legal como de guerra, apelidos e, no caso de mulheres, segundo o nome de casadas ou de solteiras, e apelidos. Tanto fichas como elementos eram classificados. Microfilmagem das fichas: se microfilmava a ficha e toda a informação que se lhe adicionasse." (Depoimento de Néstor Norberto Cendor — Pasta Nº 7170).

A existência de documentação foi revelada com a divulgação das "Ordens do Comandante-em-Chefe do Exército Nº 504/77" do dia 20 de abril de 1977, emitidas pelo então Comandante-em-Chefe do Exército Gen. Jorge Rafael Videla, compostas por um corpo principal e 15 anexos. Contém detalhadamente qual deveria ser o procedimento ao efetuar algum tipo de ação.

Documentos que registram a existência de Centros Clandestinos de Detenção

A existência de locais clandestinos de detenção foi negada reiteradamente pelas autoridades do "Processo" militar.

Prova cabal desta negativa conseqüente é a informação dada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que visitou o país no ano de 1979, com relação ao funcionamento do Local de Detenção de civis, na Prisão Militar do "Campo de La Ribera", Província de Córdoba; ou a ferrenha e constante negativa em reconhecer a existência do Centro Clandestino situado na sede do III Corpo de Exército da mesma província, e conhecido como "La Perla".

A delegacia da província de Córdoba, da CONADEP, conseguiu ter acesso a pastas de seqüestrados que estiveram presos nas prisões provinciais, à disposição do Poder Executivo Nacional ou cumprindo sentenças. Nessas "FICHAS PARA CONDENADOS-SERVIÇO PENITENCIÁRIO DA PROVÍNCIA-UNIDADE PENITENCIÁRIA CAPITAL" (lavradas para cada detento da Prisão) verifica-se no "item 18" a alusão a: "Estabelecimento de procedência: La Perla" ou "Prisão militar Campo de La Ribera". Nas mesmas pastas encontram-se, devidamente documentadas, diferentes transferências de pessoas da prisão UPI Córdoba, aos Centros Clandestinos de La Perla e La Ribera, a fim de serem interrogados.

Em continuação transcrevemos algumas dessas ordens da Pasta Nº 4210:

"Recebi da unidade Nº 1, Penitenciária Capital, o detento Hugo Victoriano Hernández, à disposição do PEN, a fim de ser transferido ao 'LRD' CAMPO DE LA RIBERA, por ordem do Coronel Don Vicente Meli (Com. Brig. Aer. IV), com conhecimento da Direção Geral do Serviço Penitenciário Provincial. Divisão Judicial, Córdoba, 26 de outubro de 1976. Alejandro Rodolfo García — 1º Tenente"

"Recebi da Unidade Nº 1 PENITENCIÁRIA CAPITAL, Córdoba: Luján de Molina, Sara Rosenda; Scalet, José Ricardo; Sarnado, Ricardo Santiago; Sorello, Ricardo Mário e De Oro, Eduardo Raúl. Internos processados, que são transferidos para a Prisão Militar Campo de La Ribera, por ordem do general de Brigada e Aerotransporte, Ricardo Perazolo. Divisão Judicial, Córdoba, 22.2.77. Anastasio González - Sargento-ajudante.

Na denúncia que se impetra diante da Câmara Federal de Apelações de Córdoba, pelas investigações realizadas devido à morte de Amélia Nélide Inzaurrealde, revela-se o funcionamento da Prisão Militar Campo de La Ribera como local Clandestino de Detenção. Transcreve-se a parte referente do escrito judicial de denúncia, realizado pela Comissão, em 17 de maio de 1984 (Pasta N° 4317):

“A Delegacia de Córdoba da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas apresentou um conjunto de fotocópias autenticadas do Prontuário da prisioneira, enviado pelo Serviço Penitenciário de Córdoba.

“Do prontuário pessoal, evidencia-se que a citada foi recebida na Prisão de Bom Pastor em 09.04.76, e que no dia 11.04.76 recebeu-se nesta prisão uma nota assinada pelo então Coronel Juan Bautista Sassiain, ordenando que se fizesse entrega da prisioneira para ser transferida para a Prisão Militar Campo de La Ribera...”.

“No livro da Morgue Judicial de Córdoba (pág. 244) deu-se entrada, sob o N° de ordem 351, com data 13.04.76, às 19h45min, ‘Procedência: Forças Armadas’, do corpo de quem fora, em vida, Inzaurrealde, Amélia. No livro ‘Motivo de ingresso’ consta: ‘Faleceu no Campo de La Ribera, e no título ‘Diagnóstico’, diz-se: ‘luxação cervical’.

Também, do atestado de óbito, sabe-se que no dia 12 de abril de 1976, no Hospital San Roque, faleceu a pessoa citada, com diagnóstico que coincide com o dado na morgue judicial”.

Atas das operações

Em alguns casos se conseguiu encontrar cópia das atas lavradas ao efetuar-se a detenção de pessoas.

No caso de Iris Pereyra de Avellaneda (Pasta N° 6493), ainda desaparecida, obteve-se cópia da ata lavrada no momento de sua prisão, e de seu filho, Floreal Avellaneda, de 14 anos de idade, cujo corpo torturado e mutilado foi encontrado posteriormente na costa uruguaia do Rio da Prata.

“Apêndice 2 (Modelo de atuação) ao PON N° 212/75 (Pessoal detido por atos subversivos). Segundo a ordem 404/75 do Comandante Geral do Exército (Luta contra a subversão).

Mais adiante indicam-se os dados pessoais da pessoa detida, e assinam ao pé da página dois oficiais participantes e o Chefe Militar da Operação. Depois de três meses na situação de desaparecida, a depoente é colocada à disposição do PEN, elaborando-se uma nova ata onde se indicava:

“Apêndice 1 (antecedentes dos prisioneiros à disposição do PEN), ao PON, 001/76 (Administração de pessoal preso por atos subversivos). Anexo 6 (Pessoal) à 00 N° 25/75 (Luta contra a subversão).”

A seguir detalham-se os dados da pessoa desaparecida e do local onde

encontrava-se alojada antes de ser posta à disposição do PEN (no caso, o Comando de Institutos Militares).

Pode inferir-se que, nas operações em que se prendiam pessoas, lavram-se atas e documentação.

Falsificação de documentos

As operações do aparato terrorista contaram, de acordo com depoimentos obtidos, com uma estrutura administrativa destinada a falsificar documentos a serem utilizados para execução de novos delitos.

Tal afirmação é confirmada, essencialmente, pelo funcionamento do Centro de Detenção instalado na Escola de Mecânica da Armada.

Os depoimentos coincidentes de Miriam Lewin de García (Pasta N° 2365), Lázaro Jaime Gladstein (Pasta N° 4912) e Víctor Melchor Basterna (Pasta N° 5011), indicam que, em sua qualidade de presos-desaparecidos, tiveram que cumprir tarefas no porão do Cassino de Oficiais da Escola de Mecânica da Armada, onde funcionava uma gráfica destinada a produzir documentação falsa: “passaportes, carteiras de identidade, títulos de propriedade, carteiras de motorista, credenciais da Polícia Federal, diplomas universitários, etc.”

A conduta ilegal descrita constitui um elemento substancial para facilitar a realização de outros delitos que são detalhados neste relatório: venda de propriedades, utilização de veículos roubados, ocupação de moradias que pertenciam aos desaparecidos, entrada e saída do país de integrantes dos Grupos de Tarefas e sua infiltração nos diversos setores e atividades da sociedade.

Estas afirmações são corroboradas pelas declarações de Lázaro Jaime Gladstein (Pasta N° 4912):

“A tarefa que deviam realizar . . . consistia na falsificação de documentos. A documentação a ser falsificada eram passaportes oficiais e diplomáticos, passaportes comuns, carteiras de identidade, D.N.I. e carteiras de motorista da Província de Buenos Aires.”

Víctor Melchor Basterra (Pasta N° 5011), relata:

“... Desde meados de janeiro lhe designaram tarefas na documentação, que funcionou no Setor 4, no porão. Ali a documentação era confeccionada com base nos formulários para diferentes tipos de documentos pessoais: D. N. I., carteira de identidade, carteira de motorista, passaporte, polícia federal, carteiras de identificação naval...”

“De tal forma que, se um determinado integrante necessitava de uma documentação que não fosse a autêntica, consultava-se a lista de sócias, e era reproduzido o que mais semelhança tivesse com o interessado: idade, etc. Então, fazia-se todo um conjunto de documentação falsa, segundo o que este integrante do grupo necessitasse, porém usando os dados do outro...”

Atas de bens retirados do domicílio das vítimas

É fato reconhecido que os seqüestros de pessoas eram acompanhados por um verdadeiro saque dos bens das vítimas.

O trabalho desenvolvido por esta Comissão permitiu a obtenção de evidências documentadas que confirmaram que tais fatos não escapavam ao conhecimento das autoridades e, pelo contrário, constituíam uma modalidade da atividade destes grupos, que além disso era amplamente instrumentada.

No caso do desaparecimento de Nora Livia Formiga (Pasta N° 911), no dia seguinte ao seu seqüestro é invadida e desmantelada sua residência, lavrando-se uma ata, em papel timbrado do Exército Argentino, com o título de “Ata de constância”, a qual assinala:

“Na cidade de La Plata, aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1977, lavra-se a presente ata para deixar expreso registro dos elementos seqüestrados na propriedade da rua 54, N° 1271.”

Está assinada por um oficial e por um suboficial que haviam participado na operação. No caso, por tratar-se de uma moradia de aluguel, entregou-se cópia da ata ao proprietário da casa.

Adulteração de documentos

A investigação realizada permitiu o conhecimento, em alguns casos, da adulteração e ocultação de documentação existente, com a finalidade de apagar vestígios das ações ilegais.

É ilustrativo o caso de Silvia Isabella Valenzi (Pasta N° 3741) que, sendo prisioneira no Pozo de Quilmes, foi levada, para dar à luz, ao Hospital de Quilmes; ocorrência que consta do Livro de Partos do Hospital, como também o nascimento de sua filha, Rosa Isabella Valenzi.

Este Livro de Partos, cuja cópia foi obtida por esta Comissão, aparece grosseiramente rasurado em sua folha 156, tendo-se inserida a sigla NN onde constava o nome da paciente Silvia Isabella Valenzi, e ao lado do número 82019, onde constava o nascimento de Rosa Isabella Vicenzi, acrescentou-se: - “Faleceu”.

A enfermeira e a parteira do Hospital foram seqüestradas, por terem praticado o “delito” de informar os familiares de Silvia Isabella Valenzi sobre os fatos relatados.

Outros casos investigados por esta Comissão demonstram a destruição ou sonegação de informações por parte do aparato terrorista do Estado, como no caso do conscrito Ramón Antonio Llonivelli (Pasta N° 2429), seqüestrado por Forças de Segurança. Nas respostas aos ofícios enviados por esta Comissão, ignorou-se de forma constante a incorporação da vítima às Forças Armadas, especificamente à Marinha Argentina, como manifestavam seus familiares. No entanto, obteve-se fotocópia do documento de identidade de Ramón Antonio Llonivelli, onde constava ter sido incorporado à Marinha no dia 5.4.77, e dado baixa em 22.7.81. O seqüestro ocorreu no dia 8.7.77, as 2 horas.

N. O lucro da repressão

Em que pese já ter sido dito, convém reiterar especialmente: as violações de direitos cometidas pelos responsáveis pela repressão não se limitaram aos ataques à liberdade e integridade física das pessoas. Outros bens jurídicos, como a pro-

priedade e a fé pública, também foram atingidos, simultaneamente e quase como regra, para facilitar o repasse de bens, forjando ou simulando transações inexistentes. Escrituras falsas, documentos falsos, e títulos e registros falsos, e de automóveis, foram expedidos para aperfeiçoar a rapina ou o saque. Referimo-nos a uma série de delitos no curso da política de desaparecimento de pessoas, sem prejuízo dos inumeráveis golpes econômicos que envolveram os governantes 'de facto' durante sua gestão, e que escapam ao objetivo da presente investigação.

Os mentores do denominado Processo de Reorganização Nacional, utilizaram muitas vezes o termo "ilícitos" com o propósito, talvez, de assim definir os aspectos lucrativos dos "excessos" que eles mesmos reconhecerem haver cometido durante a luta anti-subversiva.

As declarações eram austeras e transcendentais:

"A imoralidade e a corrupção devem ser adequadamente sancionadas. A especulação política, econômica e ideológica devem deixar de ser meios utilizados por grupos de aventureiros para atingir seus objetivos. A ordem e a segurança dos argentinos devem vencer a desordem e a insegurança".

Isto dizia o General Videla, como Comandante-em-Chefe do Exército, discursando às tropas assentadas em Tucumán, no Natal de 1975. (Jornal "Clarín", 14.02.1976).

Por sua vez, o então Diretor da Escola de Suboficiais da Aeronáutica, Comodoro Roberto Francisco Pitaro, dizia aos alunos, em seu discurso de abertura do ano letivo de 1976:

"Onde há corrupção, o homem de armas deve ser espelho de honestidade, modelo de correção; onde há subversão e desorganização social, o homem de armas deve estar pronto para corrigir o processo desviado" ("Clarín", 6.5.76).

O Almirante Eduardo Massera, por sua vez, no mês de junho de 1978, ainda afirmava:

"Que ninguém imagine o país fragmentado em feudos privados, que ninguém anteponha o interesse do grupo ao interesse da comunidade. Isto é uma proposta de responsabilidades, portanto é uma proposta moral" ("Clarín", 17.6.78).

Que não foi assim, muito pelo contrário, sabe hoje o mundo inteiro, e em especial o povo argentino. Mas como foi, concretamente e caso por caso, apenas nós, que temos recebido denúncias e testemunhos como os que serão resumidos adiante, somente a título de exemplos, e que a seu turno passarão ao conhecimento da justiça, é que podemos saber.

"Recordo o caso de uma prisioneira e seu filho de 12 anos a quem torturaram diante de sua mãe, porque a patota acreditava que ela havia guardado a escritura de sua casa" (Pasta N° 3048, testemunho de Elena Alfaro, incluído na denúncia sobre

o campo “Vesubio”, que se levou ao conhecimento do Dr. Ruiz Paz, de Morón). “Na Escola de Mecânica da Armada, onde estive preso desde 10 de agosto de 1979 até os últimos meses de 1983, falsificava-se todo o tipo de documentos pessoais: D. N. I., C. I., Carteira de Motorista, Passaportes e Carteiras de Identificação Naval. De tal forma, que se um determinado integrante do grupo de tarefas necessitava de uma documentação que não fosse a autêntica, consultava-se a lista de sócias, se “elaborava” o mais parecido que houvesse e confeccionava-se, então, todo um conjunto de documentação falsa, segundo a necessidade que este integrante tivesse.” (Pasta N° 5011).

A Pasta mencionada anteriormente pertence ao Sr. Víctor Melchor Basterra, que integra a segunda remessa de denúncias sobre delitos que teriam sido cometidos na ESMA, e foi remetida ao conhecimento do Sr. Juiz Federal Dr. Blondi.

Desaparecimento do Dr. Rafael A. Perrota, Pasta N° 1222

O Dr. Rafael A. Perrota era diretor proprietário do jornal “El Cronista Comercial”. Na segunda-feira, 13 de junho de 1977, saiu de sua casa com a intenção de realizar sua caminhada diária por razões de saúde. Não regressou, e horas mais tarde avisaram por telefone à sua família que ele havia sido seqüestrado, que era conveniente que mantivessem tudo em segredo para evitar maiores problemas. Os seqüestradores, nesse mesmo dia, pediram um elevado resgate.

A família, entretanto, iniciou gestões de todo o tipo, não só para impulsionar as averiguações em torno do paradeiro da vítima, mas também para reunir a enorme soma que era exigida, no Ministério do Interior, no Departamento Central de Polícia e em diferentes organismos militares. Desta forma, o Coronel Morelli, Chefe de Coordenação Federal, disse que designaria duas pessoas de confiança para encarregarem-se da investigação, que foram o Inspetor Arran e o Subdelegado Iglesias, os quais assessoraram a família Perrota sobre os passos a seguir nas tratativas com os seqüestradores. Cabe assinalar que o Dr. Rafael Perrota havia vendido, não fazia muito tempo, o citado jornal de sua propriedade e os seqüestradores estavam evidentemente a para das condições em que se realizara o negócio. O pagamento do resgate — com a quantia que a família pôde reunir — foi efetivado na forma exigida pelos captores, e dali em diante as expectativas não foram satisfatórias, posto que não aconteceu nenhuma novidade, nem os investigadores policiais apareceram mais — nem ao menos chamaram por telefone — no domicílio da família.

A investigação realizada por esta Comissão Nacional permitiu constatar:

- a) A Polícia Federal informou que nos fichários da instituição não figuravam os nomes dos policiais designados para o caso;
- b) Tampouco há registros de autuações que teriam sido lavradas por motivo do seqüestro;
- c) Em relação ao Coronel Morelli, o Exército informou que faleceu em 1979.

Não obstante, esta Comissão pôde reunir provas que afiançavam fidedignamente que Rafael Andrés Perrota, nessa época, estava preso no Centro Clandestino de Detenção denominado “COT MARTÍNEZ”. Disse, com efeito, o Sr. Jacobo Timmerman, em seu depoimento na Pasta N° 4635:

“Também em Cot Martínez vi Rafael Perrota, diretor do “Cronista Comercial”, que estava desaparecido. Vi quando o torturavam.”

O liberado Héctor Mariano Baliént (Pasta N.º 1277) afirma:

“Outra vez nos disseram que ficássemos quietos porque ‘agora vamos trazer o velho Perrota’. Eu o reconheci porque o havia visto antes, quando trabalhava como Diretor de Cerimonial do Governo. Efetivamente era Perrota, e trazia uma caixa de sapatos contendo grande quantidade de remédios. Isto foi entre os dias 12, 13 ou 14 de julho de 1977; Perrota vestia um traje cinza com listras escuras, camisa estampada e sapatos de verniz; lhe disseram que tirasse tudo, porque agora não ia precisar mais.”

A testemunha Juan Amadeo Gramano (Pasta N.º 3944), nos diz:

“Neste lugar (Cot Martínez) permaneci preso até julho de 1977. Ali estava preso o jornalista Rafael Perrota”.

Deve-se advertir ainda que uma fotografia do jornalista foi mostrada por esta Comissão a outra testemunha que revelou detalhes sobre esse Centro de Detenção e reconheceu, sem dúvida alguma, que havia visto esta pessoa lá, acrescentando que tinha a convicção de que um churrasco que teve lugar em Cot Martínez serviu para comemorar o pagamento do resgate pago pela família Perrota.

A denúncia destes fatos foi encaminhada à Justiça em 22 de junho de 1984, ficando radicada no Tribunal no Penal N.º 1, da cidade de La Plata.

Desaparecimento do Sr. Federico Manuel Vogelius - Pasta N.º 7550

Atualmente radicado em Londres, Inglaterra, relata, no depoimento que prestou diante desta Comissão, o seguinte:

“Que com relação à causa judicial impetrada pelo seqüestro extorsivo que sofri a partir de setembro de 1977, posso dizer que, por ter estado detido à disposição das autoridades militares conheci, em maio de 1978, o Coronel Sánchez de Bustamante, que foi o relator da causa que as autoridades militares quiseram ajuizar contra mim. Sánchez de Bustamante me apresentou ao Coronel Pérez González, que presidia o Conselho de Guerra estável 1/1, que disse estar encarregado de investigar o seqüestro de que eu fora vítima. Mostrou-me várias fotos de indivíduos suspeitos e eu reconheci um deles que era, precisamente, a pessoa da qual eu tinha conseguido escapar; o Coronel Pérez González disse-me que essa pessoa tinha o sobrenome de Quieto, mas que negava ter tido relação com o caso e conhecer-me. Eu lhe pedi que me pusesse frente a frente com ele e assim o fez, oportunidade na qual Quieto confessou ser um dos integrantes do grupo que havia me seqüestrado, mas que o assunto ‘era muito quente’ e reclamava garantias para ele e sua mulher, ao mesmo tempo que pedia a Pérez González que averiguasse com o General Suárez Mason se era

conveniente que ele (Quieto) prestasse declaração sobre o assunto. Deixei as coisas nas mãos do Coronel Pérez González e ao cabo de uns dias o procurei em busca de novidades; me fez passar ao seu gabinete, manifestando-me que o Gen. Suárez Mason, como resposta o havia retirado do inquérito, dizendo-lhe que não se ocupasse do assunto. Diante da minha afirmação de que relataria isto ao Juiz que atendia a causa de meu seqüestro, Pérez González me respondeu textualmente: 'lamentavelmente eu vou ter que negar tudo, porque sou um militar e recebo ordens'. "Depois de haverem sido investigadas minhas atuações pelo Coronel Sánchez de Bustamante, este aconselhou minha libertação. Apesar desta resolução, o General Suárez Mason fez com que eu fosse investigado por quase todos os organismos de segurança aos quais requeria informações, o que determinou que eu ficasse detido cerca de 19 meses. No entanto, enquanto estive preso na Delegacia de Villa Insuperable, por fevereiro de 1978, minha casa de campo situada em San Miguel foi assaltada e me roubaram quadros, prataria e documentação histórica com valor aproximado a dois milhões de dólares. A participação do Exército nesta ação ilegal foi tão manifesta, que por isso encontram-se em prisão preventiva o Tenente-Coronel San Román e um Secretário de um Tribunal Correccional desta Capital, de sobrenome Isasi."

Desaparecimento do Sr. Juan Carlos Rossi (Pasta N° 1948)

Juan Carlos Rossi é um liberado a quem, em 23 de agosto de 1978, várias pessoas manifestaram ser da Polícia Federal e o prenderam sem razão alguma, conduzindo-o à Escola de Mecânica da Armada. Ali o torturaram procurando obter dados sobre pessoas que ele não conhecia. Depois de 14 dias padecendo todo o tipo de humilhações, deixaram-no em liberdade na calçada do Laboratório Roche, em Olivos.

Juan Carlos Rossi, além disso, nos conta:

"Depois de uma semana de ter desaparecido, fizeram-se presentes em meu domicílio (no qual estava minha esposa) umas 18 pessoas vestidas à paisana, as quais com dois caminhões começaram a levar toda a maquinaria de gráfica que possuía; uma guilhotina marca Labor, uma máquina impressora offset modelo R30 Rotaprint duplo ofício; uma grampeadeira de pé; uma pontilhadora; uma impressora de 1,20 por 1m; uma lâmpada de arco; todas as resmas de papel e um rádio. Isto significava o produto de toda a minha vida de trabalho".

Desaparecimento de Maria Cristina Lennie - Pasta N° 7382

Maria Cistina Lennie está desaparecida desde o dia 18 de maio de 1977; sua mãe Nilva Berta Zucarino de Lennie nos conta:

"... já desde antes da prisão de María Cristina, pessoas da Escola Mecânica da Armada a estavam procurando, razão pela qual, no dia 16 de janeiro de 1977, às 5 da manhã, invadiram meu domicílio em City Bell, onde me prenderam junto com meu marido e nossa filha menor, Sandra, de 17 anos de idade. Amarraram-nos a todos com tiras de lençóis, que obtiveram rasgando os que estavam na casa, da qual roubaram tudo o que tinha valor; como no fundo da casa estava estacionado nosso

'trailer', me pediram as chaves do mesmo, e depois de quebrar tudo revistaram brutalmente até o último canto — como já tinham feito na casa, apropriando-se de tudo que havia. Minha filha menor foi levada à Escola de Mecânica da Armada por um dos dez automóveis com que se deslocavam o grupo, enquanto que eu e meu esposo fomos levados diretamente ao mesmo local, em nosso próprio carro, um Dodge Polara que nunca mais recuperamos. Na Escola de Mecânica da Armada, ainda que meu marido e eu não tenhamos sido torturados, tivemos que ver como torturavam Sandra em nossa presença. Estando ali, tive contato com Silvia Labayrú, minha nora, esposa de meu filho Alberto Guillermo Lennie, a que estava grávida de sete meses, e que havia sido presa com antecedência, pelo que nesse momento se ocupava da tradução de documentos da ESMA. Por suas palavras confirmamos que o local onde estávamos era a Escola de Mecânica da Armada, recordando que meu esposo, numa oportunidade que foi levado ao banheiro pôde ver, por debaixo da venda que lhe cobria os olhos, uma toalha que tinha num dos lados uma âncora, que é o distintivo que identifica a ESMA. Minha neta nos foi entregue depois de 9 dias de nascida, foi registrada no Registro Civil por sua mãe, Silvia Labayrú e pelo Capitão Astiz, que com um documento fraudado se fez passar por meu filho Alberto Guillermo. A circunstância de ter reconhecido o local onde estávamos presos, salvou a vida de minha filha Sandra, porque ela havia ficado como refém, quando nos libertaram; isso permitiu a meu esposo falar com um alto Chefe Naval e quase um mês depois Sandra também saiu. De nossa filha María Cristina nunca mais sabemos nada."

Desaparecimento de Carlos Alberto Mazza — Pasta N° 2883

Carlos Alberto Mazza é um homem humilde que foi preso no dia 27 de julho de 1978, enquanto esperava um ônibus perto da Delegacia N° 46, nos arredores do Hospital Ferroviário; momentos antes havia desembarcado do navio "Río de La Plata", no qual trabalhava. Nos diz:

"Que da zona do porto, noite após noite levavam vários estivadores quando terminavam sua jornada, para ficar com tudo o que haviam ganho. Um que prenderam comigo e que protestou que esse era o dinheiro que tinha para sustentar a família, recebeu um tiro no ombro e o deixaram ali atirado. No dia seguinte saiu a notícia nos jornais, de que havia sido ferido em uma 'briga' entre estivadores. Como meu filho se formava engenheiro, eu havia lhe comprado, durante a viagem do 'Río de la Plata', um isqueiro Dupont, que também me roubaram. Sem saber por que, estive preso uns dez dias na escola de Mecânica da Armada, onde me meteram num porão; recordo que uma das mulheres que já estavam presas ali nos gritava que não falássemos, porque havia microfones, e que se os guardas nos escutassem, nos submeteriam a todo tipo de castigos; numa oportunidade ouvi que um dos guardas dizia a uma dessas mulheres: 'vai te acontecer o que aconteceu à sueca'. Quando me disseram que iam me pôr em liberdade por que não havia razão para reter-me ali, eu reclamei minhas coisas, mas um oficial que estava presente e ao qual reconheço como Capitão Astiz, me deu um soco na boca que me quebrou a dentadura postiça, enquanto gritava: 'isso fica para a luta anti-subversiva'. No entanto, depois de ser libertado, voltei duas vezes à guarda da Escola de Mecânica da Armada para reclamar o que me haviam tirado, mas sem ter êxito; só me disseram que se voltasse por ali ia passar muito pior, razão pela qual não fui mais."

Desaparecimento de María Esther Ravelo de Vega — Pasta N.º 3223

Alejandra Fernández Ravelo, domiciliada na cidade de Santa Fé, denunciou perante a Delegacia desta Comissão, nessa cidade, o desaparecimento de sua filha María Esther Ravelo de Vega, que então vivia com seu marido e um filho de pouca idade, na cidade de Rosário. A denunciante nos diz:

“No dia 15 de setembro de 1977, minha filha me telefonou pedindo que viajasse a Rosário para buscar seu filhinho (meu neto), porque seu esposo se encontrava doente. Segundo combinei com ela, três dias depois cheguei à casa de um familiar nosso Agustín Simonsini, onde encontrei meu neto, que havia sido deixado por uma pessoa jovem que viajava num automóvel Renault 4, branco; minha filha morava numa casa situada na rua Santiago N.º 2815, de Rosário da qual era proprietária, e onde funcionava um negócio de refrigerantes do qual minha filha também era titular; quando passei por ali no dia que fui buscar meu neto, vi que um caminhão do Exército estava carregando todos os móveis dela, sem que eu pudesse fazer nada para impedir. Depois de algum tempo voltei ao local, mas a venda de refrigerantes estava fechada; por uma janela um homem me atendeu e pude ver no interior, uma máquina de escrever e uma mesa; esse homem me disse que a propriedade agora pertencia ao governo, porque anteriormente havia pertencido a uns subversivos. Uma vizinha me contou também que na casa haviam encontrado morta uma pessoa do sexo masculino, mas que não era meu genro. Minha filha e meu genro eram cegos”.

Desaparecimento de María Elena Núñez - Pasta N.º 1632

O engenheiro Jorge Alfredo Núñez denunciou a esta Comissão que:

“Sua irmã María Elena desapareceu em junho de 1977, como conseqüência de uma operação levada a cabo por Forças de Segurança no domicílio da vítima, situado na rua Junta N.º 1385/87 da Capital Federal, do qual os caminhões do Exército levaram todos os bens móveis que ali existiam. Refere que um ano antes do seu desaparecimento, sua irmã tinha-lhe feito uma procuração total ampla para administração e disposição, não obstante a qual essa propriedade, aparece como vendida por María Elena com data posterior ao desaparecimento, por uma Procuração especial que havia outorgado em nome de um senhor Eugenio Dure, no dia 15 de dezembro de 1983, perante o cartório da Capital, e em cumplicidade com um militar que prestava serviço no I Corpo do Exército, lugar para o qual, segundo todas as evidências, María Elena foi levada”.

Este caso, da mesma forma que o de Raquel Nogueira Paulier (Pasta N.º 2765), de características muito similares, tramita no Tribunal Nacional de Primeira Instância de Instrução N.º 1, desta Capital, Secretaria Valle, por denúncias remetidas por esta Comissão.

Caso Gómez — Cerutti — Palma. Pastas N.ºs 224, 543 e 749

Este é um caso de singular importância, que além de haver originado uma representação diante desta Comissão pelos familiares diretos, também deu origem a diferentes causas penais que se instruíram ainda em Tribunais desta Capital Federal e da Província de Mendoza. Os antecedentes em síntese são os seguintes:

Na manhã do dia 10 de janeiro de 1977, o advogado Conrado Gómez, pai de cinco filhos e assessor profissional da empresa "Cerro Largo S.A", é seqüestrado em seu escritório jurídico por uns dez homens armados, que durante a operação roubam dinheiro, máquinas de escritório e um automóvel, propriedade da vítima; no dia seguinte desaparece Horácio Mario Palma, presidente da mesma empresa "Cerro Largo S.A", que é seqüestrado em seu domicílio particular, por um grupo de pessoas armadas; no dia 12 de janeiro de 1977, desaparecem Vitorio Cerutti, de 76 anos de idade, industrial vitivinícola e principal acionista da "Cerro Largo" e Omar Masero Pincolini, genro do anterior. Em ambos os casos, os seqüestradores agiram com violência, roubando tudo o que podiam carregar. No dia 27 de janeiro de 1977, durante a madrugada, um grupo de pessoas, com fardetas do Exército, que se deslocava em caminhões, saqueou totalmente o escritório jurídico do Dr. Conrado Gómez, situado no 1º andar da Av. Santa Fé, a poucos passos da Av. Callao; no mês seguinte, outro grupo armado apresenta-se num haras situado em Paso de Los Libres, no qual havia vários exemplares de cavalos de corrida, propriedade também do desaparecido Dr. Conrado Gómez. Esses cavalos foram tirados dali em abril e maio de 1977, por pessoal uniformizado do Exército e com uma ordem assinada pelo coronel Medrano, então Chefe do Destacamento de Paso de los Libres, os quais foram passados a uma pessoa chamada Juan Héctor Ríos, segundo resposta que o Jockey Club de Buenos Aires deu a esta Comissão, diante de um requerimento concreto com respeito à atual propriedade dos mesmos. Nesse informe consta que esta propriedade foi passada a outra pessoa em 7 de fevereiro de 1977, isto é, quase um mês depois do desaparecimento de seu dono. Da mesma forma e após quase 4 meses de seqüestro e desaparecimento de Vitorio Cerutti, todo o seu patrimônio localizado em Chacaras de Coria, no Departamento de Luján de Cuyo, Mendoza, é adquirido por um tal Federico Williams, para a empresa "Will-Ri S.A." Quando, em abril de 1976, o filho de Don Vitorio Horacio Cerutti, juntamente com seu sócio Raúl Magalio, vendem o pacote acionário da Sociedade "Estabelecimento Vitivinícola Francisco P. Calise S/A" aos Drs. Tamagnini, Echeverri e Mota por um valor de duzentos mil dólares, sucedem-se outros casos não menos significativos: em 16 de abril, forças do Exército realizam uma operação na sede da sociedade cujas ações acabavam de ser transferidas e também no domicílio particular dos protagonistas, todos os quais são presos. Uma semana depois Echeverri é posto em liberdade, enquanto os demais são postos à disposição do Poder Executivo e liberados apenas em outubro de 1976, enquanto que Horacio Cerutti sai em liberdade em dezembro desse ano e opta por radicar-se no exterior. Como o profissional que havia atuado como assessor desta operação era o Dr. Juan Carlos Malagarriga, o Sr. Echeverri, a quem Tamagnini e Mota haviam cedido seus direitos, comunica-lhe que decida quitar de uma só vez a dívida; o Dr. Maçagarriga manifesta a Echeverri que em tal caso terá que consignar judicialmente esse dinheiro à ordem dos vendedores, já que nesse momento não estavam no país. Este pagamento foi feito nos escritórios do Banco de la Nación Argentina, agência Central, na qual trabalhava o Dr. Mala-

garriga. O Sr. Echeverri chegou ali acompanhado de sua esposa, um profissional e outras pessoas que não se fizeram conhecer; finalizada a operação e quando o Sr. Echeverri se retirava do escritório, um par de acompanhantes que se identificaram como Capitão Carlos Alberto Villaneuva e César Hunts, 2º Comandante de Gendarmaria, começaram a apropriar-se do dinheiro que se devia consignar. Com o único argumento de que esse dinheiro provinha de atividades subversivas, apropriaram-se dele e desapareceram.

Não se teve mais notícias de Conrado Gómez, Horacio Palma, Victorio Cerutti e Omar Raul Massero Pincolini.

Depoimento de Nilda Noemí Actis Goretta - Pasta N° 6321

Este depoimento é de singular importância na medida em que corrobora o que se depreende das referências anteriores. Trata-se de uma desaparecida-libertada, de cujas declarações extraímos os seguinte parágrafos:

“Os integrantes dos Grupos de Tarefas se deslocavam em automóveis não identificados como da Arma à qual verdadeiramente pertenciam e alguns estavam camuflados como para indicar que pertenciam a entidades estatais ou privadas. Estes veículos haviam sido previamente roubados e suas placas trocadas; o produto do saque era levado, em alguns casos, à ESMA e depositado no que se chamava ‘almoxarifado’, ainda que pouco a pouco todo este depósito de móveis foi dizimado pelos próprios integrantes do grupo; em fevereiro de 1979 já funcionava uma imobiliária, com o fim de reformar casas para venda, já que em alguns casos haviam sido semi-destruídas na tentativa de seqüestrar seus moradores. A operação consistia em obrigar o prisioneiro a assinar uma procuração, mediante a qual autorizava a venda de sua casa. Em alguns casos esta procuração era falsificada.

Depoimento de Silvio Octavio Viotti

“No dia 5 de setembro de 1977, é preso por pessoal do Exército no sítio de sua propriedade, situado na Villa Gran Parque Guinazú, Córdoba. Nesse mesmo sítio viviam o casal Mogilner (Juan Mogilner e Irene Gavalda de Mogilner), que haviam sido seqüestrados no dia anterior.”

“O depoente quer deixar registrado que os bens subtraídos não lhe foram restituídos, apesar das promessas que lhe fizeram de que iriam devolvê-los. Entre eses bens recorda uma Pick-Up Chevrolet, modelo 1968, um trator marca Deutz-35 HP, com sistema de levante hidráulico, um arado de dois discos, uma grade de doze discos, uma grade de dentes, 400 caixas de frutas, uma mesa de 6 metros para selecionar frutas e muitas ferramentas pequenas. Além disso, a casa ocupada por quatro anos pelos Serviços de Inteligência. Depois destes quatro anos o depoente encontra as plantações de sua chácara totalmente incendiadas e a casa num estado deplorável; faltavam portas e janelas, sanitários, cozinha e tudo que podia ter algum valor.”
(...) Pasta N° 5473.

Depoimento de Silvio Octavio Viotti (filho)

Preso da mesma forma que seu pai e na mesma data, 5 de setembro de 1977,

por pessoal do Exército, no sítio de sua propriedade localizado na Villa Gran Parque Guiñazu , Córdoba.

“...Quando recupera a liberdade, vai com sua mãe à propriedade de Guiñazú, em várias oportunidades, vendo que a mesma estava ocupada por pessoal do Liceu Militar General Paz, (recrutados e suboficiais) e que em várias oportunidades entravam e saíam caminhões Unimog do Exército. Em duas oportunidades que foram autorizados a entrar, viram que não restava nada da casa; nem móveis nem sanitários, faltavam alguns pisos; além disso, constataram a falta de um trator que foi comprado com a propriedade, uma grade de discos, um jipe que era propriedade de Mogilner, um arado pequeno e uma Pick-up Chevrolet modelo 1968, cor branca. Ao requerer os ditos bens, lhes explicaram que estavam no Liceu. Além disso queimaram os pomares. Em conversações com um vizinho da chácara, senhor Luis Oporto, este lhes conta que viu quando levaram os móveis, talheres e louças em veículos particulares. Que atuavam civis e havia alguns militares uniformizados.” (...) (Pasta N° 7581).

Depoimento de María Dora Turra de Rojas

“Em 24 de novembro de 1976, às 20h30min aproximadamente, apresenta-se em meu domicílio da cidade de Córdoba, situado na passagem que existe à altura da rua Alpatocal, 454 do bairro Alberdi, um grupo do Exército fortemente armado, usando uniformes militares, que irrompeu violentamente na casa. Que por volta das 2h, me algemaram e vendaram com uma toalha, fui tirada de casa e introduzida numa ambulância do Exército sendo transportada ao campo de La Ribeira. Depois de três dias, chegou minha filha Celia Liliana Rojas, que traziam de La Perla e que havia sido presa na mesma operação. Que apesar de não haver razão alguma, estive presa até julho de 1980, mês em que fui posta em liberdade, tendo estado também na prisão de Devoto, em Buenos Aires; que nessa data e juntas, fomos postas em liberdade eu e minha filha Celia Liliana. Que deixo expresso que depois da operação na minha propriedade, a mesma foi saqueada completamente e por vários dias, por pessoal do Exército e da Polícia; e nessa oportunidade, me roubaram toda a documentação sobre a casa e sobre outra propriedade existente em Cruz del Eje” (...) (Pasta N° 4833)

Até a presente data não se pôde conseguir a devolução do imóvel do Bairro Alberdi e toda a documentação roubada.

CAPÍTULO II

Vítimas

Advertência

No anexo deste relatório incluem-se as listas de pessoas desaparecidas e daquelas que, persistindo ainda nesta condição, foram vistas em Centros Clandestinos de Detenção.

Quanto à primeira nominata, da qual se conhece a cifra de 8961 desaparecidos, é — inevitavelmente — uma lista aberta. Foi elaborada com base às denúncias recebidas por esta Comissão — consta o número da respectiva Pasta — e compatibilizada, por sua vez, com aquelas já produzidas por organizações nacionais e internacionais.

Até este momento fez-se o controle da mesma por sistema computadorizado. Sem prejuízo disto, podem existir erros: como o caso de alguma pessoa — desconSIDERAMOS que seja um número significativo — que tenha omitido oportunamente a comunicação do término de seu desaparecimento às respectivas organizações.

Sabemos também de muitos desaparecimentos que não foram denunciados, pelo fato da vítima não ter familiares, por estes preferirem manter reserva ou por viverem em locais muito distantes de centros urbanos: tal como comprovou esta Comissão em suas visitas ao interior do país, muitos familiares de desaparecidos declararam que durante os anos passados ignoravam a quem dirigir-se.

Também é parcial a nominata de pessoas vistas em Centros Clandestinos de Detenção; apenas são inseridos nomes e sobrenomes de 1.300 deles.

Porém existem milhares de desaparecidos que passaram por esses Centros, e dos quais os libertados só conheceram os apelidos, ou dão sumárias descrições físicas, província de origem, profissão, filiação política ou outra característica isolada, dos quais se incluem 800 casos.

Não obstante, a continuação da paciente tarefa empreendida permitirá com o apoio dos meios técnicos adequados, incrementar estas informações provisórias.

Finalmente, deve-se reiterar que a nominata completa das pessoas desaparecidas e o destino que as colheu, só podem ser cabalmente informados pelos autores de tais desaparecimentos, já que existiu um minucioso registro de cada um destes fatos, cuja remoção ou destruição constituem delitos tipificados pelo Código Penal, referente aos quais esta Comissão tem formulado as devidas denúncias.

Quadro por idade dos desaparecidos

De 0 a 5 anos:	0,82%
De 6 a 10 anos:	0,25%
De 11 a 15 anos:	0,58%
De 16 a 20 anos:	10,61%
De 21 a 25 anos:	32,62%
De 26 a 30 anos:	25,90%
De 31 a 35 anos:	12,26%
De 36 a 40 anos:	6,73%
De 41 a 45 anos:	3,40%
De 46 a 50 anos:	2,41%
De 51 a 55 anos:	1,84%
De 56 a 60 anos:	1,17%
De 61 a 65 anos:	0,75%
De 66 a 70 anos:	0,41%
Mais de 70 anos:	0,25%
TOTAL:	100,00%

Porcentagens de desaparecidos segundo o sexo

Analisando estas porcentagens, comprovamos que a mulher também sofreu em grande medida a ação repressiva. Deve-se destacar que 10% das mulheres desaparecidas (3% do total) estavam grávidas.

Mulheres desaparecidas: 30%

Homens desaparecidos: 70%

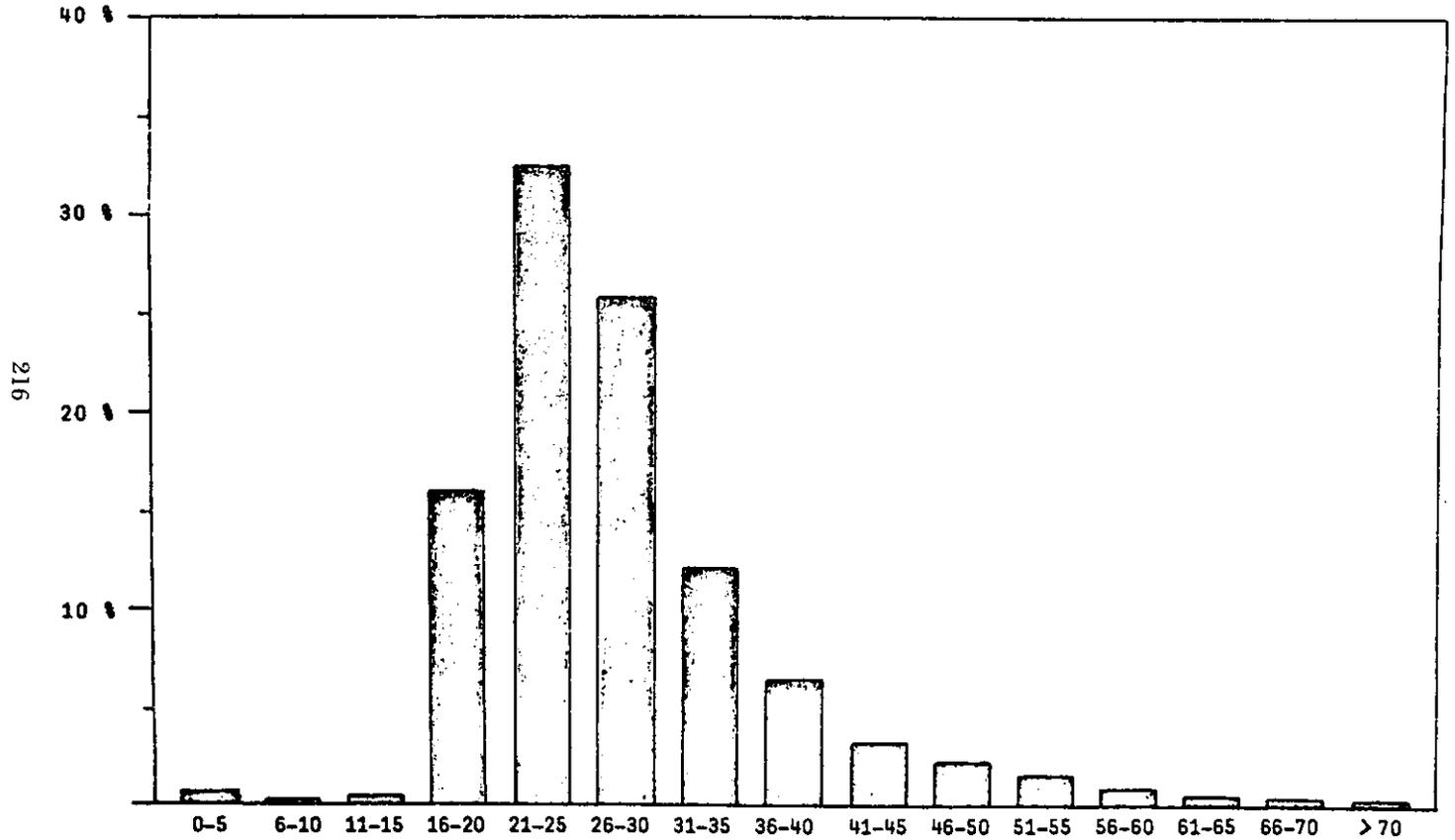
Mulheres grávidas: 3%

A. Crianças desaparecidas e mulheres grávidas

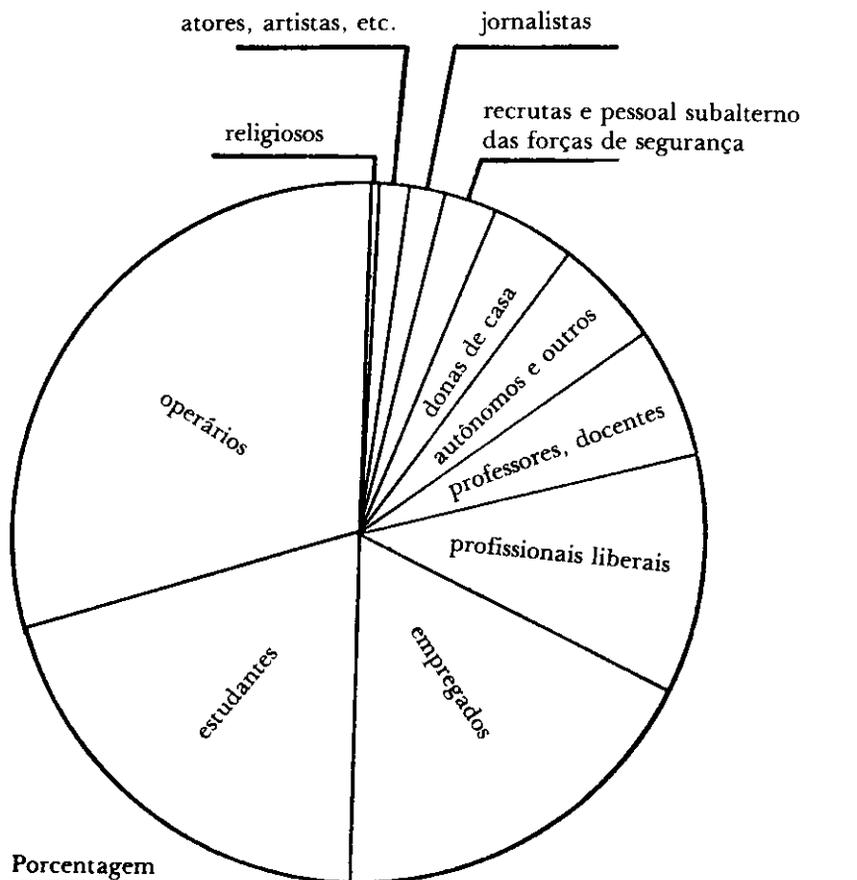
“Ai daquele que maltratar uma criança...” dizem as Escrituras. Nunca, quicá, como nos casos deste capítulo, este escândalo, esta sentença, converte-se numa espantosa realidade.

Quando uma criança é arrancada de sua família legítima, para introduzi-la em outro meio familiar, escolhido segundo uma concepção ideológica “do que convém à sua salvação”, está-se cometendo uma pérfida usurpação de papéis.

Quadro por idade dos desaparecidos

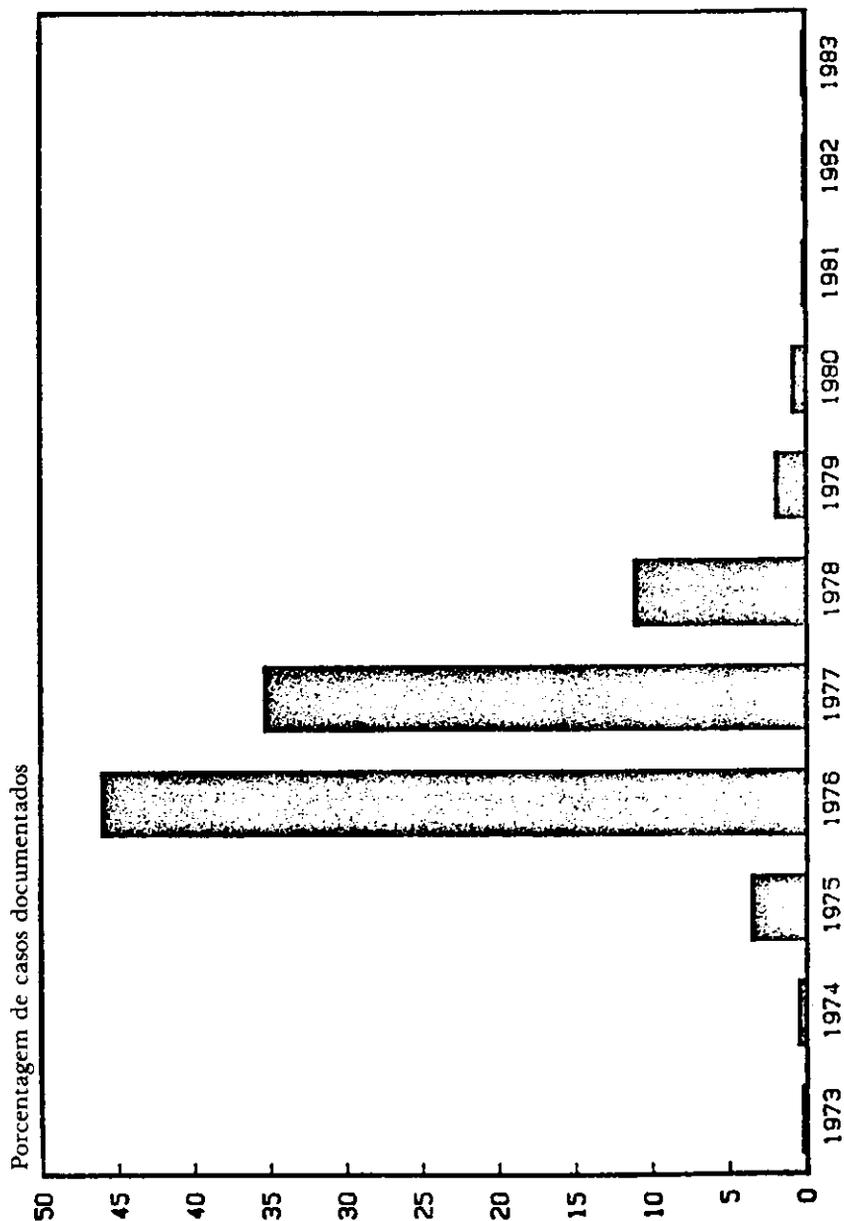


Distribuição dos desaparecidos por profissão ou ocupação



<u>Porcentagem</u>		
operários: 30,2	docentes: 5,7	jornalistas: 1,6
estudantes: 21	autônomos e outros: 5	atores, artistas: 1,3
empregados: 17,9	donas de casa: 3,8	religiosos: 0,3
profissionais liberais: 10,7	recrutas e pessoal subalterno das forças de segurança: 2,5	

Desaparecimentos entre os anos de 1973 e 1983



Este gráfico computa desaparecimentos ocorridos no período de 1973 a 1975, localizando-os em determinadas zonas do país. Os depoimentos destas datas recolhidos pela Comissão demonstram que tratava-se de um “plano-piloto” de uma metodologia que a partir de 1976, adquire contornos muito mais dramáticos, quantitativa e qualitativamente. Entre os anos de 1976 e 1977 registra-se a maior quantidade de denúncias de seqüestros e desaparecimentos.

Os repressores que arrancaram as crianças desaparecidas de suas casas ou de suas mães no momento do parto, decidiram a vida daquelas criaturas com a mesma frieza de quem reparte um botim de guerra.

Despojadas de sua identidade e arrebatadas a seus familiares, as crianças desaparecidas constituem e constituirão por longo tempo uma profunda ferida aberta na nossa sociedade. Neles agrediu-se o indefeso, o vulnerável, o inocente, e deu-se forma a uma nova modalidade de tortura.

Esta penosíssima situação foi diligentemente enfrentada pela extraordinária tarefa iniciada pelas Avós da Praça de Maio que, com infatigável constância e discrição permitiu registrar, até esta data, 172 crianças desaparecidas, das quais, a maioria foi levada no momento da prisão de suas mães ou nasceram no cativeiro. Delas, 25 foram encontradas, mas não as 147 restantes, ainda que existam muitos indícios e diligências que alentam futuras localizações.

Há certos casos em que a agressão não discriminou entre crianças e adultos, incidindo sobre todo o grupo familiar. A família Gatica, por exemplo, ficou praticamente dizimada.

Em 16 de março de 1977, a mãe, Ana María Caracoche de Gatica, tinha viajado de La Plata à Capital Federal, por questões de saúde de um de seus filhos, Felipe Martín. A pequena María Eugenia Gatica, de 13 meses de idade, foi deixada na casa do casal Abdala, até o regresso de sua mãe.

Às 11h30min da manhã, vários homens à paisana e um uniformizado desceram de vários carros, inclusive uma rádio-patrolha, e entraram na casa dos Abdala, situada nas ruas 67 e 167, do bairro de Los Hornos, enquanto estes almoçavam. Todos foram retirados da casa: José Abdala, Victoria Falabella de Abdala e o filho de ambos: José Sabino Abdala, de dois anos e meio, e a bebê María Eugenia Gatica. (Pasta N° 3783).

Nada mais se soube a respeito deles, apesar de todas as averiguações e indagações realizadas. Diante destes fatos, a família Gatica mudou-se temporariamente para a casa da família Amerise, em Berisso. Poucas semanas depois, em 19 de abril de 1977, às 22 horas aproximadamente, cerca de 10 homens vestidos à paisana e armados, entraram nesse domicílio. Ao prender os mais velhos, deixaram os meninos Juan Camilo Amerise e Felipe Martín Gatica, aos cuidados de uma vizinha, dizendo-lhe que "fizesse com eles o que quisesse". Felipe Martín Gatica foi entregue três dias depois a outra família que, como agora se sabe, registrou-o como filho próprio. Em todos estes anos nada se soube dele. Recentemente, sua mãe e as Avós da Plaza de Mayo, tinham conseguido localizá-lo e estão se fazendo as investigações do caso.

A mãe das crianças, Ana María Caracoche de Gatica, esteve seqüestrada durante um mês em um campo de concentração denominado pelos próprios seqüestradores "Cachavacha Center" e, depois de libertada, obteve essas informações através dos próprios vizinhos.

Outro grupo familiar aniquilado foi o dos Poblete (Pasta N° 3684). O pai, José Liborio Poblete, chileno, torneiro, teve a desgraça de perder suas pernas num acidente automobilístico.

Num centro de reabilitação do bairro de Belgrano, na Capital Federal, conheceu Gertrudis Marta Hlaczik, também inválida, e casou-se com ela. Ambos

pertenciam ao grupo “Cristãos pela libertação”. Tiveram uma filha, Claudia Victoria, que tinha 8 meses de idade, em 28 de novembro de 1978.

Naquele dia seqüestraram José Poblete em Plaza Once. Quase simultaneamente, um grupo de homens com uniformes da Polícia da Província — posteriores investigações revelaram que tratava-se da Brigada de Lanús — seqüestrou, no domicílio de ambos, Gertrudis Hlaczik com sua filha nos braços. As duas foram introduzidas num carro-patrolha. Pouco mais tarde, apareceu outro grupo uniformizado no mesmo domicílio. Saquearam a casa e carregaram o que quiseram num caminhão do Exército. Destruíram parcialmente a moradia.

No mês seguinte, seus captores permitiram a Gertrudis comunicar-se por telefone, com sua mãe e perguntou-lhe se haviam lhe entregado Claudia Victoria. A Sra. Hlaczik quis saber, então, se se encontrava bem ou se a estavam obrigando a dizer algo. Antes que Gertrudis pudesse responder, interveio uma voz masculina dizendo o seguinte: “Modere suas palavras. Sua filha está melhor que o resto de seus companheiros. Aqui não é a Rússia...”. Depois a ligação foi cortada. Nunca se obteve informação oficial sobre o paradeiro dos três integrantes desta família mas, de acordo com o depoimento de alguns liberados do campo “El Olimpo”, sabe-se que a menina permaneceu apenas dois dias no Olimpo. Em seguida foi retirada dali com destino incerto. Tanto Gertrudis quanto José Liborio — a quem os opressores chamavam “Curtinho”, como zombaria pela falta de suas pernas — foram brutalmente torturados.

Segundo depoimentos recolhidos por esta Comissão e pela Anistia Internacional, José Liborio Poblete foi, em sua cadeira de rodas, em uma “transferência”, em 1979:

“...dois dias depois vimos sua cadeira de rodas atirada num canto da área de estacionamento...”

concordam dois sobreviventes.

Gertrudis Hlaczik de Poblete foi vista, pela última vez, em 28 de janeiro de 1979.

A pequena Claudia Victoria Poblete continua desaparecida.

A desesperada, premente procura de avós e, em certos casos, de pais de crianças desaparecidas, pode-se considerar como uma síntese intransferível de dor e angústia frente ao fato de que, em algum lugar, junto a pessoas desconhecidas, está crescendo uma criatura sem vínculo algum com sua família, com sua gente e, às vezes, afastada de seu próprio país.

Nascimentos em cativeiro

Deve-se agora referir as dolorosíssimas condições em que viveram e deram à luz, as mulheres grávidas presas.

Os depoimentos recolhidos de pessoas que suportaram a prisão no Centro Clandestino de Detenção da ESMA, afirmam que:

"...na nossa chegada à ESMA, vimos muitas mulheres atiradas no chão, em colchonetes, que esperavam o nascimento de seus filhos. Algumas provinham de outras 'Forças' (Aeronáutica, Polícia Federal, Exército de Córdoba, Marinha de Mar del Plata). Outras eram 'próprias' da ESMA." (do depoimento de Sara Solarz de Osatinsky e Ana María Martí — Pasta Nº 4442).

Segundo estes depoimentos, foi possível saber-se que as mulheres grávidas eram atendidas por um médico do Hospital Naval, o Dr. Jorge Magnacco, ginecologista, e o Dr. Martínez — dermatologista — assistidos por um enfermeiro pertencente à ESMA, e ajudadas por outras prisioneiras no difícil momento de dar à luz (Ver representações judiciais da Comissão Nacional sobre a ESMA e Hospital Campo de Mayo).

"...Uma vez nascida a criança, a mãe era 'convidada' a escrever uma carta a seus familiares, a quem, supostamente levariam o recém-nascido. O então Diretor da ESMA, Capitão de Navio Rubén Jacinto Chamorro, acompanhava pessoalmente os visitantes, geralmente altos chefes da Marinha, para mostrar onde estavam alojadas as prisioneiras grávidas, jactando-se da 'Sardá' (que é a maternidade mais conhecida de Buenos Aires), que tinham instalada nesse campo de prisioneiros..."

Seguem relatando as depoentes que:

"...por comentários, soubemos que no Hospital Naval existia uma lista de casais de marinheiros que não podiam ter filhos e que estariam dispostos a adotar filhos de desaparecidos. A cargo desta lista estava uma ginecologista de dito hospital..."

O relato do parto de María del Carmen Moyano, na ESMA, é por demais ilustrativo:

"...ao sentir as primeiras contrações, foi levada ao porão da ESMA, onde estavam situadas a sala de tortura e a enfermaria. Ali é atendida pelos Drs. Magnacco e Martínez..."

Diante dos gritos desesperados de María del Carmen Moyano, os médicos concordam que esteja presente sua companheira prisioneira, Sra. Solarz de Osatinsky, que foi conduzida até ali, acorrentada. Por não poder suportar os ruídos dos grillhões, provocados pela Sra. de Osatinsky ao deslocar-se à sua volta, suplica que os tirem, o que lhe é negado. Em meio ao seu desespero e gritos nasce uma menina. Imediatamente a mãe é conduzida a sua cela, onde se encontrava outra prisioneira, Ana de Castro. As depoentes viram María del Carmen Moyano, até aproximadamente oito dias depois, exatamente dois dias depois que Ana de Castro desse à luz a um menino. Ambas mães foram transferidas sem seus filhos, por pessoal do III Corpo do Exército. Poucas horas depois de haverem levado suas mães, as crianças foram retiradas pelo suboficial conhecido como "Pedro Bolita" (Depoimentos de Martí e Osatinsky).

Até esta data não se teve mais notícias das mães ou das crianças.

No surpreendente depoimento de Adriana Calvo de Laborde, veremos como viviam as mulheres grávidas, no momento crucial de dar à luz no cativeiro (Pasta Nº 2531):

“...me diplomei como Licenciada em Física, em 1970, na Universidad Nacional de La Plata. Desse ano até 1977, trabalhei no Departamento de Física de dita Universidade, em docência e pesquisa. No ano de 1972, me casei com Miguel Angel Laborde, Doutor em Química, também docente e pesquisador da Faculdade de Ciências Exatas.”

(.....)
“Em 4 de fevereiro de 1977, por volta das 10 da manhã, entraram em casa 8 ou 10 homens armados. Estavam vestidos à paisana, alguns com gorros com viseiras de fazenda de jeans. Disseram pertencer à Polícia. Revistaram tudo e me disseram que tinha que acompanhá-los. Me fizeram levar documentos. Deixaram meu filho com os vizinhos. Eu estava grávida de 7 meses. Várias vezes me fizeram repetir o nome, como se duvidassem que eu fosse a pessoa que procuravam. Já na porta, diante de todos os vizinhos, me colocaram num dos carros, me jogaram no chão, me puseram uma venda nos olhos e algemaram as mãos atrás. Depois de dar muitas voltas chegamos ao local que, soube depois, é a Brigada de Investigações de La Plata — (rua 55, entre 14 e 15). Ali me pediram o documento e me sentaram numa cadeira. Depois de muitas horas alguém viu as minhas mãos muito inchadas, me tirou as algemas e me amarrou as mãos na frente. À noite me conduziram, junto com as demais pessoas que havia ali, ao lugar de torturas (Arana). Nos sentaram no hall e ‘fizeram a chamada’ de todos os recém-chegados. Assim soube que meu marido também estava ali. Estive sete dias neste lugar. O mecanismo era mais ou menos assim: à noite chegavam os recém-presos. Depois chegava a ‘patota’ e começavam os interrogatórios, que duravam toda a noite, e muitas vezes se prolongavam até o meio-dia. Os prisioneiros que ainda não haviam sido interrogados, permaneciam no hall-sentados no chão, amarrados e ‘tabicados’, vigiados permanentemente por guardas à paisana...”

(.....)
“Eu fui interrogada nessa mesma noite de 4 de fevereiro, mas como fui uma das últimas, decidiram deixar-me para o dia seguinte. Já nesse interrogatório, que durou cerca de meia hora, percebi que a pessoa que perguntava não tinha a menor idéia de por que eu estava ali”.

(.....)
“Passei todo o dia seguinte sentada no chão desse hall e à noite me passaram à cela, que media aproximadamente 2 m por 1,50 m. A metade estava ocupada por um catre de cimento e havia ali mais 4 mulheres...”

(.....)
“...a proibição de falar era total e os guardas olhavam a cada 10 ou 15 minutos pela vigia. Durante todo o tempo se ouvia gritos dos prisioneiros a quem estavam interrogando.”

Acrescenta que:

“...Quando a ‘patota’ se ia, os guardas começavam sua diversão, torturando alguns por sua conta, com o único objetivo de ouvi-los dizer obscenidades.”

(.....)
"Quando vinha a 'patota', o terror era geral, incluindo os guardas. Apesar de não ser este um regime de vida sequer humano, era privilegiado em relação ao dos homens, os quais ficavam literalmente atirados no chão, sujos, com piolhos, com infecções. Chegaram a ser em torno de 30, alguns feridos ou nus, sem poder mover-se nem falar muito por medo dos castigos, e comendo a metade das vezes que nós mulheres comíamos."

(.....)
"...no dia 12 de março, Inés Ortega de Fossati, outra prisioneira, iniciou seu trabalho de parto. Nos esganiçamos chamando o 'cabo da guarda' (assim se fazia chamar). Passaram horas sem resposta. Como eu era a única com experiência, ajudei-a como pude. Era o seu primeiro parto e tinha 17 ou 18 anos. Por fim, depois de 12 horas, a levaram à cozinha e, sobre uma mesa suja, com a venda nos olhos e diante de todos os guardas, teve seu bebê ajudada por um suposto médico, que a única coisa que fez foi gritar-lhe enquanto os outros se riam. Teve um menino, a quem chamou Leonardo. Deixaram-na 4 ou 5 dias com ele, em uma cela, e depois o levaram, dizendo-lhe que o Coronel queria vê-lo. Aparentemente alguém preencheu uma planilha com os dados do bebê..."

(.....)
"...no dia 15 de abril começou meu trabalho de parto. Depois de estar 3 ou 4 horas no chão com contrações cada vez mais seguidas, e graças aos gritos das demais, me embarcaram num carro-patrolha, com dois homens na frente e uma mulher (à qual chamavam Lucrecia e que participava de torturas). Partimos rumo a Buenos Aires, mas minha nenê não soube esperar, e à altura do cruzamento de Alpargatas, em frente ao Laboratório Abbott, a mulher gritou que parassem o carro no acostamento, e ali nasceu Teresa. Graças a essas coisas da natureza, o parto foi normal. A única atenção que tive foi que, com um trapo sujo, 'Lucrecia' amarrou o cordão umbilical que ainda a unia a mim, porque não tinham com que cortá-lo. Não mais de cinco minutos depois seguíamos caminho rumo a um teórico 'hospital'. Eu ainda continuava com os olhos vendados e meu nenê chorava no assento. Depois de muitas voltas, chegamos ao que depois soube era a Brigada de Investigações de Bánfield (Pozo de Bánfield). Ali estava o mesmo médico que havia atendido Inés Ortega de Fossati. No carro, cortou o cordão e me levaram um ou dois andares acima, até um local onde me tiraram a placenta. Fizeram eu me despir, e diante do oficial de guarda tive que lavar a maca, o chão, meu vestido, recolher a placenta e, por fim, me deixaram lavar minha filha, tudo entre insultos e ameaças. Ao entrar no prédio, me tiraram a venda dos olhos dizendo que 'já não fazia falta', devido ao que depois vi as suas caras..."

(.....)
"Ali, em Bánfield, o regime era muito mais rígido que na 5ª Delegacia de La Plata. Só saíamos da cela para comer, uma vez a cada dois dias. Em cada cela havia 3 ou mais mulheres e o sanitário era uma garrafa de alvejante cortada em cima. Eu consegui que pusessem Patricia Huchansky de Simón comigo e meu bebê, e ela me ajudou muito nos primeiros dias, nos quais as dores do puerpério não me deixavam em paz. Ela me contou que poucos dias antes havia atendido o parto de María Eloísa Castellini. Ainda que tenham gritado pedindo ajuda, a única coisa que conseguiram é que as deixassem sair ao corredor e lhes deram uma faca de cozinha. Ali no chão, nasceu uma linda menina, a qual levaram horas depois..."

(.....)
"Por fim, em 28 de abril, e estando de guarda o mesmo oficial que me fez lavar o chão, recebeu ordem de La Plata de liberar-me. Era evidente que este 'senhor' não estava acostumado a libertar pessoas, porque ficou muito nervoso..."

(.....)
"Me disse que 'não acreditasse em tudo que havia visto e ouvido, porque isto era para assustar um pouco'. Nessa noite me deixaram a quatro quadras da casa de meus pais, com minha filha nos braços, vestida com camisola e sandálias, sem documentos e infestadas — as duas — de piolhos. Praticamente na mesma hora, meu marido era libertado em La Plata".

Outro caso, no qual encontramos, junto ao horror, a solidariedade e o cumprimento de dever em grau heróico, é o de Silvia Mabel Isabella Valenzi — (Pasta Nº 3741) que, de acordo com vários depoimentos, foi vista no Pozo de Quilmes, em janeiro de 1977, quando estava grávida de cinco meses. Depois, a 1º de abril, foi levada por seus captores ao Hospital Municipal de Quilmes onde, às 3h15min do dia 2, deu à luz uma menina de 1,900 kg, a quem chamou Rosa. Tanto o parto quanto o nascimento foram registrados.

O Dr. J. M. B. — (identidade e matrícula profissional em poder da Justiça) — encarregado naquele momento do Plantão de Obstetrícia do Hospital Isidoro Iriarte, de Quilmes, e que se apresentou espontaneamente para prestar declarações perante a Comissão Nacional, recorda que naquela data recebeu:

"...uma pessoa com uma gravidez de aproximadamente sete meses e meio, em franco trabalho de parto. Esta pessoa foi conduzida ao Hospital, por pessoal uniformizado da Polícia de Buenos Aires, os quais não se identificaram, mas, pelas demonstrações de conhecimento que expressava o pessoal do dito hospital, o depoente supõe que pertenciam à Primeira Delegacia da zona. Entre eles se encontrava um médico da Polícia, que se identificou como Dr. Bergez, sendo conhecido do depoente. Durante a estada dessa pessoa prisioneira no Hospital, o pessoal policial esteve a seu lado, não permitindo conversas entre as obstetras ou o médico, e a paciente. Só durante o momento do parto puderam trocar algumas palavras."

(.....)
"Imediatamente, depois do parto, foi vigiada pela polícia, e permaneceu até a manhã em que foi levada a uma camioneta sem identificação e onde foi colocada deitada na carroceria. Aqui interveio o Dr. Bergez novamente, acompanhando sua saída. A recém-nascida ficou internada na Sala de Neonatologia, falecendo como consequência do parto prematuro, depois de dois ou três dias, segundo tomou conhecimento o depoente, através do histórico clínico pediátrico, serviço então a cargo do Dr. Pérez Casal."

Declara também o Dr. J. M. B., que habitualmente se registram as parturientes num Livro de Partos, com dados de filiação e identidade, o que nessa oportunidade também foi feito.

"Posteriormente, quando o depoente estava interessando-se por conhecer detalhes do ocorrido — devido ao que toma conhecimento de que está sendo investigado o acontecido com a criança nascida nessa data — requisita o Livro de Partos preenchido naquela época pela própria parteira e encontra o nome correspondente grosseiramente apagado e sobre o local escrito N. N., podendo ler ainda o nome de Isabella Valenzi".

O Dr. J. M. B. faz notar que:

“...esta operação de ‘apagar’ não foi realizada no Livro de Pediatria, que se registra simultaneamente com o de Partos, devido ao que ainda se podem ver os dados da criança sob o nome de Valenzi”.

As cópias do Livro de Partos e do Livro de Pediatria do Hospital Isidoro Iriarte, de Quilmes, foram enviadas, em 14 de maio de 1984, à Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, podendo-se comprovar, na íntegra, o que foi dito anteriormente.

A jovem, não obstante a permanente vigilância, gritou o seu nome e o de seus familiares, para que fosse ouvida por alguém, na esperança de que fossem avisados acerca da sua situação.

E como frisamos antes, neste quadro aparece a solidariedade e o altruísmo da parteira María Luisa Martínez de González e da enfermeira Genoveva Fratassi.

A parteira indicou à Sra. Ema Salas de Ciabeglia, que enviasse à mãe de Silvia Mabel Isabella Valenzi, informações sobre o parto e o nascimento ocorrido no Hospital. Também a enfermeira teve uma atitude humana e de respeito para com a vida, interessando-se pela situação da Sra. Valenzi. Como consequência disto, os familiares dela se apresentaram depois de poucos dias no Hospital e na Brigada, onde a prisão lhes foi negada. Certamente, haviam transferido a Sra. Valenzi tão pronto ela deu o aviso no Hospital.

A parteira, senhora de González, foi seqüestrada no dia 7 de abril de 1977, e a enfermeira, Sra. Fratassi, delegada sindical em dito Hospital, no dia 14 do mesmo mês. Ambas, desde então, permanecem na condição de desaparecidas, existindo depoimentos que informam sobre a sua estada no Centro Clandestino de Detenção, “Vesubio”.

O Hospital Campo de Mayo

Mas, sem dúvida, um dos fatos mais vergonhosos que a Comissão Nacional pôde conhecer e investigar sobre os partos em cativeiro, de jovens desaparecidas, foi o corrido em certos setores do Hospital de Campo de Mayo, o que necessariamente requer um tratamento próprio.

Com efeito, no citado Hospital, localizado na jurisdição da Província de Buenos Aires, ocorreram fatos gravíssimos, que foram denunciados à Justiça pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, em 14-8-84.

No relatório pertinente, expressamos: “em base dos depoimentos recebidos, particularmente importantes dado que se trata da declaração de seis médicos obstetras, quatro parteiras e duas enfermeiras que, exceto por uma das médicas, *trabalham até hoje no Hospital de Campo de Mayo*, e de um técnico de radiologia que, com o grau de primeiro-cabo, prestou serviços no dito Hospital durante os anos 1976-1977, resulta o seguinte:

a) todos os depoimentos reconhecem unanimemente que no Serviço de Epidemiologia do dito Hospital, alojavam-se detidas cujos ingressos não eram registrados;

- b) que estas eram mulheres em estado de gravidez;
- c) que permaneciam nestas dependências vendadas, ou com os olhos encobertos com óculos pretos e custodiadas;
- d) que, na maior parte dos casos, eram submetidas a operações cesarianas, e que, depois do parto, os destinos da mãe e do filho se bifurcavam, desconhecendo-se totalmente o local para onde eram transferidos.”

“A coincidência total dos depoimentos, nestes pontos, revela a gravidade dos fatos que derivam, não só da privação ilegal dá liberdade das pessoas que se encontravam reclusas em determinado setor do Hospital de Campo de Mayo, mas também que tais pessoas eram mulheres grávidas, que deram à luz secretamente, presumindo-se que, na maioria dos casos, precipitaram-se os partos e realizaram-se cesarianas...” (Apresentação das denúncias à Justiça pela Comissão, em 14 de agosto de 1984, radicada frente ao Juiz no Criminal e Correccional de San Isidro, Dr. Mollard).

Dos depoimentos mencionados, o do Sr. C. C. (cujos dados pessoais completos figuram na respectiva apresentação judicial) aporta uma série de dados muito esclarecedores. O declarante, que se apresentou de forma espontânea perante a CONADEP, em 30 de janeiro de 1984, relata que, sendo enfermeiro com grau de primeiro-cabo, prestou serviço no Hospital Campo de Mayo, durante os anos 1976 e 1977, e que pôde comprovar, nos quartos individuais do serviço de Epidemiologia, Sala de Homens, a permanência de mulheres grávidas, no momento de ter filho, amarradas pelos pés e mãos às camas, e com soro permanente, para acelerar o processo de parto. C. C. viu pessoalmente, nessas condições, quatro ou cinco mulheres que considerava extremistas, custodiadas por pessoal da Gendarmaria Nacional, mas também tinha conhecimento, por seus companheiros de serviço, que havia um movimento permanente de grávidas nessa sala, e que o Sargento carpinteiro de sobrenome Falcón, havia violado uma delas, sendo sancionado com dez dias de prisão por este fato mas que, após cumprir, tinha continuado seu serviço normalmente. Diz ainda que, quando chegava o momento do trabalho de parto, as prisioneiras eram transportadas, presumivelmente à noite, ao Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, cujo chefe era o Major Caserotto, atualmente no mesmo cargo, mas com o grau de Tenente-coronel, segundo entende o denunciante. Através de comentários generalizados do pessoal do Hospital, sabe também que, uma vez nascido o filho, as prisioneiras eram separadas do bebê e imediatamente desapareciam do Hospital de Campo de Mayo, com destino desconhecido. Quanto aos bebês, permaneciam no serviço de “nursery”.

A testemunha C. C. relata também que, estando de guarda, viu as prisioneiras grávidas. Sempre tinham os olhos vendados e, por referências, soube que depois do parto, eram levadas aos hangares do Campo de Mayo. Lembra que em uma oportunidade foram levadas ao Hospital cerca de 40 ou 50 pessoas de ambos os sexos, encapuzadas e com os pés e mãos amarrados às costas, completamente imobilizadas. Foram colocadas na Sala Geral de Epidemiologia do Pavilhão de homens, por pessoal da Gendarmaria e custodiadas pelos próprios soldados. C. C. ignorava o motivo pelo qual aquele grupo de pessoas era levado para ali, mas foi testemunha direta de sua chegada em um dia útil da semana, aproximadamente às nove da manhã. Eram tirados de veículos fechados, espécie de furgões, como se fossem vultos, já que careciam de todo movimento, permanecendo jogados

no chão da Sala de Epidemiologia, onde ele os viu fugazmente. Situa aquela cena em 1976/77, ainda que não possa recordar a data exata.

Através de um enfermeiro que ia ao Hospital de Campo de Mayo, a testemunha C. C. teve conhecimento que, no Comando de Instituições Militares, formavam-se os chamados *Grupos de Tarefas*, alguns dos quais incluíam enfermeiros para dar assistência aos integrantes dos citados grupos.

Este enfermeiro era técnico radiologista, e seu destino era a Escola de Serviços General Lemos. Atualmente encontra-se no Comando de Sanidade, com o grau de Sargento-ajudante.

Também relata que todas as noites saía uma avião de transportes Hércules, do campo de aterrissagem da base de Campo de Mayo. Era um tipo de avião infundível, que saía sempre no rumo sul-este. A hora de saída era entre as 23 ou 24 horas, regressando aproximadamente entre a 1h00 e a 1h30 da madrugada, num vôo que não excedia uma hora de duração. O rumo que os vôos tomavam passava entre a Escola Sargento Cabral e o Hospital de Campo de Mayo. A testemunha dá fé do anterior, por tê-lo comprovado pessoalmente durante suas noites de guarda. Quando estava em sua casa, no bairro de suboficiais de Campo de Mayo, também escutava o vôo do mesmo avião e comentava-o com sua esposa. Em tais ocasiões, não ouvia o regresso, por encontrar-se dormindo.

Estes vôos diários, que excepcionalmente deixavam de ser vistos ou ouvidos, eram motivo de comentário entre o pessoal do Hospital. Dizia-se que levavam pessoas que eram atiradas ao mar. E, com referência às 40 ou 50 pessoas que C. C. viu numa manhã na Sala de Epidemiologia, o que mais chamou sua atenção foi o completo silêncio e imobilidade das mesmas, embora fosse evidente que estavam com vida, pela falta de rigidez que apresentavam.

Em 3 de maio de 1984, apresentou-se frente à CONADEP o Dr. M.S. (Pasta Nº 6514), cujos dados completos figuram na apresentação judicial respectiva, que manifestou que ingressou como médico adjunto ao serviço de Ginecologia do Hospital Militar de Campo de Mayo, e depois como médico titular, e que a partir de 1976 tomou conhecimento direto da existência de mulheres grávidas denominadas N. N., que se encontravam em instalações distanciadas do Serviço de Ginecologia. Agregou que, nesse período, começou a fazer plantões de 24 horas, com o que ampliou suas informações sobre o tema. Com efeito, pretenderam então obrigá-lo a assistir e examinar essas mulheres, ao que o Dr. M. S. negou-se sistematicamente, e ainda que nunca tenha entrado na Sala em questão, passou próximo a ela e pôde ver que estava dotada de vigilância com pessoal armado, como se fosse uma cela. Quem ordenava ao Dr. M. S. visitar essas internas era o médico militar Dr. Julio César Caserotto, que resultava, evidentemente, médico responsável por tais grávidas.

O Dr. M. S. manifestou ignorar o destino que pudessem ter, tanto as mães como os filhos, porque nunca observou nada pessoalmente nesse sentido. Entretanto, por comentários, soube que em horas da noite, praticavam-se operações cesarianas nas internas que chegavam a termo, e nesse sentido lembra que, em uma oportunidade, o Major médico Dr. Caserotto, com uns "copos a mais", comentou o seguinte: "Como seria bom praticar a cesárea extraperitoneal nas N. N.", aludindo a uma técnica operatória que não era habitual.

Em uma oportunidade, estando de guarda, foi chamado do Serviço de Guarda Geral para examinar duas N. N., ou seja, duas mulheres grávidas, às quais o declarante viu. Tinham os olhos cobertos com óculos pretos e estavam acompanhadas por quatro pessoas à paisana, com aspecto de pertencer a algum serviço de Segurança ou Inteligência. Tinham-nas levado ali para que se determinasse se estavam realmente grávidas. Como em ocasiões anteriores, o Dr. M. S. negou-se a examiná-las.

De acordo com o depoimento deste facultativo, em duas oportunidades, estando de guarda, viu crianças pequenas com o pessoal do Serviço de Obstetrícia. A primeira vez eram dois meninos de 3 e 5 anos aproximadamente, muito parecidos, pelo que se deduz que eram irmãos. Em uma segunda oportunidade, uma das freiras tinha consigo uma criança de aproximadamente 2 anos, que chorava, pedindo por sua mãe. Em ambas oportunidades, o Dr. M. S. perguntou o que faziam aquelas crianças ali, e responderam-lhe que tinham “entrado” durante a noite, e que não havia outros dados a respeito. Ao passar por esse lugar, horas mais tarde, as crianças já não mais se encontravam ali.

O Dr. M. S. permaneceu no Serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de Campo de Mayo até 1980, e destacou, em sua declaração, que tem quase certeza que naquela época ainda existiam os casos de N. N. grávidas. Na Ginecologia, todos eram médicos civis, da mesma forma que na Obstetrícia, salvo o Major Caserotto, já mencionado, e outro médico militar, que apareceu até 1978 e tinha a pretensão de “melhorar a raça”, e que era uma pessoa muito exaltada e excitada, da qual o Dr. M. S. tem referências como ativo participante da luta contra a subversão. Os médicos civis mantinham a mesma atitude que o Dr. M. S. (pelo menos aqueles que integravam o plantel de Ginecologia), não se prestando a colaborar em práticas obviamente irregulares, que ocorriam no mencionado setor.

Os depoimentos de outros quatro médicos declarantes perante a CONADEP, coincidem plenamente com os depoimentos do cabo-enfermeiro C. C. e do Dr. M. S. Todos concordam também em que o Dr. Júlio César Caserotto, Chefe do Serviço de Maternidade, emitia as ordens.

A Comissão Nacional enviou, então, ao Major médico Dr. Júlio César Caserotto, um questionário com perguntas que foram formuladas por ofício dirigido ao Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército. Com data de 10 de junho do corrente ano, o Dr. Caserotto respondeu o questionário, e em suas respostas reconhece ter trabalhado como Chefe do Serviço de Maternidade de Campo de Mayo, durante o período que transcorre de janeiro de 1977 até dezembro de 1983. Assinala também que teve conhecimento do ingresso de pessoas enfermas no Serviço de Epidemiologia, mas que “ignora se foram registradas ou não” e manifesta “desconhecimento dos outros fatos sobre os quais foi interrogado”.

Também foi enviado à Justiça o depoimento das obstetras que trabalhavam (e continuam) no Hospital de Campo de Mayo. Estas profissionais assinalaram que declaravam com a autorização de seus superiores.

A senhora Lorena Josefa Tasca (Pasta nº 6522), manifestou, em 5 de abril/84, à CONADEP, que em 1978 foi incumbida de atender uma parturiente que se encontrava no Cárcere de Ajuizados, da Guarnição de Campo de Mayo. Foi transportada em uma ambulância, em companhia de um médico, cujo nome não lembra. Vestia seu uniforme usual, mas sem o crachá com seu nome na parte

superior, já que lhe tinham ordenado que tirasse a identificação. A parturiente estava sozinha em uma sala; não tinha os olhos vendados, aparentava cerca de 30 anos, morena, de compleição delgada e baixa estatura. A senhora de Tasca não recorda se a gravidez era de 5 ou 6 meses. A parturiente estava tranqüila, e manifestou não necessitar de nada. Depois de verificar seu estado, a obstetra retirou-se do local e informou seu chefe, o Dr. Caserotto, dos fatos.

Em outra oportunidade, no próprio Hospital de Campo de Mayo, nas peças do fundo da Seção Epidemiologia, a Sra. de Tasca lembra que havia uma “puérpera cesariada”, ou seja, que tinha sido operada. Esta senhora estava sem venda nos olhos e com seu bebê no berço, a seu lado. A parteira foi àquela sala, porque o Dr. Caserotto solicitou que o acompanhasse para realizar a cura correspondente.

Também levaram outra enfermeira. Conta a Sra. de Tasca que a jovem mãe encontrava-se em perfeito estado e que o Dr. Caserotto expressou que logo poderiam lhe dar alta. Também havia outra senhora, que não se apresentou, e que se manteve em pé todo o tempo.

Também em sua declaração, a parteira lembra de um terceiro caso ocorrido durante uma guarda. Em horas da madrugada, foi chamada por uma enfermeira para assistir a um parto. A Sra. de Tasca pensou que se tratasse de uma parturiente chegada de fora de Campo de Mayo, coisa que acontecia com freqüência. Para sua surpresa, ao entrar na sala de parto, encontrou-se com uma grávida, sobre uma maca, que tinha os olhos vendados. No local encontravam-se, também, dois soldados e uma terceira pessoa uniformizada, que aparentemente comandava o grupo e que nada disse. Esta última pessoa, que vestia fardeta, lhe deu ordem de atender o parto, o que a testemunha teria feito de todo modo, por uma razão elementar de humanidade. O parto foi normal, caindo a venda da parturiente durante o mesmo. Ao terminar o parto, aquele que comandava o grupo perguntou à Sra. de Tasca se estava tudo bem, ao que ela lhe respondeu que naquele momento, efetivamente sim. A declarante manifestou perante a CONADEP não saber qual foi o destino posterior deste bebê, ainda que, disse, o normal seria levá-lo à “nursery”. A parteira tampouco lembra o sexo do bebê que entregou à enfermeira. Por outro lado, recorda que, por pedido do diretor, as internas estavam perfeitamente atendidas.

Outra obstetra, a Sra. Margarita Allende Vda. de Bottone (Anexo VIII, na apresentação judicial da CONADEP), depõe que durante suas guardas dos sábados, nos anos da repressão, teve a oportunidade de ver crianças que, segundo informação do pessoal da enfermaria, eram filhas de “subversivas” que haviam dado à luz no Hospital de Campo de Mayo. Também lembra ter acompanhado seu chefe, o Dr. Caserotto, em três oportunidades, ao reconhecimento de pacientes detidas e que elas se encontravam no pavilhão de Epidemiologia de homens, em umas salinhas “à parte”.

Por sua vez, a Sra. Rosalinda Salguero (Anexo XII, na apresentação judicial da CONADEP) declarou que “a particularidade dessas pacientes era que não se consignava nem o nome nem o sobrenome da paciente, mas que apenas figuravam nas planilhas duas letras: “N. N.”.

Neste sentido, cabe ainda registrar o grave depoimento da Sra. Nélide Elena Valaris (Pasta n.º 6372), que manifestou que, em razão de suas tarefas profissio-

nais, teve conhecimento de que existiam pessoas detidas, de identidade desconhecida, no Hospital de Campo de Mayo e que teve contato com as mesmas quando, acompanhando o Dr. Caserotto ou outro médico militar, controlou estas gravidezes, sem lembrar quantas pessoas atendeu. Mas, em uma oportunidade — crê que foi em agosto de 1977 —, recebeu a ordem de atender um parto. A paciente encontrava-se na enfermaria do Cárcere de Ajuizados de Campo de Mayo, caminho para Don Torcuato. A Sra. Valaris tinha-se negado terminantemente a ir, mas teve que cumprir a ordem vinda da Direção, ou seja, do Dr. Di Benedetto. Ao chegar à prisão, encontrou-se com muita gente de fardeta, que lhe indicou o caminho até o setor de Enfermaria onde se encontrava a parturiente. Era uma moça loira, de uns trinta anos, com os olhos vendados com venda de gaze, como nos outros casos. Não manifestou dor e o parto correu normalmente. Durante todo o tempo os homens de custódia, também com fardeta verde, e os outros à paisana, permaneceram imutáveis no local. A Sra. Valaris manifestou também que o fato ficou gravado porque a situação a sensibilizou, tanto pela quantidade de guardas e uniformizados, como pelas condições em que se levava a cabo o parto. Finalmente, nasceu um menino. Declarou não saber nada mais sobre o fato, pois, apenas terminada sua tarefa, foi introduzida em uma camioneta, que a levou de volta ao Hospital.

As Famílias — As Avós

A situação dos familiares das prisioneiras em estado de gravidez era angustiante e peculiar.

Assim, como em muitos outros casos, a Sra. Estela B. de Carloto — Vice-presidenta das Avós da Plaza de Mayo (Pasta n.º 2085) — recebeu uma carta anônima de quem havia compartilhado o cativeiro com sua filha Laura Estela, notificando que esta se encontrava sob “Forças de Segurança” com seu marido, também seqüestrado. Posteriormente, inteirou-se através de uma pessoa libertada:

“que sua gravidez progredia, que nos mandava uma mensagem a seu pai e a mim para que estivéssemos atentos ao momento em que nascesse o seu bebê, que aconteceria em junho de 1978, que o procurássemos na “Casa Cuna” e que, se fosse menino, teria o nome de seu marido, Guido. Quando chegou a data aproximada do nascimento do meu neto eu, nesse momento trabalhando como professora, me aposentei para poder criá-lo. Como se fosse sua mãe, comecei a preparar o seu enxoval. Eu tive quatro filhos, Laurita era a mais velha. Comecei a fazer o que ela havia mandado me dizer: procurar o bebê nas “Casas Cuna” de La Plata, de Buenos Aires, nos Juizados de Menores, em todos os lugares onde pudesse ter passado algum menino, sempre com resultados negativos, sem resposta. No dia 25 de agosto de 1978 recebemos, em minha residência de La Plata, uma notificação da Delegacia local nos intimando, aos pais de Laura Estela Carloto, a comparecer à Subdelegacia de Isidro Casanova. Com urgência e con fins ‘que lhes serão notificados’. Mais nada. Pensamos que podíamos encontrá-la e ao bebê. Também pensamos que já era a morte. Chegamos e, efetivamente, o Subdelegado responsável pela área operacional 114 mostrou-nos um documento, o documento de minha filha, em perfeito estado, e nos perguntou se éramos parentes dessa pessoa. Dissemos que éramos os pais e

ele nos informou que ela havia falecido. Claro que não foi falecimento e sim um assassinato frio e premeditado por parte do Exército. Minha filha havia sido assassinada na madrugada de 25 de agosto. Contaram-nos uma enorme mentira: de que ia em um automóvel e não acatou a ordem de detenção e, portanto, havia sido eliminada .

“Não pude vê-la. Não me deixaram vê-la. Meu marido e parentes fizeram com que eu ficasse com a imagem que sempre tive dela: um rosto feliz, o rosto de uma argentina pujante, idealista, lutadora. porque tinha o rosto destroçado por uma bala... disparada à queima-roupa. E também apresentava o ventre destroçado, seguramente para que não pudesse comprovar o nascimento de meu neto”.

“Quando perguntei ao Subdelegado pelo bebê, ele me disse que desconhecia totalmente a existência de algum menino... Por pessoas que foram libertadas, soube que é um menino, que nasceu em 26 de junho de 1978. Completou agora seis anos de idade. Eu continuo a procurá-lo. Seguirei procurando todos os dias de minha vida”.

Espírito idêntico demonstram as demais Avós da Plaza de Mayo que, como dissemos antes, numa longa vigília e com a mesma angústia, executam um trabalho constante:

“Nós, as Avós, encontramos-nos nesse longo caminho — relata agora sua Presidenta, a Sra. María Isabel Ch. de Mariani — organizamos um grupo para procurar as crianças desaparecidas; primeiro pensamos que éramos poucas e o terror foi enorme quando soubemos que éramos aos centos. Porque ainda estamos recebendo denúncias. Há poucas semanas chegaram mais três denúncias de crianças desaparecidas naquela época. Minha neta, Clara Anahi Mariani, foi procurada minuto a minuto, dia por dia, mas sempre me negaram toda informação sobre ela... Inclusive quando desapareceu, durante ‘a operação’ em que mataram minha nora, Diana Teruggi, eu passava horas e horas em frente ao Regimento 7 de La Plata, esperando que me entregassem. À noite esperava que tocassem a campainha de minha casa e que me entregassem a menina que tinha então 3 meses de idade. Apresentei-me à 5ª Delegacia — que agora eu sei que foi um campo de concentração, falei com o Delegado. Realmente não sei como tive a coragem de entrar ali sozinha. Realmente não sabia o que se passava naquele lugar. Recebeu-me, foi um desses milagres, e me disse que a menina estava viva, que a procurasse mas que iria negar sempre se eu envolvesse”.

Privadas de sua identidade para que seus parentes não pudessem reconhecê-las, e reclusas em orfanatos, algumas crianças viram-se marginalizadas de toda vida social e familiar.

“Em meados do mês de maio de 1977, na residência onde morava minha irmã, Lucinda Delfina Juárez, com seu filho de três anos de idade, Sebastián Ariel Juárez, surgiram pessoas do Exército vestidas com uniformes militares verde-oliva, fortemente armadas, que rodeavam o quarteirão e trafegavam em veículos militares. A casa estava situada na rua Tatai de Claypole — Buenos Aires”.

Assim começa Juan Carlos Juárez o seu relato (Pasta nº 3978):

“O pequeno Sebastián, seu sobrinho, foi deixado na casa de um vizinho depois do ataque à casa. Dias depois o vizinho deixou-o no Juizado de Menores Nº 1, de Lo-

mas de Zamora, a cargo da Juíza Martha Pons, que internou-o no Lar 'Casa de Belén', sem realizar qualquer tipo de averiguação sobre a sua identidade, conhecendo, entretanto, os fatos. Nesse orfanato transcorreu a primeira infância de Sebastián, a conviver com mais doze crianças, até a sua localização. O inconveniente residia em que o menino figurava nos registros do Juizado sob outra identidade, muito embora o luxo de detalhes existente quanto à origem da criança. Deliberadamente omitira-se a publicação da foto do menor, para evitar que a família pudesse encontrá-lo. Durante esses sete anos, Sebastián viveu sem saber quem era e, o mais doloroso, sem amor, sem cuidados e sem saber para onde iria. A pertinaz procura dos parentes fez com que, em 22 de maio de 1984, Sebastián Ariel Juárez se reintegrasse à sua legítima família".

Neste caso, bem como no que se relata a seguir, demonstra-se como se pode progredir na reparação dos graves danos produzidos pela repressão e na investigação dos fatos, quando todo o esforço das instituições estatais encaminha-se coordenadamente para esse objetivo.

No mês de fevereiro de 1984, a CONADEP (Pasta N° 3014) recebeu uma nota remetida por parentes de Horacio B. e Margarita D., solicitando averiguações sobre o paradeiro dos mesmos e de suas filhas, Mariana e Liliana, dos quais careciam de notícias desde o ano de 1977. Posteriormente, em maio do corrente ano, a CONADEP recebeu uma denúncia remetida pela Delegacia Mar del Plata, na qual a denunciante relatava que nos primeiros meses de 1978 havia visto fotografias de duas meninas, publicadas num jornal de La Plata, sobre as quais solicitavam-se informações, e a quem a denunciante identificava como filhas de Horacio B. e de Margarita D. Por outro lado, dizia que Horacio B. havia morrido numa operação militar e que Margarita havia sido seqüestrada. Tal operação teria se realizado em novembro de 1977, na esquina das ruas 25 de Mayo e Venezuela, na região de Ensenada.

Ambas as denúncias foram remetidas pela CONADEP à Comissão de Menores Desaparecidos da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Família, tal como ficara estabelecido desde que se iniciou um trabalho conjunto de intercâmbio de dados. Integrantes desta Comissão buscaram nos arquivos do jornal "El Día", de La Plata, e comprovaram que a referida publicação havia sido realizada em virtude de uma solicitação formulada pelo Tribunal de Menores N° 2, da cidade de La Plata.

Nesse Tribunal revisou-se o respectivo expediente, de onde se apurou que, em 27 de novembro de 1977, *duas meninas de pouca idade haviam sido abandonadas no "Hospital de Niños", por razões desconhecidas.*

Na região de Ensenada, nas ruas 25 de Mayo e Venezuela, moradores do lugar foram entrevistados e com isso obtiveram-se informações sobre um procedimento realizado por forças militares, no mês de novembro de 1977.

Os moradores relataram que nessa data pessoas uniformizadas, pertencentes ao Regimento 7 da Infantaria de La Plata, efetuaram uma "operação" da qual resultaram mortas duas pessoas do sexo masculino e o seqüestro de uma mulher a quem reconheciam como Margarita D. Em seguida, um automóvel não identificado retirou as filhas de Margarita D., levando-as com destino desconhecido. Terminada essa operação, pessoas uniformizadas chegaram ao local num caminhão

do Exército e retiraram os móveis e objetos pessoais da casa. Os objetos rejeitados foram queimados na rua, na presença dos vizinhos.

As testemunhas reconheceram as fotografias que lhes foram mostradas por pessoas da Comissão. Além disso, efetuou-se uma viagem à cidade de Mar del Plata, para entrevistar a pessoa que remeteu a informação que originou a investigação. A precisão da data e hora da operação que esta testemunha proporcionou, foi o que levou à convicção de que as meninas abandonadas no Hospital de Crianças, de La Plata, eram Mariana e Liliana B., pois foram deixadas nessa Instituição, no dia 27 de novembro (último domingo), às 18h00, ou seja, precisamente 3 horas depois de concluída a operação.

No protocolo do Tribunal de Menores que interveio no caso, consta que a busca efetuada resultou infrutífera naquele momento. Nenhuma pessoa se apresentou para dar qualquer informação, apesar das publicações nos jornais. O Tribunal procedeu então, a entregar as menores a um casal de La Plata, em guarda provisória que, um ano depois e com intervenção de outro Juizado dessa cidade, obteve a adoção plena.

A informação obtida pela Comissão da Secretaria de Desenvolvimento e Família foi levada a conhecimento da CONADEP. O Deputado Santiago López interveio pessoalmente no caso. Acompanhado por integrantes da Comissão da Secretaria, entrevistou-se com a Juíza a cargo do Tribunal de Menores mencionado e na presença dela, com os pais adotivos das menores.

Ficou combinada nesta reunião, em conformidade com os pais adotivos, a realização de provas de sangue na Unidade de Imunologia do Hospital Durand, desta Capital, o que foi ordenado pelo Juizado.

Assim, por gestão do Deputado López, integrantes da Secretaria viajaram à Trelew entrando em contato com a família de Horacio B. e de Margarita D., a quem colocaram a par da situação e propuseram a realização dos exames de sangue necessários. À solicitação da CONADEP, as Dras. Di Lonardo e Yamamoto, do serviço correspondente do Hospital Durand, viajaram à Trelew para extrair as amostras de sangue correspondentes.

Neste momento esperam-se os resultados definitivos que comprovem a filiação de Mariana e Liliana.

Seqüelas nas crianças

Muitas mulheres grávidas foram seqüestradas — como foi dito anteriormente — e durante seu cativeiro sofreram toda classe de vexames. Algumas obtiveram a liberdade e puderam dar à luz em seus lares ou em hospitais. Porém, tanto elas como seus filhos refletiram depois as seqüelas dessa “descida ao inferno”. Seqüelas difíceis de superar, ainda que com tratamentos clínicos e psicológicos que não dispensam, por parte da mãe e da criança, um enorme esforço para a sua reintegração familiar e social.

Nos depoimentos seguintes omitimos os sobrenomes das pessoas lesadas. A leitura dos casos será o suficiente para se compreender a razão.

Gladys de H. (Pasta N° 4178), foi seqüestrada no ano de 1979, detida num

Centro Clandestino e ali submetida a torturas, mesmo estando grávida de seis meses. Dessas torturas, as mais graves e inconcebíveis: foi violada, espancada sistematicamente e, uma vez ligeiramente refeita, era conduzida ao mesmo "tratamento". Ficaram nela, em seu corpo em sua psique, marcas que jamais se apagarão.

"(.....)"
"Não podia conciliar o sono. Tudo voltava a repetir-se uma e outra vez. Tudo, desde os gritos de meus companheiros de infortúnio, até os meus próprios"...

Três meses depois de sua libertação, nasce de parto normal, seu filho Darío H. Mas, como resultado da tortura que sua mãe sofreu durante a gravidez, a criança acusa um desequilíbrio neurovegetativo, que se conhece como "hipoacusia bilateral". Desde o momento que a Sra. H. se apresentou a esta Comissão para formalizar sua denúncia, foi atendida por pessoal especializado que, ao ter uma caracterização pormenorizada do caso, apresentou-o no Hospital de Agudos "Cosme Argerich". O menino foi internado e submetido a exames psicofísicos, a fim de se obter um diagnóstico clínico para o seu caso. Realizou-se uma consulta integrada no mencionado Hospital, com o Serviço de Psicopatologia a cargo do Dr. Coquet, passando o grupo familiar a um tratamento junto ao Serviço de Psicopatologia, no Centro de Salud Mental 2, onde se chega ao diagnóstico presumível de que Darío H. é *uma criança com traumas de guerra*. Somente poderia se fazer, segundo os especialistas, um prognóstico correto da evolução do caso, depois de um tratamento psicoterapêutico da mãe e do filho para uma bem sucedida reabilitação e socialização de ambos. Por outro lado, os médicos do Centro Médico de Pesquisas Clínicas chegam à conclusão de que a patologia clínica seria o resultado da aplicação de choques elétricos na mãe, no momento da gestação da criança. Isso provocou a formação de hematomas, que ocasionarão crises à medida em que o menino passe pelas diversas etapas de seu desenvolvimento evolutivo. Cabe destacar, entretanto, que a partir do momento que recorreu a um órgão estatal, como é esta Comissão (a qual lhes prestou toda a assistência com relação às instituições médicas especializadas e, sobretudo, os ajudou a integrarem-se socialmente, tirando-os da marginalidade em que a situação os havia colocado), observa-se uma evolução favorável da mãe e da criança, nas relações entre ambos e com o resto da Sociedade.

Por outro lado, as crianças que presenciaram a detenção ilegal de seus pais no próprio lar — o que ocorreu em muitos casos — com a irrupção violenta de grupos armados, foram testemunhas de situações graves que lhes têm provocado, necessariamente, severos transtornos de personalidade.

Às vezes não sobreviveram a tais circunstâncias, como ocorreu no caso do menino Marcelo Barbagallo que, em abril de 1976, sofreu o abandono compulsório de seus pais, detidos em sua residência, junto com sua irmã Elena Isabel, de 19 anos, e sua prima Nora Chelva, de 22 anos, grávida. Durante o episódio, Marcelo foi submetido a maus tratos por parte dos agressores que, durante duas horas, permaneceram na casa saqueando todo tipo de bens: rádio, lençóis, televisão, dinheiro, etc., sempre na presença do menino.

O menor ficou sob a custódia da avó materna, de 70 anos de idade. Ela conta que seu neto passava várias horas na janela, esperando o regresso de seus pais. Desde a detenção de seus pais, Marcelo passou a dormir na mesma cama que a avó. Nunca mais tiveram notícias deles.

Em outubro de 1982, sua avó o encontrou morto ao despertar. No atestado de óbito consta “parada cardíaca”; tinha apenas 12 anos de idade.

Cada vez que as crianças sofreram na própria carne a tortura, quando viram torturar seus pais, entraram no universo do horror, as conseqüências foram imprevisíveis, chegando a produzir fenômenos tão inesperados como o suicídio em criaturas de curta idade.

Alicia B. Morales de Galamba (Pasta N° 5187), faz este patético relato:

“Eu morava em Mendoza com os meus filhos, Paula Natalia e Mauricio, de dezoito e dois meses, respectivamente. Conosco moravam também uma amiga, María Luisa Sánchez de Vargas e suas duas filhas: Josefina, de cinco anos e Soledad, de um ano e meio. No dia 12 de junho de 1976, por volta das 23 horas, estávamos María Luisa e eu na cozinha, quando ouvimos batidas e vimos irromper na cozinha de nossa casa, onde estávamos, um tropel de gente. Sem nos darmos conta e sem tomar consciência da situação, nos agrediram e nos vendaram os olhos. Diante do barulho e da gritaria, as crianças acordaram chorando freneticamente. Os homens remexeram toda a casa, quebrando o que encontravam pela frente, enquanto perguntavam por meu marido. Frequentemente faziam um ruído seco com o gatilho de suas armas, como se pretendessem dispará-las. O terror já estava instalado e não nos deixava respirar. Era um terror crescente em meio ao pranto das crianças, cada vez mais enlouquecedor. María Luisa e eu as tomamos nos braços tentando acalmá-las. Passaram-se vinte ou trinta minutos, quando nos fizeram sair de casa e nos introduziram num carro, talvez um Falcon, e nos levaram, ao que eu soube depois ser o D2, ou seja, o Palácio Policial de Mendoza. Puseram-nos em um recinto vazio e levaram meu filho Mauricio, de dois meses, por várias horas. Senti então que o mundo se partia. Não queria viver. Já não chorava. Jogada no chão, havia me enroscado como um feto. Depois de várias horas me devolveram a criança, e pouco a pouco fui me recobrando. Durante dois dias as quatro crianças ficaram conosco. Josefina e Paula não agüentavam a prisão. Choravam e batiam na porta pedindo para sair. Em um dado momento, o carcereiro levou somente Josefina. Foi um novo tormento. Não sabíamos o que queriam fazer com a menina. Quando a devolveram — depois de um par de horas — Josefina nos contou que a haviam levado ao terminal de ônibus para que reconhecesse ‘gente’. Tempos depois vieram e levaram as quatro crianças, que foram entregues aos seus respectivos avós. María Luisa e eu não ficamos mais juntas, ainda que continuássemos no D2. Um dia o carcereiro me informou que trariam María Luisa à minha cela. Alegrei-me por revê-la, apesar de temer por seu estado. María Luisa era outra pessoa; a dor a havia envelhecido. Contou-me chorando que graças a umas prostitutas havia podido ver, nos primeiros dias, pouco depois que nos separaram, a seu marido, José Vargas. Ele também esteve detido ali. Atualmente figura como desaparecido. Nessa entrevista, José lhe contou que a filha de ambos, Josefina, esteve presente em uma das sessões de torturas. Haviam-na feito presenciar o sofrimento do pai para que este falasse. Isso ocorreu, calculo, entre 12 e 14 de junho, no momento em que tiraram Josefina da cela onde estava conosco. Mas o relato de María Luisa não acabou aí. O que escutei depois foi tão terrível que ainda sinto que de todos os dramas que pode viver uma pessoa, não existe outro pior do que esse... ‘Dias atrás, me disse, levaram-me à casa de meus

pais, em San Juan. Realmente pensei que era para dar satisfação aos velhos, mostrar-lhes que estava viva e fazer-me reatar o contato com as meninas. Mas não. Levaram-me para assistir a um velório. Sabes de quem era? De minha filha mais velha, Josefina. Quando María Luisa perguntou a seu pai, Dr. Sánchez Sarmiento, defensor da Justiça Federal, como havia ocorrido semelhante fato, este lhe contou que, poucos dias após sua chegada, Josefina havia tirado da gaveta de um móvel o revólver de seu avô e tinha se disparado um tiro”.

Denúncia de Juan Enrique Velásquez Rosano — (Pasta N° 2628):

“...Visto que eu respondia negativamente, começaram a golpear a minha companheira com um cinto, puxavam os cabelos e davam pontapés nas crianças Celia Lucía, de 13 anos, Juan Fabián, de 8 anos, Verónica Daniela, de 3 anos e Silvina, de 20 dias... Empurravam as crianças de um lado para o outro e lhes perguntavam se havia amigos na casa. Depois de maltratar minha companheira, pegaram o bebê, puseram-no de cabeça para baixo, agarrado pelos pés, e o golpearam, dizendo à mãe: ... 'se você não falar, vamos matá-la' . O terror era enorme e as crianças choravam. A mãe implorava, gritando, para que não tocassem na criança. Então decidiram fazer o “submarino” em minha mulher, na frente das crianças, enquanto me fechavam em outra peça da casa. Até hoje não sei nada de minha mulher, Elba Lucía Gándara de Castromán, nascida em 12 de outubro de 1943, em Mercedes, República Oriental do Uruguai, mãe de nossos quatro filhos: Celia Lucía, Verónica, Juan Fabián e Silvina...”

Elena Alfaro (Pasta N° 3048) fala, em seu testemunho sobre o “Vesúvio”, dos detidos que viu nesse Centro Clandestino; cita, entre outros, Jorge Antonio Capello, sua mulher Irma Beatriz Márquez, e o filho desta, Pablito Márquez:

“...Capello foi levado primeiro — diz a testemunhante. Pablito foi torturado na frente de sua mãe e depois levado (segundo se comentava no Campo) para um reformatório. Irma Beatriz foi transferida dois meses depois. Pablito foi torturado com a desculpa de que sua mãe não havia entregue a escritura de sua casa, que as Forças de Repressão queriam negociar...”

Elsa Norma Manfil (Pasta N° 7018) denuncia perante esta Comissão:

“...Em 26 de outubro de 1976, às 6 horas da manhã, metralharam o apartamento de meu irmão, no 3° andar, na rua Posada y Lucena, de Villa Domínico, Província de Buenos Aires. A essa hora, todos dormiam, meu irmão, Carlos Laudelino Manfil e seus quatro filhos menores: Carlos Alberto, Ariel Cristian, Silvia Graciela e Karina Manfil. Os vizinhos contam que primeiro bateram à porta e que, ante a demora em abri-la, atacaram com tiros de metralhadora. Dizem que depois seguiram atirando dentro da casa e, como consequência, mataram meu irmão, sua mulher e um filho de 8 anos. Karina foi ferida numa perna e, segundo soubemos depois, foi internada no Hospital Finocchietto, em Sarandí, sob custódia policial. Nesse mesmo dia, às 7 horas da noite, avisada do ocorrido pelos vizinhos, apresentei-me e tratei de averiguar. Na porta do apartamento havia vários homens fortemente armados e com fardetas do Exército. Quando me viram, apontaram-me suas armas e me insta-

ram a seguir subindo, que não ficasse naquele andar. Em seguida, quiseram saber meu nome. Disse que era uma vizinha, que conhecia a família que morava ali e que desejava saber o que havia ocorrido. Dois dias depois a mãe de Angélica recebeu uma intimação para reconhecer os cadáveres na morgue do cemitério de Avellana-da. Ela tomou conta de Karina, a quem retirou do hospital em que estava internada. Também ficaram sob sua custódia os menores Silvia Graciela e Ariel, que contava então apenas 6 meses de idade”.

Silvio Octavio Viotti (Pasta Nº 5473) conta do seguinte modo o impacto que lhe causaram — estando ele na prisão — os golpes e as torturas infligidos a uma menor:

“...No dia 5 de dezembro de 1977, pessoal do Exército me deteve, tirando-me da granja de minha propriedade, situada em Villa Gran Parque, Guiñazú, Córdoba. Sem qualquer interrogatório, fui levado a um Lugar de Detenção que, segundo soube depois, era o Campo de la Ribera. Ali permaneci dois meses e vinte e oito dias, como detido-desaparecido. Estando no calabouço, no dia 19 de dezembro, trouxeram uma mulher de uns 21 anos e sua irmã, de uns 11 anos de idade. Pude vê-las perfeitamente quando passaram pelo corredor, pois que nesse momento estava “destabicado”. Essa noite foi espantosa. Até a madrugada, as mulheres foram interrogadas e surradas. Ainda parece que estou ouvindo os gritos de dor da mais nova...”

A identificação

Os progressos da ciência nestes últimos anos têm sido de suma importância para a identificação das crianças desaparecidas.

Desde o começo de sua longa peregrinação, as Avós da Plaza de Mayo tomaram contato com diferentes instituições científicas da Suécia, França e Estados Unidos.

Em 1982, entraram em comunicação com a American Association for the Advancement of Science (Associação Americana para Avanço da Ciência) com sede em Washington, e com o Dr. Fred Allen (um dos membros da equipe de pesquisadores que conseguiu a troca do sangue de crianças do grupo RH negativo) no Blood Center (Centro de Sangue) de Nova Iorque. A partir dali iniciaram-se trabalhos destinados à inclusão, nas famílias, das crianças às quais faltam os progenitores. Busca-se a filiação com os avós (índice de ascendentes). Também pode ser efetuado com os tios ou outros parentes de ambas ramas da árvore genealógica.

Para determinar a identidade e filiação das crianças desaparecidas, foram utilizados estudos hematológicos que consistem na averiguação dos marcadores genéticos, através das seguintes provas:

- a) grupos sangüíneos,
- b) proteínas séricas,
- c) H. L. ou histocompatibilidade,
- d) enzimas séricas.

O resultado destes exames constitui prova concludente da determinação, tanto da identidade como da filiação. A isto pode ser somada a nova experiência de recomposição de rostos através do tempo, por meio do computador, como acaba de ser experimentado por um grupo de pesquisadores do Instituto Técnico de Massachussets (M. I. T.)

Um dos casos em que foram aplicadas as técnicas e conhecimentos dos médicos forenses argentinos e norte-americanos, foi o da família Lanoscou.

As Avós da Plaza de Mayo tomaram conhecimento de cinco atestados de óbito, correspondentes a três crianças e seus pais. Pelas datas e local, souberam que correspondiam a Roberto Lanoscou, sua esposa Bárbara de Miranda de Lanoscou e de seus filhos: Roberto, de 5 anos, Bárbara, de 4, e Matilde, de 6 meses de idade. Todos eles procurados infrutiferamente por seus familiares. Os atestados figuravam como N. N., assinados pelo Dr. Roberto Enrique Bettale, oficial Principal Médico da Polícia de Buenos Aires, com data de 5 de setembro de 1976.

Imediatamente as Avós se apresentaram perante o Juiz de Menores de San Isidro, Dr. Juan Carlos Fugareta, que havia liberado um pedido de busca, sem resultado algum e, ante o Dr. Sordelli Carreras, a cargo do Juizado Penal N° 1 de San Isidro. O Dr. Dillon, Juiz-substituto, ordenou a exumação dos cinco cadáveres, a pedido dos avós das crianças, patrocinados pela equipe jurídica das Avós da Plaza de Mayo. Estas solicitaram estarem presentes no ato da exumação, para acompanhar os familiares e porque havia chegado à sede das Avós uma denúncia anônima, no sentido de que um dos menores não estaria morto.

No dia 25 de janeiro de 1984, realizou-se a exumação no Cemitério de Boulogne. Ao abrir-se a sepultura de Matilde, a mais nova, extraiu-se do ataúde uma manta enrolada como se contivesse um bebê e, no seu interior, havia um ursinho rosado, uma chupeta, além de umas meias brancas. Não havia restos humanos que pudessem haver pertencido a um bebê, de aproximadamente 6 meses de idade.

Este parecer foi corroborado também pelo eminente especialista norte-americano, Dr. Clyde Snow, no transcurso da visita a Buenos Aires em junho de 1984, quando foi convidado pela Comissão Nacional como membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência.

Posteriormente, esta Comissão recebeu o testemunho de um ex-colaborador dos Grupos de Tarefas vinculados à Marinha (Pasta N° 6527), de que a pequena Matilde Lanoscou esteve em poder de efetivos dessa arma.

Por razões óbvias, em anos passados, preferiu-se iniciar as pesquisas correspondentes no exterior. Atualmente estão sendo realizadas no Hospital Durand de Buenos Aires, no laboratório dirigido pela Dra. Di Lonardo e a cargo da Secretaria de Saúde Pública da Municipalidade de Buenos Aires.

No ano de 1984, estabeleceu-se um novo contato com a Associação Americana para o Avanço da Ciência que, através das Avós da Plaza de Mayo, entrou em contato com a Comissão Nacional, a qual por sua vez, convidou os membros desta Associação, para um encontro de trabalho, realizado no mês de junho daquele ano.

B. Adolescentes

Ainda não amadureceram, mas já não são crianças. Ainda não tomaram as decisões fundamentais da vida, mas estão começando a traçar seus destinos.

Não sabem muito a respeito dos complexos meandros da política, nem completaram ainda sua formação cultural.

Sua sensibilidade o guia. Não se resignam diante das imperfeições do mundo que herdaram dos seus antepassados.

Em alguns, flameja o ideal, incipiente repúdio da injustiça e da hipocrisia que às vezes amaldiçoaram em forma tão enfática como ingênua. Talvez porque operem em seus próprios corpos vertiginosas mudanças, temem o que se apresenta como imutável.

Quase 250 moças e rapazes, entre 13 e 18 anos de idade, desapareceram, seqüestrados em seus lares, na rua ou na saída das escolas. Basta olhar o mural que a CONADEP preparou com as fotos dos adolescentes desaparecidos, no programa NUNCA MAS, para que esse por quê não tenha resposta.

Finalmente, foram muitos os adolescentes desaparecidos como consequência da repressão exercida contra seus pais.

Os mais novos

Eram uruguaios que há algum tempo moravam em nosso País. O pai, Nelson, havia sido detido e estava à disposição do Poder Executivo Nacional. A mãe, Lourdes, havia sido seqüestrada na rua por um grupo de homens armados e à paisana. As quatro crianças Hernández Hobbas ficaram com os únicos amigos que tinham no País. Beatriz Hernández Hobbas (16 anos), a mais velha, foi seqüestrada em uma confeitaria de Munro. Foi levada viva, e nada mais se soube dela. Washington Fernando Hernández Hobbas (Pasta N° 6263), de 13 anos, logo após o seqüestro de sua mãe e de sua irmã mais velha, ficou com outra família. Essa sua nova casa também foi invadida no dia 6 de julho de 1977.

Parecia um “jardim de infância”, pois havia oito crianças de três famílias que tiveram sorte igual à de Washington Fernando Hernández Hobbas, todos menores de 13 anos. Três mulheres cuidavam deles. Aproximadamente às 17 horas irrompeu na casa, um grupo de homens à paisana, fortemente armados, e após inspecionar tudo, levaram as três mulheres e Washington Fernando, que aparentava ser o maior (Pasta N° 768).

Fernando foi visto em mais duas oportunidades; em ambas foi posto como isca para capturar outras pessoas. Era usado para denunciar as possíveis casas onde seus pais se reuniam com os amigos ou para que seus amigos fossem buscá-lo, caindo estes em uma emboscada. Até hoje não se sabe seu paradeiro; continua detido-desaparecido.

Mónica Graciela Santucho (Pasta N° 1596), tinha 14 anos quando foi seqüestrada. Em 3 de dezembro de 1976, aproximadamente às 17h30min, produziu-se um confronto com o Exército, na residência situada na rua 138, bis e 526, de Melchor Romero, La Plata. Mónica Graciela saiu de sua residência, na mão de duas

criaturas, pedindo que não disparassem. Em seguida foi agarrada, encapuzada e introduzida em um Fiat 600, branco, conduzido por pessoas à paisana, fortemente armadas. Testemunhas libertadas afirmam tê-la visto no C. C. D. denominado Arana. Ainda permanece desaparecida.

A família Avellaneda morava no Bairro de Munro. Em 15 de abril de 1976 sua residência foi invadida. Procuravam o chefe da família. Como não estava, decidiram levar sua mulher e o filho, Floreal Edgardo Avellaneda (Pasta N° 1639), que então tinha 14 anos, como reféns. Fizeram com que se vestissem para sair da casa.

“Levaram-me junto com meu filho para a rua. Segurava-o com a mão. Em dado momento nos disseram que devíamos pôr as mãos no teto de um carro. Foi a última vez que o vi, olhando-me enquanto colocavam a venda em meus olhos”.

Conta sua mãe, no testemunho remetido à Justiça. Fizeram-nos subir no carro, ambos vendados.

“Meu filho apertou-me as mãos, como para me dar ânimo. Ficamos em silêncio”.

Estiveram detidos na Delegacia de Villa Martelli por longo período. Ali foram torturados.

“Longo tempo estive ouvindo música e os gritos de dor de meu filho. E depois, de novo, o silêncio aterrador”.

Mataram Floreal. Ainda não ficou esclarecido como e nem quando. Por notícias em jornais, cujo título era “Cadáveres no Uruguai”, a família tomou conhecimento disso. Um dos oito corpos encontrados no Rio da Prata, na margem uruguaia, pertencia a Floreal Edgardo Avellaneda. As fotografias tomadas pela polícia são arrepiantes.

“Meu filho aparece com suas mãos e pernas atadas, desnucado e com sinais de graves torturas”.

Uma carta à CONADEP (Pasta N° 3338)

“Srs. Comissão Nacional sobre os Desaparecidos”
Cidaed Alberdi, Tucumán, 29 de fevereiro de 1984.

Comissão Nacional:

A que subscreve, Olga Cecanti de Nughes, maior de idade, DI N° 8.755.712, residente em Alberdi, Província de Tucumán, dirige-se a V.Sas. a fim de solicitar informação de seu neto, Juan Angel Nughes, que contava 14 anos no dia em que foi seqüestrado, ao sair da Escola Agrotécnica desta localidade.

Isto ocorreu no dia 11 de agosto de 1976, diante do olhar impávido dos professores, que nada puderam fazer frente a um grupo de indivíduos que o obrigaram a subir em um carro, sem saber-se, até a presente data, nada concreto sobre ele. Fiz todo tipo de gestões, tanto oficiais quanto extra-oficiais, sem obter qualquer informação satisfatória.

Rogo-lhes, Senhores, responder a este pedido, pois às vezes acho que perco as forças e temo não poder seguir nesta busca. Antes de finalizar, permitam-me desejar-lhes êxito em suas funções e pedir-lhes, uma vez mais, uma breve resposta.

Atenciosamente,

Olga Cecilia Cecanti de Nughes”

Esperavam um filho

Entre a grande quantidade de adolescentes que foram seqüestradas, seis estavam grávidas.

Alicia Elena Alfonsín de Cabandie (Pasta Nº 3749) tinha 16 anos, morava na casa dos sogros, em Entre Ríos, sua cidade natal, quando foi seqüestrada. Por um aviso do jornal decidem, junto com Damián, ir à Capital Federal subalugar uma peça. Em 23 de novembro de 1977, às 18 horas, quando regressava da mercearia, 10 homens à paisana, armados, dirigiram-se resolutamente para ela e a detiveram. O porteiro pôde ver como Alicia era introduzida a golpes em um caminhão, que tinha a legenda “Substâncias alimentícias”. Alicia estava no 7º mês de gravidez.

Ana María Marti e Sara S. de Osatinsky (Pasta Nº 4344 e Pasta 4442) puderam vê-la na Escola Superior de Mecânica da Armada, poucos dias depois do Natal de 1977. Foi conduzida a uma salinha para grávidas. Ali pôde contar-lhes que havia estado em “El Banco”, junto com seu marido, Damián Cabandie, e que uma pessoa que disse ser Coronel lhe prometeu que seria conduzida a um lugar para dar à luz e que, uma vez que tivesse a criança, ia se reunir com seu marido e o bebê em um “Centro de Recuperação”, onde cumpriria sua condenação.

De acordo com o deposto na mencionada pasta, Alicia chegou à E. S. M. A. com os cabelos quase raspados. Compartilhou a peça com outras grávidas e presenciou a separação de cada uma delas de seus bebês, pensando que sua sorte seria diferente. Poucos dias antes de dar à luz, Alicia teve uma entrevista com o Major Minicucci, chefe do C. C. D. “El Banco”, que lhe disse que seria separada de seu filho. Ela alegou sua conversação com o “Coronel”, mas foi em vão.

Alicia voltou a sua cela desconsolada, consciente de que o que havia visto com as outras grávidas também estava reservado para ela.

Teve um menino, entre fevereiro e março de 1978. O médico que a assistiu no parto foi o Dr. Jorge Luis Magnacco. O bebê permaneceu com ela durante 15 dias. Momentos antes da separação, o Subdelegado Héctor Favre perguntou-lhe se queria enviar uma carta a seus familiares para avisar-lhes que estava detida e pedir-lhes que se ocupassem da criança.

Alicia escreveu a carta e a deixou junto com o bebê. Durante a noite o menino foi retirado por um suboficial, conhecido pelo apelido de Pedro Bolita.

Ninguém soube mais nada de Alicia, seu bebê, nem de Damián, seu marido.

A Comissão tem recebido outras denúncias de adolescentes grávidas que ainda permanecem detidas-desaparecidas. São elas: Laura Beatriz Segarra, com 18 anos de idade, grávida de 8 meses; Inés Beatriz Ortega de Fossati, que deu à luz na 5ª Delegacia de Polícia de La Plata; Nidia Beatriz Muñoz, 18 anos de idade, 4 meses de gestação; (além disso, segundo testemunho de vizinhos, um grupo de pessoas, um dia após o seqüestro, levou, em um caminhão do Exército, os móveis, roupas, e demais objetos de Nidia e Luis Ramón, seu companheiro); Noemí Josefina Jansenson de Arcuschin, 18 anos de idade, três meses de gravidez.

Nada se soube sobre o paradeiro destas pessoas, nem dos seres que estavam.

Don Pedro Kreplak era viúvo e pai de três filhos. Em 9 de julho de 1977 seu domicílio é invadido. Procuram seu filho mais velho, Gabriel, o qual não morava com o pai, e este nada sabia sobre seu paradeiro.

Nesse 9 de julho também não estava José Ariel. Então levaram Pedro Kreplak e seu filho menor, Ernesto. O pai foi torturado com choques elétricos para que denunciasse onde estava José Ariel. Ao dizer-lhes que estava na casa de sua avó, foram buscá-lo e, até o dia de hoje, permanece detido-desaparecido. José Ariel Kreplak (Pasta Nº 1661) tinha nesse momento 16 anos. Seu pai e irmão foram levados como reféns e Pedro Kreplak foi torturado para que denunciasse Gabriel, seu filho mais velho.

“Nós consideramos seus filhos como subversivos”, disse o Capitão Ferrone, “porque depois de cada ‘guitarreada’ saíam para pintar paredes”. Essa foi a resposta que obteve Melchor Cáceres, quando foi buscar seus filhos, os gêmeos Amado Nelson e Arnaldo Darío Cáceres no batalhão “Viejo Bueno”, em Monte Chingolo (B. A.) (Pasta Nº 5288). Os gêmeos eram dois meninos de 17 anos que se dedicavam à música, tinham um conjunto moderno. Em 23 de fevereiro de 1978, um grupo de pessoas à paisana, com colete à prova de balas, irrompeu no domicílio dos Cáceres, perguntando pelos gêmeos. Disseram pertencer ao “Exército de Monte Chingolo”. Roubaram tudo que pertencia aos rapazes: violões, amplificadores, microfones, toca-discos, etc. “Arnaldo Darío foi ‘rapado’ no ato, acredito que para reconhecê-los”.

“Um mês após o seqüestro, apareceu outro grupo perguntando pelos gêmeos e, como não estavam, porque já os tinham levado, levaram-me”. Melchor Cáceres esteve detido durante 30 horas. Ainda procura os gêmeos.

María Pabla Cáceres (Pasta Nº 1850) tinha 17 anos, estudava no colégio secundário e trabalhava em uma fábrica metalúrgica. Era casada com Fernando Simonetti. Em 16 de fevereiro de 1976, à 1h30min, um grupo de homens armados entrou na casa dos pais de María Pabla, onde morava o casal. Foram interrogados e espancados, em seguida amarraram-lhes os pés e as mãos, vendaram-lhes os olhos e, quase nus, levaram-nos a lugar desconhecido. Três dias depois Fernando foi deixado em liberdade, muito machucado. Contou que, no lugar onde estavam detidos, os presos eram reconhecidos por números. Ele era o Nº B20 e María Pabla, o Nº 21. Mónica, uma libertada, testemunha que esteve com Fernando e María Pabla, no C. C. D. denominado “O Atlético”.

María Pabla Cáceres de Simonetti ainda permanece detida-desaparecida.

Benedicto Víctor Maisano (18 anos Pasta Nº 4810) foi ao estádio do River

Plate para ver uma partida entre Boca Juniors e Unión, na noite de 4 de agosto de 1976. Durante a partida, umas oito pessoas à paisana chegaram à sua casa, fortemente armadas, para buscá-lo. Como não estava, decidiram esperá-lo.

“Benedicto chegou muito tarde. Era 1h30min do dia 05.8.76. Saí antes que chegasse e lhe disse: a polícia anda te procurando”.

O rapaz entrou na casa, pois nada tinha a ocultar, e foi detido sem qualquer resistência. Trocou de roupa, comeu alguma coisa e, quando saiu para a rua com seus seqüestradores, estes notam que haviam deixado as luzes do Falcón acesas, e que havia acabado a bateria.

“Meu filho e eu empurramos o carro até que este arrancou. A partir desse momento perdi todo rastro do meu filho. Esgotei todos os meios legais e contatos pessoais, entre os quais tive duas entrevistas com Monsenhor Graselli. Na segunda entrevista ele me desconsolou muito, contando-me como eram tratados os prisioneiros, o que me fez pensar que ele estava a par de tudo”.

Estudantes secundários

A família Román, de origem costa-riquenha, há bastante tempo morava na cidade de Córdoba. Claudio Luis Román Méndez (Pasta Nº 7615) tinha 16 anos e cursava o quarto ano no Colégio Secundário Manuel Belgrano, da cidade de Córdoba. Era representante do seu curso, eleito por seus companheiros.

Às 3 da madrugada do dia 27 de julho de 1976, 10 homens ameaçaram derubar a porta de sua casa, se esta não fosse aberta. Ao pedir-lhes que se identificassem, mostraram suas armas, dizendo: “Esta é nossa identificação”. Levaram Claudio Luis. “Não se preocupe, senhora, que não vai acontecer nada com seu filho. Dentro de três ou quatro dias ele estará de volta”.

Foi longo e penoso o caminho para encontrar Claudio. No dia 13 de agosto os jornais de Córdoba transmitem um comunicado do Exército informando que Claudio Luis Román, junto com outro jovem, havia morrido num confronto com as forças do Exército.

Somente no dia 14 de agosto de 1976, depois de longos trâmites, entregam o corpo de Claudio na morgue do Hospital de Córdoba. Ali seus pais “pediram aos encarregados que lhes fosse permitido ver o cadáver, para reconhecê-lo, mas lhes responderam que deviam esperar um pouco, para dar-lhes tempo de acomodar os inúmeros corpos de jovens que jaziam empilhados no chão por falta de lugar. De um dos montes, tiraram o corpo de Claudio, aconselhando-lhes que tratassem, dentro do possível, de não vê-lo. O quadro que ali se apresentou era aterrador: todo o corpo estava lacerado. O rapaz apresentava horríveis sinais de torturas, que praticamente o haviam destroçado”.

A noite de 16 de setembro de 1976 é tristemente recordada, em La Plata, como a “Noche de los lápices”.

Nessa noite foram seqüestrados por Forças de Segurança, de seus respectivos domicílios, e continuam até hoje desaparecidos: Horacio Angel Ungaro (Pasta N° 4205), Daniel Alberto Rasero (Pasta N° 4205), Francisco López Muntaner (Pasta N° 5479), María Claudia Falcone (Pasta N° 2800), Víctor Treviño (Pasta N° 4018), Claudio De Acha (Pasta N° 148), María Clara Ciocchini (Pasta N° 1178). Faziam parte de um grupo de 16 jovens, entre 14 e 18 anos de idade, que havia tomado parte em uma campanha “pró passagem escolar”.

Cada um deles foi arrancado de seu lar. A polícia da Pcia. de Bs. As. preparou uma operação de correção para os que haviam participado nesta campanha, considerada pelas FFAA como “subversão nas escolas”. Três dos jovens foram libertados.

De acordo com as investigações realizadas por esta Comissão, e testemunhas, os adolescentes seqüestrados teriam sido eliminados depois de padecerem tormentos em diferentes Centros Clandestinos de Detenção, entre os quais: Arana, Pozo de Bánfield, Pozo de Quilmes, Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires e as Delegacias 5ª, 8ª e 9ª de La Plata, e 3ª de Valentín Alsina, em Lanús, e o Polígono de Tiro da Chefatura da Província de Buenos Aires.

Pablo Díaz (Pasta N° 4018), segundo seu depoimento, pôde ver ainda com vida, no dia 22 de setembro de 1976, Víctor Treviño, no Centro Clandestino de Detenção Arana, e María Claudia Falcone, pela última vez, depois de compartilhar com ela vários meses de cativeiro, no dia 28 de dezembro do mesmo ano, em Bánfield. Também viu, nesse mesmo centro, Claudio de Acha, e um rapaz de apelido “Colorado”; todos eles estudantes secundários vinculados entre si, bem como várias outras pessoas, entre elas três mulheres grávidas, que deram à luz, no local.

Em Bahía Blanca também estiveram grupos de estudantes secundários seqüestrados. Alicia Mabel Partnoy, em seu depoimento (Pasta N° 2266), nos conta:

“Quando cheguei a ‘La Escuelita’ (Centro clandestino de Detenção), encontrei aproximadamente uma dúzia de jovens de 17 anos, todos alunos da Escuela Nacional de Educación Técnica N° 1, de Bahía Blanca. Tinham sido seqüestrados de suas casas na presença de seus pais, na segunda metade de dezembro de 1976. Alguns chegaram a ficar aí por um mês, sendo duramente espancados e obrigados a permanecer jogados no chão, com as mãos atadas nas costas. Pelo menos dois deles foram torturados com choques elétricos. Posteriormente foram libertados. O motivo de seus seqüestros foi um incidente que tiveram com um professor (militar da Marinha). Com o término das aulas, havia um clima de alegria na escola; o citado professor reclamou pelo barulho e os alunos não se submeteram às suas ordens. Por esse motivo, foram expulsos da escola. Os pais dos alunos protestaram perante as autoridades militares, pedindo a reintegração dos estudantes. As autoridades “advertiram” que finalizassem com seus pedidos “ou se arrependeriam”. Dias depois, grupos de encapuzados, fortemente armados, seqüestraram os estudantes de seus domicílios”.

A recordação dos libertados

Pablo A. D. esteve em Arana e nos Pozos de Quilmes e Bánfield. Seu depoi-

mento nos fala da dureza da repressão para com os adolescentes e do castigo que sofreram os secundaristas que quiseram reivindicar os seus direitos. Pablo A. D. (Pasta N° 4018) e outros sofreram na própria carne.

“Tanto em Arana como em Bánfield, fui torturado. Em Arana me deram choques elétricos na boca, gengivas e genitais. Inclusive com uma pinça me arrancaram uma unha do pé. Em Bánfield, não me deram choques, mas fui surrado com paus e espetado com agulhas. Era comum passar vários dias sem comer. Estive atado durante longo tempo com uma corda no pescoço”.

F. E. V. C. (Pasta N° 4831) tinha 14 anos quando foi seqüestrada de sua casa. Foi no mesmo dia em que havia sido operada do nariz, em um hospital de Córdoba. Levaram-na junto com sua irmã ao C. C. D. La Ribera.

“Chegada a noite, acercou-se um dos guardas que me ameaçou com uma arma, começando a tirar-me a roupa e a bolinar-me. Nesse momento me encontrava amarrada de pés e mãos. Por causa da operação, não podia respirar pelo nariz, somente pela boca. O guarda colocou então seu pênis em minha boca. Comecei a gritar e todos se despertaram, o que o obrigou a deixar-me e a me vestir. Nesse momento chegou outro guarda, perguntando o que passava, ao que ele respondeu que eu era perigosa, porque havia colocado bombas e distribuído panfletos”.

A recordação de um pai

Enrique Fernández Meijide revive assim o desaparecimento de seu filho Pablo (Pasta N° 4807):

“...Levaram de minha casa meu filho que, aos 17 anos, estava em plena adolescência. Além da perda do objeto do meu amor, da raiva pela possibilidade de seu mal-estar físico ou psíquico, do temor por seu futuro, havia a frustração pela tarefa (sua formação) não concluída (...) Eu era (me sentia) responsável por ele, que ainda não tinha autonomia. Todo mundo sabe que, até para movimentar-se livremente dentro do País, um adolescente precisa de uma autorização por escrito de seu pai e que a saída para o estrangeiro sem autorização paterna é impensável. O espanto de seus irmãos, que não podiam entender a destruição violenta da minha onipotência, de minha incapacidade para conservar o tesouro familiar, me confrontava com o vazio. Com minha própria miséria. Não é um pesadelo. Cada dia me demonstra que sigo vivendo...”

C. A família como vítima

A metodologia do desaparecimento das pessoas atinge de maneira especial a estrutura e a estabilidade do núcleo familiar do desaparecido. O seqüestro, executado geralmente na presença de familiares e/ou achegados, a angustiante peregrinação em busca de notícias pelas repartições públicas, juizados, delegacias, quartéis; a esperança de receber algum dado; o fantasma de uma dor que não pode

chegar a se concretizar são fatores que desestabilizam o grupo familiar, como um todo, e na personalidade de cada um de seus membros. Por trás de cada desaparecimento há, às vezes, uma família destruída, outras vezes uma família desmembrada, e sempre há um núcleo familiar afetado no mais íntimo e essencial: o direito à privacidade, à segurança de seus membros, ao respeito das relações afetivas profundas que são sua razão de ser.

Esta agressão ao núcleo familiar reveste-se de extrema gravidade. Entretanto, é apenas uma parte do problema. Ao ser instrumentada a metodologia do desaparecimento de pessoas, a agressão ao núcleo familiar foi muito mais longe e alcançou formas cruéis e desumanas.

Há evidência de que, em numerosos casos, se usaram como reféns familiares de pessoas procuradas e que, às vezes, a suposta responsabilidade da pessoa buscada recaiu com raiva sobre sua família, através de roubos, violências físicas, e ainda desaparecimentos; e que outras vezes a tortura foi compartilhada e/ou presenciada por membros da família do suspeito. Ter na família um presumível subversivo foi motivo mais que suficiente para receber um castigo grupal ou individual; um gesto de solidariedade, mínimo que fosse, foi causa de tortura, sofrimentos e ainda de desaparecimento.

Os familiares — Reféns

Uma prática freqüente do sistema repressivo consistiu em apreender um ou vários membros da família da pessoa procurada, com o objetivo de obter informação sobre seu paradeiro, através de ameaças e violências, e/ou com o objetivo que se apresentasse ou se entregasse.

Foi assim que irmãos, pais, mães e até avós foram detidos ilegalmente, violentados e, às vezes, desaparecidos devido à procura de algum parente suspeito.

O depoimento de Francisco José Elena (Pasta N° 4212) é bastante eloqüente. No dia 22 de novembro de 1976, encontrava-se na rodoviária de Córdoba em companhia de duas pessoas com as quais havia tratado um trabalho na sua condição de colocador de azulejos. No momento de dirigir-se para a plataforma de saída, foram detidos por pessoal em roupa de combate do Exército, que os levou em um caminhão ao Campo de La Ribera:

“Quando me perguntaram como a minha família era composta, e eu lhes falei de minha filha mais velha, Rosario, me disseram: ‘então essa é tua filha? É casada?’ Ao que respondi: sim, com Roberto Nájera... Ao que o interrogador retrucou: ‘esse é teu genro? você não sai daqui até que os agarremos’... Pedi para falar com o interrogador, que me perguntou o que eu queria; então lhe disse que queria saber quando iam me soltar, ele me disse que quando pegasse meu genro e minha filha. Disse-lhes que eles faziam parte de outra família, que eram donos dos seus atos, que eu não podia interferir de forma alguma, que além disso eles eram dirigentes sindicais e não guerrilheiros, nem subversivos, e que também minha prisão era injustificada; então me disse que eu tivesse paciência, que os agarrariam e que então me poriam em liberdade; ao que respondi: quer dizer que, se não os prenderem, nunca poderei sair daqui? E me respondeu: ‘são coisas deles!’ Deu meia volta e se foi”.

A detenção ilegal do Sr. Elena durou cerca de um mês, durante o qual padeceu ameaças, maus tratos e foi testemunha de excessos repressivos.

A violência sobre o grupo familiar chega a limites extremos no caso do casal Candela (Pasta N° 5003). No dia 24 de março de 1976, à noite, oito pessoas armadas penetraram na residência da família Candela. Procuravam Adela Esther Candela de Lanzilotti e seu marido, Osvaldo Daniel Lanzilotti. Como não os encontraram, levaram a força os pais de Adela: María Angélica Albornoz de Candela, de 53 anos, e Enrique Jorge Candela, Suboficial reformado da Aeronáutica, de 49 anos, donos da casa. Informados de que o casal Lanzilotti pernoitava na casa da avó paterna de Adela, dirigiram-se para lá e ameaçaram matar seu filho e a sua nora se não entregassem a neta. Nesse meio tempo, o casal Lanzilotti fugiu do local e o pessoal armado retirou-se, carecendo-se desde então de notícias do casal Candela.

Outro caso comovedor pela índole dos sentimentos postos em jogo, é o protagonizado pela família Kreplak (Pasta N° 1661). Em 9 de julho de 1977, várias pessoas armadas e à paisana arrasaram seu domicílio buscando Gabriel Eduardo Kreplak, que não se encontrava ali. Depois de revirarem a casa, seqüestraram o Sr. Kreplak e seu filho Ernesto Carlos, conduzindo-os a um lugar que pensam ser Campo de Mayo. A denúncia formulada por Gabriel continua assim:

“Durante esse dia meu pai foi submetido a um interrogatório com choques elétricos, na presença de meu irmão Ernesto Carlos. Todas as perguntas eram no sentido de saber sobre meu paradeiro, que meu pai desconhecia completamente. Ao comprovarem isto, as perguntas se orientaram então para o paradeiro de meu irmão José Ariel, que nesse momento estava, casualmente, pernoitando na casa de minha avó paterna, Sara Lis de Kreplak, em Villa Devoto, Capital. Isto foi o que disse meu pai aos seqüestradores. No mesmo dia, às 11h30min da manhã, sete indivíduos civis, armados com metralhadoras automáticas, irrompem na casa de minha avó, e em sua presença levam José Ariel sob mira de revólver; introduzem-no na parte de trás de uma camioneta coberta com um pano verde... Essa tarde foram libertados meu pai e meu irmão mais novo, ficando seqüestrado meu irmão José Ariel”.

Durante um tempo, a família Kreplak recebeu intimações para que o jovem Gabriel se apresentasse. A comunicação foi cortada e nunca mais se soube de José Ariel.

O total desprezo que os protagonistas da violência repressiva sentiram pelo direito à privacidade do núcleo familiar, e com respeito às relações afetivas que o constituem, evidencia-se no caso da família Casabona:

“Eram 17 hs do dia 7 de março de 1977 quando eu estava em meu gabinete terminando um trabalho para a escola E. N. E. T. N° 1 de Quilmes, Gral. Enrique Mosconi, de onde era Diretor; minha senhora estava na cozinha preparando um lanche, e meu filho mais velho estava em seu quarto, no primeiro andar, ocupado com seus assuntos de música, quando de repente irromperam pelo jardim da casa, saltando a cerca, uns indivíduos portando armas de grosso calibre que consegui ver por trás da cortina da janela em frente à minha mesa de trabalho. Quando decidi sair e abri a porta para saber o que se passava, fui atropelado por um indivíduo armado, com

aspecto de perverso; sob mira de revólver, fui obrigado a me colocar de joelhos com as mãos na nuca. Nesta situação, perguntou-me quem era Carlos Casabona. Enquanto isto ocorria, percebi que outros indivíduos se movimentavam pela casa, quando me ocorreu de gritar para que tivessem cuidado com minha mulher. A pergunta: quem era Carlos Casabona, repetiu-se várias vezes, acompanhada cada vez de um golpe de arma na nuca; mas, como meu filho menor e eu nos chamamos Carlos, pela insistência deduzi que era a ele que buscavam. Tanto minha mulher como eu continuamos sendo ameaçados pelas armas; fomos ao primeiro andar, ao quarto onde estava meu filho maior. Ali ficamos vigiados num verdadeiro cativeiro, sempre apontando-nos com armas e proferindo ameaças. Enquanto isso, os outros se ocupavam em revistar a casa, esvaziando móveis e jogando no chão roupas, livros e objetos vários, desmontando equipamentos eletrônicos e escavando a terra do jardim no fundo da casa; em outras palavras, revirando e desordenando por todos os lados. Quando chegou meu filho Carlos, que havia ido à Faculdade de Engenharia de La Plata, onde era aluno, para saber das datas dos exames, segundo ele eram 17h30, surpreendeu-se ao ver toda a casa aberta e, ao entrar, foi posto sob mira de revólver e obrigado a deitar no living, de cara ao chão. Como há pouco tempo havia prestado o serviço militar, pôde observar, de sua posição, que as únicas prendas do tipo militar que os sinistros assaltantes de minha casa usavam eram coturnos, pois a vestimenta era diversificada em gorros tricotados de lã, jaquetas, camisas e blusas de gola rolê, amarrados à cintura com calças comuns, tudo isso sem nenhum estilo de corte militar ou policial. A revista deu-se por terminada quando dois desses indivíduos entraram no quarto ao lado onde estavam minha mulher e meu filho mais velho, que era o quarto de meu filho Carlos, e começaram a jogar no centro do mesmo todos os seus objetos pessoais, até que disseram: "aqui está!". Depois comprovamos que era uma agenda, que oportunamente havia remetido de Río Gallegos, onde prestou seu serviço militar, e onde havia escrito seu 'diário de soldado'. De onde estávamos, minha senhora pôde notar a entrada de uma camionete, no jardim da casa, onde carregaram meu filho Carlos, vendado, com as mãos amarradas nas costas. Imediatamente se retiraram, não sem antes nos advertir que qualquer movimento nos próximos cinco minutos nos custaria a vida... Meu filho apareceu em casa depois de quatro dias de horrível cativeiro, no qual estive a ponto de perder a vida, sendo conduzido encapuzado e atado até as imediações de minha residência. "Este é o relato do ignominioso fato ocorrido, cujas razões até hoje ignoro, que avasalou a dignidade de minha família e gerou problemas de saúde física e mental em minha esposa, hoje falecida, tendo-se agravado nela uma enfermidade que mais tarde seria o motivo de sua morte; quanto a mim, conceituado como corretíssimo profissional e excelente Diretor de um importante estabelecimento educacional do Estado, recebi um impacto emocional que provocou o agravamento de lesão em meu coração, de que ainda padeço, além de um dano moral do qual jamais me recuperei e, finalmente, os prejuízos causados a meu filho Carlos, que ficou seriamente afetado em sua saúde mental tendo, com isso, de interromper sua carreira universitária" (Juan Carlos Casabona. Pasta N° 2787).

Famílias desaparecidas

O ímpeto repressivo excedeu o uso de familiares e reféns e o desprezo total para com os valores do núcleo familiar. Constam, nesta Comissão, denúncias que testemunham o desaparecimento de famílias inteiras, sem que existam indícios

certos dos motivos — por tortuosos que sejam — que possam haver influído em tais fatos. Consideramos importante referir-mo-nos “in extenso” a três casos paradigmáticos: caso Rondoletto (Pasta N° 2196):

“Em 2 de novembro de 1976, por volta das 14 h, apresentou-se na residência de San Lorenzo 1666, San Miguel de Tucumán, um grupo de homens, alguns encapuzados; depois de bloquear o quarteirão e interromper o tráfego, e de permanecerem mais de uma hora na casa, levaram da mesma os cinco membros da família Rondoletto, com destino desconhecido. As pessoas seqüestradas são: Pedro Rondolero, María Cenador do Rondoletto, Silvia Margarita Rondoletto, Jorge Osvaldo Rondoletto e Azucena Ricarda Bermejo de Rondoletto. O seqüestro realizou-se no momento em que todas as pessoas anteriormente citadas encontravam-se em suas respectivas casas e Pedro Rondoletto trabalhando no jornal, situado em frente à residência. Encontrava-se ele com seu sócio e outros empregados do jornal. Os cinco foram levados com os olhos vendados e as cabeças cobertas com sacos. Os pais foram colocados em uma rural e os jovens em um carro preto (segundo os vizinhos). Antes de partir, um homem disse ao sócio que tirasse, em 24 horas, todas as máquinas do jornal, caso contrário, seria colocada uma bomba. Nesse mesmo dia fez-se a denúncia na 8ª Delegacia, e o pai de Azucena solicitou uma audiência com o então Governador da Província, General Bussi, através do contabilista Elías, ministro de Bussi, e que era amigo e tinha relações comerciais, tanto com a família Bermejo como com a família Rondoletto. Essa entrevista nunca aconteceu. Posteriormente, apresentaram-se Habeas-corpus; alguns foram rejeitados e outros negados. Também foram feitas gestões através de terceiros, junto ao então Presidente General Videla, com o mesmo resultado dos Habeas-corpus. Segundo a vizinhança, nos dias seguintes produziu-se o saque da casa de baixo. Haviam deixado uma espécie de “guarda” (uma vizinha, que não sabia do ocorrido, foi atendida por esta pessoa quando foi visitar a casa). Tempo depois, o carro de Pedro Rondoletto foi roubado; e existem versões de que o carro de Jorge Rondoletto, que estava em uma oficina, também foi retirado dali por pessoas que se identificaram como sendo do Serviço de Inteligência do Exército. Os furtos foram acontecendo com o passar do tempo e, apesar de sempre serem colocadas correntes no portão da entrada, este era sempre violado”.

Silvia Beatriz Gallina foi seqüestrada em 12 de novembro de 1976, em sua residência, segundo informaram vizinhos de seu pai, o Dr. Eugênio Félix Gallina. Na operação, ademais, levaram-se numerosos objetos de valor.

“O Dr. Gallina iniciou enérgicas gestões para averiguar o paradeiro de sua filha; ingressou com um processo por privação ilegítima da liberdade perante a Justiça. O magistrado interveniente levou adiante a investigação, determinando que a ‘operação’ havia sido executada pelo Exército. Simultaneamente, o Dr. Gallina apresentou recurso de Habeas-corpus perante a Justiça Federal, assinalando os presumíveis responsáveis pela detenção” (Testemunho de Susana Mónica Gallina, Pasta N° 7401).

Em 24 de fevereiro de 1977, o Dr. Eugenio Gallina, de 65 anos de idade, foi detido em sua residência, junto com seu filho Mario Alfredo, de 21 anos. Destruí-

ram boa parte da mobília, roubaram seu carro e vários objetos. Nesse mesmo dia, quando se dirigiam para seus respectivos trabalhos, foram seqüestrados Eugenio Daniel Gallina e sua esposa, Marta Rey de Gallina. Nenhum dos cinco membros da família reapareceu mais. Não ficou ninguém para levar adiante o processo onde se documentava a responsabilidade do Exército na detenção de Silvia Beatriz (Pasta N° 7400, 7401, 7398 e 7399).

A família Coldman, bastante conhecida em Córdoba, sofreu em uma só operação o desaparecimento de três de seus quatro integrantes:

“Na madrugada de 21 de setembro de 1976, foram arrancados violentamente de seu lar David Coldman, sua mulher e a filha de ambos. O grupo roubou ferramentas de trabalho e outras coisas. Deixaram dormindo apenas o filho mais novo da família, que tinha 11 anos de idade. Ao despertar, somente encontrou desordem por toda a casa, luzes acesas e as portas totalmente abertas” (Testemunho de Perla Wainstein, sobre o desaparecimento de sua irmã, seu cunhado e sua sobrinha — Pasta N° 2250).

“Em 21 de setembro de 1976, às 4 horas da madrugada, pessoal militar com fardeta chegou em três ou quatro carros particulares, sem chapas, entre os quais um Falcon e um Dodge 1500, e assaltou a residência dos Coldman, no bairro Suipacha, de Córdoba. Depois de saquear a casa, levaram presos — ou seja, seqüestrados — David Coldman, sua esposa Eva e sua filha Marina, de 18 anos de idade, deixando somente seu filho mais novo, Rubén, de 11 anos” (Da denúncia por privação ilegítima da liberdade, apresentada perante a Justiça Federal de Córdoba, sobre o caso da família Coldman e outros - Pasta N° 2249).

Detenções conjuntas

Outro aspecto tétrico da repressão aplicada contra o grupo familiar, consistiu em fazê-lo compartilhar o cativo e ainda os vexames e a tortura, durante períodos e condições variados. Em diversos testemunhos denuncia-se a detenção do grupo familiar, da sua permanência em Lugares Clandestinos, e a terrível experiência de ver ou ouvir torturar um ente querido.

“Detiveram meu filho León, em 19 de outubro de 1977, às 20 h. Três horas depois, apresentou-se em minha casa, na Capital Federal, um grupo de doze pessoas, que se identificou como Forças Legais, e nos levaram, a meu esposo e a mim, em dois carros diferentes. Vendaram-nos e depois de andar uma hora entramos em lugar onde nos encarceraram. Ali pude falar com meu filho, quando ia para o banheiro. Estava muito machucado pela tortura e sem roupas, somente de cuecas. Meu marido foi espancado, ficou bastante mal, e nos separaram. Estive nessas condições por oito dias, durante os quais escutei meu filho gritando enquanto o torturavam, apesar da música ensurdecedora.

“Disseram-me que estava livre e que meu filho não estava envolvido em nada; que não fizesse nada porque do contrário iam aparecer dois cadáveres na porta de minha casa. Meu marido apareceu quarenta dias depois, e quando o libertaram voltaram a dizer que nosso filho era inocente. Depois, quatro vezes falamos com León,

pelo telefone; a última vez, no dia 30 de março de 1978. A partir daí não tivemos mais notícias dele" (Testemunho de León Gajnaj - Pasta N° 1328).

"No dia 28 de maio de 1976, às 6 horas da manhã, apresentaram-se em nossa residência de Villa Adelina, Província de Buenos Aires, pessoas à paisana, armadas, que alegaram pertencer à Polícia Federal. Procuravam nosso filho Francisco, mas como não o encontraram, decidiram levar-nos detidos, a minha esposa e a mim. Fomos encapuzados, algemados e levados em diferentes veículos. Minha mulher foi libertada em poucas horas e eu permaneci quatro dias detido na Escola de Mecânica da Armada. Meu filho foi seqüestrado nesse mesmo dia, uma hora e meia depois, em seu local de trabalho. No primeiro dia pude falar com ele duas vezes, e nos três dias seguintes ouvi seus gritos de dor, quando o torturavam". (Francisco Juan Blaton - Pasta N° 264, onde consta a denúncia de seu desaparecimento, apresentada por seu pai).

Pessoas com mais de 55 anos que continuam desaparecidas

Milhares de jovens, centenas de lactentes, crianças e adolescentes desapareceram. As chamadas pessoas da "terceira idade" não estiveram imunes à repressão e tortura. Nosso arquivo registra 150 pessoas com mais de 55 anos de idade que desapareceram a partir de março de 1976. Geralmente foram seqüestradas em suas residências, e muitas vezes cumpriam suas funções de avós. Nem a avançada idade, nem, em muitos casos, o precário estado de saúde das vítimas foram respeitados.

" 'Não se preocupe, senhora, que vamos cuidar bem dele', disseram-me os homens vestidos com fardetas e à paisana, muito armados, que entraram em nossa casa e levaram meu marido. Vieram no dia 28 de agosto de 1976, às 2h30min. Procuravam nossa filha María Cristina, que há quatro anos já não morava conosco. Depois de revistar toda a casa, disseram que levariam meu esposo, por ele ser de mais idade".

Pedro Solís tinha 77 anos. Era aposentado pela Polícia Federal e freqüentemente consultava no Hospital Churruca, pois sofria de arteriosclerose e hipertensão arterial (Pasta N° 776).

"Meu avô se encontrava de cama, convalescendo de um infarto, com prescrição de repouso absoluto. Em 11 de junho de 1976, um grupo de homens fortemente armados entrou em sua residência procurando Víctor, seu filho. Segundo testemunhas do bairro, na operação participaram uns vinte automóveis, alguns deles do Exército. Meu avô, que tinha 60 anos, era atendido por uma enfermeira. Apesar da intervenção desta e do estado de saúde dele, os integrantes do grupo o fizeram levantar e, a golpes, meteram-no em um dos carros, sem permitir que levasse seus indispensáveis remédios. Antes de levá-lo, perguntaram-lhe repetidas vezes o endereço de meu pai, Víctor Rafael Bruschtein. A partir desse momento, não tivemos mais notícias de meu avô. (Dr. Santiago Isaac Bruschtein - Pasta N° 1508).

Nelly Dupuy de Valladares (Pasta N° 3103) tinha 62 anos quando foi presa. Cuidava de seu netinho de um ano e oito meses; o pai do menino, Carlos A. Valla-

dares, estava fora do País e sua nora estava há um ano presa no Chaco. Em 23 de abril de 1977, a Sra. de Valladares e seu netinho Héctor foram seqüestrados em sua residência de San Miguel de Tucumán. A criança foi entregue depois de 48 horas à sua tia, na sede central da Polícia Provincial. Sobre a Sra. de Valladares, nada mais se soube.

Héctor Germán Oesterheld (Pasta N° 143), roteirista, nasceu em 23 de julho de 1919. Praticamente não há maiores detalhes de como foi preso, mas foi visto, segundo diversas pessoas que recuperaram sua liberdade, em Campo de Mayo, “El Vesubio” e “El Sheraton”.

Desapareceu no dia 27 de abril de 1977, aos 59 anos. Eduardo Árias — psicólogo de 38 anos — foi uma das últimas pessoas a vê-lo com vida:

“Em novembro de 1977, fui seqüestrado e permaneci desaparecido até janeiro de 1978. Héctor estava ali há muito tempo. Seu estado era terrível. Permanecemos juntos muito tempo. Um dos momentos mais terríveis foi quando trouxeram seu pequeno neto de cinco anos. Essa criança foi recolhida depois da captura e morte de sua quarta filha e do genro de Héctor e a levaram àquele inferno.

(...) Uma das lembranças mais inesquecíveis que conservo de Héctor refere-se à noite de Ano Novo de 77. Os guardas nos deram permissão de retirar os capuzes e fumar um cigarro. Também nos permitiram conversar por uns cinco minutos. Então Héctor disse que, por ser o mais velho de todos os presos, queria cumprimentar um por um todos os presos que estavam ali. Nunca esquecerei aquele último aperto de mão. Héctor Oesterheld tinha sessenta anos quando aconteceram esses fatos. Seu estado físico era muito, muito deplorável. Ignoro qual possa ter sido sua sorte. Eu fui libertado em janeiro de 1978. Ele permanecia naquele lugar. Nunca mais soube dele”.

Outra situação que fala da crueldade da repressão é a experiência vivida por Elsa Fernández de Sanz (Pasta N° 7227). Tinha 62 anos, e veio do Uruguai porque sua filha Aída estava por dar à luz. Não haviam passado dois dias de sua chegada quando um grupo de pessoas à paisana e armadas invadem sua residência. Ambas foram detidas e continuam desaparecidas até o momento. Testemunhas que se apresentaram nesta Comissão afirmam tê-la visto no chamado “Pozo de Bánfield”, onde foi brutalmente torturada, apesar de sua idade e sua surdez total.

Don Luis Alejandro Lescano (Pasta N° 6552) tinha 64 anos quando foi seqüestrado. De longa militância política no Partido Radical, chegou a ser Deputado. Foi preso na rua, em Santiago del Estero, depois de manter uma entrevista numa confeitaria. Vários dirigentes da Unión Cívica Radical intercederam por ele frente às autoridades competentes, mas foi em vão. Ainda permanece desaparecido.

Gostaríamos de citar, nesta parte do relatório, um grupo de pessoas que, por seu trabalho de busca aos seus familiares, foi vítima de seqüestro e posterior desaparecimento, em uma operação realizada por elementos da ESMA. Os fatos estão relacionados com as reuniões de familiares e amigos na Igreja de Santa Cruz, do bairro de San Cristóbal, Capital Federal. Das 12 pessoas que foram seqüestradas, quatro tinham mais de 50 anos. Trata-se de María Eugenia Ponce de Bianco, 53 anos (Pasta N° 5740); Azucena Villafior de Vincenti — Mãe da Plaza de Mayo —

53 anos; María Esther Ballestrino de Careaga, 59 anos (Pasta N° 1396) e Leonie Duquet, 60 anos (religiosa francesa).

Os que puderam contar sua experiência

Oscar D. (Pasta N° 2943) tinha 65 anos. Em 22 de fevereiro de 1977, um grupo de gente armada, à paisana, irrompeu em seu domicílio procurando seus filhos. "Terão que nos acompanhar à casa de seu filho", disseram-lhe; e para lá foram Oscar e sua esposa Raquel:

"Vimos como fizeram a 'operação' na casa de nosso filho menor (que continua desaparecido). Saquearam toda a casa e a destruíram parcialmente. Depois nos vendaram os olhos e manietaram".

Depois de trocar de veículo, puseram Raquel na parte de trás do mesmo, agachada, e Oscar, encolhido no porta-mala. Quando chegaram ao local de detenção:

"Os calabouços eram de 1,20 por 2,50m, aproximadamente. Minha mulher foi colocada com outras sete detidas e eu, com igual número de presos. Era insuportável o calor e o fedor. Davam-nos uma só comida, que mais parecia bazófia (era a única saída do calabouço durante as 24 horas do dia, 15 minutos apenas)...

"Na madrugada de 3 de março (dez dias depois), 'aparecemos'. Jogaram-me em um matagal a umas 15 quadras da estação de Glew, desfalecido, descalço, coberto com trapos. Meu estado era calamitoso e devo haver estado à beira da morte. Caminhei penosamente até a casa de meu filho mais velho, que morava por ali, e encontrei minha mulher, só na casa, alucinada a ponto de não me reconhecer".

Oscar e Raquel estiveram detidos dez dias. Durante cinco, Oscar foi "picaneado" e surrado, a ponto de desfalecer.

Héctor María Ballent (Pasta N° 1277) havia sido Diretor do Cerimonial do Governo da Província de Buenos Aires. Foi seqüestrado duas vezes. A primeira vez no próprio gabinete do governador Saint Jean, e a segunda, em sua residência. Três pessoas à paisana, um deles, sem dúvida, da polícia, "convidaram-no" para conversar em um automóvel. Vendaram-lhe os olhos, encapuzaram-no, ataram-lhe as mãos e o jogaram em um quarto, dizendo-lhe "aí tem outros amigos".

"No segundo dia, estando jogado no chão e sem as mínimas condições de higiene, alimentação e abrigo, chega ao lugar um oficial com o nome de guerra "Roma", me levam, me levam e me despem, procedendo a aplicações de 'picana' elétrica por uma hora".

O Sr. Ballent esteve seqüestrado-desaparecido no Lugar de Reunião de Detidos, chamado COT I Martínez, de 17 de maio a 13 ou 14 de julho de 1977. Seu

testemunho é bastante claro e amplo sobre o inferno que foi viver dois meses neste e noutros L. R. D.

Algumas reflexões finais

É muito difícil, no marco de uma luta contra a subversão, encontrar uma razão plausível para a detenção e tortura de pessoas de idades como as citadas. A maioria dessas pessoas foi levada na qualidade de refém. Procuravam seus filhos, e eles podiam ser a pista mais útil para encontrá-los. Foram seqüestrados, roubados, torturados, feitos desaparecer, em muitos casos, com a intenção de obrigá-los a delatar seus filhos.

Em outros casos, foram seqüestrados porque não se amedrontaram diante da política de terror que a ditadura militar queria impor; ao contrário, lutaram para encontrar seus filhos com vida.

D. A repressão não respeitou inválidos nem deficientes

No começo da primavera, na cidade de Córdoba, madrugada de 21 de setembro de 1976, um grupo de pessoas à paisana, fortemente armado, assalta uma residência da rua Lagrange N° 3460, no bairro de Villa Belgrano. Apesar da repetição dos fatos, neste caso existe uma diferença. Depois de penetrar na residência pelo teto, levam Mónica Protti de Guillén (Pasta N° 2252) e seu marido Enrique Guillén (Pasta N° 2253), este último aleijado de uma perna.

Sob qualquer ponto de vista, uma operação de seqüestro de pessoas significa um estado de extrema impotência. A impunidade, a desmesurada desproporção das forças empregadas, a "noturnidade" e clandestinidade das operações, a demonstração de estar atuando no exercício de alguma autoridade pública e a grande violência exercida convertem qualquer "chupada" em um furacão agressivo, impossível de conter.

Que dizer, então, quando se trata de deficientes físicos? Existiu alguma diferença no tratamento sofrido pelas pessoas incapacitadas?

O casal Guillén foi visto no C. C. D. La Perla, cruelmente torturado. Enquanto seus pais os procuravam afanosamente, realizando inúmeras gestões perante órgãos nacionais e internacionais, oficiais e privados, o "país subterrâneo e clandestino" não dava qualquer resposta.

Em seu desespero, os familiares contactaram um militar reformado que assegurou, oficiosamente, que "os moços estão bem em La Perla", acrescentando, tempo depois, que "já tinham sido julgados e que seriam transferidos", sem dar mais informação.

Quase imediatamente ocorreu outro caso, desta vez na Capital Federal.

Três pessoas, uma das quais inválida, presenciaram em plena rua, em "Barrancas" de Belgrano, quando vários civis introduziram em um Ford Falcon, Claudia Inés Grumberg (Pasta N° 233), estudante de sociologia, que desde os cinco

anos sofria de artrite deformante em todas as articulações; dedos sem extensão, além de capenguear desde os 10 anos de idade.

Dois anos depois, as três testemunhas, entre as quais se encontrava José Liborio Poblete, também seriam seqüestradas.

O General Videla responde sobre essa detenção a uns jornalistas ingleses: “O caso dessa moça a quem o Sr. se refere — não conheço os detalhes — (refere-se a Claudia Inés Grumberg, presa como subversiva), entendo que está detida, apesar de ser deficiente. Volto à parte inicial: o terrorista não é só aquele que mata com uma arma ou coloca bombas, mas também aquele que ataca, através de idéias contrárias à nossa civilização ocidental e cristã...” (Gente, 22-13-77, Diário Popular, Clarín, La Opinión, Crónica e outros meios de difusão nacional, com data de 18-12-77); Claudia Inés Grumberg continua desaparecida.

Na véspera de cumprir seus vinte anos, Rosa Ana Frigerio (Pasta Nº 6875), foi retirada de sua casa na rua Olavarría 4521, da cidade de Mar del Plata. Em 25 de agosto de 1976, um grupo de pessoas armadas e à paisana, carregaram esta jovem em uma maca. Nesse momento, a vítima deste seqüestro tinha todo seu corpo engessado, por ter sido operada da coluna.

Por investigações realizadas pela família, soube-se que estava alojada na Base Naval de Mar del Plata.

Este fato foi ratificado pela resposta de um Habeas-corpus de 25 de fevereiro de 1977, confirmando que Rosa Ana Frigerio, se encontrava à disposição do Poder Executivo Nacional, assinado pelo novo Chefe da Base, Capitão Juan José Lombardo.

Este mesmo intima os pais de Rosa Ana, em 31 de março de 1977, para notificar-lhes que sua filha havia sido morta em um confronto no dia 8 de março passado, às 3 da madrugada. Nessa oportunidade, entregam aos seus familiares um papel escrito a lápis com o número da sepultura.

Em 4 de maio de 1984, pediu-se a prisão preventiva do atual vice-almirante Juan José Lombardo, pelo homicídio de Rosa Ana Frigerio, perante o Juizado Federal a cargo do Dr. Pedro Hooft.

Na cidade de Rosario, em setembro de 1977, desaparece o casal María Esther Ravelo Vega (Pasta Nº 3223) e Emilio Etelvino Vega (Pasta Nº 4372), ambos cegos.

A Sra. Alejandra Fernández de Ravelo, ao ter notícia de sua filha, comparece à residência da rua Santiago Nº 2815, onde viu:

“Um caminhão do Exército levando as últimas coisas que restavam na casa. Os vizinhos disseram-me que não me aproximasse, porque então iriam me levar também. Levaram todos os móveis, utensílios domésticos, a roupa, uma máquina para fabricação de refrigerante — meu genro se dedicava a esta atividade — e um caminhão usado para distribuir o refrigerante. Também roubaram uma cachorra de raça, que o casal usava como guia...”

Apesar da grande quantidade de diligências realizadas, nunca se teve notícia alguma sobre o paradeiro desta jovem família.

No dia 27 de outubro de 1977, a Sra. Juana Sigaloff de Nuguer e seu filho

Hernán Gerardo Nuguer (Pasta Nº 1767) saem de sua residência para seus respectivos trabalhos, em um Renault 6, adaptado para condução por um deficiente físico, já que Hernán Gerardo sofria de paralisia em seus membros inferiores.

Enquanto ligava o carro, encostou um outro carro, com quatro pessoas a bordo, do qual desceram três, à paisana, mas com coturnos, portando armas curtas, e um deles com metralhadora.

Hernán, nesse momento, inicia uma conversação com os mesmos, pedindo-lhes que se identifiquem, diante do que exibem suas credenciais. (Tudo isto é presenciado por um vizinho, o Sr. Calleja, o dono do armazém e o encarregado do edifício.) Ao ver as credenciais, Hernán Gerardo lhes manifesta que nas mesmas não consta identificação alguma que os relacionasse com algum Órgão de Segurança. Enquanto isso os indivíduos abriram as portas do carro e, diante da pergunta de sua mãe sobre onde o estavam levando, responderam-lhe “ao Departamento de Polícia”, metendo Hernán, imediatamente, no interior de um Ford Falcon, cor marfim, cujo número da chapa sua mãe anotou em um papel (posteriormente averiguou que o mesmo não pertencia a esse veículo).

A última imagem de seu filho foi vê-lo afastar-se no carro descrito, seguido por outro igual, que servia de escolta.

O fato de que pessoas se encontrassem obviamente impedidas de realizar qualquer movimento, não foi motivo de especial consideração na metodologia empregada nos desaparecimentos forçados. Como o caso de Juan Di Bernardo (Pasta Nº 4500), metalúrgico, 26 anos de idade, que, por motivo de atropelamento na rua, estava internado sob terapia intensiva no Hospital Alvear, no dia 23 de abril de 1978, tendo uma intervenção cirúrgica marcada para o dia 15 de maio de 1978. Três dias antes, à noite, apresentaram-se alguns sujeitos armados, vestidos com guarda-pós brancos, que obrigaram os pacientes internados na sala 14 de Traumatologia a permanecerem em suas camas, cobrindo-se as cabeças com os lençóis. Esses indivíduos colocaram Juan em uma maca e o levaram em uma ambulância. Sua mãe recebeu uma chamada telefônica de um libertado, que disse que ele “havia sido detido em um hospital de La Plata” e que depois, “durante seu cativeiro, havia conhecido Juan Di Bernardo”, sem precisar o lugar da detenção. A mãe continuou a receber chamadas telefônicas, em uma das quais lhe contaram que Juan estava no C. C. D. “El Olimpo”. Nunca mais se soube algo a respeito dele.

José Liborio Poblete (Pasta Nº 3684) é chileno, torneio-mecânico. Teve a desgraça de perder suas duas pernas em um acidente automobilístico e a felicidade de casar-se com Gertrudis Marta Hlaczik (Pasta Nº 3685), que conhecera em um centro de reabilitação do Bairro de Belgrano. Gertrudis o tornou pai de uma criança, Claudia Victoria (Pasta Nº 3686), que quando seu pai foi seqüestrado na “Plaza Once”/Capital Federal, a 28 de novembro de 1978, tinha oito meses de idade.

Simultaneamente, o mesmo acontece com sua esposa e filha. Um grupo de homens com uniformes da Polícia da Província — da Brigada de Lanús, por investigações posteriores — invade sua residência na localidade de Guernica, retirando da mesma sua esposa, que levava nos braços Claudia Victoria, introduzindo ambas em um carro-patrolha. Depois chega outro grupo uniformizado à mesma

residência, com um caminhão do Exército, e saqueiam e destróem parcialmente a casa.

No mês seguinte, Gertrudis comunica-se por telefone com sua mãe e lhe pergunta se lhe haviam entregue sua filhinha. A Sra. Hlaczik lhe perguntou então se estava bem, ou se a estavam obrigando a dizer algo, e antes que Gertrudis pudesse responder, uma voz masculina lhe disse: “MODERE SUAS PALAVRAS, sua filha está melhor que o resto de suas companheiras. Aqui não estamos na Rússia”, interrompendo-se a comunicação.

Nunca se obteve informação oficial sobre o paradeiro desta família. Hoje, pelo relato de alguns liberados do C. C. D. Olimpo: E. Ghezan (Pasta N° 4151), S. Caride (Pasta N° 4152), E. Lombardo (Pasta N° 3980) e Mónica Brull de Guillén (Pasta N° 5452), entre outros, sabe-se o que aconteceu com eles. “A menina só permaneceu dois dias no “Olimpo”, ao cabo do que foi levada com destino incerto”.

Tanto Gertrudis como José Liborio — a quem os repressores chamavam “Cortito”, fazendo troça da falta de suas pernas — foram brutalmente torturados. A ela “passearam-na nua, arrastando-a puxada pelos cabelos, enquanto a castigavam”; de seu marido recordam “quando o viam passar para o banheiro, todos os dias, arrastando-se sobre as mãos, uma vez que não tinha pernas e lhe haviam tirado a cadeira de rodas”.

No testemunho de duas pessoas que estiveram no “Olimpo”, publicado por Amnesty International e depois recebido por esta Comissão, afirma-se que em uma das transferências do ano de 1979, José Liborio Poblete é tirado na sua cadeira de rodas; “dois dias depois, vimos a cadeira jogada em um canto do estacionamento”. Gertrudis Marta Hlaczik de Poblete, foi vista pela última vez em 28 de janeiro de 1979. Cláudia Victoria Poblete continua desaparecida desde o dia de seu seqüestro.

No mesmo lugar esteve outro aleijado: Gilberto Renguel Ponce (Pasta N° 5254), seqüestrado enquanto esperava um trem na estação de Ciudadela, às 16h de 7 de dezembro de 1978. Dez pessoas, entre as quais — soube depois — estavam os chamados “Paco”, “Turco Julián” e “Colores”, atiraram-no sobre uma balança que havia na estação, espancaram-no e conduziram-no algemado a um carro estacionado no outro lado da Avenida Rivadavia.

“Ao chegar, me fazem falar com Gertrudis, esposa de Poblete, que me pede para que fale, porque estávamos todos presos. Como não tinha nada a dizer, os repressores começaram a castigar-me com chicotadas. Depois escuto que alguém manda que me levem ‘à máquina’; então me arrastam pelos cabelos até outro quarto e me atiram sobre uma superfície dura, que poderia ser uma placa de aço. Me amarram e começam a aplicar-me a ‘picana’ por todas as partes do corpo: peito, boca, língua, testículos e ânus. Enquanto isso, me perguntam onde guardava as armas, e ameaçam matar meu filho e minha esposa, que estava grávida”.

Antes que pudesse recuperar-se, o “Turco Julián” o levanta e o senta em uma cadeira, dando-lhe um papel para que escrevesse tudo o que sabia.

“Anotei os nomes dos companheiros que conhecia e que não desenvolviam qualquer atividade subversiva, uma vez que o grupo “Cristão para a Libertação”, de orientação peronista, se dedicava à divulgação dessa doutrina política, e a ajudar e trabalhar pelas necessidades dos incapacitados. Os repressores me diziam que éramos usados pelo sionismo internacional e que os judeus nos haviam enganado”.

Gilberto Renguel Ponce foi libertado, em 21 de dezembro de 1978, com a obrigação de telefonar todos os dias para o número 58-4778.

No mesmo dia do desaparecimento de Gilberto R. Ponce, às 18h30min, enquanto caminhava pela rua Cangallo em direção à Pasteur, Mónica Brull de Guillén (Pasta Nº 5452), cega, que vivia com seu esposo e seu pequeno filho, sentiu que a seguravam pelo braço e ouviu uma voz masculina que dizia: “vem, que te ajudo a atravessar”. Ela respondeu que não tinha intenção de fazê-lo, ao que o outro, com a ajuda de um terceiro, replica “atravessa, que já perdeste...”.

Puseram-na em um carro e, durante o trajeto de uns vinte minutos, um dos sujeitos, que se identificou como “Clavel”, interrogou-a sobre suas atividades, ao que ela respondeu que “desde o ano de 1973 participei de um grupo de incapacitados, que fazemos tarefas sociais e vicinais com pessoas que estão na mesma situação que eu e que nos conhecemos do Instituto Nacional de Reabilitação, localizada à rua Echeverría, 900...”.

No Centro Clandestino de Detenção — que não é outro senão “O Olimpo” — o “Turco Julián” pergunta-lhe se em sua casa tinha “o mimeógrafo dos aleijados”, ao que ela respondeu que sim. Em seguida lhe pergunta que nível tinha. Mónica nega que tivesse algum.

“Então Julián disse que me levem “à máquina”, aparecendo “uns macacos” que me levam a uma casa e começam a me golpear porque me nego a despir-me. Um me arranca a camisa e me atiram sobre a placa metálica, onde me amarram os pés e as mãos. Digo-lhes que estou grávida de dois meses e o “Turco Julián” me responde: “Se fulana agüentou a máquina estando grávida de seis meses, você vai agüentar; ademais, violem-na”, ordena. Os torturadores se irritavam comigo cada vez mais, por duas razões: porque era de família judia e porque não chorava, coisa que os exasperava...”.

Durante uma prolongada sessão de tortura, na qual perguntavam-lhe onde se encontrava seu esposo Juan Agustín Guillén (Pasta Nº 5339):

“... acabo dando o endereço de minha casa. Me dizem que se mintro para eles, matarão meu filhinho. Me perguntavam sobre a estrutura da moradia; se Juan ofereceria resistência; se tinha ferros... Eu lhes disse que tinha pouca possibilidade de resistir, uma vez que meu marido também era incapacitado.

“Quando capturaram meu marido, levam consigo meu filhinho”.

No sábado, 9 de dezembro, “Soler”, fazendo-se passar pelo “capitão Echeverría”, levou o bebê à mãe de Mónica e explicou que sua filha e seu genro estavam

detidos, mas que “não se trata de uma questão policial, estão à disposição das forças legais porque são subversivos”, aconselhando-a a não fazer a denúncia.

No dia 21 de dezembro de 1978, Mónica Brull de Guillén e seu esposo Juan Agustín Guillén são liberados. Como consequência dos golpes, castigo e tratamento aos quais foi submetida, Mónica não levou a gravidez a termo. Depois soube, por seu esposo, que o bebê em gestação tinha um bracinho atrofiado.

E. Religiosos

Não será repetitivo afirmar mais uma vez que o drama da repressão ilegal na Argentina atingiu a todos e a cada um dos setores da comunidade. Tanto a grei católica quanto as outras confissões, foram também protagonistas, através de seus membros religiosos ou leigos.

O terrorismo de Estado perseguiu com significativo furor os religiosos que estavam comprometidos com a causa dos mais carentes e com aqueles que sustentavam uma atitude de denúncia frente à violação sistemática dos Direitos Humanos. Assim foi que sacerdotes, religiosos e religiosas, seminaristas, catequistas, etc., e membros de outras confissões, sofreram o açoite do seqüestro, vexações, torturas e, em muitos casos, a morte.

Profissão de fé cristã dos militares, frente ao anticristianismo da repressão

A ambivalência dos responsáveis pela repressão não conheceu limites: enquanto se preconizava o “estilo de vida ocidental e cristão”, o desprezo para com a criatura humana foi constante.

Em abril de 1976, o então Coronel Juan Bautista Sasiaiñ, que foi mais tarde Chefe da Polícia Federal, afirmava que “o Exército valoriza o homem como tal, porque o Exército é cristão” (La Nacion, 10 de abril de 1976). No ano seguinte, o Almirante Emilio Massera expressava: “Nós, quando atuamos como poder político, continuamos sendo católicos; os sacerdotes católicos, quando atuam como poder espiritual, continuam sendo cidadãos. Seria pecado de soberba pretender que uns e outros sejam infalíveis em seus juízos e em suas decisões. Entretanto, como todos trabalhamos a partir do amor, que é o sustento de nossa religião, não temos problemas, e as relações são ótimas, como compete a cristãos”. (Entrevista concedida à revista Família Cristiana, reproduzida pelo jornal “Clarín”, em 13 de março de 1977). É possível também lembrar quando, em época mais recente, o General Jorge Rafael Videla referiu-se ao “Relatório final sobre desaparecidos”, dado a conhecer pela última Junta Militar (abril de 1983), como “um ato de amor”.

Vejamos como se interpretou esse “amor ao semelhante”, transcrevendo em seguida alguns depoimentos:

“Para o Natal de 1977, foram reforçadas as medidas de segurança internas e ocorreu algo inaudito. Uns 15 prisioneiros fomos levados a uma Missa, oficiada no Cassi-

no dos Oficiais da ESMA. No hall dos dormitórios haviam levantado um altar simples e colocado bancos. Todos estávamos acorrentados, com as mãos algemadas às costas, e encapuzados. Nos tiraram os capuzes, e o Capitão Acosta nos disse que, para celebrar-se a festa do Natal cristão, haviam decidido que pudéssemos ouvir Missa, confessar-nos e comungar, os que fôssemos crentes; e os que não o fossem, para que tivessem tranqüilidade espiritual e pensássemos todos que a vida e a paz são possíveis; que a Escola de Mecânica podia fazer tudo. Entretanto, ouviam-se os gritos dos que eram torturados, e o ruído das correntes arrastadas, dos que eram levados ao banheiro na seção "Capucha". Em meu caso, minha formação cristã, e a pressão de tudo o que estava vivendo fizeram com que me confessasse. Aí, nos puse-ram o capuz" (depoimento de Lisandro Raúl Cubas - Pasta N° 6974).

"Em uma data próxima ao 24 de dezembro de 1976, se fez presente o Almirante Massera, junto com o Contra-Almirante Chamorro, o Capitão Acosta e alguns membros do Grupo de Tarefa 3. Nessa oportunidade, exibindo um cinismo e hipocrisia sem limites, frente a um grupo de uns trinta prisioneiros com suas pernas presas com grilhetas, nos desejou "Feliz Natal" (Depoimento de Graciela Daleo e Andrés Castillo -Pasta N° 4816).

"...antes de permitir-nos deitar no chão para dormir, o pessoal de guarda nos obrigava a rezar em voz alta um "Pai Nosso", uma "Ave Maria", enquanto nos exortavam a "dar graças a Deus porque tinham vivido mais um dia", e também para que 'esse dia não fosse o último'. Depois nos deitávamos" (depoimento de Juan Martín - Pasta N° 440).

"... Depois sofri duas simulações de morte: uma por fuzilamento e a outra por envenenamento. Antes dessas simulações, me perguntaram se queria rezar e me ofereciam um rosário. Pelo tato (conservava os olhos vendados), pude reconhecer que o objeto que me haviam dado não era um rosário, e sim a cruz que minha filha levava sempre ao pescoço (um objeto muito característico, de tipo artesanal). Compreendi que se tratava de uma maneira sádica de avisar-me que minha filha também se encontrava ali. Eu rezava e chorava. Então me respondiam com obscenidades, ameaças e gritos. Diziam: "Cala a boca. Isto está te acontecendo por andares com esse barbudo, com esse p... (referiam-se a Jesus Cristo) Por isso estão assim agora " (depoimento de Leonor Isabel Alonso - Pasta N° 5263).

"... Levaram-nos à 36ª Delegacia da Polícia Federal, de Villa Soldati... Quando gritava, eles assobiavam, faziam barulho para encobrir os gritos. Depois me levaram a um calabouço e em seguida vieram outros dizendo-me que "ia aos militares"; que ia "descobrir" que os romanos nada sabiam em comparação com os militares argentinos, quando perseguiram os primeiros cristãos" (depoimento do Padre Patrick Rice -Pasta N° 6976).

"Por meio de uma amiga que trabalha em uma empresa privada, de onde pediam relatórios à SIDE para admitir empregados, mandei os dados de María Leonor, e a resposta dizia: "detida na "operação" antijesuíta, em Mendoza"... Falei com o Padre Iñiqui de Azpiazu e ele averiguou, por um militar conhecido, que a "operação" havia existido, mas não podia dar mais informação" (denúncia do desaparecimento de María Leonor Mercuri Monzó, formulada por sua mãe, Dolores Monzó de Mercuri -Pasta n° 378).

"Entretanto, os torturadores se achavam aparentemente confusos, sem maiores dados sobre o tema do interrogatório, fundamentalmente a Igreja. Quando souberam que era católico, me fizeram rezar, e que fizesse todos os presos rezarem, o que terminava violentamente, quando pedia por aqueles que nos haviam seqüestrado". (Depoimento de Néstor Busso - Pasta n° 2095).

"...a pessoa que me interrogava perdeu a paciência, enfureceu-se, dizendo-me:

"Tu não és guerrilheiro, não estás na violência, mas não te dás conta de que ao ir morar ali (na vila), com tua cultura, unes a gente, unes os pobres, e unir os pobres é subversão?

"Perto dos dias 17 ou 18, voltou o outro homem, que havia me tratado respeitosa-mente no interrogatório e me disse: "... você é um padre idealista, um místico, diria eu, um padre "bacana", só tem um erro, que é ter interpretado muito material-mente a doutrina de Cristo. Cristo fala dos pobres, mas quando fala dos pobres, fa-la dos pobres de espírito e você fez uma interpretação materialista disto, e foi viver com os pobres materialmente. Na Argentina, os pobres de espírito são os ricos e vo-cê, daqui em diante, deverá dedicar-se a ajudar mais os ricos, que são os realmente necessitados espiritualmente" (depoimento do sacerdote Orlando Virgilio Yorio - Pasta N° 6328).

"... Já sabia que me encontrava na tristemente célebre Escola de Mecânica da Ar-mada

"Permaneci naquele porão durante oito meses; nos quatro últimos, me levaram para dormir no sótão. Descobri ali o horror da "Capucha", que até este momento só conhecia por narração. No porão vi chegar seqüestrados; vivia em meio aos gritos de tortura; conheci o choro de recém-nascidos em cativeiro. Soube de verdade o que era a "guerra suja", efetuada por seres que decidiam o destino de uma vida, co-mo se se tratasse de um simples número, *gutados*, — como diziam — *pela mão de Deus, que os havia encarregado "da grande tarefa"*

(Depoimento de Nilda Noemí Actis Goretta - Pasta N° 6321).

"... Em uma ocasião, apareceu na prisão o Bispo Witte, acompanhado pelo Capi-tão Marcó, que carregava em seus braços o filho de Graciela Borelli, nascido em ca-tiveiro, estando ela detida em outro setor da mesma prisão; o Bispo rezou uma mis-sa aos detidos, que éramos segurados pelo braço, por um guarda, durante o ofício religioso; terminada a missa, o Bispo procedeu a entregar, a cada detido, uma me-dalha e um abraço que enviava o Papa Paulo VI aos presos políticos. Ao dar-lhe o abraço, disse ao ouvido do Bispo que avisasse minha família que me encontrava nesse local, que estava bem e que não se preocupassem; minha família nunca rece-beu a mensagem..." (Depoimento de Plutarco Antonio Schaller - Pasta N° 4952).

Vítimas

A lista que segue não é completa. Engloba os casos de desaparecimentos de religiosos acontecidos no país, dos quais esta Comissão tem conhecimento através de depoimentos diretos ou de fontes merecedoras da mais alta credibilidade.

1) Jorge Oscar Adur — Sacerdote assuncionista, pároco de Nuestra Señora de la Unidad (La Lucila), saiu do país em 1976. Foi seqüestrado no Brasil, em julho de 1980; seu caso foi denunciado pela Conferência Episcopal Brasileira.

"...veio interrogar-me o mesmo da Escola de Mecânica da Armada... quando esta-va dormindo, lembro muito bem de sua voz. Interrogou-me se conhecia o Padre Jorge Adur, perguntando-me com quem vivia, respondi-lhe que o Padre vivia com três estudantes (seminaristas), em uma casa no bairro La Manuelita, que era um bairro muito pobre. Nesse momento, o interrogador deixou escapar: "nós encontramos somente dois". (Depoimento do Sacerdote Orlando Virgilio Yorio -Pasta N° 6328).

"... outro grupo fica esperando Jorge Adur" - (Pasta N° 2204, denúncia de Gerardo C. Butrón).

2) Héctor Federico Baccini — Ex-seminarista, organista, foi seqüestrado em La Plata, em 25 de novembro de 1976 - (Pasta Nº 2328).

3) Carlos Armando Bustos — Sacerdote dos Franciscanos Capuchinhos (estava prestes a ingressar na Fraternidade do Evangelho) (Padre Carlos de Foucauld). O Padre Carlos Bustos trabalhava como motorista de praça. Foi seqüestrado na rua, por policiais à paisana, quando se dirigia para a missa na Basílica de Pompeya, em 9 de abril de 1977. Tinha recebido ameaças contra sua vida.

4) Víctor Boinchenko — Pastor protestante, procedente de Cosquín, foi seqüestrado em Córdoba, em 3 de abril de 1976; segundo Luis Manzanelli, esteve em La Perla, “transferido”. (Depoimento de Teresa Celia Meschiati, nº 21).

5) Hugo Arnaldo Corsiglia — Religioso católico, seqüestrado em 10 de agosto de 1977, na província de Buenos Aires - (Pasta nº 3418).

6) Carlos Antonio Di Pietro — Seminarista e religioso assuncionista, seqüestrado em 4 de junho de 1976, em San Miguel (Bs. As.). Vivía na Comunidade dos Religiosos Assuncionistas, localizada no bairro La Manuelita, de San Miguel, de onde foi levado por civis e uniformizados, segundo depoimento dos vizinhos, “enquanto perguntavam pelo Padre Jorge” (Adur). (Depoimento de Inés Rodríguez - Pasta nº 2204, com data de 12 de julho de 1984).

“Fui avisado por uma freira, Filomena, que vivia perto da casa das vítimas (o outro seqüestrado era o seminarista Raúl Eduardo Rodríguez). Saio de minha casa e caminho uma quadra e meia, de onde observo a “operação” (Depoimento de Jesús Oscar Ahumada, perante esta Comissão, em 30 de maio de 1984 - Pasta nº 2204). “Levam Raúl Eduardo Rodríguez e Carlos Antonio Di Pietro; outro grupo fica esperando Jorge Adur. A Congregação fez algumas averiguações, mas a única coisa que pôde constatar foi que a operação foi feita pela Marinha. A situação se agravou quando Jorge Adur saiu do país e fez declarações na Europa”. (Denúncia de Gerardo Carlos Brutrón - Pasta nº 2204/2205).

7) Alice Domon — Religiosa francesa, das Missões Estrangeiras de Paris (congregação francesa), foi seqüestrada na Capital Federal (Igreja de Santa Cruz), em 8 de dezembro de 1977. Esteve presa na ESMA, foi torturada e finalmente “transferida”.

“... O mesmo ocorreu com as religiosas francesas Alice Domon e Léonie Duquet. Tive oportunidade de falar pessoalmente com a irmã Alice, uma vez que fui levada junto com a irmã Renée ao terceiro andar do Cassino de Oficiais da ESMA, lugar onde me encontrava preso. Isto ocorre em torno do 11 ou 12 de dezembro. É quando me conta que havia sido seqüestrada em uma igreja, juntamente com familiares de desaparecidos. Depois soube que eram 13 pessoas; as irmãs estavam muito machucadas e débeis, uma vez que para levar a irmã Alice ao banheiro, os guardas tinham que carregá-la. Perguntei-lhe se a haviam torturado e ela me respondeu afirmativamente: tinham-na amarrado a uma cama, totalmente nua, e haviam lhe aplicado a ‘picana’ por todo o corpo; além disso, disse que depois tinham-na obrigado a escrever uma carta à Superiora de sua Congregação; escreveu-a em francês sob tortura constante, e posteriormente tiraram uma foto de ambas, sentadas junto a uma mesa. As fotos foram tiradas no mesmo lugar onde as torturaram: o subsolo do Cassino de Oficiais. As irmãs estiveram na ESMA uns dez dias, torturadas e in-

terrogadas. Depois foram “transferidas”, junto com as onze pessoas restantes. Os rumores internos, fundamentados pela pressa com que tiraram essas pessoas dali, indicavam o assassinato das mesmas. (Depoimento de Horacio Domingo Maggio - Pasta nº 4450).

“Caíram cerca de 10 ou 12 familiares, entre eles a Irmã francesa Alice Domon. Mais tarde foi levada também à ESMA, a irmã Renée Duquet, da mesma Congregação religiosa que a irmã Alice. Instalaram a irmã Renée na “Capuchita”. As irmãs Alice e Renée foram selvagememente torturadas, especialmente a primeira. Sua conduta foi admirável. Até em seus piores momentos de dor a Irmã Alice, que estava na “Capucha” — perguntava pela sorte de seus companheiros e, cúmulo da ironia — particularmente pelo “rapazinho ruivo”, que não era outro senão o Tenente-de-Fragata Astiz (que havia se infiltrado no grupo, fazendo-se passar por familiar de um desaparecido)... Sob a mira de uma pistola, obrigou a irmã Alice a redigir uma carta de seu punho e letra... Para coroar esta paródia, tiraram (das duas Irmãs) fotografias no próprio laboratório fotográfico da ESMA, onde apareciam sentadas diante de uma mesa, com um cartaz do Partido Montonero atrás. As Irmãs Alice e Renée foram “transferidas”, e junto com elas os familiares seqüestrados na mesma circunstância”. (Depoimento de Lisandro Raúl Cubas - Pasta nº 6974).

8) Léonie Renée Duquet — Religiosa francesa das Missões Estrangeiras de Paris, de 60 anos, catequista de Castelar, seqüestrada, já citada, em 10 de dezembro de 1977, em Ramos Mejía (Bs. As.). Esteve presa na Escola de Mecânica da Armada, torturada e posteriormente “transferida”. (Depoimentos de Horacio Domingo Maggio e de Lisandro Raúl Cubas).

9) Fourcade — Sacerdote seqüestrado em 8 de março de 1976. Esteve no Campo de La Ribera. “Transferido”. (Depoimento de Teresa Celia Meschiati - Pasta nº 4279).

10) Aníbal Gadea — Seminarista católico, seqüestrado em 1977.

11) Jorge Galli — Sacerdote, foi seqüestrado em 1976, em San Nicolás (Bs. As.).

12) Luis Oscar Gervan — Religioso católico, foi seqüestrado em 4 de novembro de 1976, em Tucumán.

13) Pablo María Gazzarri — Sacerdote. Trabalhava na Paróquia de Nuestra Señora del Carmen, de Villa Urquiza (Capital Federal), e estava prestes a ingressar na Fraternidade do Evangelho (Padre Carlos de Foucauld), para a qual havia se inscrito, com o fim de dedicar-se mais ao apostolado entre os pobres. O Padre Gazzarri foi seqüestrado em 27 de novembro de 1976. Segundo testemunhas, foi interceptado na rua, próximo à casa de seus pais, por pessoas que vestiam uniforme da polícia. Tinha recebido ameaças contra sua vida, especialmente depois do massacre dos Padres Palotinos. Sendo seminarista, teve como assessor espiritual o atual Cardeal Eduardo Pironio que, após o seqüestro, tentou inutilmente obter respostas por parte das autoridades argentinas. Foi visto preso na Escola de Mecânica da Armada, e “transferido” nos primeiros dias de janeiro de 1977.

“O Sacerdote Pablo Gazzarri foi seqüestrado em novembro de 1976 e brutalmente torturado. Tive conhecimento dele porque os guardas comentavam. Estava no camarote do fundo do “L” da “Campucha”. Puseram-no depois no chão, perto de mim, onde lhe comentei sobre a missa no segundo andar, e lhe pedi assessoramento

espiritual, que não pôde me dar, uma vez que na primeira semana de 77 foi “transferido” (Depoimento de Lisandro Raúl Cubas - Pasta nº 6974).

14) Francisco Jalics — Sacerdote jesuíta, foi seqüestrado em 23 de maio de 1976, no Bairro Rivadavia (no limite com a vila do “Bajo Flores”). Esteve preso na ESMA e posteriormente em uma casa de Don Torcuato. Foi liberado em 23 de outubro de 1976, junto com o Padre Yorio, sacerdote da mesma Comunidade. Saiu do país.

“Também estava comigo o Padre Jalics, outro integrante da Comunidade... Começo a conversar com o Padre Jalics, que me conta que durante a operação de detenção de ambos, viu uma âncora no cinto de um dos participantes e que, estando detido por ocasião da celebração do 25 de Maio, houve algo como uma formação ali fora, e pôde escutar um discurso que começava com... “da Escola de Mecânica da Armada...” Juntamente com o Padre Jalics, chegamos à conclusão de que tínhamos sido levados à ESMA”
“Me dei conta de que estava em campo aberto (tinham-no liberado); finalmente me animei a tirar a venda, olhei as estrelas; além disso, o Padre Jalics estava a meu lado... (fomos deixados por um helicóptero)”. (Depoimento do Sacerdote Orlando Virgilio Yorio - Pasta nº 6328).

15) Juan Ignacio Isla Casares — Seminarista operário da Paróquia Nuestra Señora de la Unidad (Olivos), de onde era pároco o Padre Jorge Adur. Foi seqüestrado (e possivelmente assassinado), em 4 de junho de 1976, em Boulogne, Distrito de San Isidro, Bs. As.

Marcelo, o irmão menor da vítima, a quem tinham preso dentro de um carro, presenciou o tiroteio e viu que punham um corpo no porta-malas do mesmo automóvel.

“Me dizem que fique quieto ou atirarão em mim. Carregavam armas longas (metralhadoras portáteis). Ouve-se uma rajada de metralhadora e um grito de voz masculina... Espiando pelo vidro de trás, vi que abriam o porta-malas e introduziam um corpo... Eu ia no carro com uma pessoa a quem todos diziam “major”. O acompanhante do “major”, que também viajava nesse carro, antes de subir, limpou sangue de suas mãos com um pano...” (Depoimento de Marcelo Isla Casares - Pasta nº 2203).

16) Mauricio Amílcar López — Pastor protestante, foi reitor da Universidade de San Luis e pertencia ao Conselho Mundial de Igrejas, como Diretor-Executivo. Seqüestrado em Mendoza, em 1º de janeiro de 1977, foi tirado de sua casa na presença de sua família (mãe e irmãos, a quem maniataram), por um grupo de homens fortemente armados, que além disso levaram uma quantia em dinheiro, objetos de valor e documentação pessoal da vítima. O Conselho Mundial de Igrejas exortou o General Videla a localizar o paradeiro do pastor.

17) Raul Eduardo Rodríguez — Religioso assuncionista, seminarista da Congregação da Sagrada Família (Diocese de San Isidro), foi seqüestrado em 4 de junho de 1976, junto com o seminarista Carlos Di Pietro, na Comunidade dos Reli-

giosos Assuncionistas, localizada no bairro La Manuelita, San Miguel (Bs. As.). Realizava trabalho pastoral em "Villas de Emergencia", e era estudante de teologia.

18) Nelio Rougier — Sacerdote de Irmãozinhos do Evangelho, foi seqüestrado em setembro de 1975, em Tucumán, quando retornava de Córdoba.

19) Patrick Rice — Sacerdote católico, de nacionalidade irlandesa, seqüestrado em 12 de outubro de 1976, na Capital Federal. Liberado em 3 de dezembro de 1976, quando saiu do país, custodiado até que o avião partiu. Esteve como detido-desaparecido e depois foi "legalizado". Foi barbaramente torturado.

"Ali sempre tinha-se que andar com os dois olhos vendados. Depois me interrogou uma pessoa; me perguntou como havia recebido as feridas que tinha. Disse-lhe o que havia me acontecido, e me respondeu que de agora em diante "havia caído de uma escada"; se assim não fizesse, terminaria no fundo do rio, com um bloco de cimento. Depois me tomaram uma declaração, que assinei..." (Depoimento de Patrick Rice - Pasta n.º 6976).

20) Mauricio Kleber Silva Iribarnegaray — Sacerdote salesiano uruguaio, veio à Argentina em 1970 para entrar na Fraternidade do Evangelho (Padre Carlos de Foucauld). Trabalhava como operário da Municipalidade de Buenos Aires, na limpeza de ruas, uma vez que a orientação da Fraternidade indica que seus membros desempenhem a mesma atividade de onde realizam seu apostolado. Em 14 de junho de 1977, o Padre Silva se encontrava varrendo a rua, quando gente à paisana, armada, que se identificou como pertencente à Polícia, e que estava dentro de um Ford Falcon branco, perguntou a outros varredores onde aquele se encontrava. Uma testemunha viu como o carregavam no carro. Na tarde do dia seguinte ao seqüestro, quatro homens que disseram ser membros das Forças Armadas, e um que disse ser o Juiz militar que atuava no caso Silva, interrogaram os vizinhos e os Irmãos, sobre ele. Para o Irmão Cara, ficou muito claro que esses homens já tinham falado com a vítima, uma vez que sabiam tudo com exatidão sobre a Fraternidade, e tinham levado consigo um tradutor de Francês; estavam particularmente interessados nas idéias políticas de Maurício Silva. No dia seguinte, foi apresentado um recurso de Habeas-corpus, que não deu resultado positivo. Até fins de julho, em círculos eclesiásticos soube-se que Silva estava no Campo de Mayo e que tinha sido barbaramente torturado. Semanas mais tarde, foi transferido a algum lugar de La Plata. Desde esse momento, não se teve mais notícias dele, supondo-se o pior ("Repression of a religious community in Argentina", publicado pela Fraternidade do Evangelho (Padre Carlos de Foucauld), preparado por Fraternity of the Gospel, New York, abril de 1978).

21) Henri de Solan — Irmão da Fraternidade do Evangelho (Padre Carlos de Foucauld), que há muito tempo trabalhava na Província de Corrientes, foi detido em setembro de 1976 e deportado para a França em fevereiro de 1978. Depois desses doze meses de detenção, foi finalmente acusado de facilitar o uso de uma máquina de escrever a um grupo opositor ao governo ("Repression of a religious community in Argentina". Pub. Fraternidade do Evangelho, abril de 1978).

22) James Weeks — Sacerdote norte-americano; foi seqüestrado em 3 de agosto de 1976, junto com 5 seminaristas, em Córdoba. Liberado, sai do país.

“Tanto os 5 seminaristas como o Padre Weeks foram interrogados pelo Coronel Fierro e o Suboficial aposentado “Cura” ou “Magaldi”; possivelmente tenham estado no campo de La Ribera. Quando me detem em 25 de setembro de 1976, a primeira pessoa que veio ver-me foi o Coronel Fierro; queria saber se o Reverendo Weeks tinha conexões com a organização “Montoneros”. Me disse que era o Destacamento de Inteligência 141, que tinha seqüestrado os 5 seminaristas e Weeks, e que pensavam matá-lo, mas que quando o embaixador norte-americano intercedeu por Weeks, haviam tido que deixá-lo sair do país”. (Depoimento de Teresa Celia Meschiaty - Pasta nº 21).

23) Orlando Virgilio Yorio — Sacerdote jesuíta; foi seqüestrado em 23 de maio de 1976, em sua casa do Bairro Rivadavia, limite com a vila do Bairro de Flores, e liberado em 23 de outubro do mesmo ano. Durante este lapso de tempo, esteve na qualidade de detido-desaparecido, junto com o Padre Victor Jalics. Ambos estiveram presos na Escola de Mecânica da Armada, e posteriormente em uma casa situada em Don Torcuato.

“Em um determinado momento do interrogatório, puseram-se a discutir entre eles; pude escutar que comentavam a conveniência ou não de um rastreio na vila, pelo que suponho que era sua intenção fazê-lo. Supus que eram da Aeronáutica ou Marinha, oficiais, pela linguagem que utilizavam; sentia que estava em um porão, permanecendo no chão, sempre com o capuz; senti como se no lugar houvesse muita gente e havia alguém que cuidava; vêm e me amarram as mãos por trás... me põem grilhões nos dois pés, presos a uma bala de canhão, e me deixam encerrado nesse lugar, que é muito pequeno...; peço para ir ao banheiro e não me atendem...; assim permaneço uns dois ou três dias sem tomar água, sem comer; às vezes entram para insultar-me, para me ameaçar de morte, me diziam que não era sacerdote... comecei a pensar que me encontrava na Escola de Mecânica da Armada, pelos barulhos que escutava, passagem de trens e de aviões que voavam muito baixo... Depois do 25 de maio, vieram dar-me uma injeção na nádega, pude escutar o barulhinho de um gravador e em seguida comecei a dormir... levaram-me subindo um elevador um ou dois andares, a um lugar grande, onde havia muita gente atirada no chão; se ouviam barulhos de correntes e de água enchendo tanques; pude ouvir gente que se queixava...; me levam para fora e me introduzem em um carro... Neste momento deduzi que era a porta de grades da Escola de Mecânica da Armada... Comunicaram-se por rádio; responderam a uma pergunta com “à sua popa””

“No outro dia veio um homem; era o mesmo que havia me perguntado por Mónica Quinteiro... Perguntou-nos se havíamos nos dado conta de quem nos tinha levado, e o Padre Jalics respondeu — “A Escola de Mecânica da Armada”, e o interrogador aquiesceu, dizendo — “...saibam que isto é uma guerra e em uma guerra, às vezes, pagam os justos pelos pecadores... Saibam que entre nós há problemas; que entre nós há gente que só quer matar, como essa pessoa de gandola, que participou da “operação” que os capturou”

“Ao final de cinco meses, em 23 de outubro, às 5 da tarde, nos dão uma injeção... Percebo que fico um pouco mareado, nos carregam em uma camioneta, andamos não sei quanto, nos deram outra injeção, e mais tarde, outra... E não posso lembrar mais; tentamos ficar em pé e caímos... Acordamos quando começava a haver luz... Caminhamos pouco mais de um quilômetro, até que encontramos um ranchinho; batemos, e um paisano nos atendeu — “sim, antes de ontem eu vi um helicóptero

que baixou à tarde”, disse. Perguntamos-lhe onde estávamos; disse-nos que em Cañuelas”
“Em 25 de outubro reunia-se a Conferência Episcopal...” (Depoimento do Sacerdote Orlando Virgilio Yorio - Pasta n.º 6328).

24) Julio San Cristóbal — Irmão de La Salle, foi seqüestrado em 5 de fevereiro de 1976. (Tiempo Latinoamericano, n.º 4 - Córdoba).

O caso dos Padres Palotinos

“Em meados de 1976, foram assassinados três sacerdotes e dois seminaristas da ordem dos Palotinos, que viviam em uma paróquia em Buenos Aires; o tenente Perñia participou nesta “operação”, segundo suas próprias palavras pedantes” (Depoimento de Graciela Daleo e Andrés Castillo - Pasta n.º 4816).

Na madrugada de 4 de julho de 1976, foram assassinados os sacerdotes da comunidade palotina de San Patricio, Alfredo Leaden, Pedro Duffau e Alfredo Kelly, e os seminaristas Salvador Barbeito e Emilio Barletti. Os religiosos foram mortos a tiros na Paróquia de San Patricio, do bairro de Belgrano.

O Padre Alfredo Leaden, de 57 anos, era delegado da Congregação dos Palotinos Irlandeses; o Padre Pedro Duffau, de 65 anos, era professor; o Padre Alfredo Kelly, de 40 anos, era diretor do Seminário de Catequese, em Belgrano, e professor no Colégio das Escravas do Santíssimo Sacramento; Salvador Barbeito, de 29 anos, era seminarista, professor de filosofia, psicologia e catequista, além de reitor do Colégio San Marón; Emilio Barletti, de 25 anos, era seminarista e professor.

Tanto amigos como paroquianos dos religiosos assassinados coincidiram em que estes haviam pregado sempre a paz e condenavam a violência.

Na noite do crime, pessoas da vizinhança viram um automóvel Peugeot preto, há muito estacionado em frente à Paróquia, com quatro homens dentro, e também um carro-patrolha, que se deteve junto a eles e depois se afastou. Certamente os assassinos aguardavam que estivessem na paróquia todos seus moradores, para entrar em ação.

As primeiras pessoas que entraram na Paróquia, pela manhã, encontraram nas paredes e em um tapete, escritos que depois foram retirados; as inscrições diziam — “Assim vingamos nossos companheiros de Coordenação Federal” (em cujo refeitório tinha sido colocado, há pouco, uma bomba homicida) e “Isto lhes acontece por envenenar a mente da juventude”.

Da paróquia, desapareceram objetos e papéis.

Em 7 de julho, a Conferência Episcopal enviou uma nota à Junta Militar onde, entre outras coisas, dizia: “Consideramos os graves acontecimentos de violência que têm sacudido ultimamente, e de forma desconhecida, o País, ferindo intimamente o coração da Igreja. Referimo-nos, naturalmente, ao inqualificável assassinato de uma comunidade religiosa, na Paróquia de San Patricio, de Buenos Aires...” E, em 5 de julho, no sermão pronunciado durante o ofício celebrado em San Patricio, o sacerdote assuncionista Roberto Favre dizia — “É preciso rogar a Deus, não só por estas mortes, como também pelos inumeráveis desaparecimentos que ocorrem cotidianamente...”

“O acontecimento narrado coincidiu no tempo com o recebimento de outra pasta “confidencial” que continha documentação pertencente aos Padres Palotinos, o pároco Alfredo Leaden e Pedro Duffau, e os seminaristas José Emilio Barletti e Salvador Barbeito. Adiciona o declarante que entre a atividade exercida pelo Ministério do Interior, estava a vigilância sobre aqueles sacerdotes denominados “terceiro-mundistas”, existindo um arquivo de 300 nomes com informações detalhadas sobre a atividade de cada um deles. Com referência ao caso dos Padres Palotinos, o declarante mantém em seu poder uma agenda telefônica de um dos sacerdotes, que guardou como prova de que a dita documentação se encontrava em dependência do Ministério do Interior, na época de referência...” (Declaração prestada pelo ex-oficial da Polícia Federal argentina, Peregrino Fernández, entre o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, com sede em Genebra).

O caso do Bispo de La Rioja, Monsenhor Enrique Angelelli, e dos sacerdotes de Chamental, Gabriel Longueville e Carlos de Dios Murias

Em 18 de julho de 1976, foram perfidamente assassinados, depois de serem seqüestrados por pessoas que se identificaram como membros da Polícia Federal, os sacerdotes P. Gabriel Longueville e Carlos de Dios Murias, na localidade de Chamental (La Rioja), onde realizavam seu apostolado. Na manhã seguinte a este crime, homens encapuzados foram procurar o pároco de Sanogasta, mas este se havia ido, por recomendação do Bispo Monsenhor Enrique Angelelli. Quando o leigo que os atendeu lhes disse que o pároco não estava, apunhalaram-no.

Em 4 de agosto, 17 dias depois do assassinato daqueles sacerdotes, faleceu Monsenhor Enrique Angelelli, Bispo da Diocese de La Rioja, supostamente em um “acidente” automobilístico. As provas ou suspeitas de que tratou-se de um atentado se acumularam de maneira esmagadora.

O Bispo acabava de deixar Chamental, onde havia celebrado uma missa e pronunciado uma homilia em que denunciava aqueles assassinatos. O Bispo dirigia uma camioneta, e o padre Arturo Pinto, que o acompanhava, lembra que mal deixaram Chamental e um automóvel começou a persegui-los; o Bispo acelerou, mas então apareceu outro carro, e na altura de Punta de los Llanos, fecharam-no até fazer a camioneta tombar.

O corpo do Bispo ficou atirado no chão durante seis horas; a camioneta desapareceu, e a única lesão que o cadáver de Monsenhor Angelelli apresentava foi a nuca destruída, como se o tivessem moído a golpes. A pasta que o Bispo levava jamais pôde ser encontrada.

“Não venho para ser servido, e sim para servir. Servir a todos, sem distinção alguma, classes sociais, modos de pensar ou de crer; como Jesus, quero ser servidor de nossos irmãos, os pobres”. Estas foram palavras pronunciadas por Monsenhor Angelelli, ao assumir a condução do Bispado de La Rioja, em 1968.

Tinha realizado seus estudos sacerdotais em Roma, especializando-se em Direito Canônico; fundou em Córdoba a Juventude Operária Católica, e foi assessor da Juventude Universitária Católica.

“O declarante, neste sentido, quer adicionar que um ou dois dias depois de ocorrido o acontecimento, os papéis que o Bispo Angelelli carregava no momento de seu falecimento chegaram à casa de Governo, dirigidos ao Ministro Harguindeguy, em uma pasta remetida da Guarnição Militar Salta, com indicação expressa de que se tratava de documentação confidencial: Este fato chamou a atenção do declarante, uma vez que os citados papéis não foram entregues à causa judicial, nem tampouco às pessoas chegadas a Monsenhor Angelelli.

“Todas essas circunstâncias levaram o declarante a decidir-se a fotocopiar parte desta documentação, que estava integrada por correspondência trocada entre o Bispo de La Rioja e o Arcebispo de Santa Fe, Monsenhor Vicente Zaspé, referente à perseguição que sofriam setores da Igreja Católica por sua atividade social, um caderno de notas e outros papéis. A documentação foi entregue ao General Harguindeguy... Esclarece o declarante que prestou especial atenção ao fato pela forma estritamente “secreta” que se deu à existência daquela pasta. Acrescenta que não tem conhecimento do destino posterior da mesma, posto que o General Harguindeguy manejava de forma pessoal todos os fatos referentes à Igreja” (Declaração de Peregrino Fernández, frente ao Grupo de Trabalho de Desaparecimentos Forçados de Pessoas, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas).

“... Durante um dos interrogatórios, o Capitão Marcó e o Capitão Goenaga me disseram que o Bispo de La Rioja, Enrique Angelelli, o psiquiatra Raúl Fuentes e Alipio Paoletti seriam mortos... antes do fim do mês; Angelelli morreu em circunstâncias que ainda estão sendo investigadas; Fuentes está desaparecido desde o final de 1976 e Alipio Paoletti foi procurado intensamente... Em agosto do mesmo ano, devido às condições físicas em que se encontrava pelas torturas, foi transferido ao Hospital Presidente Plaza. Ali estando, uma noite foi trazido o cadáver de Angelelli, para que se realizasse uma série de autópsias; os que me custodiavam, membros da Polícia da Província, referindo-se à morte do Bispo, manifestaram coisas como: “isto tinha que acontecer a esse padre comunista, filho da...” (Depoimento de Plutarco Antonio Scheller - Pasta nº 4952).

O novo juiz de La Rioja reabriu a investigação e obteve novos depoimentos.

O caso do Bispo de San Nicolás de los Arroyos, Monsenhor Doutor Carlos H. Ponce de León

Em 11 de julho de 1977, faleceu o Bispo de San Nicolás, Carlos Ponce de León, também em um suspeito acidente automobilístico. O prelado se dirigia à Capital Federal em companhia de seu colaborador, Víctor Oscar Martínez, com o propósito de levar à Nunciatura Apostólica documentação relativa à repressão ilegal (seqüestros e torturas), implementada na Diocese de San Nicolás e também na Vila Constituição (Província de Santa Fe). Essa documentação incriminava o então Gal. Carlos Guillermo C. Suárez Mason (Chefe do Primeiro Corpo do Exército), o Coronel Cambor (Chefe do Regimento de Junín), e mais diretamente o Tenente-Coronel Saint Aman (chefe do Regimento com sede em San Nicolás). Cabe assinalar que o ex-General Suárez Mason teve baixa em meados do ano em curso (1984), pelo fato de não haver comparecido à intimação da Justiça Militar, pelas denúncias sobre violação dos direitos humanos que o indicam como responsável, encontrando-se atualmente foragido.

A documentação que o Bispo de San Nicolás tinha em seu poder desapareceu

sem ser reclamada pelo Chanceler da Diocese, Monsenhor Roberto Mancuso, Capelão da Unidade Carcerária.

Víctor Martínez lembra que o Bispo, depois de assistir ao enterro de Monseñor Angelelli, Bispo de La Rioja, havia comentado em uma reunião: “Agora é a minha vez!”

Em consequência da batida automobilística, o Bispo foi conduzido à clínica San Nicolás (na mesma esteve internado Víctor Martínez), onde faleceu horas mais tarde, como consequência das feridas sofridas. Pôde estabelecer-se que nem ao médico particular do prelado foi permitido entrar na sala de terapia intensiva; só pode vê-lo, antes de morrer, sua mãe.

A poucos dias do acidente, Víctor Martínez — que estava fazendo o serviço militar na Polícia Naval de San Nicolás — foi preso por ordem do Tenente-Coronel Saint Aman, sofrendo toda a classe de humilhações físicas e psíquicas, durante seu cativeiro.

“... Nesse lugar me bateram até eu desmaiar. Assim, durante horas. Depois começaram a perguntar-me quais eram as atividades do Bispo, que pessoas o visitavam, a quantos extremistas havia escondido”. (Depoimento de Víctor Oscar Martínez - Pasta nº 734).

Havia tempo que o Monsenhor Ponce de León era objeto de ameaças.

“...bem como as ameaças pessoais que o Tte.-Cnel. Saint Aman fazia: ‘Tenha cuidado, você é considerado um Bispo vermelho’. O mesmo chefe militar o havia proibido de celebrar missa de campanha, no Regimento, ‘porque ali não entravam padres comunistas’. (Depoimento de Víctor Oscar Martínez).

Leigos

Entre os membros militantes católicos leigos, que foram vítimas-desaparecidas ou assassinadas do terrorismo de Estado, figuram integrantes de movimentos juvenis cristãos, catequistas, etc., tais como: Francisco Blato (Pasta nº 254); Alejandro Sackman (Pasta nº 684); Esteban Garat (Pasta nº 1778); Valeria Dixon de Garat (Pasta nº 1760); Adriana Landaburu (Pasta nº 2866); Marcos Cirilio (Pasta nº 495); Patricia Dixon (Pasta nº 3759); Juan Pedro Sforza (Pasta nº 3379); José Serapio Palacios (Pasta nº 815); Jorge Luis Congett (Pasta nº 679); Roque Agustín Alvarez (Pasta nº 3410); Ignacio Beltrán (Tiempo Latinoamericano, nº 4 - Córdoba); Fernanda Noguer de Villagra (Pasta nº 7313); Mónica Mignone (Pasta nº 1387); Mónica Quinteiro (Pasta nº 1386 e Depoimento do Sacerdote Orlando Yorio); María Martha Vázquez (Pasta nº 1386); Roberto Ricardo Van Gelderen (Pasta nº 735); César Lugones (Pasta nº 1386); Roberto Tomás Abad (Pasta nº 1239), referente à causa: “Arturo Andrés Lorusso, sobre Privação ilegítima da liberdade”, e tantos outros.

F. Conscritos

As denúncias apresentadas à Comissão, referentes a soldados conscritos desaparecidos, revestem-se, por seu elevado número e suas características especiais, de uma significação particular.

Com efeito se faz necessário, frente a tudo, analisar a situação destes jovens soldados *que em sua maioria não ultrapassavam 18 anos*.

1) Em primeiro lugar, haviam sido confiados, por seus pais, à guarda hierárquica máxima da arma que se tratava.

2) Por sua vez, havia-se formado, entre os jovens soldados e o Estado, no momento de sua incorporação ao serviço militar, uma relação de caráter administrativo que gerou direitos e obrigações de que deveriam ser cumpridos por ambas as partes: pelo soldado e cada uma das Forças Armadas e seus respectivos Comandantes-em-Chefe. *A obrigação fundamental destes últimos, consiste em que nunca possam estar alheios ou desinformados sobre a sorte dos soldados colocados sob sua custódia*.

3) Por outro lado, as atividades dos conscritos se realizavam e estão sob o controle total e permanente de seus superiores. Portanto, tendo sido considerados suspeitos de estar implicados em ações à margem da lei, as Forças Armadas contavam com todos os meios legais para sancionar legalmente o presumido infrator.

Modalidades de detenção

Fora de suas famílias, em cujo seio e até o momento de sua incorporação, os jovens haviam gozado da proteção de seus pais, e a partir do momento em que a hierarquia das Forças Armadas é encarregada de sua guarda, produz-se o duplo processo, que se dá, de maneira semelhante, em mais de 135 denúncias de desaparecimentos forçados de cidadãos que cumpriam o serviço militar: pelo estado de indefesa desses jovens, seus captores operavam com todas as facilidades que lhes oferecia o domínio da situação. Por outro lado, aqueles que exerciam o poder de mando não eram responsáveis, ou compartilhavam a responsabilidade pelas omissões ou por algumas presumidas ordens, que poderiam ter repartido para tornar possíveis as detenções ilegais. Estas detenções se efetuavam dentro do mesmo âmbito a que estavam destinadas, como ocorreu em uns 35% dos casos; no domicílio dos soldados (18%); em 29% quando o soldado saía de “licença” ou em “comissão”; em 7% na rua, por pessoas à paisana; em 4% imediatamente depois de terem tido baixa; ficando um restante de 5% de casos de desaparecimentos ocorridos em outro tipo de circunstâncias.

“Meu filho estava cumprindo o Serviço Militar na Marinha, no Edifício Libertad — diz Eusebio Finguerut, referindo-se a seu filho Pablo Alberto Finguerut - (Pasta nº 4196). No dia 14 de junho do mesmo ano, as autoridades navais denunciam a tentativa de realização de um ato terrorista, esclarecendo que o mesmo não teve consequência alguma quanto a pessoal militar e/ou bens materiais. Disto foi acusado meu filho, Pablo Alberto, pela única razão de ter sido ele o único dos conscritos designados ao setor do fato de referência, que se achava ausente do mesmo. Baseado nesta notícia, pedi audiência com o Almirante Massera, por telegrama conferido, e em 16 de junho me apresentei no Edifício Libertad”.

O insólito do caso é que, ao invés de dar-se-lhe informações sobre seu filho, o senhor Eusebio Finguerut ficou preso, à disposição do PEN. Cumpriu um ano de

prisão, depois do qual foi autorizado a sair do país. Na Inglaterra, onde se exilou, recebeu notícias provenientes de um prisioneiro político libertado, de que seu filho Pablo tinha sido assassinado por seus captores, mediante sessões de tortura.

Não há dúvida de que a detenção do pai pretendia impedir que este ativesse a investigação pertinente.

O denominador comum de todas as respostas oficiais: a deserção

A resposta sistemática aos familiares que inquiriam sobre a sorte de seu filho desaparecido quando prestava serviço, foi que “este havia desertado”. Ou seja, cada vez que se perguntava por seu paradeiro, o relatório das autoridades militares se limitava a manifestar: Que “o soldado havia dado baixa da Instituição. 1) Por ter saído da dependência em que prestava serviço, para cumprir uma comissão, sem haver regressado. 2) Por ter estado de licença, sem ter-se apresentado em tempo devido a seu destino. 3) Por ter fugido.

Nos âmbitos militares respectivos, expediram-se sumários por “deserção”, cumprindo com isto uma formalidade que não constituía senão uma desculpa fraca, para encobrir os fatos.

“Meu filho prestou seu Serviço Militar no cargo de soldado-furriel, na Companhia de Comandos e Serviços “Baterias”, do Batalhão de Infantaria de Marinha I, com sede na Província de Buenos Aires — diz Guillermo Osvaldo Aguilar - (Pasta 4041). No mês de setembro de 1976, recebi sua última carta da unidade em que prestava serviço, anunciando sua próxima saída e reintegração ao lar.

Transcorrida a data prevista e na falta de qualquer notícia dele, escrevemos à Unidade Militar, e as cartas nos foram devolvidas com o esclarecimento de que havia dado baixa em 29/9/76, o que mais tarde foi confirmado por minha esposa, que viajou especialmente até lá, para confirmar o que acontecera a nosso filho. Segundo informações de dois soldados que serviram com ele, ambos de Córdoba, meu filho não saiu de licença junto com eles...”

Ora, Guillermo Aníbal Aguilar, como a maioria dos jovens de sua idade que faziam serviço militar, mantinha assídua correspondência com seus pais. Como se pode supor que, estando de licença, não tenha se comunicado com eles; que não tenha enviado a menor notícia sobre seu paradeiro; que jamais tenha escrito uma linha a um amigo, a seus irmãos? Como se pode supor que, depois de prescrita a ação legal de deserção, nem ele nem nenhum dos presumidos “desertores”, tenham-se apresentado para dar encaminhamento aos trâmites para recuperar sua documentação pessoal retida pela autoridade?

Em outros casos, a explicação dada aos pais era de que o soldado tinha “fugido”, levando consigo todos seus pertences. Diante do pedido de informações que esta Comissão enviou ao Sr. Ministro de Defesa da Nação, com motivo da suposta deserção do recruta *Enrique Ríos*, que no mês de outubro de 1976 se encontrava na Bateria Comando e Serviços G.A. 101, Junín, Província de Buenos Aires, foram recebidas as fotocópias autenticadas da atividade consumada pelo referido soldado.

Segundo as mesmas, o conscrito Enrique Ríos, enquanto cumpria seu plantão no “rancho” da tropa da Unidade, fugiu do quartel no dia 30 de outubro, aproximadamente às 19h30. Ora, conforme a denúncia efetuada por seus familiares diante desta Comissão - (Pasta n.º 2202), a última vez em que sua família o viu foi em 20 de outubro do mesmo ano. Tinham freqüentes contatos com o jovem, pelo que, ao não receber notícias no final de outubro e início de novembro, seu pai Hilario Ríos e seu irmão Juan Raúl, dirigiram-se à Unidade onde prestava serviços. Ali, as autoridades militares, sob cujo comando havia estado, comunicam ao pai que Enrique figurava como desertor e que “por seu bem e de sua família não fosse mais”. Até o dia de hoje nada se soube de Enrique; entretanto, por sua personalidade, e pelo registrado na breve história de sua juventude, era apegado aos seus, disciplinado e trabalhador. Este era o conceito que tinham, também, seus superiores, que no relatório correspondente afirmam que tanto sua moral como sua conduta eram boas.

“Me transferem à Colonia Sarmiento, Chubut. Estou bem. José Luis”. Este simples telegrama deixou os pais de José Luis Rodríguez Diéguez, intranqüilos, pois dias antes tinham recebido uma carta do mesmo, dizendo: “Me disseram que tinha dado provas de ser muito bom soldado; que tinha colaborado muito na Companhia, mas que efetivamente eu estava “marcado” como esquerdista e, por segurança, pediam esta transferência do Comando”.

José Luis Rodríguez Diéguez - (Pasta n.º 2295) tinha-se incorporado ao Exército no dia 16 de março de 1976, e desapareceu enquanto realizava uma “missão de serviço”, em 19 de outubro do mesmo ano. Sua história é uma das mais comovescentes, pela correspondência que mantinha com seus pais e irmãs, nas quais refletia sua vida cotidiana no Regimento n.º 21, Companhia “A”, em Las Lajas, Neuquén, até o momento em que se determina sua transferência ao Regimento n.º 25, em Sarmiento, Chubut, por ordem do Comando-em-Chefe do Exército:

“Viajando sozinho durante cinco dias, meu filho chega a seu novo destino, no dia 17 de outubro de 1976. No dia 19, quarenta e oito horas depois de ter-se apresentado no Regimento 25, desaparece. De acordo com as informações obtidas pessoalmente por mim, na dita Unidade Militar, e que me foram proporcionadas pelo próprio Chefe do mencionado Regimento 25, Companhia B, em Sarmiento, Chubut, no dia do desaparecimento, meu filho tinha saído em missão de serviço, às ordens de um Sargento e com outro soldado, em uma camioneta. Perto do quartel este veículo quebra; o sargento lhe ordena voltar e pedir ajuda, dirige-se ao quartel, e neste trajeto, próximo à dita unidade militar, desaparece. Após alguns dias o dão como desertor, e é aqui que surge minha dúvida. E isto não apenas porque conhecíamos a natureza de José Luis, mas pelas duas razões seguintes: em 1.º de agosto, enquanto estava em Las Lajas, Neuquén, foi enviado em comissão, sozinho, à Capital Federal, para fazer compras e levar as incumbências para o Regimento n.º 21, missão que cumpriu satisfatoriamente; por este motivo lhe entregam um diploma de agracedimento. E, segunda razão, que durante sua viagem de transferência de Las Lajas a Sarmiento, Chubut, em cada lugar que tinha que parar à espera de combinação de transporte, aproveitava para escrever-nos, e nunca manifestou tal idéia; se tivesse querido desertar, tinha todas as oportunidades a seu favor durante o trajeto de tão longa viagem. Pôde fazê-lo antes de apresentar-se às autoridades da Unidade à que foi transferido, zona totalmente desconhecida por ele” - (Pasta n.º 2295).

Em todos os casos, os juízes intervenientes nos recursos de Habeas-corpus solicitados em favor dos soldados, nunca receberam menção alguma das circunstâncias da deserção.

Em alguns casos, registra-se que o seqüestro efetivou-se imediatamente após a baixa do soldado, e enquanto este ainda se encontrava sob jurisdição militar, seja dentro da unidade do Exército na qual servia, seja no veículo do Exército que o conduzia ao local de seu domicílio.

Também se deu o caso de soldados que desapareceram na via pública, mal começavam a gozar sua licença anual. As operações tinham sido planejadas cuidadosamente; em algumas oportunidades, grupos armados se apresentaram no domicílio da futura vítima, ou então automóveis suspeitos rodeavam o lugar, sem conseguir passar despercebidos pela vizinhança.

“Bom velho, me faltam dez dias”, é o feliz anúncio que Miguel Angel Hoyo - (Pasta n.º 2278), fez a seu pai, em carta que lhe dirige da Base Naval de Ushuaia.

“Responde-me esta carta, se calculas que chega antes do 2/8/77. Eu, em todo caso, lhes mando um telegrama quando souber bem quando vamos embora e a que hora estaremos em Buenos Aires. Amanhã temos uma “pelada” como despedida, todos os colegas de minha divisão”.

E esta foi a última noite feliz de Miguel Angel, ainda desaparecido, desde 3 de julho de 1977. Tinha subido, junto com seus companheiros, no avião que o conduziria a Ezeiza, depois; segundo o depoimento de sua mãe, Lucinda Estela Guarda de Hoyo:

“Subiram duas pessoas à paisana, que o separaram dos outros soldados e, em Río Gallegos, mais dois indivíduos, que o custodiaram, segundo o que disseram seus companheiros. O único dado é que o Cabo Pérez vinha com os conscritos que tinham dado baixa” - (Pasta n.º 2278).

Miguel Angel Hoyo ingressou no serviço militar em 30 de maio de 1976. Foi, em duas oportunidades, à sua casa, em uso de licença. Em 29 de junho de 1977, um grupo armado se apresentou na casa de seus pais, de Bairro Marabó, Gen. Rodríguez, Província de Buenos Aires, e tratou de averiguar as últimas notícias que tinham de Miguel Angel. O desaparecimento ocorre trinta e três dias depois.

Os pais do conscrito Luis Pablo Steimberg, relatam assim as circunstâncias de seu desaparecimento:

“Nosso filho Luis Pablo Steimberg, soldado classe 1955, que prestava serviço na Companhia de Comando do Colégio Militar da Nação, foi seqüestrado em 10 de agosto de 1976, em torno das 20h30, na esquina das ruas Rams e Brown, de Morón. Estava em uso de licença anual, e saiu de casa com a intenção de assistir uma sessão cinematográfica na Capital Federal, em companhia do soldado Mario Molfino, do mesmo Colégio Militar” - (Pasta n.º 1666).

Estavam a duas quadras de sua casa, na esquina citada, quando dois indivíduos armados descem de uma pick-up cor branca e o obrigam a subir na mesma, partindo velozmente. Várias horas antes, alguns vizinhos tinham percebido a presença de um automóvel Peugeot cor tijolo, chapa C-015600, com quatro indivíduos em seu interior. Todos estes dados são recolhidos pessoalmente, e o portadocumentos com a identificação de Luis Pablo foi encontrado por vizinhos no lugar onde ocorreu o fato.

Por outro lado, expressa Laura Kogan, ao denunciar o seqüestro de seu marido - (Pasta n.º 1001):

“Meu esposo, Luis Daniel García, foi seqüestrado à 1 hora do dia 12 de agosto de 1976. Fomos acordados por fortes batidas na porta do apartamento. Ao abrir a mesma, entraram intempestivamente seis pessoas, das quais duas com uniformes de combate (do Exército). Estes se identificaram verbalmente como membros da Companhia Comando do Colégio Militar da Nação, onde meu esposo cumpria o Serviço Militar”.

Na planilha de Antecedentes Militares de Gerardo Jorge Cámpora - (Pasta n.º 299) lê-se: Unidade: Grupo I de Manutenção - Alistado em San Nicolás, Distrito Militar de Junín. Registra-se como data de ingresso: 26 de janeiro de 1977, e 7 de maio de 1977 figura como data em que é dada baixa por deserção. Quanto ao conceito que dele constava, o qualificativo é BOM. Nos quatro meses em que serviu em El Palomar, sede do Grupo I de Manutenção, como Suboficial de Semana da Companhia de Tropa, foi visitar só uma vez sua família.

“Nosso filho chegou em casa de licença, em 29 de abril de 1977 — diz sua mãe, Alicia Montaldo de Cámpora — Esteve em casa em uso dessa licença até o 1º de maio de 1977. Em 8 de maio, foi enviado à nossa casa um companheiro, de parte do Primeiro-Tenente Del Moral, perguntando se estava ali, e que se apresentasse.

“Inteirados dessa circunstância, fomos ao quartel, e o oficial pré-indicado nos informou que, no dia 1º de maio, nosso filho tinha efetivamente chegado ao quartel e se tinha trocado, passado o que, lhe deu a ordem de que fosse procurar um enfermeiro dentro do Regimento, e ao cumprir essa incumbência havia desertado. Deixo claro que nosso filho estava de fardeta, sem dinheiro e sem documentos”.

A única resposta lacônica das autoridades aos familiares, como na maioria dos casos, foi a seguinte: “Cabe-me informar que o soldado Gerardo José Cámpora - (C. 1958, M.I. 12.029.036 — D.M. Junín — D/E San Nicolás), teve baixa em 7 de maio de 1977, por haver consumado primeira deserção, qualificada no organismo onde se encontrava na qualidade de soldado-descrito — Grupo I de Manutenção, dependente desta Divisão, encontrando-se foragido na atualidade”. A flagrante contradição dos fatos salta à vista. Como é possível que um soldado que queira desertar não o faça enquanto está efetivamente de licença, e espera apresentar-se às autoridades e retomar suas funções para só então fugir?

Mas, neste caso, há outras evidências que provariam o destino real do soldado Cámpora. Um companheiro de estudos secundários do mesmo, chamado Pa-

blo Leonardo Martínez, foi detido na cidade de San Nicolás, em 4 de maio de 1977, por pessoal não identificado, e transferido a uma casa não individualizada, que estaria localizada frente ao bairro da fábrica Plastiversal. Essa casa era usada como local de torturas:

“Vendado e amarrado — diz Martínez — me introduziram em uma peça onde também se encontrava um grupo indeterminado de pessoas na mesma situação minha. Pelo tipo de respiração agitada que me era conhecida, deduzi que quem se encontrava a meu lado era Gerardo José Cámpora, amigo e companheiro de escola primária e secundária. Depois nos levaram à Unidade n.º 3 do Serviço Penitenciário Provincial, ou seja, à cadeia de San Nicolás. Ao chegar ao Pavilhão dos calabouços, nos tiraram os cordões dos sapatos e nos perguntaram os nomes, aparentemente para anotá-los. Por isso, apesar de estar vendado e não poder vê-lo, ficou definitivamente confirmado para mim que quem vinha nesta viagem comigo, era Gerardo José Cámpora”.

Em todos os casos, os relatórios fornecidos aos magistrados pelos organismos requeridos, limitaram-se a declarar que a vítima não se encontrava detida à disposição do Poder Executivo ou de autoridade alguma, em consequência de que, estes Habeas-corpus foram desconsiderados.

G. Desaparecimento de jornalistas

Se cabe assinalar uma categoria que notoriamente esteve sob a ótica preocupada do sinistro aparelho de perseguição e repressão político-social, montado pelo governo militar, forçosamente deverá mencionar-se os jornalistas argentinos. Não foi por casualidade ou por erro que é tão alta a quantidade de vítimas, em proporção aos profissionais que integram o setor: além de afetar, com este ataque, o vasto campo da cultura, sempre vista com receio pelas ditaduras, é evidente que se escolheu silenciar um grupo social de grande importância, para impedir, pela base, todo tipo de questionamento público.

Naturalmente, a atividade jornalística sempre convocou a mais diversa gama de intelectuais, personalidades da arte e das letras, assim como gente com alto grau de inquietude política e sociológica. Além disso, os organismos sindicais que agrupam os jornalistas, destacaram-se por sua firme atitude de defesa de seus associados, e em tal sentido sobressaíram-se no cenário de lutas pela vigência da liberdade de pensamento, com particular brilho.

No próprio dia 24 de março de 1976, a Junta de Comandantes-em-Chefe, em seu comunicado n.º 19, fez saber que seria “reprimido com reclusão de até 10 anos, aquele que, por qualquer meio de difusão, divulgasse ou propagasse notícias, comunicados ou imagens, com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar a atividade das Forças Armadas, de Segurança ou Policiais”.

O tempo foi dando conta do significado e alcance de tal advertência. Realizou-se intervenção militar na Federação Argentina de Trabalhadores de Imprensa; foram expulsos correspondentes de agências estrangeiras, e se procederam

a inspeções, fazendo-se queimar numerosos livros de bibliotecas privadas e públicas.

Em “La Razón” de 29 de abril de 1976, informava-se que o Tenente-Coronel Jorge Eduardo Gorleri, Chefe do Regimento 14 de Infantaria Aerotransportada, dependente do III Corpo de Exército, com sede em Córdoba, havia convidado jornalistas para assistir a queima de livros de autores marxistas ou afins, confiscados em diferentes livrarias dessa cidade, manifestando nessa oportunidade, que se procedia a “incinerar essa documentação perniciosa que afeta o intelecto, a nossa maneira de ser cristã... e, em última análise, o nosso mais tradicional acervo espiritual, sintetizado em Deus, Pátria e Lar”.

Um grande número de jornalistas sofreu a prisão, o desaparecimento ou a morte.

Os repressores “entendiam” que os jornalistas punham em risco o pretendido consenso que devia acompanhar as muito polêmicas e comprometedoras facetas de ação do Governo, assim como o sigilo e segredo com que operava o aparato repressivo ilegal, que devia paralisar, pelo pânico, toda a Nação.

A simples possibilidade de que se publicassem denúncias, ou que se dessem a conhecer notícias sobre o que estava acontecendo, foi vivida pelo Regime como um perigo maiúsculo. Era preciso fazer algo mais que aplicar as “patrióticas” medidas de “controle” sobre as vozes opositoras ou simplesmente interessadas em transmitir, com aproximação objetiva, os acontecimentos da realidade. Era preciso fazer sentir aos que trabalhavam no meio da imprensa, todo o peso do aparato terrorista, para desencorajar de antemão a menor intenção de crítica ao governo, impedindo assim o menor indício que confirmasse, publicamente, a espantosa sorte reservada aos milhares de vítimas de seqüestros cotidianos.

Apesar de ser um dos problemas mais graves que afetou o País, ou talvez por isto mesmo, manteve a opinião pública desinformada sobre o que estava acontecendo.

Foi assim que os meios de comunicação social em geral se abstiveram de difundir a prisão de pessoas consideradas como elementos subversivos pelas autoridades. Todo o País sabia que se praticavam detenções, mas lhe era vedado saber quantos eram os detidos, quem eram, e para onde eram levados. Nos primeiros anos, os jornais de maior circulação até consideraram prudente evitar a publicação de “a pedidos”, com as listas das pessoas procuradas por seus familiares.

É sintomático, nesse sentido, o “Memorando Interno nº 44”, do jornal cordobês “La Voz del Interior”, datado de 22/4/1976, e dirigido à Secretaria de Redação do matutino, que diz assim: “Córdoba, 22/4/1976. Por disposição desta Direção, e com motivo das diretivas do Comando do III Corpo de Exército desta data, não se deverão publicar anúncios de familiares de supostos detidos, que desejam conhecer seu paradeiro”.

A conseqüência foi que amplos setores da população acreditaram, ingenuamente, na inexistência do problema ou, ao inteirar-se dos casos concretos, incorreram em incredulidade ou, no máximo, não lhe deram importância.

Paralelamente, no período correspondente aos primeiros meses de governo “de fato”, quando este instrumentou o embasamento funcional para o cumprimento de seus fins e objetivos, produz-se a mais alta proporção de seqüestros de jornalistas. Certamente, ao longo do ano de 1976, foram privados, irregularen-

te, de sua liberdade, situação que se mantém no presente sem reaparecimento de seus corpos, 45 profissionais da imprensa. Nos oito meses seguintes, desapareceram mais 30, estimando-se que o algarismo total de “desaparecidos” dessa associação, ascenda a uma centena.

Cabe adicionar, para esboçar mais propriamente o quadro, que mais de cem jornalistas foram encarcerados sem processo judicial algum, a partir de 24/3/1976, cifra por demais ilustrativa, à qual devem somar-se o grande número que teve de abandonar o território nacional, em função do grave perigo de vida que corriam.

Esta Comissão elaborou sua informação com inquestionável quantidade de pessoas que acreditavam no que havia sido quase uma constante: a participação de forças públicas nos seqüestros, na destruição, no saque e até na extorsão dos familiares das vítimas.

Somente a título de exemplo, daremos a seguir, referências sintetizadas de alguns dos casos denunciados:

Desaparecimento de Héctor Ernesto Demarchi - Pasta n.º 802

Era redator de “El Cronista Comercial” e membro do Comitê Executivo da Associação de Jornalistas de Buenos Aires. Renunciou a seu trabalho junto a esse jornal, pelo temor de acabar reprimido por sua atividade sindical em qualquer momento. Entretanto, no dia 5/8/1976, ao ir à sede do jornal para cobrar uma liquidação de salários, em plena luz do dia, juntamente com um companheiro de trabalho, foi seqüestrado por um grupo armado, a meia quadra do Edifício do Ministério de Trabalho da Nação e introduzido em uma camioneta “Chevrolet”, cujo número de placa se conhece. Nunca mais se teve notícias dele.

Desaparecimento de Enrique Raab - Pasta n.º 276

Este infeliz jornalista trabalhou, em um momento, para os jornais “Clarín” e “La Opinión”, assim como nas revistas “7 Días” e “Visión”. No dia 16/4/1977, a quadra onde fica seu apartamento foi totalmente cercada por pessoas fortemente armadas, a escassos cem metros da Delegacia Regional Iº, da Capital Federal. Obrigaram o porteiro a acompanhar os captores até o apartamento, metralharam a porta de entrada (ferindo Raab), e encapuzaram ambos os moradores, Raab e Daniel Giron, para introduzi-los em um veículo que partiu com destino desconhecido. Uma semana depois Girón foi libertado, sem conhecer-se ainda a situação de Raab.

Desaparecimento de Haroldo Pedro Conti - Pasta n.º 77

Além de jornalista, incursionou pela docência, teatro, cinema e literatura. Recebeu os seguintes prêmios: Revista “Life” (1960); Fabril, em narração (1962);

Municipal (1964); Universidade Veracruzana (1966); Barral Editor (1971) e Casa de las Américas (1975). Colaborou na revista "Crisis", em Buenos Aires.

No dia 4 de maio de 1976, foi preso quando retornava à sua casa da Capital Federal, à meia-noite, junto com sua companheira Marta Beatriz Scavac Bonavetti e seu bebê. Ali deveria esperá-los um amigo. Ao chegar, o amigo já se encontrava manietado, havia um grupo de indivíduos à paisana, que bateram brutalmente no par e o prenderam ali mesmo, enquanto brigavam pela partilha do "botín": os salários de ambos, recebidos esta manhã, efeitos patrimoniais de toda natureza, etc., deixando raros móveis de grande tamanho. Roubaram os originais de toda a obra de Conti e documentação pessoal.

Levaram Conti e o amigo em vários automóveis, que incluíam o próprio carro de Conti, que também não apareceu mais. A Sra. Scavac teve que sair por uma janela com seus 2 filhos, já que a porta foi fechada à chave, e o aparelho de telefone roubado. Segundo versão de vizinhos, os captores regressaram pouco mais tarde, talvez a fim de levá-la. Foi quase imediatamente à 29ª Delegacia de Polícia, onde a atenderam zombeteiramente e nem sequer se moveram para verificar o estado em que ficara o apartamento, onde tudo estava revolido. Diante do Poder Judicial, não teve melhor sorte, uma vez que em pouco tempo as acusações foram arquivadas.

A Sra. Scavac explica que nos meios de imprensa lhe declararam o seguinte:

"tinham ordem do governo de não informar sobre o seqüestro de Conti".

Depois de entrar com diversos recursos de Habeas-corporis, com resultado desfavorável, iniciou-se, em 21 de março de 1983, uma nova solicitação de Habeas-corporis diante do Tribunal Federal nº 3, da Capital Federal, Secretaria nº 7. Os elementos inovadores que se incorporaram a esta ação são os seguintes: a) Os jornais com data de 13 de novembro de 1982 deram notícia da detenção, na cidade de Genebra, Suíça, de três argentinos que declararam pertencer a grupos secretos de repressão política, autores de seqüestros extorsivos, cujos "resgates" cobriam no país onde foram apreendidos, e que declararam estar em condições de fornecer informações sobre o destino de Conti ("Clarín", 13/11/82); b) Com base nas fotografias divulgadas dos indivíduos detidos na Suíça (Bufano, Martínez e outros), a Sra. Scavac reconheceu que o "amigo" que se achava na casa antes de chegarem as forças armadas que capturaram Conti, e que dizia chamar-se "Juan Carlos Fabiani" (que tinha procurado Conti uma semana antes do seqüestro, solicitando "asilo", por sentir-se perseguido pela polícia, em virtude de sua militância política) — era o preso Rúben Osvaldo Bufano — pertencente, segundo suas declarações, ao Batalhão 601, do Exército —. Os filhos de Conti — Marcelo Haroldo e Alejandra — do primeiro matrimônio, também reconheceram as fotografias, já na sede judicial, como pertencentes ao "amigo", a quem viam na casa de seu pai quando o visitava; c) O ex-cabo da Força Naval, Raúl David Vilariño, lembra ter visto Conti seqüestrado na ESMA; posteriormente, reconhece sua fotografia.

Segundo a extensa e detalhada narração feita pela filha do escritor, Patricia Cecilia Walsh, seu seqüestro ocorreu no dia 25 de março de 1977, na Capital Federal, nas proximidades da Estação Constitución, onde havia chegado de sua casa na localidade de San Vicente — Província de Buenos Aires — para realizar diligências.

No dia anterior, havia articulado a circulação pública de uma carta aberta à Junta Militar de Governo, na qual desenhava o quadro de violação dos direitos humanos e dos prejuízos à economia nacional que o regime caracterizava.

Na data do desaparecimento, devia encontrar-se, em um departamento da cidade de Buenos Aires, com sua companheira, com quem vivia há anos, o que não aconteceu, circunstância que a fez dirigir-se à casa de San Vicente, que encontrou com inúmeras marcas de projéteis balísticos de grosso calibre, pelas quatro paredes externas, e totalmente saqueada e até com sinais de bombardeios com granadas, atiradas no terreno onde fica o imóvel. Pela versão de vizinhos, chegaram à noite cerca de quarenta homens fortemente armados, que atacaram o local durante não menos de duas horas, estando a casa vazia.

A partir de fatos específicos, o jornalista se achava alertado sobre a insegurança de sua situação. Devido à morte, por forças de segurança, de sua filha María Victoria Walsh, e à invasão de sua casa no Delta del Tigre, com saque total de seus pertences.

Deve-se notar que, entre os objetos de valor roubados em sua casa de San Vicente, encontravam-se os originais de toda sua obra, inclusive a inédita, de uma longa vida de produção intelectual.

De vários depoimentos prestados frente a esta Comissão (Sara Solars - Pasta n.º 4442); María Alicia M. de Pirlés - (Pasta n.º 5307), decorre que Walsh chegou morto à Escola Superior de Mecânica da Armada. Da mesma forma, outra testemunha (Graciela Beatriz Daleo - Pasta n.º 4816) assegura ter visto, na ESMA, documentação identificatória e escritos pessoais da vítima, o que é reforçado pelo testemunho de Enrique Mario Fuckman - (Pasta n.º 4687). Segundo declara a filha de Walsh, também outros, como o Dr. Martín Grass, viram ali o corpo do infeliz escritor.

A denúncia desses fatos foi levada à Justiça Federal no dia 5 de junho de 1984, ficando radicada no Tribunal n.º 4 da Capital Federal.

H. Sindicalistas

30,2% dos detidos-desaparecidos denunciados à Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, são operários, e 17,9%, empregados (dos 21% que representavam os estudantes, um em cada três, trabalhava).

No ponto 2 (denominado "Missão") do Decreto Secreto 504/77 (Continuação da Ofensiva Contra a Subversão), que substitui e ordena incinerar a Portaria 222/76 ("Operação-Piloto no Âmbito Industrial"), se lê o seguinte texto:

“O Exército agirá seletivamente sobre os estabelecimentos industriais e empresas do Estado, em coordenação com os organismos estatais relacionados ao âmbito, para promover e neutralizar as situações conflitivas de origem trabalhista, provocadas ou que possam ser exploradas pela subversão, a fim de impedir a agitação e ação insurreccional de massas, e contribuir para o eficiente funcionamento do aparelho produtivo do País”.

Por sua vez, o então Ministro do Trabalho, General Horacio Tomás Liendo, afirmava:

“...respeito à *subversão* no âmbito fabril, sabemos que ela tenta desenvolver uma intensa e ativa campanha de terrorismo e intimidação a nível do setor trabalhista. É necessário conhecer o modo de agir da subversão fabril, para combatê-la e destruí-la. Isto se manifesta por alguns dos procedimentos seguintes: o doutrinamento individual e de grupo, para a conquista das classes operárias, colocando-se à cabeça de falsas reivindicações desse setor; a criação de conflitos artificiais para conseguir o confronto com os dirigentes empresários e o desprestígio dos autênticos dirigentes operários. Frente a isto, o governo e as Forças Armadas comprometeram seus meios e seu máximo esforço, para garantir a liberdade de trabalho, a segurança familiar e individual de empresários e trabalhadores e o *aniquilamento desse inimigo de todos*. Mas cabe a reflexão de *aqueles que se distanciam do desenvolvimento normal do “Processo”, procurando o benefício individual ou do setor, convertem-se em cúmplices dessa subversão que devemos destruir, do mesmo modo que aquelas que não se atrevam a assumir as responsabilidades que esta situação impõe*. (“La Nación”, 12.11.77).

Ameaças repressivas cujo destinatário final pode ser, em sua deliberada imprecisão, qualquer setor ou pessoa.

Uma preocupação semelhante parece surgir das palavras do pró-vigário castrense Monsenhor Victorio Bonamín:

“... O país tem percebido que o sindicalismo constituiu sempre uma força indubitável, que chegou a ter um poder político que não lhe era devido, e que parece como se o quisesse recuperar, se é que o perdeu em algum momento...” (“La Nación”, 12.11.77).

Analisando as datas em que se efetuaram as detenções dos trabalhadores que permanecem ou estiveram desaparecidos, observamos que uma alta porcentagem das operações efetuou-se no mesmo dia do golpe, ou em datas imediatamente posteriores.

O *Estaleiro Mestrina*, da zona norte de Buenos Aires, foi o teatro da detenção, em 24/3/76, dos delegados operários Hugo Javier Rezeck - (Pasta n.º 658), cuja mulher também foi seqüestrada em sua casa em 16/3/76, enquanto o procuravam; Pandolfino, Salvador, Jorge Lezcano, Albornoz, Zoilo Ayala, Boncio. No caso deste, é significativa a declaração de sua mãe, que manifesta que desde o momento dos seqüestros “não existiram novos delegados sindicais na empresa”.

Todos estiveram detidos na Delegacia de Tigre. Ali seus familiares puderam fazer-lhes chegar alimentos e roupa, durante uma semana, ao final da qual lhes foi comunicado que “quem os havia trazido, os havia levado”.

Hugo Javier Rezeck foi visto em Campo de Mayo por Pedro Palacios García - (Pasta n.º 5603).

Outro estaleiro que foi duramente atingido pela repressão na mesma zona, foi Astarsa, de San Fernando. Diz uma das denúncias que se refere ao desaparecimento de Rodolfo José Iriarte - (Pasta n.º 6674), delegado sindical, membro da comissão interna de segurança industrial do dito estaleiro, que foi detido em seu local de trabalho no dia 24 de março de 1976, às 6h da manhã, junto a outros 60 operários e empregados da mesma empresa, pelo Major Ricardi, da Escola de Engenharia de Campo de Mayo. Declara a esposa do desaparecido:

“...que nessa oportunidade foram presos uns 60 operários e empregados, aproximadamente, tendo os repressores uma lista de pessoal da empresa (segundo informou o próprio Major Ricardi à denunciante). Que a vítima foi levada em seu próprio automóvel à Delegacia de Tigre. Que a declarante foi seguindo seu marido nos diversos locais onde esteve detido, até o Destacamento de Don Torcuato, depois do que perde todo sinal dele.

“Em Don Torcuato, dizem-lhe que traga antibióticos e medicamentos para seu marido, que se encontrava com problemas, segundo manifestado pelos agentes. Que dali leva roupa suja de seu marido, que tinha manchas de mertiolate, o que faz supor que estava com algumas feridas, trazendo-lhe roupa limpa. Que até fins de abril de 1976, seu esposo estava detido em Don Torcuato, onde lhe informaram, nessa data, que seu marido tinha sido retirado dali, sem explicar-lhe quem o levava nem para onde. Que em uma das tantas buscas pelo paradeiro de seu marido, teve contato com a Escola de Engenheiros de Campo de Mayo, sendo atendida pelo Major Ricardi, que expressou à denunciante que ele mesmo tinha detido seu esposo por ordens que tinha recebido e disse que está à disposição dos três Comandantes-em-Chefe. Que no Ministério do Interior, foi atendida por uma pessoa que não pode identificar e que lhe deixou ler o expediente n.º 178.383/76, que dizia que “Rodolfo José Iriarte, está detido e à disposição da Área 710, com paradeiro desconhecido”, e isto estava datado de 9 de junho de 1976, aproximadamente, segundo o Relatório proveniente da cidade de La Plata”.

Em 20 de maio de 1976, desapareceu Ramón Humberto Poiman; em 10 de junho desapareceu Hugo Rivas, e em 29 de setembro, Jorge Elbio Lezcano. Os quatro eram delegados sindicais em *Astarsa*.

Em 24 de março de 1976, desapareceu René Salamanca, ex-Secretário-Geral de Mecânicos de Córdoba (SMATA) (Pasta n.º 6541). Segundo depoimentos recebidos por esta Comissão, em oportunidade de uma visita do General Menéndez ao Campo de La Perla, fez com que levassem Salamanca a ele, e depois de uma discussão entre ambos, ouviu-se o General Menéndez dizer, quando saía do local onde se encontrava: “A este quero que “transfiram” no primeiro caminhão”.

Diz Graciela Geuna (Pasta n.º 764):

“Tomás Di Toffino foi seqüestrado em 30/11/76, mas em meu entender, o plano que desembocou em seu seqüestro, começou muito tempo antes. Na realidade, os

seqüestrados de La Perla éramos reféns que podíamos servir a objetivos precisos dos militares. Em setembro de 1976, foi seqüestrado Patricio Calloway, loiro, com barba, olhos claros, em torno de 22 anos, membro da Juventude Peronista. Aconteceu que, frente à iminência de uma greve do Sindicato de Luz e Força, de Córdoba, os militares do Destacamento decidiram torná-la ilegal ou, como eles diziam, "montonerizá-la", encontrando assim, os pretextos para tachá-la de subversiva. Com esse objetivo, os próprios militares de La Perla imprimiram panfletos que eles mesmos assinaram "Montoneros". Panfletos que incitavam à greve os trabalhadores de Luz e Força.

"Quando os trabalhadores de Luz e Força começam a medida de força, dando uma vez mais um exemplo de conseqüência na resistência à ditadura militar, sob a direção, entre outros, de Tomás Di Toffino, aconteceu em La Perla uma ocorrência in-comum: numa noite levaram Patricio somente, o que nos pareceu estranho, já que as "transferências" se realizaram geralmente de dia e em grupos numerosos. Depois soubemos que tinham matado Patricio em frente a EPEC. Pelos meios de difusão, se disse que o acontecimento tinha sido um tiroteio entre as forças de ordem e um militante montonero que estava incitando à greve. Para esta simulação, puseram na mão de Patricio os panfletos que os militares haviam previamente imprimido em La Perla.

"Assim a greve se tornou ilegal, tentou-se criar terror entre os trabalhadores, e esta manobra macabra finalizou com o seqüestro, pouco depois, de Tomás Di Toffino. "Era um círculo inexorável: Patricio foi assassinado para justificar a repressão em Luz e Força. Os panfletos foram elaborados em La Perla. Di Toffino foi seqüestrado e levado a La Perla. Tudo começava e terminava em La Perla.

"Quando Tomás chegou a La Perla, como não puderam provar sua filiação política, inscreveram-no na lista diária como "canhoto tapado".

"Tomás foi transferido na segunda-feira, 20 ou 21 de fevereiro; nesse dia veio o General Luciano Benjamín Menendez, inspecionar à hora da transferência. Disseram-nos que, no caso de Tomás, o General Menendez presidiria o fuzilamento para "dar o exemplo", "consolidar a tropa", etc.

"Não foi este o único simulacro de confronto organizado pelo III Corpo".

Fica evidenciada a estreita relação entre a atividade sindical e os conseguintes conflitos com o desaparecimento de pessoas. É o caso do Secretário Geral do Sindicato de Luz e Força da Capital Federal, Oscar Smith, que desapareceu em 11 de abril de 1977, enquanto protagonizava ações reivindicatórias de caráter estritamente trabalhista.

Desse modo, a denúncia que o senhor Rosendo Abadía formalizou pelo desaparecimento de suas filhas Felicidad Abadía - (Pasta nº 667), de 27 anos de idade, contém gravíssimas imputações, que motivaram uma causa frente ao Juiz no Penal, Rolando Juan Satchmalieff, da Província de Buenos Aires. Diz o senhor Abadía em sua denúncia:

"... Entre a empresa e o pessoal, gerou-se um conflito por pedido de aumentos salariais. Frente a esta situação, o interventor convocou o pessoal, oportunidade na qual manifestou que se não largassem a atitude de trabalhar como diaristas para fazer a produção, alguém teria que se lamentar. Estas expressões foram ditas pelo Comandante Milarck, interventor do Sindicato e da fábrica, ao mesmo tempo. Em seguida, dois operários da mesma fábrica, os senhores Pablo Villanueva e Rodríguez, foram intimados, onde, na presença do senhor Penna, Chefe de Pessoal da fábrica,

o Comandante Máximo Milarck e um capitão de sobrenome Martínez, disseram-lhes que deviam comunicar a seus companheiros para que abandonassem a medida de força, pois se não o fizessem, seriam enquadrados na lei de Segurança, ou no decreto 20.400, que proibia esse tipo de medidas. Conste que o senhor Pablo Villanueva posteriormente foi seqüestrado da mesma forma que minhas filhas, e na mesma noite. Também devo denunciar que, por manifestações da esposa de Pablo Villanueva, haviam-no intimado, em uma oportunidade próxima ao conflito, à regional da Polícia Militar de Boulogne, onde também lhe tinham dito algo semelhante...”.

Suas filhas foram seqüestradas em 2 de novembro de 1977, aparentemente por pessoal militar:

“... Havia, em cada esquina do quarteirão, dois caminhões do Exército Argentino. Nessa noite levaram 5 pessoas da mesma fábrica Lozadur S.A., de suas respectivas casas...”.

O mais significativo para o senhor Abadía é que quem dirigia a operação

“...dedicou-se a revistar os dormitórios de minhas filhas, escutando eu que choravam, enquanto lhes ordenava que se vestissem; escutei também que lhes disse “para quê olhar tanto, será que não me viram antes?”.

Um dos casos exemplares é o da fábrica Ford, de General Pacheco, Província de Buenos Aires, no qual a ação repressiva centralizou-se nos delegados. Recolheram-se numerosos depoimentos, dos quais selecionamos alguns dos mais demonstrativos. Em todos os casos, trata-se de pessoas que têm permanecido como “desaparecidas” em Centros Clandestinos de Detenção e depois foram “legalizadas”, permanecendo geralmente como detidos à disposição do Poder Executivo Nacional durante vários períodos, para finalmente recobrar sua liberdade.

Dos depoimentos prestados frente a esta Comissão, destacam-se fatos coincidentes com a maioria dos anteriormente citados: época de detenção, atividade sindical das vítimas, etc.

Relata Adolfo Omar Sánchez - (Pasta n.º 7683):

“...no dia 25/3/76 os delegados sindicais foram convocados para uma reunião onde, pela parte patronal, estavam presentes Galarraga, gerente de relações trabalhistas; Marco, Gerente de fábrica de estampado, e Luis Pérez, representante trabalhista. Nessa reunião, Galarraga comunicou-lhes que a empresa já não reconhecia sua representatividade como delegados trabalhistas. Ao terminar a reunião, o mesmo lhes manifestou zombeteiramente: “Vocês vão mandar lembranças a um amigo meu, Camps”...”

(.....)
“...o declarante, nesse momento, não sabia de quem se tratava, até o dia de sua detenção...”

“...os delegados trabalhistas presentes à essa reunião eram o declarante, Amoroso, Murúa, Chitarrone, Manzano, Villagra, Castelli, Stortini e outros que não lembra com exatidão”.

(.....)
Que em 28/3/76, sendo aproximadamente 21 horas, encontrava-se em sua casa brincando com seus filhos, quando viu pela janela que estacionavam dois automóveis Torino, sem placa, dos quais descia um grupo de pessoas que bateu à porta.

(.....)
“Eram 7 ou 8 pessoas, alguns com barba e com capuz, vestidos com jaquetas, que portavam armas longas e Itakas. O que dirigia a “operação” se fazia chamar “Capitão”. Introduziram-no a força em um dos carros.

(.....)
“Que nesse momento lhe perguntaram se conhecia Juan Carlos Amoroso e lhe disseram que iam procurá-lo e que iam matar a ambos, a todos os peronistas, e que iam jogá-lo no rio.

“Sánchez destaca que não estava afiliado nem tinha participação em partido político algum, somente cumpria funções sindicais...

“Que nos dias posteriores foram levados a um lugar onde estavam outros companheiros da Ford, e de outras empresas como Terrabusi, Astarsa e do Estaleiro Sánchez...”

Trata-se da Delegacia de Polícia de Engenheiro Maschwitz, segundo pôde verificar a Comissão, mediante inspeção ocular de 12 de setembro de 1984.

Depois das mencionadas incursões noturnas, pela manhã o pessoal da Delegacia comentava ‘que tinham estado os militares...’

“Que depois de estar dois meses preso, um oficial do Exército levou-o para depor. Perguntou-lhe que atividade desempenhava na fábrica e lhe disseram que logo ia recuperar a liberdade, porque as informações eram boas. Que quase dois meses depois foram transferidos, ele e outros companheiros, à cadeia de Villa Devoto, em 19/5/76, ao setor 5º, onde ficou alojado com outras três pessoas em uma cela para dois. Em Devoto lhe comunicaram que estava à disposição do P.E.N...”

A esse depoimento podemos acrescentar o totalmente coincidente do Pastor José Murúa (Pasta nº 7688), e também delegado da Ford, que diz:

“... Em meio a zombarias e burlas, tais como ‘acabou-se a foda’; ‘empresta-me a raqueta, que as bolas nós temos’, o senhor (para chamá-lo assim, adiciona o declarante), Galarraga, desafia Amoroso e lhe diz: “recomendações a Camps”...”

O depoimento de outro delegado da Ford, Francisco Guillermo Perrota, também é coincidente com as declarações anteriores.

Pedro Norberto Troiani - (Pasta nº 1638) acrescenta outros elementos:

(.....)
Em 1970, seus companheiros o elegem delegado da seção por eleições livres e sob controle e responsabilidade de S.M.A.T.A. Sob o contexto pertinente, e devidamente autorizados pela empresa, se realizam novamente eleições, nas quais é reeleito, o que repete-se pela terceira vez no período seguinte. Isto ratifica sua boa conduta como pessoa, como companheiro e como delegado. Até o momento de sua detenção, suas relações como delegado, com a empresa, tinham sido boas.

(.....)
Em março de 1976, produz-se o golpe de Estado. A partir desse momento, a troca de relações entre a empresa com o declarante e seus companheiros é terminante. Diz que a partir do dia 25 começam a notar as primeiras detenções de seus companheiros dentro da fábrica. Nesse momento pediram explicações pelo abuso de autoridade que estava sendo cometido com os companheiros da fábrica. Ali interveio o gerente, comunicando-lhes que mantivessem a calma, porque estavam dispostos a “levar” quem quer que fosse. A partir desse momento foram sendo levados de duas a três pessoas por dia. Estes fatos, diz, foram efetuados por elementos pertencentes ao Exército e à Polícia Naval. Na terça-feira 11 de abril de 1976, pela manhã, ocorreu a detenção do declarante...

(.....)
“A todas essas, esta poderosa empresa ria de nós, e aparentando total desconhecimento do que estava acontecendo, enviava diversos telegramas intimando-nos a que nos apresentássemos para trabalhar dentro das 24 horas seguintes, ou seríamos despedidos por abandono de emprego. Diz que sua esposa respondeu a estes telegramas com um telegrama que dizia: “Detido dentro da empresa, Delegacia Tigre, seu conhecimento”, ao que a empresa Ford rejeita como improcedente. Esta, então, consegue entrevistar-se com o gerente de Relações Humanas, Sr. Fernández (ora falecido) que, na longa conversação que mantiveram, confirma que a empresa teve participação direta nestes acontecimentos, e a recebe várias vezes em sua casa de San Isidro, pelo pagamento da quinquena e salários que ele pessoalmente tramitou...”

Juan Carlos Amoroso - (Pasta nº 1638), por sua vez, em seu essencial depoimento, declara:

“Que em 23/3/76 a empresa reúne o corpo de delegados que se encontrava na fábrica de Estampado, estando presente, por parte da mesma, os senhores Marcos (gerente da fábrica de estampado), Pérez (representante trabalhista) e Galarraga (Gerente de Relações Humanas), e pela parte operária, entre outros, os companheiros Murúa (delegado da Linha de Imprensa), Sánchez (delegado de montagem) e o declarante. Que nessa reunião, o sr. Galarraga lê um papel que diz ter-lhe sido entregue por um coronel, a quem se negou a identificar porque ‘sua palavra bastava’, para exortá-los a trabalhar em suas tarefas, esquecendo-se de todo tipo de reclamações e, manifestou, que todo problema tinha-se acabado. Que como havia tratativas com a empresa para controlar as contas de seus salários, o declarante perguntou a Galarraga por dito controle, fazendo este senhor um gesto de contrariedade, aproximou-se dizendo ‘tem razão, esta reunião acabou’, e estendendo-lhe a mão lhe disse: ‘Amoroso, dê lembranças a Camps’, coisa que produziu uma gargalhada no Sr. Marcos. Como perguntou, por não conhecê-lo, quem era esse senhor, disse-lhe ‘já vai inteirar-se’, e os dois afastaram-se rindo...”

“Que ao descer a escada, esperava-os o Sr. Herreros, do Corpo de Representantes Trabalhistas da Companhia, que manifestou aos gritos ‘Devolvam a bola, que a raqueta agora está conosco’, dito no mesmo tom festivo da gerência. Que seguiram trabalhando normalmente até 28/3/76. À noite, apresentaram-se à casa do declarante dois carros carregados de homens fortemente armados, batendo até quebrar a porta, e ameaçando-o com armas longas; perguntaram-lhe se era delegado da Ford e um deles tinha um cartão Kardex com uma foto sua, perguntou-lhe se esse era ele...

Diz ainda que, ao vê-la, reconheceu a mesma como a ficha de ingresso na fábrica, e

a foto que tiraram na mesma, nove anos antes. Diz que tentou levar os documentos consigo, mas lhe disseram que onde iam não lhe fariam falta, mas que sim levasse um pulôver, com o qual, ao subir em um dos carros, o encapuzaram e o fizeram estender-se no chão do assento posterior, onde já havia outra pessoa, que depois identificou como o delegado da linha de carrocerias, Chitarrone. Levados a um Local de Detenção, introduziram-nos em um calabouço com várias outras pessoas. "Que como os repressores não voltaram a entrar por umas sessenta horas, foram tirando os capuzes e amarras, vendo que eram Sánchez, Murúa, Chitarrone e o declarante, e no calabouço da frente se encontravam Manzano e Cantelo (todos eles, Pasta nº 1638) companheiros que não via há aproximadamente dois meses, já que tinham renunciado à companhia. Que pediram água em muitas oportunidades, a gritos, ao pessoal que viam passar, mas que não lhes deram nada durante esse tempo, ainda que na segunda noite penetrassem na escuridão e, apontando-lhes armas curtas, voltaram a encapuzá-los e amarrar, ameaçando matá-los se se desamarrassem... Que ao quarto dia tiraram fotos deles, deram-lhes água e se identificaram como Polícia da Província de Buenos Aires, destacamento Maschwitz... "Mais tarde relata que foram transferidos à Delegacia de Tigre, onde eles não foram torturados, mas sim outras pessoas ali detidas".

A Comissão verificou a existência de dois Centros de Detenção, na Delegacia de Maschwitz e de Tigre, em inspeção ocular no dia 12 de setembro de 1984.

"... que no dia seguinte o pessoal policial dizia que haviam estado os militares, que eles não tinham nada que ver e esperassem o pior..."

Transferido a Villa Devoto, foi posto em liberdade vigiada em 23 de março de 1977.

Adrián Horacio García Pagliaro - (Pasta nº 4047), foi seqüestrado às portas da Caixa Nacional de Poupança e Seguro, em pleno Congresso, tendo seus seqüestradores esperado por ele em dois carros, na praça de estacionamento reservada à Comissão de assessoramento legislativo, cujo ingresso só é permitido a veículos oficiais. Todo o procedimento do 28 de março de 1977, às 17h15, foi observado pelo pessoal de vigilância da Caixa e por um agente de vigilância, que não somente:

"...deixaram de intervir em defesa de meu filho, mas ao tentar este reingressar na instituição, a fim de não ser seqüestrado, fecharam as portas de saída, impedindo-o de proteger-se, e deixando fechado ao resto do pessoal que se retirava..."

"... Faço constar que nessa data era Presidente da Caixa Nacional de Poupança e Seguro, o Coronel (R) Héctor Enrique Walter, o Chefe de Segurança era o senhor Adolfo B. Cuenya, e o senhor Enrique Calvo, era 2º Chefe de Segurança, a quem considero responsáveis pelo desempenho que caberia ao pessoal de segurança da Instituição, do agente de polícia de guarda na mesma".

"Desto modo, declara que três pessoas que se identificaram como pertencentes à Roubo e Furtos da Polícia Federal, seqüestraram da garagem localizada na rua México, 1586, o automóvel de minha propriedade, marca Fiat 600 R, chapa 651450, modelo 1974, cor vermelha. Não houve violação de domicílio. Oportunamente, pedi ao Coronel (R) Héctor E. Walter, que me informasse sobre o acontecido com meu filho, ao que me respondeu '...que tinha sido seqüestrado por elementos subversivos, que haviam entrado na praça da C.A.L., com documentos falsos..."

Adrián Horacio García Pagliaro foi visto no Centro Clandestino de Detenção “Quinta de Seré”, em Castelar, por sua companheira de trabalho, Carmen Graciela Floriani - (Pasta n.º 7372). Esta jovem — subdelegada na Caixa de Poupança e Seguro — foi detida no dia 2 de junho de 1977, na porta da Caixa, às 17h00, horário habitual de saída.

Dos vinte e seis empregados desta Caixa que foram seqüestrados, dezessete dos quais ainda desaparecidos, dezenove pertenciam ao corpo de delegados.

O Secretário-Geral da CTERA, Alfredo Bravo, foi detido na escola onde trabalhava, em 8 de setembro de 1977 e permaneceu 13 dias como desaparecido, sendo submetido a graves sevícias.

Marina Leticia Vilte - (Pasta n.º 1616), Secretária-Geral da Associação de Educadores Provinciais da Província de Jujuy, detida em 31 de dezembro de 1976, continua desaparecida.

Outro dirigente da CTERA, Eduardo Requena - (Pasta n.º 4826), foi seqüestrado em Córdoba, em 23 de julho de 1976, e visto depois por um liberado, Piero Di Monte, no Centro Clandestino de Detenção La Perla, onde soube de suas torturas e assistiu, em agosto de 1976, à sua “transferência”.

Desaparecimentos no meio trabalhista agrário

Entre os trabalhadores assalariados e pequenos produtores agrários, ocorreram numerosos desaparecimentos, previamente ao golpe militar de 24 de março de 1976, sob o império do estado de sítio, ditado em novembro de 1974, e depois daquele, especialmente nas províncias nortistas de Tucumán e Jujuy, e nas províncias litorâneas de Chaco, Formosa, Corrientes e Misiones; nestas últimas especialmente em relação às Ligas Camponesas. Entre aqueles que integravam as ditas Ligas, houve muitas vítimas, mortos, detidos, desaparecidos. Escolhemos um depoimento, ainda que estejamos cientes de que não é amostra total da dimensão da perseguição promovida contra os trabalhadores do campo, desta Zona.

Norma Blanca Tomasella, agricultora, membro das Ligas Camponesas Correntinas. Encontra-se desaparecida desde o mês de fevereiro de 1978, em Buenos Aires, data em que a família perdeu todo contato. A senhora Tomasella teve que abandonar a localidade de Goya, onde vivia, frente à iminência de sua detenção por pessoal à paisana que a procurava, no mês de maio de 1977. Deixou Corrientes frente à perseguição que vinham sofrendo os integrantes das Ligas Camponesas. Seu irmão já se encontrava detido à disposição do Poder Executivo Nacional, e outros membros da Liga tinham tido a mesma sorte, além de ter-se produzido o seqüestro e desaparecimento de Antonio Olivos.

Aproximadamente 15 dias depois de ter deixado seu domicílio, este foi invadido por pessoal da polícia provincial e federal, assim como pelo Exército. A última referência sobre seu paradeiro assinala que trabalhava como doméstica em uma casa de família em Buenos Aires - (Pasta n.º 832).

Em visitas realizadas ao Norte do país, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas teve contato com denunciante de perseguições ilegais a trabalhadores do lugar. Um exemplo bem esclarecedor, é o depoimento de Ernesto Reynaldo Saman - (Pasta n.º 4841), que foi detido em 24 de junho de 1976:

“...em circunstâncias em que se encontrava trabalhando na seção abastecimento, da empresa Ledesma S.A., recebeu comunicação de seu chefe de seção que devia apresentar-se de imediato no escritório de pessoal e sem a correspondente autorização para sair da fábrica. Enquanto se dirigia ao escritório de pessoal, e antes de sair da fábrica, duas pessoas à paisana, cujos nomes não pode citar porque não se identificaram, o detiveram...”

Em seguida descreve sua transferência à 24ª Delegacia, do Engenho Ledesma, de onde foi levado de imediato à sua casa por seus captores, seguidos por uma camioneta policial, com policiais uniformizados. Descreve a revista de sua casa e da de sua sogra, e o roubo de jóias e dinheiro em ambos domicílios, bem como os golpes que recebeu nesse tempo e as ameaças de morte. Transferido a Jujuy, relata sua permanência na Central de Polícia.

Estava de pé, olhando pela janela quando foi...

“...surpreendido nesta circunstância pelo Subdelegado Damián Vilte; este lhe apoiou a pistola na cabeça e manifestou que ia disparar se o encontrasse nessa atitude de novo. Também submeteu-se ao interrogatório do Delegado Ernesto Haig, que lhe disse que devia falar porque, senão, ia perder. Constantemente era transferido do quarto, até que no terceiro dia levam-no ao escritório do Subdelegado Damián Vilte, local em que se encontrava o Capitão Jones. Este Capitão lhe fez muitíssimas perguntas relativas ao tempo em que o denunciante era estudante em Tucumán. Presume que o objetivo era investigar se tinha qualquer conexão com organizações extremistas”.

(.....)

Depois o fotografaram e, no sétimo dia, lhe foi entregue uma certidão de que o deixavam em liberdade por falta de mérito. Poucos dias depois de sua liberdade, Samaan foi novamente detido ao apresentar-se à Delegacia Libertador General San Martín, requerido pela polícia. Novamente foi transferido ao Departamento Central de Polícia, de Jujuy, de onde em um carro-patrolha Ford Falcon, onde entra o subdelegado Damián Vilte e mais três pessoas, duas delas à paisana e a terceira, do Exército, com grau de Capitão, é levado com os olhos vendados a um local clandestino de detenção, onde lhe colocam o número 56 preso à roupa por um alfinete.

...A seguir introduzem-no em outro ambiente e empurram-no sobre outras pessoas, sempre com os olhos vendados e as mãos amarradas, e comunicam-lhe que a partir desse momento não tem “identidade”, e somente será identificado pelo número supracitado; posteriormente, cada vez que tinha oportunidade de comunicar-se com detidos que se encontravam ao redor, tratava de conhecer sua identidade...”

“...Conseguiu identificar Walter Hugo Juárez, e também tem conhecimento da permanência de Johny Vargas, Juan Jarma, Raúl Bartoletti, Luis Alfaro Vasco, Oscar Alfaro Vasco, Juan Miguel Lodi, Carlos Brandán, Alfredo Cortés, Rufino Lizarraga, Humberto Campos, Alfredo Mérida, Mario Núñez, Eduardo Cáceres, Jorge Ríos, Luis Escalante, Raúl Díaz, Casimiro Bache, Rubén Molina, Leandro Córdoba, Germán Córdoba, Miguel Angel Garnica, Domingo Horacio Garnica, Domingo Reales, Salvador Cruz, Román Riveros, Hilda Figueroa, Ana Maria Pérez, Delicia Alvarez e Eulogia de Garnica..”

“No dia 4 de agosto, é carregado num furgão com várias pessoas, transferido ao Departamento Central de Polícia, onde o alimentam frugalmente e liberam-no das amarras e da venda dos olhos. É levado para outro furgão, com mais 22 pessoas, e

transferido ao Instituto Penal de Vila Gorriti, onde lhe dão comida e notícias de sua família.

“Minha família era intimada com frequência ao R.I.M. 20, e recebida, em algumas oportunidades, pelo Coronel Bulacios que, em uma das entrevistas, expressou à sua esposa ‘... que o mesmo tinha confessado e assinado sua confissão como guerrilheiro’, e lhe mostra um papel com a assinatura do declarante. Além disso, lhe diz que também ela devia estar presa, e que seu filho que naquele momento contava com 6 meses de idade — também devia morrer, como devia morrer a guerrilha...”

Lembra que durante a permanência na penitenciária, o Bispo de Jujuy, Monsenhor Medina, oficiou uma missa, e no sermão expressou-lhes que sabia o que estava acontecendo, mas tudo isso acontecia para o bem da pátria e que os militares estavam trabalhando bem e que deviam comunicar tudo o que sabiam, para o que se oferecia pessoalmente para receber confissão. Comunica o declarante os bons ofícios em favor dos detidos, por parte do padre Labarca.

Constituem também uma clara evidência das perseguições a estes trabalhadores, os seguintes depoimentos:

Pantaleón Romero, agricultor, pai de oito filhos, delegado por sua Zona, nas Ligas Camponesas correntinas e Presidente da Cooperativa de Consumo de Perugorría - (Pasta nº 287), foi seqüestrado em sua residência, em 16 de março de 1977, por quatro homens armados que, sem identificar-se, obrigaram-no a subir num dos veículos. Os seqüestradores procuravam o filho maior de Romero, Jorge Raúl Romero. Até o momento, entretanto, se desconhece sua situação e seu paradeiro.

Juan Carlos Olivos, agricultor, delegado como os anteriores, das Ligas Camponesas, membro do consórcio que administrava o trator da zona — Paraje Las Palmitas, Corrientes —, foi seqüestrado a 16 de março de 1977, em seu local de trabalho. Antes de sua detenção, foi invadido seu domicílio, no qual se encontravam sua mulher e seus dois filhos, por pessoal à paisana que se apresentaram como policiais. Até esta data, não se possui nenhuma informação sobre seu paradeiro - (Pasta nº 826).

Mencionamos também o caso de Eduardo Fernández - (Pasta nº 823), mecânico, que desapareceu no dia 5 de agosto de 1976, em Bella Vista, Corrientes. Há uma referência que tinha sido visto na Brigada de Investigações de Resistencia, Província de Chaco.

Abel Arce - (Pasta nº 829), agricultor das proximidades de Goya, Província de Corrientes, desapareceu enquanto fazia o serviço militar na Companhia de Telecomunicações 121, de Goya, em 19 de maio de 1977.

Foi visto por numerosas testemunhas no Campo Hípico de Goya, Local Clandestino de Detenção e de tortura. Seu pai é cego e sua mãe está parálitica.

Em todo o país, as organizações dos trabalhadores sofreram sensíveis perdas em seus quadros. Chegaram a esta Comissão os detalhes do que aconteceu em março de 1975. Nessa época, agindo como verdadeiras tropas de ocupação, as forças legais e pessoas identificadas com braceletes do Bem-Estar Social, detiveram 300 pessoas, que foram colocadas à disposição do Poder Executivo Nacional; cometeram 30 seqüestros, seguidos de assassinatos, sendo a maioria das vítimas delegados e ativistas sindicais. Um dos detidos foi o dirigente metalúrgico Alberto Piccinini, que permaneceu longos anos no cárcere, processado, discriminado e à dis-

posição do P.E.N. Foi a resposta aos trabalhadores que tinham iniciado uma luta pela recuperação do sindicato.

Depois de 24 de março de 1976, reiniciou-se a repressão, e uma vez mais, os operários vinculados ao setor dirigido pelo mencionado sindicalista, foram seus alvos. Desta vez, a técnica foi o desaparecimento.

A Delegacia de Santa Fe, da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, funcionou duas vezes na cidade de Villa Constitución e, além disso, fez o reconhecimento judicial de um Centro de Detenção ilegal que operava da empresa Acindar.

Os moradores dessa localidade apresentaram-se espontaneamente para dar sua declaração, surgindo o reconhecimento de Aníbal Gordon como chefe das operações realizadas na cidade, em janeiro de 1976. Foram seqüestradas e assassinadas mais de dez pessoas.

Em um dos depoimentos, detalha-se que em fins de 1975, a empresa Acindar — que tem cerca de 5.000 operários — ordenou que os mesmos tirassem Carteira de Identidade da Polícia Federal e, ainda, que renovassem o carnê de fábrica, procedendo a fotografá-los novamente. Estas fotos foram utilizadas depois por pessoal de segurança e/ou militar, para efetuar as investigações e seqüestros.

Não foi alheio a isto, o depois Ministro de Economia, Martínez de Hoz, que nesses anos era diretor da Acindar, junto com Acevedo. A vinculação entre a política de segurança de Estado e o poder econômico teve neste caso um exemplo eloqüente.

Globalmente, as forças que reprimiram em Villa Constitución são, por ordem cronológica, desde 1975: Polícia Provincial, Polícia Federal, Forças parapoliciais — que sempre agiram — e, desde março de 1976, Forças Armadas, às vezes em conjunto com policiais ou parapoliciais.

A tarefa investigadora, a este respeito, culminou com o reconhecimento realizado no dia 31 de agosto de 1984, no Local Clandestino de Detenção, que opera na Acindar S.A.

As religiosas francesas: Soror Alice Domon e Soror Leonie Duquet

Logo após a operação pela qual as duas religiosas nomeadas, já citadas em outra parte deste Relatório, foram privadas de sua liberdade, nos dias 8 e 10 de dezembro de 1977 respectivamente, o próprio Presidente da França, Giscard D'Estaigne, ocupou-se de reclamar seu reaparecimento.

Domon, de 40 anos, foi presa ao sair da igreja de Santa Cruz, e Duquet, de 61 anos, foi retirada violentamente da Paróquia de San Pablo. Os autores dos seqüestros utilizaram seus veículos em plena luz do dia, e até mostraram credenciais identificatórias.

Em 26 de dezembro de 1977, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu a seguinte denúncia, que publicou em seu Relatório, e que transcrevemos:

“As duas religiosas francesas pertencem ao “Institute des Missions Etrangères”, com sede em Toulouse, França, e prestavam assistência espiritual a familiares dos desa-

parecidos... A imprensa argentina — submetida a rigorosa censura — só informou sucintamente sobre os acontecimentos do dia 13; todavia, falou de “desaparecimento” e não de detenção, efetuada pelos integrantes do Primeiro Corpo de Exército, que exibiram credenciais policiais e que se deslocavam em automóvel sem placas, como ocorre sempre nesses procedimentos. O Governo argentino respondeu à Comissão: Pessoas sobre as quais não se registram antecedentes de detenção e são objeto de busca policial centralizada pelo Ministério do Interior: Domon, Soror Alice; Duquet, Soror Leonie. A Comissão recebeu informação adicional do Governo mediante nota de 27 de março de 1980, que, em seu juízo, esclarece os fatos denunciados, continuando o caso seu trâmite regulamentar”.

Segundo informou a revista “Paz y Justicia”, do Serviço de Paz e Justiça na América Latina - (Ano 1, nº 7, dezembro de 1983):

“No procedimento tem destacada atuação o então Capitão Alfredo Astiz... Este sinistro personagem foi o responsável direto pela identificação dos participantes da reunião na Paróquia de Santa Cruz. Astiz, argumentando ser irmão de um preso desaparecido, participou da reunião sob o nome de Gustavo Niño e dedicou-se a observar detidamente as características físicas e a vestimenta dos participantes. No momento em que se decidiu estabelecer a reunião, Astiz se retirou rapidamente para indicar aos encarregados da “operação” quem deviam seqüestrar... Frente à magnitude dos fatos, chega imediatamente ao país, François Gadot-Clet, enviado especial de Edgar Faure, presidente da Assembléia Nacional Francesa, que tem por missão gestionar o aparecimento das religiosas. Gadot-Clet entrevista-se com o Gen. Harguindeguy e esgrime uma série de contratos comerciais favoráveis à Argentina como elemento de pressão. O ministro não cede terreno, mas dá a entender que existem possibilidades de que apareçam...”

Apesar de todas as incontáveis e elevadas influências que se mobilizaram na América e Europa para esclarecer o destino das religiosas, até o presente não se pôde definir seu paradeiro.

Tampouco deram resultados as múltiplas pesquisas e diligências desta Comissão, realizadas com a colaboração de autoridades francesas e em distintos e insólitos locais do país.

O Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel

Admirador e prosélito entusiasta de Mahatma Gandhi, de Martin Luther King e do Bispo brasileiro Helder Câmara, Adolfo Pérez Esquivel, professor de Belas Artes, docente secundário de Filosofia, História e Literatura, ex-catedrático da Faculdade de Arquitetura e nomeado, em 1974, Coordenador-geral para América Latina do Serviço Paz e Justiça, por cujo trabalho recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1980.

O Serviço Paz e Justiça, na América Latina, é uma organização ecumênica leiga, que tem por finalidade trabalhar para a promoção dos direitos humanos fundamentais, baseando-se exclusivamente em métodos não-violentos. Segundo define o próprio Esquivel: “Somos um movimento cristão, que tem um compro-

misso assumido em todo o continente: viver o Evangelho, com uma opção preferencial pelos pobres, pelos mais necessitados...”

Em 4 de abril de 1977, apresentou-se ao Departamento Central de Polícia com o fim de retirar seu passaporte, com a finalidade de realizar uma viagem à Colômbia. Foi conduzido à Superintendência de Segurança Federal, onde permaneceu 32 dias dentro de um calabouço, sem ser interrogado e desconhecendo o motivo de sua detenção.

Transferido a San Justo, Pcia. de Buenos Aires, foi introduzido em uma avião, acorrentado ao assento traseiro, até a base aérea de Morón; transferiram-no à Penitenciária de La Plata, local onde permaneceu durante 14 meses, sem processo judicial algum, e prolongando-se sua prisão sob a forma de liberdade vigiada, por mais 14 meses.

Sua permanência na prisão é narrada pelo próprio Esquivel (Revista “Búsqueda” — Año 3 — N° 21 — Junho-Julho de 1983), deste modo:

“Me torturaram cinco dias na prisão de La Plata... nunca me perguntaram nada... Uma vez o Subchefe da Penitenciária de La Plata me leva a um escritório e começa a insultar-me. Me diz: “A ti não te salvarão nem De Nevares, nem Aramburu. Nem a Virgem te salvará...” Jamais, apesar da apresentação de Habeas-corpus, da insistência internacional, que era muitíssima, deram explicação alguma... Houve também outras pressões físicas e psíquicas... Às vezes abriam a porta do calabouço e recebia um soco, ameaças de morte... muita pressão psicológica, porque me aplicavam o regime de máxima periculosidade. Uma situação denigrante. Estando na prisão, recebi o “Memorial JUAN XXIII” da Paz, dado pela “Pax Christi Internacional”, que aqui foi ignorado. É um organismo que pertence diretamente ao Vaticano. E estando preso, eu já era candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Fui candidato durante três anos... Depois que saí do regime de liberdade vigiada, tive convites de muitos países, mas não me davam o passaporte. Até para ir receber o Prêmio Nobel tive problemas com o passaporte... E sempre sem explicações: o máximo que me disseram no Ministério do Interior foi que era “disposição do Poder Executivo”.

Seqüestro e desaparecimento de Dagmar Hagelin

No dia 26 de janeiro de 1977, em torno das 17 horas, Norma Susana Burgos foi detida na via pública, por um grupo Comando da ESMA. Algumas horas depois, perto das 22h30, o mesmo grupo, deslocando-se em quatro automóveis, chegou, juntamente com Norma Susana Burgos, à sua casa na rua Sgto. Cábral, 317, na localidade de El Palomar, Pcia. de Buenos Aires. Depois de invadi-lo, se retiraram, deixando na casa sete pessoas fortemente armadas durante toda a noite. O chefe do grupo era o Tenente de Corveta Astiz, e o Cabo Peralta, da Subdelegacia de Polícia de El Palomar servia de “perito”, por seu conhecimento do bairro.

Em 27 de janeiro de 1977, às 8h30, ignorando tudo, chega até dito domicílio Dagmar Ingrid Hagelin, a fim de despedir-se e perguntar à sua amiga Norma Burgos se também “iria de férias à praia”. Ao chegar à casa, Dagmar encontrou-se imprevisivelmente cercada pelos ocupantes (que confundiram-na com Maria Antonia Berger, a quem aguardavam para deter), o que levou-a, movida pelo pânico, a sair correndo pela rua Pampa. Em sua perseguição, saíram o Tenente Astiz e

o Cabo Peralta, enquanto os outros ocupantes da casa abriam fogo desde o telhado da mesma.

Quando Dagmar estava a mais de 30 metros de seus perseguidores, o Tenente Astiz ajoelhou-se no chão, sacou sua pistola regulamentar e disparou (um só projétil) sobre a adolescente, que caiu de bruços na calçada. Astiz correu para a vítima e seguiu apontando-lhe sua pistola, enquanto o cabo Peralta apontava também sua arma ao vizinho do local, Oscar Eles, motorista de táxi, obrigando-o a entregar o táxi. Encostado o veículo no local onde Dagmar permanecia caída, colocaram o corpo sangrando da vítima no porta-malas.

Depois de recolher os membros restantes do grupo, partiram no carro, com rumo desconhecido. Investigações posteriores provaram que Dagmar foi conduzida à ESMA. Quando seus pais se inteiraram, o senhor Hagelin requereu a ajuda de um militar conhecido, que se informou do sucedido falando com o pai de Norma Burgos e vizinhos do local. Posteriormente, estiveram na Subdelegacia de El Palomar, onde o Subdelegado Rogelio I. Vázquez, frente às exigências do militar, informou que “tinha sido uma operação oficial das Forças Armadas”.

Percorridos todos os Hospitais e Clínicas sem resultado, às 22h30 dirigiram-se à Regional Morón, onde o Chefe policial mostrou-lhes a Ata do dia anterior, no qual a Marinha de Guerra pedia o correspondente “Área Livre”, informando que a Unidade atuante pertencia à ESMA e que entrevistaram quatro veículos sem chapas patente, com as características de marca e cor idênticos aos realmente utilizados.

À primeira hora de 28 de janeiro, o pai de Dagmar denunciou frente a Embaixada da Suécia, país do qual, junto com sua filha, eram súditos, todo o ocorrido, com a intervenção do Sr. Embaixador Bertie Kollberg. Este comunicou-se por telefone com a Regional Morón, confirmando a intervenção das Forças Armadas e, posteriormente, também com o Ministério de Relações Exteriores e Culto.

A partir desse momento, e durante os últimos 7 anos e meio, tanto o governo sueco como o pai e outros familiares têm realizado inúmeras gestões oficiais e privadas na tentativa de resgatar Dagmar, sem resultado algum.

A investigação judicial destes fatos tramitou no Juizado do Crime, de Morón, Província de Buenos Aires, até que o Conselho Supremo das Forças Armadas solicitou o inibitório de continuar conhecendo a causa, e informou que nas atuações praticadas no âmbito militar com a finalidade de determinar a possível responsabilidade de pessoal da Armada na suposta privação ilegítima da liberdade de Dagmar Ingrid Hagelin, foi disposto o seu arquivamento definitivo.

CAPÍTULO III

O Poder Judiciário durante o período em que se consumou o desaparecimento forçado de pessoas

Ao comprovar-se a grande quantidade de pessoas desaparecidas e os milhares de seqüestros com inusitada movimentação de veículos e autores; ao comprovar-se os amplos e organizados Centros de Detenção e tortura em locais densamente povoados abrigando, em alguns casos, centenas de prisioneiros continuamente renovados; na certeza de que os familiares dos desaparecidos têm feito uso de todos os procedimentos legais, sente-se a necessidade de perguntar: como foi possível manter a impunidade de tantos delitos, consumados com a evidência de um mesmo "modus operandi", e muitos deles frente a numerosas testemunhas? Como se explica que os juízes não tenham localizado nenhum seqüestrado, depois de vários anos em que se tornaram públicas as versões daqueles que, com melhor sorte, foram liberados? O que os impediu de invadir nem que fosse um só desses locais de cativeiro? São interrogações que dão, mas é preciso esclarecê-las.

A partir do pronunciamento castrense de 24 de março de 1976, introduz-se na vida argentina uma drástica subversão institucional. É criada uma espécie de "poder executivo-legislativo-constituente", que assume faculdades extraordinárias de governo e, com elas, a soma do poder público.

Desse modo, no mesmo dia do golpe, trocou-se a composição do Poder Judiciário a nível de Superior Tribunal de Justiça (Corte Suprema), do Procurador Geral da Nação e dos Superiores Tribunais de Província, ao mesmo tempo em que se pôs "em comissão" a totalidade de seus outros membros. Todo Juiz, para ser designado ou confirmado, tinha que previamente jurar fidelidade às Atas e objetivos do "Processo" liderado pela Junta Militar.

A partir daí, a atividade judiciária adotou um perfil singular. Assinalada pela carta Magna como amparo aos habitantes contra os desmandes autoritários, coonestou a usurpação do poder e possibilitou que um cúmulo de aberrações jurí-

dicas adquirissem vistos de legalidade. Salvo exceções, homologou a aplicação arbitrária das facultades de prisão que emanam do estado de sítio, admitindo a validade de relatórios secretos provenientes dos organismos de segurança para justificar a detenção de cidadãos por tempo indeterminado. E, igualmente, imprimiu um trâmite meramente formal ao recurso de Habeas-corpus, tornando-o totalmente ineficaz quanto a desencorajar a política de desaparecimento forçado de pessoas.

O Poder Judiciário, que devia transformar-se em freio do absolutismo imperante, ensejou um simulacro da função jurisdicional para cobertura de sua imagem externa. A livre expressão das idéias pela imprensa, frontalmente limitada, através do controle dos meios de difusão de massa e da imposição da autocensura pelo terrorismo estatal descarregado sobre os jornalistas dissidentes. A assistência jurídica foi seriamente afetada pela prisão, afastamento ou morte dos advogados de defesa; a reticência e, ainda, a complacência de grande parte da judicatura, completou o quadro de desamparo dos direitos humanos.

Houve, entretanto, Juízes que, dentro das tremendas pressões sofridas pela situação reinante, cumpriram sua função com a dignidade e o decoro que deles se esperava. Mas também é real que houve aqueles que, tendo o dever jurídico de proteger as pessoas e seus bens, deixaram de fazê-lo; aqueles que, podendo limitar o abuso das detenções, avalizaram a aplicação de duras penas sem julgamento prévio; e aqueles, por fim, que com sua indiferença, exibiram uma conduta cúmplice com os seqüestros e os desaparecimentos. A população chegou a pressentir que era inútil recorrer ao amparo judicial para preservar seus direitos essenciais. A situação criada alcançou tal notoriedade e difusão na comunidade internacional, que um tribunal suíço negou a extradição de cinco argentinos, apesar de cumprir-se todos os demais requisitos do tratado respectivo, fundamentando sua decisão em razões de segurança para a vida dos delinqüentes que deviam ser extraditados.

Em suma, durante o período em que se consumou o desaparecimento massivo de pessoas, a via policial converteu-se em um recurso quase inoperante. E mais, quase se podia afirmar que, durante o regime militar, o direito à vida, à integridade física e à liberdade individual, pouco teve a ver com o que disseram os Juízes; as decisões a respeito ficaram sob o único arbítrio daqueles que integraram o esquema repressivo do Estado.

Os casos seguintes são uma amostra eloqüente:

Desaparecimento de Laura Noemí Creatore - Pasta n.º 107 - e de Carlos Hugo Capítman - Pasta n.º 3795

Foram seqüestrados na via pública, na tarde de 28 de março de 1976, junto com outros companheiros de faculdade — Alicia Amelia Arriaga e Carlos Spadavecchia —, quando entravam no edifício onde o pai de Carlos Hugo tem seu escritório contábil.

Introduzidos com violência em um carro-patrolha policial, são conduzidos à 3ª Delegacia de Polícia da Capital Federal; e aqui, mais tarde, Spadavecchia reco-

bra a liberdade, quando lhe devolvem os objetos pessoais que lhe tinham tirado inicialmente.

Sempre com os olhos vendados e encapuzados, são transferidos presumivelmente à sede do Batalhão de Inteligência 601, localizada em Viamonte e Callao (Capital Federal) e no dia seguinte a um local afastado e desolado, como se fosse uma casa abandonada. Aqui, são “barbaramente torturados, com aplicação de ‘picana’ elétrica em todas as partes do corpo”, segundo a senhorita Arriaga.

Depois são levados a outra casa, sem que se possa determinar sua localização, onde são submetidos a simulacros de fuzilamento, deixados sem abrigo de qualquer tipo, apesar das baixas temperaturas, e alimentados a pão e água até 12 de abril.

No dia 15 de abril, Arriaga e Spadavecchia são abandonados, depois de um amplo percurso, em um campo de Benavidez. Momentos antes tinham sido retirados do lugar de detenção Laura Noemí Creatone e Carlos Hugo Capitman; e nunca mais se soube deles.

Em 30 de abril, dá-se entrada com um recurso de Habeas-corpus em favor de Capitman, em cujo trâmite o Ministério do Interior dá conta do Decreto N° 39/76, pelo qual os quatro jovens tinham sido postos à disposição do Poder Executivo Nacional.

É em tal circunstância que o pai de Carlos Hugo solicita ao titular do Tribunal Nacional de Sentença, letra “C”, que requeira ao dito Ministério informação sobre o local onde se encontrava detido, com o que não concorda o Juiz, por entender que isto não era pertinente, por não existir agravante. Essa resolução foi apelada, acabando confirmada pelo Superior Tribunal.

A preocupação do pai fundava-se na necessidade de fazer chegar a Carlos Hugo certos medicamentos imprescindíveis para o tratamento de uma disritmia temporal (epilepsia).

Tenta-se, então, mediante uma ação de amparo, conhecer as condições e o local onde Carlos Hugo cumpria detenção; depois de sucessivos pedidos do Juiz ao Estado-Maior do Exército, Corpo Um, informaram-no que, pelo Decreto n° 1907/76, Carlos Hugo Capitman e Laura Noemí Creatore tinham recuperado sua liberdade no dia 10 de setembro de 1976. Apesar disso, nenhum dos dois jovens apareceu.

No dia 21 de outubro, o Sr. Juiz solicitou ao Primeiro Corpo de Exército o relatório sobre as circunstâncias em que esta liberdade havia sido efetivada; somente em 10 de dezembro o Comando lhe responde que, no momento, não estava em condições de fornecer informação. Em vista disso, emite a resolução de 22 de fevereiro de 1977, pela qual declara viável a ação de proteção, com a possibilidade de reclamar ao Ministério do Interior a prova da liberdade de Capitman. Esta sentença foi apelada pelo Fiscal, e as ações passaram à Câmara que, 15 meses depois da sentença da Primeira Instância, revogou-a, ordenando que se remetam ao Conselho Supremo das Forças Armadas depoimentos das ações, para que se julgue a possibilidade de existência ou não de um fato ilícito.

Na oportunidade da visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, o Dr. Capitman expôs o caso de seu filho, para que se solicitasse a informação do governo argentino. Ante o requerimento daquela Comissão, o governo proporciona, por sua vez, os primeiros dados concretos sobre a forma em

que supostamente se teria efetivado a liberdade de Carlos Hugo, dizendo que havia sido posto em liberdade no dia 9 de setembro, em uma Delegacia de Polícia de Ciudadela. Além disso, fez saber que, em companhia de Laura Creatore, havia abandonado o país com destino a Carrasco (Uruguai), no dia 10 de setembro de 1976, no voo 310 da empresa Austral.

Ao oportuno requerimento do pai a dita linha aérea, responderam que não podiam fornecer dados sobre listas de passageiros; e quando, recentemente, o mesmo pedido é efetuado por esta Comissão, já lhes é impossível satisfazê-lo, uma vez que as listas correspondentes àquela data foram destruídas. A todas essas, no aeroporto de Carrasco, tampouco se encontrou evidência — nem antes nem agora — da chegada dos dois passageiros com os nomes indicados.

Quanto à Delegacia de Ciudadela, a Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires respondeu a esta Comissão que: “Devido a um atentado ocorrido em dita dependência, a totalidade da documentação foi destruída; solicitada, por sua vez, cópia do expediente tramitado com motivo do atentado, a resposta foi que não pôde ser localizado”.

Segundo declara a senhorita Arriaga:

“... a única razão porque está viva e foi liberada é porque, em todos os momentos, apesar das torturas, negou ser membro de qualquer organismo subversivo, o que não ocorreu com Carlos Hugo e Laura, uma vez que pude escutar como, vencidos pelo tormento, entre ais de dor, diziam que sim a tudo o que lhes perguntavam...”

Depoimentos de Ramón Miralles - Pasta n.º 3757

“Minha total desvinculação à subversão e minha repulsa ao seu agir, é uma circunstância incontestável, que jamais foi posta em dúvida”.

(.....)
“Foi tornado público que, depois de meu domicílio e o de meus familiares serem vandalicamente assaltados, foram detidos minha esposa, meus filhos, minha nora e dois de meus irmãos, e uma empregada da casa, nos primeiros dias do mês de junho de 1977. Frente ao desconcerto que me produz o procedimento, e ignorando o motivo das detenções, mantive-me fugitivo até que, liberada minha esposa, fui informado de que a detenção de sofreram, durante vários dias, em condições vexatórias, foi na qualidade de reféns para forçar minha apresentação. Meus filhos e minha nora continuam detidos em local desconhecido, mas sobre minha pessoa não se havia exteriorizado ordem de detenção ou intimação legal alguma”.

(.....)
“Com minha esposa, resolvemos que deveria permanecer escondido durante um breve tempo e, no caso de não serem libertados meus filhos, me apresentaria espontaneamente à Justiça. Assim o fiz em 16 de julho de 1977, mediante um recurso de Habeas-corpus preventivo ao Tribunal de Primeira Instância no Criminal e Correccional n.º 2, do Dr. Sarmiento, expte. n.º 11.469. Liberadas as comunicações correspondentes à Chefatura de Polícia da Província, à Polícia Federal, ao Ministério do Interior e Comando do Exército, todas as autoridades responderam, coincidentemente, no sentido de que não interpunham medidas restritivas à minha liberdade ou obrigação de mandato. Entretanto, no dia 22 de julho de 1977, se fez saber, à folha 8 do expediente judicial, que existia petição de intimação à disposição do se-

nhor Chefe de Polícia da Província de Buenos Aires, para continuar a investigação que estava sendo levada a cabo por um 'C.A. 2448'. Requerido pelo Dr. Sarmiento, apresentei-me a seu Tribunal em 23 de julho de 1977. Nesse mesmo dia, fui conduzido à Chefatura de Polícia da Província. Ali, depois de uma espera prolongada, um funcionário me apresentou a um suposto Capitão Trimarco, que se encarregaria de minha pessoa .

(.....)
"Por fim, fomos encapuzados e liberados em uma estação próxima a Témperley, creio que Burzaco. Isto aconteceu em 25 de agosto de 1978. Por minha parte, foram quatorze meses de cativeiro e torturas indescritíveis".

(.....)
"Devo retomar esta sintética relação, recordando o total estado de indefesa em que o Juiz Sarmiento me colocou, uma vez que, ao ser indagado por minha esposa e filho, que na ocasião havia sido liberado, sobre minha situação, respondeu-lhes que sua gestão tinha terminado com a entrega de minha pessoa a uma autoridade competente. Ele reiterou essa resposta frente aos requerimentos que o Doutor González Arzac formulou no mesmo sentido".

O senhor Ramón Miralles foi visto por várias testemunhas enquanto esteve detido ilegalmente nos centros denominados "C.O.T. I, Martínez", "Puesto Vasco", "Pozo de Arana", e finalmente na Delegacia de Monte Grande (Pastas nº 1277, 1557 e 3757).

A denúncia desses fatos foi levada à Justiça, ficando radicada na 1ª Vara do Crime, de La Plata.

Depoimento de Juan Ramón Nazar - Pasta nº 1557

"Fui seqüestrado em 21 de julho de 1977, às 0h45min, depois de guardar meu automóvel.

(.....)
"Nos primeiros dias de outubro, me transferem junto com o Dr. Miralles, o arquiteto Liberman e Pedro Goin, a outro local. Desta vez tratava-se da 60ª Delegacia de Monte Grande .

(.....)
"Eu estava fraco de saúde, tinha perdido muitos quilos. Minha mulher e meus filhos entretanto, recebiam ameaças se continuassem fazendo gestões por mim. Isto não os intimidou, e minha mulher continuou entrevistando-se com funcionários do Governo, mas ninguém sabia de nada. O Ministro Harguindeguy respondeu, por nota, que eu não me encontrava detido em nenhuma repartição oficial .

(.....)
"Tenho certeza de que estavam ao par da nossa situação o Ministro Harguindeguy, o então Chefe de Polícia: Coronel Ramón Camps, o Chefe do Primeiro Corpo do Exército: General Suárez Mason, e o governador Ibérico Saint Jean. Creio que eles foram os autores dos seqüestros. Durante o verão de 1977, o Chefe de Polícia que substituiu Camps, o General Ricchieri, visitou a 60ª Delegacia de Monte Grande. Este funcionário esteve pessoalmente conosco, e perguntou o nome de cada um .

(.....)

“No dia 25 de agosto de 1978, à uma da madrugada, nos puseram em um veículo com os olhos vendados, e nos levaram até um local a umas quatro ou cinco quadras da estação Burzaco. Ali nos deixaram em liberdade”.

O Habeas-corpus solicitado por seus familiares acabou negado, como consequência das respostas dadas pelo Diretor Geral de Assuntos Policiais e Informações do Ministério do Interior, mediante dois telegramas com data de 25.8.77 e 29.8.77, informando que Juan Ramón Nazar não se encontrava detido, nem existia qualquer medida restritiva da liberdade do mesmo, por parte do Poder Executivo Nacional.

Enterro irregular de cadáveres pela Morgue Judiciária da Capital Federal - Pasta n.º 7188

Perante a 10ª Vara do Crime da Capital Federal, foi apresentada, no dia 11 de novembro de 1982, uma denúncia de episódios verdadeiramente estranhos, relativos ao funcionamento irregular da Morgue Judiciária, organismo sob superintendência direta da Câmara de Apelações no Criminal e Correccional da Capital Federal.

Em essência, os denunciantes calculavam que, enquanto o Poder Judiciário informava, através da negação dos recursos de Habeas-corpus, que se ignorava o destino dos desaparecidos, seus corpos sem vida tinham estado (vários identificados e outros sem cumprir-se este trâmite elementar) em poder da Morgue Judiciária, sem conhecimento da Câmara Penal.

Declarava-se que o dito organismo teria realizado autópsias e efetuado enterros de cadáveres N.N. sem dar intervenção a qualquer Juiz, havendo para isso instruções das Forças Armadas, o que representou a omissão de investigação por parte do Tribunal Superior, em que pese seu conhecimento da evidência de “mortes violentas” e inexistência de intervenção de magistrado competente.

Em apoio a suas afirmações, os denunciantes apontaram os seguintes elementos: a) Sete relatórios enviados pela Morgue à Câmara, informando das autópsias que realizavam por ordem de autoridades castrenses; em geral, a Câmara ordenou nos casos o arquivamento das ações, sem investigar as causas determinantes das mortes; b) O expediente remetido à Câmara pelo Dr. Avelino Do Pico — Decano do Corpo Médico Forense, em 1977 — com os registros do recebimento de seis cadáveres provenientes do Hospital Militar Central, para depósito na Morgue e posterior entrega aos parentes, negando-se a identificar os depositantes, ambos uniformizados, em que pese o grau militar (um Coronel e um Tenente), que tampouco se dignaram a assinar os recibos correspondentes. Inclusive, a Câmara enviou ofício ao hospital de procedência, para que informasse qual foi a Vara interveniente nas ações, o que não se pôde cumprir, frente à “impossibilidade de localizar o expediente respectivo”; sem prejuízo do que, o Coronel Roberto Roualdes — Comando Sub-zona Capital — pôde explicar à Câmara que os mortos tinham sido abatidos e que, temendo que a organização subversiva a que pertenciam tentasse o roubo dos corpos com fins de agitação do poder público, deliberou remetê-los à Morgue Judiciária; c) Depoimento do Dr. José Daverio — Decano do Corpo Médi-

co Forense em 1978 — que assegura que a Câmara tinha pleno conhecimento das autópsias e demais atividades da Morgue no caso de análise, não apenas pelos relatórios normais de cada caso, mas também porque o mesmo requereu da Câmara a integração de um maior número de médicos autopsistas, dado o aumento de trabalho, em consequência da remessa de cadáveres pela autoridade militar; d) Expedientes com julgamentos de Habeas-corpus, nos quais sentenciam-se a negação da ação protetória, baseado em que as autoridades requeridas para informar responderam “que não estão detidos”, quando seu cadáver estava precisamente na Morgue do Poder Judiciário.

Os casos levados em conta para sustentar a denúncia remontam aos anos 1976-1978.

Depois da publicação, pelo Juiz atuante, dos nomes de 92 pessoas (dentre 106 casos analisados de corpos ingressados na Morgue Judiciária, por ordem da autoridade militar), apresentaram-se vários familiares dos nomeados, contestando drasticamente o rótulo de “morte em confronto em via pública”, que aparecia no respectivo expediente.

Assim, por exemplo, frente à afirmação de que José María Salgado (Pasta n.º 3131) foi “morto em confronto com Forças Conjuntas”, em 3 de junho de 1977, sua mãe explica o seguinte: a) No dia 12 de março de 1977, a vítima foi detida na localidade de Lanús, Província de Buenos Aires, perto de sua casa, quando às 16h30 atravessou a rua para comprar um jornal, em presença de sua cónjuge grávida, e vizinhos; b) Na mesma noite, a vítima ligou por telefone à casa paterna, para informar que estava preso na Superintendência de Segurança Federal; mais tarde ligou, pela mesma via, uma pessoa que se identificou como “oficial da Polícia Federal”, exigindo a entrega de documentos que haveria na casa paterna e, ainda que se desconhecesse sua existência, prometeu-se sua procura; c) Em seguida, os pais convocaram à sua casa um policial aposentado, amigo seu; quando tornaram a ligar, ele atendeu diretamente, e fazendo-se passar pelo pai, solicitou a identificação de seu interlocutor, ao que respondeu-lhe com indignação que falava com o “Delegado Serra”; d) Três dias depois, a casa da vítima foi saqueada e carregados seus pertences em um caminhão militar, enquanto um grupo de soldados ficava não menos de um dia no dito imóvel; e) Os reiterados Habeas-corpus deram como resultado o clássico “não se encontra detido”; f) Na data de 3 de junho de 1977 (81 dias depois do seqüestro), os jornais difundiram a notícia de que a vítima “tinha sido abatida em um confronto na Cidade de Buenos Aires”; g) No dia 26 de junho de 1977, os pais puderam identificar o corpo de seu filho na Morgue Judiciária, o que a mãe narra da seguinte forma:

“Foi espantoso, de um rapaz de 22 anos, estudante de engenharia e trabalhador, robusto (praticava remo), bem apessoado, restava um corpo dilacerado, selvagemmente torturado, com lábios e gengivas queimados, faltavam-lhe os dois olhos, e nos pulsos tinha umas crostas impressionantes, que indicavam o longo tempo em que o mantiveram manietado”;

e agrega:

“indiretamente soubemos que havia sido fuzilado no dia 2 de junho de 1977, por um ‘delegado Serra’, na própria Superintendência”.

Outro exemplo é o do desaparecimento e morte de Selva del Carmen Mopardo (Pasta n.º 7346) e de Alejandra Beatriz Roca (Pasta n.º 7322).

Alejandra Beatriz Roca (21 anos) e seu namorado Pablo Jorge Mocillo (24 anos), ambos alheios a qualquer militância política ou social, foram passar a noite, em 13 de novembro de 1976, na casa da mãe do jovem, situada na localidade bonauense de Castelar. Ali também vivia o casal Alfredo Mopardo — María Alicia Morcillo de Mopardo e seu bebê de 6 meses.

No mesmo dia, havia sido seqüestrada em sua casa a jovem Selva Mopardo, que seguramente entregou aos captores o endereço da casa de seu irmão, onde se apresentam as forças atuantes, identificando-se como pessoal militar do Primeiro Corpo do Exército e requerendo, unicamente, a presença de Alfredo Mopardo; mas, ao encontrar os outros três jovens, levaram-nos também, além de saquear todos os pertences existentes.

No dia 14 de novembro de 1976, na Delegacia de Polícia de Castelar, lavrou-se a ata-denúncia dos pais dos irmãos Mopardo.

Os Habeas-corpus interpostos em favor de cada um dos detidos, tanto frente à Vara do Crime, de San Martín, como frente ao Foro Federal do Crime, da Capital, produzem resultado negativo, ante a clássica resposta dos órgãos administrativos e dependências militares, de que não se procedeu à sua detenção.

Vinte e três dias depois, em 6 de dezembro de 1976, a polícia informa à família Roca e à família Mopardo a morte de Alejandra Beatriz e de Selva del Carmen, em um “confronto” que as Forças de Segurança protagonizaram, ocorrido dois dias antes, com aqueles que ocupavam um automóvel, à altura da Av. Figueroa Alcorta e sua intersecção com Dorrego, da Capital Federal. São quatro os cadáveres, perfurados de frente, de trás e de lado, por projéteis de escopetas Itaka. Dentro do automóvel havia uma carabina 22, e dois revólveres de calibre 22, longo.

No volante do veículo aparece o corpo de Alejandra Beatriz Roca; seus familiares asseguram que ela jamais dirigiu um automóvel, e não possuía as mais elementares noções sobre direção. Os outros corpos pertencem a Selva del Carmen Mopardo e a dois rapazes absolutamente desconhecidos. Não levavam documentos de identidade nem dinheiro, e ambas mulheres não apresentavam sutiã entre suas vestimentas, do mesmo modo como não levavam bolsas.

A autópsia realizada na Morgue Judiciária, ainda que não informe sobre o tempo da morte, de acordo com a versão do médico policial, diz que o sangue de Selva Mopardo não pôde ser analisado por encontrar-se putrefato; além disso, da autópsia praticada no cadáver de um dos rapazes desconhecidos, decorre que seus testículos e suas meninges encontram-se em estado de putrefação.

Não foram realizadas outras comprovações técnicas que pudessem explicar uma causa diferente de falecimento.

Como fica dito, nenhuma dessas mortes, produzidas por fatos de violência, motivou que se ordenasse investigação no âmbito judicial, apesar do estado dos corpos e sua remessa irregular.

O sumário administrativo

A denúncia formulada pelos advogados da Capital, solicitando a investiga-

ção administrativa, determinou que o Superior Tribunal de Justiça iniciasse, por via da Superintendência, o expte. n.º 1306/82, com o resultado do encerramento do sumário por Resolução de 7 de junho de 1983, porque "... não revela irregularidades suscetíveis de serem objeto da jurisdição disciplinar do Tribunal".

Entretanto, não têm sido de mesma opinião os novos magistrados que têm integrado o Tribunal a partir do advento do Governo Constitucional; pela Resolução n.º 908/84, acabam de dispor a reabertura das mesmas ações, por entender que os argumentos em que se fundamentou o fechamento da investigação "... não se ajustam a direito, e tampouco encontram base suficiente nas constâncias do sumário".

O raciocínio que o alto Tribunal alinha em sua nova composição consiste em uma sólida bagagem argumentadora, para o devido sustento jurídico da decisão; mas ao mesmo tempo revela o inequívoco desejo de induzir a atividade judicial, para que se extremem e esgotem, daqui em diante, as investigações que tendem a esclarecer o trágico problema dos desaparecidos.

A. O Habeas-corpus

Não houve trâmite oficial ou extra-oficial que os familiares das pessoas desaparecidas tenham deixado de realizar. Assim, recorreram aos governantes e às pessoas mais influentes da sociedade, cumpriram todas as gestões administrativas através dos trâmites estabelecidos pelo Ministério do Interior, rogaram a intervenção das distintas Igrejas e denunciaram seu drama frente aos organismos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos. Só em poucas ocasiões estas gestões deram resultado positivo.

Os familiares também apelaram à Justiça. Recorreram a toda gama de possibilidades que o procedimento legal lhes permitiu. Em uma esmagadora maioria de casos, fizeram uso do mais imediato; interpuseram reiteradamente recursos de Habeas-corpus para saber onde tinham sido levados, quem retinha seus entes queridos.

Fruto de uma longa e muitas vezes penosa evolução histórica, o Habeas-corpus chegou a ser a garantia fundamental para proteger a liberdade, tendo sido assinado, com razão, como o mecanismo jurídico mais odiado pelo despotismo. Sem ele, torna-se praticamente inimaginável uma sociedade onde imperem a lei e a liberdade.

Em nosso país, sempre se tem entendido que é uma das garantias implícitas da Constituição Nacional. Consiste na faculdade de peticionar ao Juiz para que, através de um procedimento rápido, de caráter sumário, faça cessar toda ordem de um funcionário tendente a restringir, sem direito, a liberdade pessoal; o Magistrado deve averiguar se o beneficiário do Habeas-corpus encontra-se detido, que funcionário o mantém em tal situação, assim como a legitimidade da detenção, e inclusive quando a prisão fora disposta pelo Poder Executivo em virtude do estado de sítio, a razoabilidade do mesmo.

Entre os anos 1976 e 1983, foram apresentados milhares de recursos de Habeas-corpus. Não uma vez, mas repetidamente em favor de cada desaparecido. Isto fala da fé depositada pelos familiares na intervenção judicial.

As estatísticas fornecidas pelos registros da “Câmara Criminal” e “Correcional Federal” são por demais eloqüentes. Sem incluir qualquer reïteração do pedido, a quantidade de apresentações efetuadas no período 1976/79, somente nesse foro da Capital Federal, eleva-se a 5.487 Recursos, contra 1.089 do período 1973/75 e 2.848 do período 1980/83. A mesma proporção, ainda que sejam diferentes os algarismos, repete-se nas principais cidades do interior do país.

Deve-se dizer que os resultados, em nenhum caso, corresponderam a tão grandes expectativas. Já no mês de fevereiro de 1976, havia-se introduzido, por Decreto, uma reforma substancial no trâmite sumário e ágil do Recurso; depois, a Lei 21.312 de 18 de maio, do mesmo ano, o ratifica, modificando gravemente o artigo 639 do Código de Processo Penal. Originalmente, esta norma prescrevia que, se a sentença fixava a liberdade da pessoa protegida, ela se cumpria indefectivelmente, enquanto se empenhava na apelação frente ao Tribunal de segunda instância. A reforma estipulou, na prática, que se o beneficiário do recurso era individualizado, mas se encontrava preso à disposição do Poder Executivo, a sentença favorável à sua liberdade não se cumpria de imediato, no caso da mesma ser apelada pelo Fiscal. Como isto passou a ocorrer invariavelmente, o protegido ficava privado de sua liberdade enquanto se tramitava a apelação. Assim foi que, através de apelações sucessivas, a causa chegava, forçosamente, ao Superior Tribunal Federal, tornando a sentença ordinária, passando a durar vários anos, com conseqüências gravíssimas para quem necessitava a urgência do auxílio. Para exemplo disso, bastará relembrar o ocorrido no caso dos jovens Capitman e Creatore, a quem já nos referimos. Desta forma, quase inexoravelmente ao chegar na Corte, esta decidia contra a liberdade. As únicas exceções conhecidas nos primeiros cinco anos do governo “de facto” foram os casos “Timerman” e “Moya” — ainda que, com respeito ao último, sem ordenar a liberdade incondicional — assim como outros poucos, a partir do ano de 1982, em que a Corte decidiu o confinamento territorial em uma cidade, ou a expulsão do território nacional. Desta forma, todas as sentenças favoráveis à liberdade — total ou limitada — emanadas de tribunais inferiores, não podiam ser executadas até que se resolvesse em definitivo na cúpula do Poder Judiciário. (*)

Não há por que estranhar, então, que de 1973 em diante os juízes não tenham conseguido localizar nem recuperar um só de tantos seqüestrados.

Só temos encontrado uma resposta a tão dramática comprovação. O processo da técnica empregada para o desaparecimento forçado e sistemático de pessoas, incluiu a eliminação do recurso de Habeas-corpus do repertório das garantias constitucionais de nosso país. Daí, o critério de orientação governamental que decorre das declarações que são atribuídas ao general Tomás Sánchez de Bustamante pelo diário “La Capital”, de Rosario, em sua edição de 14 de junho de 1980: “Há normas e pautas jurídicas que não são de aplicação neste caso. Por exemplo, o direito ao Habeas-corpus. Neste tipo de luta, o segredo que deve envolver as

(*) No dia 9 de fevereiro de 1984, o Congresso Nacional sancionou a lei n° 23.050, pela qual se anula a reforma introduzida no texto original do art. 639 do Código de Processo Penal, reconhecendo que as apelações contra um mandado de liberdade do Juiz do Habeas-corpus, não suspendem a execução desta medida.

operações especiais faz com que não se deva divulgar quem foi capturado e a quem se deve capturar; deve existir uma nuvem de silêncio que rodeie tudo”.

Estes conceitos, tão explícitos, tão claros, tornam compreensível que, na maioria das hipóteses, quando um magistrado oficiava à autoridade administrativa, policial, militar ou penitenciária, indagando sobre o destino do beneficiário da ação judicial, conformava-se com fórmula simples de resposta que o informava de que não estava detido. A mesma autoridade contra quem se solicitava o recurso era a que, com sua negativa, determinava o encerramento da investigação.

Entretanto, esta intencionada retenção de informação foi-se enfrentando cada vez mais com as evidências que os familiares das vítimas aportavam dia a dia, tornando mais dramático o quadro da situação. E ainda que não se alterasse o mínimo na política governamental na matéria, foram sendo conhecidas as sentenças da Corte, que iluminam até que ponto nos fatos se havia configurado uma generalizada privação de justiça.

Neste sentido, o desprezo ao império jurídico foi tão frontal, que preciso foi instruir os juízes para que se extremassem as investigações, adotando por si mesmos as medidas necessárias para avançar no esclarecimento dos fatos denunciados. Para tal fim, a Corte recordou que “o Habeas-corpus exige que se esgotem os trâmites judiciais que as circunstâncias do caso aconselham razoavelmente, a fim de tornar eficaz e expedita a finalidade do instituto, que é restituir a liberdade de forma imediata a quem se acha ilegítimamente privado dela” (Casos: Inés Ollero, Osvaldo Giorgi, Machado-Rébori, Zimerman de Herrera, Hidalgo Solá, etc.)

O rumo que os acontecimentos foram tomando levou o “governo” a criar outras normas, objetivando restringir ainda mais a eficácia das garantias consagradas para a proteção da pessoa. Referimo-nos à reforma do Art. 618 do Código de Processo Penal, modificado em sua redação clássica, pela Lei 22.383, de 28 de janeiro de 1981.

A partir desta data, estabelece-se como único foro com competência para tramitar recursos de Habeas-corpus, o Federal, em matéria penal. Desta maneira, impediu-se recorrer aos magistrados ordinários, justamente em tempos assinalados pela freqüente “detenção-desaparecimento” de pessoas e de prisões sem processo judiciário incriminatório. Desta forma, ferindo a Constituição Nacional no cerne da organização federativa de nosso país, veda-se o recurso aos juízes provinciais e no interior do país. Tal situação “legal” encontra-se inalterada até o presente, e significa um impedimento à faculdade historicamente reconhecida de optar por apresentar Habeas-corpus frente ao Tribunal de preferência do interessado.

Frente a este panorama de generalizado estado de indefesa das pessoas, não apenas foi inútil a incitação a investigar, que decorria como orientação em algumas sentenças da Corte, como também foram desoladoramente parcos os resultados obtidos pelos poucos Juízes que tentaram, em esforço desesperado, outorgar o auxílio jurisdicional requerido.

Inclusive quando se optou por remeter os casos para a instrução de processos ordinários por privação ilegítima da liberdade, sem que isto trouxesse consigo um avanço substancial na solução do problema, enquanto a grande maioria das causas finalizaram com uma suspensão provisória, dado que, ainda que se tivesse a

convicção de estar frente à realização efetiva de graves delitos, faltavam os meios para seu esclarecimento e as condições mínimas para tentar sancioná-los.

A gravidade institucional que reveste a questão, em um grau que não reconhece precedente histórico de magnitude semelhante, explica que nosso Alto Tribunal se decidira a assinalar que os Juízes careciam das condições necessárias para poder exercer seu império jurisdicional, considerando que isso importa privação de justiça, pelo que exortava o Poder Executivo Nacional a urgir as medidas necessárias para remediar tal situação, em salvaguarda da liberdade individual garantida pela Constituição Nacional (caso “Pérez de Smith” e outros, em várias apresentações).

Sem deixar de reconhecer que a responsabilidade principal do que esteve ocorrendo cabe aos organismos que exerceram o monopólio da força estatal, um imperativo da verdade nos leva a assinalar que o Poder Judiciário não impulsionou, com a devida firmeza em todas as suas instâncias, as medidas de exceção que aconselhavam as circunstâncias para resolver a perda de jurisdição que teve que afrontar.

Em nenhum caso os juízes se constituíram em locais sob o controle dos organismos que lançavam os relatórios falsos, o que lhes teria permitido constatar a falsidade com que lhes respondiam com respeito aos acontecimentos que chegaram a ser públicos e notórios. Não se dispuseram medidas especiais de investigação, apesar de que, em dado momento, existia uma generalizada consciência da extraordinária magnitude dos casos incluídos. E, salvo tímidos avanços impulsionados por alguns, nos momentos finais da tragédia, não submeteram a julgamento àqueles que, por sua posição funcional no organograma repressivo, deveriam, necessariamente, ter tido participação direta nos desaparecimentos que foram objeto das denúncias.

Não é admissível — na realidade, não o deveria ter sido para os Juízes — que tantas famílias tenham sido consumidas em uma sufocante sensação de impotência. Ao medo, à dor, à tristeza, tiveram que somar a frustração de que não havia caminho legal idóneo para que os direitos fossem assegurados. O recurso do Habeas-corpus, este simples mas vital procedimento que chegou a ser considerado a “salvaguarda das liberdades”, foi totalmente ineficaz para impedir os desaparecimentos.

Como foi dito, milhares de recursos tiveram uma execução inútil, sem mérito algum para o achado e liberação da vítima privada ilegalmente de sua liberdade. Na realidade, deveria dizer-se que o Habeas-corpus careceu, em absoluto, de vigência conforme sua finalidade, já que a formalidade de sua implementação funcionou, na prática, como o verso do desaparecimento.

De maneira alguma podemos deduzir, do que vimos expondo, que o fracasso seja do Habeas-corpus como garantia de liberdade; sua frustração tem sido um propósito deliberado do exercício perverso do Poder, por um governo que instruiu seus funcionários para marginalizar-se das normas que regulam sua aplicação. Exemplo do que, são a maioria dos casos mencionados no presente Relatório, bem como os que se transcrevem a seguir:

Desaparecimento do Dr. Santiago Augusto Dáz - Pasta n.º 1252

Foi seqüestrado por Forças de Segurança, ao sair de sua casa, na cidade de Santiago del Estero, no dia 15 de setembro de 1976, em presença de numerosas pessoas da vizinhança.

Seu pai procedeu de imediato a efetuar todas as gestões pertinentes perante as autoridades, entre elas o então Governador da Província, vinculado à sua família, sem obter notícias do paradeiro de seu filho. Não obstante estas gestões e as denúncias efetuadas — inclusive frente ao Chefe de Polícia — somente em 28 de setembro inicia-se a investigação.

Por um ex-funcionário policial, toma conhecimento que seu filho esteve detido, nos primeiros dias de seu desaparecimento, no subsolo do Serviço de Informações Policiais, situado na cidade de Santiago del Estero.

Os recursos de Habeas-corpus interpostos perante a Justiça Ordinária e Federal de Santiago del Estero deram resultados negativos. Mesmo assim, efetuaram-se gestões perante o Ministério do Interior, que deram motivo ao expediente n.º 212.524/76, o qual, segundo informado a esta Comissão, foi destruído no mês de agosto de 1982, sem que se desse razão sobre o motivo.

Duas testemunhas asseguram ter visto o Dr. Dáz no Centro Clandestino de Detenção “La Escuelita”, de Famaillá — Província de Tucumán —. Nesse sentido, são concordantes as declarações fornecidas pelo ex-policial Juan Carlos Ortiz, quando diz:

“Em fins de 1976, ou início de 1977, cumprindo tarefas na denominada ‘Escuelita’ escutou um dos detidos falar, e pelo sotaque deduziu que era santiaguense, pelo que aproximou-se para solicitar alguns dados e então inteirou-se de que se tratava de Santiago Dáz...” (Pasta n.º 1252).

e as declarações da prisioneira liberada, Dra. Teresita H. de Martínez, em cujo depoimento consta o seguinte:

“Pelo fato de haver estado presa ilegalmente no Centro de Detenção chamado ‘La Escuelita’, situado na Província de Tucumán, em dezembro de 1976, tive oportunidade de ver Santiago Dáz, de Santiago del Estero (como a declarante), já que à noite, quando cessava a custódia da Gendarmaria, permitiam-nos tirar as vendas dos olhos e conversar entre nós. Estive com Santiago Dáz cerca de uma semana” (Pasta n.º 1127).

Desaparecimento de Jorge Daniel Collado - Pasta n.º 230

Seqüestrado com a idade de 21 anos. Sua mãe declara:

“Tenho a profunda convicção de que meu filho jamais incorreu em má conduta alguma, que nunca teve vinculação com grupos subversivos, nem sequer políticos. Dedicava-se exclusivamente a seu trabalho e a seu hobby de desenho, para o que es-

tava especialmente dotado. Só um erro, uma vingança ou algum outro motivo duvidoso pode ter sido a causa de sua detenção. Semanas antes havia sido nomeado Secretário de Cultura do Clube de Bancários”.

Em 22 de setembro de 1976, em horário de trabalho, apresentou-se no Banco de Mendoza, situado em San Martín 473, da Capital Federal, um grupo que disse ser comando de “Forças Conjuntas”, identificou-se como tal diante do agente de vigilância e o Gerente da filial, dizendo que levariam Jorge Daniel Collado “para averiguação de antecedentes”, assentando-se o episódio em Ata interna da Instituição.

Poucos dias depois, o Gerente é intimado ao Comando N° 1, com a Pasta de funcionários, para obter informações sobre a vítima, ao mesmo tempo que outro grupo armado tira do domicílio da vítima todos seus pertences, diante de testemunhas.

Gestões frente a pessoas e entidades públicas e privadas não produziram qualquer resultado positivo. Por versões de gente supostamente vinculada a Órgãos de Segurança, sabe-se que nos primeiros quinze dias de sua detenção esteve no Campo de Mayo.

Em 10 de dezembro de 1976, dá-se entrada com recurso de Habeas-corpus, que é negado; sem prejuízo disso, “podendo constituir um delito de ação pública a atividade desdobrada pelo grupo armado que privou da liberdade Jorge Daniel Collado”, dispõe-se o envio dos antecedentes à 15ª Vara do Crime, Cartório n° 146.

Até o presente, não foi determinado o paradeiro do desaparecido, nem os autores do delito.

Como fica dito, os exemplos poderiam multiplicar-se por milhares, confirmando o “desamparo” reinante naquela época. Das declarações fornecidas por centenas de pessoas que foram liberadas dos denominados “Locais de Reunião dos Detidos”, conhece-se a presença, neles, de muitos desaparecidos, com respeito aos quais os Habeas-corpus interpostos a seu favor foram negados em razão das respostas que negavam sua detenção.

Quanto aos recursos que foram apresentados diante dos Tribunais no Criminal de Instrução da Capital Federal, esta situação foi amplamente comprovada mediante conferência realizada nas respectivas relações, que nos foram enviadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Confrontadas com os depoimentos constantes nessa Comissão, constata-se que mais de mil e quinhentos desaparecidos foram vistos nestes Centros Clandestinos no tempo em que resultava inoperante a ação judicial promovida para determinar seu paradeiro.

Paradoxalmente, pela forma das milhares de respostas negativas recebidas no âmbito judicial, poder-se-ia dizer que — no clima de suspeita generalizada de subversão que se difundiu sobre toda a população durante o governo do “Processo” — os únicos cidadãos que tiveram atestada sua boa conduta, são aqueles com respeito aos quais todos os Órgãos que integraram as Forças Conjuntas manifestaram que careciam de interesse em sua detenção.

Obviamente, tal hipótese só é válida para ilustrar por redução ao absurdo, a descontrolada arbitrariedade que presidiu a política dos desaparecimentos em massa. Política que, com o falso pretexto de garantir a segurança nacional, des-

truiu as bases de sustento da convivência civilizada no país, pretendendo-se que fosse o único caminho viável para restaurar a ordem pública.

“Este procedimento é cruel e desumano. Como a experiência demonstra, o ‘desaparecimento’ não apenas constitui uma privação arbitrária da liberdade, como também um gravíssimo perigo para a integridade pessoal, a segurança e a própria vida da vítima. É, por outro lado, uma verdadeira incerteza em que se encontram sobre sua sorte, e pela impossibilidade de dar-lhe assistência legal, moral e material” (Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Argentina — Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, pág. 59).

Adquirem plena atualidade neste sentido as palavras pronunciadas na OEA, em 6 de outubro de 1979, por Sua Santidade João Paulo II, quando disse: “Se certas ideologias e certas formas de interpretar a legítima preocupação pela segurança nacional deram como resultado o subjugar ao Estado, ao homem e seus direitos e dignidade, elas cessariam na mesma medida de serem humanas, e seria impossível ligá-las a um conteúdo cristão sem uma grande decepção”.

B. Detidos à disposição do Poder Executivo Nacional

Acreditamos ser de interesse referirmo-nos àqueles que foram colocados à disposição do Poder Executivo Nacional, em virtude das faculdades que emanam do Estado de Sítio. Ainda que não se trate de todos os casos de pessoas que hoje se encontram desaparecidas, o que lhes aconteceu forma parte de uma concepção metodológica da repressão, que consistiu em castigar indiscriminadamente e sem medida amplos setores da população, em base à simples desconfiança de sua dissidência com os governantes.

Não é próprio falar das faculdades de um governo usurpador, precisamente em relação com uma instituição como o Estado de Sítio, que foi concebido como um Recurso de Exceção para proteção e respaldo do Estado de Direito; e para dar, em troca, ares de legalidade à perseguição política promovida por uma ditadura que arrasou com nossas instituições republicanas.

Pensamos que isto deveria ter sido levado em conta pelo Poder Judiciário Nacional para determinar maior zelo no exercício do controle de tais ordens de detenção; para pôr limite à duração de tais detenções, bem como para sustentar a devida oposição às decisões governamentais, que tornaram ilusório o exercício do direito que a norma constitucional outorga ao detido, para que possa optar por sair do país.

Finalmente, assim como se compreende e admite, tanto na legislação como na doutrina jurídica nacional, a necessidade, em situações excepcionais, de suspender o exercício das garantias individuais, também é inegável que existem certos direitos fundamentais que não podem ser deixados de lado, como é o caso da instituição do devido processo para a aplicação de sanções penais, e o direito de sair do país como opção do afetado.

A realidade, todavia, não poderia ser mais deplorável. O exercício dessa faculdade, no período 1976/83, evidenciou um aumento considerável das detenções, que foram se prolongando por lapsos tais que chegaram a configurar uma si-

tuação semelhante à aplicação de severas condenações, sem formulação de acusação nem julgamento prévio.

A partir de 24 de março de 1976, o número de detidos à disposição do Poder Executivo Nacional foi de 5182, elevando-se desta forma a 8625 o total dos que sofreram prisão por longos anos, durante a vigência do último Estado de Sítio. Em apenas nove meses de 1976, foram detidas 3485 pessoas; e em 1977, mais 1264.

Sua distribuição, pela quantidade de anos em que foram privados de sua liberdade, dá os seguintes algarismos:

- 4029 pessoas detidas menos de 1 ano.
- 2296 pessoas detidas de 1 a 3 anos.
- 1172 pessoas detidas de 3 a 5 anos.
- 668 pessoas detidas de 5 a 7 anos.
- 431 pessoas detidas de 7 a 9 anos.

Com o agravante de que muitos dos detidos passaram à categoria de desaparecidos assim que o Poder Executivo emitia o Decreto que dispunha sua liberdade. Esta Comissão Nacional registrou os casos de 157 pessoas nesta situação. Inclusive, se conhecem 20 casos de pessoas que, estando presas à disposição do Poder Executivo Nacional e paralelamente processadas na Justiça, desapareceram depois que foram postas em liberdade por ordem dos juízes.

É sugestivo que não se tenha informado os familiares, com antecedência, a respectiva liberdade. E, mais ainda, que a liberdade do detido fora efetivada geralmente a altas horas da noite, o que nunca coincidia com a presença de seus parentes na porta do estabelecimento carcerário em questão. É óbvio que este proceder reforça a suspeita de que em muitos desses casos tramaram-se seqüestros, a partir da liberdade do detido. Inclusive, há o caso de uma ordem de liberdade, em que os pais se revezaram durante 60 horas na dependência onde estava detida sua filha, até que lhes informaram que acabava de sair pela outra porta, sem que até esta data se conheça seu paradeiro.

Alguns exemplos deste tipo de denúncia são os seguintes:

Desaparecimento de Guillermo Oscar Segalli - Pasta n.º 2456

“Meu filho foi detido na rua, na madrugada do dia 10 para 11 de agosto de 1976, quando, junto com sua namorada, María del Socorro Alonso, faziam a pintura de uma parede alusiva a uma comissão de solidariedade com presos políticos. Meu filho nunca esteve afiliado a nenhum partido. Depois de 10 dias de intensa procura, pudemos localizar nosso filho e a srta. Alonso no Departamento Central da Polícia Federal, em 1º de setembro de 1976, quando ambos são transferidos à Unidade n.º 2 de Villa Devoto, e colocados à disposição do Poder Executivo Nacional, em virtude do Decreto N.º 1843/76. A srta. Alonso permanece nessa unidade, enquanto meu filho é transferido à Unidade 9 de La Plata, Pcia. de Buenos Aires, nos primeiros dias do mês de outubro do mesmo ano. Começo a tramitar a opção para sua saída do país, já que parece ser a única maneira de sair do cárcere. No dia 11 de novembro de 1976, efetiva-se a liberdade em forma “vigiada” da namorada de meu filho, o que nos evidencia que os motivos da detenção de ambos não foram suficientemente graves, e começamos a esperar a liberdade de nosso filho com renovada fé, junto a ela, que nos visita diariamente, à espera de notícias. No dia 28 de janeiro de 1978,

todos os jornais publicaram o nome de meu filho, em uma lista de pessoas que deixavam de estar presas. Havia transcorrido 17 meses desde o momento de sua detenção, sempre sem "causa federal pendente". Viajamos imediatamente à Penitenciária para informarmo-nos sobre o dia e a hora de sua liberação. A resposta que nos dão é: 'a Penitenciária ainda não tem notícias'. Temos que esperar que a mesma a receba. Recebemos a mesma resposta nos dias seguintes, incluindo 1º de fevereiro de 1978, quando o visitamos, como fazíamos regularmente uma vez por semana, encontrando-o nessa oportunidade feliz com a boa notícia...

(.....)
"Surpreendentemente, dois dias mais tarde soubemos que nosso filho já não estava mais na Penitenciária. Vários funcionários nos informaram de forma por demais confusa e contraditória, que à meia-noite do dia 2 de fevereiro de 1978 'tinha sido liberado junto com outros internos', que obtiveram sua liberdade ao mesmo tempo que ele, de nomes: Miguel Alejandro Dominguez, Gonzalo Abel Carranza e um terceiro de sobrenome Gallardo; nenhum dos quais apareceu até o momento. Versões oficiosas, recolhidas nas imediações da Penitenciária, de pessoas temerosas de dar seus nomes, manifestam que nessa noite, vários internos, entre os quais se encontrava nosso filho, foram introduzidos em um veículo à força. Houve pedido de ajuda, o veículo em questão estava em área de segurança da Penitenciária, já que os gritos foram ouvidos desde o mesmo. No primeiro momento de nossas averiguações na Penitenciária, nos livros de entrada e saída do mesmo não pôde ser encontrada a assinatura comprobatória da liberdade de meu filho. O sr. Subdiretor da Penitenciária nos disse que os internos postos em liberdade tinham sido acompanhados nas três quadras que existem entre o mesmo e a rua n.º 7 por agentes do Serviço Penitenciário Provincial. Os agentes do Serviço Penitenciário Provincial, que tinham participado da presumida liberdade de meu filho, manifestam em suas declarações, na causa n.º 42.817, Vara do Crime, da Cidade de La Plata (Pcia. de Buenos Aires), Juiz Dr. Horacio Piombo, Cartório n.º 15, arquivada sob o n.º 953, que as pessoas foram liberadas à porta da Penitenciária. A Penitenciária possui potentes focos, que iluminam perfeitamente as adjacências da mesma. Os guardas, dos seus postos, controlam até 10 quarteirões em torno da mesma; apesar de tudo, inúteis têm sido as múltiplas e ininterruptas diligências feitas para obter alguma informação sobre ele".

Desaparecimento de Carlos Ignacio Boncio - Pasta n.º 666

"No dia 25 de março de 1976, sendo 9h45, pessoal uniformizado das Forças de Segurança invadiu as dependências de Estaleiros Mestrina S.A., situado na intersecção das ruas Chubut e Río Luján, da localidade de Tigre (Bs. As.), local onde meu filho desempenha suas tarefas — e o detém em presença de todos seus companheiros de trabalho. Desde o momento de sua detenção começamos a realizar gestões para localizar seu paradeiro e, em pouco tempo, conseguiu-se localizá-lo na 1ª Delegacia de Polícia de Tigre, onde posso levar-lhe roupa e alimentos, recebendo alguns bilhetes de seu punho e letra, os quais estão em meu poder. Depois, foi transferido e se perdeu todo contato com ele, e até esta data não se tem notícias de seu paradeiro. Destaco que nas dependências do Ministério do Interior, informou-se que 'Carlos Ignacio Boncio foi detido e decretou-se sua liberdade por disposição do Poder Executivo Nacional, pelo Decreto n.º 1615/76, com data de 5/8/76'. Entretanto, e apesar dos relatórios solicitados pelo Juiz atuante, esta suposta "liberdade" nunca aconteceu, pois como expressei anteriormente, nunca se voltou a saber dele.

O Habeas-corpus foi tramitado perante o Tribunal Federal nº 3, a cargo do Dr. Guillermo F. Rivarola (Expte. nº 39.930); foi finalmente negado e se ordenou remeter fotocópias ao Comando-em-Chefe do Exército, a fim de que se investigue a suposta privação ilegítima da liberdade de meu filho”.

No dia 5 de abril de 1977, a mãe do desaparecido Boncio, enviou uma carta ao Tribunal onde tramitou o recurso de Habeas-corpus, cujo texto é o seguinte: “Sr. Juiz Rivarola. Sou cidadã argentina, meu nome é Ana Inés Mancebo de Boncio, e me dirijo ao Sr. para levar a seu conhecimento que meu filho, Carlos Ignacio Boncio, L.E. 8.242.272, não recuperou sua liberdade; apesar das respostas recebidas do Habeas-corpus, sei positivamente, e por outras pessoas que por sua vez saíram em liberdade de Campo de Mayo, que meu filho permanece ainda ali, e portanto rogo queira o senhor pôr sua boa vontade em averiguar o motivo pelo qual não o deixaram livre, tendo sua liberdade assinada. Desde já muito agradecida, saúdo V. Sa. Atenciosamente. Ana I.M. de Boncio”.

Diante de um pedido de informação remetido por esta Comissão ao Ministério do Interior sobre o caso, este respondeu com data de 21 de março de 1984: “... não podendo este Departamento de Estado informar concretamente que Dependência, e menos ainda o funcionário que efetivou a liberdade de Carlos Ignacio Boncio, disposta pelo Decreto nº 1615/76, por não constar as razões antes aludidas, mas presumivelmente deve admitir-se que quem a efetuou foi a Força Exército, em atenção às constâncias registradas na ficha de movimento, como alojado no Comando II MM. O exposto são os únicos registros que se possui, em razão do que, de acordo com o disposto pelo Decreto nº 2726/83, foi dada baixa às constâncias de antecedentes relativos à detenção das pessoas colocadas à disposição do P.E.N.”.

A denúncia desses fatos foi levada à Justiça no dia 24 de agosto de 1984, ficando radicado no Tribunal Federal nº 2, da Capital Federal.

Denúncia pelo desaparecimento do Dr. Dardo Francisco Molina — Pasta Nº 6171

O Dr. Molina foi Presidente do H. Senado de Tucumán e Vice-Governador desta Província.

Em 7 de dezembro de 1976, ditou-se o Decreto nº 3197, pelo qual puseram-no à disposição do Poder Executivo Nacional; mas, segundo nota nº 443/78, do Ministério do Interior, nunca foi detido.

Entretanto, sua esposa informa que em 17 de dezembro de 1976, dez dias depois de assinado o Decreto que ordena sua detenção, foi seqüestrado por Forças de Segurança em seu escritório jurídico, e levado em seu próprio automóvel.

No mesmo dia se apresentaram recursos de Habeas-corpus diante das Justiças Provincial e Federal, sendo ambos negados porque decorre, das informações recebidas, que não se encontra detido. E mais, sem que seja dada qualquer explicação que justifique a troca da decisão anterior, no dia 24 de dezembro de 1977, se dita o Decreto nº 3723, pelo qual se deixa sem efeito a ordem de sua detenção.

Os trâmites, tanto administrativos como judiciais, realizados para estabelecer o paradeiro do Dr. Dardo Francisco Molina, até o presente não deram resultado positivo.

A partir desses fatos, fica por demais interpretável que, pelo Decreto n° 2726, de 22 de outubro de 1983, o governo “de facto” ordenou a destruição de todas as pastas relativas a presos no Estado de Sítio. Esta incineração precipitada dos elementos que poderiam esclarecer muitos desaparecimentos, respondeu ao propósito exclusivo de dificultar ao extremo as investigações correspondentes.

De qualquer forma, considerando que a destruição ordenada pelo citado Decreto não alcançou — (supõe-se que aleatoriamente), os fichários denominados “movimentos de detidos” — (transferências, etc.), estamos em condições de alertar sobre um ingrediente que suscita veemente interesse: os Decretos de prisão à disposição do Poder Executivo Nacional, tinham em um número significativo, datas posteriores ao real momento da detenção da pessoa; vale dizer que, o acontecimento da privação da liberdade precedia, às vezes consideravelmente, à data do respectivo Decreto, consumando-se em conseqüência, ali, o primeiro ato de abuso, vulnerando-se manifestamente a própria legalidade criada pelo governo militar. Esta Comissão Nacional registrou casos de 175 pessoas que sofreram esta situação.

Exemplos disto, temos nos seguintes casos:

Depoimento de Alcides Antonio Chiesa — Pasta N° 634

“Fui transferido, ao ser seqüestrado em 15 de outubro de 1977, à Brigada de Investigações de Quilmes”.

(.....)
“...no dia 3 de maio de 1978 me levaram à Delegacia de Polícia de Villa Echenagucía”.

(.....)
“Pelo Decreto n° 1613, de 18 de julho de 1978, fui posto à disposição do Poder Executivo Nacional”.

O Chefe de Polícia da Província de Buenos Aires informou a esta Comissão, em data de 18 de abril de 1984, o seguinte: “Não se pode estabelecer que existam constâncias de que Alcides Antonio Chiesa tenha sido alojado em alguma oportunidade na 2ª Delegacia de Quilmes, Seção Bernal; sim, em troca, na Subdelegacia de Villa Echenagucía, já que consta no Livro de Entrada e Saída de Detidos, na Folha 34, Ordem n° 17, o ingresso de Alcides Antonio Chiesa, com data de 16.06.78, *procedente da Área Militar 112*, e seu envio, em 6.10.78, ao Instituto de Detenção — (Unidade 2) da Capital Federal, à disposição do Poder Executivo Nacional”.

O Sr. Alcides Antonio Chiesa foi visto na Brigada de Investigações de Quilmes — (“Pozo de Quilmes”), por Alberto Felipe Maly — (Pasta N° 836) e Alberto Derman — (Pasta N° 4185).

A denúncia sobre a privação ilegítima da liberdade e torturas de que foi objeto, foi apresentada na Justiça, ficando radicada na 1ª Vara-Crime de La Plata.

“Depois de meus pais terem permanecido na condição de desaparecidos pelo período de um mês, fui detido por um indivíduo armado que se identificou como Cabo 1.º, do Regimento VII, de La Plata. A detenção se produz em via pública, no dia 14 de julho de 1976, às 14h. Imediatamente me conduz ao próprio Regimento VII”.

(.....)

“...depois me introduzem no interior de um veículo”.

(.....)

“...me conduziram a um local onde estavam-nos esperando outras pessoas, que imediatamente começaram a interrogar-me e torturar-me com ‘picana’ elétrica”.

(.....)

“Permaneço ali até 29 de agosto de 1976, data na qual sou transferido em um veículo do Exército — (junto com outros detidos) — à 3.ª Delegacia de Polícia de Lanús Oeste, Pcia. de Buenos Aires”.

(.....)

“Por Decreto n.º 2705, de 30 de outubro de 1976 — (cuja fotocópia anexo), fui notificado que me achava à disposição do Poder Executivo Nacional. Durante minha detenção ilegal inteirei-me, por outros detidos, que esse Centro Clandestino de Detenção chamava-se Pozo de Arana”.

(.....)

“Ao final de janeiro de 1977, fui transferido à Unidade 9 de La Plata. Me põem em liberdade em 18 de julho de 1980”.

O Sr. Rubén V. Saposnik esteve detido ilegalmente, sofrendo todo tipo de humilhações, de 14 de julho até 30 de outubro de 1976. Depois continuou preso quase quatro anos mais, à disposição do Poder Executivo Nacional, sem que conheça a causa que outorgue razoabilidade a tão longo tempo de privação de sua liberdade.

A denúncia sobre sua detenção ilegal e torturas de que foi objeto, foi levada à Justiça, ficando radicada no Tribunal n.º 1 de La Plata.

Depoimento de Gustavo Caraballo — Pasta N.º 4206

“Em 1.º de abril de 1977, fui seqüestrado em meu domicílio, à noite, por quatro ou cinco pessoas armadas, à paisana, alegando pertencerem ao Exército. Me introduziram um Falcon; procuram outras pessoas mais — Mariano Montemayor, jornalista, e Horacio Rodríguez Larreta —. Depois de chegar à Praça de Maio somos encapuzados, e o carro transita em direção à zona sul, uma viagem de duração média de 30 a 40 minutos, chegando a um local, sempre encapuzado...”

(.....)

“No segundo dia, chega o Gen. Camps, e fui levado à sua presença, sem capuz”.

(.....)

“Em seguida fui conduzido a uma dependência do mesmo local, onde me ordenam despir-me e entregar um anel; jogando-me água, me amarram as extremidades em uma maca de bordo metálico, enquanto me interrogam, aplicando-me corrente elétrica por todo o corpo, durante uma hora e meia. Um dos torturadores tinha a mesma voz do encarregado do lugar, a quem chamavam Dario. Outro dos responsáveis, era de sobrenome Cosani ou Cossani, havendo-me inteirado, poste-

riormente, que foi condecorado por Camps. Sete dias depois, me transferiram em uma pick-up, com outras 10 pessoas, a um lugar próximo, no máximo dez ou quinze minutos de viagem. Era um prédio de três andares."

(.....)
"No 3º andar estavam detidas as mulheres; uma delas, deu à luz nesses dias".

(.....)
"Aqui permaneci 8 dias e fui transferido à Delegacia de Polícia de Bánfield, no máximo 5 minutos de viagem. Se oficializa minha detenção e fico à disposição do P.E.N."

Lamentavelmente, isto sucedia como parte de uma situação global de desprezo pelos direitos individuais, que em modo algum era enfrentada com decisão pelo Poder Judicial, que só por exceção indagava — e timidamente —, a proporcionalidade da ordem de prisão em relação aos fins tidos em conta, ao ditar-se o Estado de Sítio, assim como a duração e modalidades da detenção, a fim de impedir a aplicação de penas ou condenações sem juízo prévio. A realidade revela que, durante 1976/83, somente em um caso se obteve, por decisão judicial, a liberdade de uma pessoa presa à disposição do Poder Executivo Nacional.

O direito de opção para sair do país desapareceu como tal. O Ato Institucional de 24 de março de 1976, suspendeu sua vigência, resolvendo-se, pela Lei 21.275, de 29 de março de 1976, deixar sem efeito toda solicitação em tal sentido, qualquer que fosse a etapa em que se encontrasse seu trâmite. Resolução que foi avalizada pela doutrina da Corte Suprema no caso "Ercoli", segundo a qual, ao limitar-se temporariamente a suspensão do exercício do direito de opção, a medida deixava de ser arbitrária e irrazoável.

Uma idéia aproximada do temperamento que adotou o Poder Judiciário "de facto" nesse ponto, pode ser extraído do caso do médico Alfredo Felipe Otalora de la Serna, que foi preso em 19 de novembro de 1975, e colocado à disposição do Presidente da Nação, pela vigência do Estado de Sítio; oportunamente, propôs sua opção constitucional de abandonar o território argentino para sair da prisão. Diante da excessiva demora em resolver sua situação, apresentou uma demanda judicial de Habeas-corpus, conseguindo que o então Juiz Federal, Dr. Eugenio R. Zaffaroni ditasse sentença favorável, que impunha ao Presidente a obrigação de permitir sua viagem ao exterior.

Logo após a sentença do magistrado, dita-se a referida lei que suspende o direito em questão. Poderia estimar-se que tal norma não haveria de aplicar-se retroativamente, a quem já tinha resolvida, por um magistrado, a saída do País. Entretanto, o Juiz Federal, Dr. Rafael Sarmiento, não deu lugar ao cumprimento daquela sentença, com os seguintes argumentos: a sentença em análise carece agora de valor da coisa julgada, porquanto o Art. 23 da Constituição Nacional — que reconhece o direito à opção — foi substituído como norma operativa, pelo Art. 1º da Lei 21.275, que suspendeu esse direito, lei que emana da Junta Militar em exercício do poder constituinte, situação institucional e doutrinária pacificamente reconhecida pela Corte Suprema.

Finalmente, o mesmo Juiz faz saber ao Poder Executivo, que deverá tomar as providências para que seja regulamentado o direito de opção para sair do país ("La Nación, 30-V-76).

O que não se fez esperar, estabelecendo-se um procedimento que começava

por impedir a apresentação da respectiva solicitação antes dos 90 dias da data em que se dispôs a prisão, contando o Poder Executivo com 120 dias para resolver e, se fosse negada, não poderia ser reiterado o pedido, senão até depois de transcorridos 6 meses daquela negativa. Uma verdadeira “via crucis” para quem, sem qualquer imputação legal, sofria severíssimas condições de clausura, um tratamento humilhante e a angústia de não saber se em uma transferência imprevista seria morto por aplicação da “lei da fuga”, ou se sua eventual colocação em liberdade não seria utilizada como cobertura de seu desaparecimento definitivo.

Como se vê, o Governo Militar não deixou área sem arrasar, em matéria de direito individual, e os magistrados designados pelo “facto”, deixaram acontecer.

Somente em maio de 1981, o Tribunal abriu um precedente que significou um vislumbre de reação diante de tanto abandono de suas funções.

No caso “Benito Moya”, diante de uma nova negativa do Poder Executivo em conceder-lhe permissão para sair do País, decidiu outorgar-lhe um prazo de 15 dias para escolher entre autorizar a viagem do recorrente ou transformar sua detenção no regime atenuado de “liberdade vigiada”.

Moya tinha 19 anos quando foi detido em 1975. Permaneceu detido, à disposição do Poder Executivo Nacional, e somente quatro anos depois foi processado, acusado de pertencer a uma organização subversiva. A causa contra si foi desconsiderada por falta de provas, mas não foi posto em liberdade. As repetidas apresentações que realizou para obter o direito de opção foram negadas. Em 9 de junho de 1981, cumprindo a resolução da Corte, o Poder Executivo dispôs a troca das condições de sua prisão, segundo o chamado regime de “liberdade vigiada”.

A detenção de pessoas por tempo indeterminado, sem acusações precisas, sem processo, sem defensor e sem meios efetivos de defesa, constitui, sem dúvida, violação do direito à liberdade e ao devido processo legal. Isto é muito mais grave, se os detidos, tendo sido julgados e inocentados pela própria justiça civil ou militar, continuarem presos à disposição do Poder Executivo Nacional. Quando a detenção ultrapassa ao tempo necessário para reunir os antecedentes a fim de submeter o detido a julgamento, a manutenção da medida só se baseia na mais crua arbitrariedade. Pelo que temos visto, isso foi algo comum e cotidiano, durante os governos das Juntas Militares.

C. O desaparecimento de advogados

É indubitável que um pilar do sistema constitucional de direitos e garantias individuais, é constituído pela prescrição que reconhece a todos os habitantes da Nação, a inviolabilidade “da defesa em juízo, da pessoa e dos direitos” (Art. 18 C.N.). De nada vale a mais perfeita atribuição de liberdades, nem o mais exaustivo catálogo de direitos, se não se garante o eficaz exercício de sua defesa, quando são vulnerados.

Nisto cumpre um papel indelegável a presença do advogado de defesa, o “advogado de confiança” da jurisprudência tradicional, cuja função essencial na administração da justiça, tem sido reconhecida pela Lei argentina, quanto ao respeito e consideração que merecem. Sem seu patrocínio ou representação, sem sua

assistência técnica, o particular danificado pelos abusos do poder, sofre um gravíssimo detrimento na obtenção de proteção jurídica.

Isto foi o que aconteceu. Como se fosse mais um recurso da maquinaria que executou o terrorismo de estado, as mais duras represálias caíram sobre muitos advogados que assumiram a defesa de suas vítimas. As prisões arbitrárias, os agravos e maus tratos nos órgãos de segurança, o desaparecimento e até a morte dos advogados de defesa, foram usos correntes nos primeiros anos do regime militar.

Começou-se por identificar o defensor com seu defendido: todo aquele que patrocinou, ou simplesmente pediu ou perguntou por um suposto subversivo, foi suspeito de convivência com a subversão, e se assumisse frontalmente a defesa de um perseguido, era considerado integrante da associação ilícita, até que demonstrasse o contrário, ocorrendo que, na maioria das vezes, nem lhes deram tempo para isso.

Tão aberrante critério conduz, necessariamente, ao absurdo de imputar pro-pensões homicidas ao letrado que defenda um acusado de matar outro. O que, por via de sua generalização, deixaria tão valiosa função profissional em mãos de depravados e inescrupulosos e, conseqüentemente, ao acusado, sem defesa.

Os fatos assinalam que, durante os anos governados pela ditadura militar, foi alterado substancialmente o preceito da independência do advogado no exercício de seu cargo. Com as conseqüências imagináveis, associaram a eles as idéias e motivações de seu defendido, passando a revestir o caráter de cúmplice ou de enco-bridor de gravíssimos delitos.

Em outros casos, se fez uso do exercício absoluto e arbitrário do poder deixado em mãos de ocasionais repressores, para perseguir profissionais dignos, que não claudicaram na defesa dos interesses que lhes foram confiados por seus clientes; e em outros, castigou-se, baseado em falsas imputações, àqueles que foram conseqüentes na defesa, simplesmente, dos direitos trabalhistas.

Os resultados estão à vista. Organizações sindicais de advogados calculam que foram praticados 23 assassinatos de seus colegas, por motivos políticos, a partir de 1975. Paralelamente a essa traumática situação, foram seqüestrados, com desaparecimento permanente e sem conhecer-se sua sorte até hoje, não menos de 109 advogados, devendo assinalar-se que 90% desses “desaparecimentos” se consumaram entre os meses de março e dezembro de 1976. Mais de uma centena de advogados foram levados à prisão — a maioria sem processo judicial algum — e um número muito mais elevado e difícil de precisar, procurou salvar a liberdade, e talvez sua própria vida, no exílio.

Os casos seguintes ilustram, ainda que em forma parcial, o que vem sendo exposto.

Depoimento da Dra. Liliana María Andrés, sobre seu seqüestro e desaparecimento de seu esposo, Dr. Daniel Víctor Antokoletz — Pasta N.º 1386

“Em 10 de novembro de 1976, às 8h30, seis homens à paisana, fortemente armados, que se identificaram como pertencentes a ‘Forças de Segurança’, irrompem violentamente em nosso domicílio conjugal. Obrigam-nos a nos jogarmos no solo, batem

em meu marido e nos algemam com as mãos às costas. Durante mais de uma hora revistam detalhadamente o apartamento do qual, depois, levaram documentos pessoais, escritos e material correspondente a nossas tarefas profissionais, grande quantidade de livros, fotos familiares, etc.”

(.....)
“Ao chegar ao destino, depois de descer dois subsolos, fomos separados e submetidos a interrogatórios. Durante o primeiro, breve, ouvi constantemente os gritos de dor de uma moça que era brutalmente torturada a meu lado, com ‘picana’ e golpes. Tudo parou subitamente; escutei nitidamente: ‘Tchê, se foi a mão com a loira’. Durante o interrogatório, afirmaram estar convencidos de que eu não tinha relação com o problema, e que provavelmente sairia livre ou passaria à disposição do Poder Executivo Nacional. Também duvidavam que meu marido pertencesse a qualquer organização armada; mas, para eles, era perigoso, enquanto entendiam que cumpria um rol de ideólogo da subversão, por sua qualidade de advogado de defesa de presos políticos e dos direitos humanos, sendo reconhecido dentro do círculo de advogados, a nível internacional”.

(.....)
“Insistiram, com outra nota negativa ou depreciativa, que era judeu; não sendo verdade, neguei”.

(.....)
“Opino que o local de confinamento onde meu marido e eu estivemos como desaparecidos, é a Escola de Mecânica da Armada, ou mais precisamente, Escola de Suboficiais da Armada — (pavilhão separado do anterior por uma rua interna).

(.....)
“Incessantemente pedi para ver meu marido, ou saber como estava; na manhã de sábado 13, um dos guardas me conduziu — com grandes precauções — até um banheiro, e disse que o veria, exigindo que não contasse isto a ninguém, pois poderia comprometê-lo seriamente. Assim foi que outro conduziu meu marido ao mesmo local; nos permitiram tirar os capuzes e as vendas que tínhamos sobre os olhos, e ver-nos durante um lapso de aproximadamente um minuto. Este curto tempo bastou para que eu pudesse observar que estava seriamente torturado; caminhava com grande dificuldade e lhe haviam aplicado a ‘picana’ nos testículos e gengivas. Depois tornaram a levar-me a meu lugar, e desde então não voltei a saber dele”.
“Na madrugada de 17 de novembro, me liberaram”.

(.....)
“O fato foi denunciado imediatamente diante do Comando-em-Chefe do Exército, o I Corpo de Exército, com sede em Palermo, a Polícia Federal, o Ministério do Interior, o Vicariato Castrense, o Presidente da Comissão Permanente da Assembléia Episcopal Argentina — Monsenhor Raúl Primatesta —, Amnesty International, Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos, Comissão pelos Direitos Humanos da OEA, Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e outras entidades e pessoas diversas, tanto oficiais como extra-oficiais, argentinas ou estrangeiras. Se apresentaram cinco recursos de Habeas-corpus frente à Justiça Ordinária e Federal. Todas estas gestões — tanto oficiais como extra-oficiais — e os recursos oficiais apresentados, não deram, até o momento, absolutamente nenhum resultado, ao ponto de não saber até hoje se meu marido está com vida ou não”.

(.....)
“Desejo destacar que desde o ano de 1972, meu marido se dedicava à defesa de presos políticos — entre eles o ex-senador uruguaio Enrique R. Erro — e à luta pelo respeito dos direitos humanos, e que em nenhum momento ocultou estas atividades nem seu domicílio”.

(.....)
"Era docente universitário, advogado, conhecido jurista internacionalista, membro do 'Instituto Americano de Estudos Jurídicos Internacionais' da Secretaria-Geral da OEA, e membro fundador titular da 'Associação Argentina de Direito Internacional'".

Desaparecimento do Dr. Guillermo Augusto Miguel — Pasta N.º 5392

Em 24 de março de 1976, o Dr. Miguel reintegrou-se à sua função de Assessor Legal da Prefeitura de Termas de Río Hondo, cargo ao qual fora designado no ano de 1971 e que retivera por licença, com base a sua eleição como Deputado Provincial, no período 1973-1976.

Devido à sua função, teve que opinar em um expediente administrativo originado em investigações praticadas por pessoal desse município, que determinaram que em um "cabaret" dessa cidade exploravam-se menores de idade, o que ocasionou a resolução de clausura ditada pelo então Prefeito Vagliatti.

Em conseqüência disto, recebeu em seu domicílio, situado em Pje. Ramón Carrillo n.º 41, dessa cidade, reiteradas visitas da proprietária daquele estabelecimento, conhecida como "Madame Yola", que lhe solicitava sua mediação para obter o levantamento da clausura. Diante de sua permanente negativa, a mulher ameaçou-o com a ação do "SIDE de Musa Azar", segundo suas próprias manifestações, já que eram sócios na exploração do local.

Posteriormente a este fato, o Prefeito Vagliatti manifestou ao Dr. Miguel que estava recebendo pressões da "Casa de Governo", como explicou sem precisar nomes, para retirá-lo de suas funções; diante desta circunstância, o Dr. Miguel solicitou audiência com o Ministro de Governo, que recebeu-o em seu despacho, no dia 22 de novembro de 1976, quem lhe informou que estava em seu poder informação produzida pelo chamado "SIDE da província", que o acusava de elemento subversivo. Diante disto, o Dr. Miguel solicitou ao funcionário ser submetido à mais ampla investigação sobre sua vida pública e privada, para desconsiderar tal informação; mesmo assim, relatou-lhe os pormenores do episódio de fechamento do cabaré, o que aparentemente satisfaz o Ministro, que lhe deu todas as garantias sobre sua segurança pessoal e permanência em seu cargo.

No dia seguinte, às 20h45, aproximadamente, enquanto dirigia seu automóvel, foi interceptado por dois veículos que lhe bloquearam a passagem por trás e pela frente e, obrigado a descer de seu carro, foi introduzido em um dos carros de interceptação, que deu marcha à ré e dirigiu-se para leste. Este fato foi presenciado por alguns vizinhos, que notificaram de imediato sua esposa, Ana María Tonnelier de Miguel.

Radicada de imediato a denúncia pela esposa, na 3ª Delegacia de Polícia, compareceu pessoal da mesma, que praticou as diligências e obteve um depoimento, derivando-se posteriormente as ações à 3ª Vara do Crime.

As diligências policiais e judiciárias não deram qualquer resultado, e os pais e a esposa começaram a "via crucis" junto às autoridades governamentais, militares e eclesiásticas, à procura de informação, recebendo respostas negativas.

Entretanto, o então Cel. Llamas, que atuava no Comando do Exército com

sede em Tucumán, manifestou que o Dr. Miguel se encontrava com vida e que tinha realizado gestões para melhorar seu estado de prisão. Tempo depois, entregou a Dr. Eduardo Miguel, ex-governador da Província, pai de Guillermo, uma carta dirigida ao Cel. Ruiz Palacios, que era o Subsecretário de Assuntos Institucionais do Ministro Harguindeguy.

Entrevistado em Buenos Aires, Ruiz Palacios mostrou-se muito surpreendido pelo conteúdo da carta, e solicitou uma semana de prazo para efetuar averiguações, após o que, e em nova entrevista, manifestou ter “os papéis de seu filho”, segundo sua expressão. Mas esta foi a última notícia, já que não houve outros contatos, e as negativas se sucederam em entrevistas posteriores com as autoridades.

No ano de 1978, recebeu a visita de uma senhora que se apresentou como integrante do Departamento de Informações Policiais, a cuja frente se encontrava Musa Azar, e declarou ter visto o Dr. Guillermo Miguel, na prisão de Punta Indio, na ocasião de levar um contingente de presos, em base à distribuição que se estava efetuando com motivo da visita da Comissão de Direitos Humanos da OEA.

Esta pessoa revelou, desse modo, ter tido contato em Punta Indio, com o Dr. Miguel, que teria solicitado que tranquilizasse seus familiares, pois seu estado era bom, solicitando o envio de vestimentas.

É assim que trouxe umas poucas linhas escritas pelo detido, que posteriormente perícias caligráficas as declararam autênticas.

A denúncia destes fatos foi efetuada pela Sra. mãe do Dr. Guillermo A. Miguel, frente à Comissão Provincial de Estudo sobre Violação dos Direitos Humanos de Santiago del Estero, a qual resolveu, depois de instruir o processo correspondente, elevar as ações ao Sr. Juiz de Direito da Terceira Vara dessa Província.

Desaparecimento do Dr. Abdala Auad — Pasta N.º 1089

O Dr. Auad, no mês de fevereiro de 1977, exercia o cargo de assessor letrado dos titulares do pacote minoritário do “Nuevo Banco de Santiago del Estero”. Naquela época, denunciou uma vultosa fraude realizada em prejuízo de seus patrocinados, reclamação que se fez pública mediante sucessivas informações pela imprensa, até a data de seu seqüestro e desaparecimento, produzido em 18 de março de 1977.

Nesse dia, saiu de seu domicílio com destino ao “Banco de la Província de Santiago del Estero”, mas não chegou lá, já que na Rua Buenos Aires, à altura do número 450, foi interceptado por três indivíduos que se deslocavam em um carro.

Seus familiares apresentaram de imediato recurso de Habeas-corpus e denunciaram o seqüestro diante do Tribunal Federal. Solicitaram também audiências com altas autoridades governamentais, como os generais Videla e Harguindeguy, assim como promoveram a intervenção dos membros da Igreja e da Embaixada da Síria em nosso país. Finalmente, dirigiram-se a diversos organismos defensores dos Direitos Humanos, e expuseram o fato diante da Organização das Nações Unidas. Em todos os casos o resultado das gestões foi negativo.

Com o advento do governo constitucional, o Sr. Roberto Manuel Zamudio compareceu perante a “Comissão Provincial de Estudo sobre Violação dos Direitos Humanos de Santiago del Estero”, a declarar que no dia 3 de junho de 1978 foi

seqüestrado e conduzido a um Local Clandestino de Tortura e alojamento de detidos — que em 1984 reconheceu, com intervenção judicial — onde foi torturado, amarrado a um estrado de cama. Em determinado momento, Zamudio sofreu um ataque grave no funcionamento respiratório, por desprendimento de gases de uma fogueira, circunstância na qual escutou que um dos guardas manifestava a outro: “Quase acontece com ele o que ocorreu com o Dr. Abdala Auad”, entendendo que este último esteve “alojado” nesse mesmo lugar, durante seu cativeiro.

A denúncia desses fatos foi radicada diante do Juiz do Crime, da Quarta Vara de Santiago del Estero.

Desaparecimento e morte de Dr. Norberto Oscar Centeno — Pasta N° 7289

“Meu pai era especialista em Direito do Trabalho, autor de dois livros sobre a matéria, e numeroso material em revistas especializadas. Trabalhava como advogado do Sindicato de Motoristas, União Gastronômica, União Operária Metalúrgica e Associação Operária Têxtil, assim como assessor da C.G.T. — regional Mar del Plata e Capital Federal. No dia 7 de julho de 1977, à saída do escritório jurídico onde desenvolvia suas tarefas, foi interceptado por um grupo armado. Disso tem-se conhecimento posterior, por versão de um testemunho presencial. Em 11 de julho de 1977, aparece o cadáver de meu pai, constando da Certidão de Óbito que sua morte data do dia 9 de julho, dando-se como ‘causa mortis’: Choque traumático hemorrágico. O desaparecimento de meu pai ocorre de forma simultânea com a de outros profissionais, dos quais apenas um recupera a liberdade: o Dr. Carlos Bossi, que é encontrado no porta-malas do automóvel que meu pai dirigia no dia de seu seqüestro. Com base no depoimento da Sra. Marta García — (Pasta n° 7290) chega a meu conhecimento que, no momento de ser esta alojada no Centro de Detenção chamado ‘La Cueva’, situado na Base Aérea de Mar del Plata, localiza meu pai. O mesmo tinha sido objeto de torturas; ela tem um contato direto com ele, ao umedecer-lhe os lábios, já que se queixava de dores terríveis. Posteriormente, em uma segunda sessão de torturas, meu pai falece, aparecendo seu cadáver, tal como foi declarado, no dia 11 de julho de 1977”.

Entre aqueles que sofreram represálias, também houve os que eram docentes nas matérias jurídicas, pelo que as medidas aplicadas contra eles afetaram a qualidade do ensino do Direito, com conteúdo democrático e republicano, devido ao temor que despertou a difusão de casos padecidos por seus colegas.

Será de inexcusável registro o caso do Dr. Lucio Jorge Rébora - (Pasta n° 12), advogado e licenciado em Filosofia, professor adjunto na cátedra de Introdução ao Direito, e titular na de Filosofia do Direito.

No dia 1° de janeiro, foi seqüestrado poucas horas após o seqüestro de sua esposa, Celia Sara Machado de Rébora, professora de Filosofia e escritora, ao mesmo tempo em que lhes saquearam o apartamento; nessa mesma noite, assaltaram seu escritório jurídico. De imediato, seu irmão, o engenheiro-agrônomo Humberto Antonio Rébora, apresentou recurso de Habeas-corpus, em razão do qual, foi seqüestrado no dia 2 de fevereiro de 1977, sem haver reaparecido nenhuma das três pessoas até o momento atual. Deve-se declarar que os captores — que se apre-

sentavam portando ostensivamente metralhadoras e espingardas de cano recortado — procuravam, na realidade, a filha do primeiro casamento do Dr. Rébori, uma adolescente que estava há seis meses estudando música em Paris (França). Ao não encontrá-la, acusaram a família de provável “cumplicidade” com a jovem.

Também houve aqueles que, até a véspera de seu seqüestro e assassinato, tinha exercido cargos na Justiça, como é o caso do:

Desaparecimento e morte do Dr. Guillermo Raúl Díaz Lestrem - Pasta n.º 2161

O Dr. Díaz Lestrem foi Secretário da Justiça Federal no Penal, da Capital Federal, passando a agir, posteriormente, como Defensor Oficial na Justiça do Crime. Enquanto ocupava este último cargo, foi detido e posto à disposição do Poder Executivo Nacional, na madrugada de 30 de março de 1976. Por diligências realizadas pelas autoridades da Associação de Magistrados do Poder Judiciário da Nação, consegue-se localizá-lo na prisão de Villa Devoto. Posteriormente é transferido ao Penal de Sierra Chica, Província de Buenos Aires, sendo brutalmente castigado no trajeto, o que resulta numa afecção em um ouvido. Cinco dias depois de sua prisão, assina-se o Decreto de sua demissão do cargo que exercia no Poder Judiciário.

Recuperada a liberdade, exerceu intensamente a profissão de advogado na área de sua especialidade, no escritório do conhecido penalista Dr. Ventura Mayoral.

Em maio de 1978, tomou conhecimento que o porteiro do edifício, ao perceber a presença de pessoas em atitude suspeita, perguntou-lhes sobre a estranha conduta que exibiam, ao que responderam que “procuravam Díaz Lestrem”. Paralelamente, este recebia ameaças telefônicas, pelo que resolveu apresentar-se espontaneamente à 3ª Vara do Crime, desta Capital, subscrevendo um Recurso de Habeas-corpus preventivo, e solicitando ser alojado nas dependências do Palácio dos Tribunais, enquanto a causa era instruída. Logo saiu em liberdade, por não existir incriminação alguma contra si.

Na noite de 20 de outubro de 1978, o Dr. Díaz Lestrem desapareceu, sendo achado seu cadáver, no dia 30 de novembro de 1978, na entrada do “Clube de Gimnasia y Esgrima” do bairro de Palermo - Capital Federal.

Recentemente, a srta. Nilda Noemí Actis Goretta depôs frente à esta Comissão, manifestando:

“a) Esteve ilegalmente detida na ESMA, durante oito meses, a partir do dia 19 de junho de 1978; b) Viu o advogado Díaz Lestrem nesse lugar ao final de setembro desse ano; c) Pouco mais de um mês depois, percebe que o retiraram da Escola; d) No dia seguinte, lê nos jornais que tinha sido encontrado sem vida no bairro de Palermo; e) Inclusive viu, na ESMA, os tormentos a que o submeteram” - (Pasta n.º 6321).

Enquanto isso, aconteceu o lógico corolário; a desproteção jurídica para aqueles familiares que precisamente necessitavam denunciar a tragédia daqueles que tinham sido seqüestrados ou detidos. Os tribunais viveram um tempo verda-

deiramente singular no discurso jurídico; a imensa maioria dos familiares teve que executar seus próprios escritos a serem apresentados nas salas dos Tribunais, sem contar com o devido auxílio profissional, tal era a ameaça que pendia sobre os profissionais do Foro, e o temor pelo ocorrido a seus colegas. Nunca tinha-se vivido uma circunstância de tal necessidade de patrocínio jurídico e que, paradoxalmente, se experimentava a virtual inexistência da assistência profissional.

D. A Invasão das Sedes dos Organismos Defensores dos Direitos Humanos

Em um dado momento, a peregrinação dos familiares em busca de conselho e amparo, levou-os aos organismos de Direitos Humanos, onde lhes foi dado o assessoramento que estava a seu alcance. Com a conseqüência de que um Juiz Federal ordenou a invasão e o confisco de toda documentação existente nas respectivas sedes, preparada para ser entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na oportunidade de sua iminente visita a nosso país.

Aconteceu que os organismos defensores de Direitos Humanos conceberam a redação de um Habeas-corporus típico, com os elementos essenciais incorporados no texto impresso, com espaços em branco para preencher oportunamente com os parâmetros próprios da situação individual que se tentava amparar.

Um mulher, empregada doméstica, Dorita Marzan de Galizzi, cuja filha tinha desaparecido em 1976, apresentou um recurso de Habeas-corporus na 5ª Vara da Justiça Criminal e Correccional Federal, da Capital Federal. No momento da audiência para ratificar a demanda, foi inquirida acerca de como lhe constava, segundo dizia em seu escrito, que os apreensores de sua filha “investiam ‘prima facie’ alguma forma de autoridade pública, dada a aparatosidade exibida”. As perguntas do Tribunal giravam em torno de se a demandante vira ou não homens das Forças de Segurança atuando na invasão. A mulher só sabia o que os vizinhos do imóvel invadido, onde vivia sua filha, manifestaram: que a operação tinha sido levada a cabo com pessoas que se deslocavam em vários automóveis e portavam ostensivamente as armas, acrescentando que uma funcionária da Comissão de Familiares de Desaparecidos e Detidos, indicou-lhe que completasse o espaço em branco com o parágrafo questionado. Esta explicação não satisfez o Tribunal, e ao contrário, deu lugar a uma investigação por falso testemunho que derivou em conseqüência jamais prevista pelo organismo assistente.

Cabe esclarecer que os redatores do Habeas-corporus típico e impresso, incluíram nesse trecho do texto a mesma fórmula utilizada na elaboração da primeira demanda no tão conhecido caso “Pérez de Smith e outros”, que fora apresentado frente ao Supremo Tribunal Federal, sem que este suscitasse observações ou assinalasse desproporção na concepção da frase. Ao contrário, a Corte ditou um pronunciamento altamente relevante no caso.

A Sede da Aliança Argentina pelos Direitos do Homem, da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos e do Movimento Ecumênico de Igrejas pelos Direitos Humanos, foram invadidas, seqüestrando-se abundante material — fichários, formulários do Habeas-corporus, listas de “desaparecidos”, etc. — Também foi detida por várias horas, para interrogatório, uma colaboradora voluntária da

Comissão de Familiares, sendo depois deixada em liberdade por “falta de méritos para processá-la”. No total, seqüestrou-se não menos de dois metros cúbicos de documentação.

Como a mencionada mulher chegou a declarar que a tinham exortado a falar “com um tal Dr. Carreño, que se ocupa dos desaparecidos”, o Secretário do Tribunal dirigiu-se, em um dos caminhões de grandes dimensões pertencente ao Corpo de Infantaria da Polícia Federal, ao local indicado pela declarante, Av. de Maio nº 760. Ali informaram-lhe que possivelmente a pessoa procurada era o Dr. Edmundo Vargas Carreño, Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, e que esta sede conta com imunidade diplomática, baseado no que resolveu-se não levar adiante a “invasão” do local.

Deve-se adicionar que o Tribunal, em vez de emitir um juízo de estimacão jurídica sobre o volumoso material seqüestrado, remeteu-o à Chefatura de Polícia da Província de Buenos Aires, para que este organismo informe “se o material é subversivo ou não”.

Quanto a isto, vale observar o Relatório elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (“A situação dos direitos humanos na Argentina”, pág. 289): “a) É estranho que toda a documentação capturada tenha sido enviada à Chefatura de Polícia de Buenos Aires, quando tais elementos deviam estar à disposição do Juiz; b) Se a denúncia se referia a uma das Entidades, não se compreende a causa pela qual a ordem de invasão estendeu-se aos locais ocupados por outras; c) A invasão se verificou, não apenas com respeito aos formulários impressos para os Recursos de Habeas-corpus, mas também compreendeu o confisco de todos os objetos e documentos que tais entidades possuíam”.

É preocupante constatar que no dia 28 de julho de 1979, 13 dias antes da invasão das entidades, efetivos policiais haviam confiscado, nas oficinas gráficas Alemann e Cia., 4.000 exemplares do folheto “Onde estão: 5.581 desaparecidos”, que a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos tinha em processo de edição, e que tinha sido preparado conjuntamente com o Movimento Ecumênico de Igrejas pelos Direitos Humanos, a Aliança Argentina pelos Direitos do Homem e a Comissão de Familiares.

Tampouco se pode deixar de assinalar o tratamento agravante e a pertinaz perseguição que as Mães da Praça de Maio sofreram, com todo tipo de ameaças, agressões, e inclusive, desaparecimento de alguns de seus membros, pelo único delito de pedir o aparecimento, com vida, de seus filhos, convertendo-se — nos momentos mais negros da ditadura — em porta-vozes da consciência cívica da Nação.

Assim como não foi alheio a este clima duro, difícil de obter o amparo judicial efetivo dos direitos humanos, o caso da:

Detenção e processo de membros do Centro de Estudos Legais e Sociais - Pasta n.º 7418

Na sexta-feira 27 de fevereiro de 1981, foi invadida a sede do Centro de Estudos Legais e Sociais — CELS — na Capital Federal, por ordem do Juiz Federal no

Criminal e Correccional, a cargo da 2ª Vara, Dr. Martín Anzoátegui, com intervenção no procedimento, de seu Secretário, o Dr. Guillermo Arecha.

Neste momento se encontravam no local a Sra. Carmen Aguiar, tesoureira do CELS e integrante de seu pessoal, o Dr. José Francisco Westerkamp, membro de sua Comissão Diretiva, e três visitantes.

A diligência durou várias horas. Finalmente, levaram toda a documentação e papéis existentes na entidade. As cinco pessoas mencionadas foram transferidas à Superintendência de Segurança da Polícia Federal, na qualidade de detidos.

Ainda não terminara a "diligência" na sede do CELS, quando foi invadido o domicílio do Dr. Emilio Fermín Mignone. Este foi detido à sua chegada e transferido à Superintendência de Segurança, junto com o advogado Marcelo Parrilli, que o acompanhava. Também foi seqüestrada grande quantidade de papéis, folhetos e livros pessoais do Dr. Mignone.

Enquanto isto acontecia, outro grupo de policiais deslocou-se ao domicílio do Dr. Boris Pasik, advogado e Secretário da CELS, e o deteve. Por fim, no sábado, ao entardecer, foi detido o Dr. Augusto Conte MacDonnell, Vice-Presidente da Instituição, no momento em que deixava sua casa.

Os nove detidos, rigorosamente incomunicáveis, foram alojados em celas individuais. No domingo 1º de março, foram liberadas as três pessoas que se encontravam circunstancialmente na sede do CELS, mas os outros seis detidos permaneceram na situação antes descrita, até a manhã de 3 de março, quando foram transferidos ao subsolo do Palácio da Justiça.

As declarações indagatórias perante o Juiz somente começaram no quinto dia de incomunicabilidade, sem possibilidade de um adequado descanso para os detidos.

Durante os interrogatórios na polícia, tinham explicado extensivamente os objetivos e atividades do CELS. Sublinharam que se trata de uma instituição constituída legalmente, sem fins lucrativos, que atua à luz pública e com o propósito de procurar a vigência dos direitos fundamentais, lutando com meios legais contra todo tipo de violações, discriminações e abusos. Assinalaram que, neste momento, o CELS desenvolvia três programas de trabalho. O primeiro, de caráter jurídico, consiste em levar adiante casos judiciais vinculados com o desaparecimento de pessoas, presos sem processo ou condenados por tribunais militares, imputados por razões políticas, etc. O segundo, consiste em formar um Centro de Documentação sobre esses assuntos, realizar investigações e estudos, e efetuar publicações. O terceiro se volta para a vinculação com organismos similares do país e do estrangeiro, e para prestar assessoramento ou serviços a grupos e instituições interessados nos mesmos problemas. Em virtude disso, o CELS está afiliado à Comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra e à Liga Internacional pelos Direitos Humanos, em Nova Iorque.

Durante as declarações indagatórias, o Juiz Anzoátegui, sem prejuízo da ratificação por parte dos interrogados, de sua declaração à frente à Polícia, somente formulou perguntas vinculadas à acusação, que decorria do material seqüestrado.

A única parte do material seqüestrado à que se assinalava relevância, era um croquis perimetral, supostamente da zona militar de Campo de Mayo. Estava traçado à mão, com esferográfica, sobre papel transparente, e poderia ser uma cópia ruim de qualquer plano de estrada, adquirível no comércio ordinário. Além disso,

uma lista de pessoal que “servia”, em 1976, em uma unidade militar de Córdoba, com alguns comentários sobre oficiais e suboficiais ali mencionados. A lista parecia ter sido extraída de algum dos depoimentos que circulavam publicamente no exterior, e mais reservadamente no País, emanados de pessoas que estiveram seqüestradas em Centros Clandestinos e foram liberadas.

Cabe assinalar que o Juiz explicou que as invasões tinham sido ordenadas com base em denúncia — cuja origem declinou indicar — segundo a qual, na sede do CELS, existiam mapas e documentos de origem militar, que afetariam a Segurança Nacional.

Por outro lado, manifestou que não havia ordenado a invasão do domicílio particular do Dr. Mignone.

Depois do interrogatório, o Juiz dispôs levantar a incomunicabilidade dos detidos — que puderam verificar, então, a coincidência das distintas declarações individuais, derivada da veracidade das mesmas — e ordenar sua liberdade por falta de méritos (Art. 6º do C.P.P.), porque “não considerava justo nem razoável prolongar o estado de detenção, quando a complexidade da matéria, à luz dos elementos de prova reunidos, impõe um cuidadoso trabalho e precisa de uma minuciosa análise”.

Entretanto, nos dias 13 e 14 de março, os jornais “La Razón”, “La Prensa” e “Crónica” publicaram versões, atribuídas a representantes do Tribunal, que contêm graves acusações contra os membros do CELS. Estas notícias, transcritas entre outras, o que atestam sua origem oficial e coincidente, afirmavam que “Juiz Anzoátegui está estudando a vinculação dos processados com determinados movimentos subversivos de projeção internacional...” e que a documentação seqüestrada “poderia configurar a vinculação do Centro de Estudos Legais e Sociais, com movimentos subversivos que dissimulam sua ação, invocando a falsa representação e defesa dos direitos humanos”.

Nada disto teve a mais remota confirmação no processo; pelo contrário, tais afirmações pareciam indicar o propósito de orientar as ações para acusações de maior gravidade, por infundadas que fossem. Mas, ao mesmo tempo, suporiam uma grave violação dos deveres do magistrado, uma vez que constituíam um pré-julgamento inaceitável e uma acusação que afetava a honra dos imputados. Isso deu lugar a que o Dr. Anzoátegui fosse impugnado, e se solicitasse sua separação da causa; inclusive, foi lembrado que em uma causa promovida pelo mesmo Juiz, em 1979, que deu lugar à invasão da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos, da Aliança Argentina pelos Direitos do Homem e do Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos, e ao seqüestro do arquivo de ditas instituições, incorreu-se no mesmo sistema de “transcendidos” caluniosos que ocuparam amplo espaço nos jornais.

Ao tomar conhecimento da impugnação, o Juiz Anzoátegui declinou de se-guir intervindo. Em consequência, o expediente passou ao Tribunal Federal, a cargo do Dr. Pedro C. Narvaiz, que também foi recusado, já que em outubro de 1980 havia “favorecido” os Drs. Pasik, Parrilli, Conte Mac Donnell e Mignone, junto com outros 33 letrados participantes em um recurso de Habeas-corpus interposto em favor de 329 detidos à disposição do Poder Executivo Nacional. Assim, o Juiz Narvaiz remeteu o Processo ao titular da 4ª Vara do Tribunal Federal,

Dr. Norberto Giletta, que procedeu à anulação da clausura dos locais e à devolução da maior parte do material seqüestrado.

Depois, o Dr. Giletta descriminou definitivamente os processados, com a ressalva de que “o inquérito em nada afeta seu bom nome e honra”.

Esta sucinta relação dá uma idéia dos consideráveis riscos e graves dificuldades que tiveram de enfrentar os bacharéis defensores e os organismos que foram assumindo a representação da sociedade civil, em momentos em que a violação dos direitos e garantias, tutelados pela Constituição Nacional, foi uma prática cotidiana.

E. A solidariedade internacional

Quando são vulnerados os direitos essenciais da pessoa humana, os povos do mundo sofrem como próprio o escárnio padecido em outros territórios, seja o atropelo realizado pelo governante nativo, seja ele consumado por um invasor com forças de ocupação.

É um sentimento em séculos de convivência universal. Mas, se fixarmos o olhar em algum marco cronológico da História, forçosamente deveríamos recordar que foi depois da Segunda Guerra Mundial — que tanto sofrimento levou às nações envolvidas — que se concluiu que determinados tipos de conduta lesionam supremos interesses que afetam a própria consciência da humanidade.

O tremendo infortúnio sofrido pelo nosso povo feriu esses sentimentos. Os perfis extremos que o fenômeno repressivo do terrorismo de Estado alcançou, convocaram, naqueles anos aziagos, gente sensível dos mais diferentes países, para unir suas vozes na reclamação visando a deter a barbárie desencadeada na Argentina.

Aqueles que usurparam o governo naquela época, catalogaram esse nobre e legítimo afã, como o resultado de uma “campanha antiargentina”.

O certo é que a solidariedade que acompanhou nosso povo durante o recente processo assinalado pelo trágico desrespeito aos valores da vida e à liberdade, compromete profundamente nossa gratidão dos homens, instituições e países que nó-la deram. Devemos lembrar que essa mobilização da consciência universal teve seu ponto de partida na inédita e heróica façanha das Mães da Praça de Maio que, com a força de sua dor, deram ao mundo um exemplo ímpar de defesa do direito à vida.

Somente a título de exemplos, destacamos o extraordinário significado que teve a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA ao País, bem como a atividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários de Pessoas, da ONU, que permitiram levar ao conhecimento da comunidade internacional, a dimensão atingida pela prática sistemática do desaparecimento de pessoas na República Argentina. Inegavelmente, isso foi a consequência de a maioria das nações do mundo ter aderido à denúncia da sistemática violação dos direitos humanos pelo regime militar. Não obstante, alguns organismos internacionais viram seu solidário trabalho dificultado pela falta da necessária unanimidade em seu seio. Desta forma, devemos lembrar a re-

pugnância dos países do Leste europeu, para somar-se à sentença, chegando o representante da URSS a solicitar que "...não se transmita à Comissão de Direitos Humanos qualquer denúncia sobre Argentina", alegando que "novos acontecimentos têm ocorrido neste país, com a chegada ao poder, de novo governo" (refere-se à posse presidencial do Gen. Roberto E. Viola, que fôra Chefe do Estado-Maior do Exército, nos anos mais cruéis da ditadura. A citação é do documento da Subcomissão das Nações Unidas — período 35º — E/CN. 4/sub. 2/1982/SR.28).

Com sentimento de profundo e total agradecimento, mencionamos o trabalho desenvolvido pelos organismos governamentais do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), e a Cruz Vermelha Internacional, bem como o realizado por organizações não governamentais que atuaram no plano internacional, destacando-se, com risco de incorrer na omissão de alguns deles, as seguintes: Amnesty International, Comissão Internacional de Juristas, Conselho Mundial de Igrejas, Federação Internacional de Direitos Humanos, Movimento Internacional de Juristas Católicos (PAX ROMANA), Pax Christi Internacional, Associação Internacional contra a Tortura, Associação de Juristas Democratas, Aliança Internacional para a Defesa dos Direitos e Liberação dos Povos, Penal Law Association, Minority Rights Group e outros. Quanto aos organismos de familiares de pessoas desaparecidas, e associações de inspiração religiosa, não podemos deixar de citar a Federação dos Familiares na América Latina (FEDEFAM), com sede em Caracas; CLAMOR, com sede em São Paulo, e a Vicaria da Solidariedade, do Chile.

CAPÍTULO IV

Criação e organização da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas

I

Enfrentar sem meias palavras o tema do desaparecimento forçado de pessoas na República Argentina, e determinar o acontecido com as vítimas, constituiu uma das maiores tarefas do ressurgimento da democracia; o pressuposto inexcusável da primeira grande reparação que a sociedade requer: recuperar para si a verdade do acontecido, “reencontrar” seu passado imediato, e submetê-lo ao juízo da comunidade, uma vez reestabelecidas suas instituições fundamentais.

Assim entendeu o Poder Executivo Nacional, ao sustentar que: “a questão dos Direitos Humanos transcende os poderes públicos, e concerne à sociedade civil e à comunidade internacional”, segundo expressa o primeiro considerando do Decreto 187, de 15 de dezembro de 1983, criador da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. Teria como objetivo intervir ativamente no esclarecimento dos fatos relacionados com o desaparecimento de pessoas, ocorridos no país, averiguando seu destino ou paradeiro, assim como qualquer outra circunstância relacionada com sua localização. Receberia denúncias e provas sobre os fatos, para remetê-los à Justiça quando delas surgisse o cometimento de delitos. A missão encomendada não implicava a determinação de responsabilidades. A Justiça, receptora do material conseguido pela Comissão em suas investigações e procedimentos, seria a encarregada de delimitar responsabilidades, e decidir sobre os culpáveis.

Para garantir e afiançar a objetividade requerida, o Poder Executivo resolveu integrar a Comissão com pessoas de prestígio dentro e fora do País, escolhidas por sua atitude firme na defesa dos Direitos Humanos, bem como por sua representatividade nas diversas atividades do trabalho social. O Presidente da República convocou, então, as seguintes pessoas, para que levassem a cabo, com independência, suas funções e com caráter “ad honorem”: Ricardo Colombres, René Fa-

valoro, Hiliario Fernández Long, Carlos T. Gattinoni, Gregorio Klimovski, Marshall T. Meyer, Jaime F. de Nevares, Eduardo Rabossi, Magdalena Ruiz Guiñazú e Ernesto Sábato.

Pelo próprio decreto de criação, convidou-se ambas as Câmaras do Congresso Nacional a enviar três representantes para incorporarem-se à Comissão. Somente a Câmara de Deputados respondeu, a qual escolheu, em 6 de março de 1984, os Srs. Deputados Santiago Marcelino López, Hugo Diógenes Piucill e Horacio Huar-te, os três da bancada da União Cívica Radical.

Mas, já em 29 de dezembro de 1983, por unanimidade, D. Ernesto Sábato foi eleito presidente, e criaram-se cinco Secretarias para encarar com efetividade os aspectos dinâmicos da Comissão, segundo a diversidade de assuntos:

- a) Secretaria de Recebimento de Denúncias, a cargo da Sra. Graciela Fernández Mejjide.
- b) Secretaria de Documentação e Processamento de Dados, a cargo do Dr. Daniel Salvador.
- c) Secretaria de Investigações, a cargo do Dr. Raúl Aragón.
- d) Secretaria de Assuntos Legais, a cargo do Dr. Alberto Mansur.
- e) Secretaria Administrativa, a cargo do Dr. Leopoldo Silgueira.

II

Deste modo, enfrentando uma tarefa inédita, já que não existiam antecedentes de uma entidade semelhante no País, começaram os trabalhos em um clima carregado, não apenas pelas tensões geradas pela natureza da tarefa a abordar, como também pela descrença de alguns, o desacordo de outros, e as críticas de muitos.

Além disso, deve-se lembrar que a criação da Comissão gerou algumas mágoas entre aqueles que propiciaram outras vidas de investigação: (p. ex., parlamentar), ou viam por trás de sua criação uma intenção limitativa do esclarecimento profundo do tema.

Não obstante, os primeiros passos dados por esta Comissão no marco das atribuições e finalidades precisas estabelecidas no Decreto constitutivo, incitaram a imediata resposta da população, em um formidável processo de reconstituição da memória coletiva. Uma espécie de instinto popular se evidenciou em seguida, em favor da Comissão Nacional e, sem dúvida, daí se extraiu também o alento, o valor e a dose de imaginação necessários para responder, em tom com a magnitude do requerimento, à demanda de verdade que chegava a nós, de todos os setores.

Deve-se ressaltar aqui a ajuda inestimável prestada à esta Comissão pelos Organismos de Direitos Humanos, que aportaram recursos humanos e técnicos, bem como toda sua consolidada experiência adquirida nas difíceis condições em que desenvolvem seu trabalho frente ao Poder "de facto".

Esta Comissão também contou com diligências realizadas anteriormente pelas Nações Unidas, OEA, e diversos organismos internacionais, em relação ao tema dos desaparecimentos na República Argentina.

Em um imenso trabalho de recopilação e processamento de dados, a solidariedade internacional vinha esclarecendo aspectos cada vez mais importantes de

um fenômeno que comovia a opinião pública mundial, difundindo suas conclusões.

Tratava-se daquilo que as autoridades do processo designavam como a “campanha internacional de desprestígio”, pretendendo escurecer torpemente esta completa demonstração de fraternidade universal que, sem dúvida, contribuiu para pôr um limite decisivo ao até então incontível agir do terrorismo de Estado.

III

A contribuição do pessoal foi fundamental, assumindo, na maioria dos casos, a tarefa encomendada como um dever cívico, antes que um simples emprego. Não foi de outro modo que se pôde trabalhar além dos horários combinados, habilitando-se muitas vezes em feriados e fins-de-semana, quando as atividades o exigiam.

Tenha-se em conta que no começo apenas se contava com dois escritórios e com pessoal cedido temporariamente pela Administração Pública, que carecia, em absoluto, de experiência nestes temas, e que por isso não pôde resistir por muito tempo à carga de espanto que emergia de cada denúncia. Longas, fatigantes, tremendas denúncias nas quais um pai, uma mãe, uma esposa, narrava sua peregrinação por Tribunais, Ministérios, delegacias ou quartéis, procurando em vão um dado sobre a sorte de seus entes queridos — pior ainda — descrevendo, entre soluços, a forma como tinham sido torturados seus filhos, em sua presença.

Estes primeiros colaboradores não puderam suportar e foram embora, deixando o depoimento de seu desgosto pelo quanto haviam ignorado até então. Os que ficaram, os que ocuparam os lugares vagos e os que, pouco a pouco foram se incorporando para integrar as pesquisas técnicas, desde datilógrafos até advogados, tiveram diante de si — talvez pela primeira vez, em profundidade — a visão alucinante do que havia acontecido no país. Em todos e em cada um foi-se incrementando a necessidade de dar resposta à sociedade e, dentro dela, aos familiares dos desaparecidos que vinham aos milhares com a esperança de saber algo mais sobre os seus. Não houve aqui, por certo, lugar para a burocracia. Cada pessoa que recebeu uma denúncia, cada advogado que teve que processá-la e complementá-la, para facilitar sua aprovação pelos Tribunais, o fez com o interesse inerente à verdadeira consciência do que se tratava. Esta atitude permitiu, em tão pouco tempo, receber denúncias e depoimentos, estudar e processar pastas e remetê-las ao conhecimento da Justiça.

IV

Pelo verdadeiro aluvião de denúncias e depoimentos surgidos nem bem se iniciaram as atividades da Comissão, tornou-se indispensável a incorporação de mais pessoal e a obtenção de maior espaço dentro das instalações do Complexo Cultural General San Martín, cujo Diretor, Javier Torre, resolveu de imediato, superando inclusive nossas próprias expectativas: todo o segundo andar e dependências anexas foram deixadas com móveis e utensílios, ao serviço desta Comissão, o

que permitiu melhor atenção ao público e maior comodidade e efetividade para as equipes de trabalho, segundo o método que se dispôs adotar em prol da rapidez e eficácia, uma vez que, assim como o trabalho aumentava com a afluência massiva de pessoas, também se aproximava, dia a dia, o prazo dado pelo Decreto.

A criação das Secretarias apontava a essa implementação de tarefas, de acordo com o seguinte esquema:

A Secretaria de Denúncias, com mais pessoal que as outras, atendeu à maior quantidade de gente possível em horário ininterrupto, das 9h30 às 17h30, de segunda a sexta no início, e depois, de segunda a quinta, reservando-se a sexta-feira para a ordenação do material, dado seu grande volume.

Cada denúncia recebeu um número de ordem, criando-se uma pasta destinada a conter tudo quanto estivesse vinculado com o desaparecimento denunciado (publicações, cartas, Habeas-corpus, notas jornalísticas, etc.). A denúncia foi complementada por entrevistas, e tomando declaração de testemunhas, e liberando ofícios às Repartições correspondentes.

V

A fim de receber a informação correspondente a fatos ocorridos em locais distantes desta Comissão Nacional, onde não existiam Delegacias permanentes, foram efetuadas viagens a distintos pontos do interior do País, que englobaram quinze províncias, recolhendo-se mais de 1.400 denúncias.

Nesta experiência, além dos membros efetivos e dos secretários que encabeçavam as delegações, participaram 49 pessoas desta Comissão.

Os depoimentos oferecidos, sobretudo nas regiões periféricas, foram reveladores da mais cruel metodologia à que fazemos menção no presente Relatório, aplicada a compatriotas de condição muito humilde, e por isso mesmo, mais vulneráveis.

Os depoimentos foram recolhidos não só nas sedes dos Legislativos provinciais mas, em muitos casos, foi visitado o interior das províncias, como Tucumán, onde a delegação da CONADEP instalou-se em Famaillá, Lules, na Banda del Rio Salí e Monteros. Ou na cidade do Libertador General San Martín, Província de Jujuy, onde se pôde comprovar o seqüestro massivo de 200 pessoas em uma noite só, das quais mais de 60 continuam desaparecidas. Devemos agradecer a colaboração e a intensa atividade desenvolvida pelas Mães da Praça de Maio dessa localidade, com cuja cooperação se recolheram, nessa oportunidade, mais de 70 depoimentos em um só dia, proporcionados por gente humilde que exhibia sua dor, ao desconhecer a sorte e o paradeiro de seus familiares mais próximos.

A chegada da CONADEP a uma província constituiu, na maioria dos casos, um acontecimento de grande importância; realizaram-se conferências de imprensa, entrevistas e mesas redondas de caráter informativo, com a presença dos meios de difusão. Em todas as ocasiões, estabeleceram-se modos de ação e colaboração nas tarefas de recepção de denúncias entre as legislaturas, os organismos de direitos humanos e a CONADEP. Cumprindo-se, na maioria das vezes, visitas protocolares às mais altas autoridades dos governos provinciais, que deram seu apoio às atividades realizadas.

As visitas serviram também para coordenar as diligências de verificação dos Centros Clandestinos de Detenção, para o que foi necessário buscar as testemunhas em seus domicílios, percorrendo-se, algumas vezes, distâncias superiores a 50 km.

O trabalho desempenhado permitiu comprovar que o marco da tragédia se estende até os limites mais distantes do território nacional, deixando-nos a convicção de que a pressa com que tivemos que atuar em cada zona em que se conseguiu chegar, não permitiu obter toda a informação existente; e que ainda será mister visitar muitas localidades para obter a completa visão do acontecido.

VI

Frente ao fato de que uma grande quantidade de argentinos, cujo número não foi podido estabelecer com exatidão, viu-se obrigada a sair do país, também se resolveu solicitar a recepção de denúncias por parte de nossas Representações Diplomáticas, assim como a realização de viagens ao exterior em busca de novas provas e depoimentos.

Para esta tarefa, recebeu-se o apoio do Chanceler Lic. Dante Caputo, e contou-se com a participação direta da Dr. Elsa Kelly, Sub-Secretária de Relações Exteriores, e do Sr. Embaixador Dr. Horacio Ravena, a cargo da Direção Geral de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores e Cultura, a fim de que fosse dada à Comissão ampla colaboração, pelo pessoal das sedes argentinas no exterior.

O membro da Comissão, Rabino Dr. Marshall T. Meyer, viajou aos Estados Unidos da América, visitando as cidades de Los Angeles, Nova Iorque e Washington; também na Europa — por ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos das Nações Unidas —, recebeu um significativo material testemunhal, nas cidades de Paris e Genebra.

O Secretário de Assuntos Legais da Comissão, Dr. Alberto Mansur, viajou à República da Venezuela, informando de imediato, em conferência de imprensa, sobre os trabalhos realizados e os êxitos obtidos pela Comissão, ao mesmo tempo que convocava aqueles que desejassem efetuar denúncias ou prestar depoimentos à sede da Embaixada argentina, em Caracas. Com o mesmo propósito viajou à cidade de Maracaibo; e igualmente dispôs de uma jornada para visitar a sede da Federação Latinoamericana de Familiares de Detidos (FEDEFAN), onde lhe forneceram cópia de 160 casos de desaparecimento de pessoas em nosso país, que a Comissão ignorava, bem como listas de pessoas desaparecidas, de nacionalidade uruguaia, peruana, paraguaia, boliviana e chilena, na época radicadas em nosso país.

O membro da Comissão, Deputado Hugo Piucill, e a Secretária de Recepção de Denúncias, Sra. Graciela Fernández Meijide, estiveram na Embaixada Argentina, em Madri, para deslocar-se depois a nosso Consulado em Barcelona; nas duas cidades foram recebidas numerosas denúncias de familiares de desaparecidos que vivem nesse país, e depoimentos de liberados, que resultaram de suma importância. Cabe destacar o contato realizado com uma testemunha que permitiu a realização de uma diligência em Campo de Mayo; também outra contribuição

de dados relativos ao esclarecimento do chamado “Seqüestro da Igreja de Santa Cruz”, em que desapareceram duas freiras francesas.

O membro da Comissão, Deputado Horacio Duarte, deslocou-se para a sede da Embaixada argentina, na Cidade do México, sendo também previamente anunciada sua presença através de todos os meios de difusão. Ali apareceu um número importante de pessoas para formular denúncias sobre acontecimentos e circunstâncias ocorridos em nosso país.

Em geral, denúncias, depoimentos, evidências e informações obtidos nas viagens ao exterior foram valiosíssima contribuição para a Secretaria de Assuntos Legais da Comissão Nacional, resultando óbvio para os membros da mesma que, sem tais viagens, os cidadãos exilados que prestaram declarações em tais ocasiões tinham razões pessoais vinculadas às suas experiências vividas na época do regime ditatorial, que lhes impedia, ainda hoje, de aproximar-se das sedes diplomáticas de nosso país para prestar suas declarações.

Como dado de interesse, cabe mencionar a enorme preocupação evidenciada pelo tema da cidadania dos países visitados, a qual se refletiu em amplos espaços informativos dedicados ao tema dos desaparecidos, por ocasião destas viagens; da mesma forma, a adesão geral que a missão assinalada à Comissão incitou; adesão relacionada com as grandes expectativas existentes quanto aos resultados das ações em andamento na Justiça.

VII

Quando se decidiu que era urgente realizar diligências complementares — (escavação, obtenção de depoimentos fora do âmbito da Comissão, inspeção de Centros Clandestinos de Detenção, seqüestro e/ou constatação de efeitos ou documentos, etc.), a pasta foi encaminhada à Secretaria de Procedimentos, para essa diligência.

Percorrer o labirinto para localizar o lugar onde se perdeu o vestígio de milhares de pessoas, foi difícil tarefa e muitas vezes dolorosa, porque converteu-se em amarga recordação para os liberados.

Em geral, tais procedimentos consistiram no seguinte:

1) Reconhecimento, “in situ”, de Centros Clandestinos de Detenção, com o comparecimento de ex-prisioneiros desses campos.

2) Visita aos necrotérios para obter informação sobre “ingressos” irregulares.

3) Diligências nas vizinhanças e em locais de trabalho, a fim de determinar a localização de Centros Clandestinos de Detenção, ou sobre as modalidades e formas em que se procedeu o seqüestro de pessoas que figuram como desaparecidas.

4) Recepção de declarações testemunhais de pessoal em atividade ou na reserva das Forças Armadas e de Segurança, fora do âmbito físico da Comissão.

5) Revisão de registros carcerários.

6) Revisão de registros policiais.

7) Investigação de delitos cometidos contra patrimônio de desaparecidos.

- Também se registraram “locais”, a partir de dados proporcionados por pessoas que tinham recebido informações de que poderiam encontrar-se com seus seres queridos; acompanhou-se familiares, mesmo nos casos em que o resultado po-

sitivo fosse improvável, ou o local da diligência, distante ou dificultosa. Esta averiguação do destino de desaparecidos que poderiam continuar com vida e privados de sua liberdade resultou inútil. Assim, foram negativas as inspeções no Distrito Militar Rio Negro, de Viedma, no Regimento de Infantaria de Monte nº 29, de Formosa, e nas instalações da Comissão Nacional de Energia Atômica, onde a Comissão compareceu atendendo denúncias.

Em outras oportunidades, familiares de detidos desaparecidos receberam telefonemas, geralmente anônimos, indicando que as possíveis vítimas poderiam encontrar-se com vida em diferentes estabelecimentos neuropsiquiátricos ou assistenciais.

Estes locais foram: o Instituto Neuropsiquiátrico Tomás Borda, a Clínica Neuropsiquiátrica de San Justo, o Instituto Interzonal Neuropsiquiátrico Manuel Estévez, o Instituto Neuropsiquiátrico Alejandro Korn, e o Instituto Neuropsiquiátrico Braulio Moyano. Instalada a Comissão no local, junto com os familiares dos desaparecidos, primeiro foram revisados os livros de internos, pondo especial atenção nos que figuravam "N.N.". Posteriormente a esta investigação formal, procedeu-se a uma revista por todos os pavilhões, fazendo um reconhecimento visual de cada um dos pacientes. Em cada pavilhão foram interrogados enfermeiras, médicos e inclusive pessoas internadas. Com a apresentação de fotografias e a descrição de características das vítimas, tentou-se facilitar reconhecimentos ou lembranças que os interrogados pudessem ter retido em sua mente.

Todas as visitas a este tipo de estabelecimentos deram resultados negativos com relação à procura de pessoas, mas talvez muito positivo no sentido de pôr fim a situações de atroz angústia e de falsa expectativa, em gente já quase sem forças para suportá-las.

VIII

A Secretaria de Assuntos Legais, encarregada de formalizar os encaminhamentos à Justiça, submeteu cada pasta a um estudo minucioso e detido, processando-a como um verdadeiro sumário. Com o principal e constante objetivo de poder determinar o destino e o paradeiro das pessoas desaparecidas, trabalhou-se na tarefa de ordenar, selecionar e vincular entre si a grande quantidade de denúncias e provas recebidas, com especial atenção àqueles elementos relevantes para dar um curso frutífero à investigação.

Entretanto, na medida em que se viram frustrados os esforços para encontrar as pessoas desaparecidas, foram-se incrementando os envios de denúncias às salas dos tribunais judiciais. Tanto a natureza do material recebido, em que se depõe sobre os fatos ocorridos, como os resultados das constatações, relatórios solicitados e inspeções realizadas foram conduzindo as investigações à certeza da ampla gama de delitos cometidos.

Foi necessário partir do próprio momento do seqüestro, para seguir os "passos" dos desaparecidos, que haveriam de conduzir aos Centros de Detenção, porquanto estes foram o epicentro das prisões ilegais.

Esteve-se frente a uma tarefa inédita: a de investigar um aspecto da atividade estatal clandestina que, totalmente à margem das normas e procedimentos lícitos,

desembocou em uma organização para o delito. A supressão de rastros e documentos, a identidade falsa dos autores, mascarados por trás de nomes supostos ou alcunhas com credenciais apócrifas, a alteração dos prédios que serviram de base operacional, em muitos casos a impossibilidade dos seqüestrados reconhecerem seus captores, cegos que estavam pelas vendas e capuzes desde o início de sua detenção, foram alguns dos graves inconvenientes em que o trabalho tropeçou.

Liberaram-se officios, intimaram-se testemunhas, dispuseram-se reconhecimentos dos locais dos fatos, assim como levantamentos fotográficos e planimétricos. Cada avanço foi sugerindo as novas medidas de prova.

Foi um critério de ordem do trabalho não deixar-se persuadir por outra coisa que não fosse o razoavelmente constatado, para chegar a uma conclusão. Os achados comprobatórios com que foi frutificado o trabalho, resumem com veemente confiabilidade a veracidade dos fatos denunciados. Quando a investigação era considerada suficientemente adiantada, porque havia material apreciável, ou então quando se determinou que seu progresso era impossível no momento, a pasta era enviada — na primeira hipótese — aos Tribunais, e na segunda, reservada até que algum novo dado servisse para ativá-la.

IX

O trabalho foi se aperfeiçoando à medida que avançava, sobretudo quando percebeu-se que se as pastas eram agrupadas segundo o “campo” ou Centro Clandestino de Detenção onde o desaparecido havia sido visto com vida, ou onde um liberado o havia visto preso, a soma de evidências fazia mais contundente a prova. Disto surgiram os denominados “pacotes” ou conjunto de denúncias, depoimentos e provas, integrados por muitas pastas unidas entre si, como se fosse um todo unitário, com referência a um determinado campo. Em algum caso, pela modalidade do assunto, o “pacote” de denúncias e provas foi feito por circunstâncias comuns às vítimas, como ocorreu com uma centena de soldados conscritos desaparecidos enquanto cumpriam o Serviço Militar.

Nisto tudo, a contribuição dos liberados foi decisiva; daí que, sem prejuízo de maiores registros já feitos em outros capítulos, destaquemos seu gesto de valentia e solidariedade. Estes, que padeceram torturas e humilhações incriveis, aproximaram-se desde o primeiro momento, demonstrando sem rubores o medo que ainda sentiam, mas que conjuravam a força do valor cívico e de impulsos éticos irrefreáveis. Foram eles que trouxeram notícias certas sobre outros desaparecidos; deram detalhes dos campos e se prestaram, além disso, a reconhecer os locais de detenção e torturas. Se esta Comissão pôde fazer chegar aos Juizes — como estamos certos — provas concretas e irrefutáveis, deve-se, decididamente, ao testemunho desses liberados, sem cuja assistência não teriam sido possíveis os “êxitos” alcançados no curso das presentes investigações.

X

Entretanto, é necessário dizer que nosso trabalho se viu dificultado pela des-

truição e/ou remoção da volumosa documentação que registrou minuciosamente a situação das pessoas desaparecidas, pelo que foi preciso apelar-se a Relatórios de alguns institutos e órgãos Militares e de Segurança, referentes a diretrizes, organogramas, ordens e nomes de membros dessas Forças de Segurança, que por sua atuação nas atividades repressivas poderiam ter fornecido elementos de valor probatório insubstituível.

Foram liberados 1.300 ofícios:

Ministério da Defesa	280
Ministério de Relações Exteriores e Culto	30
Ministério do Interior	60
Polícia Federal	100
Polícias Provinciais	100
Serviço Penitenciário Federal	70
Governo da Província de Buenos Aires	10
Tribunais Nacionais ou Provinciais	290
Registro Nacional das Pessoas e das Propriedades	
Imóvel e Automotor	80
Organismos vários (oficiais e particulares)	<u>280</u>
	1.300

Por razões burocráticas, e outras que desconhecemos, muitos destes requerimentos ficaram sem resposta, ao não serem respondidos todos os pedidos respectivos de informações enviadas pela Comissão a órgãos dependentes das Forças Armadas. Esta falta de colaboração evidenciou-se também na atitude de uns poucos Juizes da Capital e outros de Província, que nos devolveram as notas que remetemos, negando-nos entidade, representatividade ou personalidade.

Com respeito a certos órgãos administrativos e de Segurança, foi preciso recorrer até a instância do Sr. Presidente da República, para que respondessem com brevidade, para que ficasse sem efeito a disposição que servia aos integrantes das Forças Armadas de negar-se a responder a nossas perguntas, sob o pretexto de "segredo militar" (Decreto nº 2107/84).

Ainda que o trabalho desta Comissão possa não confirmar as expectativas de todos, estamos conscientes que se fez o quanto concernia à responsabilidade contraída de dar andamento a esta experiência única e com poucos precedentes — se é que existem — em outras partes do mundo. Em poucos meses, o pessoal da CONADEP processou um volume tal de dados e de folhas que, a não ser pelo espírito que o alentava, teria requerido anos para completar. Basta olhar a lista de envios à Justiça para perceber.

Outros aspectos do trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas

1) Desde sua criação, esta Comissão Nacional realizou reuniões plenárias semanais¹, que iniciavam em torno das 10 horas da manhã e continuavam até as últimas horas da tarde, sem interrupção, para esgotar os temas propostos, além das sessões quase diárias do Comitê Executivo.

A Comissão deu uma infinidade de comunicados de imprensa e atendeu a numerosas Delegações e personalidades do País e do estrangeiro, contando-se, entre as mais significativas, as de Edmundo Vargas Carreño, Secretário Executivo da Comissão de Direitos Humanos da OEA; Juan E. Méndez, Diretor de American Watch, com sede em Washington; Martín Pérez, da Associação Pró-Direitos Humanos, da Espanha; Rafael de Campagnola, Conselheiro da Embaixada da Itália; Parlamentares europeus e israelenses, assim também como o Sr. Jorge Santistevan, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e a do Dr. José Figueres, ex-Presidente da Costa Rica.

Também vieram a esta Comissão Nacional: membros do Partido Ecológico Alemão; Sr. Embaixador da Holanda; Grupo de Legisladores italianos; Associação Pró-Direitos Humanos, da Espanha; os Srs. Embaixadores da Suécia e Alemanha; Sr. Antoine Blanca, Embaixador da França; Associação de Advogados de Buenos Aires; Federação Argentina de Advogados. Personalidades como: o Embaixador H. Solari Irigoyen; Senador Adolfo Gass; Deputado Adam Pedrini; Deputado Augusto Conte; Deputado Dr. César Jaroslavsky; Senador Antonio Berhongaray; Deputado Jorge Reynaldo Vanossi; Cnel. Jaime Cesio; os Diretores do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai; integrantes da DAIA; o prêmio Nobel da Paz, Arq. Adolfo Pérez Esquivel; Sra. Elsa Kelly, Secretária de Estado do Ministério das Relações Exteriores e Culto; Delegação de Senadores da Província de Buenos Aires; etc., e inumeráveis visitas de representantes de órgãos de opinião pública nacional e internacional.

Todos eles, para oferecer sua adesão e apoio às tarefas da Comissão.

2) Ela auspiciou, além disso, a visita ao país de integrantes do Comitê de Liberdade e Responsabilidade Científica, da Associação Americana para o Avanço da Ciência, cuja contribuição em matéria de investigações em tudo o que diz respeito à inquietude dos Organismos de Direitos Humanos, e em especial, aos fins desta Comissão, foi de inestimável valor. Integravam-na os Drs. Lowell Levine, Lesli Lukash, Marie Claire King, Clyde Snow, Luke Tedeschi, que vieram acompanhados pelo Dr. Cristian Orrego e o Sr. Eric Stover.

Eles participaram de um simpósio onde revelaram os últimos avanços em matéria de análise genética para a determinação de vínculos biológicos idôneos para a recuperação e identificação de bebês, filhos de pais desaparecidos. Orientaram, além disso, as autoridades locais, acerca da possibilidade científica de determinar a causa da morte de uma pessoa pelo estudo de seus restos. Esta delegação entrou em contato com as Avós e Mães da Praça de Maio, e fez um desinteressado oferecimento de colaboração. Viajou, ainda, com delegados da Comissão, a Córdoba, Mar del Plata e La Plata.

3) Esta Comissão solicitou e obteve do Poder Executivo, que se habilitassem as Embaixadas e Consulados argentinos, para que os emigrados formulassem suas denúncias ou contribuíssem com seus depoimentos sobre desaparecidos.

Aqui cabe destacar um gesto do Sr. Presidente da República. Em sessão de 10.1.84, decidiu-se solicitar tal medida no mesmo dia ao Poder Executivo. Nas últimas horas dessa tarde, recebeu-se na Comissão uma nota pessoal do Presidente, com cópia da instrução emitida a toda as Embaixadas e representações argentinas.

4) A Comissão Nacional enviou representantes à reunião do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados e Involuntários de Pessoas, celebrada em junho de 1984, em Nova Iorque, e também à Conferência Internacional de Direitos Humanos, de Genebra, Suíça, designando, em ambos os casos, o membro Titular Rabino Marshall Meyer.

5) Em janeiro de 1984, e sem que isto constituísse, de modo algum, um julgamento sobre a conduta de ninguém, decidi solicitar que os órgãos competentes do Estado Nacional adotassem medidas de precaução para assegurar que algumas pessoas, cujos depoimentos pudessem resultar úteis a seus fins investigativos ou ao dos Juízes, permanecessem no País, inclusive por aplicação de regulamentações militares já existentes, e segundo as circunstâncias de cada situação, para favorecer seu comparecimento em caso de serem intimados.

6) Resolveu a criação de filiais nas cidades de Bahía Blanca, Mar del Plata, Córdoba, Rosario e Santa Fe, além de uma representação na cidade de Resistencia - Chaco.

7) Dispôs que membros titulares da Comissão viajassem ao interior do País, a fim de organizar delegações e centros de colaboração, receber denúncias e depoimentos dos moradores, para o que estabeleceram-se quatro zonas de trabalho: Litoral, Centro, Norte e Sul.

8) Combinou com o CUPED (Centro Único de Processamento Eletrônico de Dados) a forma de alimentar o centro próprio de computação e a instalação dos terminais correspondentes, cedidos sem encargo pela IBM.

9) Dispôs fotocopiar e microfilmear toda documentação reunida até o presente, resguardando-a em cofres de segurança de Bancos Oficiais.

10) Manteve reuniões de trabalho com Organismos como: Cruz Vermelha Internacional, Comissão Parlamentar de Direitos Humanos da Província de Buenos Aires, Vicaria da Solidariedade do Chile, etc., e dispôs também, tomar contato com Organismos Internacionais tais como Nações Unidas, Unesco, Amnesty International, Clamor, Comissão Internacional de Juristas, Associação Internacional de Juristas Democráticos e outras não menos significativas.

11) Ditou seu próprio regulamento interno e designou um Comitê Executivo integrado por quatro membros titulares, para a atenção aos assuntos de trâmite diário.

12) Dispôs que os Srs. Membros da Comissão, Deputados Piucill e Huarte e os Secretários G. F. Meijide e A. Mansur realizassem viagens a diversos países da Europa e América, para receber valioso material comprobatório com o qual ainda não se contava. Estas Delegações tiveram pleno êxito.

13) O Presidente Sábato, como representante da Comissão, concedeu mais de 100 entrevistas pessoais, radiais, televisivas, etc., para o interior e exterior do País.

14) Foram realizadas mais de 30 conferências de imprensa sobre temas concretos e gerais, muitas delas com presença de testemunhas e liberados.

15) Foi produzida a película para televisão "Nunca Mais".

16) Foram emitidos mais de 60 comunicados de imprensa sobre o estado das diversas investigações. Os membros titulares da comissão realizaram viagens especiais e conferências de imprensa, em cada lugar visitado, para a organização e constituição de Delegações e Filiais no interior do país.

O Departamento de Computação

A Comissão Nacional teve de registrar nomes e dados das vítimas da repressão: desaparecidos, desaparecidos-liberados e mortos.

O computador transformou milhares de nomes em fichas de um autêntico “Banco de Dados”.

Para tal fim obteve-se a colaboração do CUPED (Centro Único de Processamento de Dados; o mesmo que processa as Aposentadorias, a Loteria Federal, a Loteria Esportiva, etc.) que forneceu seus serviços à Comissão, sem ônus, de acordo com o disposto no Decreto criando a Comissão e posteriores correlatos.

O CUPED preparou os respectivos programas e criou o Banco de Dados com base nas listas fornecidas por: APDH, Clamor, OEA, ONU, ADL, etc., consignando: sobrenomes, nomes, idade, documento, data do acontecimento, local do desaparecimento e profissão das vítimas.

À medida que se dava entrada às diferentes listas, confrontava-se tudo com os dados já existentes no Banco de Dados, a fim de evitar repetições.

Com a colocação de dois terminais (CNDT01 e CNDT02) no local da Comissão, foi possível realizar consultas por visor, bem como introduzir dados diretamente pelos terminais.

Assim, incluíam-se nas listas dados obtidos de outras fontes, em especial das pastas com declarações e depoimentos prestados frente à Comissão. A utilização dos “números de ordem” das Pastas permitiu efetuar consultas rápidas e cruzamento de informações.

Desde os terminais, realizou-se o trabalho de depuração do Banco de Dados. Como alguns dos nomes que figuravam no “Banco” não tinham dados de documentos, não era possível detectar, por programa de computador, se dois nomes como Pérez Susana e Perel Susana correspondiam à mesma pessoa. Esta depuração teria que ser feita, então, à mão, chamando ao visor os nomes parecidos, eliminando os que, sem dúvida, correspondiam a uma mesma pessoa.

No mês de junho foram instalados dois outros terminais (CNDT03 e CNDT04) para facilitar a entrada de dados.

Como já nessa época havia-se generalizado o uso de terminais para consultas de outros funcionários da Comissão, instalou-se uma impressora a fim de evacuar rapidamente as mesmas, sem necessidade de mobilizar o terminal para leitura do visor.

Durante esses meses, imprimiram-se no computador central do CUPED listas de vítimas por: ordem de sobrenome, número de documento, idade, data do desaparecimento, etc.

Finalmente, realizaram-se as seguintes tarefas importantes:

1) Continuar com a depuração, distinguindo em todos os casos possíveis os desaparecidos, os liberados e os mortos, a fim de obter a listagem final e estatísticas.

2) Incorporar os locais e datas em que os desaparecidos foram vistos em Centros de Detenção.

CAPÍTULO V

O respaldo doutrinário da repressão

No discurso pronunciado perante o Congresso Nacional, em 10 de dezembro de 1983, o Presidente da Nação, Dr. Raúl Alfonsín, condenou a teoria da segurança, "esgrimida para evitar a vida livre, sincera, franca e espontânea de nossa gente".

Nos considerandos do decreto n.º 158/83, que determina submeter os integrantes das Juntas Militares a julgamento sumário, o Poder Executivo Nacional afirma:

"Milhares de pessoas foram privadas ilegalmente de sua liberdade, torturadas e mortas, como resultado da aplicação desses procedimentos de luta, inspirados na totalitária Doutrina de Segurança Nacional."

No Documento de Puebla, de 1979, da III Conferência do Episcopado Latino-Americano, os bispos expressaram, na "Reflexão sobre a violência política" n.º 547:

"Nos últimos anos, afiança-se em nosso continente a chamada Doutrina de Segurança Nacional, que é, de fato, mais uma ideologia do que uma doutrina. Está vinculada a um determinado modelo econômico-político, de características elitistas e verticalistas, que suprime toda participação ampla do povo nas decisões políticas. Pretende-se, inclusive, justificar-se em certos países da América Latina como doutrina defensora da civilização ocidental e cristã. Desenvolve um sistema repressivo, em concordância com seu conceito de "guerra permanente". Em alguns casos, expressa uma clara intencionalidade de protagonismo político".

Em 4 de janeiro de 1981, no jornal “La Razón”, o General Camps expressou em uma nota, que faz parte de uma série de artigos assinados pelo mencionado general, com o título: “Derrota da Subversão. Apogeu e crepúsculo da guerrilha na Argentina”:

“...Na Argentina recebemos primeiro a influência francesa, e depois a norte-americana, aplicando cada uma delas em separado e depois juntas, tomando conceitos de ambas, até que chegou um momento em que predominou a norte-americana...”

“... França e EUA foram os grandes difusores da doutrina anti-subversiva. Organizaram centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar os princípios anti-subversivos. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram uma quantidade extraordinária de bibliografia”.

No marco da Teoria da Segurança Nacional, pretende-se alinhar a República Argentina, decidida e definitivamente, no conflito entre as superpotências, dentro do conceito da Terceira Guerra Mundial, que se concebe como tal, sem concessões e em defesa de um subjetivo conceito do ser nacional.

Em setembro de 1965, o General Onganía tinha dito:

“... estamos alinhados na causa comum da América: defender nosso sistema de vida ocidental e cristão contra os embates do totalitarismo vermelho” (“La Razón” - 22/9/65).

O General Camps também declarou, em uma reportagem realizada pela revista “La Semana” de 3 de fevereiro de 1983:

“Deve-se partir de uma concepção estratégica global, já que a Argentina não passa de um campo operacional em um confronto entre Moscou e os Estados Unidos; o que a União Soviética deseja não é desestabilizar a Argentina, mas sim os Estados Unidos, para o que necessita de governos na região que os desestabilizem”.

Em uma nota publicada em *Carta Política*, ano de 1976, Nicanor Costa Méndez escreve:

“A militância no grupo dos Não-Alinhados constitui o extremo de (uma) posição. A Argentina está, na verdade, alinhada com os Estados Unidos...”

“A militância no grupo dos Não-Alinhados pode nos afastar dos nossos velhos amigos e aliados”.

Em “La Prensa”, de 3 de novembro de 1981, o General Galtieri expressa:

“A primeira guerra mundial foi uma confrontação de exércitos, a segunda o foi de nações, e a terceira é de ideologias. Os Estados Unidos e a Argentina devem marchar unidos, em função de seus anseios e desejos comuns”.

No discurso perante o Congresso dos Estados Unidos, em 1963, o então Secretário de Defesa do Presidente Kennedy, Robert Mac Namara, afirmou:

“... provavelmente, o maior rendimento de nossas inversões de ajuda militar provém do adestramento de oficiais selecionados e de especialistas-chave em nossas escolas militares e seus centros de adestramento nos Estados Unidos e ultramar. Estes estudantes são cuidadosamente selecionados por seus países, para se converterem em instrutores, quando a eles regressem. São os líderes do futuro, os homens que disporão da perícia e a transmitirão às suas Forças Armadas. Não é necessário deter-me a explicar o valor que tem, o dispor em cargos de direção, de homens com um conhecimento de primeira mão, de como os norte-americanos atuam e pensam. Para nós, não há preço que pague o fato de ficarmos amigos desses homens...”

E no momento da citação do presidente Johnson, e perante o Congresso dos Estados Unidos, expressou:

“Nosso objetivo primordial na América Latina é ajudar, onde for necessário, o desenvolvimento continuado das forças militares e paramilitares, capazes de proporcionar, juntamente com a polícia e outras forças de segurança, a necessária segurança interna”.

Em West Point, no dia 6 de agosto de 1964, quando da V Conferência dos Exércitos Americanos, o Comandante-em-Chefe do Exército Argentino, General Onganía, pronunciou um discurso onde afirmou, referindo-se à subordinação das Forças Armadas ao governo civil:

“Fique claro, então, que tal dever de obediência terá deixado de ter vigência absoluta — referindo-se à autoridade do governo — se ocorre, ao abrigo de ideologias exóticas, um abuso de autoridade que signifique a conculcação dos princípios básicos do sistema republicano de governo, ou uma violenta mudança no equilíbrio ou independência dos poderes...”

(.....)
E, visto que o povo não pode, por si, exercer esse direito em virtude de estar inerte, tal atribuição transfere-se às instituições que o mesmo armou, e às que tem incumbido da missão de sustentar a efetiva vigência da Constituição” (Boletim Público da Secretaria da Guerra, Nº 3411 — BS. AS., 10 de setembro de 1964).

Este deslocamento de poderes é um dos princípios constitutivos da Teoria de Segurança Nacional; considera as Forças Armadas como a última reserva moral do país frente à claudicação ética do poder civil e à sua ação de governo, a única capaz de manter a barreira ideológica, distorcendo, assim, o cultural, o religioso, o familiar, o econômico, e o jurídico.

O governador da Província de Buenos Aires, General Manuel Ibérico Saint Jean, afirmou:

“Não é certo que o povo jamais se equivoque ou que sempre tenha razão. As maiorias não podem ter, em seu conjunto, o que não têm as individualidades, de maneira que não são oniscientes. Equivocam-se como qualquer um”.

Em uma alocução na Base Almirante Marcos Zar, o então Capitão de Navio Horacio Mayorga, manifesta:

“Nossa Instituição é sadia, não está contaminada com os vícios do extremismo nem com a sofisticação de um terceiro-mundo que não dá a vida ao verdadeiro Cristo, nem com a tortuosa e demagógica atitude de políticos decrépitos, que ontem adotaram posições que hoje esquecem”.

Consultado por um jornalista sobre a necessidade da investigação profunda do problema dos desaparecidos, o General Viola responde:

“Me parece que o que o senhor quer dizer é que investiguemos as Forças de Segurança, e *isso sim que não*. Nesta guerra há vencedores, e nós fomos vencedores, e tenha a plena certeza que se na última guerra mundial as tropas do Reich tivessem ganho, o julgamento não teria sido feito em Nuremberg e sim na Virgínia” (“Clarín”, 18 de março de 1981).

O Dr. Alfonsín, em sua Mensagem Presidencial de 10 de dezembro de 1983, diz:

“Vimos de toda uma etapa histórica caracterizada por freqüentes e prolongadas intervenções militares no poder político da Nação, que além de suas negativas consequências institucionais acabaram na prática por gerar uma crise de profundidade e dimensões excepcionais... O que aqui foi esquecido por militares civis, para o mal do País e das próprias organizações castrenses, é aquela regra de ouro que se aplica e prevalece em todas as nações civilizadas do mundo, quaisquer que sejam seu regime político ou seu signo ideológico dominante, e que determina que as Forças Armadas devem estar subordinadas à autoridade civil institucionalmente estabelecida”.

CAPÍTULO VI

Recomendações

Os fatos, por demais eloqüentes, denunciados ou testemunhados frente a esta Comissão, levam-nos a recomendar algumas iniciativas diante dos poderes do Estado Nacional, com a finalidade de prevenir, reparar e finalmente evitar a repetição de violações dos direitos humanos em nosso país. Nesse sentido, estas recomendações tendem a que não se perca de vista a necessidade de uma profunda investigação judicial dos fatos que foram denunciados.

Portanto, recomendamos:

a) Que o organismo que substituir esta Comissão acelere os trâmites tendentes a remeter à Justiça a documentação recolhida durante a investigação encomendada pelo Poder Executivo.

b) Que o Poder Judiciário encare adequadamente a agilização dos trâmites investigativos e de comprovação das denúncias recebidas por esta Comissão.

c) Que sejam estabelecidas as normas necessárias para que os filhos, e/ou familiares de pessoas desaparecidas durante a repressão, recebam auxílio econômico; bolsas de estudo; assistência social; postos de trabalho. Ainda, que sejam criadas medidas convenientes e que concorram para sanar os diversos problemas familiares e sociais decorrentes do desaparecimento forçado de pessoas.

d) Sancionar normas que visem a:

1) Declarar crime de "lesa humanidade" o desaparecimento forçado de pessoas.

2) Apoiar o reconhecimento e a adesão às organizações nacionais e internacionais de Direitos Humanos.

3) Estabelecer o ensino obrigatório da defesa e difusão dos Direitos Humanos nos organismos docentes do Estado, sejam eles civis, militares ou de Segurança.

4) Fortalecimento e adequação plena dos meios com que deverá contar a Justiça Civil para a investigação de ofício em relação à violação dos Direitos Humanos.

5) Abolir toda legislação repressiva em vigor.

Conclusões

- Até a data de apresentação deste Relatório, a CONADEP calcula em 8.960 o número de pessoas que continuam em situação de desaparecimento forçado, com base às denúncias recebidas por esta Comissão, compatibilizadas com listas elaboradas por órgãos nacionais e internacionais de Direitos Humanos.

Esta cifra não pode ser considerada definitiva, uma vez que a CONADEP comprovou que muitos são os casos de desaparecimentos que não foram denunciados. Assim como não se descarta que possa estar incluída, na relação elaborada, alguma pessoa que não comunicou oportunamente o fim de seu desaparecimento aos organismos pertinentes.

- O desaparecimento de pessoas como metodologia repressiva reconhece alguns antecedentes prévios ao golpe de estado de 24 de março de 1976. Mas, é a partir desta data, em que as forças que usurparam o poder obtiveram o controle absoluto dos recursos do Estado, que se produz a implantação generalizada de tal metodologia.

Começava pelo seqüestro das vítimas, a cargo de agentes das Forças de Segurança, que ocultavam sua identidade. O seqüestrado era levado a algum dos aproximadamente 340 Centros Clandestinos de Detenção, então existentes. A CONADEP, no curso de suas investigações, inspecionou um elevado número de estabelecimentos que funcionaram com tais características durante o último governo. Estes Centros Clandestinos eram dirigidos por altos oficiais das Forças Armadas e de Segurança. Os detidos eram alojados em condições infra-humanas, submetidos a todo tipo de tormentos e humilhações. Das investigações realizadas até o momento, surge a relação provisória de 1.300 pessoas que foram vistas em algum dos Centros Clandestinos antes de seu definitivo desaparecimento.

- A comprovação da extensão adquirida pela prática da tortura em tais Centros e o sadismo demonstrado por seus executores são estremecedores. De alguns

meios empregados não se conheciam antecedentes em outras partes do mundo. Há várias denúncias acerca de crianças e anciãos torturados junto a um familiar, para que este proporcionasse a informação requerida pelos captores.

- A CONADEP comprovou que, no marco da metodologia investigada, foram exterminadas pessoas detidas, com ocultamento de sua identidade, tendo-se destruído os corpos em muitos casos para evitar sua posterior identificação. Mesmo assim, pôde-se estabelecer, com respeito a outras pessoas que na versão das forças repressivas teriam sido abatidas em combate, que foram tiradas com vida de algum Centro Clandestino de Detenção e mortas por seus captores, simulando-se confronto ou tentativas de fugas inexistentes.

- Entre as vítimas que ainda permanecem em condição de desaparecidas, e as que foram posteriormente liberadas tendo passado por Centros Clandestinos de Detenção, encontram-se pessoas dos mais diversos campos da atividade social:

operários	30.2%
estudantes	21.0%
empregados	17.9%
profissionais	10.7%
docentes	5.7%
autônomos e vários	5.0%
donas de casa	3.8%
conscritos e pessoal subalterno de Forças de Segurança	2.5%
jornalistas	1.6%
atores, artistas, etc.	1.3%
religiosos	0.3%

- É possível afirmar que — contrariamente ao sustentado pelos executores de tão sinistro plano — não apenas se perseguiu membros de organizações políticas que praticavam atos de terrorismo. Contam-se aos milhares as vítimas que jamais tiveram vinculação alguma com tais atividades e foram, no entanto, objeto de suplícios horrendos por sua oposição à ditadura militar, por sua participação nas lutas sindicais ou estudantis, por tratar-se de reconhecidos intelectuais que questionavam o terrorismo de Estado ou, simplesmente, por serem familiares, amigos ou estarem incluídos na agenda de alguém considerado subversivo.

- Esta Comissão sustenta que não se cometeram “excessos”, se se entende por isto atos particularmente aberrantes. Tais atrocidades foram prática comum e abrangente, e eram os atos normais e correntes efetuados diariamente pela repressão.

- Apesar de afirmar-se, no “DOCUMENTO FINAL DA JUNTA MILITAR SOBRE A GUERRA CONTRA A SUBVERSÃO E O TERRORISMO”, que a subversão recrutou vinte e cinco mil efetivos, dos quais quinze mil estavam “tecnicamente capacitados e ideologicamente fanatizados para matar”, os Conselhos de Guerra, com competência para julgar tais delitos, somente sustentaram acusações que acabariam em sentença contra aproximadamente trezentas e cinqüenta pessoas. Isto demonstra claramente qual foi, então, a outra modalidade adotada para suprimir milhares de opositores, fossem ou não terroristas.

- Conseqüentemente, carece de validade a afirmação de que a subversão e o terrorismo foram efetivamente vencidos. Algumas organizações terroristas foram derrotadas, mas em troca de implantar um sistema de terror institucionalizado, vulnerador dos princípios éticos e morais mais elementares, inerentes à pessoa humana, com respaldo doutrinário em concepções também estranhas à nossa identidade nacional.

- A CONADEP formou 7.380 pastas, compreensivas de denúncias de familiares de desaparecidos, depoimentos de liberados dos Centros Clandestinos de Detenção e declaração de membros das Forças de Segurança que interviram na ação repressiva antes descrita. Realizou inspeções em diversos pontos do território nacional; obteve informação das Forças Armadas e de Segurança e diversos organismos públicos e privados.

- Da investigação resultou a formulação de denúncias à Justiça, vinculadas a 1.086 pastas que permitem ter por certa a existência e funcionamento dos principais Centros Clandestinos de Detenção; relação parcial dos “desaparecidos” que foram vistos com vida em tais Centros, e de membros das Forças Armadas e de Segurança, mencionados pelas vítimas como responsáveis pelos graves fatos denunciados.

- A destruição ou remoção da documentação que registrou minuciosamente a sorte vivida pelos desaparecidos, determinada antes da entrega do governo às autoridades constitucionais, dificultou a investigação encomendada a esta Comissão pelo Decreto constitutivo.

Entretanto, existem fundamentos que permitem afirmar que as pessoas ainda desaparecidas passaram por Centros Clandestinos de Detenção e que a resposta a seu destino posterior está subordinada aos avanços que se produzam na individualização dos responsáveis da ação repressiva a que nos referimos.

*Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas
(CONADEP)*

Buenos Aires, setembro de 1984.

As Forças Armadas Argentinas, quando deram o golpe de estado em março de 1976, já tinham definido sua estratégia: aniquilamento.

Aniquilamento total da oposição política e social.

A política de aniquilamento se deu em dois níveis:

— a dos campos de concentração clandestinos, onde foram aprisionados, supliciados e a maioria das vezes assassinados os “presos-desaparecidos.” Foi a estratégia principal dos militares: a morte.

— a das prisões legais, que se organizaram baseadas em um sistema que buscava a destruição do prisioneiro, quebrando-o moral e espiritualmente. Uma forma de aniquilamento em vida.

Nunca Mais é o relatório que analisa e explica o mundo dos campos de concentração. É o já famoso Relatório Sábato, que mais do que um relatório, parece ser o romance trágico da condição humana latino-americana.

Pedaços de Morte no Coração, escrito por Flávio Koutzii, que viveu quatro anos nas prisões políticas argentinas, é o “relatório” do mundo das prisões legais. Uma narrativa reflexiva e emocionada, que permite entender todos mecanismos de aniquilamento e destruição postos em prática pelos militares.

Com **Pedaços de Morte no Coração** e **Nunca Mais**, a L&PM Editores coloca à disposição do leitor brasileiro trabalhos que permitem entender a mais dramática e assassina das ditaduras militares do cone sul.

Nunca Mais — o informe da CONADEP (Relatório Sábato)

Pedaços de Morte no Coração — Flávio Koutzii.

Uma “descida ao inferno” que foi a repressão militar na Argentina da década de 70

“Com dor e tristeza concluímos a tarefa encomendada pelo Presidente Constitucional da República. Trabalho árduo, pois fomos obrigados a recompor um tétrico quebra-cabeças muitos anos após os fatos, quando foram apagados os vestígios, quando toda a documentação já foi queimada e até prédios foram demolidos... As grandes calamidades sempre geram lições, e sem dúvida, o drama mais terrível que a Nação argentina sofreu em toda a sua história, durante o período em que durou a ditadura militar iniciada em março de 1976, servirá para que compreendamos que só a democracia é capaz de preservar um povo de tal iniquidade; que somente ela pode manter e salvaguardar os sagrados e essenciais direitos da criatura humana. Só assim poderemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nossa pátria acontecerão os fatos que nos fizeram tragicamente famosos no mundo civilizado.”

Do prefácio de NUNCA MAIS.

A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas foi criada por decisão do Presidente da República, Raul Alfonsín, em 15 de dezembro de 1983. Seus principais objetivos consistiam em colaborar para o esclarecimento dos dolorosos fatos ocorridos na Argentina em consequência da ação repressiva desencadeada pelo regime militar instaurado em 1976, receber denúncias de desaparecimentos e seqüestros de pessoas ocorridos neste período e produzir um informe sobre este trabalho.

A Comissão elegeu como seu presidente o escritor Ernesto Sábato e esteve integrada por Magdalena Ruiz Guinzú, Ricardo Colombres, René Favalaro (renunciou), Hilario Fernandez Long, Carlos T. Gattinoni, Gregorio Klimovsky, Marshall T. Meyer, Jaime F. de Nevares e Eduardo Rabossi; mais os deputados Santiago M. Lopez, Hugo D. Piucill e Horacio H. Huarte. Os secretários da Comissão foram Graciela Fernández Meijide, Daniel Salvador, Raúl Aragon, Alberto Mansur e Leopoldo Silgueira.

A Comissão entregou seu relatório ao Presidente da República em 20 de setembro de 1984 e deu por cumprida a sua missão. Este livro inclui este informe na sua íntegra.